



REVISTA^{DA} ACADEMIA MINEIRA^{DE} LETRAS

ANO 99 | VOLUME LXXX | 2020

*Inclui o dossiê “27 escritoras mineiras”, organizado
por Constância Lima Duarte e Rogério Faria Tavares*



O último número (79) da *Revista da Academia Mineira de Letras* ultrapassou amplamente a normal extensão de uma revista (tipo de publicação que à nascença se quis entre o livro e o jornal, com ensaios e artigos de *revisão* ou reflexão, não demasiado longa ou erudita, sobre o passado recente ou antiquíssimo e com notas e comentários incidindo sobre a atualidade): mais de 600 páginas, contendo 60 distintos textos. Tratava-se de um *número especial*, que celebrou com grande dignidade os 110 anos da AML.

O presente número tem quase a mesma extensão e é também um *número especial*, que também celebra dignamente a passagem de 99 anos sobre o início da publicação da revista e a chegada, de que poucas revistas poderão orgulhar-se, ao relevante número de “quatro vintes”.

Qualquer leitor, comum ou letrado, de Minas, do Brasil e do vasto mundo lusófono ou lusógrafo, encontrará neste número boas solicitações para a leitura. Ocupando-se da história da AML, da sua revista, dos seus acervos e de alguns dos seus acadêmicos, de questões da língua portuguesa e de 27 *escritoras mineiras*, contempladas num notabilíssimo *dossiê*, apresentado por Constância Lima Duarte, os textos deste número são assinados por autores já prestigiados ou a caminho de o serem, e podem surpreender-nos com a agudeza

crítica, com observações originais e com a referência a insuspeitados detalhes.

A poucos meses do centenário do início da publicação da *Revista da AML*, parece óbvio que ela continua a honrar os compromissos que em 1922 presidiram à sua criação: continua a lutar pela defesa e pela ilustração da cultura mineira, a que São Paulo e o Rio de Janeiro nem sempre prestam a devida atenção; mas, sem excessos ou deformações bairristas, continua a servir a cultura brasileira, e, em suporte de papel ou eletrônico, é um lugar de convívio e diálogo entre intelectuais, e não só entre sócios da AML, que promove a sua publicação e que com ela reforça o seu papel de “centro produtor e difusor de saberes”, como diz o presidente da instituição, Rogério Faria Tavares, de cuja competência e dinamismo também este número dá conta.

Impondo-se pela qualidade reflexiva e informativa, pelo contributo histórico, pela vitalidade literária, este *memorável n.º 80* desmoraliza os que supõem que das academias só saem produções inertes, livrescas ou pedantes, e entra honrosamente no campo da literatura ou da arte, que, como diz Flávia de Queiroz no poema inicial, “salva a vida do vazio”.

ARNALDO SARAIVA,
*professor emérito da Universidade
do Porto e escritor*



REVISTA
DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE
LETRAS



ANO 99 | VOLUME LXXX | 2020

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1.466 – (31) 3222-5764
Belo Horizonte – MG – 30160-011
www.academiamineiradeletras.org.br
contato@academiamineiradetras.org.br

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, PRESENTE HOJE E SEMPRE

Presidente: Rogério de Vasconcelos Faria Tavares

Vice-presidente: Caio César Boschi

Secretário-geral: Jacyntho José Lins Brandão

Tesoureiro: Luís Ângelo da Silva Giffoni

Conselho Fiscal

Antenor Pimenta Madeira

Patrus Ananias de Souza

Márcio Sampaio

Conselho Editorial da Revista

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Manoel Hygino dos Santos

Wander Melo Miranda

Conselho de Acervo Bibliográfico e Documental

Caio César Boschi

Amílcar Vianna Martins Filho

Jacyntho José Lins Brandão

R454 Revista da Academia Mineira de Letras – Vol. 1, n. 1 (1922) -

Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1922-

Annual

ISSN 1982-6680

1. Literatura – Periódicos. I. Academia Mineira de Letras

CDD: B869

Ficha catalográfica elaborada por Soraia Lara – CRB 1275/6.ª Região

ADVERTÊNCIA

Esta edição, de número 80, refere-se ao ano de 2020, vinculando-se, pois, ao 99.º ano de publicação da *Revista da Academia Mineira de Letras*, iniciada em 1922. Assim, a numeração corrige equívocos cometidos em volumes anteriores.

SUMÁRIO

- 13 **O número 80**
Rogério Faria Tavares
- 16 **A vida, essa arte**
Flávia de Queiroz

SEÇÃO I – SOBRE A ACADEMIA

- 21 **Revista da Academia Mineira de Letras: notas para uma análise histórica e técnica**
Mário Vinícius Ribeiro Gonçalves
- 29 **A organização dos acervos da Academia Mineira de Letras**
Soraia Lara
- 38 **Abrindo o arquivo de correspondência de Eduardo Frieiro**
Maria da Conceição Carvalho

SEÇÃO II – NO BIÊNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

- 55 **José Aparecido de Oliveira e a construção da Lusofonia**
Lauro Moreira
- 64 **Grandes eixos da política externa portuguesa**
Rui Almeida
- 79 **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na perspectiva da diplomacia brasileira**
Rogério Faria Tavares
- 89 **Jorge de Sena, poeta como Camões**
Ida Alves

SEÇÃO III – SOBRE OS ACADÊMICOS

- 103 **“Faço minha estrela sem apagar a sua”: a brilhante trajetória de Alaíde Lisboa de Oliveira**
Amanda Ribeiro Barbosa
- 112 **Na medida do impossível**
Anelito de Oliveira

- 120 **Nas marcas da memória**
Eliana de Freitas Dutra
- 130 **Carlos Mário da Silva Velloso, jurista e homem público**
Fernando Armando Ribeiro
- 141 **A arte da palavra na escrita ensaística de Carmen Schneider Guimarães**
Angela Maria Rodrigues Laguardia
- 148 **Danilo Gomes, cronista juramentado**
Napoleão Valadares
- 154 **Eduardo Almeida Reis e o que há de humano em nós**
Fal Azevedo
- 161 **Cantata para Elizabeth Rennó**
Maria Amélia Bracks Duarte
- 174 **Henriqueta Lisboa ou a morada da poesia**
Reinaldo Marques
Wander Melo Miranda
- 183 **Hindemburgo Chateaubriand Pereira-Diniz**
Antonio Anastasia
- 191 **Ibrahim Abi-Ackel**
Marina Camisasca
- 200 **Iluminando Jacyntho Lins Brandão com a lanterna emprestada do cínico**
Celina F. Lage
- 208 **José Fernandes Filho. Professor. Magistrado. Acadêmico**
José Anchieta da Silva
- 213 **José Henrique Santos**
Ivan Domingues
- 226 **Lacyr Schettino**
Maria Inês de Moraes Marreco
- 233 **Maria Esther Maciel: atravessando poéticas e fronteiras**
Jacques Fux
- 242 **Maria José de Queiroz por caminhos e tinta de América**
Lyslei Nascimento
- 257 **Oscar Dias Corrêa**
Oscar Corrêa Jr.
- 269 **Patrus Ananias: razão e fé na construção da justiça social**
Bernardo Novais da Mata-Machado

- 276 **Presidente Pedro Aleixo: vida e obra**
José Carlos Brandi Aleixo
- 288 **Um trajetória impressionante: algumas notas sobre a vida e a obra do acadêmico Ronaldo Costa Couto**
Rogério Faria Tavares
- 311 **Wander Melo Miranda, pensador da travessia**
Heloisa Murgel Starling
- 320 **“Assim existo”: o canto poético de Yeda Prates Bernis**
Luciana Pimenta

SEÇÃO IV – DOSSIÊ “27 ESCRITORAS MINEIRAS”

- 333 **E a literatura mineira se amplia**
Constância Lima Duarte
- 338 **Adélia Prado, poeta de corpo e alma**
Rogério Faria Tavares
- 348 **“Seguir de perto cada narrador em seu contar”: Alexina de Magalhães Pinto e o valor intelectual das histórias**
Rita de Cássia Silva Dionísio Santos
- 356 **Ana Elisa Ribeiro: pela escrita inventa leituras sem limites**
Natália Fontes Oliveira
- 365 **Ana Maria Gonçalves e as possibilidades da literatura**
Aline Alves Arruda
- 372 **Duas ou três coisas que suspeito sobre a poesia de Ana Martins Marques (ou talvez menos)**
Renata Moreira
- 380 **Bárbara Heliodora**
Cláudia Gomes Pereira
- 388 **Beatriz Brandão e o apagamento das mulheres na historiografia literária**
Mírian Sousa Alves
- 395 **Os tons de Branca: a paleta literária de Branca Maria de Paula**
Ozana Aparecida do Sacramento
- 402 **“Se esse diário for publicado vai magoar muita gente”: reflexões sobre o campo literário em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus**
Luiz Henrique Oliveira

- 410 **Cidinha da Silva: espaços de autoria, alteridade, interdiscursividade e resistência**
Maria do Socorro Vieira Coelho
- 424 **Conceição Evaristo: memória, ficção, poesia**
Eduardo de Assis Duarte
- 434 **Uma (plena) vida de menina**
Antônio Sérgio Bueno
- 442 **Depoimento sobre Janete Clair por sua filha poeta**
Denise Emmer
- 450 **Láís Corrêa de Araújo: breve percurso intelectual e poético**
Maria do Rosário A. Pereira
- 457 **Lina Tâmega Peixoto: os sustos da memória**
Ronaldo Werneck
- 464 **Lúcia Castello Branco: o feminino traço das letras, nas Letras**
Iara Christina Silva Barroca
- 475 **O passado de todos nós: Lúcia Machado de Almeida e as cidades históricas mineiras**
Claudia Maia
- 483 **Lúcia Miguel Pereira, crítica e ficcionista**
Edwrigens A. Ribeiro Lopes de Almeida
- 491 **Madu Costa e a imaginação (en)cantada/performada**
Adélcio de Sousa Cruz
- 495 **Maria Clara Machado: contemporaneidade, letramento literário e legado**
Juliana Borges Oliveira de Moraes
- 503 **Maria Helena Cardoso: melodias de um coração andarilho**
Andréa de Paula Xavier Vilela
- 511 **Maria Julieta Drummond de Andrade, uma ilustre intelectual mineira**
Maria Lúcia Barbosa
- 519 **Maria Lúcia Alvim e sua “última enseada”, a memória**
Kelen Benfenatti
- 528 **Maria Lysia de Araújo: sua biblioteca, eus que se apresentam**
Eliana Tolentino
- 536 **“Beirabismo”: a escrita de Maura Lopes Cançado**
Imaculada Nascimento
- 544 **Rachel Jardim, tecelã de histórias**
Angélica Amâncio
- 551 **Stella Maris Rezende: oralidade, poesia e ficção**
Cristiane Côrtes
- 561 **SOBRE OS AUTORES**
- 585 **ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: CADEIRAS**

O NÚMERO 80

Rogério Faria Tavares

Fundada em 1909, em Juiz de Fora, para promover a literatura e a língua portuguesa, a Academia Mineira de Letras transferiu-se para Belo Horizonte em 1915, mas foi no final dos anos 40 que conquistou sua primeira sede própria, no centro da capital, quando o seu presidente era Heli Menegale. Em 1987, passou a funcionar num autêntico museu-casa, o Palacete Borges da Costa, à mítica Rua da Bahia, graças à persistência de seu tenaz timoneiro, Vivaldi Moreira. Sete anos depois, ficou pronto o edifício anexo, projetado pelo arquiteto Gustavo Penna e dotado do espaço adequado para abrigar sua intensa programação de cursos, seminários e palestras, as exposições de arte e os lançamentos de livros. Ativa e incansável, hoje a Academia não se limita à sua estrutura física. Tem *site* na internet, está no Facebook, no Instagram...

Detentora de um acervo bibliográfico e documental de mais de 30 mil itens, aberto à consulta pública e gerido de acordo com os melhores padrões, a chamada Casa de Alphonsus de Guimaraens guarda as coleções de Carlos Soares de Moura, Edison Moreira, Eduardo Borges da Costa, Eduardo Frieiro, José Guimarães Alves, Milton Campos, Nelson de Sena, Onofre de Freitas e Vivaldi Moreira, além de sua famosa Drummondiana, um conjunto de 400 textos datilografados e anotados à caneta pelo poeta de Itabira. Na Biblioteca dos Acadêmicos, é possível conferir toda a vasta produção gerada por patronos e fundadores e pelos sucessivos ocupantes de suas 40 cadeiras.

Lugar de sociabilidade, a Academia é o território da convivência suave, fraterna e elegante, amparada pela mais fina filosofia humanista. Inspirada por valores como o pleno respeito pela diversidade e pela livre expressão do pensamento, em tudo contrária ao preconceito, à discriminação e ao elitismo, a instituição consagrou-se, ao longo do tempo, por reunir os mais expressivos prosadores, poetas, professores, filósofos, médicos, cientistas e estadistas mineiros, erguendo poderosa reputação de apreço pelo rico repertório cultural de nossa gente.

Prova incontestada de seu entusiasmo pelas coisas de Minas é dada, desde 1922, pela publicação de sua *Revista*, um dos periódicos mais antigos do estado até hoje em ampla circulação, por décadas somente em papel e agora, também, em sua versão digital, disponível, sem custos, na rede mundial de computadores. Leais ao sonho de seus primeiros editores, como Mário de Lima, o presidente que a concebeu, suas páginas continuam atentas e sensíveis às mais variadas manifestações do fenômeno literário, sem restrições de nenhuma natureza, cientes de que ele não emerge, na contemporaneidade, apenas na universidade ou nos extratos sociais beneficiados pela renda ou pela sorte, mas igualmente nas áreas menos favorecidas das regiões metropolitanas, nas comunidades da periferia, nos quilombos, nas aldeias indígenas, no cárcere.

Seu número 80, ora ofertado à fruição dos leitores, renova o gesto da Academia em favor da criação e, sobretudo, da partilha do conhecimento, sempre crítico e reflexivo, sem o qual não sobrevive o pacto democrático, do qual não se pode jamais abrir mão. O presente volume é aberto em grande estilo, com belíssimo poema de Flávia de Queiroz. Na seção dedicada à história da própria entidade, dá-se o merecido realce ao seu acervo, à correspondência de Frieiro e à trajetória da própria *Revista*. A parte seguinte, voltada para a lusofonia, homenageia o idioma pátrio e as iniciativas para fortalecer a sua posição na sociedade internacional, principalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, imaginada pelo gênio de José Aparecido de Oliveira, a quem se devem todas as reverências. No segmento que vem logo depois, as mais de duas dezenas de ensaios encomendados a especialistas realizam a intenção de formar fonte segura para o estudo e a pesquisa sobre a biografia e o patrimônio intelectual de várias das personalidades vinculadas à AML.

Em dossiê organizado por mim e pela brilhante professora Constância Lima Duarte, admirada em todo o país por seu rigor e por sua competência, a quem a Academia será para sempre grata, a publicação celebra a inestimável contribuição de algumas das tantas mulheres mineiras que devotaram (ou ainda devotam) a sua vida às letras. Muitas vezes vítimas da invisibilidade a que foram relegadas pelas realidades políticas e sociais ou do apagamento deliberado de seu legado, aqui elas têm a sua voz e a sua presença restauradas e reinscritas na história literária de Minas Gerais, em indispensável movimento de

resgate do seu valor, fundamental para o entendimento de porção substantiva de nossa história literária.

No momento em que entrega à comunidade esta edição comemorativa da *Revista*, a Academia Mineira de Letras agradece a todos os que viabilizaram o seu lançamento, como: de novo e mais uma vez, Constância Lima Duarte; os seus patrocinadores; os membros do seu conselho editorial, os acadêmicos Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Manoel Hygino dos Santos e Wander Melo Miranda; o acadêmico Márcio Sampaio, que assina o lindo desenho da capa; a diretora-geral da AML, Maria Inês Nora Rabelo; a sua eficiente equipe, composta por Flávia de Queiroz, Guto Cortes, Marcela de Lazari, Soraia Lara, Julia Saback, Carmen Elizabeth Moura dos Santos, Deivison Moreira e todo o aguerrido time de estagiários; e o zeloso Leonardo Mordente, profissional de primeira linha, preparador de originais, revisor e diagramador.

Que os leitores deste memorável número 80 nele encontrem o mesmo prazer de que desfrutaram os que se incumbiram de tirá-lo do mundo das especulações para fazê-lo ingressar no universo dos fatos, a despeito das dificuldades trazidas pela pandemia e por suas terríveis consequências. Que venham os próximos 80!

A VIDA, ESSA ARTE

Flávia de Queiroz

A arte existe porque a vida não basta.
FERREIRA GULLAR

Vida e arte se entrelaçam
enfrentando o desamparo
que desafia por dentro...
se completam, se sustentam
ao desvendar tantas faces
na travessia do tempo.

Enquanto a aridez da vida
seca na boca a saliva,
a arte jorra, se espraia,
desconcerta, denuncia,
tece o belo, brota o denso,
sopra, aflora, aviva.

Quando a arte sonha a vida
abrindo um leque de espantos
acende um facho, ilumina,
esculpe o gesto e a fúria,
latejando nas figuras,
se espalhando pelos cantos.

A arte enfeitiça, alenta,
desentranha o pesadelo,
mergulha a emoção e emerge,
transparente, do segredo.
Espia e adivinha assombros,
transborda o desassossego.

Desatando as armadilhas
desenha os medos, presente,
abre os sentidos, instiga
cada palavra latente.
Acolhe o silêncio, abriga,
desterra, lava o exílio,
acalma, atiça, descerra
– salva a vida do vazio.

- I -

**SOBRE A
ACADEMIA**

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: NOTAS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA E TÉCNICA¹

Mário Vinícius Ribeiro Gonçalves

INTRODUÇÃO

Com a proximidade do centenário da *Revista da Academia Mineira de Letras (RAML)*, consideramos esta a ocasião ideal para convidarmos os leitores a uma jornada panorâmica pela trajetória da publicação, a partir do inter-relacionamento de alguns de seus mais importantes momentos históricos e dos aspectos técnicos atinentes a sua feitura.

PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS FASES DA REVISTA

Dividimos a história da *RAML* em três fases, correspondendo cada uma a um período relativamente extenso no qual a revista tenha sido publicada no mínimo anualmente, desconsiderados os hiatos, desde que esses tenham sido curtos e pontuais. Assim, cada etapa do periódico é separada pelos períodos mais longos nos quais a publicação esteve interrompida.

¹ A redação original deste artigo data de novembro de 2020. O panorama aqui apresentado vai, portanto, até o volume LXXVIII da *Revista*, publicado em 2018. (N. do E.)

PRIMEIRA FASE

A primeira fase da *RAML* começa em 1922, com a publicação do v. I. Nesse ano, a Academia Mineira de Letras completa 13 anos de existência, desde sua fundação, em 1909, e fazia sete anos que havia sido transferida de Juiz de Fora para Belo Horizonte, em 1915.

Na apresentação do primeiro volume, é delineado o escopo da publicação, “colaborar com eficácia no desenvolvimento das letras mineiras”, e, para tanto, a revista exerceria a função de “meio coordenador de energias mentais”. No fim do volume, encontram-se reproduzidos os estatutos da Academia Mineira de Letras. O art. 10 dispõe sobre o periódico: “A Academia terá uma revista para publicação de seu expediente e dos trabalhos que forem julgados dignos, a juízo da comissão de redação, composta exclusivamente de membros efetivos, eleitos para tal fim”.

A primeira fase da *RAML*, com interrupções pontuais (não circulou nos anos de 1929 e 1930), estende-se até o ano de 1936, quando é publicado o v. XVIII.

SEGUNDA FASE

Passados 17 anos, em 1953 a *RAML* reaparece, em nova fase. Devido a um equívoco, o periódico é retomado no número XVII, ao passo que o último publicado havia sido o XVIII. A esse engano se alude em nota publicada no v. XX da revista, de 1954:

ATENÇÃO! Por inadvertência da Redação, o volume anterior desta Revista saiu com o número XVII, quando devia ser o XIX. Os volumes XVII e XVIII apareceram em 1936, suspendendo então a Revista a sua publicação, até reaparecer no ano passado [1953]. Aqueles números, esgotadíssimos, não existem já em nossas coleções, o que originou o nosso engano.

É visível, nessa fase, a contribuição de Eduardo Frieiro, acadêmico desde 1944, para a feitura da revista. Frieiro, apesar de ter se aposentado em 1946 – trabalhava na Imprensa Oficial, órgão no qual a *RAML* era tradicionalmente impressa –, atuou marcantemente na edição do periódico, tendo chegado a integrar a comissão da revista até o v. XXI, de 1959. É nessa época que o projeto gráfico da revista adquire

feição mais sóbria e minimalista, conforme as preferências editoriais de Frieiro.

Outro aspecto gráfico importante datado dessa época é o fato de o logotipo da Academia Mineira de Letras – monograma da instituição envolto por uma coroa de louros, no centro da qual se encontra o mote latino *scribendi nullus finis* (“o escrever não tem fim”) – passar a integrar a capa da *RAML*. Desde então, o logotipo da AML tem estado presente em todas as capas da revista.

Apesar de promissora, a segunda fase da *RAML* é mais curta que a anterior, tendo durado 11 anos e apenas quatro números, encerrando-se no v. XXII. Ainda assim, nesse período, estampam-se colaborações importantes dos acadêmicos (ainda predominantes nas páginas da revista) nos campos da poesia, da ficção e da ensaística.

TERCEIRA FASE

Após um hiato de 37 anos, a publicação da *RAML* é retomada em setembro de 2001. Nessa data é lançado o v. XXII, que, embora tenha recebido a mesma numeração do último volume da fase anterior, era inédito. A iniciativa de retomar o periódico é encabeçada por Murilo Badaró, à época presidente da AML e também diretor da revista, e José Bento Teixeira de Salles, seu editor geral.

Além de ser a mais longeva, essa fase do periódico é caracterizada, de modo geral, pela crescente receptividade a colaborações de não acadêmicos. É também marcada pelo maior espaço para reflexões sobre outras artes, como teatro, cinema, música e artes plásticas, que ganham seções exclusivas a partir do v. XXXVIII, de 2005.

Apesar de a revista se encontrar em pleno reflorescimento, o ano de 2010 é marcado por graves perdas. Murilo Badaró falece inesperadamente em junho. Infelizmente, seu sucessor, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, não pode substituí-lo por muito tempo, falecendo em outubro do mesmo ano.

O ano de 2013 é marcado por mais um infortúnio: o falecimento de José Bento Teixeira de Salles. Porém, mesmo tendo sofrido importantes perdas em um curto intervalo de tempo, a *RAML* permanece sólida, com o legado de Badaró e Salles: é, em grande parte, graças à atuação desses intelectuais que a revista perdura em sua fase mais longa, além de manter, pelo maior espaço de tempo, a periodicidade trimestral.

ANÁLISE TÉCNICA DA RAML AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA

Na presente seção, a partir da articulação das variáveis elencadas por Grillo (2010) e Pita e Grillo (2013), propomos a sistematização de dados técnicos relativos à concepção, produção, apresentação, manutenção e circulação da *RAML*. Sobre a importância dos parâmetros que metodizaremos a seguir, valemo-nos das considerações de Pita e Grillo:

A primeira leitura analítica de uma publicação deve deter-se em uma série de variáveis que, apesar de poderem ser consideradas meros aspectos técnicos, não são dados menores, já que dão uma primeira pista sobre o contexto de produção de bens culturais para que ela transmita, a partir de suas páginas, o ideário que a identifica de início ao grupo [que a produziu]. (PITA; GRILLO, 2013, p. 180, tradução nossa)

FORMATO, QUANTIDADE DE PÁGINAS E PROJETO (TIPO)GRÁFICO

O primeiro volume da *RAML*, de 1922, tem o formato de 15,6 × 22,9 cm, praticamente as mesmas dimensões do v. LXXVIII, de 2018: 15,6 × 22,8 cm. Esse é o formato médio da *RAML* ao longo de sua história, com uma margem de variação de 2 cm, a mais ou a menos, tanto na largura quanto na altura.

Os volumes da *RAML*, em toda a sua trajetória, contam com uma média de 200 páginas, embora esse número, em alguns momentos, varie significativamente.

As páginas da *RAML* sempre foram numeradas, com exceções esporádicas para as pré e pós-textuais. A diagramação, habitualmente, se dá em uma só coluna, contando, no geral, com cabeçalhos com o título corrente e, ocasionalmente, com notas de rodapé.

Quanto aos tipos de letra utilizados, a primeira fase é a que apresenta maior variação. Em todas as fases, o tipo para composição do corpo de texto é algum modelo serifado. Porém, nos volumes da primeira fase, é comum que o tipo usado para o corpo de texto conviva com inúmeros outros tipos na composição de títulos. Já na segunda fase, como mencionado, o projeto tipográfico da *RAML* atinge maior

consistência e sobriedade. Por fim, a partir de sua terceira fase, a revista passa a ser invariavelmente composta em versão digital do Times New Roman, tipo cuja versão inicial é de 1931.

IMPRESSÃO, PAPEL E ENCADERNAÇÃO

No Regimento Interno, publicado no v. xv, lê-se que a *AML* “fará imprimir, sempre que for possível, na Imprensa Oficial do Estado [...], a ‘Revista da Academia’” (art. XIX, p. 225). Assim foi com o primeiro volume e os seguintes. O v. XXI, de 1955-1959, foi impresso pela Imprensa da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG). No volume seguinte, volta-se à Imprensa Oficial. É lá novamente que é rodado o volume inaugural da terceira fase (v. XXII, de 2001) da *RAML*. O v. XXXVI, de 2005 (o primeiro da fase atual a contar com capa colorida), foi impresso pela Sografe Editora e Gráfica. Em 2010, a *RAML* chegou a ser impressa pela Gráfica e Editora O Lutador. O último volume (LXXVIII, de 2018) foi rodado no parque gráfico da Companhia de Tecnologia da Informação em Minas Gerais (Prodemge).

O tipo de impressão adotado para a *RAML* varia ao longo do tempo. Os volumes das primeiras fases foram provavelmente impressos em linotipia, tecnologia já disponível e corrente na Imprensa Oficial a partir de 1914. O periódico em sua fase atual é rodado em ofsete, embora não se exclua a possibilidade de alguns volumes serem impressos digitalmente.

A primeira e segunda fases da *RAML* foram impressas no papel não revestido típico das edições belo-horizontinas de então, podendo a gramatura oscilar no decorrer dos volumes. Na fase recente há grande variação de papéis: sulfite (v. XXII, de 2001), *off-white* (Pólen) (v. XXXVI, de 2005), reciclado (v. LVIII, de 2010) e *cuchê* (v. LXXVIII, de 2018).

Todos os volumes da *RAML* são em forma de códice, isto é, as folhas impressas são dobradas e reunidas em cadernos colados e costurados uns aos outros, e todos são posteriormente acoplados à capa na região da lombada.

PERIODICIDADE, TIRAGEM E DIFUSÃO

A periodicidade da *RAML* tem sido irregular ao longo da história. No primeiro número, anunciava-se que a publicação seria anual. No último

(LXXVIII, de 2018), que seria semestral. No Regimento Interno da AML (v. xv, p. 226, §3, 1934), indica-se que a revista deveria ser publicada quatro vezes por ano. A periodicidade mais regular que atingiu foi a trimestral, sobretudo na fase mais recente, a partir de 2001.

Não encontramos informações sobre a tiragem das duas fases iniciais. Quanto à atual, a partir do v. XL, de 2006, a tiragem aumenta de 500 para 2.000 exemplares.

A *RAML* é difundida sobretudo nacionalmente. No Regimento Interno da AML (v. xv, p. 226, §4, 1934), lê-se:

A “Revista” será expedida: (a) a todos os acadêmicos; (b) aos sócios correspondentes; (c) às Bibliotecas públicas e particulares que a solicitarem; (d) às altas autoridades do Estado; (e) às Academias de Letras do país; (f) aos principais jornais do Brasil; (g) aos Institutos históricos.

ADMINISTRAÇÃO, DIREÇÃO E COMISSÃO EDITORIAL

A administração da revista está subordinada à da AML. De acordo com o Regimento Interno (v. xv, p. 226, §1, 1934), “a Comissão da Revista será constituída de 3 membros, dos residentes na sede, eleitos por ocasião da eleição [bianual] da Diretoria”. No v. I, a comissão era formada por Aldo Delfino, Carlos Góes e João Lúcio. No v. LXXVIII, de 2018, por Elizabeth Rennó e Manoel Hygino dos Santos.

COLABORADORES

Segundo o já citado Regimento Interno, podem-se considerar como colaboradores oficiais os membros da AML. Embora já previstas desde as primeiras fases da revista, as colaborações de autores externos à Academia começam a constar com mais frequência na publicação a partir dos anos 2000.

TRADUÇÕES

É principalmente a partir dos anos 2000 que a *RAML* começa a estampar traduções com mais regularidade, sobretudo de poemas. Até então, eram menos frequentes.

MANIFESTOS E PROGRAMAS EDITORIAIS

A AML não se filia diretamente a nenhum movimento literário específico, abarcando autores de diversas tendências e de diversos gêneros textuais (não apenas os estritamente literários). Entretanto, principalmente nos primeiros números da *RAML*, há uma profusão de publicação de discursos e perfis biográficos dos acadêmicos. Com o tempo, esse tipo de texto passa a conviver mais equilibradamente com outros, de natureza diversa.

SUMÁRIO, SEÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DE PÁGINAS

Todos os volumes da *RAML* contam com sumário. Em alguns volumes da primeira fase (inclusive o primeiro), o sumário está presente já na própria capa.

Os volumes XIX e XX, da segunda fase, contam com seções bem demarcadas já no sumário: “Colaborações”, “Orações acadêmicas” etc. De resto, no geral, os textos não são separados em seções, exceto a apresentação e a seção “Edições mineiras”, da fase atual, que contém resenhas de livros de autores mineiros e/ou lançados em Minas Gerais. Salvo a apresentação, no início, e a seção “Edições mineiras”, no fim da revista, as demais seções não costumam obedecer a uma ordem específica na distribuição de páginas da *RAML*.

PUBLICIDADE E PATROCINADORES

Historicamente, a *RAML* conta com o apoio do Governo do Estado de Minas Gerais. Na fase atual do periódico, anúncios passam a ser mais frequentes. Geralmente, estão ligados ao governo estadual e/ou a companhias estatais ou mistas, como, por exemplo, a Furnas Centrais Elétricas (v. XXXVI, 2005), a Cemig (v. LVII-LVIII, 2010) e a Prodemge (v. LXXVIII, 2018).

CONCLUSÃO

Após nos aprofundarmos nas variáveis técnicas de um periódico, é preciso, segundo Pita e Grillo (2013, p. 193, tradução nossa), “voltar a ter a perspectiva do conjunto, já que só a conjugação das variáveis

permite recuperar sua verdadeira dimensão”. Além de testemunharem e celebrarem a vida longa e prolífica da *RAML*, esperamos que estas notas possam dinamizar o trabalho de futuros pesquisadores, permitindo que, ao encontrarem aqui sistematizados alguns detalhes básicos da publicação, possam se dedicar mais exclusivamente ao cerne de suas investigações, investigações que, dada a abrangência da *RAML*, podem ser levadas a cabo a partir de inúmeras e riquíssimas abordagens.

REFERÊNCIAS

GRILLO, María del Carmen. El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES*. Colima: Universidad de Colima, 2010. 1 CD-ROM.

PITA, Alexandra; GRILLO, María del Carmen. Revistas culturales y redes intelectuales: una aproximación metodológica. *Temas de Nuestra América*, Costa Rica, v. 29, n. 54, p. 177-194, jul./dez. 2013.

A ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Soraia Lara

A Academia Mineira de Letras possui um acervo de mais de 30 mil livros, além de periódicos, correspondências, documentos, fotografias e objetos pessoais de escritores e personalidades de destaque na história literária, cultural e política de Minas Gerais. Dentre as principais coleções, destacam-se a do escritor Eduardo Frieiro, a do presidente perpétuo, Vivaldi Moreira, a de Edison Moreira, a de Oiliam José e a Bibliografia Acadêmica, que reúne a produção intelectual dos acadêmicos em exemplares preciosos e raros, como obras originais, manuscritos, textos inéditos e obras autografadas, tão importantes para a preservação e disseminação da nossa cultura.

No ano de 2017, a AML deu início às atividades de organização dos seus acervos. Após a realização de visitas técnicas e entrevistas com as funcionárias da Casa, constatou-se a necessidade de aplicação dos procedimentos da biblioteconomia, da arquivologia e da museologia para garantir o devido tratamento dos documentos e objetos existentes na instituição. Um diagnóstico inicial foi elaborado e, juntamente com ele, foi apresentada uma proposta de intervenção.

Foi criada a Comissão de Acervos – inicialmente constituída pelos acadêmicos Caio Boschi e Amílcar Martins –, que, juntamente com a gestão da Casa, aprovou a proposta de trabalho, dando início, em novembro daquele ano, ao Projeto de Organização, Preservação e Conservação dos Acervos da AML, que conta com recursos oriundos

de leis de incentivo à cultura. Com o avanço das atividades, a comissão foi transformada no Conselho do Acervo Documental e Bibliográfico, que agora conta também com a participação do acadêmico Jacyntho Lins Brandão.

Um passo inicial importante foi a celebração do acordo de cooperação técnica firmado entre a AML e a Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário (SUBSL) com o objetivo de proporcionar condições de cooperação mútua entre as instituições, visando a disponibilização do sistema Pergamum, que é adotado para a automação dos serviços e acervos pertencentes aos equipamentos culturais que compõem o Circuito Liberdade. Em contrapartida, a AML passou a alimentar o catálogo *on-line* do Sistema Estadual de Bibliotecas de Minas Gerais, com a implantação dos registros dos seus documentos bibliográficos, colaborando, expressivamente, para a expansão dessa base de dados e disponibilizando a pesquisa bibliográfica em rede.

Outra parceria de igual importância foi celebrada com o Cefet-MG, que indicou alunos da graduação em Letras e Tecnologias da Edição para atuarem como voluntários e comporem a equipe de trabalho. Em contrapartida, a AML vem proporcionando atividades de pesquisa e vivência cultural e profissional, que permeiam o ambiente da instituição.

SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO

O projeto desenvolvido na AML compreende as seguintes etapas:

1. Inventariação

Composta de duas fases – conferência de itens e elaboração de relatórios –, a realização de inventários em bibliotecas permite transformar um “depósito de livros” em acervos controlados. Sua função principal é identificar obras e partes de livros, reunir os volumes das coleções, identificar os exemplares e caracterizar as duplicidades. Essa ferramenta não só organiza o acervo como também proporciona diretrizes para a adequada gestão e proteção do patrimônio cultural. Sendo uma atividade temporária, deve ser repetida sistematicamente. Pela primeira vez, a AML realizou uma completa inventariação do seu acervo bibliográfico, com a conferência de cada item, e relacionou em planilhas de Excel o total de 32.523 livros e folhetos em 19/12/2019.

2. Transferências de acervos

Durante a realização do inventário, foram encontrados e identificados diversos documentos, como recortes de jornais, fotografias, correspondências, fichamentos de livros, artigos de periódicos, anotações diversas, manuscritos, entre outros “guardados”, no interior das obras. Todos esses documentos foram higienizados e arquivados em pastas e caixas confeccionadas especialmente para o acondicionamento ideal enquanto aguardam o seu processamento técnico. Também foram retiradas as duplicidades, que agora estão relacionadas e armazenadas na reserva técnica da AML para futuras reposições, inclusive da *Revista da Academia Mineira de Letras* e de outras publicações da instituição que tinham fascículos dispersos em vários locais da Casa. Essa atividade possibilitou a identificação de documentos que poderão subsidiar os processos de doação, reposição e permuta com outras instituições afins.

3. Higienização

A etapa de limpeza dos documentos é realizada na mesa higienizadora – equipamento adquirido pelo projeto –, onde acontece o primeiro contato mais cuidadoso com o documento. É feita a remoção de cliques, grampos, fitas adesivas, cordões, elásticos, papéis improvisando capas de livros e de todo tipo de objeto que ameace as condições físicas do documento. Em seguida, é realizada a limpeza de suas folhas com flanelas e trinchas adequadas ao processo. É nesse momento, quando é o caso, que também são retirados outros itens do interior da obra, como recortes de jornais, fotografias, correspondências e documentos pessoais, que são separados e encaminhados para as etapas de identificação, inventariação, higienização e arquivamento. Um novo ciclo do processo se inicia com a organização de outras coleções, expandindo, expressivamente, os números iniciais apurados no processo de inventariação.

4. Preservação e conservação do acervo

Nessa etapa são realizados os cuidados físicos dos documentos com pequenas ações de restauração, como colagem de capas e lombadas, confecção de jaquetas para armazenamento de fotografias, proteção das páginas dos livros com papel de seda para evitar a infiltração de tinta de caneta usada em anotações etc. Essas medidas são

prioritárias no processo de conservação e preservação, para garantir a integridade física dos documentos.

5. Processamento técnico

Consiste da descrição bibliográfica e temática dos documentos segundo os padrões universais de catalogação e indexação. Os registros bibliográficos criados a partir desse processo alimentam o catálogo *on-line* do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. No momento da pesquisa, são identificados os volumes de coleções, os exemplares, a propriedade e origem das obras etc. Na catalogação é descrito todo tipo de anotação encontrada nos livros, como dedicatórias, correções ortográficas no conteúdo original, comentários sobre o conteúdo, acréscimos de informações a partir de pesquisas feitas pelo detentor da obra e por aí vai, criando-se um universo de relacionamentos para além do miolo do livro. Após a criação do registro e a implantação dos exemplares no sistema Pergamum, os dados bibliográficos da obra já ficam disponíveis para consulta através do *link* <http://200.198.28.214/pergamum/biblioteca/index.php>.

A última etapa do processamento técnico é a impressão de etiquetas compostas de número de chamada (endereço do livro na estante) e código de barras (com número do registro), o que vai facilitar em muito a realização dos próximos inventários a partir da leitura do código de barras com um *scanner*. São confeccionadas as filipetas (papeleta no interior do livro para indicar sua classificação), e o livro é armazenado nas estantes ou no armário de obras raras e preciosas.

SOBRE AS BIBLIOTECAS DA AML

O acervo bibliográfico e documental da AML está armazenado em espaços específicos da Casa e reúne coleções provenientes de doações dos acadêmicos Edison Moreira, Eduardo Frieiro, Milton Campos, Nelson de Senna, Oiliam José e Vivaldi Moreira, além da Biblioteca dos Acadêmicos. A etapa do inventário foi concluída e agora as obras estão sendo avaliadas de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções da AML para garantir a adequada gestão do seu acervo. Até o momento já receberam tratamento técnico com cerca de 7.500 registros bibliográficos disponíveis no catálogo *on-line* do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas as seguintes bibliotecas:

1. Biblioteca dos Acadêmicos

Constituída de aproximadamente 1.820 itens, reúne a produção intelectual dos membros da AML desde a sua fundação, em 1909, até os dias atuais. Possui tanto obras na área de letras e literatura quanto obras relacionadas às atividades profissionais exercidas pelos acadêmicos, como artes, política, medicina, história e jornalismo. Isso abre expressivamente o leque de assuntos tratados nesses documentos, que se apresentam nos mais variados formatos, como livros, folhetos, anotações manuscritas e datiloscritas, fotografias, recortes de jornais, correspondências, cartões, certificados, objetos pessoais etc.

Não menos importantes são os discursos (posse, recepção e homenagens diversas) e memoriais dos acadêmicos, que estão recebendo tratamento físico e arquivístico especial. Foi concluída a etapa de digitalização de mais de 5.000 páginas de documentos, garantindo não só a preservação e conservação como também a disponibilização desses registros para pesquisadores e interessados.

A Biblioteca dos Acadêmicos mantém o seu crescimento ativo, pois, além de incorporar as obras dos novos membros eleitos para a ocupação das cadeiras, está em curso desde 2018 a campanha permanente de doação de acervos para a AML, coordenada pelo acadêmico Caio Boschi. Com o objetivo de preencher as lacunas dessa coleção, foi realizado um levantamento da bibliografia dos acadêmicos atuais e dos seus antecessores imediatos através de pesquisa em fontes primárias, currículos, *sites*, obras de referência, catálogos de editoras e estudos feitos por terceiros. Identificadas as publicações faltantes no acervo da AML, foram realizadas ações com as famílias e os amigos, pesquisas em sebos, com levantamento de preços, e buscas em coleções de instituições afins, que poderiam vir a doar o documento à AML ou com ela permutá-lo, e, com isso, o acervo vem sendo enriquecido com importantes contribuições. A Biblioteca dos Acadêmicos se reveste de uma unicidade especial, por reunir no mesmo espaço obras de personalidades que construíram o pensamento literário e que tanto fizeram e fazem pela língua portuguesa e por nossa cultura. Uma subseção dessa biblioteca foi criada para separar – mas sem perder os relacionamentos – as obras escritas por terceiros em homenagem aos acadêmicos e à instituição. Priorizada pela Comissão de Acervo para receber o tratamento técnico de suas obras, essa biblioteca já foi totalmente

catalogada e higienizada, e suas obras receberam os cuidados de conservação e preservação.

2. Biblioteca Eduardo Frieiro

Adquirida em 1982, quando a AML comprou o espólio documental do escritor, é composta de obras nas áreas de literatura, filosofia, linguística, filologia, história, ciências humanas etc. Esse acervo é formado por coleções gerais de literatura – com destaque para a Cervantina –, produções de escritores mineiros, obras de referência, edições raras dos séculos XIX e XX, manuscritos, fichamentos de pesquisas feitas pelo acadêmico, revistas literárias nacionais e estrangeiras, recortes de jornais com colunas especializadas em literatura (crítica, lançamentos de obras, eventos culturais), além de um conjunto epistolar com mais de 2.000 correspondências recebidas e enviadas pelo escritor desde o início do século XX a pessoas de Minas Gerais, do Brasil e do exterior. Essa coleção já foi inventariada, higienizada, armazenada e parcialmente digitalizada. Ela é objeto de estudo do grupo Cartas Frieiro, que conta com a participação de pesquisadores voluntários (professores e jornalistas) e dos bolsistas do Núcleo de Acervo, que procedem à leitura e análise dos documentos com o objetivo de elaborar e disponibilizar o inventário completo em formato digital para consulta pela sociedade, em geral, e, em particular, por estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Outro conjunto documental é formado pelos manuscritos do escritor e fichamentos de pesquisas literárias, que são objeto de estudo de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, fruto de acordo de cooperação acadêmica técnico-científica firmado entre o Cefet-MG e a AML com o objetivo de ativar o uso dos documentos que dizem respeito à cultura mineira, em especial às letras, à literatura e à edição, por ter sido Eduardo Frieiro importante mediador cultural da cidade de Belo Horizonte.

O projeto de organização dos acervos da AML, que até o momento tratou da Biblioteca dos Acadêmicos e da Biblioteca Eduardo Frieiro, agora avança para a etapa de estudo e planejamento do novo *layout* das bibliotecas com a aquisição de equipamentos e mobiliário adequado para o armazenamento dos documentos e imprime à insti-

tuição um importante processo de modernização no que se refere a gestão da informação, preservação da memória e acesso ao conhecimento. A digitalização integral da coleção da *Revista da Academia Mineira de Letras* – que orgulhosamente está atravessando seu primeiro século de existência – é mais uma conquista rumo à criação da Biblioteca Digital da AML. Com a disponibilização dos seus conteúdos digitais em seu canal no YouTube e nas redes sociais, a instituição se insere de vez no movimento mundial de acesso aberto à produção intelectual, seja ela científica, técnica, artística ou cultural. O projeto também proporciona um ambiente de aprendizado das práticas profissionais e dos métodos de pesquisa aos estagiários colaboradores, que assim falam das suas experiências:

“A parte mais interessante de participar dos trabalhos com o acervo da AML é poder acompanhar a organização das obras desde as etapas iniciais, como o diagnóstico e a inventariação dos itens. É uma experiência única de aprendizado, visto que a maioria das unidades de informação já têm sua estrutura e logística de funcionamento firmada quando admitem estagiários para auxílio aos processos da instituição. Na AML, é diferente: participei das tomadas de decisão em quase todas as etapas do tratamento do acervo, e ainda participo. É uma oportunidade singular de adquirir experiências, principalmente no âmbito da gestão informacional. Isso fará diferença na minha atuação profissional, para lidar com os desafios dos trabalhos de organização de acervos. É muito gratificante ver as coleções que já foram tratadas, poder encontrar cada item sem dificuldade, ver os pesquisadores até agora atendidos obtendo respostas às suas demandas informacionais... É o sinal de que, apesar dos percalços, o trabalho foi bem executado, de que as nossas decisões foram acertadas e de que estamos no caminho certo para possibilitar o amplo acesso às coleções.” *Júlia Saback – Graduada em Biblioteconomia pela UFMG (Estagiária desde julho de 2019)*

“Sou estudante de Letras da UFMG e entrei para o projeto em setembro de 2019, como integrante do Núcleo de Acervo. Durante um ano de projeto, eu desenvolvi trabalhos de preservação e manutenção de acervos documentais e realizei pesquisas para a comunidade externa. Além disso, ao longo desse tempo, eu pude participar de eventos culturais riquíssimos, aprendi muito acerca da história e da

arte de Minas Gerais e sobre o que é um bom trabalho em equipe. Considero muito importante o trabalho que está sendo realizado para disponibilizar as obras do acervo da Academia para a comunidade externa, pois essa é uma iniciativa que contribui para promover o acesso à informação. Desde que iniciei minhas atividades, eu me sinto fazendo parte de algo que é de fato significativo, pois a preservação da história e da cultura é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, eu tenho muito orgulho desse projeto e fico feliz por ter contribuído para ele de alguma forma. Espero que os próximos meses de trabalho sejam tão enriquecedores quanto os que eu já vivenciei.” *Luiza Pereira – Graduanda em Letras pela UFMG (Estagiária desde setembro de 2019)*

“Eu me chamo Brenda e sou estudante do curso de Letras da PUC Minas. Iniciei o meu estágio na Academia Mineira de Letras, no Núcleo de Acervo, mais especificamente, em fevereiro deste ano. Apesar do pouco tempo, já tenho algumas experiências muito positivas para compartilhar. A primeira delas diz respeito à riqueza do acervo da AML, o que me proporcionou conhecer diversos autores e obras que eu ainda não conhecia. Além disso, eu também pude aprender mais acerca da história de Minas Gerais, visto que grandes figuras mineiras ocuparam uma cadeira na AML e ajudaram a enriquecer a produção literária sobre o estado. Outro ponto que também considero muito construtivo é a oportunidade de contribuir em pesquisas externas que exigem acesso às revistas, cartas e demais documentos da Academia, o que reitera a importância do material do acervo. Estou muito feliz em fazer parte de um projeto tão relevante e de uma equipe tão dedicada e espero poder continuar ajudando no desenvolvimento desse trabalho, que tem como objetivo principal a preservação e a disseminação da cultura.” *Brenda Silva – Graduanda em Letras pela PUC Minas (Estagiária desde fevereiro de 2020)*

“Meu nome é Graziela, sou aluna do curso de Letras da PUC Minas e estou no meu último mês de estágio. Ao longo desses dois anos em que fiz parte do Núcleo de Acervo, tive a oportunidade de conhecer nomes importantíssimos não só da literatura mineira, mas também da história de Minas Gerais. A Academia Mineira de Letras possui um acervo extenso, cheio de documentos, cartas e obras que contam um pouqui-

nho da história do nosso estado, permitindo que façamos uma pequena viagem no tempo e entendamos a relação entre os mineiros, o espaço e a literatura. Sou muito grata por ter tido a chance de fazer parte dessa equipe incrível e poder contribuir para um trabalho que visa à promoção do acesso à informação. Dessa forma, assim como me encantei por todo o mistério guardado no Palacete Borges da Costa, acredito que sua divulgação encantará muitas outras pessoas também.” *Graziela dos Santos – Graduanda em Letras pela PUC Minas (Estagiária de 2018 a 2020)*

“A Academia Mineira de Letras é como um sítio arqueológico: em três anos de projeto, a experiência de trabalhar no palacete é recheada de constante descoberta. É como se houvesse uma história a ser desvendada por meio de documentos e correspondências, a história de uma Belo Horizonte que se constitui sob a faceta da cidade de que julgamos saber tudo. A promessa é a de que o projeto continue a apresentar ao público uma parte da vida mineira, aquela que se manteve oculta em envelopes e dobras de livros. No meio de um acervo de dezenas de milhares de itens, sempre existe espaço para ler um detalhe novo, uma história incrível ou um comentário picante das figuras que fizeram da Academia um centro especial de construção do conhecimento. Mais do que preservar, a intenção da instituição é apresentar.” *Pedro Meireles – Graduando em Letras e Tecnologias da Edição pelo Cefet-MG (Estagiário desde maio de 2019)*

“Minha jornada na Academia Mineira de Letras começou em novembro de 2017, na exposição *Folhetos de Cordel Portugueses*. Após o fim da mostra, ingressei como estagiário para trabalhar na organização da Biblioteca Eduardo Frieiro, local onde pude conhecer a coleção desse grande escritor mineiro e me encantar com ela. Participei da organização dos outros acervos da Academia e também tive o privilégio de participar de uma mesa do seminário Memória Hoje, realizado em 2018. Atualmente, trabalho com as correspondências de Eduardo Frieiro. É muito gratificante trabalhar numa instituição como a Academia Mineira de Letras. Conviver com os trabalhos de grandes nomes da literatura é um aprendizado diário.” *Arthur Manhães Guidine – Aluno do curso de Letras e Tecnologias da Edição no Cefet-MG*

ABRINDO O ARQUIVO DE CORRESPONDÊNCIA DE EDUARDO FRIEIRO

Maria da Conceição Carvalho

*Sou um tanto céptico a respeito de intercâmbios intelectuais.
São simpáticos, mas ilusórios. Isso não obstante,
tenho-me relacionado com distintos “intercambistas” [...].*
EDUARDO FRIEIRO, CARTA A B. SÁNCHEZ-SÁEZ, 6/12/1941

INTRODUÇÃO

A República das Letras, entendida como espaço de criação do saber é, como qualquer outro espaço social, um lugar de rígidas hierarquias, onde se travam, continuamente, disputas em torno da questão do valor – valor dos criadores e valor dos produtos. Nesse sentido, lembra Casanova (2002), a história da literatura precisa ser contada não apenas rememorando-se as obras e os autores inscritos no cânone nacional e universal como também buscando-se identificar as forças culturais e sociais envolvidas, em cada época, no processo de legitimação de cada autor e de sua produção literária. Subentende-se ali, em qualquer época, um jogo de forças que pode resultar na colonização epistêmica e na subalternização de saberes, línguas, culturas e povos que não estejam inseridos no espaço geopolítico dos grupos hegemônicos de cada momento histórico (MIGNOLO, 2003).

Atentos à complexidade e inevitabilidade de tais jogos políticos no espaço da cultura, historiadores do campo literário na contemporaneidade têm voltado cada vez mais seu interesse para a correspondência de escritores e intelectuais como lugar privilegiado de inter-relações sociais e intelectuais de um espaço-tempo determinado, onde, de forma mais ou menos explícita, os interlocutores praticam um ato autobiográfico ou de escrita de si, revelam seus posicionamentos estético-ideológicos e seus embates concorrenciais e, sobretudo, trocam ideias sobre seus processos de criação.

Embora gerados no domínio da vida privada, tais documentos pessoais apresentam características específicas de interesse público e, quando conservados na forma devida, se transformam em preciosas fontes primárias para os estudos literários em ampla perspectiva, da história da literatura aos estudos biográficos e à crítica genética.

No Brasil, embora o interesse por conjuntos epistolares de figuras públicas não seja recente, pode-se afirmar que somente no início do século XXI a publicação desse tipo de documento – as cartas de escritores, em especial – começa a ganhar regularidade parecida à que já existe há muito em países europeus, certamente como fruto do trabalho sistemático com fundos arquivísticos realizado por instituições nacionais, como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e o Acervo de Escritores Mineiros/Centro de Estudos Literários e Culturais (UFMG), entre outras.

E, de forma notória, novos estudos epistolográficos vêm se intensificando entre nós desde as últimas décadas do mesmo século XXI, a partir, sobretudo, do ambiente acadêmico, resultando em um número significativo de dissertações e teses. Muitos desses estudos estão atentos às questões de fundo levantadas por Casanova e Mignolo.

Contudo – é preciso repisar sempre –, para que a interação pesquisador-carta/documento seja possível e resulte em trabalho profícuo, é fundamental que esses papéis estejam devidamente organizados e disponibilizados em arquivos públicos e privados abertos à consulta dos interessados, sob condições predefinidas.

A proposta desse artigo é discorrer sobre a correspondência do escritor Eduardo Frieiro (1989-1982) alocada na Academia Mineira de

Letras, atualmente em processo de organização, apontando, de alguma forma, seu potencial para contribuir para a (re)escrita da história da literatura produzida em Minas dos anos 30 aos 70 do século XX.

AS DUAS VIDAS DA CORRESPONDÊNCIA

Esse subtítulo recorre a uma proposição de Brigitte Diaz² quando reflete sobre a distância temporal entre as duas vidas de uma carta: a vida original, aquela que se desenvolve em tempo real, enviada pelo signatário e recebida e lida por um destinatário específico; e uma vida posterior, facilitada pelos arquivistas, historiadores e editores, que, pela vontade expressa do autor ou à sua revelia, colocam a carta original à disposição de um leitor extemporâneo, esteja ela, a carta, na sua materialidade primeira, guardada em arquivos de instituições públicas e/ou privadas, ou já circulando impressa (revisada e anotada) em revistas e livros, ou, ainda, cada vez mais na atualidade, disponibilizada na internet.

Para Diaz (2016), o gênero epistolar, particularmente a correspondência de escritores, carrega uma natureza híbrida e rebelde a categorizações predefinidas, sendo entendido como o lugar do pensamento nômade, aquele que passeia sem regras sobre a intimidade do signatário da carta, sua obra e a dos outros, sobre seu espaço e seu tempo, sobre a literatura e o fazer literário.

Percorrendo uma via de mão dupla, as cartas trocadas diferem de outras escritas do eu por serem eminentemente relacionais, isto é, “textos nos quais o sentido do que é escrito só pode ser apreendido em função de um ‘outro’ [...] estabelece[ndo] assim uma espécie de circuito retroalimentado de significação [...]” (GOMES, 2004, p. 53). Dito de outra maneira, uma correspondência, no seu espaço-tempo original, está centrada no dialogismo, ou seja, baseia-se no mecanismo da “reciprocidade” entre remetente e destinatário, ainda que se possa acreditar num certo “jogo epistolar”, utilizado pelos missivistas para a produção retocada de seu retrato e de suas facetas sociais.

De qualquer modo, por espelhar a rede de sociabilidade que envolve os interlocutores, no “embalo” da qual se forjam estratégias

² A professora e pesquisadora da Universidade de Caen (França) usa essa expressão em DIAZ, 2012.

de autorrepresentação e de visão de mundo, um conjunto epistolar que sobreviva ao tempo e às circunstâncias daqueles interlocutores originais, ou seja, que ganhe uma segunda vida, exigirá do chamado leitor extemporâneo uma atenção especial para enfrentar certas aporias temporais.

Essa afirmação conduz a outras reflexões, que trazemos aqui muito resumidamente, pedindo emprestada, com alguma liberdade, a leitura que Moreira (2004, p. 183) faz do conceito de *rastro*, pensado por Ricoeur na obra *Tempo e narrativa*, qual seja o sinal de uma passagem, de uma ação no passado que deixou uma marca. Para Moreira, lidar com arquivos, bancos de dados e documentos, instituir, coletar e preservar, assim como organizar e guardar a memória coletiva, são atividades fundamentais no trabalho dos pesquisadores da área dos estudos literários, mas que somente adquirem um sentido quando se busca, no documento, como instrumento de um pensamento do passado, a *significância* ligada àquele rastro. Em outras palavras, apesar da natureza mesma do rastro como um resto que pode nos chegar de outro tempo como uma informação “embaçada e desalinhada”, o estudioso contemporâneo sabe que, ao considerar a presença desses “vestígios” através de leitura criteriosa deles, pode encontrar múltiplas possibilidades de narração e interpretação dos acontecimentos do passado.

Nesse sentido, antes de passarmos especificamente para os comentários sobre a correspondência do escritor Eduardo Frieiro, é preciso levantar ainda algumas questões sobre a segunda vida da carta pessoal ou sua “nova função” (ROCHA, 2017, p. 47), ainda que as respostas mesmas não caibam neste texto.

Perguntas: como ler na atualidade cartas escritas num espaço-tempo diferente? Quais protocolos de leitura serão necessários para facilitar o trabalho dos leitores de hoje, pesquisadores especializados ou não, e lhes abrir portas para suas reflexões e interpretações? Como se distanciar de leitura e compreensão apenas reprodutivas dos fatos do passado e desdobrar os significados de ontem (em um processo arriscado de desistorização) na construção de novos conhecimentos, que justifiquem a permanência e guarda desses documentos hoje e no futuro?

De fato, como considera Rocha (2017, p. 47), “quando compiladas e publicadas, as cartas se revestem de novos dispositivos de leitura,

o que subverte o dialogismo inicial e compõe uma obra à revelia de seus escritores”. Ou seja, a recepção tardia de escritos epistolares por um leitor terceirizado exige, certamente, um novo protocolo de leitura. Uma carta retirada do arquivo pelo pesquisador já não é mais o passaporte de sociabilidade que foi no passado, adquirindo, agora, valor e estatuto de documento histórico. Para além da curiosidade e da simpatia pelo signatário e/ou destinatário, o novo leitor precisa se apoiar numa estratégia de leitura transdisciplinar e transtextual, cotejando fontes, consultando arquivos e diluindo as fronteiras entre os elementos factual, teórico e ficcional na busca, enfim, da significância do rastro ali encontrado.

Ficam, pois, estas considerações preliminares para o leitor de correspondências, de intelectuais ou não, e, especialmente, para os leitores deste artigo que venham, eventualmente, a se interessar pela correspondência ativa e passiva de Eduardo Frieiro em particular.

BREVE ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA DE EDUARDO FRIEIRO³

Antes de abordarmos a correspondência desse intelectual mineiro, que foi eleito por unanimidade para a Cadeira 7 da Academia Mineira de Letras, sucedendo a Avelino Fóscolo, e que passou a vida dedicado à palavra impressa – lendo e escrevendo, colecionando e imprimindo livros, anotando e arquivando papéis –, é preciso mencionar como todo (ou quase todo) o seu acervo pessoal saiu de sua residência e foi depositado na Academia Mineira de Letras, por sua expressa vontade. Recontemos um pouco dessa história!

O traslado do acervo de Frieiro de sua residência para o espaço atual aconteceu um ano depois de sua morte. Antes, porém, estando o escritor ainda vivo, seu acervo foi comprado pela Academia, conforme registrado no livro *Efemérides da Academia Mineira de Letras* (JOSÉ; OLIVEIRA, 1999), até onde se sabe em transação comercial garantida por um tratamento jurídico adequado. A possibilidade de conservar o importante acervo salvo da fragmentação e à disposição

³ Partes apresentadas nesse item foram retiradas da tese de minha autoria: CARVALHO, 2008.

de pesquisadores terá sido – queremos crer – uma vitória pessoal de Frieiro; foi, sem dúvida, um ganho para a cultura brasileira, se compararmos seu destino ao destino nem sempre feliz de outros acervos pessoais com algum valor patrimonial. No caso singular de Frieiro, aos 91 anos, adoentado e quase cego, ele próprio promoveria e anteciparia, à sua maneira, a separação daquilo que mais prezava: sua biblioteca e seu arquivo de papéis. De fato, constava no acordo de venda que a transferência do acervo só se efetuaria depois de sua morte.

Entretanto, a saúde já muito debilitada no momento da efetivação do acordo talvez explique como pôde acontecer que alguém tão zeloso com aquele produto precioso de toda uma vida não tivesse se preocupado em fazer uma listagem detalhada de seu conteúdo específico, uma espécie de passaporte para que, na sua ausência, seus livros e papéis estivessem salvos da dispersão.

Enfim, o Acervo Frieiro, alocado desde 1982 na Academia Mineira de Letras – conjunto heterogêneo de documentos formado por livros, revistas, manuscritos, recortes de jornais, fichas de leitura e cartas – vem sendo objeto de organização bibliográfica e arquivística dentro de um projeto maior, relativo a todo o patrimônio cultural da mesma instituição.

Mas, para não duplicar o que está sendo apresentado em outro artigo deste volume da *Revista da Academia Mineira de Letras*, cabe passar, já, para a parte relativa ao fundo epistolar, objeto específico deste artigo, fundo constituído pela correspondência pessoal do escritor, recebida e enviada, e por um montante de correspondência de terceiros, também conservada pelo titular do arquivo.

CORRESPONDÊNCIA PESSOAL ATIVA E PASSIVA

A correspondência pessoal, passiva e ativa, registra, até o presente momento da organização em curso, um total aproximado de 3.000 documentos, entre os quais cartas recebidas por Eduardo Frieiro da parte de 264 pessoas de Minas Gerais, do Brasil e do exterior e cópias de cartas enviadas por ele em resposta às cartas recebidas. Nesse caso singular – cópias de cartas enviadas, arquivadas por ele em pastas tipo AZ –, nota-se o cuidado do escritor em burilar ideias, substituir palavras, suprimir trechos, mesmo já tendo sido enviada a versão original

(ele costumava anotar, inclusive, a data em que fazia as alterações nas cópias), com tudo isso visando, acredita-se, uma futura publicação dessa correspondência pessoal.

Note-se, contudo, que esses números deverão ser diferentes quando a organização do Acervo Frieiro estiver concluída, uma vez que tem sido recorrente a “descoberta” de cartas recebidas ou cópias das enviadas entre outros documentos do mesmo arquivo, ou mesmo em outros acervos da AML.

Embora a prática epistolar tenha suas normas e protocolos há muito consolidados, a arqueologia dos arquivos revela modos diferentes de colecionar as cartas e, até, de expô-las ao olhar público. Mário de Andrade é o caso mais lembrado, não apenas pelo número extraordinário de seus interlocutores como pela definição em vida do prazo *post mortem* para que seus amigos epistolares publicassem as cartas por ele escritas, ainda que ele não tenha sido atendido integralmente, vale lembrar. Quanto ao nosso escritor, embora tendo tido um número menor de correspondentes, também considerou, em vida, uma futura publicação seletiva de suas cartas. Em 5 de novembro de 1949, ele deixa expresso no seu diário o modo como gostaria de dar à luz os seus escritos completos até aquele momento. Leia-se um pequeno trecho:

5 de novembro – Tracei o plano de uma hipotética edição de minhas obras completas. Assim:

Volume I: “O Clube dos grafômanos”

Volume II: “O mameluco Boaventura”

.....

Volume XIV: “Correspondência”

Volume XV: “Páginas do Novo Diário”.

E, após a listagem completa de 15 volumes, comenta com a habitual (falsa?) esquivaz à fama:

Nunca fiz nada para conseguir editor para qualquer obra minha. Muito menos o farei agora. Mas pode ser que depois de minha morte, apareça editor para os meus escritos completos. É assunto para minha mulher, que certamente me sobreviverá. Minhas obras impressas já estão todas revistas e preparadas para a reimpressão. Das inéditas, pela maior parte, organizei já os originais. (FRIEIRO, 1986, p. 388-389)

Queremos crer que, para Frieiro, reservado e pouco loquaz, o diálogo epistolar tenha representado uma estratégia muito especial para tecer uma rede de sociabilidade através da qual buscava edificar e reafirmar, para si mesmo, para seus interlocutores e para a posteridade, sua identidade de intelectual e de escritor. Seu trabalho com as cartas, tanto as recebidas quanto as cópias daquelas que enviou, arquivando-as, de novo lendo-as e adicionando comentários, como já dito, teria sido vivenciado como um “espaço paradoxal” (KAUFMANN, 1990), zona enigmática entre a vida e o texto, a meio caminho entre o espaço privado e o público, de onde o homem ensimesmado ousa se expor, mantendo-se, todavia, a uma distância segura do seu interlocutor.

Tal prática de conservar, além das cartas recebidas, também as cópias das cartas enviadas não é tão comum entre os epistológrafos e, quando existe, como no Acervo Frieiro, faz a felicidade dos pesquisadores e editores interessados na vida e na criação literária do “construtor” de tal arquivo pela possibilidade que oferece de se acessar, com mais facilidade e maior sucesso, o já comentado circuito retroalimentado de significação de uma troca epistolar.

Sendo a carta ainda um modo usual de estabelecer e manter relações sociais e literárias no século XX, pelo menos no período em que Frieiro manteve uma vida ativa de escritor, editor, professor, jornalista literário e bibliófilo/bibliógrafo, é curioso comparar o cuidado que esse epistológrafo dispensava à sua correspondência escrita e enviada com um trecho de carta enviada a Orígenes Lessa, em 25 de maio de 1938: “não sou amigo de escrever cartas ou simples cartões – não tenho a mínima inclinação para o gênero epistolar – mas respondo sempre a quem me escreve, – com exceção dos cacetes, bem entendido”.

Como lembra Bourdieu (1999), a amizade e a solidariedade permeiam, via de regra, as trocas epistolares entre intelectuais, marcadas pela orientação, pelo préstimo e pela intermediação solidária, e também podem denunciar hostilidade e rivalidade na luta concorrencial pelas posições no vasto campo da produção intelectual. Não obstante tenha deixado para alguns a imagem de figura pouco simpática, uma leitura atenta e mais ampla da correspondência ativa de Frieiro pode mostrar que ele não só respondia a todos que a ele se dirigiam por carta, como fazia questão de se posicionar, com cortesia, e alguma ironia, aos inoportunos e autoritários (que de fato os há no espaço

da República das Letras, se quisermos dar atenção ao conceito de colonialismo epistêmico, já mencionado).

Ainda sobre a correspondência ativa, como o quantitativo dessa categoria é bem menor que o das cartas recebidas, pode-se pensar que a decisão de guardar cópias das cartas enviadas tenha começado só a partir de um dado momento de sua experiência epistolar, ou, como outra possibilidade, que ele não produzia/arquivava cópias de todas as cartas enviadas, seguindo algum critério pessoal de seleção.

CORRESPONDÊNCIA DE TERCEIROS

Também fazem parte do Acervo Frieiro cartas trocadas entre Noêmia Frieiro e Inês Rodrigues Lapa, respectivamente esposas de Eduardo Frieiro e do filólogo português Manoel Rodrigues Lapa. O diálogo epistolar entre as duas mulheres revela a manutenção dos laços de amizade travados entre os dois casais no período em que o Prof. Lapa e a esposa moraram em Belo Horizonte. Em linguagem informal, D. Noêmia e D. Inês falam de suas rotinas e da presença dos maridos em suas vidas e acrescentam, de alguma maneira, informações relativas ao intercâmbio epistolar Frieiro-Lapa.

CORRESPONDÊNCIA-REDE OU CORRESPONDÊNCIA-LABORATÓRIO?

Para Trebitsch (1992), a posição que o missivista ocupa em relação aos seus interlocutores, em dado momento, nos campos intelectual e político, permite analisar a correspondência de intelectuais dentro de duas grandes categorias: correspondência-rede e correspondência-laboratório, embora sem fronteiras muito rígidas. Para esse pesquisador francês, a função da correspondência-rede seria a de interligar membros de um grupo organizado em torno de uma ou várias figuras centrais com um objetivo comum, de caráter estético, científico ou ideológico. Essa categoria comporta ainda duas subcategorias: redes formais e redes informais.

Muitos conjuntos epistolares conhecidos e disponíveis de intelectuais brasileiros caberiam aqui. Entre eles, lembramos, na rede formal, a correspondência do ministro Gustavo Capanema e, na informal, a

de Mário de Andrade, que, justiça lhe seja feita, foi também um rico laboratório de ideias.

De fato, a correspondência-laboratório costuma agregar tanto intelectuais ocupando a mesma posição no campo literário quanto escritores estreados buscando a atenção e o reconhecimento de figuras consagradas. Trata-se, quase sempre, de um diálogo epistolar profundo e duradouro, sobre temas de toda ordem. Geralmente permeada pela amizade pessoal e intelectual, esse tipo de correspondência funciona como um laboratório em que se experimentam conceitos, temas, textos e desenvolvem-se relações de filiação e orientação intelectual.

Salvo melhor juízo, o conjunto epistolar de Eduardo Frieiro pode ser incluído na categoria correspondência-laboratório, com base nas relações evidenciadas entre Frieiro e seus correspondentes e na tipologia mesma das cartas presentes no arquivo em questão, conforme o que se conhece até o momento.

No espaço reduzido deste artigo nos limitaremos a dar uma visão geral das categorias de pessoas entendidas como interlocutores do escritor Eduardo Frieiro e dos temas mais recorrentes nessa rede de sociabilidade, sem pretender apresentar, nesse sentido, uma lista sistemática e exaustiva, como a que em breve sairá no inventário analítico formal que vem sendo elaborado por especialistas na AML.

INTERLOCUTORES E TEMAS

Ao longo de cinco décadas, de 1930 ao final dos anos 1970, Frieiro trocou cartas com intelectuais e pessoas de alguma forma ligadas ao mundo da educação e da cultura, cidadãos de Minas, do Brasil e do exterior, sobretudo da Espanha, de Portugal e de países da América Latina. Entre as quase 300 pessoas que marcam presença nesse arquivo de cartas, estão tanto escritores já consagrados quanto postulantes à arte de escrever, filólogos, críticos literários e historiadores, bibliófilos e bibliógrafos, livreiros e editores, professores universitários e ex-alunos da Faculdade de Letras, jornalistas e bibliotecários, amantes da literatura em geral e leitores de sua obra, tradutores e artistas, membros da AML e da Academia Brasileira de Letras (ABL), diretores de órgãos de cultura estaduais e nacionais.

A essas categorias somam-se algumas personalidades políticas, como Juscelino Kubitschek de Oliveira (quando era presidente e senador), além de deputados, ministros e secretários de Estado, assim

como familiares e antigos conhecidos do período em que Frieiro trabalhou na Imprensa Oficial.

Nesse rápido sobrevoo, sem pretender elencar todos os interlocutores e temas que permeiam a correspondência em análise, escolhemos destacar os encontros epistolares de Frieiro com alguns intelectuais com quem manteve fosse uma verdadeira amizade intelectual, fosse um embate sobre alguma questão específica, como tentaremos mostrar a seguir.

A literatura, em todas as suas facetas e expressões, é, certamente, o tema central das cartas entre intelectuais, e não é diferente na rede epistolar de Frieiro. Nas páginas manuscritas ou datilografadas das cartas desse arquivo, travam-se discussões sobre estilos e processos criativos, apresentam-se obras e ideários estéticos, pratica-se o exercício da crítica, considera-se o fazer do intelectual na vida social brasileira da época, além de questões da ordem do relacionamento pessoal envolvendo afetos, admiração, hostilidades sob medida e, da parte do nosso escritor, a recorrente recusa de convites para publicação, tradução, participação em eventos e ocupação de cargos em instituições culturais fora de Belo Horizonte.

Seguindo alguns recortes temáticos, começamos com Brito Broca, crítico literário e historiador paulista com quem Frieiro debateu, em longas cartas, aspectos da crítica literária e da historiografia da literatura e da cultura mineira. Nessa troca epistolar, transparece o prazer de dois pesquisadores com acentuado espírito crítico ao partilhar ideias e valores sobre literatura e cultura, sobre edição e recepção de livros no Brasil.

É especialmente a condição de bibliógrafo, ou de mediador cultural, se quisermos, que marca sua correspondência com Otto Maria Carpeaux, com o musicólogo Curt Lange, com o filólogo Rodrigues Lapa e com o historiador Hélio Vianna, entre outros. Com Carpeaux trocou poucas cartas, embora cheias de mútua admiração e respeito intelectual. Nelas, o crítico austríaco interroga sobre textos pouco conhecidos escritos em Minas no momento em que construía a sua monumental obra *História da literatura ocidental*. Uma leitura das cartas revela o entusiasmo com que Frieiro põe à disposição de pesquisadores do porte dos mencionados o resultado de anos de estudo original e criterioso da literatura e da história social e política de Minas desde os tempos coloniais.

A maior e mais duradoura troca de cartas de Frieiro foi com o filólogo Rodrigues Lapa, de 1938 a 1970. Nela pode-se acompanhar um longo intercâmbio de posições sobre a questão da autoria das

Cartas chilenas e o reiterado pedido do professor português para que Frieiro encontrasse e lhe disponibilizasse, para esse estudo, documentos inéditos relativos à Inconfidência Mineira. O apoio bibliográfico dado pelo pesquisador mineiro parece ter sido, de fato, fundamental para a conclusão de *As “Cartas chilenas”: um problema histórico e filológico*, de Rodrigues Lapa. Mas lê-se também, na correspondência deles, o interesse de ambos pela Galiza e sua literatura, com destaque para Antonio Machado e Rosalía de Castro, e, ainda, pelos rumos da política brasileira no período da ditadura militar.

Com Cyro dos Anjos, Guilhermino César, Mario Casasanta, Vivaldi Moreira, Enrique de Resende e outros intelectuais do nosso estado, as conversas epistolares versam, principalmente, sobre o ato da criação literária dos missivistas envolvidos, sobre o espaço literário de Minas e os bastidores da Academia Mineira de Letras.

Sob o risco de nos alongarmos demasiado, faremos, ainda, menção especial à literatura espanhola e latino-americana como subtema frequente na correspondência em questão. Professor dessas duas literaturas no curso de Letras da UFMG, é natural que tenha formado uma rede de contatos com hispanistas brasileiros e com escritores, professores e tradutores da Espanha e de países da América do Sul e da Central. A inserção nessa rede de sociabilidade literária ibero-latino-americana proporcionou a Frieiro desempenhar o que seria, na opinião do escritor Fábio Lucas,⁴ uma de suas maiores contribuições à cultura brasileira: fazer circular entre nós, dos anos 1930 aos 1950-60, através do jornalismo literário e da docência, a cultura e a literatura espanhola e hispano-americana, praticamente ignoradas no Brasil até então, como efeito daquilo que Casanova ressaltou como a existência de capitais e periferias na República das Letras, com seus mecanismos de inclusão e de exclusão.

Destacaremos, assim, as cartas do hispano-argentino Sánchez-Sáez, grande divulgador da literatura brasileira na Argentina, que trocou cartas com o amigo mineiro de 1941 a 1976, e as dos tradutores argentinos Benjamín de Garay – que traduziu para o castelhano *Os sertões, Casa-grande & senzala*, entre outras obras canônicas brasileiras – e Raúl Navarro – tradutor de Graciliano Ramos, entre outros –, com os quais Frieiro discute a importância de traduzir outros autores

4 Em depoimento oral a M. C. Carvalho, em 2005.

brasileiros, assim como questões teóricas relativas à operação tradutória em si mesma. Além de intelectuais argentinos, com os quais manteve um contato mais duradouro, Frieiro procurou uma aproximação literário-bibliográfica com países menos frequentados pelos leitores e pesquisadores brasileiros. Por exemplo, após ter publicado o artigo “Poesia afro-antilhana” na revista *Kriterion* (v. 8, 1955), recebeu uma carta do poeta haitiano Maurice Lubin, autor de *Panorama de la poésie haitienne* (1950), ensejo para que passassem a trocar ideias sobre a poesia negra hispano-americana e sobre a história do Haiti, e outra do Aguilera Malta, escritor polígrafo do Equador e importante cultor e divulgador da cultura latino-americana.

Hispanistas brasileiros ou residentes no Brasil também marcaram lugar na correspondência de Frieiro como o Prof. Sílvio Júlio, da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, que, em 1949, procura envolver Frieiro numa disputa em curso nos meios universitários da então capital do Brasil sobre quem podia ser chamado de hispanista no país. Nosso escritor não alimenta essa fogueira de vaidades e, após autodenominar-se “hispanista amador”, recomenda, em território mineiro, os nomes de Mário Mendes Campos e Henriqueta Lisboa, seus confrades na Academia Mineira de Letras. E, para citar apenas mais um correspondente hispanista, acrescento o nome do Prof. Idel Becker, presente em amáveis conversas sobre a tradição hispânica na América Latina.

E não poderíamos finalizar o recorte do Frieiro hispanista sem lembrar os convites que recebeu, em 1944 e 1956, da parte da Editora Globo de Porto Alegre, para uma primeira tradução brasileira do *D. Quixote* e das *Novelas exemplares*, ambos recusados após troca de cartas com os editores Edgar Cavalheiro e Henrique d’Ávila Bertaso.

CONCLUSÃO

As cartas trocadas entre intelectuais, já se sabe, são importantes não apenas para melhor conhecer um autor e sua obra, como também para mapear a rede de relações sociais/profissionais de uma dada figura num dado tempo e lugar. Entretanto, para que sejam buscadas e investigadas como documento e fonte confiável de estudo, as cartas devem ter sido previamente conservadas segundo princípios arquivísticos e sob a guarda de instituições públicas ou privadas

interessadas em partilhar seu acervo com um público de pesquisadores interdisciplinares.

A Academia Mineira de Letras, na mesma linha de outros centros culturais do país, mencionados anteriormente, vem executando, por iniciativa dos últimos presidentes da Casa, um ambicioso projeto de organização documental de cunho biblioteconômico-arquivístico, que deverá contemplar a totalidade dos acervos ali conservados, que estarão abertos para pesquisas e estudos literobibliográficos relacionados aos registros memorialísticos e à obra dos seus acadêmicos.

O Acervo Frieiro, instalado em sala especial da AML, foi escolhido como o primeiro a ser tratado a partir das políticas e diretrizes que vêm sendo estabelecidas e concomitantemente aplicadas em todas as etapas do referido processo de organização, e ali está incluído o fundo epistolar do mesmo escritor apresentado nas páginas anteriores.

Como tem sido mencionado por estudiosos de cartas de intelectuais, a pesquisa em fundos de correspondência vem progressivamente ganhando o interesse do campo dos estudos literários desde os anos 1980. E ainda mais recente tem sido o desenvolvimento e a aplicação de uma “crítica epistolográfica”,⁵ isto é, de um instrumental teórico-analítico próprio para tais estudos.

Assim, por compreendermos a importância, para o campo da nossa memória literária, de mais um acervo inventariado, classificado e acessível a consultas, além de conhecermos por experiência vivida a complexidade da tarefa específica de organizar, de pesquisar e de editar coleções de cartas, é que vemos a próxima disponibilização *in loco* e por via digital do rico fundo epistolar do escritor e acadêmico Eduardo Frieiro (o primeiro de muitos outros) como mais uma contribuição inestimável entre as muitas que a Academia Mineira de Letras vem oferecendo ao espaço cultural da cidade e, por extensão, ao do país.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
CARVALHO, M. da C. *Cordialmente, Eduardo Frieiro*: fragmentos (auto)biográficos. 2008. Tese (Doutorado em Literatura

⁵ Termo utilizado pelo pesquisador Leandro Garcia Rodrigues, responsável pela organização, pela introdução e pelas notas de RODRIGUES, 2018.

- Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- DIAZ, Brigitte. “Comme une lettre à un ami...” : dispositifs génétiques dans la correspondance de Stendhal. In: LERICHE, F.; PAGÈS, A. (org.). *Genèse & correspondances*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines/ITEM, 2012, p. 11-31.
- _____. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2016.
- FRIEIRO, Eduardo. *Novo diário*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 51-75.
- JOSÉ, Oíliam; OLIVEIRA, Martins. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1999.
- KAUFMANN, Vincent. *L'Équivoque épistolaire*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias: a contribuição de Joaquim Norberto. In: ZILBERMAN, R. et al. *As pedras e o arco: teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 119-98.
- ROCHA, Vanessa Massoni da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2017.
- RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Alceu Amoroso Lima*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2018.
- TREBITSCH, Michel. Correspondance d'intellectuels : le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-47). *Les Cahiers de l'IHTP*, n. 20, p. 70-84, mar. 1992.

- II -
NO BIÊNIO
DA LÍNGUA
PORTUGUESA

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA E A CONSTRUÇÃO DA LUSOFONIA¹

Lauro Moreira

Minhas Senhoras, Meus Senhores,
Senhores Acadêmicos,

Não constitui tarefa das mais fáceis, ao contrário do que aparenta, definir a palavra *Lusofonia*. Qual seria o seu significado mais preciso e ao mesmo tempo menos redutor? A pergunta é recorrente, e a dúvida idem. Observa-se ainda hoje, em certas áreas, uma resistência indisfarçável ao próprio uso da palavra, evocadora para alguns de um recente passado colonial. De minha parte, confesso não encontrar sinônimos que traduzam toda a sua riqueza e abrangência. Seu significado não pode ser confundido com o de *lusíada*, como equivocadamente sucede às vezes, e não raras vezes. Sabemos bem que o termo *lusíada*, seja como substantivo, seja como adjetivo, refere-se apenas ao povo e à intrínseca realidade portuguesa. Já *lusófono*, tanto em um caso quanto em outro, diz respeito ao falante da Língua Portuguesa, em qualquer latitude, e à realidade que o cerca e o condiciona. Ou seja, a acepção de *Lusofonia* tem mais a ver com nossos povos e nações que com nossos Estados, e, por isso mesmo, o sangue que corre em suas veias é bem mais antigo e mais espesso, *data venia*,

¹ Texto baseado em palestra proferida pelo autor em 19 de agosto de 2019, na Academia Mineira de Letras.

que o de respeitadas entidades congêneres, como a *Francofonia* ou o *Commonwealth*.

O que se deve primeiramente destacar é que o enfoque meramente linguístico não esgota a questão. Apenas pela existência de um idioma comum não se poderia chegar a um conceito adequado de Lusofonia. Bastaria ver o número de idiomas falados nos países que hoje constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), espalhados pelos quatro Continentes, onde se falam, além do Português, nada menos que 338 línguas diferentes, ou seja, cerca de 5% do total das línguas vivas do mundo atual. Diante desse quadro, seria de fato tecnicamente incorreto chamarmos de povos lusófonos os desses países onde o bilinguismo e o multilinguismo estão presentes de modo tão expressivo. Logo, o que chamamos de *Lusofonia*, repito, é algo que claramente transcende à questão linguística. Podem não ser povos exclusivamente lusófonos, mas são também lusófonos, ainda que, por vezes, minoritariamente. Povos que viveram e continuam vivendo uma miscigenação étnica, cultural e linguística. Em outras palavras: o uso comum de uma língua, aliado a uma convivência de povos ao longo de quinhentos anos, constituindo gradualmente um patrimônio histórico comum e imaterial, acabou por conformar, em nosso caso específico, não apenas um *espaço lusófono*, mas sobretudo aquilo que qualifico de um *espírito lusófono*, que leva igualmente em conta os decisivos aspectos culturais e psicossociais desses povos irmãos. Esse diálogo intercultural e interétnico que se estabeleceu entre descobridor e descobertos, entre colonizador e colonizados – e sem que se entre aqui em qualquer juízo de valor sobre essa colonização –, acabou também fazendo da língua uma “construção conjunta”, na expressão de José Eduardo Agualusa, onde aspectos sintáticos, fonéticos e lexicais acusam uma grande variedade. Uma variedade que representa obviamente um apreciável enriquecimento do idioma.

É claro que, para melhor se entender o fenômeno, seria necessário examinar o marco histórico em que tudo isso se deu, exercício que não caberia certamente no âmbito destas breves considerações, a não ser para relembrar o decisivo papel de Portugal nessa empresa, nesse primeiro “protótipo da empresa moderna”, onde se fazem presentes as três etapas fundamentais, ou seja, o planejamento, a execução e a avaliação, como bem assinala o historiador norte-americano Daniel Boorsteen. As sementes dessa grande odisseia, que mudou a história e a geografia do mundo, diria eu, brotam com as futuras naus plantadas

nos Pinheirais de Leiria pelo grande Rei Lavrador e Poeta, D. Dinis, aquele que em 1290 declara o galego-português como língua oficial do Reino, estendendo logo seu uso às fórmulas da prosa notarial. E essa magnífica gesta dos Descobrimentos tem seu início efetivo com o Infante Navegador, D. Henrique, e sua lendária Escola Náutica, plantada no *Promontorium Sacrum*. Desse Cabo Canaveral da época – vale a analogia – desatavam-se as naves, rumo não às estrelas, mas às incertezas oceânicas, ao temor aos lendários monstros marinhos, aos Adamastores do *Mare Tenebrosum*. A partir dali, pouco a pouco, e obedecendo a rigoroso planejamento estratégico, ampliaram a abertura do Atlântico, revelando novas terras e contactando novos povos, até culminar, já no final do século, com a descoberta do caminho marítimo para as Índias e, em seguida, com o achamento do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

Inaugura-se então um diálogo intercultural e interétnico com povos de latitudes várias, de línguas e culturas diversas, marcado pelo ineditismo e pela abertura em relação ao novo, ao não semelhante, ao diferente. Um processo de assimilação e integração, talvez único ao longo da História, que teve por base e lastro uma língua chamada portuguesa. Uma língua que, para Vergílio Ferreira, é “o lugar donde se vê o mundo, um lugar de pensamento e sensibilidade. [...] Da minha língua vê-se o mar. Na minha língua, ouve-se o seu rumor, como, na de outros, se ouvirá o da floresta, ou o silêncio do deserto. Por isso, a voz do mar foi, em nós, a da nossa inquietação. Assim, o apelo que vinha dele, foi o apelo que ia de nós”. Esse apelo recíproco e inexorável, acrescento eu, que alimentou a gesta heroica dos primeiros navegadores, que trouxe glória e poder a Portugal e que teve, inclusive, o privilégio de encontrar em Luís de Camões o seu grande rapsodo, cobrou também altíssimo preço em sofrimentos e em vidas humanas, como nos atestam, já a partir de meados do Século XVI, os relatos da *História Trágico-marítima*. Para passar além do Cabo Bojador, era preciso de fato passar além da dor. “Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”, pergunta-se e responde outro imenso poeta da Língua, Fernando Pessoa, séculos mais tarde:

Mar Português

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

“Não vivemos em uma nação, mas sim em uma linguagem. Não se enganem: nossa língua é nossa Pátria”, proclamava enfaticamente o filósofo Emil Cioran. Ou, mais simplesmente, como queria Federico Fellini, “uma língua diferente é uma visão diferente da vida”. “A Pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo”, já antecipava o poeta Olavo Bilac há mais de um século. Mais tarde, seria Fernando Pessoa a proclamar que “Minha Pátria é a Língua Portuguesa”. E fazendo eco à expressão de José Eduardo Agualusa, para quem nossa língua é hoje resultado de uma construção conjunta, Mia Couto retoma e complementa Pessoa, ao dizer que “Minha Pátria é a minha Língua Portuguesa”, levando assim em conta as variantes não apenas lexicais, sintáticas ou fonéticas, mas igualmente o entorno psicológico e social em que a língua é falada. O que realmente importa é que, de Camões, Gil Vicente e Eça de Queiroz a Machado de Assis, Jorge Amado e Guimarães Rosa; de Fernando Pessoa a Carlos Drummond de Andrade e José Saramago; de Jorge Barbosa a Craveirinha e Pepetela; de Alda do Espírito Santo e Alda Lara a Cecília Meireles e Sophia de Mello Breyner; de Luan-dino Vieira a Agualusa e Mia Couto, a nossa Língua Portuguesa é uma só, em todas as suas variantes, que apenas a tornam mais rica.

Desse modo, há que reconhecer que a Língua Portuguesa, uma das grandes línguas globais de nosso tempo, policêntrica e pluricontinental, constitui um dos fatores determinantes na formação da identidade nacional de nove países que compõem a CPLP, além de representar o mais forte traço de união entre eles, a despeito da distância geográfica que os separa, espalhados que se acham pelos quatro Continentes. Alcançamos hoje cerca de 275 milhões de pessoas

vivendo nos países que têm o Português como idioma oficial. Por outro lado, há atualmente mais de dois milhões de naturais do Brasil vivendo no estrangeiro, 650 mil moçambicanos, 440 mil angolanos, 180 mil cabo-verdianos etc., constituindo uma imensa diáspora com milhões de lusófonos disseminados pelos quatro cantos, o que só vem naturalmente reforçar e ampliar o alcance da própria Lusofonia.

Poderíamos ainda acrescentar, com apoio de pesquisas do Observatório da Língua Portuguesa (OLP) – instituição sediada em Lisboa e que tenho a honra de presidir – que, como idioma materno, o Português é o que apresenta hoje o maior crescimento, bastante superior ao do Espanhol e do Inglês. Já é atualmente a terceira língua mais falada do Ocidente, a primeira do Hemisfério Sul e quarta de todo o mundo. Segundo a ONU, no final deste século contará com cerca de meio bilhão de falantes. E não nos esqueçamos de que apenas pouco mais de 1% das línguas existentes hoje são faladas por mais de 10 milhões de pessoas. Como lembrava recentemente o Ministro da Cultura de Portugal, Santos Silva,

nossa língua é uma realidade dinâmica e multiforme, com todas as variantes dispendo de igual valor. Não há um *centro* para a língua portuguesa; ela não possui só uma norma padrão, nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade.

Essa língua pluricontinental e policêntrica é, portanto, o nosso grande tesouro em um mundo cada vez mais globalizado, nosso capital maior, seja em termos culturais, de conhecimento, de comunicação, seja em termos econômicos, como os estudos estão a demonstrar.

Senhoras e Senhores,

Todos sabemos que desde princípios dos anos de 1990, e desde muito antes, falar de Lusofonia é falar de José Aparecido de Oliveira, unanimemente reconhecido e celebrado, em todos os países lusófonos, como o grande mentor da criação da CPLP. Posso afirmar com conhecimento de causa que, sem a sua atuação decisiva, apoiada com entusiasmo por seu amigo e companheiro de ideal, o Presidente Mário Soares, muito dificilmente haveria hoje um organismo internacional

dedicado à defesa e promoção da Lusofonia. Falar de Zé Aparecido, ilustre mineiro de Conceição do Mato Dentro, de quem tive o privilégio de ser amigo pessoal e a quem prestamos hoje nosso preito de saudade e gratidão em seu nonagésimo ano de nascimento, é falar de idealismo, de luta obstinada, de devotamento a uma causa, de inesgotável capacidade de articulação. Falar de José Aparecido é falar de sua determinação na batalha pioneira pela criação de um Organismo internacional que pudesse, segundo ele mesmo, estabelecer uma moldura jurídico-institucional para enquadrar uma *realidade preexistente*, um imenso e rico patrimônio comum que se foi forjando ao longo de cinco séculos, fenômeno *in fieri*, em permanente evolução, que teve um dia para começar, mas não data para acabar. E vale observar ainda a esse respeito que, em 1996, quando da constituição da CPLP, o Embaixador José Aparecido de Oliveira asseverava:

A primeira das nossas preocupações na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi a de instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura. Há, em nosso entendimento, um fator transcendental, que nos iguala e elimina preocupações de hegemonia: a alma comum, fundada pela nossa língua.

Dispensa ressaltar que a convicção desse ilustre lusófono militante formou-se ao longo de muitos anos. Em depoimento ao jornalista e seu biógrafo luso-brasileiro, José Alberto Braga, recordava ele:

Já no Governo do Presidente Jânio Quadros, quando da fundação da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, seu responsável, convocou para ajudá-lo um grande professor português, Agostinho da Silva, talvez o maior filósofo da língua do nosso tempo. Eu fui justamente para Brasília nessa época, em 1961. A pedido do professor Darcy Ribeiro, com a colaboração dos professores Agostinho da Silva e Eduardo Portela, e com o apoio de Jorge Amado, fundamos o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Aliás, no convívio com Agostinho da Silva, fortaleceu-se a minha convicção da necessidade de uma Comunidade de Nações que reunisse todos os que falamos a Língua Portuguesa. Primeiro, foi preciso esperar que as nações

africanas se desembaraçassem do estatuto colonial. Depois, e infelizmente, a Revolução dos Cravos nos encontrou, os brasileiros, sob um regime ditatorial e tivemos que esperar a redemocratização. Em seguida, Angola e Moçambique passaram por anos e anos de martírio, através da guerra civil. Tudo isso, como não podia deixar de ser, protelou o nosso entendimento comunitário.

Por outro lado, não se ignoravam os imensos obstáculos que deveriam ser enfrentados pelo novo Organismo, que completa agora 23 anos de vida. Sabia-se que as diferenças e assimetrias fariam parte do perfil e do cotidiano da CPLP, criando inúmeros desafios para a concretização das metas estabelecidas em suas três vertentes básicas de atuação: a concertação político-diplomática, a cooperação para o desenvolvimento, a defesa e promoção da Língua Portuguesa. Há, por exemplo, sérios obstáculos a entorpecer a circulação de pessoas e bens, decorrentes sobretudo da distância entre nossas fronteiras nacionais, bem como da natural participação de nossos países em diferentes Organismos regionais. No tocante à questão do idioma, impõe-se um esforço adicional na tarefa de ampliação do número de usuários intramuros, ou seja, em nosso próprio espaço interno, reduzindo o analfabetismo e estendendo o ensino às comunidades remotas. Entretanto, reconhecamos que a Organização, embora congregando países com diferentes dimensões físicas e econômicas, sociais e populacionais, está hoje consciente de que a concertação entre Estados tão assimétricos é não apenas viável como essencial e mutuamente vantajosa. Se, por um lado, as diferenças pressupõem ajustes e acarretam eventuais atrasos na execução de projetos, por outro, o lastro histórico e linguístico termina por aproximar os atores e colaborar para a identificação de um somatório natural de afinidades e consequentes formas inventivas de cooperação.

Impõe-se, ademais, reconhecer que a opinião pública dos países que compõem a CPLP pouco sabe em geral a seu respeito, e menos ainda a respeito de sua atuação. Essa lacuna começa agora a ser preenchida, com a crescente – e absolutamente necessária – participação da sociedade civil. Enquanto não multiplicarmos o número de cidadãos que se sintam realmente ativos, participantes dessa confraria lusófona, teremos apenas uma união de Estados, e não de pessoas, objetivo último de nossa Comunidade. Entretanto, com a crescente ampliação do quadro de Observadores Associados (hoje com mais

de uma vintena de países, como Japão, Turquia, França, Reino Unido, Uruguai, Argentina, Chile, entre outros) e, sobretudo, do quadro de Observadores Consultivos (que já conta com várias dezenas de importantes instituições científicas e culturais dos Países-Membros); com as Reuniões Setoriais de nível ministerial, do funcionamento da Assembleia Parlamentar e da Confederação Empresarial; com as iniciativas visando facilitar e estimular a circulação de ideias, bens, pessoas e investimentos – com tudo isso, enfim, é lícito esperar-se que a CPLP desenvolva uma fase mais rica e promissora, ampliando sua área de atuação internacional e estreitando cada vez mais os laços pessoais e institucionais no espaço lusófono. Mas não nos esqueçamos jamais de que a CPLP, em última instância, *somos nós*, e que portanto ela será sempre aquilo que *nós queiramos que ela seja*. Não há uma CPLP fora de nós, Cidadãos e Países-Membros, e sua trajetória dependerá sempre de nossa vontade política.

Senhoras e Senhores, Ilustres Acadêmicos,

No dia 21 de outubro de 2007, quando me encontrava em Portugal como Embaixador do Brasil junto à CPLP, a Agência Lusa de Notícias informava: “O idealizador e um dos fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), José Aparecido de Oliveira, morreu sexta-feira aos 78 anos em Belo Horizonte, devido a uma insuficiência respiratória”. Foi um dia muito triste para muita gente, muito penoso para a Lusofonia. O celebrado escritor e jornalista português Carlos Pinto Coelho, que viria a falecer menos de três anos depois, publicou uma comovida evocação em que dizia:

A minha homenagem a um iluminado visionário! Com ele trabalhei alguns dos mais profícuos momentos da Lusofonia, enquanto Diretor de Programas da RTP [Rádio e Televisão de Portugal] quer aqui em Portugal, quer no Brasil. Este é o momento de nos curvamos em respeitoso minuto. E de logo a seguir nos erguermos a continuar a sua Utopia.

Poucos meses antes, em março de 2007, acompanhando eu o Secretário-Geral da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, em sua viagem oficial

ao Brasil, fez ele questão de que nossa primeira visita fosse ao Embaixador José Aparecido de Oliveira, em seu apartamento no Rio de Janeiro, com o propósito declarado de prestar-lhe a devida homenagem e manifestar-lhe nossa irrestrita solidariedade diante de uma inoportuna e lamentável decisão ocorrida no processo de escolha do primeiro Secretário-Geral da recém-fundada Organização, no qual o governo brasileiro adotou uma posição considerada por muitos não apenas mesquinha como, sobretudo, prejudicial ao próprio funcionamento da CPLP em seus passos iniciais.

Para concluir, recorro ao nosso eterno Imperador da Língua Portuguesa, como o proclamava Fernando Pessoa. Em seu “Sermão da Sexagésima”, Vieira nos adverte que “o pregar que é falar, faz-se com a boca; o pregar que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras”. José Aparecido de Oliveira pregou com obras, e por isso não falou ao vento, mas ao coração de todos nós.

Muito obrigado.

GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA²

Rui Almeida

INTRODUÇÃO

Queria em primeiro lugar agradecer o convite que me foi endereçado pela Academia Mineira de Letras para discorrer um pouco, perante tão ilustre audiência, sobre as orientações estratégicas da diplomacia portuguesa. É um convite que muito me honra por partir de uma entidade com uma longa e tão prestigiosa história ao serviço das letras e, por conseguinte, desse nosso património comum, que é a língua portuguesa.

Pretendo, com a minha exposição, apresentar as grandes linhas da política externa portuguesa, destacando o papel central que se atribui ao relacionamento com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com o Brasil em especial, assim como à promoção da nossa língua comum. Começarei por traçar um panorama dos eixos fundamentais da política externa ao longo da nossa história, para de seguida aprofundar as grandes linhas que norteiam a diplomacia portuguesa na atualidade. Destacarei de entre as prioridades a CPLP e os países lusófonos, em especial o Brasil, e a diáspora portuguesa. Abordarei também a importância e as potencialidades da promoção da língua.

² Este artigo consiste numa versão revisada de texto apresentado em palestra proferida em 13 de dezembro de 2018, na Academia Mineira de Letras.

Portugal é um país europeu, mas é também um país atlântico, que tem procurado ao longo dos séculos um equilíbrio entre a pressão continental e a busca de uma alternativa marítima. País periférico de pequena/média dimensão e sem pretensões hegemónicas na Europa, Portugal viu-se na contingência de buscar além-mar os meios para contrabalançar a sua vulnerabilidade continental. Dessa condicionante geopolítica e dessa tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio resultaram opções estratégicas de longa duração, que se podem definir como modelos de inserção internacional.

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA AO LONGO DA HISTÓRIA

MODELO IBÉRICO

O primeiro modelo corresponde ao período medieval. Vai desde a fundação do Estado, no início do séc. XII até à unificação da Espanha, no último quartel do séc. XV. Durante esse período as relações externas de Portugal desenvolvem-se essencialmente no quadro ibérico. Quando D. Afonso Henriques tomou o poder, em 1128, existiam na parte cristã da Península Ibérica as seguintes entidades políticas autónomas: Portugal, Leão, Castela, Navarra, Aragão e Barcelona. Aragão e o Condado de Barcelona viriam a fundir-se pouco depois, acontecendo o mesmo, já no séc. XIII, com os Reinos de Leão e de Castela. A parte meridional da península dividia-se em vários califados muçulmanos. Portugal era, pois, um entre vários Estados, todos mais ou menos da mesma dimensão e com o mesmo potencial.

Animados por um espírito de cruzada religiosa e também por vontade de expansão territorial, os reinos cristãos, incluindo Portugal, foram paulatinamente deslocando a sua fronteira para sul, através de conquistas militares. A partir do final do séc. XIII o domínio muçulmano estava confinado ao Reino de Granada. Por essa altura existem na península três grandes reinos cristãos: Castela e Leão, o maior de todos, que ocupa todo o centro e a costa norte, Portugal na parte ocidental e Aragão na costa mediterrânica. Navarra, situada no Norte, junto aos Pirenéus, sem fronteira com territórios muçulmanos, não pode acompanhar essa expansão territorial e acaba por tornar-se um parceiro menor no tabuleiro ibérico.

Os reinos ibéricos cristãos mantinham entre si relações que se caracterizavam pelo equilíbrio de poderes, não havendo nenhum deles que tenha alcançado uma posição de supremacia clara. Eram relações de iguais. Mesmo se a partir de finais do séc. XIII Castela e Leão se destaca como o maior, está longe de poder considerar-se hegemónico, como ficou comprovado durante a crise dinástica de 1383-85, quando Portugal resistiu com êxito à tentativa de conquista castelhana.

A luta contra os muçulmanos no interior da península e as dificuldades de comunicações, agravadas pela situação periférica do país, eram obstáculos de monta ao estabelecimento de relações sustentadas extrapeninsulares. O que, no entanto, não significa que a península fosse completamente impermeável ao que se passava na Europa e que aí não chegassem ramificações dos conflitos que abalavam o velho continente e dos jogos de poder que aí se travavam. Veja-se a aliança estabelecida por Portugal com a Inglaterra em finais do séc. XIV e o apoio dos ingleses na guerra de 1383-85 contra Castela, país que era apoiado pela França, e isso numa altura em que tinha lugar a Guerra dos Cem Anos. Também o cisma do Ocidente teve repercussões na península, com Portugal a reconhecer o papa de Roma e Castela apoiando o papa de Avinhão. Não obstante esses pontos de contacto com as clivagens provenientes do mundo exterior, as relações externas de Portugal durante a Idade Média desenvolvem-se essencialmente num quadro ibérico caracterizado por um equilíbrio quase natural.

SUPREMACIA DA ESPANHA

Tudo muda com o casamento, em 1474, de Isabel, rainha de Leão e Castela, com Fernando II, rei de Aragão, e a consequente união das duas coroas num novo Estado: a Espanha. A conquista, pouco depois, do reino moçárabe de Granada em 1482 e do Reino de Navarra em 1512 reduzem o espaço ibérico a duas nações: Portugal e Espanha. O equilíbrio que tinha subsistido no período medieval desaparece. Espanha passa a representar 5/6 do território e 4/5 da população da Península Ibérica. As relações entre os dois países já não são relações entre iguais, embora o facto de Portugal ser nos finais do séc. XV/princípios do séc. XVI uma potência marítima e comercial de primeira grandeza ajude a atenuar a desigualdade.

A grande preocupação dos monarcas portugueses no que respeita ao relacionamento com Espanha passa a ser o estabelecimento de relações estreitas de confiança que eliminem a possibilidade de um conflito militar, que não poderia terminar senão com a vitória espanhola e a anexação de Portugal, dada a desproporção de forças. É a lógica do “se não podes vencê-lo, junta-te a ele”.

Portugal vai, pois, procurar alianças com Espanha. E aliança nessa época significava casamentos entre os membros das famílias reais. O rei D. Manuel I, o Venturoso, sob cujo reinado Portugal atingiu o apogeu do seu poderio marítimo e comercial, casou com a filha mais velha dos reis católicos, Isabel, e, depois de enviuar, com a irmã mais nova desta, Maria. A filha de ambos, Isabel, casou com o seu primo direito, o rei Carlos I de Espanha (Carlos V do Santo Império Romano-Germânico), e o filho, que viria a ser o rei D. João III de Portugal, casou com a sua prima direita, Catarina de Áustria, irmã de Carlos I. A série de casamentos consanguíneos entre primos direitos prosseguiu com o casamento de Filipe II com a infanta portuguesa Maria Manuela e do príncipe D. João, herdeiro do trono português, que veio a falecer prematuramente, com Joana de Áustria, filha de Carlos I.

Todos esses casamentos, ou alianças, se preferirmos, tiveram o seu preço: o alinhamento, no plano internacional, com as posições espanholas. E, mesmo no plano interno, implicaram a cedência a pressões de Espanha. Quando D. Manuel I pretendeu casar com a filha mais velha dos reis católicos, estes colocaram como condição a expulsão dos judeus que não aceitassem converter-se ao catolicismo. Num ápice Portugal passou de um dos países mais tolerantes com o povo judaico a um dos que mais o perseguia. A criação da Inquisição, já no reinado de D. João III, teve muito provavelmente o modelo espanhol como referência.

Mas a consequência maior da aliança com Espanha foi a união dinástica entre os dois reinos, que durou de 1580 a 1640. Com a morte de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, em 1578, e do seu velho tio-avô D. Henrique, em 1580, abriu-se uma crise sucessória, que culminou com a subida ao trono de Filipe II de Espanha, com o nome de Filipe I de Portugal. Se, de um ponto de vista jurídico, a união dinástica não significou ainda a perda da independência, em matéria de política externa implicou um seguidismo com consequências nefastas para os interesses portugueses, como foram a participação na Invencível

Armada, o envolvimento em conflitos europeus ou o antagonismo com a Holanda, que levou à perda de importantes parcelas do império português, no Nordeste do Brasil, em África, na Índia e na Malásia.

A OPÇÃO ATLÂNTICA

Com a Restauração de 1640, que marca o início da dinastia de Bragança, a política externa portuguesa muda radicalmente. É a época do adágio “de Espanha nem bom vento nem bom casamento”. No imediato, pretende-se a consolidação e reconhecimento internacional da independência, para o que se busca o apoio dos países em guerra com a Espanha (decorria então a Guerra dos Trinta Anos), em especial da França. A longo prazo, o objetivo é compensar o desequilíbrio geopolítico na Península Ibérica com o estabelecimento de relações extrapeninsulares, ou seja, atlânticas. Daqui resulta uma percepção contraditória entre o continente e o mar e um afastamento estratégico em relação à Europa. No quadro dessa opção atlântica divisam-se dois vectores: (1) a aliança privilegiada com a potência marítima e (2) o projeto imperial. Esse novo modelo de inserção internacional orientará a política externa portuguesa até ao último quartel do séc. xx.

Para assegurar a sua independência, Portugal deverá estabelecer uma aliança com uma potência extrapeninsular que tenha um efeito dissuasor para eventuais pretensões espanholas de anexação. Uma aliança estratégica de carácter duradouro só poderia ser feita com uma potência que tivesse, ela própria, interesse em que Portugal não caísse sob domínio espanhol. Ora, só uma potência marítima, atlântica, poderia ter esse interesse, dada a posição estratégica de Portugal entre a Europa, África e América e próximo da entrada do Mediterrâneo. Desde finais do séc. xvii a Inglaterra assume-se como a maior potência marítima, para quem o espaço marítimo português é de vital importância, e torna-se por isso no aliado natural em que Portugal pode confiar. E pode confiar não porque os ingleses sejam mais confiáveis que os outros, mas porque sabe que é do interesse deles preservar a nossa independência face a Espanha.

Daqui não resultava necessariamente que Portugal tivesse que viver numa hostilidade permanente com o país vizinho. Pelo contrário. A aliança com a potência marítima permitia que Portugal estabelecesse relações com a Espanha em bases mais equilibradas. Essa relação

deixa de ser puramente bilateral, passa a assentar no triângulo Lisboa-Madrid-Londres. Mas os entendimentos com o país vizinho são possíveis. Dois dos 14 monarcas da dinastia de Bragança casaram com princesas espanholas – algo muito longe da consanguinidade obsessiva do séc. xvi, mas revelador em todo o caso que podiam ser mantidas relações cordiais.

O outro vetor da política atlântica é o projeto imperial. Portugal é um país pequeno, de escassos recursos, só tem fronteiras terrestres com Espanha, país em relação ao qual mantém uma prudente distância. Precisava por isso de um espaço ultramarino fornecedor de matérias-primas, produtos exóticos e outras riquezas e recetor de mão de obra e produção excedentária da metrópole. Enquanto no plano político a relação com a potência marítima é a pedra angular, no plano económico o reino continuará a depender do império. Perdida a hegemonia no Oriente, em favor dos holandeses e dos ingleses, o Brasil torna-se a partir do séc. xvii a “joia da coroa”. Após a independência do Brasil, o império centra-se em África, especialmente em Angola e Moçambique.

Esse modelo de inserção internacional atingirá o seu paroxismo durante o governo de Salazar, que privilegia os laços com o Reino Unido e, a partir de 1945, com a nova potência marítima do Atlântico, os EUA, e levará Portugal a integrar-se na Nato (North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado do Atlântico Norte), da qual não fazia parte a Espanha, ao mesmo tempo que mantinha a defesa intransigente do império, que ele considerava uma condição *sine qua non* para a sobrevivência de Portugal. Uma obstinação que nos levou a lutar em três frentes de guerra em simultâneo, quando todas as outras potências coloniais consentiam na independência das suas colónias.

EUROPEÍSMO, ATLANTISMO E LUSOFONIA

A Revolução de 1974, a descolonização que se seguiu, a transição para a democracia, que decorreu praticamente em simultâneo com a de Espanha, e sobretudo a integração nas instituições europeias, em 1986, levam à redefinição da política externa. Portugal passa a assumir-se como país europeu, atlântico e aberto ao mundo, em especial aos países de expressão portuguesa.

Com o novo modelo desaparece a contradição entre a Europa e o Atlântico, entre a opção continental e a opção marítima. Esses dois vetores da política externa tornam-se complementares. Pertencer à Europa é um valor acrescentado no relacionamento com os países extracomunitários. Do mesmo modo, as relações de proximidade com países não europeus, especialmente os de língua portuguesa, reforçam o peso de Portugal no seio da Europa.

Desaparece também a necessidade de proteção contra o “perigo espanhol”. Pela primeira vez na história, os dois países integram as mesmas alianças internacionais, a Nato, no plano militar, e a União Europeia (UE), no plano político e económico. As opções diplomáticas estratégicas dos dois Estados ibéricos tornam-se convergentes. O relacionamento bilateral decorre essencialmente no quadro das organizações internacionais a que ambos pertencem. O espírito de fortaleza, que vigorou em Portugal durante quase três séculos e meio, deixou de fazer sentido. Não significa isso que o interesse nacional tenha desaparecido ou se tenha diluído com os interesses espanhóis. Como escreveu o professor Nuno Severiano Teixeira,

[...] num quadro de integração económica e de excelente relação política, as relações luso-espanholas exigem da política externa grande clareza na formulação dos objetivos e grande flexibilidade na formulação da estratégia. [...] o interesse nacional exige um reforço da cooperação onde os interesses sejam comuns, e uma clara e firme diversificação, onde os interesses sejam diferentes.

Nesse período contemporâneo da política externa portuguesa, o multilateralismo assume uma importância crescente, complementando e enquadrando o relacionamento bilateral. Portugal marca presença, de forma muito ativa, nas organizações internacionais das suas áreas de interesse estratégico, a UE na Europa, a Nato no Atlântico Norte e a CPLP com os países de língua portuguesa. Mas sem esquecer a Organização das Nações Unidas (ONU), a organização multilateral por excelência, e muitas outras, como a Conferência Ibero-Americana (CIB), ou a União para o Mediterrâneo (UpM). O atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, considerou, no Seminário Diplomático de 2018, que Portugal tem tido um envolvimento ativo nas organizações internacionais, “no sentido em que não nos

limitamos a aderir, procuramos contribuir e contribuimos, quer na fase da conceção, quer na decisão e implementação para que se produzam avanços”. Essa política participativa, na primeira linha das organizações a que pertencemos, explica o sucesso que as candidaturas portuguesas a órgãos internacionais têm tido. Basta recordar Durão Barroso como presidente da Comissão Europeia, António Guterres como secretário-geral da ONU ou, apenas há alguns meses atrás, António Vitorino como diretor-geral da Organização Internacional para Migrações (OIM), para mencionar apenas os casos mais mediáticos.

PRIORIDADES DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Vou passar agora a expor, em linhas gerais, os grandes eixos da política externa portuguesa atual, que se baseia numa matriz clara e estável e que se beneficia internamente de um amplo consenso político. De facto as grandes orientações da política externa têm-se mantido estáveis ao longo das quatro últimas décadas, sem que as mudanças de governo resultantes da alternância democrática tenham introduzido alterações significativas.

Com o fim do império colonial, Portugal passa a afirmar-se antes de mais como um país europeu. Mas sem esquecer que está no centro da ligação entre os continentes europeu, americano e africano. É na Europa que temos os nossos referenciais filosóficos, o nosso paradigma de desenvolvimento social e político, mas sempre encaramos a América e África como terras de ligação, de comércio e de afeto.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, discursando no Seminário Diplomático, em janeiro de 2018, comparou a política externa portuguesa a um quadrilátero em cujos lados estivesse escrito “Construção europeia”, “Elo transatlântico”, “Valorização da CPLP” e “Ligação com as comunidades residentes no estrangeiro”. Vejamos então cada um desses eixos da política externa portuguesa.

CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Portugal aderiu à UE, então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, motivado por razões económicas, mas também por opção política. Encerrado o período colonial, era tempo de voltar às origens,

à Europa a que pertencemos. Como país periférico, é do interesse de Portugal estar sempre no centro da construção europeia, para evitar a marginalização e o isolamento. O interesse nacional aconselha a presença portuguesa em todos os “núcleos duros” ou “cooperações reforçadas” que vierem a constituir-se. Assim como Portugal esteve na linha da frente do espaço Schengen, da moeda única, na conclusão do Tratado de Lisboa, na Política Externa e de Segurança Comum (Pesc), ou no estabelecimento da parceria UE-África, também agora é do interesse nacional estar em qualquer núcleo duro que venha a formar-se visando maior integração política, económica ou de segurança e defesa, como a Cooperação Estruturada Permanente. Citando novamente o professor Nuno Severiano Teixeira, “o caminho mais curto e a estratégia mais eficaz para superar a periferia geográfica é conquistar a centralidade política”.

A participação de Portugal nas instituições europeias pode caracterizar-se por um empenhamento ativo, pelo respeito pela diversidade e pela aposta em estabelecer pontes e consensos.

ELO TRANSATLÂNTICO

Como ficou dito atrás, Portugal tem procurado, desde o séc. XVII a aliança com a potência marítima do Atlântico: primeiro a Inglaterra, depois os EUA. Foi por isso um dos membros fundadores da Aliança Atlântica, a Nato, organização militar liderada pelos EUA, que garantia a defesa da Europa contra o expansionismo soviético. Com o final da Guerra Fria, a Nato e a relação transatlântica deixaram de estar direcionadas contra um inimigo específico, mas continuaram a ser o pilar da defesa e da estabilidade da Europa.

Para Portugal, como para outros países europeus atlânticos, como a Holanda, a Noruega, a Islândia ou a Dinamarca, é essencial preservar e valorizar a dimensão atlântica do continente europeu, a centralidade do Oceano Atlântico e a comunidade política e de defesa e segurança constituída pela Europa e pela América do Norte, de que a Nato é a expressão maior.

Para Portugal a relação transatlântica não se limita à especificidade do bloco político-militar. A comunidade norte-atlântica deve saber relacionar-se com o Atlântico Sul. Portugal tem defendido um diálogo permanente e estreito entre a Europa, as Américas e África.

Valorizamos o “elo transtlântico”, mas tendemos a estendê-lo e enquadrá-lo numa multiplicidade de relações mutuamente vantajosas, euro-afro-americanas.

VALORIZAÇÃO DA CPLP

Outro eixo estratégico das relações externas portuguesas é o formado com os países de expressão portuguesa, tanto no plano bilateral como no plano multilateral, no seio da CPLP. Essa organização foi criada em 1996, integrando Portugal, Brasil e os cinco países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Timor-Leste tornou-se o oitavo membro do grupo quando acedeu à independência em 2002. Em 2014, a Guiné Equatorial, país onde se fala maioritariamente o espanhol, tornou-se o nono membro de pleno direito, depois de ter adotado o idioma português como língua cooficial.

O aprofundamento das relações entre os países de expressão portuguesa é facilitado pela língua comum, pelas ligações históricas, pelas afinidades culturais e pelo conhecimento mútuo que existe entre os nossos povos, o que gera relações de proximidade e de afetividade. Do ponto de vista bilateral é do interesse estratégico de Portugal o reforço das relações, tanto no campo político como no domínio económico. Reflexo desse interesse é o facto de o essencial da nossa cooperação bilateral para o desenvolvimento se fazer com os países africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste. No plano multilateral, Portugal tem interesse que a CPLP possa constituir um instrumento diplomático credível e operacional para os países de língua portuguesa. Dada a dispersão geográfica dos seus membros por quatro continentes, a CPLP não pode competir e muito menos substituir-se às organizações regionais de integração, como a UE, o Mercosul ou a SADC (Southern Africa Development Community/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Mas pode constituir um instrumento diplomático e um mecanismo de compensação para que os países de língua portuguesa possam ganhar margem de manobra e poder acrescido nas áreas regionais em que se integram.

O número crescente de países que têm vindo a solicitar o estatuto de observadores da CPLP é a prova cabal do interesse que essa organização suscita e das potencialidades que ela oferece aos seus

Estados-membros. São já 18 os Estados observadores, bem como uma organização internacional, a OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Os três grandes eixos da atividade da CPLP são a concertação político-diplomática, a promoção da língua comum e a cooperação. Além disso, a CPLP tem vindo a assumir-se como o chapéu institucional que enquadra e dá força a relações de colaboração que hoje se fazem a muitos níveis do Estado e das sociedades civis, como entre os órgãos judiciais, entre forças armadas e serviços de segurança, entre universidades e escolas, entre empresas e associações empresariais, entre sindicatos, nos meios desportivos e culturais ou entre muitas dezenas de organizações não governamentais.

Brasil

No quadro dos países de língua portuguesa, o Brasil assume um relevo muito particular. Porque se trata do país maior e com mais população (perto de 80% do total), por ser o país onde reside uma grande comunidade portuguesa e, mais recentemente, pelo crescimento das trocas comerciais e do investimento e também pela presença em Portugal de uma significativa comunidade brasileira. A dimensão económica – uma das maiores economias mundiais – faz do Brasil um dos países com maior relevância para a internacionalização das empresas portuguesas.

A vontade de privilegiar as relações com o Brasil tem sido uma constante que todos os governos portugueses desde 1974 têm reafirmado. Essa vontade assentou essencialmente, nos “laços especiais de fraternidade”, nas “afinidades históricas e culturais” ou em “toda uma tradição de amizade, colaboração e profundas raízes culturais”. Não obstante as muitas visitas oficiais, durante muito tempo essa vontade de aproximação não teve tradução no plano económico. Como disse o então primeiro-ministro António Guterres durante uma visita oficial ao Brasil, “não bastam a história e o afeto para alicerçar uma relação económica sólida”. No final da década de 90, deu-se um grande avanço no aprofundamento das relações entre os nossos países. Do ponto de vista político, foi institucionalizada a realização de cimeiras bilaterais regulares. Mas o grande salto deu-se no plano económico, com o aumento dos investimentos portugueses no Brasil, ao mesmo

tempo que o comércio de bens começou a ganhar importância. Hoje o Brasil está entre os dez maiores clientes e fornecedores de Portugal e figura habitualmente entre os cinco maiores destinos do investimento português. A companhia aérea portuguesa TAP apostou fortemente no mercado brasileiro, voando para dez destinos no Brasil, tendo-se tornado a companhia líder no tráfego de passageiros entre o Brasil e a Europa. Por outro lado, o movimento migratório de brasileiros para Portugal atingiu uma expressão considerável, constituindo os brasileiros a maior comunidade estrangeira em Portugal, com cerca de 85.000 pessoas em 2017 – e refira-se que nesse número não estão contabilizados os que têm dupla nacionalidade.

Esses dados indicam claramente o reforço das relações bilaterais, que são de importância estratégica para Portugal. Para além das afinidades culturais e históricas, o Brasil, sendo o maior país do Atlântico Sul, reforça o vector atlântico da política externa portuguesa, que, como vimos, potencia a influência de Portugal na Europa.

LIGAÇÃO COM AS COMUNIDADES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Portugal é um país de emigrantes. Tem o 12.º lugar, a nível mundial, relativamente à taxa de emigrantes sobre os habitantes em território nacional. Quase todas as famílias portuguesas têm parentes que emigraram, pelo que o fenómeno migratório teve sempre um papel extremamente importante no nosso imaginário. Prova disso é o facto de no dia nacional – 10 de junho – se celebrar o nosso maior poeta, Luís de Camões, mas também as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

País marcado por grandes vagas de emigração, bastante diversas quanto ao seu destino e tipologia – inter ou intracontinentais, temporárias ou permanentes, envolvendo populações mais ou menos qualificadas, que criaram uma significativa dimensão das comunidades portuguesas pelo mundo, envolvendo segundas e terceiras gerações dos migrantes originais. Essas comunidades podem tornar-se num verdadeiro ativo a favor de Portugal no estabelecimento de laços mais profundos com os seus Estados recetores, na medida em que a política externa portuguesa seja capaz, através de uma política coerente, de manter o espírito de contacto em rede entre as várias comunidades da diáspora.

As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo têm representado uma mais-valia do ponto de vista económico e político. No plano económico, a emigração foi solução para o excedente de mão de obra que afetou Portugal em muitos períodos da sua história e as remessas que os emigrantes mandavam para as famílias aliviavam a pobreza, por vezes extrema. No plano político porque a existência dessas comunidades constituía elementos de ligação com os países recetores.

As comunidades residentes no estrangeiro sempre investiram em Portugal, colocaram no país de origem uma parte significativa das suas poupanças, reconstruindo ou adquirindo património imobiliário, dinamizando as economias locais com o seu consumo, financiando organizações sociais e humanitárias, abrindo oportunidades para a exportação de bens nacionais, criando pequenos negócios nas terras de que provinham. Nos dias de hoje, os portugueses ou descendentes de portugueses na diáspora voltam para investir em Portugal, com uma lógica e uma dimensão empresarial e inovadora. É política do Estado português apoiar e promover esse investimento, através de incentivos específicos. Nesse contexto, está a realizar-se em Penafiel, no Norte de Portugal, desde hoje e até ao próximo dia 15, o III Encontro de Investidores da Diáspora.

É do interesse de Portugal uma plena e bem-sucedida integração das nossas comunidades nos países de acolhimento, incluindo, quando se trate de uma emigração de longa duração, a aquisição da nacionalidade e a sua participação na vida política no país de acolhimento. Quanto mais influente for a comunidade de origem lusa no país de acolhimento, maiores serão as possibilidades de aprofundamento dos laços políticos, culturais e económicos com Portugal. A integração na comunidade de acolhimento não exclui – pelo contrário, poderá até facilitar – a manutenção dos laços com o país de origem.

LÍNGUA PORTUGUESA

Passarei agora a abordar a importância da língua portuguesa no quadro da política externa portuguesa. A língua e a cultura constituem elementos fundamentais da matriz identitária das nações. A sua defesa e promoção são por isso a expressão clara do conceito de interesse

nacional permanente, acentuando, ao mesmo tempo, a relevância decisiva da dimensão cultural da política externa, que se manifesta como um elemento estratégico específico da afirmação de Portugal no mundo.

A política de língua e cultura, que no caso português é em grande medida orientada e executada pelo Camões – Instituto da Língua e da Cooperação, procura a aproximação tanto às comunidades portuguesas como ainda à política de cooperação e desenvolvimento.

A promoção, difusão e ensino da língua portuguesa, e da cultura portuguesa em geral, é um tema diretamente relacionado com as duas últimas prioridades da política externa portuguesa que referi: as relações com a CPLP e os países que a integram e as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. A importância no quadro da CPLP parece bem evidente: tem a ver com a própria razão da existência dessa organização. A primeira condição para a participação nesse clube é ter a língua portuguesa como oficial ou, pelo menos, como uma das línguas oficiais. Um dos três objetivos gerais da CPLP é a “materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”. A adesão à UE e a integração num espaço onde convivem países de muito maior dimensão exigem um esforço de preservação da identidade nacional, o que passa pelo reforço dos laços com os países lusófonos. Para as comunidades portuguesas, em especial para as residentes em países onde não se fale português, como a França ou os EUA, por exemplo, a língua portuguesa é um elemento fortíssimo de pertença e de ligação ao país de origem. Por isso, o Instituto Camões mantém uma vasta rede de ensino de português no estrangeiro, direcionada não apenas, mas também, aos portugueses e luso-descendentes que vivem no estrangeiro.

Mas o potencial da língua portuguesa não se limita ao relacionamento entre os países que a têm como idioma oficial, como “cimento” agregador das comunidades e como fator identitário. Tem um grande potencial económico e profissional, que suscita cada vez mais interesse no exterior, o que se fica a dever ao facto de ser uma das línguas mais faladas no mundo e a mais falada no hemisfério sul, ao peso demográfico e económico do Brasil e ao facto de ser língua oficial em organizações regionais como a UE, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Africana (UA) ou a CIB. Projetar o português como língua de comunicação internacional, de negócios e de comércio é uma meta ambiciosa mas factível, que começa já a tornar-se realidade.

Um pouco por todo o lado, mas sobretudo na América Latina e em África são já evidentes as vantagens económicas e profissionais que o domínio da nossa língua proporciona.

Por tudo isso, a língua portuguesa não é apenas um fator identitário dos países que têm o português como língua oficial, é também um instrumento de política externa, na medida em que funciona como elo entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e Portugal e permite uma interligação dinâmica entre o mundo lusófono, tanto no plano multilateral como no plano bilateral, ao mesmo tempo que confere uma maior visibilidade ao país e o reforço da sua imagem na Europa e no mundo.

CONCLUSÃO

Espero com esta minha exposição ter traçado um panorama geral do que tem sido a política externa portuguesa do passado ao presente. Uma política externa que busca um equilíbrio entre a pertença à Europa e a abertura ao mundo. Esses dois vetores deixaram de ser vistos como antagónicos. Um reforça o outro. Quanto mais integrados na Europa, maiores possibilidades teremos de reforçar a nossa presença noutros continentes, em especial entre os países que partilham a nossa língua comum. E quanto mais profunda for a nossa ligação com esses países, maior será a nossa voz e a nossa influência na Europa.

Obviamente, a política externa não é estática. Tem que se adaptar constantemente aos novos desafios e às novas temáticas que vão surgindo – quem imaginaria há 30 ou 40 anos a importância que as questões ambientais viriam a ter no campo das relações internacionais, só para dar um exemplo? Não obstante a dinâmica natural da evolução histórica, estou convencido que, pelo menos no futuro próximo, naquele futuro para o qual é minimamente razoável fazer previsões – estou a pensar em duas ou três décadas –, haverá uma continuidade das grandes linhas da política externa portuguesa. E que os desafios que venhamos a enfrentar se farão no quadro dos atuais grandes eixos estratégicos.

Esperando não vos ter maçado demasiado, agradeço a vossa atenção e deixo registado o quanto me sinto honrado com o convite que me foi dirigido pela Academia Mineira de Letras. Muito obrigado.

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NA PERSPECTIVA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Rogério Faria Tavares

Foi no período das grandes navegações, ainda no século xv, que a língua portuguesa venceu o desafio dos mares, cruzou oceanos e veio a habitar diferentes partes do globo terrestre. Em 1471, João de Santarém e Pero Escobar exploraram a costa do Golfo da Guiné e descobriram São Tomé e Ano-Bom, hoje na Guiné Equatorial. Dez anos depois, Diogo Cão atingiu o estuário do Rio Zaire, erguendo o primeiro padrão no solo do que seria Angola, no futuro. Em 1487, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, desbravando o acesso ao Oceano Índico. Em 1498, Dinis Dias chegou às primeiras ilhas de Cabo Verde. Vasco da Gama alcançou a Índia, em 1498, e Cabral, o Brasil, em 1500. Após uma década, Afonso de Albuquerque ocupou Goa, a primeira possessão portuguesa no Oriente. Mencionado pela cartografia desde 1515, Timor era, já nessa época, regularmente visitado por navios portugueses. Era o tempo da formação do império colonial.

Os séculos se passaram e a situação daqueles abrigados sob o domínio português foi, no curso da história, se alterando. À independência do Brasil, em 1822, se seguiu o diploma de 13 de maio de 1825, de D. João VI, que institucionalizou a Comunidade Luso-Brasileira, na intenção de forjar uma unidade político-cultural que aglutinasse a monarquia portuguesa, incluindo suas províncias ultramarinas, e o Reino do Brasil.

Ao longo do tempo, alguns modelos de aproximação e de convivência entre os povos no âmbito de tal geografia foram projetados, tanto por líderes religiosos quanto por intelectuais, sem encontrar o êxito desejado.

Se não passou de utopia a ideia da Nova Lusitânia, imaginada por Vieira como uma profecia bíblica em que caberia a Portugal a missão de converter o mundo, também não prosperou a formulação de Sílvio Romero, que, em conferência proferida no Real Gabinete Português de Leitura, em maio de 1902, propôs a criação de uma Federação Luso-Brasileira, bloco linguístico a unir Portugal e Brasil como forma de resistir às tentativas de recolonização do território nacional por parte das potências europeias daquele momento.

Concebido por Adriano Moreira, o antigo ministro português do ultramar, o Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa surgiu com a intenção de formar e movimentar a opinião pública e de criar um clima de unidade e autenticidade para apoiar a viabilização da Comunidade Luso-Brasileira. Foi Moreira o presidente dos dois congressos realizados pelo movimento: o de Lisboa, em 1964, e o de Lourenço Marques, hoje Maputo, em Moçambique, em 1967.

Do primeiro congresso, como escreve o próprio Adriano Moreira, surgiu a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, com estatutos datados de 6 de fevereiro de 1965 e aprovados pelo Decreto n.º 46.180. O ministro ainda rememora outro acontecimento importante, como a instituição do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, em 1967. É também de Adriano Moreira a reflexão sobre a palavra inspiradora de dois vultos da cultura da lusofonia a respeito de seu potencial. Escreve ele:

Toda a meditação sobre a língua transnacional em que o português se tornou depois da independência do Brasil viria a ter por referência o conceito de Fernando Pessoa, que aponta para uma Pátria abrangente de mais de uma soberania, e até de comunidades que não lograram aquele poder. Mas essa visão seria alargada para a área da cultura, atribuindo uma especificidade lusotropical aos sincretismos que se destacaram sobre a definição das fronteiras do ocidentalismo. Neste ponto é Gilberto Freyre a referência incontornável, primeiro como definidor da brasilidade, depois como reabilitador da imagem dos

trópicos, finalmente como teórico do lusotropicalismo, do iberotropicalismo, e do eurotropicalismo, patamares de seu pensamento sempre inquieto. (MOREIRA, 2001, p. 13)

Iniciativas de integração política e diplomática a partir da língua portuguesa também tiveram origem na África. Em 20 de abril de 1961, em Casablanca, no Marrocos, ocorreu a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, que agrupou o Movimento Popular de Libertação de Angola, a União Nacional dos Trabalhadores de Angola, o Comitê de Libertação Nacional de São Tomé e Príncipe, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e a União Democrática Nacional de Moçambique, mais tarde denominada Frente de Libertação de Moçambique. Foi a primeira organização multinacional de língua portuguesa. A primeira organização intergovernamental de língua portuguesa veio em 1979 com o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), resultado da iniciativa dos cinco países tornados independentes por volta daquela época, que desejavam se relacionar na base da cooperação e da solidariedade.

Em 21 e 22 de setembro de 1982, a III Conferência dos Chefes de Estado das cinco repúblicas africanas de língua portuguesa, realizada na Cidade da Praia, em Cabo Verde, abordou a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho, além de sublinhar a importância da criação de mecanismos de consulta aos outros países de língua portuguesa.

Já em 1983, durante visita a Cabo Verde, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, propôs a realização de encontros rotativos bienais dos chefes de Estado ou de governo e reuniões anuais dos chanceleres dos países de língua portuguesa, como forma de ampliar o diálogo transcontinental entre eles.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no entanto, só seria efetivamente instituída por conta da ação decisiva do embaixador José Aparecido de Oliveira. Em 1989, ele visitou os países de língua portuguesa convidando os seus dirigentes para uma reunião de cúpula, que afinal se realizou em 1.º de novembro daquele ano, em São Luís do Maranhão, sob a liderança do presidente brasileiro José Sarney, natural daquele estado. Surgiu, aí, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, até hoje em plena atividade, na Cidade da Praia, em Cabo Verde.

Em 1993, sob a presidência de Itamar Franco, realizaram-se mesas redondas afro-luso-brasileiras no Rio de Janeiro, em Lisboa e em Luanda, congregando personalidades da vida cultural e social da lusofonia. No ano seguinte, os ministros das relações exteriores dos países de língua portuguesa, reunidos em Brasília, recomendaram a realização de um encontro de cúpula de chefes de Estado e de governo para, finalmente, aprovar a constituição da CPLP. Depois de alguns adiamentos, a reunião fundadora teve lugar no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, em 17 de julho de 1996, quando o presidente do Brasil já era Fernando Henrique Cardoso. Nascia oficialmente a comunidade, atualmente integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Expressando ato de fidelidade à vocação e à vontade de seus povos e respeito pela igualdade soberana dos Estados, a CPLP chegou para consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles. A língua portuguesa, aí, é definida como um vínculo histórico e um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular. Tal convívio deve ser valorizado, já que oferta um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projeção internacional de seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista.

Os anos iniciais da comunidade foram, naturalmente, os de sua implantação, o que nunca é tarefa fácil. É de dezembro de 1998 a nota deixada por José Saramago no livro de honra da CPLP, quando de sua visita à entidade: “Casa de todos nós, a CPLP é o lugar onde o futuro nos espera, mas não poderá haver futuro se o presente não se puser a trabalhar. Trabalhem, pois, porque o futuro está à espera e é preciso ganhá-lo hoje”.

Oito anos depois dessa convocação, feita pelo nobel de Literatura, o Brasil instituiu representação exclusiva junto à CPLP. Foi o primeiro membro da comunidade a fazê-lo, em atitude pioneira. A titularidade do posto recaiu, entre 2006 e 2010, sobre o embaixador Lauro Moreira. Ao longo desses anos, foram inúmeros os eventos culturais por ele concebidos, muitos dos quais sediados no Espaço Machado de Assis, abrigado na própria embaixada e criado por Moreira para incrementar as relações entre os membros da comunidade e para divulgar a sua cultura.

Entre as reflexões do embaixador Lauro Moreira³ sobre a comunidade, destaco:

A realidade da lusofonia preexiste à CPLP. A Comunidade é apenas um marco jurídico. A lusofonia não se restringe ao universo dos falantes do português, tampouco ao espaço ocupado por esses falantes, já que é preciso considerar a diáspora, ou seja, há falantes do português espalhados por todo o planeta. A lusofonia é mais que um espaço. É um estado de espírito, algo que se foi formando ao longo de quinhentos anos. Angola tem quarenta e três línguas, mas a língua franca é o português. Moçambique tem quarenta e uma línguas, mas a língua franca é o português. É a língua, inclusive, que serviu ao exército de libertação de Moçambique para lutar contra os portugueses. O português é a terceira língua mais falada do Ocidente. É a primeira língua mais falada do Hemisfério sul. É a oitava língua da internet. É um idioma hoje falado por mais de duzentos e quarenta milhões de indivíduos. Trata-se de um patrimônio imaterial enorme e que não tem nada a ver com a Commonwealth ou com a Francofonia.

A língua portuguesa constitui sem dúvida o lastro, a base, o alicerce, não apenas de um organismo concreto como a CPLP, mas do próprio fenômeno imaterial a que damos o nome de Lusofonia, fenômeno *in fieri*, em permanente evolução, que teve um dia para começar, mas não tem uma data para acabar.

Ao longo de sua existência, a CPLP tem demonstrado um grau crescente de maturidade política e institucional, aprofundando o entendimento entre os Estados-membros e ampliando o diálogo com terceiros países e outros organismos regionais e internacionais. Nesse sentido, tem desempenhado um valioso papel de mediação em crises político-institucionais ocorridas no interior de alguns de seus Estados-membros, ao mesmo tempo em que colabora intensamente na preparação de estudos visando ao fortalecimento daqueles afetados por crises econômicas conjunturais.

³ Todas as declarações registradas a seguir foram obtidas por meio de entrevistas realizadas por mim com os quatro embaixadores, entre fevereiro e maio de 2019.

Toda e qualquer decisão no âmbito da CPLP é tomada por unanimidade. Embora congregando países de diferentes dimensões económicas, geográficas, sociais e populacionais, a CPLP está convencida de que a concertação político-diplomática, entre Estados tão assimétricos, é factível, mutuamente vantajosa e complementar. Se, por um lado, as diferenças pressupõem ajustes e eventuais atrasos na execução de projetos, o lastro linguístico termina por aproximar os atores e por colaborar para a identificação de um somatório natural de afinidades e consequentes formas inventivas de cooperação.

Impõe-se reconhecer que a opinião pública dos países que compõem a CPLP pouco sabe em geral a seu respeito, e menos ainda a respeito de sua atuação. Enquanto não multiplicarmos o número de cidadãos que se sintam realmente partícipes desse universo lusófono, teremos apenas uma reunião de Estados e não de povos, objetivo último de nossa Comunidade. A CPLP somos nós. Ela será sempre aquilo que nós queiramos que ela seja. Não há uma CPLP fora de nós, Países Membros, e sua trajetória dependerá sempre de nossa vontade política.

E prossegue o embaixador Lauro Moreira:

O poeta brasileiro Olavo Bilac já antecipava, há mais de um século, que “a pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos económicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo”. Mais tarde, era Fernando Pessoa a proclamar que “Minha pátria é a Língua Portuguesa”. E, fazendo eco à expressão de José Eduardo Agualusa, para quem nossa língua é hoje resultado de uma construção conjunta, Mia Couto retoma e complementa Pessoa, ao dizer que “Minha pátria é a minha língua portuguesa”.

Finalizando, escreve o embaixador:

Língua – como escreveu Miguel Torga, em mensagem enviada no momento da formação da nossa CPLP – nascida numa Pátria exígua territorialmente, mas que ela alargou aos cinco continentes, graças ao seu dom expressivo e proteico, que lusitanizou, brasilizou e africanizou terras e almas. Grácil e sutil logo no berço, em breves cantigas de amor ou de maldizer, ao cabo de oitocentos anos, não só conserva o viço

inicial, como floresce dia a dia em sambas, modinhas, mornas e obras literárias de largo fôlego. Não há ritmo de verso de que não seja capaz, arroubo épico para que não tenha alento, andamento narrativo a que não saiba dar balanço. Exaltar e promover esse patrimônio sagrado é mais um dever imperativo dos povos que o destino quis que fossem de irmãos miscigenados.

O sucessor de Lauro Moreira foi o embaixador Pedro Motta Pinto Coelho. A respeito da CPLP, onde atuou entre 2010 e 2014, sublinhou o diplomata:

No período em que representei o Brasil junto à Comunidade, ela tinha um lugar muito reconhecido na política externa então em vigor. Naquela época, havia uma forte tendência à formação de agrupamentos e coligações internacionais de geometria e de composição variada, como o G7 e depois o G20 e os BRICS.

A CPLP tem o seu próprio DNA. Foi criada com muito custo, muita negociação, enfrentando muita desconfiança, tanto dos países africanos quanto de Portugal, quanto à intenção brasileira. Ao longo do tempo, ela demonstrou possuir uma virtude muito grande como um instrumento de ação política entre os países. É organismo disponível para articularmos algumas posições, como candidaturas a órgãos internacionais, entre as quais a OMC e a FAO. Várias delas foram inicialmente engendradas no âmbito da Comunidade. É, portanto, relevante, e deve ser respeitada.

Querendo ou não, a CPLP ajudou Portugal e Brasil a se relacionarem melhor. Facilitou muito o nosso entendimento com os portugueses, por conta de sua ação catalisadora. Por tudo isso, a CPLP desempenha um papel importante no contexto do desenvolvimento brasileiro.

O terceiro representante brasileiro junto à CPLP, entre 2014 e 2016, foi o embaixador José Roberto de Almeida Pinto. São dele as considerações que seguem:

A CPLP é uma organização internacional exclusivamente positiva, ou seja, o seu interesse fundamental é o de contribuir para com o bem-estar de

seus membros e reforçar uma solidariedade que já existe no patrimônio histórico e cultural comum. A CPLP também permite discussões sistemáticas e mesmo a adoção de orientações comuns entre países que estão dispersos por quatro continentes. Outro ponto crucial é que a Comunidade valoriza a língua portuguesa e a sua cultura. Também gostaria de destacar que a CPLP é uma instituição que obedece ao sistema de decisão por consenso, vale dizer, trata-se de um lugar em que prevalece sempre a vontade comum, e não as perspectivas parciais. É uma organização dotada de um certo sentido de “família”, voltada para o benefício de todos os seus integrantes.

Houve um aumento gigantesco da quantidade de temas de interesse da CPLP e a criação de diversos foros, que adotam uma série de decisões em suas esferas de competência. Essa expressiva multiplicação de reuniões de caráter setorial e especializado e a ampliação da agenda da Comunidade comprovam mais o seu vigor que uma suposta fragilidade institucional.

Uma forma peculiar de cooperação verificada no âmbito da CPLP é o que eu chamo de “cooperação *latu sensu*”, que se dá em termos de concertação de posições e de objetivos. Não é a cooperação *stricto sensu* feita por meio de projetos e programas concretos – que a CPLP também desenvolve com intensidade –, mas é igualmente importante. Exemplos dessa cooperação são o plano estratégico de cooperação multilateral no domínio da ciência, da tecnologia e do ensino superior, o plano estratégico de cooperação multilateral no domínio da educação e o plano estratégico de cooperação cultural multilateral da CPLP.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa trabalhou duramente para compilar os vocabulários ortográficos nacionais e para inseri-los, depois, numa plataforma única de consolidação do vocabulário ortográfico do idioma. O Instituto também estabeleceu um portal, na internet, para os professores de português como língua estrangeira, um recurso valioso e que inclui material oriundo de todos os países da lusofonia, uma iniciativa notável.

A CPLP conta hoje com dezoito membros observadores associados, muitos deles países importantes como Japão, Reino Unido, França e

Itália. É parte do processo de admissão a esse quadro assumir o compromisso de promoção da língua portuguesa, mediante a criação de cursos e centros de estudo. Tal estratégia acaba reforçando a presença da língua nos vários cantos do mundo.

Sucessor de José Roberto de Almeida Pinto, o embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão atuou como representante brasileiro junto à CPLP entre 2016 e 2019. São dele as reflexões abaixo:

Os esforços de promoção da língua por meio da Comunidade têm levado a um crescimento significativo do ensino do português no mundo, com o conseqüente crescimento, também, da divulgação da cultura dos países da CPLP. São mais de dez mil os alunos estrangeiros inscritos nos centros culturais e nos leitorados brasileiros hoje. Do mesmo modo, a concertação político-diplomática vem assegurando um aumento consistente na adoção de posições comuns, no seio de várias organizações multilaterais, sobre as mais diversas matérias, reforçando a presença global da CPLP e o prestígio de cada um de seus membros no cenário internacional.

A CPLP é uma das grandes realizações da política externa brasileira do final do século passado. Ela deve ser considerada um dos mais importantes e singulares passos dados pelo Brasil na afirmação pujante de nossa presença internacional. A Comunidade constitui uma esfera única, que se conforma pela força de um idioma comum, capaz de expressar culturas por vezes diferentes, mas que, por meio dele, se encontram e se perpetuam.

A CPLP proporciona aos países africanos, sobretudo através da participação do Brasil, uma projeção internacional de grupo que lhes dá, inclusive no seio da União Africana, uma personalidade própria. Para o Brasil, a participação na CPLP e a possibilidade de, através dela, contribuir para o desenvolvimento interno e a projeção externa dos membros africanos, significa uma projeção internacional positiva pelo exemplo de cooperação prestada: o país assume uma posição de parceiro construtivo no âmbito de uma comunidade na qual é o membro mais saliente. A CPLP é, ainda, a criação de um espaço de demonstração de possibilidades de instauração de relações internacionais solidárias.

Somos parte da cultura ocidental, mas somos a expressão em português dessa cultura. Através do português, somos parte do universo das diversas culturas que se expressam em português e dele faz parte também a nossa cultura.

Exposta acima, em linhas gerais, a visão dos quatro primeiros diplomatas que representaram o Brasil junto à CPLP permite montar um rico painel sobre a trajetória dessa organização internacional e a sua contribuição para o fortalecimento dos laços de amizade e respeito entre os países que a integram, elemento fundamental para o seu sucesso e o seu futuro.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, Adriano. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: cooperação*. Coimbra (Portugal): Livraria Almedina Editora, 2001.

JORGE DE SENA, POETA COMO CAMÕES⁴

Ida Alves

No âmbito da lusofonia, há um nome que não pode ser ignorado. Trata-se de um escritor plural, que, além de ser um dos mais fortes poetas portugueses do século xx, deixou notável contribuição reflexiva sobre as literaturas e culturas de língua portuguesa. Lembramos assim, neste artigo, a trajetória de vida literária de Jorge de Sena, poeta, ficcionista, dramaturgo, professor, ensaísta, crítico e tradutor. Sua vida transcorreu em três países, e em cada um deles ele trabalhou em prol da língua portuguesa.

Engenheiro de formação, Jorge de Sena⁵ desde sempre manifestou capacidade intelectual invulgar e vocação artística, atuando nas letras como crítico, membro de corpo editorial de revistas literárias e escritor. Nascido em Lisboa, em 1919, e falecido em 1978, viveu em tempo salazarista e contra a ditadura lutou com veemência. Jovem, destinava-se, de acordo com a tradição familiar, à Marinha, porém,

⁴ Este artigo origina-se de palestra proferida na Academia Mineira de Letras, em 25 de novembro de 2019, durante ciclo de palestras promovido pela própria Academia e pela PUC Minas.

⁵ Para conhecimento mais detalhado de vida e obra desse escritor, com acesso a textos do autor e a estudos diversos a respeito de sua produção, o leitor deve visitar o *site* Ler Jorge de Sena (lerjorgedesena.letas.ufrj.br), criado pela professora Gilda Santos (UFRJ), especialista seniana mais do que reconhecida. As informações biográficas aqui sumariamente indicadas foram pesquisadas nesse *site*.

após um ano como cadete da Escola Naval (1937-1938), foi excluído da Marinha de Guerra Portuguesa, por motivos não muito claros. Fora dessa carreira, seguiu a engenharia civil, formando-se em 1944, mas, desde os 16 anos, letras era área de sua total atenção. Se a engenharia foi a profissão de sustento da família que começara a formar, ser escritor foi a vocação à qual se entregou plenamente.

Após envolver-se em uma ação contra Salazar (o frustrado Golpe da Sé, de 11/12 de março de 1959), temendo ser perseguido pelo regime, já casado com Mécia de Sena e com sete filhos, resolveu sair de Portugal, exilando-se no Brasil, de agosto de 1959 a 1965. No Brasil, pôde finalmente tornar-se professor de Letras, iniciando sua vida universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP), onde ministrou as cadeiras de Introdução aos Estudos Literários e de Teoria da Literatura. Em outubro de 1964, fez provas de doutoramento em Letras e de livre-docência em Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, com a tese *Os sonetos de Camões e o soneto quinhentista peninsular*.

Sua contribuição aos estudos literários, no Brasil, ainda está por ser avaliada em toda a sua amplitude. Nesse primeiro exílio, produziu as suas melhores obras literárias e obteve a tranquilidade necessária para expandir os seus interesses acadêmicos, para além de se tornar pai de mais dois filhos, brasileiros. No entanto, apreensivo com o quadro político que se instaurava no país com o Golpe de 64, mais uma vez exilou-se (outubro de 1965), indo, dessa vez, trabalhar como professor universitário nos Estados Unidos. A princípio, na University of Wisconsin, em Madison, como professor visitante e, depois, como *full professor with tenure* de Literatura Portuguesa e Brasileira do Departamento de Espanhol e Português dessa universidade. Cinco anos depois, em agosto de 1970, transferiu-se para a University of California (UCSB), em Santa Barbara, cidade em que passou a viver até seu falecimento,⁶ a 4 de junho de 1978.

Sena, como referimos, é um escritor plural, um intelectual de língua portuguesa que primou pela capacidade crítica, pelo pensamento

⁶ “2009: A 11 de setembro, dá-se a trasladação de seus restos mortais para o Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, depois de solene homenagem na Basílica da Estrela, à qual compareceram várias autoridades e nomes destacados do cenário cultural português.” (MENEZES; SANTOS, [20--])

vertical de inúmeras questões importantes para o conhecimento das culturas de língua portuguesa, mas também da cultura de língua inglesa. Sua produção poética, ficcional, teatral, ensaística, crítica e tradutória é imensa, como o leitor poderá constatar pela relação de suas muitas obras, publicadas em vida e póstumas (no caso destas, graças ao trabalho dedicado de organização e editoria feito por sua esposa, Mécia de Sena), incluindo-se aí a correspondência com vários escritores portugueses e outras figuras marcantes, como Eduardo Lourenço. Seu trabalho como professor universitário foi sempre de rigor, atenção e disponibilidade para a formação de jovens pesquisadores e para a ampliação do conhecimento, sobretudo das literaturas portuguesa e brasileira. Seus estudos e ensaios bem mostram a constância e a importância desse trabalho acadêmico, para além de testemunhos de colegas e ex-alunos.

Quando ele era jovem, a sua vertente crítica despontou com força. Atuou em importantes revistas de poesia portuguesas, como *Presença* e *Cadernos de Poesia*. Polêmico, questionador, exigente, sofreu resistência em um Portugal ditatorial, isolado, arraigado ao compadrio e à hipocrisia social e cultural. Por isso, a relação pessoal de Jorge de Sena com sua pátria foi conflituosa, por vezes mesmo insultuosa. O sentimento de ser sempre preterido, de não ser reconhecido no campo das letras e de viver em regime de opressão o fez sair do seu país ao encontro do Brasil, onde, no seio ainda da língua portuguesa, encontrou condições de realizar seus projetos acadêmicos (que sempre lhe foram negados em Portugal) e evidenciar, nos anos em que esteve no estado de São Paulo, uma produtividade criativa e reflexiva de excelência. Sua tese de doutorado, anteriormente referida, tratava exatamente da obra daquele que se tornou, em sua vida, um lugar de encontro e de pensamento sobre a existência: Luís Vaz de Camões.

Com rigorosa metodologia de trabalho, em parte adquirida em sua formação como engenheiro (como medição incansável de versos e formas líricas, além de diversas estatísticas lexicais), com um processo crítico que exigia pesquisa extensa e aprofundada, informação qualitativa, originalidade e contribuição argumentativa, Jorge de Sena construiu novas leituras da obra do vate português, abrindo linhas originais de estudo de sua épica e de seu pensamento lírico, examinando com máxima atenção tanto *Os lusíadas* quanto outras partes de sua obra poética, com tantos problemas ecdóticos. Lembramos

aqui obras de grande impacto que foram produzidas por Sena na sua vivência brasileira, ainda que publicadas depois, em Lisboa: *Uma canção de Camões* (1966), *Os sonetos de Camões e o soneto quinhentista peninsular* (1969), *A estrutura de “Os lusíadas” e outros estudos camonianos de poesia peninsular do século XVI* (1970), “*Os lusíadas*” comentados por M. de Faria e Sousa (1973, 2 vol., introdução crítica), *Trinta anos de Camões* (1980, 2 vol.) e *Estudos sobre o vocabulário de “Os lusíadas”* (1982). Além dos incontornáveis estudos camonianos, seu volume intitulado *Fernando Pessoa & C.ª Heterónima* (1982, póstumo) também estabeleceu importantes questões para a discussão da obra pessoana. Todos esses trabalhos senianos são sem dúvida contribuição inestimável para uma melhor compreensão do poeta clássico e do poeta moderno, nomes nucleares da poesia portuguesa.

Seu forte espírito investigativo e a argumentação original, aqui e ali marcados pela ironia, mesmo sátira, contra os falsos conhecimentos sedimentados e valores arraigados, caracterizaram um intelectual que enfrentou opiniões e abriu trilhas críticas fundamentais sobre questões teóricas e estéticas, sobre as obras camoniana e pessoana, sobre a literatura portuguesa em geral, a literatura brasileira, as relações luso-brasileiras e outras literaturas, sobretudo de língua inglesa. Entretanto, mais do que isso, Jorge de Sena, por suas posições e suas ideias, pelo compromisso que assumiu com a literatura e por sua fidelidade a um modo de existir no mundo, tornou-se também um escritor maior, como Camões.

O poeta Jorge de Sena mantém com o vate seiscentista um diálogo íntimo e constante. Camões torna-se o seu *alter ego*, e alguns poemas manifestam com admirável força essa relação, refletindo o pensamento sensível e tenso sobre existir em língua portuguesa, ser português, ser poeta num mundo de valores vis, em que a dignidade humana é desconsiderada e violentada, em que se desconsideram a cultura e a arte. Relidos em nossa contemporaneidade, os versos camonianos parecem espelhar com agudeza esse mal-estar social e político, mas também emitem a força necessária de enfrentamento e de transformação.

Além de dedicar a Camões largo espaço de seu ensaísmo, Sena constantemente presentifica o poeta em sua obra de criação com inúmeras menções, citações, glosas... Porém, nada supera a força dramática que emana do Camões-protagonista, presente tanto no conto “Super

Flumina Babylonis”, como nos dois poemas “Camões dirige-se aos seus contemporâneos” (*Metamorfozes, Poesia II*) e Camões na Ilha de Moçambique (Camões dirige-se aos seus contemporâneos, Poesia III).⁷

No poema intitulado “Camões dirige-se aos seus contemporâneos”,⁸ publicado em *Metamorfozes* (1963), livro incluído em *Poesia II* (desde a edição de 1978), o poeta responde com vigor ao tratamento que sua obra recebeu ao longo dos séculos. O sujeito lírico camoniano mescla-se ao sujeito lírico seniano, unindo tempos diferentes cronologicamente, mas semelhantes em termos da percepção de como a cultura, a arte e a poesia são desvalorizadas, ignoradas ou silenciadas. No entanto, diante desse quadro de desalento, o poeta mantém a crença no valor de sua palavra, na força de sua obra, maior que a de outros, medíocres e falsos artistas, afirmando que sua poesia atravessa o tempo e se fortalece com a verdade estética que a moldou:

Podereis roubar-me tudo:
as ideias, as palavras, as imagens,
e também as metáforas, os temas, os motivos,
os símbolos, e a primazia
nas dores sofridas de uma língua nova,
no entendimento de outros, na coragem
de combater, julgar, de penetrar
em recessos de amor para que sois castrados.
E podereis depois não me citar,
suprimir-me, ignorar-me, aclamar até
outros ladrões mais felizes.
Não importa nada: que o castigo
será terrível. Não só quando
vossos netos não souberem já quem sois

7 Introdução aos dois poemas citados em Ler Jorge de Sena (<http://www.lerjorgesdesena.letas.ufrj.br/antologias/poesia/camoes-personagem-poetica/>). Esse conto e outros, além de poesia e outras obras senianas podem ser lidos nesse *site*, nos itens “Obra” e “Antologias”. O conto “Super Flumina Babylonis” é datado de Araraquara, 27 de março de 1964.

8 É de observar que o poeta datava todos os seus poemas, considerando a poesia uma espécie de diário da vida. Como se vê ao final do poema, ele foi escrito em Assis (SP), em 1961.

terão de me saber melhor ainda
do que fingis que não sabeis,
como tudo, tudo o que laboriosamente pilhais,
reverterá para o meu nome. E, mesmo será meu,
tido por meu, contado como meu,
até mesmo aquele pouco e miserável
que, só por vós, sem roubo, haveríeis feito.
Nada tereis, mas nada: nem os ossos,
que um vosso esqueleto há-de ser buscado,
para passar por meu. E para outros ladrões,
iguais a vós, de joelhos, porem flores no túmulo.

Assis, 11/6/1961
(SENA, 1988b, p. 95)

Em outro fortíssimo poema, “Camões na Ilha de Moçambique”⁹ (originalmente datado de 20 de julho de 1972 e publicado depois em *Poesia III*, a partir da edição de 1978), o qual é dedicado a “Amilcar Fernandes e Rui Knopfli, moçambicanos de alma e coração, que me passaram a Ilha de Moçambique”, Jorge de Sena demonstra a acuidade de sua reflexão crítica sobre a cultura portuguesa e sobre Camões. Rejeitando o sequestro que a ditadura salazarista fizera da obra camonianiana para exaltar seus próprios valores de manutenção colonialista, nesse poema, Sena nos dá a ver um Camões decaído, por isso profundamente humano, em situação de solidão e miséria,

⁹ “Publicado no livro *Camões dirige-se aos seus contemporâneos [e outros textos]*, em 1973, o poema foi escrito durante estadia de Jorge de Sena na Ilha de Moçambique, ponto culminante de uma peregrinação pela África que incluiu também Angola e África do Sul. Mécia de Sena afirma em carta que foi a mais impactante viagem feita por seu marido. Acompanhado por Amilcar Fernandes e por Rui Knopfli, que publicaria *A Ilha de Próspero* no mesmo ano 1972, Jorge de Sena percorre os caminhos da ilha em que Camões passara cerca de dois anos ‘aperfeiçoando as suas *Lusíadas*’ e trabalhando no mítico *Parnaso*, segundo testemunha Diogo do Couto.

A viagem à Ilha de Moçambique se dá no contexto das comemorações do 4.º centenário da publicação de *Os Lusíadas*. Como explicará mais tarde Sena, o poema nasce ‘da minha admiração por ele e do meu instinto de ir contra tudo o que tente oficializar seja o que for.’ (HUE, 2019, p. 166)

cuja única força vital é ainda produzir seus versos, criar mundos que superam os pobres poderes com sua violência e desumanidade.

É pobre e já foi rica. Era mais pobre
quando Camões aqui passou primeiro,
cheia de livros a cabeça e lendas
e muita estúrdia de Lisboa reles.
Quando passados nele os Orientes
e o amargor dos vis sempre tão ricos,
aqui ficou, isto crescera, mas
a fortaleza ainda estava em obras,
as casas eram poucas, e o terreno
passeio descampado ao vento e ao sol
desta alavanca mínima, em coral,
de onde saltavam para Goa as naus,
que dela vinham cheias de pecados
e de bagagens ricas e pimentas podres.
Como nau nos baixios que aos Sepúlvedas
deram no amor corte primeiro à vida,
aqui ficou sem nada senão versos.
Mas antes dele, como depois dele,
aqui passaram todos: almirantes,
ladrões e vice-reis, poetas e cobardes,
os santos e os heróis, mais a canalha
sem nome e sem memória, que serviu
de lastro, marujagem, e de carne
para os canhões e os peixes, como os outros.
Tudo passou aqui – Almeidas e Gonzagas,
Bocages e Albuquerque, desde o Gama.
Naqueles tempos se fazia o espanto
desta pequena aldeia cidadina
de brancos, negros, indianos, e cristãos,
e muçulmanos, brâmanes, e ateus.
Europa e África, o Brasil e as Índias,
cruzou-se tudo aqui neste calor tão branco
como do forte a cal no pátio, e tão cruzado
como a elegância das nervuras simples
da capela pequena do baluarte.

Jazem aqui em lápides perdidas
os nomes todos dessa gente que,
como hoje os negros, se chegava às rochas,
baixava as calças e largava ao mar
a mal-cheirosa escória de estar vivo.
Não é de bronze, louros na cabeça,
nem no escrever parnasos, que te vejo aqui.
Mas num recanto em cócoras marinhas,
soltando às ninfas que lambiam rochas
o quanto a fome e a glória da epopeia
em ti se digeriam. Pendendo para as pedras
teu membro se lembrava e estremecia
de recordar na brisa as croias mais as damas,
e versos de sonetos perpassavam
junto de um cheiro a merda lá na sombra,
de onde n'alma fervia quanto nem pensavas.
Depois, aliviado, tu subias
aos baluartes e fitando as águas
sonhavas de outra Ilha, a Ilha única,
enquanto a mão se te pousava lusa,
em franca distração, no que te era a pátria
por ser a ponta da semente dela.
E de zanolho não podias ver
distâncias separadas: tudo te era uma
e nada mais: o Paraíso e as Ilhas,
heróis, mulheres, o amor que mais se inventa
e uma grandeza que não há em nada.

Pousavas n'água o olhar e te sorrias
– mas não amargamente, só de alívio,
como se te limparas de miséria,
e de desgraça e de injustiça e dor
de ver que eram tão poucos os melhores,
enquanto a caca ia-se na brisa esbelta,
igual ao que se esquece e se lançou de nós.

Ilha de Moçambique, 20 de julho de 1972
(SENA, 1989, p. 185-186)

Tal poema, sobre Camões vergado pela “desgraça e de injustiça e dor”, “em cócoras marinhas, / soltando às ninfas que lambiam rochas / quanto a fome e a glória da epopeia / em ti se digeriam”, fala-nos muito de dois grandes temas que marcam a obra lírica seniana: a experiência vital da criação e a partilha da condição humana na sua humildade ou grandeza. Jorge de Sena é um humanista no século xx, e sua poética, em diversos momentos, mas sobretudo no que poderíamos considerar uma das suas obras-primas, o conjunto de poemas intitulado *Metamorfozes*,¹⁰ expressa sua total adesão à luta pela liberdade e pela valorização da dignidade humana. Se, muitas vezes, o tom seniano parece agressivo, mesmo violento contra Portugal, contra todos os que oprimem, matam, dominam e imperam sem respeito ao outro, há em toda a sua escrita um compromisso de que não abre mão: testemunhar e resistir, para que os que não têm voz possam ser ouvidos e lembrados, sim, prevalecendo a memória do humano sobre qualquer gesto de esquecimento, gesto de morte. Sobre a relação da escrita seniana com a história, memória e testemunho, também no “Post-fácio” (1963) a *Metamorfozes*, Sena aponta ao longo do texto como arte e história se entrelaçam. Defende a “comovente historicidade da natureza humana” (SENA, 1988b, p. 152), pois “a História tem de estar presente na compreensão da própria e pessoal humanidade com a qual lhe é dado compreender a dos outros” (SENA, 1988b, p. 156), já que “toda poesia é uma meditação moral. Sem dúvida que o não é (ou não deve sê-lo) num sentido normativo; mas indubitavelmente o é num sentido escatológico, de inquirição aflita sobre as origens e os fins últimos do Homem” (SENA, 1988b, p. 157), concluindo:

E acontece que o homem – se pode viver e criar abstrações – é pelo rosto e pelos seus gestos, e pelo que ele, com o olhar transfigura, que podemos, interrogativamente, incertamente, inquietamente, angustiadamente, conhecer-lhe a vida. E, se não fora a poesia olhando a História, nenhuma vida em verdade conheceríamos, nem a nossa própria. (SENA, 1988b, p. 157)¹¹

¹⁰ As obras poéticas de Jorge de Sena estão reunidas em *Poesia I* (Lisboa, Edições 70, 1988), *Poesia II* (Lisboa, Edições 70, 1988) e *Poesia III* (Lisboa, Edições 70, 1989). Postumamente, outras coletâneas foram editadas.

¹¹ Ao leitor interessado, indico texto meu em que apresento mais detalhadamente,

Em outro poema, intitulado “Aviso em porta de livraria”, a ironia une os versos, refletindo seu espírito mordaz contra uma sociedade medíocre, a fim de reforçar que há princípios dos quais não abdica: a força amorosa, criadora, e a liberdade:

Não leiam delicados este livro,
sobretudo os heróis do palavrão doméstico,
as ninfas machas, as vestais do puro,
os que andam aos pulinhos num pé só,
com as duas castas mãos uma atrás e outra adiante,
enquanto com a terceira vão tapando a boca
dos que andam com dois pés sem medo das palavras.

E quem de amor não sabe fuja dele:
qualquer amor desde o da carne àquele
que só de si se move, não movido
de prémio vil, mas alto e quase eterno.
De amor e de poesia e de ter pátria
aqui se trata: que a ralé não passe
este limiar sagrado e não se atreva
a encher de ratos este espaço livre
onde se morre em dignidade humana
a dor de haver nascido em Portugal
sem mais remédio que trazê-lo n'alma.

25/1/1972

(SENA, 1989, p. 117)

Não à toa, um dos mais famosos prefácios senianos explicita esse testemunho, dando-nos a exata medida de sua escrita e de sua posição como artista e cidadão:

na obra de Jorge de Sena e de outro escritor referencial, Carlos de Oliveira, essa relação entre poesia e história: ALVES, Ida. Carlos de Oliveira e Jorge de Sena: paisagens de rigor e testemunho. *Metamorfozes*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2011, p. 78-89. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfozes/issue/view/1155/showToc>.

Como um processo testemunhal sempre entendi a poesia, cuja melhor arte consistirá em dar expressão ao que o mundo (o dentro e o fora) nos vai revelando, não apenas de outros mundos simultânea e idealmente possíveis, mas, principalmente, de outros que a nossa vontade de dignidade humana deseja convocar a que o sejam de facto. Testemunhar do que, em nós e através de nós, se transforma, e por isso ser capaz de compreender tudo, de reconhecer a função positiva ou negativa (mas função) de tudo, e de sofrer na consciência ou nos afectos tudo, recusando ao mesmo tempo as disciplinas em que outros serão mais eficientes, os convívios em que alguns serão mais pródigos, ou o isolamento de que muitos serão mais ciosos – eis o que foi, e é, para mim, a poesia. (SENA, 1988a, p. 25-26)

Os poemas de *Metamorfozes*, cada um deles, em diálogo com outras obras de arte, como pinturas, esculturas e obras arquitetônicas, dá ao leitor motivos de meditação sobre a fragilidade humana e sua finitude, mas também sobre a memória de sua presença na terra a partir do que constrói, do que cria, daquilo a que dá vida. Nesse gesto amoroso de vida reside afinal a consciência da dignidade humana. Nesse sentido, a compreensão artística de Sena é a de uma missão, não a de buscar prêmios ou exaltação pública, mas a de manifestar o valor da criação, da cultura, da língua e do pensamento livre. Como bem diz o ensaísta sobre si mesmo: “[...] um desejo de exprimir o que entende ser a dignidade humana – uma fidelidade integral à responsabilidade de estarmos no mundo” (SANTOS, [20--]).

Pela grandeza de sua obra, pelas implicações de sua escrita e pelos valores que defendeu, Jorge de Sena é um escritor que atravessará o tempo, como seu Camões. Ignorá-lo é desconhecer como as literaturas de língua portuguesa, em seus melhores escritores, criam, pensam e escrevem a liberdade de ser e de agir por um mundo transformado, mais humano e, por isso, mais digno para cada um de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

HUE, Sheila. Camões na Ilha de Moçambique com Jorge de Sena e Leopold Bloom. *Metamorfozes: Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros da Cátedra Jorge de Sena da Faculdade de Letras da UFRJ*, Rio de Janeiro, Edição do Centenário de Jorge de Sena, v. 1, p. 166-167, 2019.

MENEZES, Raquel; SANTOS, Gilda. 1965-1978: Estados Unidos. *Ler Jorge de Sena*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.lerjorgesena.lettras.ufrj.br/vida/cronologia/1965-1978-estados-unidos/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SANTOS, Gilda. Autoapresentação. *Ler Jorge de Sena*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.lerjorgesena.lettras.ufrj.br/vida/biografia/auto-apresentacao/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SENA, Jorge de. *Poesia I*. Lisboa: Edições 70, 1988a.

_____. *Poesia II*. Lisboa: Edições 70, 1988b.

_____. *Poesia III*. Lisboa: Edições 70, 1989.

- III -
SOBRE OS
ACADÊMICOS

“FAÇO MINHA ESTRELA SEM APAGAR A SUA”: A BRILHANTE TRAJETÓRIA DE ALAÍDE LISBOA DE OLIVEIRA

Amanda Ribeiro Barbosa

“Faço minha estrela sem apagar a sua”. Somente uma pessoa muito sensível e generosa é capaz de formular uma frase como essa. De ainda maiores sensibilidade e generosidade é quem imprime essas palavras em um livro destinado a crianças.¹ Mas é de infinita grandeza aquela que, ao fazer sua estrela, não só não apaga a de outra pessoa como, também, a ajuda a poli-la. Dona de mente e olhar brilhantes, Alaíde Lisboa de Oliveira dedicou sua vida a pregar estrelas com pregos de ouro nas saias da lua.² O legado de seus 102 anos de vida deixou marcas permanentes nas áreas da educação e da literatura infantil brasileiras. Em algumas ocasiões, Alaíde resgatava o filme *Ano passado em Marienbad*, de Alain Resnais, para defender a ideia de que a vida, ao contrário do que se pensa, não é linear. Então, perguntava: por que nossa fala haveria de ser? Usando essa ideia como abrigo – e como alento –, teço aqui alguns pontos da trama da irrequieta vida da escritora, professora, jornalista e política mineira.

“Nasci no mesmo dia do descobrimento do Brasil, mas não no mesmo ano”. Essa era a resposta que dava, sem muitas delongas, toda

¹ A frase escolhida como título deste trabalho foi retirada de OLIVEIRA, 1988.

² Trecho de “O menino poeta”, poema de Henriqueta Lisboa, que pode ser encontrado em MARQUES; OLIVEIRA, 2013, p. 68: “tornou a pregá-la / com três pregos de ouro / nas saias da lua”.

vez que alguma criança lhe perguntava qual era a sua idade. Nas proximidades de seu centenário, Alaíde revelou o mistério do ano de seu nascimento: em 22 de abril de 1904, na cidade de Lambari, em Minas Gerais, Maria Rita Vilhena Lisboa e João de Almeida Lisboa deram à luz mais uma filha. A menina logo encontrou meia dúzia de irmãos e ainda viu muitos outros chegarem. Dizia que “aprendia com os mais velhos e reaprendia com os mais novos” (OLIVEIRA, 2000). Talvez a humildade com que conduziu sua prática de professora derive dessa configuração familiar, que lhe permitiu aprender com os mais experientes – entre eles, dois grandes poetas – e reaprender com os que ainda viviam a liberdade das descobertas.

Com apenas dois meses de idade, quase morreu de uma doença nos pulmões. Seus pais, de intensa fé católica, anteciparam seu batizado na esperança de que a bênção a curasse. Na cerimônia, D. Felícia, uma amiga da família, vendo a bebê sofrer para respirar, enfiou-lhe um lenço na garganta e retirou o excesso de muco acumulado. Alaíde recuperou o fôlego e a vitalidade, mas os problemas respiratórios a acompanharam durante boa parte de sua infância em Lambari. Tinha febre todos os dias; suas bochechas rosadas indicavam a hora exata: quatro da tarde. As estratégias para diminuir a temperatura funcionavam, mas a menina só conseguiu a cura definitiva quando viajou com sua mãe a Itajubá e tomou o remédio do Dr. Lisboa, afamado médico da cidade.

Cresceu rodeada de irmãos – eram 14 ao todo, mas alguns morreram ainda muito pequenos. Dizia que, quando saíam para passear, pareciam uma turma escolar em excursão. Bebiam, na hora que bem quisessem, copos cheios das famosas e formosas águas de Lambari e zombavam dos veranistas, que conferiam receitas médicas para tomar a dose certa. Adoravam brincar de “bilosca”, apesar de não existir bolinha de gude na cidade. Jogavam pinhões; os mais redondinhos, chamados de “paturrecas”, garantiam as melhores jogadas. Alaíde contava que as brincadeiras eram tão importantes quanto os estudos. Todos os filhos do casal Lisboa, meninos e meninas, tiveram a oportunidade e o dever de estudar. Além de incentivada pela mãe, de quem ouviu incontáveis vezes “Filha minha é para estudar”, a menina foi notavelmente influenciada por sua irmã mais velha, a poeta Henriqueta Lisboa, e seu irmão, também mais velho e poeta, José Carlos Lisboa.

Iniciou sua formação moral e intelectual no Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior, em Lambari. Mantinha os olhos abertos e atentos e vivia fazendo perguntas a si mesma. Sua intensa curiosidade pelas coisas fez com que começasse a indagar oralmente, mas foi prontamente advertida. Obediente, engoliu seu desejo de explicações; preferiu não causar desconfortos e esperar que o tempo lhe trouxesse as respostas. Também foi no grupo escolar que se alfabetizou e aprendeu a gravar poemas na memória. Os de Olavo Bilac eram seus preferidos. Gostava do ritmo, das rimas e da ideia de que a poesia podia falar de coisas simples, que aconteciam em sua vida. Em “A boneca”,³ Alaíde modulava sua voz de acordo com as sensações evocadas pelas palavras. Dizia que caprichava na entonação de “(coitada!)”, que aparecia assim, entre parêntesis. Na sua imaginação, esses tracinhos tortos eram as mãos do poeta protegendo a boneca dos descuidos das meninas que brigavam.

Mudou-se para a cidade de Campanha, no Sul de Minas Gerais, e ingressou no curso normal do Colégio Nossa Senhora de Sion. Alaíde admirava as freiras francesas, que educavam para garantir o aperfeiçoamento moral e religioso de suas alunas. Decorou poemas e trovas em francês, os quais recitava nos eventos escolares. A organização do currículo e as técnicas didáticas do Sion de Campanha tiveram grande influência na formação de Alaíde.

Em 1924, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro. Seu pai, político atuante, havia sido eleito deputado federal. Alaíde continuou seus estudos e ampliou seus horizontes, uma vez que pôde participar da intensa vida cultural da cidade, capital do país. O convívio com os colegas políticos do pai e os amigos escritores dos irmãos apontou-lhe novos e sólidos caminhos em busca do investimento intelectual.

Voltou para Lambari e iniciou sua carreira educacional como professora primária. Certa vez, organizou um plano de curso e o entregou à sua diretora. No dia seguinte, ela lhe pediu permissão para publicá-lo na *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Alaíde autorizou, desde que pudesse assiná-lo com um pseudônimo. Era o “medo da letra de forma” (OLIVEIRA, 2000), dizia. Aos poucos, novas oportunidades foram surgindo, e o medo, passando. Enquanto lia assustada suas primeiras “letras de forma”, começava a se reconhecer como escritora.

3 O poema pode ser encontrado em MARQUES; OLIVEIRA, 2013, p. 22.

Em 1933, mudou-se para Belo Horizonte e ingressou na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, onde foi aluna das renomadas educadoras Helena Antipoff, Lúcia Casasanta e Alda Lodi. Com Antipoff aprendeu que “inteligência pela inteligência, cultura pela cultura, sabedoria pela sabedoria não levam à plenitude de nós mesmos sem o produto, sem a atividade, a ação projetada por nós, para fora de nós” (OLIVEIRA, 2000, p. 111). Alaíde lembrava com emoção, em suas falas e entrevistas, a confiança que Antipoff depositava em seu talento. Segundo a mestra, a discípula deveria sentir a responsabilidade de seus dons e dividi-los com outras pessoas. Afinal, “quem tem o que dar tem de dar” (OLIVEIRA, 2000). Ela sabia que aquele elogio não tinha a intenção de envaidecê-la, mas de lembrá-la de seu dever. Assim que terminou o curso de aperfeiçoamento, em 1934, foi nomeada assistente técnica do ensino.

Nos seus primeiros dias em Belo Horizonte, Alaíde conheceu José Lourenço de Oliveira, advogado, professor, escritor e jovem amigo de sua família. Com o tempo, as afinidades surgiram; o gosto em comum pela literatura, pela língua francesa e pela doutrina cristã foi determinante para o estreitamento do laço. Casaram-se no dia 22 de agosto de 1936, na Igreja de Lourdes, e deram início a um relacionamento de cumplicidade e mútua admiração. O casal teve quatro filhos: Abigail, bacharela em Direito; José Carlos, engenheiro; Sílvio, médico; e Maria, pedagoga. Alaíde, então, passa a conciliar os estudos e a carreira com os novos compromissos maternos e domésticos.

Em 1937, tornou-se professora de Português e Socialização no curso ginásial da antiga Escola Normal Modelo, hoje Instituto de Educação. Durante esse período, foi convidada para ser presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, a APPMG, da qual fazia parte desde que começou a exercer o magistério primário. Negociou e garantiu o aumento de salário e a perspectiva de carreira das professoras primárias numa época em que magistério era considerado “missão”, ideia que dificultava a valorização da classe.

Para concluir um curso de Literatura Infantojuvenil e Psicologia, Alaíde deveria escrever um livro. Lembrou-se de uma história popular, da qual conhecia algumas versões, e tomou-a como ponto de partida para sua primeira obra literária. Assim, em 1938, com um pouco de água, farinha e açúcar, nasceu *O bonequinho doce*. A *bonequinha*

preta veio logo em seguida, no mesmo ano. As sucessivas reedições de ambas as obras povoam infâncias há quase um século e somam mais de 1 milhão de exemplares vendidos.

Os compromissos como autora e pensadora da literatura infantil estavam apenas começando. Em 1939, juntamente com Zilah Frota e Marieta Leite, lançou seu primeiro livro didático. *A poesia no curso primário* (Ed. Francisco Alves, RJ) reunia poemas da poesia adulta que se comunicavam com as crianças – Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meirelles, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes e Henriqueta Lisboa faziam parte da coletânea.

A escritora se perguntava até que ponto existia uma literatura infantil. Acreditava que o compromisso do escritor não era tanto com o consumidor, mas consigo mesmo e com a arte. Segundo ela, até os livros didáticos precisavam ser elaborados por pessoas com sensibilidade artística. Cabia aos demais livros, de geografia, história e ciências, informar. O de Português também podia fazê-lo, desde que sua prioridade fosse possibilitar a leitura literária. Drummond concordava com a amiga – de acordo com o poeta, alguns livros escolares eram meros almanaques e não estimulavam o gosto pela leitura: “A Alaíde está certa. Muito bem, Alaíde!” (ALMEIDA; RESENDE, 1983).

A professora-escritora também atuou como jornalista, tendo sido membro do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais. Ao longo dos quinze anos que trabalhou no jornal *O Diário*, escreveu para a seção “Vida escolar”, para a coluna “Cultura, educação e ensino” e dirigiu um suplemento infantojuvenil de 1948 a 1961. *O Diário do Pequeno Polegar*, nome que escolheu para o suplemento, era composto principalmente de literatura infantil, mas também trazia dicas e notícias de lançamentos de filmes, peças de teatro e livros para crianças. Também eram publicados desenhos e redações dos leitores, charadas, histórias populares do folclore brasileiro, poesia e contos.

Alaíde foi a primeira vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Eleita primeira suplente, assumiu a vereança em 1949, apenas 17 anos após a conquista do voto feminino. Apresentou diversas proposições com o objetivo de aprimorar a cultura e a educação. Propôs a criação da Casa de Cultura, a fundação e a instalação do Colégio Municipal e a expansão da rede municipal de ensino. No entanto, diante da impossibilidade de limitar-se às questões culturais e educacionais, afastou-se da cena política. Incomodava-lhe ter que agir

em função de razões burocráticas; “apoio integral e oposição integral criam, às vezes, problemas de consciência” (OLIVEIRA, 2000, p. 161), revelou.

Ao longo de duas décadas, Alaíde acumulou conquistas, cargos e títulos significativos. No início dos anos 1950, foi convidada para ser professora assistente da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC Minas, onde lecionou Didática Geral e Especial. Tornou-se professora na graduação e na pós-graduação das Faculdades de Filosofia, de Educação e de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi uma das fundadoras e a segunda diretora do Colégio de Aplicação da UFMG. Concluiu seu doutorado em Didática em 1957 e, dois anos depois, passou em primeiro lugar em concurso público para a cátedra de Didática Geral e Didática Especial de Português e Literatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi representante de Minas Gerais na Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, a FNLIJ, e membro do Conselho Universitário da UFMG. Em 1971, organizou o mestrado em Educação da Faculdade de Educação (FAE)/UFMG e tornou-se a primeira coordenadora do curso. Assumiu a vice-direção da FAE em 1975. No ano seguinte, recebeu o título de Cidadã Belo-Horizontina da Câmara Municipal de Belo Horizonte; dois anos depois, o de Professora Emérita da UFMG. Nesse mesmo ano, lançou o *Nova didática*, livro que Drummond afirmou ter sido “feito de experiência, reflexão e amor à tarefa” (REIS, 2004, p. 10).

As décadas seguintes foram marcadas por novas publicações, homenagens e condecorações. Recebeu, entre outros prêmios: a Placa do Amigo do Livro, da Câmara Mineira do Livro, em 1982; a Medalha do Mérito Educacional, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em 1984; e a Medalha Helena Antipoff, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 1985. Foi eleita membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais em 1986, da Academia Feminina Mineira de Letras (Cadeira 39) em 1988 e da Academia Mineira de Letras (Cadeira 6, antes ocupada por seu irmão José Carlos Lisboa) em 1995.

A educadora acreditava que o professor tem uma responsabilidade individual com cada aluno. Arguia de maneira humana e terna, enriquecendo a experiência de todos os presentes com seu conhecimento e sua didática. Magda Soares, que havia sido aluna de Alaíde,

também se tornou professora, escritora e pesquisadora. Ela comenta, no prefácio do livro *Quando o segredo se espalha*, que aprendeu com a mestra os caminhos para despertar em crianças e jovens o fascínio pela literatura (SOARES, 2013).

Mesmo envolvida com a carreira e a produção acadêmicas, Alaíde continuou visitando escolas para falar às crianças sobre seus livros. Os pequenos ficavam fascinados quando conheciam uma escritora tão famosa, autora de histórias que amavam. Depois da visita a uma escola da cidade de Santa Luzia (MG), um aluno lhe escreveu: “Fada existe: Dona Alaíde”. Para ele, só fada tinha o poder de fazer boneco correr e boneca saltar a janela. Alaíde, que não era de guardar segredo, logo lhe revelou: “quem lê hoje, pode escrever amanhã”. Se pudesse, certamente contaria esse segredo ao sino da torre de uma igreja bem alta, na esperança de que ele o espalhasse por todos os cantos: “delém-dém / delém-dém / delém-dém / dém-dém!”⁴ E, de certa forma, assim o fez.

Graças à sua rica, atenta e extensa trajetória pelas áreas da educação e da literatura, Alaíde fez parte da vida escolar e acadêmica de muitos mineiros e mineiras. Houve quem leu *O bonequinho doce* na infância, estudou em seus livros didáticos e, anos mais tarde, assistiu às suas aulas no mestrado e no doutorado. Publicou cerca de 30 livros para crianças e adultos. Dentre os infantis, além dos dois recordistas de reimpressão, destacam-se: “*Como se fosse gente*” e *outras fábulas*, recontos das fábulas de Fedro; *Ciranda*; *Edmar: esse menino vai longe*; *Gato que te quero gato*; *Cirandinha*; *Mimi fugiu*; *Era uma vez um abacateiro*; *Ulisses*; *Simbad, o marujo*; *O avião de Alexandre*; e a série didática *Meu coração*. Dentre os destinados a adultos: *Sugestões para divulgação do ensino primário no Brasil*; *Da alfabetização ao gosto pela leitura*; *Impressões de leitura*; e *Se bem me lembro...*, uma autobiografia em prosa e verso lançada pouco antes de seu centenário.

Quando era criança, Alaíde gostava de se olhar no espelho grande e ornado que enfeitava a sala da sua casa. Um dia, o espelho foi morar na casa de um tio; depois, na do seu irmão mais velho. O que ela mais queria era tê-lo de volta. Já mais velha, conseguiu recuperá-lo.

4 Trecho do poema “Segredo”, de Henriqueta Lisboa, presente em MARQUES; OLIVEIRA, 2013, p. 30.

Contou emocionada que quando olhou para sua imagem refletida, enxergou-se menina. Vaidade? Longe disso. É certo que Alaíde não agia com falsa modéstia, não se esquivava de elogios, mas esse não é o ponto. Aquele espelho, na verdade, revelava muito mais que sua imagem imediata. A senhora e a menina estavam ali – e também a jovem, a mulher, a filha, a irmã, a esposa, a mãe, a avó, a futura bisavó, a amiga, a professora, a escritora, a pesquisadora, a jornalista, a vereadora, a sindicalista, a generosa artista. Ela sempre dizia, ao relembrar o herói Ulisses, da *Odisseia*, que era um pouco de tudo o que encontrou pelo caminho. Por isso foi – e ainda é – tantas.

Em um poema, Alaíde descreve o relógio como aquele que anuncia tudo, de lamentos a celebrações, com a mesma indiferença. Assim como o artefato do tempo, o corpo também para. No entanto, assim como o tempo, a lembrança da vida permanece e faz brotar: um roseiral inteiro e – quem sabe? – um novo abacateiro; novos olhares abertos e brilhantes; novos(as) poetas e professores(as) atentos(as); novas mulheres políticas defensoras da educação e da cultura; pessoas que nunca mais conseguirão usar parêntesis sem imaginar que eles abraçam as palavras. Mesmo ciente das marcas profundas que deixava, ficava feliz quando escreviam sobre ela – “É uma maneira de eu não morrer!” (ALMEIDA; RESENDE, 1983, n. p.).⁵ Ora, (Alaíde)... você sempre estará aqui.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guido de; RESENDE, Maria Ângela de Faria. *Meu coração ou Alaíde Lisboa de Oliveira na memória da Universidade*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1983.
- MARQUES, Francisco; OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *Quando o segredo se espalha*. São Paulo: Peirópolis, 2013.
- OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *Gato que te quero gato*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1988.
- _____. *Se bem me lembro...* Belo Horizonte: Mazza, 2000.
- REIS, Milton. Alaíde de Oliveira, a mestra da pluralidade singular.

⁵ Quando soube que seria homenageada em *Meu coração ou Alaíde Lisboa de Oliveira na memória da Universidade*, não hesitou em responder: “Que bom! Façam isso sim! É uma maneira de eu não morrer!”

Revista da Academia Mineira de Letras, ano 82, v. XXXIII, jun./ago. 2004. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2004.

SOARES, Magda. Prefácio. In: MARQUES, Francisco; OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *Quando o segredo se espalha*. São Paulo: Peirópolis, 2013.

NA MEDIDA DO IMPOSSÍVEL

Anelito de Oliveira

Ao dedicar o seu *Dialética da colonização*, livro de 1994, a Celso Furtado, Jacob Gorender e Pedro Casaldáliga, o ensaísta Alfredo Bosi destaca algo que insiste em me vir à memória: “pensamento que se fez ação” (BOSI, 1992). Não tenho dúvida de que foi isso que me chamou a atenção naquele início dos anos 1990, quando buscava compreender a cena cultural brasileira e, de modo especial, mineira, a partir de Belo Horizonte, e o perfil cultural, digamos, de Angelo Oswaldo de Araújo Santos se me apresentou admirável. Lia, naquela minha busca, palavras impressas, textos, jornais, revistas, livros, mas lia também gestos, atitudes, posturas, condutas, vozes e silêncios, num esforço meio obsessivo de proceder a distinções na esfera do visível inicialmente, mas, depois, já na esfera do invisível. Uma questão que, pouco a pouco, passou a me intrigar ali foi a separação, no campo cultural, entre os planos da teoria e da prática, das ideias e das ações, que dificultava quaisquer tentativas de debate responsável sobre a *res publica*, sobre a instância comum, enfim, sobre a realidade social premente que, a despeito de todo o entusiasmo advindo da redemocratização, não me parecia resolvida, mas antes ainda mais antagônica.

Apreciando as coisas daqui, deste início de terceira década do século XXI, claro que aquela separação não era privilégio daquele momento, já que ela é de uma constante de todas as épocas em qualquer Estado-nação, não apenas no confuso Estado-nação brasileiro:

separar teoria e prática é uma espécie de dispositivo platônico estruturante das nações, contribui para sua sustentabilidade. A lógica desse dispositivo pode ser assim sintetizada, no meu ponto de vista: o plano da teoria, o mundo das ideias, não pode ser pervertido pelo plano da prática, o mundo das coisas, da realidade supostamente abjeta; a esfera do ideal é impossível com a esfera do real. A esfera da “vida de qualidade”, recordando Agamben (2002), vivida por teóricos, contempladores, no seu Parnaso, sob a égide de uma *aurea mediocritas*, não pode participar da esfera animalésca da “vida nua”. A ousadia de articular essas duas esferas, o plano das ideias e o plano das ações, pode custar caro aos atores do campo cultural, frequentemente percebidos com desconfiança pelos controladores da vida social, como, no mínimo, potenciais desordenadores da ordem pública estabelecida, essa ordem que, por conveniência de um cínico contrato social, considera-se frequentemente justa, inquestionável.

No limite, a articulação das esferas da teoria e da prática acaba por significar um choque de valores estéticos e políticos, podendo resultar numa incompreensão da parte tanto do *mainstream* cultural quanto do político, independente de espectro ideológico: aquele homem da cultura é um agente da política; aquele homem da política é um agente da cultura. Essa situação se agrava, por motivos óbvios, em nações performadas e transtornadas por uma episteme colonialista, nas quais “liberdade” é palavra altamente idiossincrática, sempre fadada a provocar reações. Por isso tudo, poucos se dispõem a ousar essa articulação, preferem a zona de conforto de uma ideia transcendental de cultura, por exemplo, que é consequência de uma ideia evidentemente transcendental de mundo, vulgarizada pelo positivismo lógico, na qual a política, coisa suja de realidade, não tem vez. Essa articulação pressupõe, em si, um senso crítico, pragmático, que, como Rama (1998, 2008) viu com agudeza em seus estudos sobre cultura letrada e ordem urbana no espaço americano, opõe-se decididamente a toda uma beatitude, uma passividade imposta pelo colonizador ao colonizado. O sujeito crítico desenvolve um “serviço social” transformador, que não é considerado importante, obviamente, pelos donos da “*ciudad letrada*”.

Quando, numa tarde, na antiga redação do Estado de Minas, na Rua Goiás, centro de Belo Horizonte, que eu, na petulância dos 21 anos, frequentava esporadicamente como colaborador da página “Autores & livros”, tomei conhecimento da primeira candidatura de

Angelo Oswaldo a prefeito de Ouro Preto, em meados de 1992, passei a percebê-lo como um ator do campo cultural que ousava realmente articular teoria e prática. Nesse momento, seu perfil intelectual se me apresentou de modo mais preciso, com elementos agora, pertinentes àquele tempo presente, e remotos, pertinentes à história das Minas Gerais. Não vi na atitude do jornalista inteligente, responsável naquela altura por um dos melhores cadernos de cultura do país, do ensaísta notável, que eu tinha conhecido a partir do livro *O Modernismo*, organizado por Affonso Ávila (1972), no qual figura seu texto sobre os 50 anos da Semana de Arte Moderna, do ex-editor do *Suplemento Literário de Minas Gerais*, nada de incongruente com a esfera das ideias, mas uma ousadia exemplar no sentido da articulação, tão necessária quanto desafiadora, entre teoria e prática.

Entrevi naquela atitude algo que, no decorrer dos anos, foi-se desvelando cada vez mais como particularidade intelectual de Angelo Oswaldo, que o conecta à tradição dos grandes intelectuais públicos de Minas Gerais, do País e da Modernidade ocidental: a percepção de teoria e prática como dimensões constitutivas da práxis, do plano da ação, que não podem ser separadas exatamente porque a vida social não admite esse tipo de separação, porque os sujeitos sociais somos a soma dessas duas dimensões, de subjetividade e objetividade. A eficácia da práxis específica – no campo cultural, por exemplo – depende muito do equilíbrio entre elementos que são teóricos, hauridos na contemplação da vida social, e práticos, organizados a partir da experiência social, da participação no jogo social sempre movido por necessidades, interesses. E não foi ali nem é difícil aqui rastrear na história mineira, evidentemente, tantos modelos de homens públicos que, desdobrando-se em intelectuais públicos, em sujeitos de pensamento crítico, abriram o horizonte no qual Angelo Oswaldo não apenas transita, mas o qual agita com desenvoltura, ressignifica.

Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1898-1969) é o que primeiro me vem à memória, sinônimo de defesa da memória cultural, gestor-fundador do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o atual Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do qual Angelo foi diretor. Assim como Rodrigo, Angelo também nasceu em Belo Horizonte (1947), também estudou Direito na UFMG (Rodrigo termina o curso no Rio), também é jornalista e também é escritor. O segundo que me vem

à memória é Gustavo Capanema (1900-1985), mineiro de Pitangui, membro do grupo de modernistas mineiros dos anos 1920, o grande amigo pragmático de Carlos Drummond de Andrade. Assim como Capanema, gestor do Ministério da Educação e Saúde no Governo Vargas, responsável pela fundação do Sphan, Angelo tem na cultura um paradigma de ação social que o estimula a ocupar espaços de poder institucional e, mais ainda, a buscar o espaço de poder público, a disputar cargos eletivos, em nome de um ideal que funde valores públicos e privados de um mesmo território, que são as Minas Gerais.

Reconhecer na cultura o próprio alicerce da vida social já é, naturalmente, importante, mas tomar a cultura como paradigma de ação cultural implica uma disposição para defender a cultura em face dos seus muitos inimigos, daqueles que, por vias diversas, entram processos culturais. No Brasil e em países congêneres em termos de tradição autoritária, uma das vias de entrave a tudo que constitui a cultura no sentido pleno, que remonta à paideia, dos antigos gregos – formação, civilização, educação –, tanto quanto ao *colo*, dos romanos – morar, trabalhar, cultivar –, é exatamente o discurso que opõe cultura e desenvolvimento de modo estridente, bem como de modo escamoteado, elegante, cínico. Cultura aparece como sinônimo de atraso, de desordem, de incivilidade, especialmente em períodos de autoritarismo estatal explícito, como aqueles que constituíram os anos de formação de Angelo Oswaldo, os 1960 e 1970. Sob uma ditadura militar, sem liberdade de expressão de pensamento crítico, não de qualquer ruído evidentemente, o simples fato de um sujeito estar ao lado da cultura já é considerado razão de sobra para censura, silenciamento, tortura e morte – cultura é perigoso.

Parece-me razoável pensar que, nos anos 1970, o jovem Angelo Oswaldo encontra estando fora do país, no seu exílio parisiense, uma referência de intelectual público brasileiro altamente credenciado para defender a cultura em face dos seus inimigos: o economista Celso Furtado (1920-2004). O “destino” os coloca num mesmo ministério apenas nos idos de 1986, quando Angelo chefia o Gabinete do Ministro de Estado da Cultura paraibano já numa nova ordem política, mas, de algum modo, as “afinidades eletivas”, para usar a expressão de Goethe, já os tinham aproximado em outro contexto. Angelo encontra em Celso uma referência extraordinária de percepção sensivelmente pragmática de cultura, que não a desvincula do plano da vida comum, das necessidades, que não a reduz a uma perspectiva esteticista, beletrista,

ornamental. Essa referência se agiganta, convertendo-se em *aletheia*, em verdade autossustentável, não só por se tratar de um economista, mas por se tratar de uma singularidade do campo dos estudos econômicos, marcado pelo sentimento do dever de responder produtivamente à problemática do desenvolvimento no Brasil. A intervenção de Angelo Oswaldo em evento que se realizou em memória de Celso Furtado em 2014, dez anos depois da morte do autor da *Formação econômica do Brasil* (1959), dá a medida precisa de tudo isso:

Resumindo: eu diria que a passagem de Celso Furtado pelo Ministério da Cultura foi além da estruturação de projetos, e partiu sempre da ideia de um ministério voltado para a compreensão do fenômeno social que a atividade cultural acelera, desenvolve. Como desenvolvermos a sociedade e a cidadania através da cultura? Como fazer com que a cultura seja um instrumento de transformação social? Foi nessa perspectiva que ele estabeleceu uma política pública de cultura e um mecanismo que viesse captar mais recursos para a cultura, área que sempre exige investimento e exige que tudo seja feito de maneira descentralizada e, mais ainda, sem censura. (SANTOS, 2014)

A elucidação do olhar de Celso Furtado sobre a cultura se dá, nessa intervenção, a partir de recorrência à memória de evento acontecido havia exatamente 30 anos, no ano de 1984, e em Belo Horizonte. Ali o economista, convidado por José Aparecido de Oliveira, então secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, pronunciou a conferência “Que somos?”, uma das mais instigantes contribuições teóricas à compreensão da relação entre cultura e desenvolvimento no país. Certamente essa conferência em tom de elegante *parti pris*, apresentando “Sete teses sobre a cultura brasileira”, encontrou na sensibilidade de Angelo Oswaldo acolhimento similar àquele encontrado por sucessivas gerações de artistas de vanguarda no país na segunda metade do século XX pelo “Manifesto antropófago”, de Oswald de Andrade (1928), precisamente a partir dos anos 1960. No título do texto, estão já o ícone e o símbolo que fundamentam o argumento de Angelo de que Celso não é mais um economista, tampouco um economista-filósofo, como se costumava dizer no Medievo, mas sim um filósofo-economista, aquele que pensa agindo: Celso interroga. E não interroga a questão cultural, que se lhe apresentava então como “o” caso, de fora; interroga-a de dentro,

com profundo e desconcertante conhecimento de causa. Por isso sua interrogação não incide sobre essência, mas sobre matéria: o quê, não o quem; a particularidade concreta, não uma universalidade vazia.

A *areté* econômica de Celso Furtado, a excelência cognitiva num campo de conhecimento frequentemente reduzido a interesses meramente operacionais, comerciais, coloca a questão da cultura num mais além das noções vigentes tanto no meio cultural quanto no político, liberta a reflexão sobre cultura das garras de estereótipos que a impedem de desempenhar seu papel no desenvolvimento do país. “Que somos?” logra sintetizar o que há de mais significativo no debate sobre cultura no país nos séculos XIX e XX e abrir, de modo incômodo, um rol de questões que enformam a práxis sociocultural de Angelo Oswaldo, que contribuem para a excelência dessa práxis. A primeira dessas questões é o escopo historial da cultura, o fato de que a produção cultural não se dá no vácuo, mas no plano da produção mesma de uma história humana, da história de um povo; a segunda é o caráter social da cultura, o fato de se tratar de um patrimônio comum aos sujeitos sociais, de um capital material e imaterial produzido coletivamente; e a terceira é o entrelaçamento entre cultura e liberdade, o fato de que o sentido da cultura está vinculado à democracia. São questões aguçadas por um pensador que se sabe na contramão, como vemos neste trecho da conferência de Celso Furtado, em 1984:

Em um país como o nosso, em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise. (FURTADO, 2012)

Angelo Oswaldo é um intelectual que se sabe num tempo de crise, e por isso mesmo um intelectual crítico, que opera seus objetos – o jornalismo, a literatura, a cultura, a política, a gestão pública – criticamente. A recusa a separar teoria e prática, o exercício contínuo de uma

práxis pragmático-reflexiva, é o índice imediato de uma criticidade que afirma a imprescindibilidade da cultura no sentido de um *oikos* comum, uma casa, um abrigo de valores humanos fundamentais. O caráter agregador é muito visível em quaisquer ações culturais implementadas por Angelo à frente de órgãos e setores públicos, a começar pelo *Suplemento Literário* em seu momento direto (como editor) ou indireto (como secretário de Cultura), passando pela Prefeitura de Ouro Preto, pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (que dirigiu por duas vezes) e pelo Ibram (Instituto Brasileiro de Museus). Em todos esses espaços, a gestão de Angelo se confundiu e se confundiu (é prefeito de Ouro Preto pela quarta vez) com o estilo Angelo, com seu modo criticamente sensível de estar no mundo, pautado por aquilo que é uma das qualidades elevadas do senso crítico: o desejo de distinção, de reconhecer a especificidade de coisas diferentes, num primeiro nível, e coisas idênticas, num nível mais profundo. Distinguir, por exemplo, cultura de política, mas também cultura de Cultura e política de Política, de modo a encontrar tanto um sentido mais produtivo, edificante, de uma coisa quanto de outra.

Esse sentido edificante é objetivamente talhado no corpo da história social experienciada ou interpretada com sensibilidade, uma história que Angelo ausculta como poucos, não apenas escuta, de fora, e que lhe serve sempre de referência para pensar e agir. Suas intervenções orais ou escritas, expressões coesas de sua práxis político-cultural, são sempre atravessadas por recordações invulgares, formadoras, que denunciam um sujeito proustiano, ou naviano, deslumbrado pelo tempo passado, não pelo fato de ter passado, mas pelo fato de esse tempo ainda estar passando e, mais ainda, por se saber parte desse *continuum* temporal. Daí a vivacidade que encontramos na narrativa que Angelo nos traz sobre quaisquer temas, dos mais elevados aos mais simples, em quaisquer registros. Uma vivacidade que não é forçada, resultante de técnica oratória, mas algo constitutivo do homem, de um homem construído, lembrando Torquato Neto, “na medida do impossível” (NETO, 2021), como resistente à política da barbárie que marca a história brasileira, de que é exemplo atual a extinção do Ministério da Cultura. Angelo Oswald, com lucidez apolínea e fôlego dionisíaco, ousa operar construtivamente em meio a impossibilidades, sem jamais se deixar abater pelos tantos obstáculos que se apresentam a quem toma o partido da cultura, que é o partido da humanidade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FURTADO, C. Que somos? *In: Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar Furtado (org.). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- NETO, T. Cogito. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/torquato-neto/387439/>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- RAMA, A. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.
- _____. O serviço público do crítico. *In: ROCCA, Pablo (org.). Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, A. O. A. 2004-2014: a atualidade de Celso Furtado dez anos após sua morte. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 9, n. 14, Rio de Janeiro, jan./jun. 2014.

NAS MARCAS DA MEMÓRIA

Eliana de Freitas Dutra

UMA PEQUENA INTRODUÇÃO

Este texto, várias vezes iniciado, se viu confrontado com o desafio de construir um perfil biográfico do acadêmico Caio César Boschi aliçado em seu vasto, rico e diversificado trajeto profissional. Como fazê-lo sem incorrer nos riscos que tangenciam e tensionam a escrita de perfis e trajetórias que, a exemplo das biografias, caminham sobre o que já foi designado pelo grande biógrafo Michael Holroyd (2011, p. 38) como “uma corda frouxa entre a implicação pessoal e a perspectiva histórica, o fato e a emoção”?

A opção escolhida por mim foi no sentido de não esbater o risco e de não esconder o sujeito – prática tradicional da escrita da história identificada com sagacidade por Roland Barthes (1987) e Michel de Certeau (1982), assumindo, portanto, o enunciado e evitando, tal como alertado por Michel Foucault, não procurar “apagar a todo custo o que pode trair” (FOUCAULT, 1994, p. 150), eliminando as marcas do lugar em que se escreve e as circunstâncias da escrita, o partido tomado e os incontornáveis da subjetividade. Nessa linha deixo evidente o pertencimento comum a redes profissionais e de amizade entre mim e o acadêmico, colega e amigo.

Como mapa de leitura de um trajeto com o qual tenho proximidades profissionais e afetivas, advirto o leitor de que este texto

é resultado de uma intertextualidade, uma vez que construído a partir da leitura de um texto fundamental e do diálogo com esse mesmo texto, que orientou nosso exame da trajetória de Caio Boschi: o memorial por ele escrito na ocasião de sua participação em concurso, em 1991, para o cargo de professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Busquei atualizar as informações pelo exame de suas extensas atividades daquela data até os dias atuais, em atenta observância à estrutura de disposição e integração das atividades e dos fatos concebida e montada por ele para o trabalho memorial. Essa foi uma estratégia deliberada, para controle dos possíveis erros e desvios meus no tocante aos pontos de referência que serão usados como balizas para o exame da trajetória que será objeto deste texto. Também para a autenticação da rota de um texto escrito à luz – por vezes à sombra – do percurso do outro, bem como para controle do meu próprio subtexto, resultante este de uma seleção inevitável, dado que um resgate minucioso de uma trajetória com a abrangência e a relevância da de Caio Boschi implodiria os limites deste texto.

Para executar o exercício de memória ao qual se viu incitado, Caio Boschi, na introdução do seu memorial, assinala de forma certa e consciente da tarefa a ser realizada que, ao buscar o objeto do seu texto, viu-se nele, “a história tornando-se minha [sua] própria razão, o objeto fundindo-se e confundindo-se com o sujeito”. Daí o fato de que o seu texto procurou, segundo suas palavras, “mesclar história e memória” e através delas buscou construir seu “itinerário de presumido profissional de história”. É como historiador com uma história nessa área disciplinar, aliada às injunções do concurso de acesso ao mais alto posto da hierarquia acadêmica, que ele seleciona e organiza os elementos do seu memorial e se reapropria de fatos e lembranças pessoais e profissionais os quais alinha de maneira a dar forma a uma rede de sentidos. Disso resultou, portanto, um relato autobiográfico menos confessional e mais profissional. E não por acaso. Afinal, como nos lembra René Rémond ao falar das idas e vindas na relação dos historiadores com as regras da crítica histórica, em uma sugestiva reflexão intitulada “Os historiadores não se confessam”, parte do ensaio “O contemporâneo do contemporâneo”,

uma longa tradição ensinou-os a desconfiar da subjetividade, da sua, assim como da dos outros; conhecem por experiência a precariedade da recordação, a fragilidade do testemunho; conhecem pela profissão a propensão inconsciente de cada um para introduzir na curva da existência uma coerência emprestada. Não têm a presunção de se quererem mais defendidos contra essas deformações; não têm a certeza de desmanchar as armadilhas da memória que aprenderam a descobrir nos outros. (RÉMOND, 1989, p. 287)

Ao se admitirem como homens do seu tempo e da cultura da sua geração, cuja vida se mistura ao grande coletivo dos contatos humanos nas suas experiências e interações temporais, os historiadores acabaram não só por se sentir mais à vontade para lidar com seus próprios testemunhos, mas, sobretudo, para tratá-los, segundo entendo, como peças de uma escrita historiográfica. E é nessa perspectiva, da análise desse tipo especial de “peça”, que tomei neste texto o conjunto das várias realizações de Caio César Boschi, incluídas aí mesmo as produções não textuais, como uma “escrita” cuja inteligibilidade só pode ser apreendida como fazendo parte de uma narrativa historiográfica mais ampla, tecida e articulada em torno de uma concepção da história, do fazer histórico e daquilo em que consiste esse saber, bem como de uma convicção sobre o seu lugar social. Esse fio condutor, qual seja o da leitura de uma narrativa historiográfica, acabou por se tornar chave para a compreensão da organicidade da trajetória de Caio Boschi, revelada por um entendimento da história como uma dinâmica viva entre passado, presente e futuro, pela ideia de um saber construído como parte, e em sintonia, com o processo histórico, junto do qual se constroem também as instâncias críticas desse conhecimento e seus parâmetros epistemológicos, pela crença na função social do historiador no mundo público, pois capaz de descortinar e assegurar à sociedade os possíveis regastes do passado, as empatias com a contemporaneidade e as aberturas de futuro. Dessa forma, ao seguir os passos autobiográficos de Caio Boschi e de posse de seus pressupostos, tentei não me ater ao mero inventário de fatos de sua vida profissional, mas, inspirada pelas palavras de Holroyd (2011, p. 51), buscar “o fato fértil; não a trivialidade, mas a relevância do trivial na vida de todos”.

A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS*

Organizado em conteúdos que fazem as vezes de núcleos retóricos, como opção à mera e velha cronologia da história tradicional, o memorial de Caio Boschi se divide em três partes: a primeira, a menor de todas, a da sua história pessoal; a segunda, a dedicada às dimensões profissionais; e a terceira, a mais ampla de todas, a da produção científica.

Já na primeira parte, o que brota das suas lembranças são momentos privilegiados de sua formação, que o conduziram à opção pela história e ao gosto pelos arquivos, para o qual não faltou o estímulo, ainda que arrevesado, segundo descreve, de costumes familiares, incluído aí um certo culto do passado e da tradição, que posteriormente procurou desconstruir ao adquirir elementos de método histórico e experimentar o contato com os arquivos históricos. No tocante à sua formação, salta aos olhos o destaque e o reconhecimento dados ao papel e à qualidade das instituições públicas de ensino que frequentou, então representadas pelo Colégio Municipal de Belo Horizonte, cujos mestres e ambiente escolar propiciaram o desabrochar de uma consciência crítica e de uma vocação, e pela Faculdade de Filosofia, que, na paisagem intelectual e política dos anos 60, era um bastião de reserva das humanidades, de defesa da liberdade de pensamento, dos valores democráticos e do exercício da cidadania.

Do curso de História, pelo qual optou, o traço de maior relevância rememorado – e que persistiu como uma área prioritária de interesse e, ao mesmo tempo, pilar de coerência da sua carreira até os dias atuais – foi o da sua iniciação à área dos estudos históricos, da qual jamais se afastou. Foi nesse espaço privilegiado de reflexões epistemológicas sobre o conhecimento histórico e as questões metodológicas que interpelam sua produção que se desenvolveu parte substancial de sua carreira, a qual teve como impulso correlato um interesse temático, os compromissos das irmandades coloniais, e uma experiência, a de pesquisador nos arquivos portugueses. Esses três aspectos, em interação, orientados pelos pressupostos anteriormente assinalados, vão atravessar todas as dimensões profissionais da carreira de Caio Boschi – seu exercício no magistério de ensino superior, o raio de atuação da sua liderança profissional e o exercício da administração universitária, bem como sua produção científica –, responsáveis pelo

status de referência do seu trabalho na área de história e do reconhecimento entre seus pares.

Um olhar atento sobre o conjunto do trabalho por ele realizado, seja nas lembranças do memorial, seja nos registros de suas múltiplas e incessantes atividades, que chegam até o presente, identifica um aspecto motivador: um ideal pedagógico que se fez presente em todas as suas atividades, desbordando dos limites e interesses pessoais e avançando até as ações compartilhadas e formativas.

Da atuação no ensino superior, devem ser destacadas duas instituições: a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na qual Caio Boschi continua a exercer as atividades docente e de pesquisa, e a UFMG, local em que obteve seu título de professor titular, mais precisamente no Departamento de História da Faculdade e de Filosofia e Ciências Humanas. Na UFMG, como professor da Faculdade de Educação, porta de entrada nessa instituição, foi responsável, não por acaso, pela disciplina de Prática de Ensino de História, na qual deu início a seu trabalho pedagógico, com inúmeras repercussões em diferentes momentos e atividades de sua carreira. No caso da UFMG, essa perspectiva evoluiu em várias frentes, que, entre outras, incluíram, de um lado, a participação decisiva, ao lado de Maria Efigênia Lage de Rezende, no processo de reformulação curricular do curso de História – cuja estrutura básica permanece em funcionamento, ainda que com as alterações e os aperfeiçoamentos necessários –, com ênfases importantes através da introdução de novas disciplinas, voltadas à epistemologia do trabalho histórico e à historiografia, e de outro, a liderança na implantação do bacharelado, que representou a introdução de uma cultura de pesquisa entre os alunos do curso de História, buscando capacitá-los para o trabalho em arquivos e museus, passo importante, que criou um terreno fértil para o futuro da pós-graduação em História da UFMG.

Pessoalmente me vejo implicada nesse ponto do trajeto. Como aluna de Caio Boschi, na disciplina de Prática de Ensino de História, foram suas palavras estimulantes que, naquele momento das indecisões de fim de curso, me fizeram prosseguir na carreira docente. E, como jovem professora recém-admitida no Departamento de História na ocasião da reforma curricular, escolhi, seguindo sua sugestão e apoio, me dedicar às áreas de teoria e metodologia da história e de historiografia, que se me revelaram fascinantes e nas quais, ao adentrar,

não teria persistido – e tomo aqui um trecho de Goethe (2017, p. 31) – “se o acaso não tivesse me revelado o tesouro escondido”.

Nos anos 80, idêntica perspectiva pedagógica levou Caio Boschi à direção da Anpuh, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, à frente da qual se destacou no combate incansável contra as investidas da política governamental de então, que buscava limitar a autonomia da área, impedir a necessária formação em licenciatura plena dos seus profissionais e imputar a obrigatoriedade e permanência do ensino de Moral e Cívica. Também convém sinalizar que sua iniciativa de multiplicar os núcleos regionais da Anpuh por todo o país, sempre tendo no horizonte a inseparabilidade entre ensino e pesquisa e entre bacharéis e licenciados, mudou o panorama de integração no interior da comunidade de professores/historiadores, abrindo novas perspectivas de diálogo, de informação, de atualização e de atuação profissional dos seus membros. Data desse mesmo período, em que esteve voltado ao estabelecimento de bases coletivas para a ação de enfrentamento concernente ao campo da história, o início do debate acerca da polêmica regulamentação da profissão de historiador, só recentemente aprovada – à frente da qual manifestou, na ocasião, opiniões francas, externando, como de hábito, suas posições, sem temor das controvérsias – e a participação em comissão de preservação documental, constituída no âmbito da reforma administrativa da Nova República. No documento final da comissão teve acatada a defesa e sugestão de criação do cargo de historiador em arquivos, bibliotecas e museus.

Na mesma linha dessa afinidade afetiva e programática com o princípio, com o valor do coletivo, um aspecto do seu trabalho na PUC Minas avança sobre os demais em relação à história do seu trabalho, marcante e ainda ativo naquela instituição, na qual galgou importantes postos de administração: de coordenador de extensão universitária e pesquisa a pró-reitor de pesquisa e pós-graduação. Refiro-me à sua atuação e liderança no famoso Prepes, Programa de Especialização de Professores do Ensino Superior, voltado a diferentes áreas do conhecimento e, inicialmente, a professores de universidades federais e privadas sem cursos de pós-graduação, mas, depois, aberto também a professores secundaristas. O poder de atração desse curso, em uma época em que o sistema de pós-graduação brasileiro estava ainda em fase de consolidação, trouxe à PUC Minas milhares de alunos de todo

o Brasil, que para ali afluíam a cada ano, a cada semestre, atraídos pelo objetivo não só de se qualificarem melhor para suas atividades docentes mas também para se prepararem, se reciclarem, a fim de postularem uma vaga em um curso de pós-graduação *stricto sensu*. Para tal, no caso da história, buscavam adquirir uma bagagem teórico-conceitual, um conhecimento sobre os usos de fontes, uma maior segurança nos métodos de pesquisa, um contato com as novas abordagens da história. O Prepes proporcionou-lhes um contato pessoal e direto com os autores da melhor bibliografia disponível em história do Brasil, trazendo a cada semestre professores pesquisadores renomados, figuras de expressão, irradiadores de uma nova historiografia – que reluzia nos melhores programas de pós-graduação do país –, os quais exploravam outras rotas temáticas e propunham interpretações que modificavam leituras até então estabelecidas e tradicionais. O Prepes escreveu certamente um capítulo da história do ensino superior de História no Brasil e ainda não teve mensurado seu devido impacto na difusão de uma cultura do ensino de História, tampouco seus efeitos multiplicadores na pesquisa e as marcas regionais de sua recepção “social”. Como veremos, a produção científica de Caio Boschi, em outra linha de ação, reatualiza a mesma pedagogia que, como fundamento, alinhava um sentido de partilha como um valor comunitário do seu trajeto.

EXEMPLARIDADES EM DESTAQUE

Já na sua primeira estadia de pesquisa em Portugal, entrelaçou-se ao tema das irmandades a percepção do documento como socialmente produzido, um artefato possuidor de uma existência pontuada de sentidos no interior da sociedade que o produziu. A essa percepção se agregou outra, igualmente importante, a da acumulação de outras marcas sociais decorrentes da sua organização, do seu armazenamento, dos limites do seu acesso, nem sempre factível aos pesquisadores de uma história engendrada no âmbito de uma realidade transatlântica.

O desenvolvimento da sua tese de doutorado, intitulada *Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII* – com a qual obteve em 1983 o prêmio Diogo de Vasconcelos de melhor trabalho escrito sobre a história de Minas Gerais –, por um lado, deu continuidade à sua

experiência com fontes e arquivos tal como em seu primeiro estágio em Portugal, por outro, produziu uma interpretação em que a ação das irmandades aparece como inseparável da política metropolitana e no interior da dinâmica do antigo sistema colonial. Combinados no trabalho de Caio Boschi, esses dois aspectos reafirmam a importância das pesquisas de fontes para a história do Brasil em Portugal e a urgência da sua disponibilização e comunicação aos pesquisadores e historiadores brasileiros. Não obstante as várias sendas temáticas e interpretativas por ele abertas para a análise da história do Brasil e das Minas Gerais do século XVIII – na complexidade da sua vida econômico-social, política, cultural e religiosa –, desde então, o trabalho de Caio Boschi não se descolou mais de ações e iniciativas voltadas à elaboração de projetos direcionados para a formulação de políticas públicas engajadas na preservação de fontes, na disponibilização ampla do seu acesso e na organização de arquivos históricos, com a respectiva reflexão crítica sobre sua montagem e utilização. Como que a nos lembrar a lição de Foucault (1995, p. 8) de que a história é para a sociedade também uma maneira de dar forma e *status* à sua documentação.

Dentre essas atividades de coordenação e implantação de projetos de pesquisa voltados à montagem de repertórios de fontes, tratamento técnico, catalogação e indexação de documentos, avultam as seguintes: projeto de tratamento técnico-arquivístico da documentação manuscrita avulsa relativa a Minas Gerais depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa (1989-1991); Projeto Resgate, do Ministério da Cultura, um dos maiores e mais bem-sucedidos esforços já feitos no tocante à documentação relativa ao Brasil colonial depositada no Arquivo Ultramarino de Lisboa, realizado em parceria entre Brasil e Portugal (1996-2000); Projeto Coleção “Casa dos Contos”, uma iniciativa do Arquivo Nacional do Brasil, da Fundação Biblioteca Nacional, do Arquivo Público Mineiro, do Ministério da Fazenda/Esaf, da Uerj, da PUC Minas e da Ufop (2002-2004); Projeto Resgate Barão do Rio Branco, da Fundação Biblioteca Nacional, financiado pela Unesco (2018-2019).

Desses projetos vicejou, naturalmente, vigorosa produção acadêmica, aqui apenas timidamente indicada pelas seguintes obras: *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*; *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal*; *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*; *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas*

Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (coordenação); *Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*; entre muitas outras. Deles decorreu também uma ampla circulação internacional para ofertas de cursos, participação em missões institucionais e realização de conferências e palestras.

A produção científica de Caio Boschi, sempre marcada pelo objetivo de partilhar o saber dos arquivos e a reflexão sobre as instâncias de crítica e de operação do conhecimento da história, também resultou em publicações específicas a esse objetivo, tal como é o caso dos livros *Por que estudar História?*, já em duas edições, e *Exercícios de pesquisa histórica*, além de artigos, capítulos de livros, apresentações em congressos e simpósios, que exploraram essas vias de reflexão crítica, tanto em temas históricos pontuais quanto em conjuntos documentais e/ou arquivos como estudo de caso, a exemplo de “História: por que e para quê?”. Seu tema inicial de pesquisa, sobre as irmandades, chamado significativamente por ele de “primogênito hegemônico”, que pode ser apreciado no seu incontornável livro *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, se desdobrou em inúmeros temas importantes para o estudo da Capitania de Minas, como as práticas de assistencialismo, as visitas diocesanas na sociedade mineradora, as manifestações do barroco, a urbanização colonial, a vida intelectual das elites mineiras, os espaços de sociabilidade cultural, as ordens leigas e a religiosidade nas Minas, a história eclesiástica, a administração no século XIII, entre outros, temas que acabaram endereçados aos leitores, tal como no caso do seu livro *O barroco mineiro: artes e trabalhos*.

No memorial de Caio Boschi, ao modo de Marc Bloch (1965) e Lucien Febvre (1974), o que seriam os silêncios da pesquisa temática – na forma de questões em aberto, de autoindagações acerca de possíveis enganos ou desvios no tratamento documental, de dúvidas acerca dos limites da abordagem – é fruto de questionamentos críticos de método e, no caso de Caio Boschi, também de autocrítica exigente e resulta em indicadores de futuras pesquisas e produções intelectuais.

Assim foi que o perfil das suas obras se tornou referência obrigatória para os estudos sobre o século XVIII no Brasil e para a busca de bases epistemológicas para a pesquisa e o ensino de história. E, do

texto historiográfico que emerge da sua trajetória, as vozes do arquivo podem se fazer ouvir, lembrando-nos dos vínculos entre os homens e mulheres do passado – e sua vida oculta – e os homens e mulheres do presente em busca de sua razão histórica de ser.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- FEBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris : Gallimard, 1994.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GOETHE, J. W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- HOLROYD, Michael. *Cómo se escribe una vida: ensaios sobre biografia, autobiografia y otras aficiones literarias*. Buenos Aires: La Bestia Equilátera, 2011.
- RÉMOND, René. O contemporâneo do contemporâneo. In: NORA, Pierre. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO, JURISTA E HOMEM PÚBLICO

Fernando Armando Ribeiro

Carlos Mário da Silva Velloso, dos mais destacados juristas e magistrados brasileiros, nasceu na cidade de Entre Rios de Minas (MG), em 19 de janeiro de 1936. É filho de Maria Olga da Silva Velloso e Achilles Teixeira Velloso, que foi também advogado, promotor de justiça (1939-1946) e juiz nas cidades de Teófilo Otoni (1946), Carandaí (1948) e no Tribunal de Alçada de Minas Gerais.

A família Velloso tem origem em Braga (Portugal), tendo chegado ao Sul da Bahia e ao Norte de Minas no final do século XVIII. O núcleo familiar do ministro Carlos Velloso migrou-se para o Oeste de Minas, Formiga e Pains, e de lá para Entre Rios de Minas, ainda no século XIX. Sua mãe, Maria Olga da Silva Velloso, por sua vez, é natural de Diamantina, pertencendo à família Caldeira Brant, pelo lado materno (FONTAINHA; PAULA; NUÑEZ, 2015).

Casado com a professora Maria Ângela Penna Velloso, com quem teve quatro filhos, Velloso fez o curso ginásial no Colégio Santo Antônio de São João del-Rei (MG) (1953) e o curso clássico no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte (1957). Em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, Velloso relata o fascínio que então lhe despertava a filosofia. Assim, sob a influência de seu professor (e parente) no Colégio Estadual, Arthur Versiani Velloso, veio a prestar vestibular na Faculdade de Filosofia da UFMG, em 1957. Após cursar os dois primeiros anos, porém, descobriu sua vocação para o

direito, redirecionando então seu futuro profissional (FONTAINHA; PAULA; NUÑEZ, 2015).

CARREIRA JURÍDICA

Carlos Mário da Silva Velloso graduou-se em Direito em 1963 na Faculdade de Direito da UFMG, época em que trabalhava, já havia três anos, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3.^a Região, onde exercia a função de oficial judiciário (PAULA, 2015).

Diplomado em Direito, passou a exercer a advocacia em Belo Horizonte, atividade a que retornaria, décadas mais tarde, após a sua aposentadoria como ministro do Supremo Tribunal Federal. Entre 1964 e 1967, foi aprovado com destaque em sucessivos concursos públicos de carreiras jurídicas: terceiro lugar no concurso público de provas e títulos para o cargo de promotor de justiça do Estado de Minas Gerais; segundo colocado no concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz seccional do Estado de Minas Gerais e quinto lugar em concurso público de provas e títulos para juiz de direito do estado.

Em 1967, Carlos Velloso foi nomeado juiz federal em Minas Gerais, cargo que ocupou até 1977, exercendo as funções de diretor do Foro e corregedor da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais (1970-1971). Nesse período, integrou ainda o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), de 1969 a 1971 e de 1973 a 1975, e, em 1974, presidiu a Comissão Apuradora das Eleições Parlamentares no Estado (BRASIL, [200-]). Data dessa época o seu contato com o tênis, prática esportiva que nunca mais abandonaria. No tênis, Velloso encontraria o prazeroso *hobby* que o levou a largar definitivamente o cigarro e seria um dos responsáveis por sua invejável vitalidade.

Em dezembro de 1977 foi nomeado para o cargo de ministro do Tribunal Federal de Recursos, ali exercendo, além da judicatura, importantes funções, como as de presidente da 6.^a Turma, ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e corregedor-geral da Justiça Eleitoral.

Com a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela Constituição de 1988, exerceu, a partir de 7 de abril de 1989, o cargo de ministro do STJ, onde permaneceu até 12 de junho de 1990.

Em 28 de maio de 1990 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, para a vaga decorrente do pedido de exoneração do

ministro Francisco Rezek, vindo a tomar posse em 13 de junho de 1990. Já como ministro do Supremo, voltou a integrar o TSE como membro efetivo, exercendo sua presidência entre 6 de dezembro de 1994 e 19 de maio de 1996. Data desse período a implementação da urna eletrônica no Brasil, um marco em nossa história política.

Escolhido por seus pares, empossou-se, em 22 de maio de 1997, no cargo de vice-presidente do STF e, em 27 de maio de 1999, após eleição, assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal para o biênio 1999-2001. Em 11 de fevereiro de 2003 tomou posse, pela terceira vez, como ministro efetivo do TSE, cargo para o qual foi eleito em sessão de 18 de dezembro de 2002.

O acadêmico Velloso teve também ampla atuação no magistério superior, lecionando as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Tributário e Teoria Geral do Direito Público na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na UFMG, na Universidade de Brasília e no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), sendo sempre muito festejado por seus alunos. Na carreira acadêmica, foi diretor da Faculdade de Direito da PUC Minas (1976-1977) e professor titular de Direito Constitucional dessa mesma universidade. Recebeu também o título de Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB) e da PUC Minas e, em 2001, foi laureado com o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Craiova, na Romênia.

Segundo Jorge Luís Borges (2011), na vida intelectual, mais importante ainda que os livros escritos são aqueles por nós lidos e relidos com atenção e vagar. Assim, é preciso registrar o rico currículo de leitor de Carlos Mário da Silva Velloso. Durante toda a sua vida, o acadêmico esteve sempre acompanhado de grandes obras literárias, que lê e relê com entusiasmo e proveito. Leitor dos grandes clássicos da literatura brasileira e universal, Velloso tem afeição especial por Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Miguel de Cervantes. Em seus trabalhos jurídicos, nota-se com frequência a utilização de trechos desses autores, especialmente de *Grande sertão: veredas* e *Dom Quixote*. Ademais, à literatura também deve ser creditada a jovialidade do ministro, em sua capacidade de manter-se sempre aberto e ávido por novos conhecimentos. Exemplo performático disso são seus estudos de piano, iniciados após sua aposentadoria no Supremo e mantidos com disciplina e grande entusiasmo.

OBRAS E TRABALHOS JURÍDICOS

O acadêmico Velloso é autor do livro *Temas de direito público*, publicado pela Editora Del Rey em 1993. Reunindo trabalhos por ele publicados em congressos e revistas especializadas, o livro busca pensar e repensar o direito público brasileiro num momento crucial de sua história. Afinal, quando de sua publicação, não apenas faziam-se recentes as inovações trazidas pela Constituição de 1988, como se postulava também uma ampla proposta revisional da Lei Maior. Seu texto gravita, pois, na afirmação da supremacia constitucional como elemento chave para a vivência dos povos. Em certa passagem diz:

Os povos perceberam, na verdade, após sofrerem na carne dos desmandos do autoritarismo estatal, que vale a pena redescobrir a Constituição, que vale a pena pugnar pela ideia de Constituição. Redescobriram que a Constituição é o breviário dos povos livres e que, por isso mesmo, é preciso defendê-la. (VELLOSO, 1993, p. 93-94)

A obra mostra-nos um pensador comprometido com as questões de seu tempo e um jurista preocupado com a melhor adequação do direito à realidade a que se destina.

Boa parte da obra é voltada para os problemas gerados pela então chamada “crise do Judiciário”. Neles se percebe como o magistrado Velloso bem conciliava sua experiência judicante com as inquietações do acadêmico e quão acertadas, e mesmo visionárias, foram algumas de suas propostas. Viviam-se então momento inicial do vertiginoso aumento do número de processos que ocorrera no Brasil na década de 1990. Esse aumento fora provocado não só pelo aumento da consciência social sobre os direitos e pela ampliação das vias de acesso à Justiça pela Carta Cidadã, mas também pela litigiosidade crescente por parte do poder público brasileiro.

Todo esse acervo de novas demandas terminou ressaltando as deficiências da máquina judiciária, ainda dominada por antigos ritos e tradições.

Velloso faz importantes críticas e sugestões à forma de recrutamento de magistrados e, voltando-se ao tema das leis processuais, critica o formalismo excessivo bem como o irracional sistema de

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E JURÍDICAS

recursos. Entre as propostas por ele aventadas, encontramos embriões de mudanças que só se concretizariam décadas mais tarde. Entre elas encontram-se a eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante das decisões do Supremo. Na concepção do autor, essas deveriam não apenas impor a todos os tribunais e juizes do país a observância à jurisprudência do STF em sede de controle difuso da constitucionalidade das leis, como deveriam ir além. Vale dizer, a vinculação deveria ser estendida também às súmulas da jurisprudência dominante, em decisões de recursos especiais no STJ e no TSE e, de revista, no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em 1996, outro livro importante viria a ser por ele publicado: *Direito eleitoral* (1996). Velloso ocupava então a presidência do Tribunal Superior Eleitoral e, sensível aos problemas que afligiam a democracia representativa brasileira, convocou um grupo de juristas, cientistas políticos e técnicos em informática para formarem uma comissão voltada para o estudo, a reflexão e o apontamento de soluções para o sistema eleitoral no país. Dentre as propostas trazidas a público nesse livro destacam-se: a informatização do voto; a busca de legislação eleitoral ampla e permanente – o Código Eleitoral – a disciplinar todas as eleições; a instituição do voto distrital misto; e uma nova forma de financiamento das campanhas eleitorais. Organizado em parceria com a professora – e hoje ministra do STF – Carmen Lúcia Antunes Rocha, o livro reúne 25 estudos escritos por membros da comissão. A obra firmou-se como um marco importante tanto por traduzir as conquistas daquele momento como também por refletir a efetiva participação de cidadãos no poder público, formulando propostas importantes para a nação.

Além dessas obras, marcos na literatura jurídica brasileira, Carlos Velloso é coautor de aproximadamente 30 livros jurídicos, a maior parte dos quais acerca de direito público, e autor de mais de 50 artigos, publicados em periódicos especializados (ACADEMIA, 2020; BRASIL, [200-]).

O acadêmico realizou inúmeras palestras e conferências no Brasil e no exterior, tendo sido conferencista em congressos ocorridos em Paris, Estrasburgo (França), Madri, Toledo e Barcelona (Espanha), Panamá (Panamá), Cairo (Egito), Manágua (Nicarágua), Caracas (Venezuela), Maryland, Washington e Massachusetts (EUA) e Craiova (Romênia).

Carlos Velloso integra diversas instituições culturais e jurídicas, nacionais e internacionais. É membro da Academia Mineira de Letras, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com sede no Rio de Janeiro, da Association Française des Constitutionnalistes, com sede em Aix-en-Provence (França) e da Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, com sede em São Paulo. Foi vice-presidente do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, de Belo Horizonte (1975-1979). É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e membro efetivo do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do qual foi diretor do Departamento de Direito Constitucional. É membro da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, do Instituto dos Magistrados do Brasil, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, filiada à International Fiscal Association (IFA), sediada em Haia (Holanda), da Asociación Latinoamericana de Metodología de la Enseñanza del Derecho (ALMMED), com sede em Buenos Aires (Argentina), da Société Internationale de Droit Pénal Militaire et Droit de la Guerre, com sede em Bruxelas (Bélgica), da Fundação Brasileira de Direito Econômico, com sede em Belo Horizonte, entre inúmeros outros institutos e associações no Brasil e no exterior.

As inúmeras e importantes condecorações, civis e militares que lhe foram conferidas no Brasil, na América e Europa comprovam o reconhecimento e o prestígio internacional do Acadêmico Carlos Velloso.

DECISÕES JUDICIAIS

Na sua longa carreira como magistrado, Carlos Velloso foi artífice de importantes decisões, que muito repercutiram na vida da nação e dos brasileiros (FONTAINHA; PAULA; NUÑEZ, 2015). Dentre elas, seja-nos permitido destacar as seguintes:

1. Em 1993, como ministro do STF, votou contra a concessão da ordem pleiteada por Fernando Collor de Mello no mandado de segurança impetrado pelo ex-presidente para anular a decisão do Senado que havia decretado seu *impeachment* e o consequente afastamento da vida política por oito anos. O pleno do STF não concedeu a limi-

nar a Collor, sendo mantida a decisão do Senado (STF. Mandado de Segurança 21.564. Tribunal Pleno. Relator: ministro Octavio Gallotti. Data de julgamento: 23/09/1992. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 25/09/1992; STF. Mandado de Segurança 21.623.⁶ Tribunal Pleno. Relator: ministro Carlos Velloso. Data de julgamento: 17/12/1992. Data de Publicação: *Diário de Justiça*, 01/02/1993; STF. Mandado de Segurança 21.689.⁷ Tribunal Pleno. Relator: ministro Carlos Velloso. Data de julgamento: 16/12/1993. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 01/02/1994);

2. Em 1994, como ministro do STF, votou pelo acolhimento da denúncia oferecida contra o ex-presidente Fernando Collor, dessa vez no processo em que o ex-presidente era acusado de corrupção passiva. Foi, porém, voto vencido, tendo o julgamento terminado em

6 a) BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Mandado de Segurança 21.564*. Constitucional. “Impeachment”. Processo e Julgamento: Senado Federal. Acusação: Admissibilidade: Câmara dos Deputados. Defesa. Provas: Instância onde devem ser Requeridas. Voto Secreto e Voto em Aberto. Recepção pela CF/88 da norma inscrita no art. 23 da Lei 1079/50. Revogação de Crimes de Responsabilidade pela EC 4/61. Repristinação Expressa pela EC n.º 6/63. Relator: Ministro Octavio Gallotti, 23 de setembro de 1992. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?doCTP=AC&docID=85552>. Acesso em: 24 nov. 2020. b) BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Mandado de Segurança 21.623*. Constitucional. “Impeachment”: na ordem jurídica americana e na ordem jurídica brasileira. O “Impeachment” e o “Due Process os Law”. Impedimento e Suspeição de Senadores. Alegação de cerceamento de defesa. Constituição Federal, art. 51, I; art. 52, I, parágrafo único; artigo 85, parágrafo único; art. 86, §1.º, II, §2.º; Lei n.º 1.079, de 1.950, artigo 36; artigo 58; artigo 63. Relator: Ministro Carlos Velloso, 17 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?doCTP=AC&docID=85565>. Acesso em: 24 nov. 2020.

7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Mandado de Segurança 21.689*. Constitucional. “Impeachment”. Controle Judicial. “Impeachment” do Presidente da República. Pena de inabilitação para o exercício de função pública. C. F., art. 52, parágrafo único. Lei n.º 27, de 07.01.1982; Lei n.º 30, de 08.01.1892. Lei n.º 1.079, de 1950. Relator: Ministro Carlos Velloso, 16 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?doCTP=AC&docID=85587>. Acesso em: 24 nov. 2020.

cinco votos a três, a favor da absolvição (STF. Ação Penal 307.⁸ Tribunal Pleno. Relator: ministro Ilmar Galvão. Data de julgamento: 13/12/1994. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 01/02/1995);

3. Decisões importantes e de vanguarda foram por ele tomadas em sede de mandado de injunção, instituto inovador trazido pela Constituição de 1988 e tema de intensos debates, doutrinários e jurisprudenciais, na década de 1990. Dentro do Supremo Tribunal Federal duas correntes digladiavam em debates sobre os efeitos da decisão concessiva do mandado de injunção. Essas correntes, denominadas pela doutrina (MORAES, 2006, p. 162) de concretista e não concretista, divergiam quanto à competência do Judiciário para, diante da constatação de omissão legislativa, implementar o exercício do direito até a incidência de regulamentação pelo Poder competente. Divergindo da posição majoritária então adotada pelo Supremo e em consonância com a maior parte da doutrina jurídica, Carlos Velloso sempre votou no sentido de que o Poder Judiciário, ao julgar procedente o mandado de injunção, implementasse imediatamente a eficácia da norma constitucional, sem que houvesse a necessidade de fixação de qualquer prazo ao Congresso para a elaboração da norma regulamentadora. Sua posição, manifestada em casos como o MI 95-RR e o MI 124-SB, forma um bom exemplo do poder e da importância dos votos vencidos a que o tempo e a história souberam dar razão (STF. Mandado de Injunção 95.⁹ Tribunal Pleno. Relator: ministro Carlos

8 BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Ação Penal 307*. Ação Criminal. Código Penal. Corrupção Passiva (art. 317, *caput*). Corrupção Ativa de Testemunha (art. 343), Coação no Curso do Processo (art. 344), Supressão de Documento (art. 305) e Falsidade Ideológica (art. 299). Preliminares: Inadmissibilidade de provas consideradas obtidas por meio ilícito e incompetência do Supremo Tribunal Federal para os crimes do art. 299, ausência de conexão com o de corrupção passiva, que determinou a instauração do processo perante essa corte, posto que atribuído, entre outros, a Presidência da República. Relator: Ministro Ilmar Galvão, 13 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?doCTP=AC&docID=324295&pgI=1&pgF=100000>. Acesso em: 24 nov. 2020.

9 BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Mandado de Injunção 95*. Mandado de Injunção: ausência de lei regulamentadora do direito ao aviso prévio proporcional; ilegitimidade passiva do empregador suprida pela integra-

Velloso. Data de julgamento: 07/10/1992. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 15/10/1992; STF. Mandado de Injunção 124.¹⁰ Tribunal Pleno. Relator: ministro Carlos Velloso. Data de julgamento: 07/10/1992. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 15/10/1992);

4. Em 24/03/2004, Velloso participou do importante julgamento do RE 197.917-SP, em que o Supremo fixou interpretação do número de vereadores que deveria compor as câmaras municipais. Nesse julgado, entendeu a maioria que deixar a composição das câmaras municipais a critério exclusivo do legislador, guardando-se observância apenas aos limites máximo e mínimo fixados pela Carta Magna seria tornar sem sentido a exigência expressa de proporcionalidade feita pela Constituição. Inconstitucionais, portanto, deveriam ser as leis municipais que fixassem a composição das câmaras sem observar a relação de proporção coerente com a respectiva população. (STF. Recurso Extraordinário 197.917.¹¹ Tribunal Pleno. Relator: Maurício

ção ao processo do Congresso Nacional; mora legislativa: critério objetivo de sua verificação: procedência, para, declarada a mora, notificar o legislador para que a supra. Relator: Ministro Carlos Velloso, 07 de outubro de 1992. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=81742>. Acesso em: 24 nov. 2020.

¹⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Mandado de Injunção 124*. Mandado de Injunção: ausência de lei regulamentadora do direito ao aviso prévio proporcional; ilegitimidade passiva do empregador suprida pela integração ao processo do Congresso Nacional; mora legislativa: critério objetivo de sua verificação: procedência, para, declarada a mora, notificar o legislador para que a supra. Relator: Ministro Carlos Velloso, 07 de outubro de 1992. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=81748>. Acesso em: 24 nov. 2020.

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Recurso Extraordinário 197.917*. Recurso Extraordinário. Municípios. Câmara de Vereadores. Composição. Autonomia Municipal. Limites Constitucionais. Número de Vereadores Proporcional à população. CF, artigo 29, IV. Aplicação de critério aritmético rígido. Invocação dos princípios da isonomia e da razoabilidade. Incompatibilidade entre a população e o número de vereadores. Inconstitucionalidade. Incidenter Tantum, da Norma Municipal. Efeitos para o Futuro. Situação Excepcional. Relator: Ministro Maurício Corrêa, 24 de março de 2004. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=235847>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Corrêa. Data de julgamento: 24/03/2004. Data de publicação: *Diário de Justiça*, 31/03/2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre Carlos Mário da Silva Velloso é revisitar momentos importantes da história brasileira, da qual ele participou ativamente como magistrado, homem público, escritor e pensador comprometido com o aprimoramento da democracia. Nas altas funções por ele exercidas, deixou sempre a marca da inquietude filosófica daqueles que buscam e se abrem ao porvir. Assim foi com a criação da urna eletrônica, divisor de águas da democracia brasileira, e com muitas de suas decisões e propostas de reforma do Judiciário, a que a sabedoria do tempo veio a lhe dar razão. O papel que exerceu e exerce na vida da República, contudo, tem transcendido o exercício de cargos, numa demonstração concreta de sua autoridade. Afinal, como demonstrou Arendt (1972, p. 127-137), a verdadeira autoridade não deriva do poder, mas do conhecimento, sendo o poder consequência do reconhecimento por seus iguais. Essa é a face essencialmente política do poder, infenso à violência, que constitui a essência da democracia e que Carlos Mário da Silva Velloso tem sabido viver e lapidar.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Mineira de Letras. Carlos Mário da Silva Velloso. 2020. Disponível em: <http://academiamineiradeletras.org.br/academicos/carlos-mario-da-silva-velloso/>. Acesso em: 2 out. 2020.
- ARENDR, Hannah. *Entre passado e futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BORGES, Jorge Luís. *Borges oral e sete noites*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2011.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Outros ministros*: Carlos Mário da Silva Velloso. [200-]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=29>. Acesso em: 2 out. 2020.
- FONTAINHA, Fernando de Castro; PAULA, Christiane Jalles de; NUÑEZ, Izabel Saenger (org.). *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 7: Carlos Velloso. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAULA, Christiane. Infância: mudanças pelo interior de Minas Gerais e para Belo Horizonte. In: FONTAINHA, Fernando de Castro; PAULA, Christiane Jalles de; NUÑEZ, Izabel Saenger (org.). *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 7: Carlos Velloso. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 29-32.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *Temas de direito público*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

A ARTE DA PALAVRA NA ESCRITA ENSAÍSTICA DE CARMEN SCHNEIDER GUIMARÃES

Angela Maria Rodrigues Laguardia

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Todo o sentido da vida
principia à vossa porta;*

CECÍLIA MEIRELES

“A palavra está viva”, assim Carmen Schneider Guimarães intitula o primeiro ensaio da coletânea *Senhoras & senhores das artes*, de 2007, em inspirada fundamentação, que lembra e adverte o leitor da função primeira da palavra: “Expressa-se a alma humana através do vocábulo, que acaba por tornar-se o produto, a arte final do pensamento” (GUIMARÃES, 2007, p. 1). E, depois, sabiamente, destaca sua origem e seu destino: “Deus é o verbo, a luz. Ao homem, endereçou o milagre comunicativo da palavra: lampejo de um sol cósmico, universal” (GUIMARÃES, 2007, p. 1).

Ao buscar a essência da palavra em minuciosa sondagem e análise desse instrumento de comunicação escrita ou falada, a escritora conduz o leitor a refletir sobre o tema, a adentrar suas múltiplas dimensões, no nascedouro do pensamento que se converte em “[...] um símbolo que firma” (GUIMARÃES, 2007, p. 1). Discorre, assim,

sobre o laborioso percurso dos vocábulos, desde a grafia ou verbalização dos fonemas ou “entre o pensar e o dizer”, sem deixar de frisar que, apesar disso, “vez, vezes, por escassez de recursos significativos perdem-se conceitos” (GUIMARÃES, 2007, p. 1). A autora afirma que, mesmo com a existência dos compêndios vernaculares, “evaporam-se sinônimos”, assim como, através dos tempos, “gênios e superdotados extravasam seus textos [...] extrapolam recursos vocabulares [...] avançam os sinais gramaticais da formação de palavras dilatam a semântica [...]”, recorrendo ao clássico na citação de Cícero para a continuidade de sua argumentação: “A fronte, os olhos, a imagem enganam muitas vezes, mas a palavra, muitíssimas vezes mais” (GUIMARÃES, 2007, p. 1). O ato de falar ou escrever, segundo ela, deve ir além, ser acrescido de luz. E, dessa forma, assinala o seu compromisso com a palavra.

E encerra este exercício metalinguístico para a abertura dos trabalhos seguintes, com uma habilidosa conclusão: “A palavra está viva e movimenta-se” (GUIMARÃES, 2007, p. 2).

Lembramos, aqui, do ensaio “A experiência radical”, de Silviano Santiago, em uma de suas reflexões sobre a palavra escrita e a literatura e sobre seu ofício de escritor, quando pondera sobre o “desencanto que move”:

Se Guimarães Rosa tivesse se encantado com a própria obra, ele teria escrito *Grande Sertão: Veredas* e teria parado. Ele não se encantou com *Grande Sertão: Veredas*. Ele não se encantou com *Sagarana*, com *Corpo de baile*. Continuou. Isso não tem nada a ver com a satisfação pelo trabalho bem feito. O desencantamento é o que move (SANTIAGO, 2014, p. 111).

Para o autor, ainda, “o mote do escritor é a insatisfação. No dia em que ele estiver satisfeito, ele silencia. Mas só a morte silencia um escritor. Porque[,] se não houver a morte, ele estará sempre escrevendo” (SANTIAGO, 2014, p. 111).

Assim, enveredamos pelo conceito e pela relatividade das palavras “movimentar”/“mover” de acordo com os dois autores, tomando de empréstimo as “veredas” de Guimarães Rosa, na memória de sua proximidade com Carmen Schneider Guimarães, e instigados por esses caminhos, que deságuam na leitura de seus textos.

Antes de continuarmos a análise de outros textos da coletânea de *Senhoras & senhores das artes*, selecionamos um ensaio da escritora que não faz parte dessa publicação, “Montaigne, o ensaio e a crítica literária”, de *Nossas palestras* (2011), editado pela Academia Feminina de Letras.

Nesse texto, a escritora discorre sobre os *Ensaaios*, do filósofo francês Michel Eyquem de Montaigne, editado em Bordéus, na França, em 1580. A obra, dividida em dois volumes, que tiveram acréscimos do autor ao longo do tempo, inaugurou um gênero que viria a se consagrar e a ser desenvolvido por outros escritores, em diferentes países, como constatamos em seu relato. Montaigne, que apesar de ter tido alguns opositores, exerceu influência sobre outros pensadores contemporâneos, como Blaise Pascal, escreveu uma obra que “[...] acabou por tornar-se um imenso espelho do espírito humano adaptado pela análise interior, estudada nas reações diversas das criaturas” (GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Carmen Schneider traça um cuidadoso roteiro sobre o tema, com citações de teóricos da literatura, como Roland Barthes, aludindo aos pensadores da Antiguidade Clássica e seus livros e também destacando a obra *O livro de ouro dos heróis da história*, de Will Durant, que faz referência ao nascimento do ensaio. Nesse resgate, um mergulho na arte do ensaio, além de trazer à baila diferentes conceitos sobre o tema, a escritora estende essas reflexões até a crítica literária.

E, a partir daí, teremos muitos nomes de autores brasileiros com passagens significativas sobre os nossos ensaístas. Schneider elenca críticos e obras nacionais, em relevantes comentários e fundamentações, como a de Wilson Martins, autor da emblemática obra *A crítica literária no Brasil* (1983). O texto final retorna ao mesmo questionamento de Montaigne em seus *Ensaaios* e é parafraseado por ela: “Que sabemos nós?” (GUIMARÃES, 2011, p. 37).

A temática que aborda a crítica literária também marcaria presença em outros trabalhos de sua autoria, como na resenha do livro *O poliedro da crítica*, de Fábio Lucas, intitulada “A crítica das críticas”, que integra o último livro de Carmen Schneider e tem o sugestivo título *Palavras descruzadas: resenhas e ensaios sobre trabalhos literários dos acadêmicos da Academia Mineira de Letras* (2018). Uma obra que confirma sua vocação e dedicação ao campo da ensaística, da crítica literária e da resenha biográfica, aliada a uma escrita que seduz, ensina e cativa o leitor.

Schneider tem um rico percurso literário, iniciado aos 16 anos, com a publicação do poema “A pérola”, vencedor de um concurso em sua terra natal, Vitória, no Espírito Santo, em 1942. Posteriormente, ela sedimentaria a sua vocação literária através de diversificados gêneros literários, começando pelo lançamento de *Lola, a prima de Timbolola*, em 1996, e posteriormente, *Corpo molhado*, em 1978, e *Eu quero nascer*, em 2000. Seus dois últimos livros foram *Senhoras & senhores das artes* e *Palavras descruzadas: resenhas e ensaios sobre trabalhos literários dos acadêmicos da Academia Mineira de Letras*, já referidos aqui.

Além desses importantes registros literários, a autora foi jornalista atuante e colaborou em muitos jornais, entre os quais o *Estado de Minas*, o *Diário da Tarde*, o *Jornal*, do Rio de Janeiro, e *A Tribuna* e *A Gazeta*, do Espírito Santo. Proferiu muitas aulas, palestras e conferências nos espaços acadêmicos em que atuou e participa ativamente, como professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Itaúna ou da Universidade Livre da Academia Mineira de Letras. É também membro efetivo da Academia Mineira de Letras e presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras de Minas Gerais (Afemil), além de fazer parte de outras instituições, que omitimos aqui. Sua trajetória foi brilhantemente descrita por Maria Inês de Moraes Marreco em recente artigo da *Revista da Academia Mineira de Letras*, na edição comemorativa dos 110 anos da Academia, publicada em dezembro de 2020.

Assim, retornamos à obra *Senhoras & senhores das artes* e nos voltamos para um bloco temático destinado à biografia de mulheres, encabeçado pela primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, Rachel de Queiroz (1910-2003). Após as tentativas frustradas das escritoras Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Amélia Beviláqua (1860-1946), ela ingressa na Casa de Machado de Assis, em outubro de 1977.

Natural de Fortaleza, a romancista, cronista, teatróloga, jornalista e tradutora Rachel de Queiroz já contribuía, em 1927, com suas crônicas e poemas no jornal *O Ceará*. Sobre a escritora e sua obra, vamos encontrar, na apreciação crítica de Carmen, o tom vibrante de suas palavras:

Rachel tinha o brado solto na garganta do livro: *O Quinze*. Sua voz foi tão poderosa, brotada de um sertão esqualido, no enxugo mais

despropositado do Nordeste brasileiro, que varou o território de cima para baixo e nos flancos, acordando lembrança sobre o castigo do povo irmão (GUIMARÃES, 2007, p. 3).

Carmen Schneider descortina, através de seus relatos, descrições e nomeações das obras da escritora, um instigante panorama sobre a intelectual que, segundo ela, “[...] entrou para a história da literatura brasileira” (GUIMARÃES, 2007, p. 3). Neles são ressaltadas também as qualidades da escritora, que possuía “a pena forte e rústica e a criatividade” (GUIMARÃES, 2007, p. 5).

“Alaíde Lisboa de Oliveira, a bem-lembrada educadora” é o título escolhido para a segunda eleita e traz as palavras revestidas de grande admiração, com o sopro da convivência e do reconhecimento da sabedoria da mineira Alaíde Lisboa, “[...] a ilustre dama de Minas [...] que nasceu pequenina em Lambari[,] cresceu em graça e tornou-se uma lídima representante das mulheres de coragem e determinação” (GUIMARÃES, 2007, p. 7).

Alaíde Lisboa (1904-2007) foi uma mulher avançada para o seu tempo. Pedagoga, jornalista, escritora e política, foi professora no curso de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, de forma pioneira, organizou e dirigiu o primeiro mestrado em Educação da UFMG. Atuante em muitas áreas da educação e ministrando aulas em outras instituições, ela também se dedicou à escrita acadêmica e, entre suas obras, podemos citar *Ensino de língua e literatura*, *Nova didática*, *Poesia na escola: orientação didática e coletânea*, para falar de alguns títulos.

Alaíde Lisboa foi uma escritora notável da literatura infantil, e dois de seus livros ficaram muito conhecidos pelo público: *A bonequinha preta* e *O bonequinho doce*. Ela exerceu também o cargo de representante da Fundação do Livro Infantil e Juvenil. Foi uma intelectual que escreveu sobre nomes importantes da literatura mineira e brasileira, como Abgar Renault, Affonso Romano de Sant’Anna e Laís Corrêa de Araújo, entre tantos outros.

Em seu ensaio sobre a escritora, Carmen Schneider aviva também a nossa admiração por essa mineira que tinha “[...] a agudez do olhar demarcando seriedade e convicção” (GUIMARÃES, 2007, p. 7) e um coração que inspira a continuar a ensinar a todos os seres através de sua literatura: “Faço minha estrela sem apagar a sua” (OLIVEIRA, 1998, p. 5).

O centenário de nascimento de Cecília Meireles (1901-1964) é o mote inspirador do terceiro artigo dedicado às escritoras, cujo título, “Ser poeta, ser mulher”, homenageia, segundo Carmen Schneider, a “[...] estrela máxima da poesia nacional” (GUIMARÃES, 2007, p. 12) e autora de *Romanceiro da Inconfidência* (1953). Uma obra que exprime sua força poética e sua dedicação à pesquisa histórica, engendradas pela ação dramática da narrativa sobre a Inconfidência Mineira. É Carmen Schneider quem descreve os passos de Cecília Meireles nas terras mineiras:

[...] saturou-se de ambiência autêntica, locada nas ladeiras, incrustada nos murais sombrios, de rochas talhadas e edificadas – nas lajes pisadas pelo ideal de liberdade – no sacrifício estoico de heróis, semeado na palavra e cultivado no exemplo de homens de fé, em Vila Rica (GUIMARÃES, 2007, p. 14).

E também sintetiza sua obra em pinceladas fortes, depois de comentar a construção técnica dos cantos e da linguagem dos poemas:

A obra é narrativa e lírica [...]. Cuida o livro, do império do ouro, das coisas do amor, da liberdade, das inconfidências e traições, embora após estes conceitos, venha Cecília alertar-nos para o fato de que seu poema não julga, mas serve de convite à reflexão (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

A poeta tem no roteiro literário elaborado por Carmen Schneider uma cuidadosa leitura das passagens importantes de sua vida e obra, com menção aos poemas iniciais, a sua atuação acadêmica, aos países pelos quais ela passou, a sua participação na imprensa e nas revistas, a sua filiação às escolas literárias, ao tempo vivido em Portugal e às obras elencadas a cada contexto ou tempo referido.

Ficamos, assim, diante de uma vida enriquecida pela literatura, pelo conhecimento e por uma forma de ser, que é poesia.

Os outros ensaios, “Elisabeth Bishop: a prosa da poeta”, “Henriqueta Lisboa, a poeta”, “Irene de Melloneves, a palavra amadurecida”, “Lacyr Schettino” e “A mulher no mundo”, completam a parte destinada às “Senhoras das artes”, sendo que o último, “A mulher no mundo”, é um painel representativo de nomes de mulheres que marcaram a

história, nas mais diversas expressões, em Minas Gerais, no Brasil e no mundo. Desse ensaio depreendemos muitas informações sobre a história das mulheres, sobre suas lutas e suas conquistas; em cada uma delas, temos depositada a palavra consciente e comprometida de Carmen Schneider, e essa contribuição certamente merece um estudo aprofundado, pois dela poderão advir muitas pesquisas relacionadas aos estudos sobre a mulher.

Carmen Schneider, a “Menina da Ilha” (GUIMARÃES, 2018, p. 22), como nomeia o primeiro texto de seu livro *Palavras descruzadas*, trouxe consigo não só o “corpo molhado” das águas do Espírito Santo; com ela vieram os poetas de sua terra e, especialmente, as mulheres escritoras, como Maria Antonieta Tatagiba (1895-1928), a primeira mulher a reunir em livro suas produções poéticas, Virgínia Tamanini (1897-1900), Marly de Oliveira (1935-2007) e outras vozes femininas, que aqui se juntam, em uníssono, para testemunhar que “a palavra está viva”.

A acadêmica Carmen Schneider Guimarães, sexta ocupante da Cadeira 5, faleceu aos 95 anos, em 12 de julho de 2021, enquanto o presente volume estava em preparação.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, Carmen Schneider. *Senhoras & senhoras das artes*. Belo Horizonte: Emil Editora, 2007.
- _____. Montaigne e a crítica literária. In: *Nossas palestras*. Academia Feminina Mineira de Letras. Belo Horizonte: Emil Editora, 2011. p. 33-41.
- _____. *Palavras descruzadas*: resenhas e ensaios sobre trabalhos literários dos acadêmicos da Academia Mineira de Letras. São Paulo: Opção Editora, 2018.
- OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *Gato que te quero gato*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.
- SANTIAGO, Silvano. A experiência radical. In: GONÇALVES, José Eduardo (org.). *Ofício da palavra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 101-113.

DANILO GOMES, CRONISTA JURAMENTADO

Napoleão Valadares

Escritor digno da cidade onde nasceu: Danilo Gomes, Mariana. E Mariana é a terra de Cláudio Manuel da Costa, que dispensa comentários, mas temos de lembrar que ele é um dos mais importantes poetas da literatura brasileira e um dos nossos maiores sonetistas, sendo recomendado como clássico pela Academia das Ciências de Lisboa. Mas, entre Cláudio e outros luminares das nossas letras, temos Danilo Gomes, também de Mariana, a primeira capital de Minas Gerais e a única cidade do nosso estado no período colonial, cidade tão antiga quanto simpática e cativante. Lúcia Machado de Almeida escreveu: “Se Ouro Preto é solene e dramática, Mariana se mostra doce, repoussante e melancólica”.

Dizemos isso porque não podemos falar de Danilo sem falar de Mariana e não podemos falar de Mariana sem falar de Cláudio.

Estamos tratando de um escritor de que os leitores muito gostam, em razão da sua linguagem leve, fluente, agradável. Seus textos nos levam a prosseguir na leitura com descontração e prazer. Sua sensibilidade para os assuntos culturais é uma atração para quantos põem os olhos nos seus textos. Grande conhecedor de literatura, Danilo Gomes é um dos intelectuais mais fecundos com quem temos o privilégio de conviver. Ele mesmo se chama de “leitor profissional”, porque tem o hábito da leitura desde muito cedo. E os amigos o tratam de “velho escriba”, pelo motivo de, ao longo de bem mais de cinquenta

anos, ter escrito e publicado centenas e centenas de crônicas e outros gêneros de literatura.

Outros gêneros, porque andaram dizendo que crônica não é gênero literário. Acontece que, depois de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Rachel de Queiroz, ninguém mais quis discutir isso. Bandeira e Drummond, então, puseram ponto final ao assunto. Gênero literário, sim. Sempre foi, desde os seus primórdios em nossa terra, com Francisco Otaviano de Almeida Rosa e, logo mais, com Alencar, Machado e alguns outros. Gênero literário, e dos mais interessantes, pela concisão, leveza, objetividade, suas características principais. Discípulo de Francisco Otaviano e de Rubem Braga, Danilo cultiva a crônica com carinho e apreço, e principalmente perícia, cuidando dela como se cuida de uma criança, sabendo dar-lhe aquilo de que ela precisa.

Discípulo daqueles e mestre nosso, além de ser duas vezes sucessor de Cyro dos Anjos. Primeiro, porque a ele sucedeu na Cadeira 1 da Academia Mineira de Letras e, depois, porque é um dos seus sucessores na Presidência da Associação Nacional de Escritores (ANE), de que Cyro foi o primeiro presidente. Na Mineira, mantém uma convivência amistosa e sadia, colaborando com seus pares sempre que é chamado para alguma missão, contribuindo na *Revista* com seus sempre apreciados textos. Na ANE, além da mesma convivência, a profícua administração quando exerceu a presidência, sendo até mesmo o inaugurador da sede da entidade. A sua presença constante aos eventos e a disposição para ajudar em tudo o que está ao seu alcance nos trazem prazer e conforto.

Com fortes vínculos ao Rio de Janeiro, publicou dois livros sobre a cidade que foi capital do Brasil de 1763 a 1960: *Antigos cafés do Rio de Janeiro* e *Uma rua chamada Ouvidor*, este lançado na própria Rua do Ouvidor, em 1980. Brasília, onde vive há mais de 40 anos com a família – esposa, filhos e netos –, é também uma cidade que ama. Mas nada o afasta da terra natal, a querida Mariana, a que é apegado e em que vive pensando.

Aqui, mesmo não sendo necessários, vão dois dedos de dados biográficos para se ter um rápido perfil do cronista de Mariana. Filho de Daniel Carlos Gomes e de Maria das Dores Motta Gomes, nasceu em 30 de dezembro de 1942. Avós – é bom que seus nomes fiquem também aqui: os paternos, Carlos de Assis Gomes e Maria Augusta

Teixeira Gomes; e os maternos, Pedro Teixeira da Motta Júnior e Hilarina Ferreira Costa Motta. Carlos, poeta. Pedro, juiz de direito. Depois das primeiras letras com as professoras Nívia Maria Santos e Esmeraldina Vieira (Didina) e de ter criado gosto pela leitura com a mãe e com a tia Maria do Carmo, foi estudar no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, e depois no Colégio Arquidiocesano, de Ouro Preto. Terminado o curso ginásial, partiu para o clássico em Belo Horizonte: Colégio Arnaldo e Colégio Padre Machado. Daí, ao curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, onde se formou em 1974.

E se chama Danilo por causa de Danilo Alvim, famoso jogador do Vasco da Gama e da Seleção brasileira. Seu Daniel, um vascaíno daqueles, deu ao filho o nome do craque que defendeu as nossas cores na Copa de 1950.

Feito isso, vamos ao escritor. Cronista, ensaísta, pesquisador literário, Danilo Gomes pertence à Academia Mineira de Letras, à Academia Marianense de Letras, à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, à Associação Nacional de Escritores, ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Letras do Brasil.

Detentor da Medalha da Inconfidência, da Medalha Santos Dumont, da Medalha Plínio Doyle, da União Brasileira de Escritores (UBE), recebeu o título de Embaixador do Centenário de Belo Horizonte, em 1997, o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, o título de Amigo da Marinha e o de Colaborador do Exército Brasileiro.

Mas o que muito interessa mesmo são os livros de sua lavra.

Escritores brasileiros ao vivo – em dois volumes –, preciosas lições de literatura, contidas nas 66 entrevistas de um monte de escritores patrícios, as quais trazem informações da maior importância sobre a vida e a obra desses mesmos escritores. Nas entrevistas, antes de formular as perguntas, ele traça um perfil do escritor, um resumo biográfico, para que o leitor tenha conhecimento de um pedacinho da vida do entrevistado. No bojo de cada entrevista, então, busca arrancar do escritor suas opiniões sobre os diversos aspectos da literatura em geral e de sua obra em particular, além de suas tendências.

Uma rua chamada Ouvidor, em que retrata a famosa rua do Rio de Janeiro. Do Ouvidor, porque em meados do século XVIII a Câmara adquiriu casas dessa rua para serem residências de ouvidores. Aliás,

Joaquim Manuel de Macedo, autor do romance *A Moreninha*, já havia escrito um livro sobre ela, com o título de *Memórias da Rua do Ouvidor*.

Danilo Gomes diz, em nota, que

os velhos sobrados que ainda ali, felizmente, se encontram, guardam a memória dos tempos de fastígio e a aura de esplendor que caracteriza o corredor machadiano por excelência. A rua, hoje muito modificada, constitui, entretanto, parte do patrimônio histórico, artístico e cultural não só do Rio como do próprio país.

Escolhemos, entre as epígrafes constantes do livro, estas:

Naturalmente, cansadas as pernas, meto-me no primeiro *bond*, que pode trazer-me à casa ou à Rua do Ouvidor, que é onde todos moramos. (Machado de Assis, em “Bons dias”, crônica de 21.1.1889)

Mas, não esqueçam, a rua começou a denominar-se do OUVIDOR, em 1780.

(Joaquim Manuel de Macedo, em *Memórias da Rua do Ouvidor*)

Não houve também acontecimento público de relevância em que a Rua do Ouvidor não tomasse parte ativa, fosse festa ou revolta.

(Gastão Cruls, em *Aparência do Rio de Janeiro*)

Nesse livro, Danilo nos fornece uma impressionante quantidade de informações. Nesse livro muito aprendemos sobre a história do Rio e sobre a história do Brasil.

Água do Catete é o próximo livro de Danilo e é constituído de artigos e ensaios publicados em jornais entre 1967 e 1983. Mas Catete aqui não é o velho palácio do governo no Rio de Janeiro, e sim o córrego que passa em Mariana e que tem esse nome por causa do antigo dono das terras, certo Francisco Catete. O livro não é sobre o Rio de Janeiro, mas nele Danilo volta a falar da Rua do Ouvidor, na crônica intitulada “Bem-amada Rua do Ouvidor”. E, entre tantos outros assuntos interessantes de que ele trata nesse livro, volta a falar do nosso Joaquim Manuel de Macedo, informando que a personagem de *A Moreninha* foi inspirada em sua namorada, Maria Catarina Sodré (prima-irmã de Álvares de Azevedo), com quem se casou.

Antigos cafés do Rio de Janeiro. Aqui, uma descrição bem elaborada dos cafés daquela cidade, resultado de uma pesquisa de fôlego, que só pode ser realizada por uma pessoa dedicada e persistente. O autor informa que o levantamento abrange cerca de cem anos. Presente no livro a história e as características de cada um dos famosos cafés. E famosas eram as pessoas que os frequentavam. Entre os frequentadores do Café Nice, por exemplo, são citados Pixinguinha, Ataulfo Alves, Carlos Galhardo, Nelson Gonçalves, Francisco Alves, Orlando Silva, Mário Lago, Sivuca.

Não custa lembrar que Nestor de Holanda escreveu um livro sobre esse estabelecimento: *Memórias do Café Nice*. E são tantos os escritores que falam dos cafés da Cidade Maravilhosa, que, mesmo cometendo a injustiça das omissões, lembramos Lima Barreto, Luiz Edmundo, Medeiros e Albuquerque, Paulo Mendes Campos, Vivaldo Coaracy, Agripino Grieco, Manuel Bandeira e por aí vai a lista.

E, para variar, o autor aproveita para contar em *Antigos cafés do Rio de Janeiro*, apresentando documentos e citando autores, a história dos primeiros plantios da rubiácea em diversos lugares.

Em torno de Rubem Braga é o livro mais querido de Danilo Gomes. Nele são mostrados os principais traços da vida e da obra do grande cronista capixaba. É um cronista falando de outro. E falando com conhecimento de causa, falando com segurança e precisão. Lá pelas tantas, ele diz: “[...] saúdo Rubem Braga, o maior cronista do Brasil, um clássico da literatura de língua portuguesa”. E mais adiante: “[...] o maior cronista brasileiro, na opinião da crítica; um escritor que contribui, decisivamente, para elevar a crônica à categoria de gênero literário assim chamado maior”. Danilo informa que foi Manuel Bandeira quem, no livro *Andorinha, andorinha*, chamou Rubem Braga de Príncipe da Crônica. E informa também que Braga é nome de uma orquídea – *Physoisiphon bragrae Ruschi* –, batizada em homenagem a ele. E chegou o dia em que, por motivo de morte, *O Dia* publicou a última crônica enviada pelo velho colaborador, com o título de “A paz de Santa Maria de Maricá” (também essa informação está numa página de *Em torno de Rubem Braga*).

Bem antes, Danilo tinha escrito um volume intitulado *Martins de Oliveira*, sobre Cândido Martins de Oliveira Júnior, poeta, romancista, contista, cronista, crítico literário, historiador, memorialista, biógrafo, magistrado, doutrinador jurídico, professor universitário, secretário

de Estado, filósofo, membro da Academia Mineira de Letras, de que foi presidente. Tudo isso Danilo diz de Martins de Oliveira e diz muito mais. Chama-o de “polígrafo infatigável, que percorre com agilidade, domínio, profundidade, brilho e elegância estilística tantos departamentos da cultura universal”. E aqui voltamos a Cláudio Manuel da Costa, pois Martins de Oliveira escreveu sobre o inconfidente na novela *O mascarado de Vila Rica* e no ensaio “Um problema de perícia médico-legal: a morte do Dr. Cláudio Manuel da Costa”, em que diz sobre ele: “advogado brilhantíssimo, poeta admirável, uma das expressões mais altas, senão a mais alta, da intelectualidade de seu tempo”.

E, bem depois, Danilo escreveu *Mineiridade que sobrevive ao tempo*, sobre o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, seu conterrâneo de Mariana e filho do grande simbolista brasileiro. Informa que “a crítica, em geral, tem consagrado sua poesia como das mais altas expressões do lirismo moderno brasileiro e ressaltado, especialmente, sua metria na difícil arte do soneto”. Traça considerações sobre a pessoa e a obra do filho do Solitário de Mariana e, para completar, apresenta uma interessante entrevista por ele concedida, quando completou 80 anos, no Rio de Janeiro.

Passado um tempo, publicou *Augusto Frederico Schmidt, Juscelino Kubitschek e Odilon Behrens*, livro em que fala da vida e dos feitos dessas importantes figuras da nossa história.

Danilo Gomes escreve sobre literatura e assuntos culturais em geral. Escreve crônicas, artigos, resenhas. Principalmente crônicas. E é bom lembrar que essas crônicas, em grande quantidade, talvez mais de mil, não estão nesses livros que acabamos de citar. Foram publicadas, quase todas, em jornais e revistas e estão aí, no mundo. Quando dizemos cronista juramentado é porque ele é o maior cronista do nosso convívio e um dos maiores do Brasil. Dorme crônica, almoça crônica, janta crônica, e toma café (do Rio de Janeiro, quando pode) com crônica. Essencialmente cronista. Tão assumido que seu *e-mail* começa com *cronistadanilogomes*.

Ficamos pensando que ele poderia pegar todas as suas crônicas que estão espalhadas pelo mundo – se isso fosse possível – e reuni-las em livros, a fim de que os leitores tivessem a oportunidade de conhecê-las. Seriam muitos volumes. Uma trabalhadeira enorme. Mas teríamos uma riqueza.

EDUARDO ALMEIDA REIS E O QUE HÁ DE HUMANO EM NÓS

Fal Azevedo

Em 2003, meu irmão comprou um livro pelo título: *Amor sincero custa caro*. O livro pulou de um em um pela família. Todo mundo apaixonado. Todo mundo se odiando: “como nunca tínhamos lido esse cara?”.

Em nossa defesa: somos paulistas (meu Deus do céu, quando foi que ser paulista serviu de defesa para o que quer que fosse?). Nunca tivéramos acesso aos jornais em que Almeida Reis publicava. Também, claro, somos uns tontos.

Fui aprender mais sobre Almeida Reis e a primeira informação me encantou: de família de escritores, sua avó foi Helena Morley, autora do clássico *Minha vida de menina*. Quem não se lembra desse livro e não é louco por ele?

Tratei de comprar todos os livros do autor que pude encontrar e, destemida, mandei um *e-mail* para o jornal em que ele era colunista. Aquele vexame: “Sou sua fã, você é incrível”. Meu marido achou loucura, mas meu irmão adorou o gesto de coragem.

Quando – preste atenção na caixa-alta – EDUARDO ALMEIDA REIS respondeu meu *e-mail* bocó, tive um chilique.

Nós nos correspondemos por muito tempo. Soube de casamentos de filhas e nascimento do neto e fim de relacionamentos e mudanças de casa e charutos e tristezas e felicidade. Ele soube da produção de meus pobres textos e das alegrias e da doença da mamãe e da morte

de meu marido e de minhas muitas mudanças e tristezas e felicidade. Nunca uma palavra ríspida, nunca um comentário menos do que gentil. Nunca uma piada inapropriada.

Nessas quase duas décadas de amizade e bem-querer, aprendi mais sobre o autor. Li dele o que pude. Seus livros, enfileiradinhos, estão na minha primeira prateleira, aquela que fica à mão enquanto trabalho. Poderia contar a você que a chamo de “prateleira do coração”, mas seria embaraçoso demais.

Mas sobre o que escreve Eduardo Almeida Reis? Bem, é aí que nos sentamos e abrimos um vinho, porque é longo o debate: sobre o que *não* escreve Almeida Reis?

Ele nasceu para ser sabido. Entende do mundo e das cousas do mundo. Das pessoas, de suas motivações. Sabe de história, com agá maiúsculo, mas também da que leva agá minúsculo. Gosta de ouvir, sabe que perguntas fazer para manter o interlocutor tagarelando. Entende de gramática a ponto de se permitir brincar com suas regras. Tudo isso acaba por se refletir em sua escrita, que se torna um veículo para seu talento e seu conhecimento.

Eduardo Almeida Reis fala sobre o que desejar, em livros, em crônicas, artigos e ensaios. Entre muitos assuntos, trata de história do Brasil, a atual, a do passado (como no livro *Histórias do Brasil de Colombo a Kubitschek*). Relacionamentos. Economia. Cotidiano. Dietas (ele tem um livro ótimo sobre o assunto, *A dieta inteligente*). Biografias (*Catharina: minhas histórias*, por exemplo, é uma biografia leve e conta com pesquisa da melhor qualidade). Planejamento urbano e engenharia civil (*Pau de tinta*, seu livro sobre o tema, é recheado de informações técnicas e históricas, fofocas sobre o Império e suas edificações e ainda faz uma análise muito acurada da relação do Estado com o empresário do setor). Publicidade. Música. Teatro. Literatura – a dele, a dos outros.

Antes que alguém diga “mas que criatura insuportável”, devo me adiantar: sempre modesto, sempre gentil, sempre cuidadoso, ele trata de dar a visão pessoal de cada assunto de maneira tão bem-humorada, sem qualquer afetação ou soberba, que enreda sua erudição em nosso riso e nos faz acreditar que conversamos com ele e damos tapas em suas costas. Além disso, ele “fala” com o leitor o tempo todo. Impossível resistir. Noutras palavras, lendo o Dr. Reis (sempre o chamei assim), o vivente não se sente burro, e, sim, mais inteligente um tiquinho.

GÊNIO RURAL

O que fica claro quando aprendemos sobre Almeida Reis é que um sujeito com uma biografia tão rica não poderia mesmo produzir uma escrita comum.

Depois da formação em Ciências Jurídicas e Sociais, foi advogado por um tempo e funcionário do Banco do Brasil década e meia. Um dia, graças a Deus, resolveu escrever para o jornal *O Globo* e firmou os pés no mundo das letras.

“O melhor cronista do nosso agro”, disse Mário Mazzei Guimarães sobre ele. David Nasser o definia como “gênio rural”.

Ao longo dos anos, Almeida Reis se tornou uma referência em publicações sobre agropecuária, como estas: *Correio Agropecuário*, *O Ruralista*, *Revista CCPL*, *Revista dos Criadores* e *A Granja*. Publicou, também, muitos livros sobre esse universo: *O pinto e a senhora sua mãe: a arte de empobrecer criando galinhas*, *Zebu para principiantes*, *A arte de amolar o boi: manual do proprietário de sítios e fazendas*, *As vacas leiteiras e os animais que as possuem*, *Seis alqueires e uma vaca: memórias rurais*, *O aprendiz de fazendeiro*, *Amazônia legal & ilegal*.

Isso posto, vamos concordar que o Dr. Reis é personagem que jamais poderia ser criado. A ficção não daria conta. Quem é que pode, numa mesma existência, ser advogado do Sindicato dos Padeiros, avicultor, produtor de leite, corretor de seguros, radialista, heveicultor (quem sabe o que é isso sem pesquisar?), empreiteiro ferroviário, administrador de empresas rurais, palestrante e escritor?

Ninguém pode ser tanta coisa e, de fato, ninguém mais é. Dr. Reis é um caso raro de vivência enciclopédica, que prima pela excelência em todos os verbetes. Mas, se pudéssemos arriscar um palpite, diríamos que sua variada faina era apenas e tão somente o seu peculiar modo de produzir acervo.

Não me pergunte como, ele ainda deu conta de ser cronista e articulista dos jornais *Folha de São Paulo*, *Hoje em Dia*, *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*. Quantas horas tem o dia desse sujeito?

“MONTAIGNE PORRA-LOUCA”

O baiano João Ubaldo Ribeiro não errou em sua definição de Reis, em enxergar nele as qualidades do escritor francês (e mais algumas,

como podemos perceber). Montaigne também desempenhou muitos papéis na vida, era um estudioso da natureza humana, era muito bem-nascido e procurava o que é único em si mesmo e no outro.

Dr. Reis é um autor voltado a aceitar e esmiuçar a natureza humana. Suas reflexões se materializam bem diante de nossos olhos e nos servem, sempre, o tempo todo. Você lê Almeida Reis sacudindo a cabeça e falando baixinho “é isso, é isso mesmo”. Ele entende a si mesmo e, por isso, ajuda você a se entender. A se repensar. A olhar em volta e buscar elementos para falar de sua vida e de seu lugar no mundo.

Porque Almeida Reis sabe seu lugar neste vasto mundo e escreve de lá. Ele tem a coragem da primeira pessoa, como definiu, um dia, Adamov.

A obra de Almeida Reis, que singra por tantos mares, abraça tantas causas e fala de tantas gentes, é a obra de alguém que fala do que conhece, do que sabe, do que gosta e do que entende.

O VINGADOR DOS INTRANSIGENTES

Almeida Reis tem três Anas, de quem fala embevecido, pai apaixonado que é: Ana Cristina, Ana Maria e Ana Luísa Reis Dias. E, a cada menção a suas meninas, só faz nos aproximar mais de seu mundo. Mas isso não acontece só quando ele fala das filhas. A descrição de um administrador engraçado, de uma caminhonete temperamental, de um parceiro de negócios meio escorregadio, imediatamente nos faz lembrar de nossas estradas esburacadas e vaquinhas temperamentais, ainda que moremos no oitavo andar de um bairro movimentado (que era onde vivíamos quando li o autor pela primeira vez). Isso porque a verdade dele, sua convicção e a propriedade com que assume sua vida, suas muitas vidas, com seus erros e acertos, sins e não, faz com que cada leitor se identifique com suas palavras e pensares e goste do que vê. Nosso mundo, refletido nos olhos do Dr. Reis, é um mundo de graça e leveza, onde mesmo os assuntos mais espinhosos podem ser tratados sem que a amargura nos assalte.

“É o vingador dos intransigentes, o redentor dos politicamente incorretos: mira com precisão na burrice e não deixa aleijado não: é tiro e queda”, disse sobre ele José Nêumanne Pinto, com quem concordo, ao mesmo tempo que, muitas vezes, discordei do meu Dr. Reis. Politicamente, discordamos. Numa ou noutra afirmação, também. E

a força de seu narrador, a maior força que qualquer escritor pode ter, acaba por me arrastar de novo e de novo para sua praia, discordando e sacudindo o dedo para o jornal: “como escreve bem esse maravilhoso duma figa!”

“O FULGOR DE SUA GRAÇA”

Reis conversa com o leitor de maneira informal, mas polida e gentil. Sua escrita usa uma linguagem doméstica sem ser vulgar, íntima sem ser condescendente, sofisticada e ao mesmo tempo acessível.

Se o leitor tiver 40 anos, pode ler o que escreve o Dr. Reis sem se sentir burro. Se tiver dez anos, porém, o leitor também vai entender do que tratam suas linhas.

O narrador é ele mesmo e, sabemos, o bom narrador ganha ou perde a história. E o Dr. Reis nunca entrou em nada para perder. Quer vender a ideia porque o narrador sempre quer vender alguma coisa, mas não é um narrador insistente e chato. Se ele pega no seu braço é para apontar um bicho estranho bem ali, ó. Ele fala com você o tempo todo de um jeito próximo, não nos tratando como os idiotas que muitas vezes somos, mas nos explicando as coisas como ele quer que as coisas sejam.

Cito Abgar Renault, que definiu Dr. Reis como “um verdadeiro, um primoroso, um alto pensador. Não sei de nenhum que lhe possa ombrear e igualar no fulgor de sua graça e, mais do que isso, do seu estilo”.

FIGUEIREDO TEM RAZÃO

Quando Guilherme de Figueiredo definiu Dr. Reis como “o mais divertido humorista brasileiro”, errado não estava.

Escrevemos bem sobre o que sabemos. Sabíamos disso antes de Tolstói nos mandar olhar para nossa própria aldeia e não meter o nariz na vida dos outros. Se isso puder ser aplicado ao Dr. Reis, chegamos à conclusão: esse cara sabe muito. E chega até nós com graça, um excelente narrador, erudição, linguagem única e histórias incríveis.

Mas, acima de tudo, Dr. Reis nos alcança por meio de seu incomparável humor. Ele não é engraçadinho. Não é um contador de piadas. É um dos caras mais engraçados que qualquer um de nós vai conhecer.

Ironia aguda, vocabulário que é quase uma navalha, adjetivos instalados nos lugares certos: Almeida Reis quer fazer você rir. E você, pobre criatura indefesa, ri largado. Do Brasil (definido pelo autor como “um país grande e bobo”), das confusões em que ele se meteu, das coisas que ele diz e de si mesmo.

O humor permeia cada linha de cada obra de Almeida Reis. Está no título de suas obras, na abordagem que adota, nas observações que faz e, antes, no seu ato de observar o mundo para depois fazer seus apontamentos. O humor é o grande filtro do Dr. Reis. Críticas, relatos, descrições, narrações: humor, humor, humor.

Você ri e lê em voz alta para o seu pobre marido que, também indefeso, engasga com o suco de laranja. Depois de quase morrer afogado muitas vezes, Alexandre me proibiu de ler Dr. Reis à mesa.

(Nota pessoal: Dr. Reis, em sua coluna do *Estado de Minas*, disse as coisas mais queridas e gentis quando Alexandre faleceu. Nunca vou me esquecer.)

REACIONÁRIO, ADORÁVEL, GENEROSO

Pulei de livro em livro de autoria de Almeida Reis, quase sem acreditar na variedade, na graça. Desde o infantojuvenil *O papagaio cibernético*, até romances como *Bumerangue* e *Memórias de um canalha*, passando por livros com abordagem única, parágrafos curtos e um humor muito malvado como *Mulher, eleição e eucalipto*, *Burrice emocional* (meu preferido de todos os tempos) e *Amor sincero custa caro* (o preferido de Alexandre).

Lendo Dr. Reis apurei meu próprio estilo e me instruí. Aprendi sobre “beringela” e “berinjela”, “beça” e “bessa” e a ler Bill Bryson. Aprendi a evitar a palavra “eu”. Olhei para Eça de Queiroz com novos olhos, nunca mais deixei Alexandre sair para o trabalho sem café da manhã e fui estudar conjugação. Ri demais de seus ditados em latim, vindo direto da boca do caseiro de Cícero (era Cícero, Dr. Reis?). Aprendi a amar minha casa, a perceber os detalhes do reboque, da instalação do piso da varanda. Melhorei muitíssimo meu vocabulário. Perdi o medo de pesquisar e pesquisar até encontrar o que não quer ser achado. Entendi, finalmente, que há um leitor para cada escritor, que parágrafos são o que desejamos que sejam e que não há nada errado em falar sobre nossa vida e nosso mundo em primeira pessoa.

Sou grata ao Dr. Reis até a raiz dos cabelos. Ele foi meu melhor amigo numa fase em que amigos eram coisa rara por aqui. Foi meu mentor, meu exemplo, meu guia e, de muitas formas, a figura paterna de que minha vida precisava. Penso nele todos os dias com carinho e amor, esperando que ele esteja bem e feliz.

Um dos homens de letras que ele me ensinou a amar, o saudoso repórter José Roberto de Alencar, dizia dele, da forma despachada que só os amigos podem falar de nós: “Pinguço e reacionário, mas tem caráter”. O caráter do Dr. Reis e sua generosidade, para além de qualquer coisa, foram e são uma constante na minha vida, na vida de tantos leitores, e seu humor e sua capacidade de observação, ainda e para sempre, guiam e acolhem.

No futuro, quando alguém se debruçar sobre nosso tempo com curiosidade de saber como éramos, espero, com fervor e vontade, que sua pesquisa alcance o Dr. Reis.

Não sou capaz de dizer com propriedade se sua obra retrata esse nosso atravessar de século com precisão científica, mas quero muito ser – mais que isso, *merecer* ser – o humano que o Dr. Reis viu e com elegância registrou.

CANTATA PARA ELIZABETH RENNÓ

Maria Amélia Bracks Duarte

INTRODUÇÃO

O poeta Affonso Romano de Sant’Anna, em texto sobre retornar a Minas e rever velhas cidades com suas histórias e lendas, andou por Tiradentes e redescobriu um presépio vivo, exemplo de como duas ou três pessoas, por amor, conseguem reinventar uma cidade; e, falando da semente capaz de impulsionar novos lugares, olhou de novo as pedras, os florões nas portas e concluiu que a “alma se abastece de eternidade”. A alma da cultura mineira está abastecida de eternidade com a presença eloquente da escritora e doutora em Letras Elizabeth Rennó, a quem tenho a honra de apresentar nesta coletânea de ensaios da nobre Academia Mineira de Letras, por generosidade do seu presidente, Rogério de Faria Tavares, cujo pai, Expedito de Faria Tavares, eu conheci, mocinha, trabalhando com o governador Rondon Pacheco. Isso em 1973.

Para redigir alguns apontamentos sobre a produção literária de Elizabeth Rennó, busquei a memória da autora, que, segundo o grande poeta Murilo Mendes, “é uma construção do futuro, mais que do passado”, pois a escritora retratada sabe que “a palavra é uma ave enlouquecida que dá voltas em torno da vida. Mas, termina por não saber compreendê-la: por isso é que toda poesia é interminável”. Celebrando este momento, recorro ao Livro dos Salmos, que remete à vida de Elizabeth, como se ela mesma pronunciasse a mensagem que

queria como destino: “Desejei a inteligência e ela me foi dada. Invoquei o senhor e veio a mim o espírito da sabedoria, que eu preferi aos reinos e aos tronos, julgando que as riquezas nada valiam em sua comparação”. A literatura da autora tem a mesma epifania de Rilke em “Cartas a um jovem poeta”, quando ele aconselhava “Confesse à sua alma: morreria, se não me fosse permitido escrever?”, ou a de Mário Quintana, que Elizabeth estudava quando defendia sua dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, na Faculdade de Letras da UFMG, em 1985:

O poema é uma pedra no abismo.
Repara como o poeta humaniza as coisas:
Dá hesitação às folhas, anseios ao vento.
Talvez seja assim que Deus dá alma aos homens.
Nenhuma pergunta demanda resposta.
Cada verso é uma pergunta do poeta.
E as estrelas... As flores... O mundo... São perguntas de Deus.

Ou, ainda, a do autor de *Cem anos de solidão*, segundo a lição do crítico literário Márcio Vassalo:

Ler Gabriel García Márquez é despencar na vertigem dos pássaros, botar tubarão no colo, achar boias sem naufragos, escutar os sussurros mais submersos do mundo, e se agarrar em cada página, batendo perna em alto mar, sem bússola, sem bote, sem farol. Mas quando se lê García Márquez, ninguém quer ser socorrido. Pelo contrário, a gente quer se afogar, não para morrer. Na realidade, nos afogamos para ganhar guelras na pele, tatear os corais do silêncio, namorar a morte só para amar ainda mais a vida.

OBRAS

A seguir, apresentamos 14 obras da escritora Elizabeth Rennó.

1. *Palavras e parábolas* (1992), poesia – O prefácio de José Afrânio Moreira Duarte, membro da AML, salienta que Elizabeth Rennó aceitou o chamado da poesia em *Palavras e parábolas*, onde temas do cotidiano viver e sentir se entrelaçam harmoniosamente com outros, de fundo bíblico, havendo em todos os poemas referências ao

livro sagrado que vem sendo através dos séculos inesgotável fonte de inspiração para poetas, escritores e artistas. O livro me lembra a liturgia poética de Adélia Prado, que ombreia o santo e o profano, numa mistura simbólica de poemas para rezar e cantar.

2. *Quatro estações mais uma* (ano do cinquentenário da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais), poesia – Cada poesia nos estremece e nos emociona; é um livro de palavras que jorram e nos banham de versos, como no poema “A palavra que habito”: “Dispersa / Concisa / Nua / Encoberta / Lúbrica / Recatada / Sonsa / Hipócrita / Mesquinha / Nobre / Terna / Agressiva / Amorosa / Inexplicitada / Seixo / Sem nexo / Ou sexo / Paradoxo / Síntese / Eis a palavra que habito”. Ou em “A palavra inadimplente”, que é a palavra não dita, maldita, bendita, a que não paga, não pega, escapa das mãos como a areia que escorre numa ampulheta. A palavra que “recolhe-se em concha silente e desaparece”. Por mais que as busquemos, as palavras são falhas, são dispersas, são traiçoeiras, são flecha e arco, são gozo e falta, são brilho e escuridão. Mas Elizabeth as domina com luta, serenidade e sofreguidão, por mais que esses termos sejam conflitantes, porque um poeta não tem limites nem caminhos: anda lentamente ou correndo, tropeça em palavras e daí nasce a poesia, o texto inteiro vomitado ou cuspidado ou seco no canto da boca, texto que se transforma em pérola graciosa e pura. A autora admite que há um poema engasgado na garganta:

Há uma palavra tolhida
Condenada ao silêncio
Das madrugadas cruéis
Da impotência dos afetos
Da morte anunciada

Em seguida, conclui, solenemente:

Há um poema engasgado na palavra.

Em *Quatro estações mais uma*, Elizabeth navega mares já navegados, lembrando Inês, a que foi rainha depois de morta, em Portugal, Taormina, na Sicília, e Saint-Denis, enaltece a paz na Romênia,

penetra nas luzes dos palácios de Chambord, chegando às espumas flutuantes da Bahia de Todos os Santos, com Jorge Amado e o Senhor do Bonfim. O livro desliza em nuvens sombrias, nuvens indecisas, nuvens passageiras, abrindo-se num céu de azul cálido e sutil ou num azul do tom dos Jardins Majorelle de Yves Saint-Laurent, em Marra-kech. Enfim, encontram-se, ao final, as “Quatro estações mais uma”, com versão em português e francês: na primavera, Eros de arco em riste encontra o alvo almejado e coroa a eleita; no verão, aquecem-se os sons do violoncelo no brilho do sol; no outono, escorregam folhas em terra de pedra e limo, fugidias, esquivas, de tristes desconfianças; no inverno, o cinza de galhos ressequidos pressentem violência.

3. *Ronda universal* (2006), poesia – É a autora que apresenta a obra: “Ronda Universal estabelece um paralelo estelar entre os sentimentos de esperança, amargura, visão do Belo, existente no espaço terrestre ou etéreo, no lirismo ou no mito que impressionam e marcam o existir da Poesia.” O livro se divide em quatro partes: “Astral”, “Planeta azul”, “Eternidade mítica” e “Lírica despertada”. Há um vigor nas linhas e nas letras, como se a poeta estivesse ereta à espera do canto que se derrama nos versos fortes que perpassam Afrodite, Apolo, Ulisses e seu manto, tecido por Penélope, a que não tem pressa, a que aguarda o homem amado; Afrodite surge nua e bela do turbilhão da branca espuma agitada pelo vento. No poema que dá título ao livro, Elizabeth se posta entre a Macedônia e a Tessália, nas alturas do Monte Olimpo, onde Zeus estabeleceu sua morada e onde, após a tempestade, o tempo é de calma.

“Lírica despertada” traz a mulher, a fêmea, a que sente o prazer da vida no corpo que freme; e é este frêmito que a faz percorrer os meandros do seu íntimo e explorar a graça da carne do parceiro, perseguindo o alvo que se perpetua em explosão de amor. A autora canta o amor, os sonhos que romperam o sono e que trazem os desenganos:

Surgem absolutos ódio e amor
Por menestréis da falta e da saudade
Triste final de uma sentida dor.

Mas, diferente da sua sogra, que corria os pastos em desespero, a poeta não vê pastos, pois corre dentro dela somente a angústia. Por

certo se lembrando do único amor, o companheiro que morrera, a autora confessa ser “inimaginável estar tão cedo irremediavelmente terrivelmente tão só”. No entanto, a ausência do amado faz-se presente, partida fugidia e abstrata, mas sempre com ela.

4. *Quântico* (2019), poesia (prêmio Cecília Meireles, da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro) – O prefácio é da escritora Andreia Donadon Leal, mestre em Literatura pela Universidade Federal de Viçosa, que muito bem traduziu a grandeza e a influência do livro, citando o poema “Viagem da memória”, em que

a autora fecha com chave de ouro essa incursão pelas possibilidades de significação, ilustrando com a maestria de sua experiência na produção e na docência de literatura como os contextos são vivos na linha do tempo, em que as coisas e as pessoas não são as mesmas, entretanto marcas profundas de uma memória persistem; indícios e profusões de experiências, similaridades e contiguidades, metáforas e metonímias de fatos e ações dos universos, experimentados ao longo da experimentações sociais.

Em *Quântico*, nos certificamos de que “Poemas são como estrelas, há novas e milenares, fulgurantes ou extintas, expressão de dúvida ou certeza, caleidoscópios incolores ou virais coloridos de vários tons tristes, alegres, reflexivos, sombrios, escorregam das mãos escreventes, interpretando a alma do autor”, porque mesmo mais amados ou dispensáveis, poemas “são conjunto e famílias insubstituíveis nas constelações da criação, Avatares poderosos, imortais em suas imagens metafóricas”. Seria muita pretensão agora – quem sou eu? – sugerir à primeira presidente da Academia Mineira de Letras que se atrevesse a visitar o Oriente, para acalmar a decepção de não ter encontrado a paz ou o amor em Roma, Paris ou Lisboa?

5. *Crônicas de jornal* (2003) traz a presença da escritora, nascida em Carmo de Minas (MG) e pós-graduada em Literatura Brasileira pela Faculdade de Letras da UFMG, em centenas de textos da atualidade, revelando uma pena prolífera, incansável, sempre moderna e vibrante, que enfrenta temas como a política, as cidades mineiras e suas peculiaridades e a trajetória de inúmeros poetas, simplesmente desfilando altaneira pela palavra.

6. *Cantata em dor maior opus 5* (1997) – Elizabeth Rennó tem muita intimidade com a palavra, que jorra da sua pena como uma explosão de asteroides, como pétalas de uma rosa rubra; seus poemas, sem qualquer afetação, discretos e profundos, nos leem, e não nós a eles, e me lembram Mário Quintana: “Um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente... e não a gente a ele!”. Mas as palavras, nos diz a escritora, depois de escolhidas, “agora é preciso alinhá-las, amá-las e acarinhá-las, dispô-las e ordená-las”. Pois a palavra, como admite a autora, “pouca serventia tem, é preciso assentá-la em apropriado tapiz”. Embora duvide da sua força, porque a água ferve e se derrama pelo fogão, o cachorro late raivoso e a criança tem fome, Elizabeth é a fortaleza, a mulher de que falam os Evangelhos, transmitindo leveza e bondade aos filhos e a toda a família, a ponto de o neto Guilherme ter dito, em 08/04/2015, em solenidade que a homenageava na Academia Feminina Mineira de Letras (Afemil), da qual é presidente emérita:

a minha avó não é apenas uma “vó doceira”, que passa o dia inteiro a cozinhar; nem só uma “vó coruja”, que vive de mimar os netinhos; nem mesmo só uma “vó escritora”, reclusa na busca do refino da sua arte. Mas, do seu jeito, incrivelmente, ela consegue ser um pouco de cada uma dessas em uma só vovó.

7. *Arquivos literários* (2017), ensaios – A acadêmica da Academia de Letras e Artes de Portugal, empossada em 07/04/2017, revela a sua imensa generosidade ao comentar trabalhos e dezenas de livros por ela prefaciados, demonstrando ser uma incentivadora das artes, força motriz que alavanca a cultura em Minas Gerais e no Brasil. Impossível destacar qualquer das obras analisadas, de Vivaldi Moreira a Lívia Paulini, de Afonso Arinos de Melo Franco a Carmen Schneider Guimarães e tantos outros escritores e poetas que imprimem a essência lírica em suas composições, como uma ária de Puccini.

8. *Concha-Lua* (2001) (prêmio Alejandro José Cabassa, da União Brasileira de Escritores, e prêmio Nelson de Faria, da Academia Mineira de Letras) – O premiado livro foi prefaciado por Sandra Loureiro de Freitas Reis, mestre em Filosofia e doutora em Estudos Literários (Literatura Comparada) pela UFMG, e Luiz Carlos Abritta, da

Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, que destacam as cartas de amizade entre Vera e Elisa e o percurso da escrita desde a infância e a juventude, passando pelos amores, acertos e desacertos da vida, até a morte do marido de Vera no trágico desastre do Bateau Mouche, oportunidade em que ambas, Vera e Elisa, revivem lembranças doces e pesarosas. As cartas desafiam os desertos da alma, onde se pode arrastar em tempestades de areia que nos cegam os olhos e embaraçam nossa caminhada; a jornada nunca é fácil, mas os fantasmas internos devem ser enfrentados, um por um. Eis que o resultado é libertador: a viagem interior é a mais fascinante de todas, porque o belo, afinal, é amedrontador, mas, sobretudo, revelador de que conseguimos vencer, como no filme *O céu que nos protege*, de Bertolucci (1990), onde, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, um casal de americanos viaja para a África, mas não se considera turista, e sim viajante, pois o turista tem o tempo para voltar, enquanto o viajante vai e pode nunca mais retornar.

9. *Post scriptum* (2009), ensaios – A escritora, premiada também por “Excelência” pela International Writers and Artists Association, de Ohio (EUA), nada em oceanos bravios e às vezes calmos e percorre os caminhos de Drummond em “A rosa do povo”, onde o poeta propõe:

Não rimarei a palavra sono
Com a incorrespondente palavra outono
Rimarei com a palavra carne
Ou qualquer outra, que todas me convêm.
As palavras não nascem amarradas,
Elas saltam, se beijam, se dissolvem,
No céu livre por vezes um desenho,
São puras, largas, autênticas, indevassáveis.

Os ensaios têm a leveza de “uma pluma que o vento vai levando pelo ar”, mas também vasculham o estranho, no intangível, como se se lesse *Tuareg*, de Alberto Vásquez-Figueroa,

mergulhando no mundo dos guerreiros do deserto; um mundo milenar e misterioso onde homens altivos, orgulhosos, com uma cultura antiquíssima, cultivam sua obsessão pelo isolamento, ignorando a

civilização que começa depois das dunas; pois um guerreiro tuareg, solitário, faz com que se cumpra a lei do deserto, que condena à morte todos aqueles que infringem o seu milenar e inflexível código de honra.

Quando menciona Alaíde Lisboa de Oliveira, figura ímpar, modesta e sensitiva, humana e sábia, é a memorialista que desponta com crítica e espírito criativo, porque a saudade tem o dom de tornar presente a ausência. Ela penetra na fêmea lúbrica de Adélia Prado, em “Uma vez visto”:

Para o homem com a flauta,
sua boca e mãos,
eu fico calada.
Me viro em dócil,
sábia de fazer com veludos
uma caixa.
O homem com a flauta
é meu susto pênsil
que nunca vou explicar,
porque flauta é flauta,
boca é boca,
mão é mão.
Como os ratos da fábula eu o sigo
Roendo inroível amor.
O homem com a flauta existe?

10. *Rascunho de Minas* (1994), ensaios – Premiado no concurso literário promovido pela Afemil sob o título *Das raízes de Minas para a universalidade na década de 80* e prefaciado por Livia Paulini, reverenciada escritora, tradutora e artista plástica, o trabalho da sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico visita Minas Gerais, suas montanhas, seu minério, seus rios, seu povo hospitaleiro, a cozinha dos tropeiros, o luar do sertão e, com todos esses dogmas, analisa a linguagem mítica de Henriqueta Lisboa. O corpo e alma de Adélia Prado se desnudam com o seu fervor religioso e o amor pelo seu companheiro José, um nome comum para alguém que a acompanha como fiel escudeiro e ouve suas leituras em tantos lugares, porque Adélia traduz o sentir e o viver de uma forma simples, caseira, mas

plena de emoções. Por fim, a obra visita Lacyr Schettino, “a fiandeira das palavras”, em poemas longos ou curtos, no impressionismo mágico e suave de Monet, Renoir e Manet, como grande propulsora da literatura no Brasil.

11. *Memória Diamantina, uma releitura* (2005), ensaios (prêmio Juscelino Kubitschek da Academia Mineira de Letras) – Elizabeth, também membro da Academia de Letras de São João del-Rei, discorre por entre a beleza das matas e os primórdios de Diamantina, o antigo Arraial do Tejuco, que brilhou com os diamantes do Império, cidade onde nasceu o presidente Juscelino Kubitschek, que, vendo o cometa Halley passar pelos céus da cidadezinha, apaixonou-se por astronomia e, curioso desde pequeno, tudo queria saber de eclipses e fases da Lua. O livro passeia pela família simples do estadista, mas, com lente de aumento, enxerga a vivacidade, a inteligência, a capacidade de aprender e a habilidade na convivência, que foi uma marca do grande pessedista. O jovem, órfão de pai desde os três anos de idade, foi autodidata e, sem recursos financeiros, lia tudo que via, de revistas em quadrinhos a livros emprestados, multiplicando os seus conhecimentos, que fizeram dele um grande articulador político do Brasil; aos 12 anos, o menino Nonô entrou para o seminário de Diamantina, perdendo a alegria natural para o riso, a música, a prosa, mas adquirindo a base humanística que o moldou. Somente em 1921 o sonho da medicina se realiza, quando entra na faculdade, já em BH. A vida de JK é delicada e intensa, porque galgou aos maiores cargos políticos do Brasil. Em suas memórias, em *Meu caminho para Brasília*, ele cita os percalços e as grandezas que a vida lhe confiou:

[...] ao repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta do tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção do reencontro, só por si, valia o ato de recordar.

12. *De Gil a João* (1999), ensaios literários (prêmio Eduardo Frieiro da Academia Mineira de Letras) – A escritora pertence à Academia Itajubense de História e à Academia de Ciências e Letras de Conde Lafayette. Aqui, disserta sobre a produção teatral de Gil Vicen-

te, considerando o ano de 1502 como o da criação do teatro português, com a peça *O monólogo do vaqueiro*, de Gil, que, segundo a autora, “é um teatro cujo propósito é a denúncia enquanto diversão; é o teatro de ideias, expõe o pretendido de uma forma brejeira e que faz rir”. Discorre também sobre o primeiro indianista brasileiro, José de Anchieta, o criador da Companhia de Jesus, o homem desbravador, um dos fundadores da cidade de São Paulo, o místico, o catequista, o poeta didático, que citava referências bíblicas, “constituindo-se de versos de grande valor literário”. Com erudição, mas com simplicidade, fruto de longa bibliografia, segue a autora com Padre Vieira, “pregador, missionário, diplomata, político e utopista, personalidade múltipla, que fazia de cada sermão o desenvolvimento de uma tese moral”. Elizabeth Rennó não se cansa da lida literária; estuda, pesquisa, lê diuturnamente, transformando-se numa escritora de prosa e verso de maior escol. Reverenciada por acadêmicos de todo o país e traduzida na França, mantém a serenidade dos justos, descritos por sua pena de mulher múltipla, bem como a fortaleza da mulher bíblica. João Ternura chega trôpego e radiante nas mãos de Aníbal Teixeira, brincalhão e taciturno, grave e agudo, sublime e vulgar, grotesco e cavalheiro, audaz e pusilânime, palhaço e paladino.

13. *Um esboço histórico e outros ensaios* (1993) – Obra prefaciada por Melânia Silva de Aguiar, que ressalta a presença da ensaísta e poeta, compondo “15 estudos e memórias de autores e obras, de figuras e fatos do cenário político nacional e estrangeiro...”. Entre tantos textos de real grandeza e perfeccionismo, deparo-me com conceitos aristotélicos em “A Odisseia e Frei Luís de Sousa”, em que a escritora disserta sobre o seu amplo conhecimento sobre a história da humanidade, comparando a obra trágica de Homero a Frei Luís de Sousa, que conta a tragédia do casamento de D. Madalena, que aguardou por sete anos o retorno de D. João de Portugal, tido ele como morto na batalha de Alcácer-Quibir, juntamente com D. Sebastião; não retornando o marido, casa-se D. Madalena com Manuel de Sousa Coutinho; eles têm a filha Maria, e o preceptor é Telmo Pais, antigo escudeiro de D. João, que ainda espera a sua volta; essa a odisseia de Frei Luís de Sousa que, diferente da de Homero, desonra a mulher que não espera, a mulher que não tece e desfia a manta para Ulisses; embora Penélope aguarde o retorno de Ulisses, não se confina na

solidão, bebe vinho e se alegra, enquanto D. Madalena e o marido Manuel de Sousa Coutinho, sabedores de que D. João vive, após 20 anos de desaparecimento, confinam-se em conventos para purgar o pecado da traição. Trago o poema de Konstantinos Kaváfis (1863-1933) como nobre epílogo ao cântico da história, maravilhosamente descrita por Elizabeth Rennó:

Quando partires em viagem para Ítaca,
Faz votos para que seja longo o caminho,
Pleno de aventuras, pleno de conhecimentos.
Os Lestrigões e os Ciclopes,
O feroz Poseidon, não os temas,
Tais seres em teu caminho jamais encontrarás,
Se teu pensamento é elevado,
se rara Emoção aflora teu espírito e teu corpo.
Os Lestrigões e os Ciclopes,
O irascível Poseidon, não os encontrarás,
Se não os levas em tua alma,
Se tua alma não os ergue diante de ti.
Faz votos de que seja longo o caminho.
Que numerosas sejam as manhãs estivais,
Nas quais, com que prazer, com que alegria,
Entrarás em portos vistos pela primeira vez;
Para em mercados fenícios
E adquiere as belas mercadorias,
Nácares e corais, âmbar e ébanos
E perfumes voluptuosos de toda espécie,
E a maior quantidade possível de voluptuosos perfumes;
Vai a numerosas cidades egípcias,
Aprende, aprende sem cessar dos instruídos.
Guarda sempre Ítaca em teu pensamento.
É teu destino aí chegar.
Mas não apresses absolutamente tua viagem.
É melhor que dure muitos anos
E que, já velho, ancores na ilha,
Rico com tudo que ganhaste no caminho,
Sem esperar que Ítaca te dê riqueza.
Ítaca deu-te a bela viagem.

Sem ela não te porias a caminho.
Nada mais tem a dar-te.
Embora a encontres pobre, Ítaca não te enganou.
Sábio assim como te tornaste, com tanta experiência,
Já deves ter compreendido o que significam as Ítacas.

14. *A aventura poética de Lêdo Ivo* (1985), dissertação de mestrado em Literatura Brasileira – A obra tem prefácio do acadêmico e destacado intelectual brasileiro Antônio Houaiss, que ressalta ser um dos grandes méritos da escritora o fato de ela revelar, de forma exemplar, a continuidade de vida do poeta, que sempre prezou uma vida cronológica quase a vida inteira. Diz Antônio Houaiss: “Lêdo Ivo como que se desculpa de ser só poeta – o que nos enriquece a todos. E isso, Elizabeth Rennó nos mostra sobre-excelentemente”. É o próprio Lêdo Ivo que admite: “meus poemas, reunidos, formam uma autobiografia. Compõem a história de minha vida secreta – uma existência transformada em sinais, que exige uma leitura atenciosa, como a dos códigos e semáforos”. Elizabeth conclui que essas palavras “são a prova maior de que as observações feitas sobre os relacionamentos do autor com os signos que o remetem às suas origens e à busca de sua tonalidade não carecem de fundamentos”. Com pena leve e amorosa, mas profunda, como se escavasse longo túnel da linguagem e da metalinguagem, a mestre convive com Lêdo Ivo e os sonhos que habitam a sua farta e enriquecedora obra, que encanta pela poesia, pela contenção da forma, pela imaginação fértil, pelo arrebatamento que fornece ao grande escritor “os meios para a sua invenção”.

EPÍLOGO

Conheci Elizabeth Rennó, presidente emérita da Afemil, quando partilhei do convívio afável das reuniões daquele sodalício, em que não se desvendam projetos, não se cultivam ambições: reúne-se para tratar de assuntos da arte de escrever. E escrever, como definia Clarice Lispector, “é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu”. Sobressaía uma das inúmeras virtudes de Elizabeth: a humildade para aprender, fortalecendo-se na frase de Rilke: “Ser artista [...] é crescer como árvore que não apressa a sua seiva e resiste, serena, aos grandes ventos da primavera, sem temer que o verão possa não vir. O verão há de vir.

mas só vem para aqueles que sabem esperar, tão sossegados como se tivessem na frente a eternidade”. Os dados biográficos de Elizabeth Rennó bem retratam uma vida plena de lutas, revelando a persistência de um ideal, porquanto o idealista será sempre aquele personagem “nômade entre o céu e a terra: nada o forçará a sonhar com o que não aspira, nem o impedirá de ascender ao seu sonho”. À Elizabeth se aplicam as palavras do filósofo Sócrates: “basta ao homem conhecer a virtude para caminhar para ela, pois o homem só é feliz quando é bom, e só é bom, quando atua com ética e sabedoria”. E nessa jornada, e com esses princípios, a autora presidiu a Academia Mineira de Letras no biênio 2016-2018, uma administradora de pulso forte, determinada e com terna coragem. Uma sonhadora com pés no chão, com inteiro domínio da língua pátria e em eterna vigília pelas letras.

De Elizabeth Rennó pode-se dizer o que diz um verso de Adélia Prado: “Vai ser coxo na vida é maldição pra homem. Mulher é dobrável. Eu sou”. Elizabeth também é.

HENRIQUETA LISBOA OU A MORADA DA POESIA

Reinaldo Marques | Wander Melo Miranda

A obra de Henriqueta Lisboa (1901-1985) ocupa certamente um lugar especial no quadro da literatura brasileira do século xx, embora uma avaliação mais acurada de sua trajetória ainda esteja por fazer, em razão das dificuldades de acesso a seus livros, muitos deles limitados às primeiras edições. A par disso, acrescenta-se a personalidade mais recatada e esquiva da escritora, que procurou fazer do silêncio e da sombra sua morada, conforme ela mesma declara em seu ensaio-depoimento “Poesia: minha profissão de fé”. Com a edição da sua poesia e da sua prosa, publicada pela Editora Peirópolis em 2020, espera-se contornar esses obstáculos, facilitando o acesso do público leitor tanto a sua obra poética quanto a seu pensamento teórico-crítico, consolidado em obra ensaística, de modo a se poder configurar melhor seu lugar e sua contribuição para as nossas letras.

Nessa direção, haverá de se levar em conta também sua atuação como leitora e tradutora de poesia, marcada por traduções refinadas de Dante, Giuseppe Ungaretti, Cesare Pavese, Gabriela Mistral, Jorge Guillén, entre outros, reunidas no volume *Henriqueta Lisboa: poesia traduzida*, publicado em 2001, por ocasião do centenário de seu nascimento, e organizado por Reinaldo Marques e Maria Eneida Victor Farias. Por meio do trabalho da tradução, Henriqueta Lisboa desempenha relevante papel de mediadora cultural, como evidencia sua convivência com a poesia de Gabriela, desdobrada em amizade

pessoal e intelectual. Para uma melhor compreensão desse papel e dessa amizade, é preciso levar em conta o contexto de uma rede de escritoras latino-americanas que, na primeira metade do século xx, já procuram conformar um espaço diferencial da literatura feminina escrita no Cone Sul. Nessa rede, além de Gabriela Mistral, cabe incluir a poeta argentina Alfonsina Storni e as uruguaias Delmira Agustini e Juana de Ibarborou, que de alguma maneira estiveram no horizonte do diálogo intelectual promovido por Henriqueta através do trabalho de tradução, do ensaísmo crítico e do diálogo epistolar.

Como tradutora, Henriqueta transitou por diversas línguas, literaturas e culturas, procurando salvar para a língua portuguesa a poesia de autores clássicos, modernos e contemporâneos, garantindo-lhes uma “sobrevida”, capaz de atrair para eles a fama e a glória. Mas, ao transpor para a língua e literatura brasileira elementos da língua e cultura dos poetas traduzidos, Henriqueta também inscrevia nestas últimas as marcas da nossa língua e cultura, na medida em que não abria mão de sua personalidade artística, não anulava os aspectos criativos na tradução de textos poéticos. Dessa maneira, ela tensionava os limites das línguas, experimentando a estranheza delas, ao mesmo tempo que mobilizava e desestabilizava as identidades literárias nacionais. Isso porque, se procura resgatar, de um lado, as marcas identitárias das línguas e literaturas dos poetas que traduzia, de outro, nelas introduzia elementos da alteridade, da ordem das diferenças linguísticas e culturais, tornando-as estranhas a si mesmas. Com isso, a atividade tradutória de Henriqueta acaba por problematizar o caráter muitas vezes estático e essencialista das identidades linguísticas e literárias, no geral percebidas como circunscritas às fronteiras geográficas de um estado nacional.

Dessa forma, será possível projetar um foco de luz sobre as múltiplas facetas da atividade intelectual de Henriqueta, como poeta, crítica, tradutora e professora. Especialmente se se considerar também sua significativa atividade epistolar, como evidenciam as inúmeras cartas trocadas com poetas, críticos e intelectuais do Brasil e de outros países, guardadas em seu arquivo no Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, como demonstra a publicação de sua correspondência com Mário de Andrade, organizada por Eneida Maria de Souza. Parece razoável aproximá-la, nesse sentido, da grande tradição moderna dos poetas-críticos, em que se inscrevem

Ezra Pound, T. S. Eliot, Octavio Paz, Haroldo de Campos, para citar apenas alguns nomes. Com efeito, ao trabalho de escrever poesia, Henriqueta soube aliar elevado grau de consciência e conhecimento dos problemas teóricos e técnicos envolvidos na operação tanto do fazer poético quanto da tradução, como nos seus ensaios, quase todos voltados para essa questão.

Apreendida no seu conjunto ao longo do tempo, a obra poética de Henriqueta Lisboa denuncia um lento e contínuo processo de incorporação da natureza da poesia e de domínio da técnica do verso. Revela uma meticulosa tomada de consciência de que o elemento subjetivo só pode se objetivar por meio da linguagem – verbal, musical ou plástica. Para ela essas linguagens encontram na poesia sua instância essencial e propulsora. Assim, seu percurso formativo evidencia um paulatino aprendizado, em que se mesclam ingredientes tanto racionais e deliberados quanto intuitivos e próprios à sensibilidade feminina, no sentido de construção de um projeto poético especial. Nesse sentido, são significativas suas escolhas de leitura, com preferência pelos clássicos da língua portuguesa, por simbolistas franceses, românticos ingleses, místicos espanhóis e poetas modernos, como Mário e Drummond, Ungaretti e Jorge Guillén. A eles se somam também Dante, Leopardi, Hölderlin, Rilke, Tagore, entre outros. À leitura desses autores importantes para sua formação soube a poeta agregar o estudo de outros idiomas, o contato com novos poetas, a atenção à expressão vocabular, procedimentos e hábitos valiosos no sentido do domínio da técnica poética.

Significativa para sua formação foi a maneira como incorporou na sua poesia a renovação proposta pela Semana de Arte Moderna de 1922, em especial a consciência do “direito permanente à pesquisa estética”, que nela se ativa sem modismos de escola, mas em direção a novas experiências da poesia moderna, especialmente no que concerne à experimentação com a palavra, o que lhe facilitou a transição do entorno simbolista original de sua poesia para uma dicção mais própria à sua época, sem no entanto abrir mão das potencialidades poéticas do símbolo. Diz Henriqueta:

Sem ruptura de convicções já arraigadas e sem deixar de ser fiel a mim mesma, senti que o desenvolvimento de novas experiências nos levaria a uma provável evolução. De fato, o Movimento Modernista superou

as normas estabelecidas através do espírito de abertura, tão favorável à criatividade. Fui indo devagar e beneficiei-me de algumas sugestões propostas, ainda hoje vigentes.

Nessa transição contou com a orientação provocativa e estimulante de Mário de Andrade, que sempre a alertou sobre o viés discursivo, o tom sentimental, pedagógico e moralizante em que sua poesia costumava cair. Com sua inteligência e espírito aberto a todas as manifestações da arte e da poesia, Mário aguçou em Henriqueta uma atenção maior para com a palavra e a experimentação com o verso, merecendo o apreço e a amizade da poeta mineira, que tinha nele um mestre:

Mário de Andrade foi a maior surpresa que me proporcionou o mundo das letras. Ele reunia na fascinante personalidade uma inteligência superior, uma sensibilidade privilegiada, uma cultura abrangente, um coração generoso, um espírito aberto a todas as manifestações da arte, da poesia e dos afetos humanos. Tinha alegria e gravidade, a um tempo.

Não sem razão, sentiu e acusou profundamente a perda de seu mais importante interlocutor – e amigo –, dedicando à sua memória os poemas de *A face lívida*.

Borboleta da morte
em sorvo
pousada à flor dos lábios
calados
calados.

Esse encontro com a estética modernista e a forma singular como dela se apropriou, sem fazer disso a senha identitária de sua poesia, ajudam a explicar a dificuldade de se rotular a poesia de Henriqueta em termos de estilos e escolas, de reduzi-la a uma influência única e determinante. Com efeito, em seus primeiros trabalhos, se nota a predominância da expressividade romântica aliada a um apego formal, como mostram alguns poemas de *Enternecimento* e *Velário*, marcados pelo tom sentimental no canto do amor e da ânsia de viver, ou pelo misticismo e pela religiosidade expressos através da meia-luz e do recurso aos símbolos. É o que se pode constatar na ênfase conferida ao

eu nos seguintes versos do poema “Valor”, em *Velário*: “Quero acender minha lâmpada / nas profundezas da terra, / para os céus iluminar”. Ou nestes, do poema “Hora”, de *Enternecimento*: “Quero viver, sentir num turbilhão / dentro do pensamento a certeza deste eu”. Nesses versos em que já se percebe a tensão estruturante entre o sentir e o pensar que atravessa a poesia de Henriqueta Lisboa.

O apreço ao caráter simbólico, temperado pela musicalidade do ritmo, está presente em *Prisioneira da noite*, mas assinalando um avanço em termos de liberdade do verso e domínio da palavra. Mas o que aí chama a atenção é o recurso a contundentes imagens da natureza – uma constante definidora da sua poética, afetada pela imanência das coisas – como forma de expressão de um pensamento que tenta captar um eu instável, resistente ao pensar, como nas imagens contidas nesta estrofe do poema “Prisioneira da noite”, que abre o livro homônimo:

A noite me adormenta com suas flautas esflorando veludos de pêssego,
a noite me enerva com suas grandes corolas desmaiadas nos caules,
vejo madressilvas com os pequenos dentes de pérola sorrindo enlaçadas
[aos troncos fortes,
e o frio da noite é um desejo de faces aconchegadas,
e há tepidez nas grotas verde-negras, tão próximas...

Nesse percurso, *O menino poeta* avança o tema da infância já renunciado no livro anterior, destacando-se por um tratamento lúdico e experimental da palavra, sem nenhuma intenção moralizadora ou didática. Num poema como “Caixinha de música”, o sentido se aloja todo num jogo primoroso com as palavras e o ritmo, evidenciando uma tomada de consciência da importância do significante, da materialidade da linguagem na fatura poética. Sinaliza a imanência do poema, cujo significado imaterial e transcendente só pode ser acessado por sua forma e organização material, como já demonstra a primeira estrofe:

Pipa pinga
pinto pia.
Chuva clara
como o dia
– de cristal.

Passarinhos
campainhas
colherinhas
de metal.

Com *A face lívida*, entretanto, a trajetória de Henriqueta em direção ao domínio mais apurado da técnica poética se acelera, quer em termos temáticos, ao se confrontar com o enigma da morte – seu tema predileto –, quer pelo uso peculiar do símbolo, liberando-o de marcas do simbolismo escolarizado. No dístico final do poema “Cantarei a noite e o mar” – “Ó Noite, ó Mar, revelação / de Deus Único e Numeroso!” –, a dimensão simbólica de noite e mar, longe de afirmar o caráter unitário e abstrato do símbolo, o associa a um Deus que, paradoxalmente, é único e numeroso, indiciando o uno como multiplicidade. Já se confirma um traço que se tornará marcante na obra poética de Henriqueta: uma abertura para múltiplas manifestações da poesia, bebendo em diferentes fontes e tradições poéticas, sem se fixar numa escola, num estilo ou tradição única.

Nesse percurso, algumas persistências vão delineando certas marcas de seu projeto poético, movido por linhas de forças contraditórias. De um lado, uma força em busca da transcendência, conferindo uma visada metafísica à poesia pela busca de um plano sobrenatural, para além dos fenômenos, alimentada pela leitura de pensadores como Henri Brémond, Jacques Maritain, Jules Monnerot, H. K. Chesterton, Alceu Amoroso Lima, Pe. Orlando Vilela; de outro, uma força em direção à imanência, ao mundo das forças da natureza, única via de acesso ao mundo suprasensível, incrementada pelo contato com obras de Paul Valéry, T. S. Eliot, Jean-Paul Sartre, Octavio Paz. A propósito, Ángel Crespo nota a presença do “eterno” e do “efêmero” como tese e antítese que se desdobram em variadas sínteses na poesia de Henriqueta, viabilizadas pelo símbolo, como marca de uma poesia idealista a princípio. Trata-se, para ele, de uma poesia que se esquia a uma posição monista e unilateral, marcada por dualismos que sustentam as sínteses entre forma e matéria, palavra e silêncio. Uma poesia cujos poemas se configuram como “imagens unitárias, símbolos eficazes e autossuficientes”, a exemplo de “Canoa”, “Arte” e “Restauradora”, este último lembrado pelos versos famosos que abrem o poema: “A morte é limpa. / Cruel mas limpa”.

Com a publicação de sua poesia e prosa, talvez seja possível lançar novos olhares críticos sobre a poesia de Henriqueta, a partir de teorias mais contemporâneas, capazes de deslocar certas interpretações já estabelecidas. Sobretudo ao se atentar para a forte presença da natureza na sua poesia, em direção a uma ecologia do sentido, ainda não explorada pela crítica. Mas a tensão paradoxal entre transcendência e imanência se manifesta em obras que vão no sentido de particularidades históricas, como indicam seus livros dedicados a figuras da história de Minas Gerais, bem como em busca de uma essência transcendente da vida, situada no âmbito místico e religioso. Em *Madrinha Lua*, figuras e episódios singulares da história e do imaginário mineiros são elevados à esfera do poético, ganhando conotações coletivas, universais, a exemplo de versos do “Romance do Aleijadinho”:

– Mais que volutas, rosáceas,
mais do que as flamas e as curvas
flexuosas dos meus delírios,
em segredo amei as virgens
de leves túnicas brancas,
formas essenciais do sonho
que fez de meu corpo uma alma.
E mais do que os rijos músculos
desses guerreiros que atroam
nuvens e ares com trombetas,
amei a graça e a doçura
dos anjos, dos rufos de asas,
a delicadeza em flor
das crianças que não me amaram.

Da mesma forma, em *Montanha viva: Caraça*, a paisagem montanhosa de Minas ganha vida e se individualiza em figuras como Irmão Lourenço, Irmão Freitas e São Pio Mártir, dissolvidas em meio a uma natureza exuberante de águas, pedras e flores:

E esse favo de mel com zumbidos antigos,
e esse tufo de orquídeas em rapto,
e a água que escorre nos desenhos do vento?

Às mãos poderosas do Artista,
soa em plenitude o canto.
(Nos seus recônditos freme
a selva. E são vivas clareiras)
O canto que jamais se ouvira.
Do bojo seco da matéria
para as madrugadas do éter.

Por fim, *Belo Horizonte bem querer* canta personagens da fundação da nova capital mineira, planejada com régua e esquadro, como expressão primeira da racionalidade republicana, buscando impor ordem à natureza, abrindo espaço entre o mato e a velha capital, Ouro Preto, barroca demais para os novos ideais que se impunham:

O trono cai. Viva a República!
Abaixo o nome desse burgo
chamado de “Curral del Rei”
à falta de melhor batismo.
Já no clube Republicano
vai José Carlos Vaz de Melo
propor e expor alternativa.
Mas o nome predestinado
ocorre a mestre Luis Daniel.
E o que decreta João Pinheiro
(calendário doze de abril
mil oitocentos e noventa)
nos enternece por decreto
de devoção amor orgulho
e tudo mais: Belo Horizonte.

A esses livros, que reconfiguram poeticamente uma realidade histórica, conferindo-lhe certa dimensão universal, ligam-se as obras voltadas para uma reflexão refinada sobre o ser e o não-ser da poesia, expressão da etapa mais madura da poeta no que concerne ao domínio da técnica poética e da compreensão da poesia, como mostram *Além da imagem*, *O alvo humano*, *Miradouro*, *Celebração dos elementos e Pousada do ser*:

“A técnica inclui uma série de especulações, experiências e processos; não é definível nem definitiva, nem mesmo para cada indivíduo; varia de acordo com o tema e com a motivação; arregimenta o vocábulo, o ritmo, a melodia, a harmonia, o timbre, o segmentar do verso e da estrofe; recolhe e fixa a imagem como palpitação de vida; quer o transparente e não deve transparecer; é uma aventura que se renova de cada vez”, esclarece Henriqueta.

Por isso a morada da poesia é de ordem bem diversa, como indicam as palavras de Donald Schüler a respeito de *Pousada do ser*: “pousada como um contorno fluído sem piso, nem teto, nem esquadrias. Quem viu acenos do repouso, sofreu sedução de miragem. Como os horizontes, a bem-aventurança recua, deixando insaciada a sede”. Dedicada às reverberações e aos sentidos do humano, a morada da poesia arquitetada por Henriqueta refaz sem sossego, mas com delicadeza incomum, os laços rompidos entre “a humanidade e a natureza”, a emoção e a razão, o sentir e o pensar.

HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA-DINIZ

Antonio Anastasia

ORIGENS E FORMAÇÃO

Maio de 1932, Paraíba. Um ano e meio antes, o Brasil havia passado pelo maior movimento político de sua história até então: a Revolução de 30. Após anos de instabilidade política, a República Velha dava lugar ao Governo Provisório, resultante da deposição do presidente Washington Luís, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, candidato derrotado no pleito eleitoral de 1930, mas vitorioso pela força das armas, fruto de um movimento militar revolucionário.

O Estado da Paraíba teve um papel de imenso destaque nesse período. Ao lado de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio, na denominada Aliança Liberal. O candidato a vice-presidente da República, na chapa de Getúlio, era o seu líder político e presidente do estado, João Pessoa, autor de célebre resposta quando indagado se a Paraíba apoiaria o candidato oficial, Júlio Prestes de Albuquerque: “Nego!”. Essa resposta, aliás, está indelevelmente gravada na bandeira da Paraíba.

E foi o assassinato deste mesmo João Pessoa, ocorrido em Recife, em julho de 1930, o estopim para a deflagração do movimento revolucionário, que culminou com o Governo Provisório.

Todavia, já em maio de 1932, grassava forte insatisfação com a situação política nacional, tendo em vista a lentidão no retorno à

normalidade democrática. Especialmente os setores urbanos de classe média, que muito apoiaram a revolução, estavam descontentes, concentrando-se em São Paulo o foco maior das tensões. Assim, não foi grande surpresa o início do movimento armado paulista, em julho de 1932, contra o governo central, a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo.

E foi exatamente nesse ambiente inflamado, que, em 16 de maio de 1932, nascia em Campina Grande, Paraíba, Hindemburgo Chateaubriand Pereira-Diniz, filho de Antonio Pereira-Diniz, então prefeito de Campina Grande, à época a maior cidade do interior de todo o Nordeste brasileiro, e de Maria das Neves Chateaubriand Diniz. Tanto a família paterna quanto a materna eram formadas por pessoas muito ilustres, representando a elite política, cultural e econômica de então. Era seu primo e afilhado de seu avô materno o já poderoso Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, que em poucos anos viria a ser o dono da maior rede de comunicação do Brasil, os Diários Associados, um conglomerado de jornais, rádios, canais de televisão e revistas, que por décadas influenciou, de modo decisivo, a história do Brasil.

Aos dois anos de idade, o jovem Hindemburgo, cujo nome homenageava o notável homem público alemão, então presidente da Alemanha, Von Hindenburg, mudou-se para a capital do estado, a cidade de João Pessoa (anteriormente Cidade da Parahyba), assim denominada em memória do líder recém-falecido, onde seu pai havia sido nomeado prefeito, na sequência de uma importante carreira política, que logo o levaria ao Rio de Janeiro como deputado federal.

Em João Pessoa, o jovem Hindemburgo iniciou os seus estudos, concluindo a sua formação de nível médio no renomado Ginásio Marista.

Aos 18 anos, Hindemburgo segue o seu pai, eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), para o Rio de Janeiro, a então capital da República, onde cursaria Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, graduando-se em 1954.

RIO DE JANEIRO

A mesma efervescência política que presidiu o seu nascimento em 1932 estava novamente presente nesses primeiros anos no Rio de Janeiro. Hindemburgo foi testemunha privilegiada dos graves acontecimentos

do segundo mandato do presidente Vargas (1951-1954), não só em razão da atividade política de seu pai, destacado deputado federal da UDN, em oposição ao governo, mas sobretudo em virtude de sua própria experiência política, iniciada ainda muito jovem, quando é convidado para atuar no gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, o seu conterrâneo José Américo de Almeida, um dos mais importantes políticos brasileiros do século passado, a par de grande literato.

Nesse ministério, Hindemburgo acompanhou outros dois ministros de Estado, o mineiro Lucas Lopes e o carioca Rodrigo Octávio Jordão Ramos, bem como assistiu, com muita proximidade, aos eventos ocorridos entre 1954 e 1955 (suicídio de Vargas, deposição de Café Filho e de Carlos Luz e eleição de Juscelino Kubitschek). Por sua amizade com Lucas Lopes e, em especial, com Carlos Murilo Felício dos Santos, primo e principal assessor de JK, Hindemburgo aproximou-se muito de Juscelino e, a despeito de sua origem udenista, tornou-se um entusiasta de seu governo, marcado pelo desenvolvimento e progresso.

Nessa fase, ainda no Rio de Janeiro, Hindemburgo faz, em 1956, curso de especialização na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organismo de estudos econômicos das Nações Unidas para a América Latina, bem como exerce as funções de advogado de Furnas e de procurador federal do então Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, uma das autarquias predecessoras do atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

BRASÍLIA

Seguindo os ideais de desenvolvimento de JK e em função de seu cargo de procurador federal, Hindemburgo muda-se para Brasília antes mesmo da inauguração da nova capital federal. Nesse momento, sua vinculação a Minas Gerais, já sólida em razão da proximidade com JK, com o ministro Lucas Lopes e da amizade fraterna com Carlos Murilo Felício dos Santos, adensa-se de modo especial com o namoro e posterior casamento com a jovem Maria Regina (Gigi), filha de Israel Pinheiro, um dos mais importantes políticos de Minas Gerais, filho do ex-presidente do estado João Pinheiro e então responsável pela construção de Brasília.

Um dos fatos importantes de Brasília, antes de sua inauguração, foi exatamente o casamento de Hindemburgo e Gigi, celebrado pelo cardeal D. Carmelo Mota, na primeira capela construída em Brasília

e ainda hoje em pleno uso pela comunidade católica do Distrito Federal, consagrada a Nossa Senhora de Fátima, na Quadra 107 Sul. JK e a primeira-dama, D. Sarah, foram padrinhos do casamento.

Hindemburgo, em Brasília, a par de suas funções como procurador federal, iniciou também a sua fecunda atividade como jornalista, nos Associados, e assumiu, ainda, a direção do Partido Social Democrático (PSD), partido de Juscelino, no Distrito Federal. Aliás, Hindemburgo também assumiu a coordenação da campanha presidencial de Juscelino para as eleições de 1965, sob o famoso *slogan* “JK 65”!

O movimento militar de 1964 levaria a uma reviravolta na vida de todos esses personagens. JK foi cassado e Israel Pinheiro, assim, se candidata ao governo de Minas, nas eleições de 1965, pelo PSD, obtendo expressiva vitória.

Convidado pelo sogro, Hindemburgo rumo para Belo Horizonte, onde iniciaria nova fase em sua vida.

MINAS GERAIS

Hindemburgo chega a Belo Horizonte em 1966. Cotado para secretário de Estado, por sugestão do próprio JK, não é nomeado para o cargo por Israel, em virtude do parentesco. Mas assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), até então uma instituição pequena e com poucos recursos. Graças ao seu empenho e criatividade na identificação de ativos patrimoniais, alavanca o banco, tornando-o referência nacional entre os bancos de fomento, em estreita parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), inclusive com a construção de sua sede própria, o edifício da Rua da Bahia, ainda hoje, decorridos 50 anos de sua inauguração, um ícone arquitetônico da capital mineira. Em conjunto com outros dirigentes nacionais de bancos de fomento, criou a Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e também a presidiu.

É também de sua iniciativa a instituição da Fundação João Pinheiro, entidade de planejamento e pesquisa do Estado, que presidiu por dois períodos. Exerceu, ainda a coordenação estadual do Projeto Rondon e retornou à presidência do BDMG em 1991. Nesse período, também presidiu a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, a Alide, sendo o único brasileiro a exercer a presidência da Federação Mundial de Desenvolvimento.

No período entre 1971 e 1981, foi sua ideia a instalação de uma moderna e pioneira fábrica de semicondutores no Brasil, que seria a primeira do hemisfério sul. Assim, a Transit foi criada em Montes Claros.

Durante os anos em Minas Gerais, Hindemburgo assumiu importante protagonismo político, econômico, cultural e social. No exercício de suas funções governamentais, na presidência do BDMG e da Fundação João Pinheiro, foi o responsável por iniciativas fundamentais para o desenvolvimento do Estado. Entre elas, cita-se o I Diagnóstico da Economia Mineira e o Curso Superior de Administração Pública, ambas ações que rendem frutos e consequências positivas até os dias de hoje, a par de outras tantas relevantes ações.

Ademais, voltou ao exercício da atividade jornalística, não somente mediante artigos periódicos na imprensa regional e na nacional, mas também por assumir a direção do conselho consultivo dos Diários Associados.

Em 1991, casa-se em segundas núpcias com Glorinha Pereira-Diniz, sua dedicada atual esposa.

LITERATURA

A partir de sua mudança para Minas Gerais, que já perfaz mais de 50 anos, Hindemburgo, como já dito acima, manteve a sua atividade jornalística, não só na redação de artigos para a imprensa mas também na direção de órgãos de comunicação.

De outra parte, dando vazão à sua veia literária, iniciou uma fértil carreira de escritor, conjugando o seu amplo conhecimento da língua portuguesa à sua invejável cultura geral e, sobretudo, à sua rica trajetória e experiência no mundo político e no empresarial.

Nesse contexto, surge a sua primeira obra, editada em 1982: *Uma sentença de morte: multinacionais e abuso de poder*. No livro, Hindemburgo relata, com imensa precisão de dados e fatos, a sua singular experiência na criação da inédita fábrica de componentes eletrônicos no Brasil, ação pioneira, como já dito, em todo o hemisfério sul. Por certo, uma iniciativa com esse escopo enfrentaria dificuldades, incompreensões e, em especial, resistências cíclicas, advindas de setores monopolistas, que se sentiram ameaçados pela concorrência. O mais curioso é que a dita “sentença de morte” decorreu do próprio governo federal da época, que não se empenhou em nada em prol da tecnologia nacional. Ao contrário, submeteu-se a interesses internacionais.

Toda essa instigante trama é magistralmente relatada nesse seu livro de estreia nas artes literárias.

Em 1984, Hindemburgo lança o seu segundo livro: *A monarquia presidencial*. Nessa obra, talvez o mais conhecido e referendado de seus livros, descortina-se todo um panorama do perfil do sistema político brasileiro, com as mazelas do nosso regime presidencialista, suas características, pontos fortes e fracos, em um trabalho de fôlego, que envolveu longa pesquisa de direito constitucional comparado, a par de uma avaliação de cenários alternativos para o quadro brasileiro, em especial por meio da adoção do regime parlamentarista.

A seguir, Hindemburgo, já no início deste século, lança quatro obras também de referência: *Financiamento do progresso, importância da tecnologia: o papel do Estado*; *BDMG: histórico e desafios*; *Ciência e tecnologia: origem, evolução e perspectivas* e *Federação hemiplégica e semidemocracia: a realidade do Brasil*.

Em todas essas obras, Hindemburgo alia o seu profundo conhecimento de ciência e tecnologia, que o levou a criar a Transit, a sua crença de que o futuro do país repousa nesse binômio, bem como ao seu também amplo domínio sobre as questões de ciência política e direito constitucional, debatendo os aspectos principais da realidade política brasileira, com ênfase no tema da forma de Estado e no sistema de governo.

Nas duas distintas áreas, a sua contribuição é notável.

E exatamente pelo reconhecimento de seu mérito literário e por toda a sua trajetória de personalidade pública tão importante no Estado e no país, Hindemburgo é eleito para a Academia Mineira de Letras, em 2004, onde ocupa a Cadeira 20 (patrono: Artur Lobo; fundador: Franklin de Magalhães), sendo seus antecessores os ilustres Emílio Moura, Wilson Melo da Silva e Ariosvaldo de Campos Pires.

PERSONALIDADE

Todavia, este breve relato sobre Hindemburgo Chateaubriand Pereira-Diniz ficaria incompleto sem uma palavra sobre a sua dimensão humana.

Não restam dúvidas sobre a sua vitoriosa e frutífera carreira no setor público e na literatura, mas impende o registro de sua singular personalidade, com o seu estilo próprio, tão característico.

Podemos dizer, sem temer engano, que Hindemburgo é uma força da natureza: alta energia aliada a inteligência e capacidade de liderança!

Eu o conheci em 1985, recém-ingressado nos quadros da Fundação João Pinheiro, quando ele passou a exercer pela segunda vez a direção daquela instituição de planejamento do Estado de Minas Gerais. Ainda muito jovem, formado há apenas dois anos, confesso que tive um grande impacto com esse convívio. No início, naturalmente tímido e receoso, diante de uma pessoa tão reconhecida e celebrada, tendo sido inclusive o instituidor da fundação e seu primeiro presidente. Sua fama o antecedia: exigente, com voz firme de comando, criativo, espírito inquieto e até provocativo!

Posso afirmar que ninguém fica imune à sua personalidade, quando convive com ele... Polêmico e firme em suas posições, herdou a coragem de seus antepassados nordestinos, acostumados às agruras do sertão. Mas se aclimatou, pelo menos um pouco, ao estilo conciliador dos mineiros.

Sua cultura geral e a rápida inteligência, aliadas a uma invejável capacidade verbal, me conquistaram de imediato. Ademais, sempre estimulou jovens aos estudos e à carreira pública. Tive a sorte de ser um desses seus pupilos!

A partir de então, tornamo-nos amigos, a despeito de certa diferença de idade. Com ele aprendi demais. Não somente história, economia, direito, mas sobretudo capacidade de liderança, espírito cívico e lealdade.

A vida nos permitiu muitos desafios, aventuras e iniciativas juntos e, agora, honrado com esse convite da Academia Mineira de Letras, tenho a oportunidade de gravar, neste depoimento, o meu sentimento imenso de admiração e amizade por esse homem tão especial.

Concluo com as palavras de Hindemburgo ao encerrar o seu discurso de posse nesta veneranda Academia de Letras:

Assim é Minas, serena na sua grandeza, comedida, prudente e generosa, talvez a mais brasileira das províncias do Brasil. A excepcionalidade de Minas não se situa apenas na sua capacidade de identificar soluções, mas na contribuição para efetivá-las, sem ofender vaidades, como providências de interesse comum, originárias da conveniência de todos.

Está na própria mineiridade, que é um modo de existir, mas sobretudo, uma arte de ação. Acredito em Minas, em nosso futuro. Teimo em ser otimista porque faz bem ao meu espírito a fé que alegra a existência e embeleza o suor do trabalho com as cores da esperança.

Esta é grande lição deste paraibano renascido mineiro: o amor por Minas Gerais, que semeou por onde esteve e com que contaminou, de modo tão belo, tantas e tantas pessoas...

IBRAHIM ABI-ACKEL

Marina Camisasca

Nascido em 2 de março de 1926, na cidade de Manhumirim, no interior de Minas Gerais, Ibrahim Abi-Ackel é o primeiro filho, de uma prole de sete, do casal Melhim Abi-Ackel e Maria Bracks Abi-Ackel, ambos descendentes de libaneses. Viveu sua infância nos anos 1930, período em que o número de instituições de ensino existentes no país era bastante reduzido. Nem todas as cidades do interior possuíam escolas do que atualmente corresponde ao período que vai do sexto ao nono ano do chamado ensino fundamental, à época conhecido como ginásio. Mais raros ainda eram os municípios com colégios de ensino médio, então conhecido como científico. Manhumirim era um deles, ainda sem ginásio nem científico. Como a família Abi-Ackel desejava que sua prole continuasse os estudos, optou por se mudar para a vizinha Manhuaçu, onde o senhor Melhim tinha muitas ligações, em especial com um tio, que morava na cidade. Ibrahim passou então a estudar no Instituto Ginásial de Manhuaçu, escola tradicional, de disciplina rigorosa. Já para cursar o científico, o primogênito da família Abi-Ackel precisou se mudar para o Rio de Janeiro, então capital do país, onde, em seguida, em 1946, aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

No período em que foi estudante de Direito participou de concurso de monografias, patrocinado pelo centro acadêmico de sua faculdade, em comemoração do centenário do nascimento de Rui Barbosa. Ganhou

o primeiro lugar com a monografia “Rui e o civilismo” e foi agraciado com prêmios da *Revista Brasileira de Criminologia* e da Livraria Freitas Bastos. Nesse momento, foi também colaborador permanente da revista *A Cigarra*, dos Diários Associados, sendo responsável pela seção “Uma história verídica”. Integrou ainda, com um de seus contos, a *Antologia de contos de escritores novos do Brasil*, que então se organizava.

Além de ter o dom da escrita e ser amante dos livros, o acadêmico Ibrahim já se destacava como um bom orador e se inclinava para a política. Participou ativamente do diretório acadêmico de seu curso, ocupando o cargo de secretário geral, depois de o grupo que tinha organizado vencer uma disputada eleição. O jovem ingressou ainda na ala moça do Partido Social Democrata (PSD), partido fundado pouco antes, em 1945. Nesse momento conheceu alguns políticos do PSD, entre os quais o então deputado federal Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Após a formatura, no ano de 1950, Ibrahim optou por voltar para Manhuaçu para viver com a família e passou a advogar por toda a região. Logo se tornou bastante conhecido pelos bons serviços advocatícios prestados, com excelente oratória perante o tribunal do júri. Nesse período, casou-se com a jovem Jacéa, garota carioca que conheceu nos tempos em que estudou no Rio de Janeiro. O casal teve dois filhos: Eliane e Paulo. Foi também na década de 1950, que, além de continuar exercendo a profissão de advogado, o jovem passou a pertencer aos quadros do PSD de Manhuaçu. O partido não tinha muita força na região, e, dos 15 vereadores da câmara municipal da cidade, em 1954, cinco eram do Partido Republicano (PR), cinco da União Democrática Nacional (UDN) e cinco do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (PEREIRA, 2014, p. 68). O PSD não tinha representantes. Nesse mesmo ano, ocorreriam eleições municipais, e Ibrahim foi lançado pelo PSD como candidato. Saiu vencedor e tornou-se, em 1955, vereador do município de Manhuaçu, cargo que ocupou até janeiro de 1959. Nesse momento, Ibrahim Abi-Ackel trabalhou ativamente em campanhas políticas de candidatos do PSD a cargos executivos, principalmente nas de prefeitos do interior mineiro. Atuou intensamente também na campanha de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais ocorridas em 1955. Juscelino, que já havia sido governador de Minas Gerais, saiu vitorioso e chefou o país entre os anos de 1956 e 1960, quando, entre outros feitos, construiu a nova capital do país, Brasília.

Depois que Amintas de Barros, seu correligionário do PSD, elegeu-se prefeito da capital mineira, Ibrahim foi chamado para assumir o cargo de procurador-geral da Prefeitura de Belo Horizonte, devido a sua intensa e destacada atuação como advogado. Nesse momento de sua vida, a política já caminhava junto com a advocacia. Com 33 anos de idade, havia cuidado de questões jurídicas da família de Amintas de Barros, que morava em Divino, cidade localizada entre Carangola e Manhuaçu. Por conhecer de perto seu trabalho, o então prefeito o convidou para o cargo em Belo Horizonte, devido à saída do advogado Tardieu Pereira. Ibrahim mudou-se, então, com a família, para Belo Horizonte. Seu escritório em Manhuaçu foi confiado ao colega José Geraldo Grossi. Ele assumiu o cargo de procurador-geral em fevereiro de 1960 e, durante dois anos, chefou um grupo de profissionais de alto nível, entre os quais renomados professores de Direito.

Esse período foi de intenso trabalho na procuradoria da prefeitura para a solução de questões como a privatização do Iate Clube, os acordos com os denominados “barraqueiros” do Mercado Municipal e o mandado de segurança impetrado pelas chamadas classes produtoras contra o então recém-criado código tributário da cidade. Como procurador-geral, contestou o mandado e ganhou a causa, o que foi muito importante para Belo Horizonte, que a partir daí adquiriu autonomia fiscal e de rendas.

A passagem pela procuradoria foi curta, pois Ibrahim tinha planos de se lançar novamente a um cargo eletivo. Assim, em 1962, candidatou-se pelo PSD, pela primeira vez, à cadeira de deputado estadual em Minas Gerais. A campanha foi dura, e Abi-Ackel foi eleito como suplente, mas logo foi instituído um rodízio de licenças na bancada, e ele pôde exercer o mandato. Em 1966, com a posse do deputado Pio Canedo como vice-governador do estado, Ibrahim ocupou definitivamente o cargo.

No ano de 1964, meses após o golpe civil-militar que destituiu o presidente da República João Goulart (1961-1964), Ibrahim, como deputado estadual, apresentou à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) o importante Projeto de Lei n.º 873/64, que tratava da obrigatoriedade de o estado mineiro oferecer oportunidade de trabalho e ensino nas cadeias públicas. O projeto se tornou lei de mesmo número, que foi publicada em 17 de junho de 1964. Após a sua edição, nenhuma cadeia em Minas Gerais seria edificada, reformada

ou ampliada sem possuir sala de aula e local para o trabalho artesanal, com tamanho apropriado à respectiva lotação. O estado também não poderia construir cadeias sem espaço adequado para o trabalho agrícola dos presos. Além disso, uma comissão deveria ser nomeada para “elaborar o regulamento de trabalho para os presidiários, no qual deverão ser também fixadas medidas de higienização da vida carcerária” (art. 13 da Lei n.º 873 de 17/06/1964 *apud* PEREIRA, 2014, p. 106).

No ano de 1966, Abi-Ackel tornou-se, na ALMG, o líder da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado havia pouco pelo regime militar, que, em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional n.º 2, instituiu o bipartidarismo no país. Além da Arena, foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido para o qual migraram muitos políticos pessedistas. Abi-Ackel, não sem antes manifestar grande oposição à adoção do bipartidarismo, optou pela Arena, em apoio ao governador então recém-eleito em Minas Gerais, Israel Pinheiro, também do PSD, que havia se filiado ao mesmo partido.

A sua atuação como deputado estadual se estendeu por mais dois mandatos, de 1967 a 1971 e de 1971 a 1975. Nas eleições ocorridas em 1966, foi o quarto deputado mais votado no estado e, em seu segundo mandato, atuou com a preocupação de garantir condições de governabilidade a Israel Pinheiro, já que o país vivia sob um regime de exceção. A conjuntura não era favorável ao governador eleito, que viu os recursos de Minas Gerais minguarem. Apesar da escassez de verbas, Israel Pinheiro criou a Fundação João Pinheiro e a Fundação Clóvis Salgado, construiu o Palácio das Artes e conseguiu injetar recursos em várias instituições de arte em toda Minas Gerais.

Ibrahim Abi-Ackel também realizou tarefa importante ao adaptar a Constituição de 1967, imposta pelos militares, à realidade do estado de Minas Gerais. Nesse período, foi ainda o redator do primeiro Estatuto do Magistério, que forneceu as bases para o estabelecimento da carreira de milhares de professores no estado. Em favor da educação, em todo o período que atuou como deputado estadual, apoiou a construção de diversas escolas em cidades mineiras.

Em 1969, dois anos depois da formatação da Constituição, o governo federal elaborou um documento conhecido como Emenda, que alterava em muitos preceitos a Constituição de 1967. Novamente Abi-Ackel, juntamente com o deputado Bonifácio José Tamm de Andrada, se incumbiu da missão de adaptar a referida emenda à

Constituição estadual. Em 1970, o político mais uma vez conquistou a liderança da Arena na ALMG. Esse era o último ano do governo de Israel Pinheiro e, na Assembleia Legislativa, Abi-Ackel liderou votações polêmicas, como a da paridade entre o mandato do governador e o do presidente da República, o que, na prática, alteraria o tempo de mandato do futuro governador de quatro para cinco anos. Nesse mesmo ano, Abi-Ackel foi reeleito deputado estadual, e, por seu grande conhecimento como jurista, questões que exigiam análises jurídicas passaram a ser cada vez mais encaminhadas a ele.

Em 1974, decidiu candidatar-se a deputado federal, em um momento em que a Arena enfrentava situação complicada, de muita oposição, e em que o próprio político defendia a sua extinção. Foi eleito, sendo bem recebido na Câmara dos Deputados pelo líder do governo, José Bonifácio Lafayette de Andrada, ex-membro da UDN. Esse último o encarregou de fazer a relatoria de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o sistema carcerário brasileiro, que fora presidida por José Bonifácio Neto, deputado pelo MDB. O relatório elaborado por Abi-Ackel foi aprovado sem emendas pela comissão e pelo plenário da Câmara e, posteriormente, foi publicado com o título “Novas dimensões da pena”. O texto foi considerado por René Ariel Dotti, professor titular de Direito Penal e membro da Associação Internacional de Direito Penal, “o documento oficial mais importante da história do sistema penitenciário brasileiro. Graças ao seu rigor científico e à veracidade das suas conclusões, o relatório desvendou a face oculta do condenado mundo das prisões” (PEREIRA, 2014, p. 162). A maior autoridade no assunto, o professor José Frederico Marques, também teceu elogios ao texto (ABI-ACKEL, 2021).

A partir desse relatório, Ibrahim ganhou o respeito e o reconhecimento de seus colegas deputados. Tornou-se vice-líder do governo na Câmara e foi incumbido por José Bonifácio de Andrada de fazer, em plenário, a defesa de todos os projetos de lei enviados pelo governo. Para isso, em todas as sessões, Abi-Ackel ficava na primeira fila rebatendo as críticas. Além disso, passou a exercer atividades de interesse da Casa Civil e do Ministério da Justiça, sob orientação de José Bonifácio (ABI-ACKEL, 2021).

Naquele período, o presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) prometia iniciar o processo de distensão política, que ocorreria de forma lenta, gradual e segura. No decurso de seu mandato, Geisel manteve a política de abertura com frequentes reafirmações de sua

autoridade e seu controle sobre o processo em curso. A violência contra os opositores ao regime não cessou. Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nos porões do DOI-Codi paulista e, meses depois, em 17 de janeiro de 1976, o metalúrgico Manoel Fiel Filho foi morto no mesmo local. Nos dois casos, a polícia alegou ter sido suicídio, e foi grande a repercussão. Nesse momento, boa parte da sociedade se mostrava insatisfeita com o regime militar, e a missa de sétimo dia de Vladimir Herzog acabou se tornando a primeira manifestação política de envergadura contra o governo. A economia também não ia bem, o período do “milagre econômico” havia terminado, e o governo, apesar da distensão, mantinha, além da violência contra opositores, a política de cassação de mandatos de deputados e senadores.

Em 1978, Abi-Ackel se candidatou novamente ao cargo de deputado federal e foi reeleito com número expressivo de votos, sendo um dos deputados mais votados de Minas Gerais. No segundo mandato, iniciado em 1979, o deputado continuou defendendo o fim da Arena. Nesse mesmo ano, assumiu a presidência do país o último militar a governar a nação, João Baptista Figueiredo (1979-1985). Em seu primeiro ano de governo, Figueiredo promoveu ações significativas no processo de distensão. Uma delas foi a Lei da Anistia, que permitiu que muitos exilados políticos retornassem ao Brasil. Outra medida adotada pelo presidente foi a extinção do bipartidarismo, o que acentuou em Ibrahim o desejo de fundação de um novo partido. E foi ele um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS).

Em janeiro de 1980, com a morte súbita do ministro da Justiça, Petrônio Portela, Abi-Ackel foi convidado pelo presidente Figueiredo para assumir o posto. Esse era um cargo político estratégico no governo, e o ministro da Justiça era o único a despachar semanalmente com Figueiredo. Abi-Ackel trabalhou com afinco como ministro da Justiça e permaneceu no cargo até março de 1985, quando se encerrou o mandato presidencial.

Sua prioridade como ministro da Justiça foi consolidar o processo de abertura democrática, e, por isso, cuidou de problemas difíceis, entre os quais a alta soma de casos concernentes à questionada aplicação da Lei da Anistia. Esses casos foram investigados pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, instalado no Ministério da Justiça, composto por Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Calmon, Benjamim

Albagli, Inocêncio Mártires Coelho, Benjamim de Moraes e outros membros de entidades nacionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Itamarati. Outra preocupação do ministro foi a de fortalecer os partidos políticos, pois, para ele, essa seria a única forma de assegurar estabilidade às instituições democráticas (JORNAL DE MINAS. 3 abr. 1980 *apud* PEREIRA, 2014, p. 197). Por esse motivo, trabalhou intensamente pela ampliação da base do PDS, que, no período, conquistou a maioria no Congresso Nacional.

O trabalho como ministro da Justiça foi de muitas ações, entre as quais a modificação substancial da Lei de Segurança Nacional, dando-lhe caráter de Lei de Segurança do Estado Democrático de Direito. Além disso, o ministro Abi-Ackel coordenou os processos de eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais e dos municípios, até então considerados de segurança nacional. Promoveu ainda a aprovação do projeto de lei complementar à Constituição que deu origem à Lei Complementar n.º 40, de 1984, que, por sua vez, consagrou a autonomia do Ministério Público, de modo a fortalecer o desempenho das atribuições desse ministério. Essa nova concepção do papel do Ministério Público na ordem constitucional, de sua autoria, foi praticamente toda incorporada à Constituição de 1988.

Além das atitudes, atos e providências que contribuíram para a restauração democrática no país, Abi-Ackel promoveu também a substituição da parte geral do Código Penal por texto inovador, que, na opinião dos mais ilustres penalistas, deu novo rosto à referida codificação. O projeto cuja elaboração presidiu, sempre à luz do mencionado “Novas dimensões da pena”, introduziu na legislação penal brasileira as penas alternativas à prisão, mediante a prestação compulsória de serviços à comunidade, a prisão semiaberta e a prisão domiciliar, além de outras inovações, aconselhadas pela moderna ciência penal. As alterações que introduziu no sistema de cumprimento das penas restritivas da liberdade vêm sendo aplicadas sem alterações ou críticas de natureza doutrinária pelo Poder Judiciário, especialmente em contínuas decisões do Supremo Tribunal Federal. Coube-lhe ainda a iniciativa de elaborar e propor o texto da Lei de Execução Penal, em vigor, que deu regime legal ao cumprimento da pena de prisão, sujeita, até então, a um hiato de ilegalidade, no qual imperavam regimes disciplinares concebidos à margem da lei.

Ao deixar o cargo de ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel retirou-se momentaneamente da vida política para se dedicar integralmente à advocacia. Retornou cinco anos depois, novamente como deputado federal pelo PDS, para o mandato que se iniciaria em 1990, sendo sucessivamente reeleito até 2002, quando exerceu pela última vez o cargo, na legislatura de 2003 a 2007. Em abril de 1993, Abi-Ackel foi um dos fundadores do Partido Progressista Reformador (PPR), agremiação surgida da fusão do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC). Em agosto de 1995, com a fusão do PPR com o Partido Progressista (PP), aderiu ao então recém-fundado Partido Progressista Brasileiro (PPB) (FUNDAÇÃO, 2021). No ano seguinte, foi relator do quarto projeto de lei de modernização do Código Penal Brasileiro, cuja última reforma havia sido elaborada no período em que era ministro da Justiça. O deputado foi incumbido também, na Comissão de Constituição de Justiça, de propor alterações no Código Civil. O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado em 2001 e se tornou a Lei n.º 10.406, de 10/01/2002. Depois que entrou em vigor o novo Código Civil, algumas mudanças significativas ocorreram, como a alteração da maioria civil de 21 para 18 anos e a da guarda dos filhos, que, anteriormente, era concedida à mãe, exceto em casos extraordinários, e passou a ser daquele com melhores condições de exercê-la.

Em 2005, filiado ao Partido Progressista (PP) – já que o PPB, em 2003, optou pela retirada do “Brasileiro” de seu nome – Ibrahim Abi-Ackel foi nomeado relator da CPI do Mensalão. No ano seguinte, a convite do governador Aécio Neves, assumiu o comando da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais. O trabalho como secretário foi de apenas um ano, mas foi extremamente relevante, pois conseguiu encerrar as atividades da Delegacia de Furtos e Roubos, em Belo Horizonte. Essa delegacia era muito conhecida pelo excesso de presos e pelas péssimas condições para cumprimento de pena. Em 2007, Abi-Ackel foi nomeado assessor especial do governador Aécio Neves, com a tarefa de auxiliá-lo nas questões relacionadas à segurança pública. Depois desse trabalho, optou por não mais concorrer a cargos eletivos.

Ao longo de sua vida, produziu a extensa e importante obra indicada a seguir: “Rui e o civilismo” (1959); “O Código Tributário em face da Constituição” (1960); “A imunidade tributária das autarquias federais” (1961); “A questão do Iate Golfe Clube de Minas Gerais” (1961); “Poder exercido por particular em bem público dominial” (1961); “O

tombamento da Serra do Curral” (1962); “Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo” (1980); “Criminalidade e violência” (1981); “Reforma penal” (1981); “A questão da violência e da criminalidade” (1981); “As diretrizes básicas da reforma eleitoral” (1981); “Projetos de reforma penal” (1983), “A história de Minas revisada” (1985) e *A caminho do leste* (2016). Recebeu também relevantes prêmios e condecorações, dentre os quais se destacam: Grande Medalha da Inconfidência, Medalha da Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais, Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco e Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal.

Em 2020, Ibrahim Abi-Ackel foi eleito membro da Academia Mineira de Letras e passou a ocupar a Cadeira n.º 17 – cujo patrono é o Conde de Prados, Dr. Camilo Armond, e cujo fundador é Eduardo de Menezes –, tendo como seus antecessores José Antônio Nogueira, Abgar Renault e Aluísio Pimenta (ACADEMIA, 2021). Atualmente, ele continua a advogar, sendo sócio do escritório Abi-Ackel Advogados Associados. Faz parte também do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos da Universidade de Brasília, dos Institutos dos Advogados brasileiro, mineiro e brasiliense, da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado, da Societé Internationale de Criminologie e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (CÂMARA, 2021).

REFERÊNCIAS

- ABI-ACKEL, Ibrahim. Belo Horizonte, 12 e 15 mar. 2021. Arquivos MP3. Entrevista concedida a Marina Camisasca.
- ACADEMIA Mineira de Letras. *Ibrahim Abi-Ackel*. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://academiamineiradeletras.org.br/academicos/ibrahimabiackel/>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- CÂMARA dos Deputados. *Ibrahim Abi-Ackel*: biografia. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74663/biografia>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas CPDOC. *Ibrahim Abi-Ackel*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ibrahim-abi-ackel>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- PEREIRA, Lígia Maria Leita. *Ibrahim Abi-Ackel: uma biografia*. Belo Horizonte: RC Editora e Gráfica, 2014.

ILUMINANDO JACYNTHO LINS BRANDÃO COM A LANTERNA EMPRESTADA DO CÍNICO

Celina F. Lage

Diógenes de Laércio, em seu livro *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres* (VI, 41), relatava que Diógenes, o Cínico, teria andado durante o dia pelas ruas de Atenas com uma lanterna acesa gritando: “Procuro homens!”. Essa curiosa *performance* filosófica, provocativa e questionadora, coloca em xeque o que significa ser humano e apresenta a dificuldade de encontrar alguém que de fato possa aderir completamente a essa denominação. Essa *performance* me veio à mente quando, em 2020, durante o período da pandemia de covid-19, a crise sanitária e humanitária impôs à sociedade uma revisão de valores fundamentais e, então, me propus a escrever este texto/testemunho sobre Jacyntho Lins Brandão, um dos maiores intelectuais do Brasil e membro da Academia Mineira de Letras. Pensando nisso, decidi registrar aqui alguns fatos sobre ele e alguns aspectos de sua personalidade, de seus valores, de suas lutas, fatos e aspectos esses que não se encontram relatados em seu mais que robusto currículo Lattes. Assim, pensei em tomar emprestada a lanterna do cínico para lançar luz sobre aquilo que faz de Jacyntho um homem (sem querer tocar na questão de gênero), um ser humano exemplar, do ponto de vista humanístico, segundo minha ótica.

Jacyntho foi meu professor e orientador por dez anos, durante minha iniciação científica, meu mestrado e meu doutorado, e, para além da admiração intelectual que nutro por ele, relativa às produções e atividades acadêmicas que desenvolveu com extremo ineditismo e

brilhantismo, nesse período de intensa convivência fui levada naturalmente a admirar, também e sobretudo, suas posturas pessoais perante a vida e a sociedade, posturas éticas as quais não teriam como figurar explicitamente em um currículo acadêmico, mas que considero hodiernamente serem da maior importância. Elas me influenciaram profundamente na minha maneira de pensar e de agir e, da mesma maneira, acredito que elas tenham sido e sejam capazes de influenciar todas as pessoas que cruzaram seu caminho e que o cruzam até hoje.

Jacyntho tem um grande apreço pela democracia, e isso se faz notar na sua carreira acadêmica, no que diz respeito aos cargos administrativos que ocupou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi eleito pela comunidade por meio de votação para ocupar cargos de grande responsabilidade e representatividade na instituição, como o de diretor da Faculdade de Letras (Fale) e o de vice-reitor da universidade, entre outros. Ao longo dos anos mostrou ter grande capacidade de diálogo e diplomacia, sabendo se movimentar agilmente no território das políticas acadêmicas, em uma universidade que é uma das maiores e melhores do Brasil, contando com uma comunidade acadêmica que ultrapassa a quantidade de habitantes de muitas cidades. Jacyntho dedicou grande parte de sua vida, enquanto estava empregado na instituição, à construção e ao fortalecimento dos mecanismos democráticos, sempre com total dedicação. Mesmo após se aposentar, Jacyntho não cessou de trabalhar, tendo escolhido continuar contribuindo de diversas maneiras com a UFMG, e agora o faz com a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), na qualidade de professor visitante.

Na cerimônia em que Jacyntho recebeu o título de Professor Emérito da UFMG, foi convidado a discursar o saudoso e mais que honrado ex-reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos, o primeiro reitor negro da UFMG, o qual nos deixou no ano de 2020. Tomaz fez na ocasião um belíssimo discurso e relembrou diversos fatos ocorridos durante sua gestão (1994-1998), quando Jacyntho atuou como vice-reitor. Tomaz reafirmou as qualidades de seu companheiro: “A primeira lembrança é a do amigo e companheiro de reitorado por sua cordialidade, criatividade, dedicação, capacidade de trabalho, lealdade institucional”.¹²

¹² Tive acesso à íntegra do discurso por meio de mensagem enviada a mim pelo próprio autor, a meu pedido.

Ele cita em seu discurso dois episódios em especial: um em que a atuação diplomática de Jacyntho logrou preservar o emprego de grande número de funcionários que seriam demitidos da universidade; e um outro, em que a articulação habilidosa feita por Jacyntho conseguiu levar à criação da Resolução de Política de Moradia da UFMG, que resultou em um importante instrumento de inclusão social dos estudantes, quando não havia um consenso no conselho universitário para tal. Dentre tantos outros feitos de sua gestão, Tomaz destacou o trabalho realizado por Jacyntho no aperfeiçoamento do Sistema de Bibliotecas da UFMG, louvando seu amor pela cultura e pelos livros desde a infância e afirmando que “nos tempos atuais, em que se cultuam certezas e arrogâncias, certamente o reconhecimento da relevância do livro e da biblioteca é clara mensagem em favor de uma convivência plural e democrática”.¹³ Cito ainda os lemas criativos da campanha da chapa Tomaz-Jacyntho para a eleição da reitoria, que foram “Paixão e ousadia” e “Antecipar o futuro no presente”, os quais traduzem bem o entusiasmo e o amor de ambos pela universidade pública.

Um fato muito relevante, a meu ver, aconteceu durante a sua gestão na reitoria, quando saíram os resultados do concurso vestibular. Se não me engano, eram os idos de 1995, e ele tomou a decisão histórica de divulgar para a imprensa ao final do concurso os nomes das escolas das quais os candidatos eram provenientes e o número de aprovados de cada uma. Até então a universidade conhecia esses dados, pois eles constavam como pergunta de questionário aplicado no ato da inscrição, contudo não os divulgava publicamente. Naquela época, era comum as escolas particulares anunciarem aos quatro ventos que eram campeãs de aprovação no vestibular, o que correspondia em parte à verdade. As famílias acreditavam que era necessário pagar uma escola particular para a educação dos seus filhos, muitas vezes à custa de grandes sacrifícios, para que eles fossem bem-sucedidos no concurso. Contudo, o que os dados revelados por iniciativa dele mostravam era que algumas escolas públicas da capital tinham também um altíssimo índice de aprovação. Dessa maneira, mudou-se a percepção da sociedade sobre a qualidade do ensino público em determinadas escolas, passando-se a valorizá-lo devidamente como uma excelente opção para a formação que antecede a universidade.

¹³ *Idem*.

Evidentemente não era do interesse dos empresários do setor que esses dados fossem divulgados, contudo Jacyntho não pensou duas vezes antes de desvelá-los, sabedor da importância da transparência na construção de uma sociedade melhor e mais justa e do valor do ensino público, gratuito e de qualidade.

O valor da igualdade e o sentido de justiça sempre pautaram suas ações na administração acadêmica. Uma das ações que também merece destaque é a mudança da forma como os professores acesavam os recursos financeiros que davam suporte às suas atividades, como, por exemplo, as participações em congressos nacionais e internacionais, as visitas técnicas, as publicações, etc. Quando foi diretor da Fale, Jacyntho propôs que fossem estabelecidas cotas iguais para todos os professores, que eram facilmente requisitadas desde que se adequassem aos critérios estabelecidos. Até aquele momento, os recursos atendiam aos docentes de maneira desigual, sendo que alguns se beneficiavam mais do que os outros, e muitos não conseguiam se beneficiar, por um motivo ou outro. A concessão desses recursos gerava disputas internas e, apesar de haver regras claras sobre a forma da sua utilização, muitas vezes caía na mão dos coordenadores ou dos membros dos colegiados a decisão sobre quem os receberia. Ao implementar essa mudança, que proporcionou igualdade na distribuição do recurso entre os professores, Jacyntho abriu mão do poder de decidir beneficiar a um ou a outro, beneficiando, assim, a todos. Uma outra mudança radical na estrutura da faculdade foi a extinção dos departamentos, que proporcionou maior liberdade na atuação dos docentes e horizontalidade, que os colocava a todos no mesmo patamar. Até hoje a faculdade é a única dentro da UFMG a manter esse tipo de organização.

Como professor, ele sempre deu voz aos alunos, valorizou a diversidade de visões, incentivou o pensamento crítico e a independência intelectual. No trato pessoal, Jacyntho é uma pessoa muito agradável de conviver, pois é extremamente atencioso, gentil, simpático e sorridente. Gostaria de relatar um episódio corriqueiro, mas digno de nota, o qual ocorreu em um dia em que eu o estava aguardando para uma reunião de orientação na antessala da diretoria da Faculdade de Letras da UFMG, quando ele era o diretor. Uma funcionária saiu contente de sua sala e comentou como foi incrível o fato de que lá tinha entrado muito aborrecida por causa de um problema administrativo

e que, após a conversa com o diretor, apesar de não ter sido possível resolver o seu problema, ela estava se sentindo muito bem. Esse fato ficou marcado em minha memória, pois demonstrou sua enorme afetividade e empatia e sua incrível capacidade de diálogo e respeito ao outro.

Ouvi certa vez um relato que ilustra bem como ele é uma pessoa solidária, que apoia todos à sua volta. Um de seus colegas de trabalho contou-me que, certa vez, aconteceu dentro do já extinto Departamento de Letras Clássicas uma reunião em que havia uma grande tensão no ar, pois dois docentes haviam solicitado ao mesmo tempo afastamento para cursar o doutorado, cada um em uma cidade diferente. Segundo o combinado, só poderia se afastar um docente por vez, pelo motivo pelo qual não haveria possibilidade de contratação de dois professores substitutos para cobrir os encargos didáticos de ambos, o que prejudicaria a oferta de disciplinas aos alunos. Para solucionar o impasse, Jacyntho propôs que fossem concedidas as duas licenças e se dispôs a assumir todos os encargos didáticos que fossem necessários. Assim apoiou seus colegas em suas capacitações, sobrecarregando-se de trabalho, mesmo já tendo naquela época três filhos para cuidar.

Como professor e orientador, ele não impõe uma visão única nas suas aulas nem direciona as pesquisas realizadas para escolas de pensamento específicas. Pelo contrário, ele preza constantemente o incentivo à diversidade de opiniões e abordagens, à curiosidade, à independência intelectual, à liberdade de escolha e à transdisciplinaridade. Um dos feitos que marcaram sua gestão foi justamente conceber e implementar mecanismos que possibilitaram a diversificação e a flexibilização curricular, dando maior liberdade aos alunos para moldarem seu percurso formativo de acordo com seus interesses, incluindo-se a transversalidade e a valorização de outros saberes. Ele defende a autonomia universitária, a liberdade de cátedra dos professores e, na atualidade, se posiciona abertamente contra o projeto do governo do presidente Jair Bolsonaro chamado Escola Sem Partido, pois ele pensa que a escola tem que tomar partido, sim, e que esse partido seria o do conhecimento, da solidariedade e da justiça.

Nesse sentido, à luz dos fatos que narrei, vejo o perfil de Jacyntho como o de um democrata, como uma pessoa que defende valores democráticos como liberdade, justiça e igualdade. Segundo seu

pensamento, difundido a partir de suas aulas, palestras e entrevistas e multiplicado por seus alunos e discípulos, o que constitui fundamentalmente a ação política é o interesse pelos assuntos da cidade (em grego antigo, *pólis*) e a participação. Para se fazer política, portanto, diferentemente do que o senso comum pensa, não seria necessária a afiliação a partido político algum.

Jacyntho tem uma postura extremamente crítica em relação ao individualismo contemporâneo. Segundo ele, em grego antigo, a palavra *idiotes*, de onde se origina a nossa palavra “idiota”, significa “aquele que pensa apenas em si mesmo”, “aquele que se move apenas em um espaço individual”, “ensimesmado”. A ação política, por outro lado, em uma direção contrária, levaria o indivíduo a expandir suas ações, saindo desse âmbito individual restrito, abrindo-se à participação nos assuntos da coletividade.

Ele nunca se afiliou a nenhum partido político, pois, segundo diz, é defensor da liberdade do pensamento, a qual muitas vezes considera que seja tolhida no âmbito partidário. Jacyntho conta que já aconteceu algumas vezes de pessoas que não o conheciam bem pensarem que ele era afiliado a algum partido de esquerda, ao verem seus posicionamentos no âmbito da política universitária, e de essas mesmas pessoas ficarem incrédulas e surpresas quando ouviam de sua própria boca uma declaração contrária, de absoluta independência. Apesar de sua não afiliação partidária, essa categorização errônea era possível de acontecer, pois ele preza ser uma pessoa política, sensível aos problemas sociais, extremamente atuante nos assuntos da cidade, entendida aqui em seu sentido amplo.

Em 31 de março de 2014, eu encontrei com Jacyntho na companhia de outro saudoso colega, o filósofo Marcelo Pimenta Marques, em um ato popular realizado na Praça da Estação, o qual reuniu centenas de pessoas em uma “descomemoração” dos 50 anos do golpe militar no Brasil, com o mote “Ditadura nunca mais!”. O ato tinha como objetivo repudiar os 50 anos do golpe e os crimes da ditadura militar, além de exigir justiça e reparação para as vítimas e seus familiares. Lembro-me da cena: os dois amigos conversando na praça; ao fundo uma multidão de pessoas que foram prestar homenagem aos heróis e heroínas assassinados e torturados criminosamente nesse período tão triste e vergonhoso da história do país. Vale a pena lembrar que Jacyntho iniciou seus estudos na Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas (Fafich), da UFMG, em 1972, justamente durante os anos de chumbo da ditadura. A Fafich, que ficava situada na Rua Carangola, 288, no bairro Santo Antônio, foi um local importante na história da resistência ao regime, tendo sido seu antigo prédio tombado pelo Patrimônio Cultural. Lembro-me de ter ouvido, certa vez, seu relato indignado sobre a existência de infiltrados nas salas de aula e até mesmo no próprio corpo docente. Certamente a vivência como estudante nesse contexto tão conturbado foi decisiva para moldar seu pensamento libertário e reafirmar os seus valores em defesa do estado de direito, conceito importante da democracia desde os tempos antigos.

Apesar de ser estudioso da Antiguidade, Jacyntho afirmou, em seu discurso proferido na solenidade de posse na Cadeira 25 da Academia Mineira de Letras em 2019, que “nem tudo dos antigos é para ser reverenciado – a prática da escravidão, por exemplo, ou o rebaixamento das mulheres em relação aos homens [...]”, práticas que são recrimináveis na nossa época. Segundo ele, é preciso ter um discernimento crítico quanto ao que se deseja herdar dos antigos, e os próprios antigos nos fornecem os instrumentos para operar essa crítica. Ainda nesse mesmo discurso, Jacyntho afirmou se considerar herdeiro da Academia de Platão, no sentido de procurar uma acuidade de visão, uma compreensão mais profunda do mundo que nos cerca, em contraposição ao imediatismo e à superficialidade vigentes na contemporaneidade.

Um dos aspectos que Jacyntho mais admira na cultura que herdamos da Grécia é justamente esse gosto pela crítica, que se manifestava nos textos como um aspecto presente no seio da cultura: a capacidade de questionar o poder, a sociedade, a religião, a ordem estabelecida das coisas, os cânones, os modelos, as estruturas, as verdades, mas também a capacidade de exercer o autoquestionamento. Jacyntho ensina a seus alunos que “estudar a literatura grega, a mitologia grega e a cultura grega em geral é como fazer uma psicanálise da nossa própria cultura”.¹⁴ A cultura grega, ainda que modificada através dos séculos e das múltiplas influências que recebeu, é a base de nosso imaginário, e por isso ele acredita que o estudo da antiguidade grega ajuda a conhecer nossas motivações, proporcionando, assim, uma forma de autoconhecimento, ou autorreconhecimento, se quisermos.

¹⁴ Informação oral obtida em sala de aula.

Sobre o papel da universidade, ele diz que a contribuição dela para a sociedade, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, seria transmitir uma inquietação que produz o conhecimento através dos saberes, reflexões e investigações que promove, tendo como finalidade última a busca da felicidade. No seu discurso de posse na AML, ele afirmou ter se formado como gente pela universidade e se definiu como “não apenas alguém com pretensão de intelectual, puxado pelas verdades do conhecimento do mundo, nem só com pretensão de humanista, movido pelas belezas do mundo, mas principalmente cidadão, impulsionado pelo sentido de justiça”.

Em suma, o que aprendi após o fim dessa busca com a lanterna emprestada do cínico foi que quanto mais eu vasculhava minhas memórias, os vídeos e os textos dele e quanto mais eu perguntava a algumas pessoas próximas sobre o perfil humanista de Jacyntho, mais histórias e fatos eu encontrava, com extrema abundância. Creio que, ao final destas páginas, tenha conseguido compor com êxito um pequeno mosaico ilustrativo do que faz de Jacyntho um homem exemplar e inspirador. Termino este texto com a certeza de que, devido à grandeza desse verdadeiro “muso”, muito mais se poderia falar sobre as coisas que fez e continua fazendo, as quais não caberiam no espaço destas parcas linhas. Encerro dizendo de passagem que nada há de mais apropriado para um muso do que residir na Rua Musas.

JOSÉ FERNANDES FILHO. PROFESSOR. MAGISTRADO. ACADÊMICO

José Anchieta da Silva

Recorramos aos léxicos: “homem público: aquele que tenha ocupado cargos públicos”. É pobre, indigente o conceito. A definição clara, explícita e plena de homem público, tomando-a a partir de um exemplar para fazê-lo conceito é: José Fernandes Filho, professor, magistrado e acadêmico. Homem Público.

Nascido em Bambuí, que para ascender a comarca seria desmembrada do Município de Formiga e da Freguesia de São Roque, berço do São Francisco, fez-se, primeiro, Comarca do Rio Grande e, depois, Comarca de Bambuí (1881-1883). Bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1957).

O professor Fernandes Filho fez pós-graduação em Direito Público e especialização em Direito Administrativo, Tributário e Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1964). Pontificou, como lente, nas duas já nomeadas universidades, mas não só, vindo a lecionar no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, na Faculdade de Engenharia da já mencionada universidade federal e nos cursos de doutoramento da Faculdade de Direito da mesma universidade, naquela “Vetusta Casa de Affonso Penna”, de tanta história. Foi assistente e foi delegado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Foi chefe de gabinete na Secretaria de Estado da Educação em Minas Gerais. Foi vice-diretor executivo do Conselho de Planejamento e

Desenvolvimento da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido ali advogado integrante de sua procuradoria geral. Foi secretário de Educação do governo Aureliano Chaves, muito provavelmente dos governos em que mais se realizou no âmbito da educação escolar das Minas Gerais.

Na magistratura, antes de ascender ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1978) pelo denominado quinto constitucional, destinado a egressos da advocacia, foi juiz suplente da Junta de Conciliação e Julgamento em São João del-Rei, no Tribunal Regional do Trabalho da 3.^a Região. Foi juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e, em seguida, na mesma corte, foi juiz efetivo. Desembargador do Tribunal de Justiça mineiro, foi seu segundo e primeiro vice-presidente; foi corregedor da Justiça mineira, primeiro em substituição, depois com mandato próprio. Foi diretor da escola da magistratura mineira, a mais do que bem-sucedida e referendadíssima escola judicial que leva o nome do desembargador Edésio Fernandes. Ainda no âmbito desse tribunal, ao qual tanto serviu, foi presidente da Comissão Supervisora dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais. É estação que merece uma parada. Os juizados especiais não existiam. A Justiça (o Poder Judiciário constitucional) não chegava de modo pleno e devidamente ajustado aos cidadãos comuns, a gente simples, que necessitava resolvidas questões de seu dia a dia e que, enquanto processos, eram pequenos barquinhos de papel em mar revolto, destinados a serem engolidos pelas procelas. Nasceu, todavia, sob uma enorme nuvem de desconfiança geral. Era um convite ao desencanto. Foi, todavia, graças à ação paciente, segura, dedicada de José Fernandes Filho que o Juizado das Pequenas Causas se fez acreditado em Minas; uma Justiça de verdade, ágil, próxima e justa para todos os cidadãos comuns. Presidiu Fernandes Filho a Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Também essa estação merece uma parada. A liderança do homenageado transcendeu os limites das Minas Gerais. A organização institucional, em colégio permanente, dos chefes de tribunais estaduais brasileiros tem a marca registrada da ação firme, amena e realizadora de José Fernandes Filho.

Da cátedra, entre os mais conhecidos trabalhos que a sua pena produziu estão “Funções do Estado”, “Exame pelo Tribunal de Contas da União das contas dos executores de acordos celebrados com os

estados”, “Os municípios mineiros e os casos de dispensa de licitação” e “Acumulação de cargos à guarda dos Poderes do Estado”.

Recebeu, por justo merecimento, as seguintes comendas ou insígnias: o Colar do Mérito, dos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Pernambuco, do Maranhão, de São Paulo, do Mato Grosso e do Rio Grande do Norte; desse último, recebeu também a Insígnia Seabra Fagundes. Em Minas Gerais recebeu ainda: o Colar do Mérito Ministro José Maria Alkmin, do Tribunal de Contas; a Medalha de Honra da Inconfidência; a Grande Medalha da Inconfidência; a Medalha Santos Dumont; a Medalha Alferes Tiradentes; a Medalha do Mérito Legislativo de Minas Gerais; e a Medalha do Mérito Legislativo Municipal de Belo Horizonte. É cidadão honorário de Belo Horizonte e do estado da Paraíba. Trata-se de conjunto demonstrador do reconhecimento de seu extraordinário trabalho e de seu permanente e presente exemplo em relação ao que fez e aos locais por onde passou.

Na Academia Mineira de Letras (2020) tem assento na Cadeira 29, já ocupada por nomes que ombreiam com ele na estatura e na biografia pessoal em razão dos serviços prestados: Milton Campos, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Murilo Badaró e Affonso Arinos de Melo Franco.

É preciso, agora, falar de José Fernandes Filho segundo ele próprio. Para tanto, necessário trazer a texto um descuido do homenageado e um certo lance de sorte do autor deste texto-panegírico. No dia 24 de outubro de 2013 recebi do acadêmico um delicadíssimo cartão, que, por necessário, reduzo a termo: “Prezado amigo José Anchieta, solidário companheiro de travessias, muitas, reparto com você a homenagem. Resta-lhe o desafio de ler o texto, feito para a ocasião. Abraço fraterno do José Fernandes Filho”. Recebi, assim, o texto intitulado “Medalha do Mérito Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes”. Texto límpido, lúcido, sincero e repleto de revelações, em relação às quais pratico agora, por dever e por convicção, a mais autorizada das “delações premiadas”. Encerrava, para o autor daquele texto, agora revelado, sua extraordinária gestão à frente daquela prestigiadíssima organização preparadora dos novos magistrados mineiros. Em ameno texto, Fernandes Filho segundo Fernandes Filho, prestando contas, pontua e ensina: “A prestação de contas [a meu ver] é antes à luz anterior, à consciência; não a outrem, por mais legítimo que

seja”. Coloca em letras, fazendo-o mediante palavras simples e sem arroubos, o seu reconhecimento com relação à caminhada, dura e longa, e pontua: “Pedras no caminho; encruzilhadas, muitas, a surpreender o caminhante. Crepúsculos, vários; alvoradas, escassas”. Prossegue anunciando que não cometeria a imprudência de levá-los (a qualificada plateia) “à forçada melancolia. Nem os obrigarei [obrigaria] a ouvir a voz da rouca cotovia”. O uso da imagem da cotovia, ao feitio de Shakespeare, permite pensar em seu discurso como um canto, mas sem o cenário lúgubre descrito pelo maior escritor da língua inglesa. Afinal, era outro o tempo, outra a situação e outros os personagens. Tratava-se, afinal, de uma celebração. Cita três expoentes fulgurais do direito: Edésio Fernandes (magistrado), Paulo Neves (como o homenageado, um publicista dos maiores de seu tempo) e Sobral Pinto (um advogado acima dos outros advogados). Destaca ainda o texto, a partir dos quadros citados, que, ao prestar contas, se presta a si próprio, e põe em relevo: “olhe primeiro para você, com orgulho ou remorso, e só depois erga os olhos para os outros. Desta maneira, poderá compreender melhor o julgamento alheio”. Pura sabedoria. Ao fim, mais uma vez no mesmo texto, propõe-se “continuar andarilho”. Era a sinalização de que continuava munido da certeza de quanto ainda podia trabalhar, e ainda pode, agora um velho pajé a ensinar aos infantes todos os “caminhos do vem” e as “veredas do vai”, na expressão de conhecido texto musicado.

A rica história de José Fernandes Filho revela o glossário de suas realizações e a estatura de sua biografia, que ainda está sendo escrita. O seu exemplo permite antever a dimensão de seu legado, dando realidade a pensamento de outro amigo seu, Lúcio Urbano da Silva Martins, também desembargador do Tribunal de Justiça de Minas, até ali conduzido também pelo quinto constitucional da advocacia, ao escrever, prefaciando o rico documentário *Comarcas de Minas (1711-2014)* e apontando a sua visão do que seja a história, que “não é um quadro na parede, mas fonte viva e límpida que orienta o futuro” (MARTINS; SOARES, 2016, p. 11).

Antes de finalizar, agradecendo o convite feito pelo acadêmico Rogério de Faria Tavares para escrever esse diminuto panegírico de José Fernandes Filho, nada mais do que uma anamnésia dos seus ricos fazeres, cabe registrar que o autor destas notas foi aluno do Prof. José Fernandes Filho na Faculdade de Direito da Universidade

Federal de Minas Gerais (1971-1975), na disciplina Direito Administrativo, nutrindo, desde então, admiração e respeito pelo mestre, do qual ainda teve a graça de conquistar a amizade e o apreço. É, pois, este relato também um depoimento sincero de quem, nalguma medida, foi, além de discípulo-admirador, testemunha de quase todas essas realizações. São, portanto, aplausos que vêm da plateia, mas de um espectador que viu, viveu e hauriu do homenageado as lições e o exemplo de como tratar as coisas do direito.

Pontofinalizando, é preciso voltar ao título que se propôs para este adminículo. Erraram os léxicos quando apequenaram o significado ou o conceito de homem público, dizendo “aquele que tenha ocupado cargos públicos”. Conhecido, agora, um pouco mais dessa ímpar figura, é de se acrescentar a todos os dicionários: “José Fernandes Filho, Professor, Magistrado e Acadêmico” é o outro significado do substantivo composto “Homem-Público”, por ser e ter sido ele um “Homem de Estado”, na verdadeira acepção do termo.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Lúcio Urbano Silva; SOARES, Rosane Vianna. *Comarcas de Minas (1711-2014)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2016. 2 v.

JOSÉ HENRIQUE SANTOS

Ivan Domingues

Nascido em Paracatu (1934), o acadêmico José Henrique Santos cedo veio com familiares para Belo Horizonte, onde concluiu seu curso secundário – clássico à época –, iniciado naquela cidade do Norte de Minas e terminado na capital depois de ele passar por vários colégios, desde o Arnaldo e o Estadual até o Afonso Celso.

Desse período de sua formação, levado a cabo em meio a certas dificuldades, inclusive financeiras, que atingiram sua família, em conversa recente com o acadêmico, notei que ele quase nada de especial tem a dizer.

Na etapa seguinte, consagrada aos estudos superiores, José Henrique graduou-se em Filosofia em 1959, na antiga Faculdade de Filosofia (então Fafi, hoje Fafich) da UFMG, nos tempos em que a faculdade estava instalada no Edifício Acaiaca, na área central da cidade. Em 1961 foi contratado como professor pela Fafi para atuar na seção de Filosofia. Entrementes, atuou como professor substituto em colégios como o Estadual, antigo Ginásio Mineiro, que estava no auge de sua existência. Ali substituiu o Prof. Arthur Versiani Velloso, de quem fora aluno, depois discípulo, tendo frequentado seu círculo, e mais tarde colega de departamento. Prosseguindo seus estudos, estimulado pelo mestre Velloso, o jovem filósofo, que já experienciava uma especial queda pela filosofia alemã, decidiu ir para a terra de Goethe, onde iniciou seu doutorado em Freiburg, entre 1962 e 1964. Nesse período

decisivo de sua formação, o doutorando teve como orientador Eugen Fink, grande especialista em fenomenologia e quem o iniciou na obra e no pensamento do fundador dessa prestigiosa corrente filosófica, Edmund Husserl, a quem sua tese doutoral seria consagrada.

Sobre esse período, para a história ficar completa – e aqui não é só a biografia pessoal de José Henrique que está em jogo, mas um momento importante da história intelectual do país –, será preciso acrescentar que o doutoramento no exterior era coisa rara em nossos meios, à exceção dos meios eclesiais, com os jovens religiosos recém-saídos do noviciado indo para a Gregoriana, de Roma, para fazer seus doutorados em Teologia/Filosofia. Em regra, nessa etapa da história da universidade brasileira, em sua grande maioria, os professores só tinham feito o bacharelado, ao passo que uns poucos tinham feito doutorado “direto”, obtido na própria instituição, ou numa coligada, conferido pelas congregações das faculdades. Assim, na época em que José Henrique foi para a Alemanha, ele foi pioneiro, ao inaugurar um caminho que passaria a ser comum depois, com o doutorando tendo bolsas de estudos da Capes e do CNPq, além de agências internacionais, mas que não o era na época do nosso filósofo, conforme seus relatos sobre o assunto, cujo registro forneci no meu livro *Filosofia no Brasil* (DOMINGUES, 2017, p. 460-461), onde eu mostro que, além da bolsa alemã da DAAD, suficiente para uma pessoa – mas insuficiente no caso dele, porque ia acompanhado de sua esposa –, ele teve de se valer de uma ajuda suplementar do Itamaraty, obtida graças à interveniência de Guimarães Rosa.

Concluindo, José Henrique só irá finalizar seu doutorado dez anos depois, em 1972, na UFMG, na modalidade do doutorado “direto”, suprarreferido, quando defendeu a tese *Do empirismo à fenomenologia: a crítica antipsicologista de Husserl e a ideia de lógica pura*, depois publicada como livro, em Portugal (Braga, Livraria Cruz, 1973), e republicada pela Loyola no Brasil, em 2019. Posteriormente, após concluir seu doutorado, já como pesquisador do CNPq, ele voltou à Alemanha duas vezes – na primeira, a Freiburg; na segunda, a Tübingen –, para realizar estudos de pós-doutorado, ao desenvolver outras frentes da pesquisa na filosofia alemã, com Husserl cedendo a vez a Hegel.

Em seguida, coroando uma primeira vez sua carreira de professor, o distinto acadêmico defenderá sua tese de titular em 1993, da qual sairá o livro com o mesmo título, publicado no mesmo ano pela

Loyola: *Trabalho e riqueza na fenomenologia do espírito de Hegel*. Com a defesa dessa tese ele volta a atuar no departamento de Filosofia da UFMG, interrompendo a sua primeira aposentadoria, datada de 1986.

E mais: foi coroado uma segunda vez com um *Festschrift* em sua homenagem, publicado em 2002 pela Editora UFMG com o título *Ética, política e cultura* e organizado por Paulo Margutti, Rodrigo Duarte e por mim mesmo. O *Festschrift* é um gênero literário de natureza comemorativa (do alemão *Fest* = “festa”, “festival”, “festividade”), comum no hemisfério norte. Como gênero, pode ter outros nomes em outras línguas, como *mélange* ou *hommage* em francês, assim como *celebratory writing* em inglês, conquanto a expressão alemã prevaleça, e ainda *miscellanea* ou *liber amicorum* (“livro de amigos”) em latim, havendo ainda em português a fórmula “homenagem”, ecoando o francês, como em “Escritos em homenagem a...”. Uma celebração, em suma, que tem lugar quando uma figura eminente atinge uma idade especial – no passado, os 60 anos; depois, com as pessoas vivendo mais, os 70 e mesmo os 80 anos –, sendo na ocasião homenageada por amigos chegados e pessoas próximas. É, no entanto, pouco comum no Brasil, país que não costuma reconhecer, menos ainda celebrar, seus intelectuais e cientistas. Não obstante, o gênero é relativamente corrente entre os gaúchos, com a expressão alemã sendo a de emprego usual – e compreende-se, com tanta ascendência alemã no Sul, havendo até uma certa inflação em filosofia –, ao mesmo tempo que ocorre, mas é menos comum em São Paulo e menos ainda em Minas Gerais, entrando o *Festschrift* em homenagem a José Henrique na conta das exceções.

Estou entrando em detalhes acerca desse gênero literário por entender que, além de nos ajudar a precisar o perfil intelectual de José Henrique, faz parte da agenda da Academia a missão de difundir e adensar a cultura do livro entre nós. Em especial, uma peça literária pouco conhecida como essa, justificando, de minha parte, a necessidade de clarificação do gênero e dos contextos.

Por fim, coroando uma terceira vez sua brilhante carreira, testemunhada por mais de uma geração de estudantes, inclusive por mim mesmo – a suas aulas na graduação eu assistira em mais de um curso, e com grande admiração –, José Henrique – já “reapostado” desde 30/04/2003 – receberá uma das maiores honrarias da universidade

em todo o mundo, a saber, o título de Professor Emérito, concedido pela Congregação da Fafich/UFMG em 14/09/2009.

Ao passar para as atividades administrativas e da política acadêmica, dentro e fora da UFMG, que constituem o segundo eixo das atuações do biografado, cabe de saída assinalar as atividades de assessoria na reitoria da UFMG, quando Aluísio Pimenta era reitor da universidade (1964-1967). Como se sabe, um período difícil, em plena ditadura militar, e ao mesmo tempo um dos mais ricos e significativos da história da UFMG. Já sobre as atividades, precisando-as, ressalte-se que o jovem professor teve participação decisiva nas discussões e elaboração de projeto de reforma da universidade, com os institutos centrais na linha de frente, institutos em torno dos quais se iniciou a implantação do *campus* da Pampulha. A essas atividades de assessoria se somarão mais tarde outras e mais outras, ligadas às suas ações como gestor, conforme registra o *Festschrift*, ao ressaltar, num parágrafo que resume tudo e merece ser citado na íntegra:

José Henrique desde cedo mostrou ter qualidades de liderança, assim como de temperança (todos os que o conhecem sabem que, além de cultivado, ele é extremamente ameno no trato com as pessoas), além de uma profunda aderência institucional à Universidade, qualidades que fatalmente levam a quem as possui a ocupar postos e cargos, e mesmo os mais altos cargos. Assim, como dizíamos, além de coordenador de curso e chefe do Departamento de Filosofia, José Henrique foi vice-reitor (1978-1982) e reitor (1982-1986) da UFMG. Some-se a isso sua indicação para o CA [Comitê Assessor] de Filosofia e História do CNPq, representação exercida no período de 1991 a 1993, bem como sua eleição para presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), mandato exercido no período de 1992 a 1994. É do conjunto dessas experiências, especialmente as ligadas ao exercício do reitorado e do vice-reitorado, que veio a lume em diferentes veículos de comunicação, desde jornais cotidianos até meios oficiais, uma série de estudos e artigos dedicados ao ensino, à cultura e ao próprio destino da universidade no Ocidente, aliando à sabedoria nascida da práxis aos rigores da especulação filosófica.¹⁵ (DOMINGUES *et al*, 2002, p. 9)

15 Para mais informações sobre essas publicações, ver o currículo Lattes do acadêmico e especialmente o *site* da AML, que está mais atualizado.

Sobre essas experiências e seus significados, indo além do *Festschrift*, caberia ainda acrescentar o seu componente ou teor político, especialmente os embates com o governo federal, à época em que ele foi o dirigente máximo da UFMG, em plenos anos de chumbo, conforme iremos ver em seu depoimento ao projeto UFMG 90 anos. De saída, notaremos sua obstinação, na esteira de outros reitores que o precederam, em não permitir a implantação de um “gabinete de segurança” na reitoria, comandado por um oficial do Exército, à semelhança de outros gabinetes, já existentes em outras federais. Como ele esclarece, as pressões foram iniciadas bem antes; em seu caso, tudo isso teve lugar no curso dos anos 80, abarcando várias situações de confronto no tocante à UFMG, referidas por ele com ênfase. Não bastasse isso, houve ainda ameaças de cassação de seu mandato, bem como intimidações reiteradas de invasão da universidade, uma delas ao *campus* da Saúde, quase consumada. Para terminar, houve as ações clandestinas do aparelho repressivo, uma delas com o conluio de uma funcionária da UFMG, resultando na intoxicação, para não dizer envenenamento, de vários estudantes, que tomaram refeição em um dos restaurantes da instituição. Em todas essas situações estava ele à frente dos acontecimentos, em defesa intransigente da instituição, não se deixando intimidar e contando com o apoio do conjunto da UFMG, de segmentos da sociedade civil organizada e do próprio mundo da política, como ele comenta. E, ainda, numa dessas ocasiões fatídicas, quando mais uma vez ameaçado por um oficial do Exército de invadir o *campus* ao lhe dizer “o senhor será responsável por tudo!”, ele respondeu: “Como sempre fui. Cuido da minha Universidade, do mesmo modo que o senhor cuida de sua tropa” (JOSÉ, [201-]).

Continuando, o derradeiro passo a ser dado para concluir o perfil de José Henrique, visado agora na perspectiva do filósofo e do pensador, mais do que do professor e do gestor, é a sua produção intelectual e seus talentos de escritor. Aqui o fio da meada é Arthur Versiani Velloso, fundador da Fafi e mestre de José Henrique, não custa repetir, conhecido por seu germanismo, com seu culto pessoal a Schopenhauer e mais ainda a Kant: uma figura mitológica, que, em seus escritos e em suas aulas, costumava se insurgir contra a tacanhice e o bitolamento dos meios intelectuais mineiro e belo-horizontino da época, exortando seus estudantes de talento a irem para a Europa e, de preferência, para a Alemanha. Um excelente exemplo dessas

invectivas do Prof. Velloso aparece num artigo que ele publicou no *Diário de Minas* em fins de 1959, por ocasião do aniversário de 20 anos da então Fafi. Como se se dirigisse à turma de José Henrique, que naquele ano estava concluindo o curso de Filosofia (Velloso de fato fala em bacharelado, mas alude à licenciatura, grau obtido naquele ano por José Henrique), o pai-fundador da faculdade e da seção de Filosofia exorta simplesmente seus pupilos a irem para o hemisfério norte, senão ao menos para a USP, em São Paulo, onde – lá ou aqui – poderiam desenvolver seus verdadeiros talentos e experimentar a verdadeira universidade, descobrindo numa penada só que o mundo é maior do que a sua paróquia. Escreve Velloso em *O Diário*, na data de 21 de abril de 1959:

É mister que agora sofram um ano de Didática e impõe-se que os enviemos à Europa, ou às Américas, a qualquer país estrangeiro enfim, como São Paulo, por exemplo, para que corrijam em quatro anos de bolsas de estudo os quinze de erro, atraso, desacerto e almorreimas intelectuais em que houveram até ali. Este sim, vai ser um curso difícil e duro. Deverão em primeiro lugar aprender que o mundo, o vasto mundo, não se resume na Avenida Afonso Pena ou na Praça 7. Versando dia e noite uma língua que não é a sua, ou melhor ainda, um idioma outro mais estranho que o seu, que mal entendem, conhecem, a mais, o que é de fato uma Universidade, coisa que nunca viram: enormes escolas com milhares de estudantes, onde centenas de sujeitos, que vivem para estudar e pesquisar, em bibliotecas e laboratórios inacreditáveis, realmente comparecem, isto é, dão suas aulas, lecionam, ensinam, insistem, marcam trabalho, e os corrigem, havendo na mais alta conta, na mais alta dignidade, o cultivo das ciências, das letras e das artes.

Maravilha verdadeira! (VELLOSO *apud* VIEIRA, 2003, p. 137-138)

Como notou meu colega Leonardo Vieira em sua saudação a José Henrique, na solenidade realizada quando do lançamento do *Festschrift* várias vezes referido, saudação publicada pela revista *Kriterion* – fundada pelo Prof. Velloso, diga-se de passagem –, o nosso biografado foi o primeiro de seus pupilos a realizar aqueles vaticínios, ao dar início à profissionalização da filosofia em Minas Gerais, pondo fim à era da improvisação e do autodidatismo:

Como aluno atento do mestre Velloso, José Henrique Santos foi um solo fecundo em que germinou com admirável profusão e abundância a semente plantada pelo mestre. Em sintonia com os conselhos do mentor intelectual, ele realizou sua jornada de formação em país estrangeiro, na então Alemanha ocidental, mais especificamente na bela Freiburg i. Breisgau, porta de entrada para a floresta negra e em cuja universidade lecionaram dois grandes nomes da filosofia do século xx: Husserl e Heidegger.

Já impulsionado em terras mineiras por aquilo que Velloso denominou “amor às coisas intelectuais” e também tomado pela sua vocação de ensinar e pesquisar, entendida como “modo de existir”, um verdadeiro e autêntico ser-aí-no-mundo, o sucessor de Velloso na condução do nosso curso de Filosofia soube aprofundar a seriedade e dignidade da vida intelectual em solo germânico. Renunciando a todo tipo de improviso, José Henrique continua a assimilar os pressupostos indispensáveis que farão dele o consolidador da obra iniciada por seu mestre. (VIEIRA, 2003, p. 139).

Ora, como já comentado, tudo começou com o início de seu doutorado em princípios dos anos 60, justamente em Freiburg im Breisgau, e continuou com os pós-doutorados, um deles em Freiburg (1974) e o outro em Tübingen (1988). Como dissemos no *Festschrift*, ao qual volto por comodidade, não sem depois acrescentar uma ou outra informação, para o quadro ficar completo e atualizado, tudo isso irá repercutir em sua produção intelectual e adensar seu *ethos* de intelectual alemão entre nós. De resto, caracterizado pelo espírito especulativo por vezes meio destemperado, não em seu caso, pois em sua obra é possível ainda vislumbrar o bom gosto francês, com o seu ensaísmo como nota característica, conforme será evidenciado com mais clareza ainda em seu último livro. Entenda-se: José Henrique sempre escreveu bem, inclusive em seus estudos sistemáticos, como todo mundo sabe e reconhece, mas agora está-se a falar de novo gênero e estilo, cujas novidades, constituindo uma verdadeira guinada filosófica e literária, serão incorporadas às minhas considerações na sequência. Assim, voltando ao *Festschrift*, com destaque à formação alemã do filósofo:

Foi desta frequentação à filosofia e à universidade alemãs que nasceu este grande especialista em Kant, Husserl e Hegel que os colegas de

diferentes pontos do país passaram a admirar: de Kant, destacando seu profundo conhecimento da *Crítica da razão pura*, numa perspectiva próxima da Escola de Marburg (Cohen, Natorp e Cassirer), porém hoje mais nuançada e consideravelmente reconhecida pela densa assimilação da *Crítica da razão prática* e da *Crítica do juízo*, em vista das intenções profundas do solitário de Königsberg; de Husserl, a quem consagrou sua tese de doutorado (*Do empirismo à fenomenologia: a crítica antipsicologista de Husserl e a ideia de lógica pura*), retendo inicialmente sua primeira fase, para abrir-se mais tarde à segunda, seguidas no fim de um abandono mais ou menos implícito daquela filosofia, após entrega apaixonada de anos e anos; de Hegel, sua última e definitiva paixão intelectual, exibindo sua preferência pela *Fenomenologia*, pela *Filosofia do direito* e pelos Escritos de Jena. Testemunha essa inflexão sua tese de professor titular, *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel*, publicada depois como livro, em 1993, e habilitadora de seu reingresso à ativa na Universidade, depois de um breve período de aposentadoria, iniciado em 1986. (DOMINGUES et al, 2002, p. 8-9)

Mais tarde será a vez de duas outras obras essenciais de sua lavra, revelando sua mente inquieta e sua dedicação incansável à filosofia, uma delas consagrada inteiramente a Hegel, a outra de escopo mais amplo e variado, indo além de Hegel, ao multiplicar as interlocuções, a saber: *O trabalho do negativo: ensaio sobre a fenomenologia do espírito* (Loyola, 2007) e *O paraíso perdido: ensaios de reconciliação* (Loyola, 2020).

Das obras em apreço, conforme o próprio título indica, prevalece na primeira a sua preferência pela *Fenomenologia do espírito*, não que o filósofo mineiro diminuísse ou denegasse a *Lógica* e a *Enciclopédia*, pois a dialética e o negativo percorrem de alto a baixo o sistema filosófico do alemão ilustre, tornando José Henrique uma referência incontornável nos estudos hegelianos de nosso país. Na segunda e derradeira, teremos uma virada em sua estilística filosófica, como antecipado, ao trocar o gênero dos estudos sistemáticos e da tratadística filosófica – tão ao gosto dos alemães e já conhecido desde os tempos de Mme. de Staël, conforme vemos em seu notável *De l'Allemagne* (1813) – pelo gênero dos estudos parciais ou mesmo provisórios e da ensaística filosófica: exercitado por Locke e Hume, mas gênero francês

por excelência, ao polir as obras de pensamento com lustros literários, em cuja origem vamos encontrar Montaigne, que o inventou e que José Henrique não cita, mas a quem ele aprecia, como sabemos, e cuja filiação ao gênero é sem sombra de dúvidas textual. É o que mostra o subtítulo e como, aliás, ele mesmo o reconhece ao longo do livro, ao falar de retomadas e revisões. Trata-se de um *work in progress*, para usar uma fórmula inglesa bastante difundida, conforme eu já empreguei e comentei em mais de uma ocasião em minhas referências aos capítulos dessa que é a mais singular da consistente e variegada produção de José Henrique.¹⁶

Voltando a atenção à obra referida mais uma vez, antes de encerrar o perfil do filósofo e pensador, creio que duas observações adicionais seriam oportunas, em busca da *captatio benevolentiae* do leitor versado e interessado em filosofia, bem como do público específico da AML e educado nas belas-letas, apreciando o bom gosto *des oeuvres de l'esprit*, como se diz em francês, *esprit* – francês, no caso – ao qual se referia Mme. de Staël na obra citada.

Dos 11 capítulos que a compõem, teremos uma gama surpreendente de assuntos pouco frequentes no *mainstream*, em que a filosofia se vê o tempo todo às voltas com a filosofia e a tradição filosófica. Tal não é o caso de José Henrique no livro que estou comentando, ao abrir a agenda da filosofia para a literatura, a religião e a história, bem como para a vida cotidiana em suas diferentes faces e situações, como idas a livrarias e a cemitérios, além de versar sobre chistes, opiáceos, jogos espirituosos e gags.

Contudo, na vertente estritamente filosófica do livro, não vão faltar, em suas investidas, temas e problemas da filosofia tradicional, como o tema da mediação absoluta na *Fenomenologia* de Hegel, do qual ele trata no cap. 2, ao se colocar no esquadro rigorosamente hegeliano, e ao qual ele volta no instigante cap. 11, ao concluir o livro: especificamente, um ensaio escrito anos depois, no qual ele abandona parcialmente Hegel, volta ao Husserl da última fase (*Lebenswelt*) e troca a mediação

16 Como tivemos ocasião de mostrar no *Festschrift*, a produção intelectual do professor e colega gravitava, até sua publicação, em torno de três eixos: ética, política e cultura. No último livro introduz-se um quarto, a filosofia da religião, cuja temática densa, variada e pessoal – de índole antes de tudo existencial, e não exatamente teológica, frisa-se – é desenvolvida em diferentes capítulos.

total hegeliana pela encarnação de Michel Henry, ao permutar o duro reconhecimento da dialética do senhor e do escravo pela mediação de Cristo e a gratuidade do amor cristão. Na mesma linha, há o tema da ética e da medida, com uma vasta tradição que remonta a Platão, às voltas com o *metron* da ação moral, e, junto com ele, Aristóteles e a famosa régua torta dos mestres de obras de Lesbos. Dupla grega que ele certamente tem em mente, mas a cuja época, tão distante, ele evita recuar, para se centrar na época moderna e contemporânea, citando Hegel, Kojève e Pe. Vaz, a quem o ensaio é dedicado, e, a exemplo deles, mantendo-se em um registro propriamente hegeliano.

Numa outra vertente, de viés mais literário e com outras interfaces, como a memorialística e a erudição histórica, assistiremos então a José Henrique às voltas com os horrores de Auschwitz, que desafiaram mais de um filósofo contemporâneo, como Theodor Adorno e Hans Jonas, ainda que deles José Henrique não fale. Ele procura a companhia de Primo Levi em *Se questo è un uomo* (1947), que faz parte do gênero memória e mesmo, como em certas classificações, do gênero da ficção autobiográfica, trazendo-o José Henrique para a filosofia, ao indagar sobre os limites da razão. Some-se o admirável cap. 10, intitulado “Os paraísos artificiais”, onde ele busca a companhia de Freud, com seus experimentos com cocaína e os protocolos científicos, que abandona depois em troca da via psicanalítica de acesso ao inconsciente, bem como – e de um modo mais decisivo ainda – onde ele se acerca de De Quincey, de Baudelaire, de Verlaine e de Rimbaud: dessa vez, no campo da literatura, no qual não são mais a ciência e o cientista que estão em jogo, mas o usuário e o escritor sob efeito de cocaína e de outras drogas pesadas, como o haxixe e o ópio, que tiveram seu tempo de *glamour*. Nas obras poéticas desses autores e neles mesmos podemos ver, segundo o acadêmico, como os “autores da poesia francesa mais sublime, posto que inseparável do vício” (SANTOS, 2020, p. 14).

O cap. 5, com 13 tópicos, tem como tema a *crestomatia* arcaica (do grego *krestomatheia*, de *krestos* = “útil” + *manthanein* = “ensinar e aprender”), gênero literário cujos nomes mais conhecidos são “florilégio” ou “antologia”, havendo ainda em português “compilação” e “coletânea”. Ao longo dele nos deparamos com José Henrique ao explorar as valências do útil, ocupado com uma tópica inusitada: desde a arte da falcoaria, passando pelo olho de deus (o falcão Horus dos egípcios), a música mais o cálculo e, ainda, o transmundano religioso,

até os temas propriamente filosóficos, como a filosofia oracular, o animal metafísico, o esquecimento do ser e o eclipse de Deus e, por fim, a questão indelével da inutilidade da filosofia, evocando o título do ensaio, “Sobre a *crestomatia* arcaica. Sobre a utilidade do inútil”.

Para concluir, os caps. 3 e 4 e novamente o 11, que evocam os dois livros mais famosos do poeta inglês John Milton, *O paraíso perdido* e *O paraíso reconquistado*, em que não é exatamente a poética literária que está em jogo, visto que nenhum poema é analisado pelo filósofo, mas em cujo título e recorrência podemos ver o poder estruturador das alegorias na especulação filosófica. Portanto, não meros ornamentos ou enfeites, mas meios de pensamento e de expressão linguística, cristalizadas (as alegorias) em imagens metafóricas poderosas, como a da queda e da falta moral, junto com o problema do mal e do seu perdão, título do cap. 11. Não se pode esquecer, na mesma linha, o cap. 9, intitulado “Sobre jogos e ditos espirituosos”, ao longo do qual, segundo José Henrique, ele “tenta esclarecer o papel do jogo na especulação filosófica e na crítica dos costumes”, referidos por ele como “jogos linguísticos” – expressão a qual ele prefere a jogos “espirituosos”/“espirituais” –, em cujos diferentes usos e situações “nos valemos do duplo sentido para escapar à censura e sugerir alternativas de ação, geralmente desprezadas devido ao modo vulgar com que se apresentam” (SANTOS, 2020, p. 13). Há, ainda, o meu ensaio preferido, incluído no cap. 7 com o título “Brava gente brasileira”, escrito nas festividades da celebração do v Centenário da Independência, na origem uma conferência proferida na UFMG, depois transformada em artigo que foi publicado em três veículos na mesma ocasião (1999), um deles o jornal *Estado de Minas*, e retomado 20 anos depois, com o autor certo de sua atualidade: o mote é “A dificuldade de dizer ‘nós’”, ao tratar do problema de nossa identidade nacional de brasileiros – identidade coletiva de país ou nação – com as lentes da filosofia da cultura, digamos assim, senão da antropologia filosófica como correlata da antropologia cultural. Identidade fraturada desde a colônia, em suma, levando o filósofo a dizer que os problemas tratados na ocasião das celebrações não só continuam atuais como também “se agravaram, mas, em compensação, a luta pela justiça social ganhou força, especialmente no que se refere ao racismo e à emancipação feminina” (SANTOS, 2020, p. 13). Sem dúvida, as análises são desenvolvidas com as armas e as bagagens da filosofia, com o tema do reconhecimento e

a dialética do senhor e do escravo nucleando a argumentação e o desenvolvimento das ideias. Com efeito, é isso, e eis o hegeliano de volta, mas em cujas ilações podemos ver, igualmente, os aportes dos pensadores do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. E, ainda, alegorias e peças recorrentes de nossa literatura, como a figura do “retrato”, metaforizado como “retratos do Brasil”, na esteira de Paulo Prado e seu livro influente, bem como a figura e a rapsódia de *Macunaíma*, de Mário de Andrade.¹⁷

Termino, então, esta biografia do acadêmico insigne, chamando a atenção para as suas ascendências intelectuais e o número da cadeira que ele ocupa na AML, a 18. Das ascendências intelectuais, haverá a de Eugen Fink, seu orientador de doutorado em Freiburg, a quem ele deve sua iniciação na fenomenologia, até hoje uma de suas pátrias intelectuais, e a quem ele se refere no cap. 8, “Sobre os jogos e ditos espirituosos”. Além dele, haverá mais duas outras e mais densas ainda, brasileiras no caso: por um lado, a de Arthur Versiani Velloso, de quem ele diz ser um “discípulo heterodoxo”; por outro lado, a de Pe. Henrique de Lima Vaz, de quem ele não foi pupilo, mas diz que foi discípulo, com quem conviveu no departamento de Filosofia como colega e que é uma das figuras luminares da filosofia brasileira, conforme ele assinala no cap. 7, “Ética e medida”.

Sobre a Cadeira 18: tendo Silva Alvarenga como patrono, ela fora antes ocupada por Arthur Versiani Velloso, de quem José Henrique é o sucessor. Ao assumir a cadeira do antigo mestre, ele proferiu no discurso de posse o elogio ao antecessor, em que eu vejo uma pequena obra-prima literária e uma fonte perene para os estudos da história intelectual de Minas Gerais. Eis então a cena completa: numa ponta Velloso, o mestre; noutra o discípulo, José Henrique; este nosso mestre e elo que nos liga ao pai-fundador da velha faculdade e da seção de Filosofia – Velloso, que é quem está na origem de tudo –, das quais todos nós das humanidades, em Belo Horizonte, viemos.¹⁸

17 Para a lista dos artigos publicados por José Henrique, ver o *site* da AML. Além dos *papers* filosóficos, que são a maioria, vamos encontrar artigos de circunstância sobre a universidade, o ensino de humanidades, a figura de Tancredo Neves e outros.

18 Sobre o discurso de posse, no qual à página 12 ele diz ser um “discípulo não ortodoxo”, ver SANTOS, José Henrique. *Elogio acadêmico de Arthur Versiani Velloso*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1992.

REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, I. *et al.* *Ética, política e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2017.
- JOSÉ Henrique Santos. *UFMG 90 Anos*, [201-]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/90anos/testimonial/vice-reitora-sandra-regina-goulart-almeida/>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- SANTOS, J. H. *O paraíso perdido*. São Paulo: Loyola, 2020.
- VIEIRA, L. Discurso em homenagem a José Henrique Santos... *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 44, n. 107, p. 136-143, jan./jun. 2003.
- VELLOSO, Arthur Versiani *apud* VIEIRA, L. Discurso em homenagem a José Henrique Santos... *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 44, n. 107, p. 136-143, jan./jun. 2003.

LACYR SCHETTINO

Maria Inês de Moraes Marreco

Poeta, psicóloga, pintora, ensaísta e professora universitária, Lacyr Annunziata Schettino nasceu na cidade de Mar de Espanha (MG), em 25 de março de 1914, filha de Nunziato Schettino e de Maria Rosa Schettino. Faleceu em Belo Horizonte, em 26 de abril de 2004.

Na mais tenra idade dá início à sua travessia pessoal, compondo o primeiro poema em memória do avô. Sob a égide de uma imaginação que a libera para os grandes voos, situa uma obra que engloba poesias, pesquisas históricas, traduções, crítica literária e literatura infantil.

A música, o estudo de línguas e a literatura sempre fizeram parte de suas principais ocupações. Em 1952 diplomou-se em Canto, História da Música, Teoria Musical e Solfejo no Conservatório de Música do Rio de Janeiro e em Canto Coral e Harmonia no Conservatório Barramansense de Música, que, aliás, havia sido fundado por sua irmã Elisa Schettino.

Em 1964 mudou-se para Belo Horizonte e, em 1970, formou-se em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC Minas, aos 62 anos, especializando-se em Literaturas Estrangeiras. Exerceu o magistério secundário e o superior e lecionou Teoria e História da Música no Conservatório de Barra Mansa (RJ) e no de Sete Lagoas (MG).

Nas palavras de Carmen Schneider Guimarães, “Lacyr possuía uma visão privilegiada da linguagem poética. Posicionava-se no melhor

que sua agudez intelectual lhe concedia; assestava as antenas de pesquisa criadora e inspiração racional no rumo de um lirismo apurado e profundo, e se fazia artista” (SCHNEIDER, 2007, p. 32).

Sua obra literária teve início em 1949 com o livro *Quando as sombras se espalham*. Escreveu livros para crianças e sua produção nesse gênero sempre teve excelente recepção crítica, sendo recomendada e adotada nos colégios da cidade, despertando a sensibilidade do público infantil. Tendo escrito para crianças, a escritora é reconhecida pela delicadeza com a qual aborda os temas infantis. Como exemplo disso pode ser citado *A gatinha Bonifácia*, com duas edições em três anos, livro com o qual a escritora conquistou esse público como quem transporta seus pequenos leitores à casa dos avós. Vejam:

A gatinha Bonifácia
vai à missa – vejam só! –
com seu xale de pelinhos.
herança de sua avó.
.....
E a gatinha Bonifácia,
sabida como ela só,
fecha a porta e desce a escada,
com as unhas de alvorada,
com seu xale de pelinhos –
herança de sua avó.
(SCHETTINO, 1988, p. 6-7)

A seguir, com “O espelho da morta”, a escritora concorreu ao 1º Concurso Feminino de Poesia de *A Gazeta de São Paulo*, em 1953, cuja comissão julgadora era composta pelos expressivos nomes de Jorge de Lima, Menotti Del Picchia e Osmar Pimentel. A poeta mineira obteve o primeiro lugar. Pelo fragmento a seguir pode-se ter ideia da qualidade dessa poesia:

E o espelho partido! Refletiu mil faces!
Mil vidas da morta desfilaram nele,
enrolado em sombra, esgarça a lembrança...
da que foi s'embora com pecado e tudo

da que foi mulher e hoje é anjo sem rosto
da que teve beijos e hoje tem silêncio...
(SCHETTINO, 1994, p. 26)

O título dessa poesia nomearia seu primeiro livro no ano seguinte, *O espelho da morta* (1954). Viriam a seguir: *Santa Tereza de Jesus* (1958), considerado um dos pontos luminosos da poesia mística brasileira; *Festa no jardim* (1960), ilustrado por Clécio Penedo; *Nasce uma cidade* (1963), edição esgotada, no plano da pesquisa histórica; *Verdamazônia* (1974); *As sete meninas* (1979), inspirado nas suas seis irmãs (Ermelinda, Maria do Carmo, Elisa, Jacy, Maria José e Maria Adelaide) e nela; *Lendas da cidade de Tiradentes* (1981); *Descobrimo o Brasil em "Os lusíadas"* (1983); *Naquele tempo...: parábolas de Jesus* (1985); *América Latina* (1986); *A gatinha Bonifácia* (1988), com segunda edição em 1991; *Alvorada do Rio da Morte* (1989); e *Versos de ontem e de hoje* (1994).

Lacyr Schettino divulgou escritos na imprensa em datas comemorativas. Foi autora da letra do "Hino do Centenário de Mar de Espanha", musicada pelo maestro Joaquim Gouveia, e da letra do cântico a Nossa Senhora do Carmo "Flor do monte", musicada pelo frei Martinho Cortez, da Ordem do Carmo, da qual foi priora.

Intellectual ativa, a mineira de Mar de Espanha pertenceu à Academia Mineira de Letras – onde ocupou, substituindo Henriqueta Lisboa, a Cadeira 26, cujo patrono é Evaristo da Veiga –, ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, à Academia Feminina Mineira de Letras e à Academia Municipalista de Letras, além de ter sido diretora-fundadora do Esperanto-Grupo de Barra Mansa, em 1950.

Em sua posse, Lacyr Schettino foi saudada pelo então presidente da Academia Mineira de Letras, o Dr. Vivaldi Moreira, que acentuou:

Seu nome ecoou longe pela categoria de sua obra poética de dimensões inusitadas. A lírica mineira adquiriu modulação e ressonâncias novas, após o canto primordial de Henriqueta Lisboa, que se compôs de todas as tonalidades audíveis. [...]. Cantora enternecida de Teresa de Jesus, capaz de traduzir em suas estrofes os mais recônditos anseios de Eternidade da Santa de Ávila, Lacyr é, entre nós, um dos poetas que mais

se aproximam de Henriqueta, pela sonoridade do estro aliada à delicadeza da expressão formal. (MOREIRA *apud* SCHNEIDER, 2007, p. 34)

As obras poéticas deixadas por Lacyr Schettino compõem um mural de relíquias talhadas para enlevar o espírito. Verifica-se em seus poemas uma tentativa de apreender o processo de escrita através do experimento com as palavras e também da exploração do espaço vazio da página. Utiliza com frequência uma métrica livre, em consonância com as tendências contemporâneas e com os temas com os quais trabalha – o cotidiano, a vida e a morte. A reflexão sobre a realidade, a violência, a ganância, o ritmo acelerado da vida e o excesso de informações são constantes em sua obra. Trata-se, pois, de uma poeta engajada no seu tempo, atenta às questões da atualidade, questões essas que não excluíam o desejo de ver a mulher num patamar de reconhecimento compatível com o seu valor. Observe-se neste poema:

Mulher

Sou a desconhecida,
a que sempre buscaste e hás de buscar em vão;
a glória por quem dispersaste a vida
em uma inútil peregrinação.

Sou o eterno motivo
da eterna cruz do teu destino de homem.
És, porque sou e vives porque vivo
num mundo onde outros mundos se consomem.

Sou teu grande momento.
Aceita-me assim como vês quem sou
sem antes me buscar no pensamento
ou interrogar depois para onde vou.

.....
Nem procures saber como é que vim
para a tua ambição e teu repouso.

Só peço que me aceites mesmo assim,
mesmo desconhecida,
mesmo sem novas forças que te domem.

És porque sou, e eu sou a vida:
a eterna cruz do teu destino de homem.
(SCHETTINO, 1994, p. 22)

Nada mais contundente do que o apelo destas palavras: “És, porque sou e vives porque vivo”, “Aceita-me assim como vês quem sou” e “eu sou a vida”. Essas palavras já eram, naquela época, um grito de socorro à sociedade, na intenção de que o poder patriarcal percebesse a angústia das mulheres e as visse não só como mães mas também como companheiras, filhas, amigas e profissionais, fosse qual fosse o campo em que atuassem.

Entre as diversas condecorações e honrarias que recebeu a escritora mineira, destacam-se as seguintes: Medalha de Tiradentes; Intelectual Sul Fluminense do Ano; Cidadã Honorária de Barra Mansa; Personalidade Literária do Ano; Patrona da Cadeira n.º 4 da Academia de Letras Infantil do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte; Patrona do Centro Cívico do Colégio Washington Luiz de Barra Mansa; Presidente do XIV Congresso Brasileiro de Esperanto, em Belo Horizonte; e Prêmio de Poesia Olavo Bilac, da Prefeitura do Distrito Federal, com o livro *Santa Teresa de Jesus*, considerado um dos pontos luminosos da poesia mística brasileira.

Por ocasião do concurso de frases organizado por Jornal do Brasil, Alitalia e Travel-Service, em 1986, Lacyr Schettino obteve o primeiro lugar com a seguinte frase: “Da manjedoura à cruz, um trajeto de amor”.¹⁹ Como ensaísta, Lacyr publicou: *A poesia de Sofia de Mello Breiner, Panorama da literatura infantil, Em torno do episódio de Inês de Castro, Lendas da cidade de Tiradentes, Descobrindo o Brasil em “Os lusíadas” e Vá à Terra Santa*. Como tradutora: *Uma exploração da Guiana Brasileira*, de Hamilton Rice; *Poesia para meditação*, obra poética completa de San Juan de La Cruz; e *Dia a dia*, de Salvatore Quasimodo (inédito).

19 Dado fornecido por D. Maria Adelaide, irmã da autora, em entrevista.

Da fortuna crítica sobre sua obra cito as palavras de Jorge Rizzini, do *Correio Paulistano*, sobre o livro *Santa Teresa de Jesus*: “Este livro surpreendente está fora do tempo e do espaço. Todo ele é uma canção ao ignoto doloroso que habita em todos nós. É uma busca dentro da noite humana, onde o tangível não existe e onde a realidade é mais dolorosa porque abstrata”.

Segundo Euclides Andrade, ela é “uma das mais altas vozes da poética feminina no Brasil!”.

Homero Silveira, do *Diário de São Paulo*, diz: “Dificilmente outra poetisa terá mergulhado assim, com tanta lucidez, nessa geografia profunda, diríamos melhor, nesse abismo que são as nossas próprias mãos, e ela o faz sem medo e sem malícia, o que nos parece terrível para uma mulher”.

Para Elizabeth Rennó,

a modernidade da poesia de Lacyr Schettino é inerente à sua obra de arte. Na sutileza de alguns versos, dissimulados, penumbrosos ou na rudeza de um vocabulário que se coloca no seu osso, despojado e calcário, tudo pertence à estética do encantamento. Os sentimentos afloram de seus versos curtos ou longos, de suas estrofes, de seus *enjambements*, de suas pausas e de seu ritmo. Nada é absurdo, tudo se constrói a partir da linguagem emocional em sua natureza conotativa.
(RENNÓ, 1994, p. 27)

Lacyr Schettino usou durante muitos anos o pseudônimo de Ariadne, a deusa cretense, figura exemplar de mulher que ama, aquela que dá o fio, que orienta, uma mulher a vir.

Para Victor Hugo o fio, em *Notre-Dame de Paris* (1831), era apenas o símbolo da sabedoria de Gringoire. No prefácio de *La légende des siècles* [A lenda dos séculos] (1859), “o grande fio misterioso do labirinto humano, o Progresso”, permitia construir o futuro. Porém, para Donneau de Visé, em *Le mariage de Bacchus et d'Ariane* [O casamento de Baco e Ariadne], as mulheres interrompiam o jogo trágico ao qual estavam condenadas e tomavam a iniciativa de inverter os papéis, explorando, sob a égide de Baco, uma possível liberdade, procurando a verdade ou apenas uma verdade de mulher. Dessa forma, o fio se tornava o símbolo da razão humana na sua progressão positiva, a pura razão.

Atrevo-me, pois, a inferir: não teria a mineira usado tal pseudônimo intencionalmente? Não teria ela desejado, através de sua obra, orientar, ou até mesmo vislumbrar uma “mulher a vir”? Uma mulher decidida a desbravar novos caminhos na luta pela liberdade, na procura, pelo menos, de uma verdade?

Deixo para todos o caminho labiríntico para chegar a essas respostas.

REFERÊNCIAS

- RENNÓ, Elisabeth. *Rascunho de Minas*. Belo Horizonte: Afemil, 1994.
SCHETTINO, Lacyr. *A gatinha Bonifácia*. Belo Horizonte: RHJ, 1988.
_____. *Versos de ontem e hoje: poesias*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.
SCHNEIDER, Carmen. *Senhoras & senhores das artes*. Belo Horizonte: Emil Editora, 2007.

MARIA ESTHER MACIEL: ATRAVESSANDO POÉTICAS E FRONTEIRAS

Jacques Fux

Maria Esther Maciel Borges, nascida em Patos de Minas, em 1963, vive em Belo Horizonte desde a adolescência. Além de professora titular de Teoria Literária na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é escritora, poeta, ensaísta e autora de inúmeros artigos e textos, além dos seguintes livros: *Dos haveres do corpo* (poesia, 1985), *As vertigens da lucidez: poesia e crítica em Octavio Paz* (ensaio, 1995); *Borges em dez textos* (organização, 1998); *A dupla chama: amor e erotismo em Octavio Paz* (ensaio, 1998); *Triz* (poesia, 1999); *Voo transversal: poesia, modernidade e fim do século XX* (coletânea de ensaios, 1999); *A palavra inquieta: homenagem a Octavio Paz* (organização, 1999); *Laís Corrêa de Araújo* (ensaio, 2002); *O livro de Zenóbia* (ficção, 2004); *A memória das coisas* (ensaios, 2004); *O livro dos nomes* (ficção, 2008); *As ironias da ordem* (ensaios, 2010); *Pensar/escrever o animal* (organização, 2010); *Literatura e animalidade* (ensaios, 2016); *Longe, aqui* (poesia incompleta, 1998-2019); e *Pequena enciclopédia de seres comuns* (ficção, 2021).

A delicada e precisa escrita ficcional de Maciel tem sempre um inconfundível traço poético, em que ela busca ferramentas para trabalhar com as limitações da linguagem e transcender a própria literatura. Em suas próprias palavras:

Comecei a escrever muito cedo, ainda na adolescência, movida por uma inquietação que eu não sabia muito bem o que era. A matéria

poética, naquele momento, se afigurava para mim como algo impreciso e sem nome. Acho que minha ligação com a poesia passava, sobretudo, pelos sons, pela música das palavras, talvez por contágio da primeira poeta que li em minha vida, que foi Cecília Meireles. A pergunta que, espontaneamente, eu me fazia era mais ou menos esta: como extrair dos sons das palavras uma expressão do que sinto e vivo? Por muito tempo, essa pergunta me acompanhou, adquirindo novos matizes à medida que fui descobrindo outras potencialidades da linguagem e outros motivos para escrever que não apenas o de verbalizar sentimentos e experiências pessoais. Passei a perguntar também: pode a poesia mudar o mundo, a realidade? E como fazer isso? Acho que não achei a resposta até hoje. O que tenho feito é ficar atenta ao que se esconde nas dobras da realidade transparente e tentar extrair o imprevisível do óbvio. Quanto ao processo de composição, digo que os poemas do primeiro livro que publiquei, *Dos haveres do corpo* (1984), já anunciavam (ainda que precariamente) uma forma de compor que acabou por se tornar recorrente nos anos seguintes, sobretudo com os poemas de *Triz* (1998): a busca da concisão, o exercício de uma subjetividade oblíqua, o apreço pelos paradoxos, um certo despojamento. Aos poucos, porém, o meu modo de escrever adquiriu outras modulações, levando-me a formas textuais mais híbridas. Isso se concretizou de maneira explícita em *O livro de Zenóbia*, de 2004, no qual misturei poesia, narrativa e outros tipos de texto, como listas, verbetes, aforismos e receitas culinárias. Mas sem deixar de lado o ritmo das frases, a sonoridade das palavras, os aspectos visuais e cinéticos da linguagem. Voltei aos poemas em verso só em 2019, com *O livro das sutilezas*, ainda assim, não de forma exclusiva, já que as interseções de prosa e verso também incidem em algumas seções. (MACIEL, 2020)

Escritora reconhecida e crítica renomada, Maria Esther, inicialmente direcionou sua pesquisa e suas escritas aos cânones, aos grandes escritores e obras literárias, o que pode muito bem ser encontrado no início de seu *O livro de Zenóbia*. Partindo desse molde, Maciel incursiona e insere as vozes da literatura universal em seus personagens, construindo assim um hipertexto canônico. Em seguida, persegue a dificuldade e a inviabilidade de construir uma base e começa a enxergar uma literatura rizomática, na qual se torna impossível classificar e ordenar. Os limites da linguagem se expandem com o uso contínuo

de paradoxos para tentar buscar o que não se pode dizer; é o que faz em *O livro de Zenóbia* e em *O livro dos nomes*, ao tentar classificar e ordenar diversas listas. Em “Livros de cabeceira”, uma das listas de *Zenóbia*, Maciel apresenta uma pequena parte de sua gênese literária ficcional:

Ave, palavra. Pequeno oratório de Santa Clara. Rubaiyat. A paixão segundo G.H. Arte de amar. Temor e tremor. Estudos sobre o amor. Moradas do castelo interior. Os cantos de Maldoror. As mil e uma noites. Dom Quixote. Os hinos à noite. I-Ching. Claro enigma. Antígona. Laços de família. Zadig. Crime e castigo. Água-viva. Contos do vampiro. Triz. As elegias do Duíno. Eu. Invenção de Orfeu. O apocalipse de São João. Poemas de amor e discricção. Cem anos de solidão. Grande sertão: veredas. Lendas brasileiras. Vidas secas. O banquete. O livro de areia. O vermelho e o negro. Fedro. Educação pela pedra. Do céu e do inferno. Eclesiastes. A história das minhas calamidades. A metamorfose. Mensagem. Libertinagem. Lenda dos animais. Da tranquilidade da alma. Apicius culinarius. O livro dos seres imaginários. Os demônios. Da natureza das coisas. A arte da sabedoria. Iracema. Humano, demasiadamente humano. Ramayana. Cântico dos cânticos. O guardador de rebanhos. Vaga música. Dom Casmurro. Contos da chuva e da lua. O livro da honesta volúpia. Elogia da loucura. (MACIEL, 2006, p. 147)

Maciel sempre conseguiu conciliar com primazia as pesquisas e os trabalhos universitários com a sua prosa, a sua escrita poética e também com a sua ficção. Levando um incrível arsenal de escritores e leituras (infinitas?) em seus ombros – e criando ainda novos precursores –, Maciel tem ensinado (e eu sou um dos aprendizes) a novas e antigas gerações de escritores que o fazer literário habita nesse espaço híbrido entre as releituras e recriações de cânones e as “descobertas” de estruturas, temas e redes inéditas e inventivas.

Não vejo o trabalho teórico e a criação poético-ficcional como campos dissonantes, excludentes. São experiências diferentes, mas afins, que podem se potencializar reciprocamente. Estou certa de que minha formação/atuação acadêmica foi e ainda é muito importante para o meu aprendizado/aprimoramento enquanto escritora. Minhas pesquisas nunca deixaram de incidir no meu trabalho criativo, assim como o

exercício poético-ficcional nunca deixou de atravessar o meu trabalho como professora e pesquisadora. Todos os poetas, escritores e artistas que estudei ao longo de minha trajetória acadêmica estão, cada um à sua maneira, presentes no meu projeto literário e têm a ver com minhas inquietações também pessoais. Estudar Paz e outros poetas-críticos foi uma maneira de aprender com eles a conjugar essas atividades. Incursionar nos inventários, listas, séries e enciclopédias de Borges, Greenaway, Sei Shonagon e Bispo do Rosário foi uma maneira de lidar também com minha própria pulsão taxonômica, que se dá a ver em muitos dos meus textos criativos em verso e prosa. E o estudo da zooliteratura tem me ajudado na composição de poemas, contos, verbetes ficcionais e crônicas voltados para os animais e outros viventes não humanos. Inscrevo-me no espaço das correspondências, das interseções e confluências. No que tange especificamente à poesia, digo que meu aprendizado teórico tornou-me mais exigente no manejo da linguagem, deu-me uma consciência maior do processo de escrita. Mas sem que, para isso, eu tivesse de abrir mão dos voos da imaginação e dos sentidos. Mesmo que eu me valha do que sei sobre o fazer literário, use as técnicas que aprendi nos livros e ensinei em sala de aula, incorpore traços e referências dos meus autores de cabeça, digo que a verdadeira matéria-prima que sustenta minha poesia é a vida, o cotidiano, o que adquiri através de minha relação com os outros, com o mundo, com minhas perdas, dores, alegrias e perplexidades. (MACIEL, 2020)

No seu aclamado *O livro dos nomes* (o meu preferido), a versátil escritora mineira constrói uma ligação meticulosa de seus personagens e questiona todo ato e forma de ordenação e classificação (uma de suas áreas de pesquisa teórica mais notórias e importantes no contexto nacional), criando assim um projeto labiríntico, com várias possíveis entradas e saídas, mas que são, porém, circulares e seguem o fio tênue de Ariadne alcançando o Minotauro. E tudo isso com uma poética só alcançada/permitida aos grandes escritores e narradores.

Afeita a nomes, ela confessa sua predileção por eles:

Sempre me encantei pelos títulos que contêm a palavra “livro”, como *O livro das horas*, *O livro do travesseiro*, *O livro dos seres imaginários*, *Livro do desassossego*. E não apenas dos títulos. Todos eles têm uma estrutura que foge às convenções literárias, tendendo várias vezes para

a coleção de fragmentos. Alguns, incorporam verbetes enciclopédicos, extratos de diário, listas. *O livro de Zenóbia* é uma mistura disso tudo. Em *O livro dos nomes*, incorporei sobretudo verbetes; em *O livro das sutilezas*, coleções de plantas, animais, reminiscências, coisas do cotidiano, além de listas. Já estou às voltas com mais dois projetos com “livro” no título. Eles não deixam de ser também “tomos” de um só livro, que aos poucos vou construindo ao longo de minha vida. Sem dúvida, há algo de medieval nisso. (MACIEL, 2020)

Ainda falando sobre sua vertente estritamente ficcional, Maciel acaba de lançar o *Pequena enciclopédia de seres comuns*, pela inovadora e já prestigiosa Editora Todavia. Retomando suas pesquisas d’*O livro dos nomes*, a dos animais/animalidade – um “animalário”, como ela o chama –, e criando em cima de enciclopédias reais, irreais e fictícias, Maciel apresenta 76 deliciosos seres dos reinos animal e vegetal. Com delicadeza poética e riqueza literária borgeana, Maciel conduz o leitor pela riqueza da invenção, como no belo trecho abaixo:

Lagarta-dama-do-mato

É um réptil com feições humanas que vive nas matas litorâneas. Tem uma cor pardacenta, com pintas escuras na cabeça e no ventre. Sua boca tem grandes lábios, que escondem dentes afiados e longos. Quando está no cio, fica tão excitada que todo o seu rabo se abre em flor. Isso assanha as abelhas e os colibris, que dela se aproximam com desejo aceso. Entretanto, avessa a tais assédios, ela se enfurece e captura, com a língua longa e pegajosa, todos os bichos inoportunos que aparecem. (MACIEL, 2021)

Nos livros *A memória das coisas* e *As ironias da ordem*, Maciel explora justamente esse ofício de criar listas e inventariar o mundo a partir das obras de outros autores. Ela reabre a noção de enciclopédia para investigar novas possibilidades no campo literário, principalmente por meio do contato entre a literatura e outras manifestações artísticas. Em suas palavras:

Gosto muito da palavra “coisa”, por ela conter vários sentidos. Pode designar tanto um objeto (coleccionável ou não) quanto algo abstrato,

que não tem nome ou escapa à classificação. Num sentido mais genérico, pode significar tudo o que existe no mundo natural e artificial, tudo o que compõe o que chamamos de as coisas do mundo. Francis Ponge lidou belamente com elas. Carlos Drummond também. Nos meus poemas, todos esses sentidos nunca deixaram de estar presentes. Hoje, mais do que nunca, estou atenta à lição das coisas comuns (concretas e abstratas), como um regador num canto de jardim, um canto de bem-te-vi, um fio de luz que entra na sala escura, o vento que entra pela fresta da janela, uma asa de inseto no chão do escritório, uma dor no joelho esquerdo. (MACIEL, 2020)

Seu trabalho na crítica é marcado pela noção de inclassificável, apontando para aquilo que não pode ser ordenado ou especificado de forma definitiva. Segundo a autora, “podemos argumentar que, se existe o inclassificável, é porque os sistemas de classificação disponíveis e legitimados são insuficientes e não dão conta de acomodar a complexa diversidade e multiplicidade do mundo” (MACIEL, 2007, p. 156).

Na definição do dicionário, a palavra “inclassificável” significa “o que não pode ser inserido dentro de uma classe ou categoria”, “que está em desordem, em confusão”; “digno de censura, de reprovação”. No entanto, Maciel afirma que a palavra pode estar associada à ideia de ubiquidade, pois também chamamos de inclassificável “aquilo que é passível de ser inserido – mesmo que provisoriamente – em vários lugares ao mesmo tempo, dada a diversidade muitas vezes contraditória de seus traços” (MACIEL, 2007, p. 156). É o caso do ornitorrinco, descoberto em 1979, na Austrália, animal que possuía características comuns a vários outros, sendo todas as categorias insuficientes para acomodá-lo.

Maciel recorre a Barthes (1981), que se vale da palavra grega *atopos* para designar esse tipo de situação, apontando não só para o fato de não se confinar em um só lugar, mas também pela resistência a descrição e definição, caracterizando o que é estranho, extraordinário, insólito e original. Dessa forma, o ornitorrinco seria essencialmente um animal atópico, compreendendo todos os sentidos da palavra *atopos*: inclassificável, estranho, inconveniente (MACIEL, 2007, p. 157). Isso porque, segundo a autora, na ausência de critérios existentes, o homem sempre busca novas formas de classificação para que o

elemento em questão possa ser definido e especificado. Porém, o que Maciel ressalta é que, muitas vezes, o cientificismo não é suficiente, sendo necessário percorrer outros caminhos e cruzar a fronteira entre ciência e ficção. Assim, para a autora, “onde falha a classificação, advém a imaginação” (MACIEL, 2007, p. 158).

Ao se dedicar ao seu projeto teórico-literário, que resultou na publicação dos livros *O animal escrito* e *Pensar/escrever o animal*, Maciel retoma e reinventa a busca pela linguagem e possibilidade poética. Ao se referir a Zenóbia, Donald Schüller escreve: “Frequenta palavras invulgares, tiradas de receituários, tratados, mapas, almanaques, álbuns, alfarrábios... Veste-se de imagens, de sonoridades insuspeitas. De tanto viajar por dicionários e livros, busca um país sem palavras, sem ritmos, sem sons” (SCHÜLER, 2006, p. 152). Assim como na poesia de Drummond “A procura da poesia”, Maciel se volta “não para as leis que fundam a representação – com o convencional destaque para construções verossímeis –, mas para as leis da poesia que, afinal, se condensam nas fulgorizações dos nomes e das coisas” (BRANCO *apud* MACIEL, 2006, p. 153). Dessa forma, no intento de não fazer versos sobre acontecimentos, já que não há criação nem morte perante a poesia, e penetrando surdamente no reino das palavras em que estão os poemas que esperam ser escritos, Maciel, por meio dessa nova possibilidade poética e de linguagem, procura sua poesia.

Nesse sentido, escreve Maciel sobre uma possível busca poética na zooliteratura:

No que se refere especialmente à esfera poética como espaço privilegiado para a apreensão da chamada animalidade, vale lembrar as considerações de Georges Bataille sobre a questão, no livro *Teoria da religião*. Nele, o autor sugere que, se a poesia nos leva ao não sabido, ela pode nos levar também, pela via da mentira (ou falácia) poética, ao mundo incógnito da animalidade. Mas a mentira, nesse caso, concebida não como uma mera afirmação contrária ao que se chama de verdade para induzir ao erro, mas como uma espécie de conhecimento, um saber alternativo (e plausível) sobre o que escapa à representação, à apropriação figurativa. Isso porque, se a poesia propicia uma inscrição possível da animalidade no corpo da escrita, ela também viabiliza um encontro, ainda que fictício, entre o humano e sua outridade animal. (MACIEL, 2011, p. 87)

Maciel também segue a linha de Derrida quando ele formula a seguinte proposição: “pois o pensamento do animal, se pensamento houver, cabe à poesia, eis aí uma tese, e é disso que a filosofia, por essência, teve de se privar. É a diferença entre um saber filosófico e um pensamento poético” (DERRIDA, 2002, p. 22).

Em sua obra de prosa poética, a autora busca o sentido derridiano de “como a linguagem afeta o nosso acesso à complexidade do mundo não humano” (MACIEL, 2011, p. 89). A fronteira literária é a fronteira entre o humano e o não humano, esse limiar produz a literatura que é “o outro mais outro que qualquer outro” (COETZEE, 2002, p. 63). Assim, Maciel vivencia a poesia, como bem colocou John Coetzee: “os poetas nos ensinam mais do que sabem, graças ao processo chamado de invenção poética, que mistura sensação e alento de uma forma que ninguém jamais explicou, nem explicará” (COETZEE, 2002, p. 63). Maciel conclui que “pensar, imaginar e escrever o animal só pode ser compreendido como uma experiência que se aloja nos limites da linguagem” (MACIEL, 2011, p. 94).

Ao tentar formular palavras e pensamentos sobre a (canônica) obra da escritora, e da minha sempre orientadora, cometo a audácia (embora haja a necessidade) de falar dos grandes. Dos grandes leitores, narradores, escritores e, sobretudo, dos mais fantásticos professores e mestres que nos fazem (e ela, Maria Esther, me fez) tomar gosto e paixão por livros, teorias e histórias. Agradeço a Maria Esther pela oportunidade que me ofereceu de eu me encontrar no paraíso das letras sem nunca ter tido que me afastar do infinito dos números.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Francisco Alves, 1981.
- BRANCO, Lúcia Castello. Ilágrimas para Zenóbia. In: MACIEL, Maria Esther. *O livro de Zenóbia*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.
- COETZEE, John. *A vida dos animais*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. Tradução: Fábio Landa. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- MACIEL, Maria Esther. *O livro de Zenóbia*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

MACIEL, Maria Esther. Poéticas do inclassificável. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 15, 2007, p. 155-162

_____. *Pensar/escrever o animal*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

_____. “Escrever, nesta hora do mundo, é atravessar as fronteiras de nossa própria humanidade”. [Entrevista concedida a] Tarso de Melo. *Revista Cult*, [s. l.], 14 ago. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maria-esther-maciel-entrevista/>. Acesso em: 25/05/2021.

_____. *Pequena enciclopédia de seres comuns*. São Paulo: Todavia, 2021.

SCHÜLER, Donald. Zenóbias. In: MACIEL, Maria Esther. *O livro de Zenóbia*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

MARIA JOSÉ DE QUEIROZ POR CAMINHOS E TINTA DE AMÉRICA

Lyslei Nascimento

*O espírito crítico, indispensável ao ensaísta,
tem dirigido a minha pena, e penas. Contudo,
a tentação da análise, rendida sempre à inspiração
alheia, talvez me leve a arar o meu próprio campo...*

MARIA JOSÉ DE QUEIROZ

Maria José de Queiroz é uma das raras escritoras brasileiras que são perfiladas pelo rótulo, às vezes pouco lisonjeiro, de eruditas. Autora de vasta obra ensaística e ficcional, ela tem frequentemente sido, desde sua tese de doutoramento, convidada a ministrar cursos, proferir conferências e realizar outras atividades ligadas ao exercício do magistério. A crítica ressalta, em sua obra, as qualidades do estilo e da prática da língua, como salientou Pedro Nava ao defini-la como “artista e artesã da palavra” pela sua perícia em

catar, separar, escolher a palavra adequada, o verbete justo, a expressão insubstituível – ao seu manejo, num jeito que encanta pela simplicidade, pelo correntio, que são o resultado do que é incansavelmente trabalhado até poder se apresentar em estado de pureza e da supressão de todo o supérfluo. (NAVA, 1980, p. 11-14)

Esse trabalho artesanal da escritora de catar, separar e escolher a palavra insubstituível passa, certamente, por uma poética da perfeição, por uma concepção de leitura e escrita pautada pela erudição. O artesanato textual a que Nava se refere não aproxima a construção do texto de Queiroz a um fazer literário descompromissado com os rigores da língua. O escritor reconhece na autora uma busca incansável pela palavra ideal. A fluidez do estilo não se distancia, a despeito desse rigor, do uso de termos raros e pouco usuais do vernáculo.

O *pitfall*, a armadilha, em que cai o leitor, segundo Nava, é uma trama que pode ser construída a partir da escolha do termo exato, da palavra que não pode ser outra. O uso obrigatório de certos vocábulos instaura, desse modo, no texto de Queiroz, uma leitura decifrador, além de revelar o rigor no trabalho da autora que construiu o texto e que parece ter sempre em vista, também, os leitores ideais, capazes de ler o que não foi escrito e entender o que não foi dito, como registra a dedicatória manuscrita feita ao mestre Frieiro no livro *Exercício de fiandeira* (QUEIROZ, 1974).

A tese de doutoramento de Maria José de Queiroz, *A poesia de Juana de Ibarbourou* (1961), e o livro de ensaios *Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas* (1962) põem em relevo a marca peculiar do seu trabalho: a construção de um percurso voltado para um trato refinado tanto com a palavra quanto com os temas escolhidos.

Desde o estudo que enfoca a obra da escritora uruguaia Juana de Ibarbourou delinea-se o *corpus* crítico-literário da escritora mineira, suas leituras, preferências e modelos. Empenhada em refletir sobre temas e aspectos culturais hispano-americanos, Queiroz inicia a sua obra ensaística em busca do que poderia ser visto como um vasto painel literário cujo múltiplo e variado desenho comporta o tango argentino – baile, canção e diabrura que desafia o tempo –, passando pelo estudo da comida, iniciação e gozo impuro, bem como da literatura do exílio e da pobreza.

Em toda a extensão dessa obra, evidencia-se a elaboração magistral, por intermédio de uma galeria de temas, autores e livros, de uma enciclopédia cultural da América Latina. Revela-se, assim, uma escritora enciclopedista, uma pesquisadora arguta e sagaz, que pretende construir, tanto em ensaio quanto em ficção, uma obra eminentemente voltada para o que poderia ser visto como um projeto crítico da produção cultural dos países de língua portuguesa e espanhola na América. Sua

galeria de estudos se inaugura com *A poesia de Juana de Ibarbourou*. Esse ensaio revela uma preocupação em delimitar, sob o título de “Paralelos”, a filiação da autora uruguaia, por meio da busca das influências e fontes. Queiroz empreende esse estudo ao buscar seguir os fios de uma rede que o texto de Juana de Ibarbourou fornece. O laço entre os textos e os autores arrolados pela ensaísta dá-se pela constatação do espelhamento entre vida e arte e pelo modo como essa relação se manifesta no processo de produção intelectual da escritora uruguaia.

Perpassa nesse olhar da ensaísta o desejo de atar as pontas da vida e da ficção e uma preocupação que pode ser detectada em todo o conjunto de sua obra: o arrolamento de precursores e fontes da criação. Essa abordagem deixa transparecer, além de um liame com a erudição – Maria José de Queiroz transita entre o texto analisado e os que a ele fazem referência –, uma construção de retratos multidimensionais e interdependentes da literatura, da arte, da cultura da América hispânica.

O conjunto de ensaios intitulado *Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas*, por exemplo, marca uma preocupação de Maria José de Queiroz com uma certa “busca da expressão própria” do indígena na literatura hispano-americana e brasileira. Destacadas como duas pragmáticas literárias – o indianismo e o indigenismo –, essas abordagens revelariam, assim, perspectivas distintas para encarar a figura do indígena. Determinada a delimitar esse retrato, ela começa por historiar a descrição que dele é construída desde a conquista da América.

De acordo com a ensaísta, os autores que deram relevo à figura do indígena, muitas vezes afastados por língua, costumes e religião, recorriam a convenções literárias e utilizavam um senso comum ditado pela imaginação para construir-lhes, na ficção, perfil e figuração. Isso é feito ora descrevendo-os por uma perspectiva que visaria salientar o aspecto mítico do indígena, utilizando o heroísmo sob os postulados de Jean-Jacques Rousseau, ora considerando-os como criaturas tristes e miseráveis: nem mito, nem símbolo, nem herói. Espelhando-os como os espoliados e explorados pelos brancos e esquecidos pela civilização dominante, a poética indigenista também se afastaria do ideal de representação indígena (QUEIROZ, 1962).

Diante desse ponto de vista bifronte, Maria José de Queiroz apresenta a denúncia de que essa face seria esculpida com violência pelo

colonizador. A ensaísta amplia a questão quando avalia a necessidade de fazer-se ouvir, ainda hoje, a voz do indígena. A flecha no ar, metáfora que a escritora denomina de “a expressão própria” do indígena, passa por uma “perseguição a uma expressão universalmente válida, sem importar muito o fator geográfico, que pode ser real, mas não é decisivo, ante a necessidade de expressar-se o indivíduo, expressando-se a um tempo a esquiva realidade do mundo” (QUEIROZ, 1962, p. 25).

Enquanto reflete sobre o indígena em face das construções do imaginário do colonizador, a ensaísta parece apontar para a possibilidade de construção de uma escrita universal que, no entanto, reconheça as diferenças e não seja disposta em um todo indiferenciado. Quando admite a alteridade do sujeito com a consequente diferença nos discursos, a perspectiva do estudo torna-se mais ampla, e a interdiscursividade, uma possibilidade de intercâmbio entre as culturas.

No estudo sobre Juana de Ibarbourou, Queiroz adota um procedimento crítico que vai marcar também seu trabalho com a obra de César Vallejo: a relação entre a vida e a obra. Na tese de doutoramento em que enfoca a escritora uruguaia, sob o título *Autobiografia: vida e obra*, a ensaísta busca estabelecer as relações entre obra e escritor, a partir do postulado de Eduardo Frieiro: “Para se penetrar a complexidade dessas relações era preciso, primeiro, analisar e definir o caráter do autor. Eis aí a dificuldade maior. A personalidade humana é um mundo fechado a qualquer tentativa de reconhecimento” (FRIEIRO, 1932, p. 164).

A partir dessa perspectiva, a ensaísta enfatiza, em sua análise, o “tom confessional e declaradamente autobiográfico” de Juana de Ibarbourou, terminando por concluir que “sua riqueza em aspectos humanos, geográficos e temporais permite-nos avaliar a importância da intromissão da vivência no domínio da experiência poética” (QUEIROZ, 1961, p. 64).

No ensaio *César Vallejo: ser e existência*, publicado em 1971, Queiroz continua a dar prioridade aos relevos autobiográficos que a ficção pode privilegiar. Segundo a ensaísta, o caráter sofrido da obra do poeta se definiria pelos contornos reais da vida do escritor peruano.

Distanciando-se dos conceitos de “eu lírico” ou “sujeito poético”, Queiroz se prende ao poeta enquanto autor e define, a partir daí, a sua “poética da dor”. Movido pela necessidade de comunicação, o poeta Vallejo nortearia a sua poesia como uma atividade vital, lúdica

e imprescindível. Além disso, sua linguagem poética é pensada pela ensaísta como uma tentativa de ordenação do caos interior do artista.

Com Vallejo, Maria José de Queiroz descobre o valor do pormenor. Os horizontes da casa, do guarda-roupa, das gavetas e dos armários, a secreta intimidade que garantiria a consciência do sujeito passam a ser explorados em todos os seus trabalhos, a exemplo de Vallejo. É a partir desse escritor que a ensaísta começa a arar o seu campo, tanto ensaístico como ficcional, inventariando objetos e acessórios que funcionam como uma tentativa de estabelecer um ponto de referência para o sujeito:

[...] vestidos, sapatos, bolsa, certidão de nascimento, o azul dos olhos, o comprimento dos cabelos e o tamanho das mãos. Eleva-os à categoria de portadores de identidade. Acaba, por fim, reconhecendo-lhes valor existencial. Privado deles, desconhece-se como homem. (QUEIROZ, 1971a, p. 81)

O procedimento detectado em Vallejo se incorpora, desse modo, à obra da ensaísta e lhe confere um dos grandes méritos do seu trabalho: a exploração dos ambientes em sua constituição minimalista, com uma câmera que, microscopicamente, emoldura e invade o cotidiano privado das casas, dos quartos, dos gestos e dos olhares de cada personagem que cria.

Esses dois perfis de escritores de língua espanhola na América – Juana de Ibarbourou e César Vallejo – acabam por provocar a produção de uma série de ensaios que foram publicados sob o título de *Presença da literatura hispano-americana*, em 1971. Como um convite a “amigos de viagem por caminhos e tinta de América”, Maria José de Queiroz traça um percurso literário que começa por focar o obstinado comportamento dos povos americanos de língua espanhola de se ignorarem entre si. A ensaísta demonstra que também os brasileiros, no repúdio ao antepassado colonizador, revelam a perda da noção de parentesco. Diz ela: “renunciamos à Hispânia, berço comum peninsular, e confundimos, na renúncia, toda a descendência continental que moureja e padece ao nosso lado. [...]. Também ela, a América espanhola, nos retribui na mesma moeda” (QUEIROZ, 1971b, p. 11).

Longe de querer delinear um mapa de territórios hermeticamente enclausurados, Queiroz busca desenhar, com sua escrita, contornos literários que estimulem o leitor a um livre trânsito entre países e

livros. Leitor que atravessasse esse território não com passaporte de turista accidental, mas como portador de um olhar que reconheça as diferenças peculiares de cada texto e de cada autor, estabelecendo conexões e vínculos com sua própria cultura.

Ao refletir sobre autores e suas produções literárias na prisão, Maria José de Queiroz faz outra série de estudos, agora sobre o tema que dá nome ao ensaio: *A literatura encarcerada*, publicado em 1981, e republicado em segunda edição, revista e atualizada, em 2019. Empenhada nesse projeto, a escritora se detém em autores e obras que, em “prisão de corpos”, encarregam-se de criar “subterfúgios de liberdade” por intermédio da linguagem.

Dessa galeria quase macabra, a autora ressalta que a literatura do cárcere – memórias, cartas, confissões, libelos, denúncias e manifestos – esbarra em censura, sigilo e em questões de segurança nacional, o que acaba por não conceder a palavra ao réu ou à vítima. Além de grifar a fortaleza do espírito humano, esses documentos introduziam o leitor no território da lei, da justiça e do direito. A literatura do cárcere permite, pois, um olhar sobre a realidade, pela ficção. É assim que, arando campos interdisciplinares, Maria José de Queiroz busca criar um vínculo entre a produção do artista e o seu lugar na sociedade em que vive.

Um encadeamento pode ser, assim, traçado entre os escritores: cria-se uma relação, aparentemente díspar, por exemplo, entre os escritos bíblicos de Paulo de Tarso e as memórias de Graciliano Ramos. A inteligência como capacidade de adaptação às circunstâncias marca esses “habitantes de aquários”, essas “aranhas fechadas num frasco”, presos em “sarcófagos de cimento e ferro” e em “submarinos em expedição” (QUEIROZ, 1981, p. 156).

A perspectiva inicial da escritora de que a obra literária desses autores na prisão estaria vinculada a suas vidas os inscreve numa “história universal da injúria”, ou seja, os escritos do cárcere alcançam valor de testemunho político, social e artístico, cuja importância histórica e arqueológica comporia o tecido de uma nefasta memória.

A estreia de Maria José de Queiroz como poeta e ficcionista acontece com a publicação de *Exercício de levitação* (1971), *Exercício de gravitação* (1972), *Como me contaram: fábulas históricas* (1973) e *Exercício de fiandeira* (1974). Os três “exercícios” denunciam-lhe as leituras e os entrecruzamentos de textos. Delineia-se, dessa forma, uma postura

metodológica em relação à palavra que lembra a pertinente observação de Pedro Nava quanto ao rigor do estilo da autora. O vocábulo “exercício” remete o leitor a uma prática escritural vinculada, sobretudo, a uma perspectiva de aprimoramento, a um desejo de alcançar a perfeição que vem pelo contínuo refazer.

Exercício de levitação, revela o fazer poético que, do ponto de vista da autora, constitui-se como uma busca mística da palavra rara, indispensável, como demanda de uma aprendizagem do fazer literário. Já *Exercício de gravitação* é construído sob perspectivas e signos de escritores latino-americanos. Elegendo temas e imagens desses autores, Queiroz pensa em um livro como todos os livros, como queriam Jorge Luis Borges e Julio Cortázar.

Ao trançar o seu texto com outros textos, a escritora apropria-se de uma galeria de poetas, denunciando-lhes uma “fome universal”, uma grandeza que se insinua num grão de mostarda. Calderón de la Barca, Hernani Cidade, Henriqueta Lisboa e Carlos Drummond de Andrade são evocados nesse livro e, no último poema, dedicado a um anônimo “coleccionador de melancolias”, vislumbra-se um emaranhado de signos que se armam sob um requintado lirismo, em que “fantasmas habitam castelos onde deixaram suas almas”. Os livros se apresentam como corpos vivos numa biblioteca imaginária carregada de sons que são guardados pela memória prodigiosa da leitora Maria José de Queiroz.

No *Exercício de fiandeira*, o tom do refrão “fia, fia, fiandeira, tua roca em monotonia”, espelha escrita e escritura. O fazer literário, pela poesia, é ilustrado e recuperado como texto artificialmente construído. A palavra poética reflete, por citação entrecruzada em epígrafe ou no corpo do poema, o registro de leituras da autora. Memórias de outros autores e de outros textos, de viagens e de pessoas, embaralham-se na trama poética, como que para suprir uma grande ausência, que insiste em transformar o tecido literário numa renda: um texto filigranado e roído pelo tempo.

A coletânea *Como me contaram: fábulas históricas*, publicada durante a produção dos três exercícios poéticos, é um conjunto de histórias e fábulas recolhidas por uma narradora que se encena como uma cronista de Minas Gerais. O subtítulo, “fábulas históricas”, deve-se ao estudo feito pela escritora sobre Garsilaso de la Vega. No ensaio sobre o escritor, Queiroz esclarece que as suas crônicas eram assim designadas porque, a um tempo, poderiam ser reais ou fabulosas, o

que seria uma precaução contra possíveis críticas à autenticidade dos depoimentos por ele arrolados. Com o uso da expressão de Garsilaso de la Vega, Queiroz imprime em suas narrativas o mesmo tom indefinido entre verdade e ficção. A partir dessa chancela, a narradora passa a registrar relatos ouvidos de habitantes de cidades do interior de Minas, sem a preocupação de ser copista fiel dos relatos.

O projeto da escritora é recuperar parte da memória cultural e histórica de Minas por meio da ficção, ou seja, sem o rigor historiográfico tradicional. Pelas narrativas orais, que não estão sujeitas ao encarceramento de datas, fatos e documentos precisos, ela compõe um mosaico cultural das Minas Gerais. O valor dos dados factuais é desconstruído pela narradora, que, travestida em cronista familiar, registra, aparentemente sem nenhuma pretensão histórica, casos e acasos, lembranças estruturantes do imaginário cultural mineiro.

Do latim, Maria José de Queiroz resgata a palavra “amor” em *Resgate do real: amor e morte* (1978). Nos poemas desse livro, ela explora o tema da morte nas mais variadas culturas e em suas diversas significações. De Osíris ao canto do cisne, ela concebe uma série de poemas que buscam desfiar a trama enoveladora da morte, presente desde a cultura egípcia até as lendas chinesas. A morte é encenada como um “resgate do silêncio” daqueles que já não têm mais voz.

Em *Para que serve um arco-íris?*, escrito no verão de 1974, em Paris, ela manipula palavras que deixam entrever um apelo ao sentido da visão do leitor; por exemplo, no poema homônimo, ela brinca com versos como:

André deu o nó à gravata
e olhou-se no espelho;
Joana prendeu aos cabelos seu laço de fita;
Colar de três voltas, brincos, pulseira,
Emília ajeitou o vestido,
sorriu satisfeita.
Arco-íris de alegre bonança
coloriu a tarde chuvosa.
(QUEIROZ, 1982, p. 22)

O tecido da gravata, do vestido e do laço de fita aliam-se ao colar, ao brinco e à pulseira. Todos esses vocábulos e expressões são sintetizados pela imagem do arco-íris, alegria e bonança que colore a tarde cinza.

De volta à prosa, Queiroz empreende uma narrativa bilíngue em *Ano novo, vida nova* (1978). Nesse romance, a escrita se dobra e se desdobra, fazendo-se metalinguagem. Em cenário parisiense, ela urde uma trama amorosa em que a personagem-narradora reflete sobre a possibilidade de escrever uma história em português e em francês. O duplo registro da narrativa confere ao texto um caráter de charada, de esfinge, que faz vislumbrar não só a ambiguidade da narrativa, mas a dupla escuta do texto.

A invenção da narrativa e a distância entre o sentir e o dizer chegam ao ponto máximo no enredo de *Invenção a duas vozes* (1978). Preso, durante o carnaval, no espaço limitado do banheiro, um casal reflete, nesse romance, sobre a vida e as representações sociais. A máscara familiar é atacada na mesma proporção em que a tensão entre os personagens delinea a escrita. O texto contido e censurado é espelhado pelo espaço físico reduzido em que os personagens, enclausurados, reveem o sentido do casamento e da comunicação.

De um romance que tem como cenário o espaço exíguo de um banheiro, Maria José de Queiroz parte para a construção de outra narrativa, que abre roteiros para as terras hispano-americanas. Em *Homem de sete partidas*, publicado em 1980 e, em segunda edição, em 1999, Bernardo é uma personagem que busca o tio desaparecido para desvendar-lhe a vida e conhecer-lhe as aventuras. A partir desse pretexto, a escritora sulca, sobre os campos da América Latina, um mapa cujo riscado tenta conduzir narrador e leitor em uma viagem por entre as andanças de um personagem andarilho.

Se em *Como me contaram: fábulas históricas*, Maria José de Queiroz compõe um mosaico de histórias, pequenas narrativas em que se costuram casos e pertences mineiros, em *Joaquina, filha do Tiradentes* (1987), a obra-prima da autora, que foi livremente adaptada para a minissérie *Liberdade, liberdade*, da Rede Globo, em 2016, deixa vislumbrar a construção desse requintado mosaico no qual o entrecruzamento da ficção com o fio temático do acontecimento histórico da Inconfidência são apresentados como bordados em um fino tecido narrativo. A personagem-narradora encena, assim, a romancista-historiadora transitando entre o registro da história e a invenção engendrada pela escritura. Suas atividades de bordadeira, costureira e copista espelham, desse modo, o trabalho de corte e costura de textos e a atividade da enunciadora do discurso em sua tarefa de construir, a contrapelo, uma história entremeada de fato e invenção.

A *Joaquina, filha do Tiradentes* segue-se o romance *Sobre os rios que vão* (1990), com o qual Queiroz elabora uma narrativa permeada de metáforas estruturantes do imaginário judaico sefardita. Desdobrando os versos bíblicos e do poema “Babel e Sião”, de Luís de Camões, ela empreende a construção de um texto que faz circular signos como o exílio, a duplicidade do nome próprio e a condição de estrangeiro dos sefarditas. A língua hebraica aparece como um signo multiplicador de uma espécie de heterogeneidade, da qual o povo judeu poderia ser metáfora.

A *literatura alucinada: do êxtase das drogas à vertigem da loucura* (1990) é uma coleção de ensaios que tematizam a literatura e as relações entre escrita, drogas e loucura. Na esteira de *A literatura encarcerada*, esse ensaio também exibe, como uma galeria, autores e poetas que empreenderam uma “viagem” pelo mundo das letras. Construindo um mapa das exaltações artificiais usadas pelos escritores, a ensaísta analisa a droga enquanto uma metáfora com a qual o homem procura intoxicar-se a fim de escapar à opressão e à dor.

Em *A literatura e o gozo impuro da comida* (1994), a escritora revela na cozinha delirante da literatura – e sob os olhares ávidos do leitor – a mesa e suas relações com a arte, desde Homero até Pedro Nava, passando por Eça de Queirós e Machado de Assis. Esses ensaios, junto com *A comida e a cozinha: iniciação à arte de comer* (1988), que os precedeu, indicam uma preocupação estética que busca delinear a mesa na literatura e ampliam um projeto iniciado por Eduardo Frieiro em *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros* (FRIEIRO, 1966). Ao compor um cardápio da mesa mineira, o autor lançou as bases para a pesquisa que Queiroz, posteriormente, desenvolveu e à qual deu dimensões mais amplas e cosmopolitas.

Em *A América: a nossa e as outras* (1992), a escritora reflete sobre o ponto de vista das nações colonizadoras em relação à América. O Velho Mundo, segundo sua perspectiva, vê nosso continente como “uma América em retalhos”, um *patchwork* composto de tecidos diversos, de cortes aparentemente pouco seguros. A produção intelectual e artística da América Latina estaria, assim, fadada a figurar na banca dos refugos, em relação a esse Velho Mundo.

Reverter esse ponto de vista requer uma possibilidade de encontro dos países do Novo Mundo, a realizar-se no território de papel da literatura, em que letras e tintas das Américas possam confluir

numa polifonia, numa variedade de sentidos. Nesse lugar privilegiado, peruanos, argentinos, chilenos e brasileiros poderiam reconceituar a própria produção artística e literária e, assim, redescobrir a si próprios no convívio e no entendimento mútuo e coletivo.

A América em retalhos, como um duplo do ensaio anterior, produz a imagem que Maria José de Queiroz utiliza para pensar a condição americana em *A América sem nome*, (1997). Nesse sentido, entre as meadas da narrativa, como que fora da linearidade que é cobrada do latino-americano, surge uma narrativa em labirinto de mil babélicas vozes, amarradas no texto e trazendo cada uma o seu sentido, o que acaba por conferir uma significação ao todo. Uma produção assim, embora fragmentada e estilhaçada, ostentaria, em paralelo, vozes distintas, multilíngues, e o leitor seria um andarilho privilegiado pelas terras e textos latino-americanos, aprendendo a costurar o tecido colorido das letras da América.

O monumental *Os males da ausência ou A literatura do exílio*, publicado em 1998, e *Em nome da pobreza*, de 2006, delineiam os dois últimos ensaios publicados pela escritora. O primeiro é uma página fundamental da história do exílio no Ocidente. Nessa obra da maturidade, o olhar sensível da escritora faz inventário dos males da ausência e rastreiam, nas obras dos expatriados, a “síndrome do desterro”: o sofrimento e a dor do exílio. Dedicado aos brasileiros exilados – de ontem e de sempre –, o ensaio parte do mais remoto exílio de que se tem notícia – o do egípcio Sinuhe (cerca de 2000 a.C.) até o arquivo de Herman Görge, “o amigo do Brasil”. Dante, Camões, Leão Hebreu, além de Defoe e Victor Hugo, só para citar alguns, são autores estudados pela ensaísta, que se envereda também pelo destino dos jesuítas desterrados, pela reescrita irônica da correspondência de Voltaire, pelas ilhas de Rousseau, pelo passado reinventado de Nabokov e pela narrativa angustiante do exílio e morte de Walter Benjamin: a primeira verdadeira perda que Hitler impôs à literatura alemã.

No segundo ensaio, é a pobreza o seu tema privilegiado. De acordo com a escritora, “difícil será apontar um autor contemporâneo, de prosa requintada, se bem que popular, que melhor se alinhe neste acervo da pobreza que João Antônio, o autor do clássico *Malagueta, perus e bacanaço*” (QUEIROZ, 2006, p. 191). A partir desse olhar para o cotidiano, retratado com ternura, aspereza e sofrimento das suas personagens, Queiroz avalia os percalços e as conquistas do gênero, que, segundo ela,

se mimetiza com o meio, que sorve e absorve o ambiente para transmiti-lo no sentimento, nas emoções, nos gestos e o boleo das frases num tom tão afinado que torna o autor parente, senão pai, do mendigo, da prostituta, do jogador de sinuca, do malandro, do ladrão, do menino do caixote. (QUEIROZ, 2006, p. 191)

A coletânea *Amor cruel, amor vingador* (1996), assustador por sua atualidade e contundência, apresenta cinco histórias de mulheres assassinadas. Neles, o crime é atravessado pelo amor, ainda que cruel e vingativo, e a linguagem, policial e investigativa, põe o corpo e a voz feminina em evidência sem cair, ou sequer resvalar – como não poderia deixar de ser, em se tratando de Maria José de Queiroz – em clichês, frases feitas ou lugares-comuns.

Em 1999, o romance *Vladslav Ostrov, príncipe do Juruena*, amplia a história de um personagem que surge, anteriormente, em *Homem de sete partidas*. Na trama, Úrsula Bock, uma funcionária alemã de uma firma importadora de madeira, aves exóticas e plantas ornamentais, apresenta ao leitor Ostrov, um aventureiro russo de origem nobre que, entre riscos e desafios, emerge da história do século XX numa biografia memorável. Ao emigrar para a Argentina, Vladslav salva bens de família que lhe possibilitam ser acionista de um banco polonês em Buenos Aires. Da Argentina à Colômbia e depois para o Brasil, na região amazônica, esse homem culto, de posses e de boa educação, faz da selva o seu reino e entre a população brasileira estabelece seus negócios e vive amores.

Em 2014, surge *O livro de minha mãe*, o primeiro capítulo de suas memórias, dedicado à mãe, D. Honória Queiroz. Nesse texto, a autora resgata, de coração a coração, momentos de cumplicidade, de dor e de melancolia, de amizade, leituras e encantamento; com Monsenhor Messias, em Belo Horizonte, com Carlos Drummond de Andrade, no Rio de Janeiro – só para citar alguns dos amigos que agora iluminam as páginas do livro. Sua pena e penas ferem o papel deixando cicatrizes, uma tatuagem sobre a pele. Que se previna o leitor desavisado: não as tome por trilha de caminhos que se bifurcam. Artesã da palavra, como bem definiu Nava, Queiroz faz uma louvação às mães. A todas elas. Enquanto fere, sua escrita vai gravando, na pele, múltiplas imagens de flores, corações, rendas, asas, inscrições, algumas muito antigas, outras próximas, comuns a todos os leitores. Num recriar do fio da

vida, o livro exorciza demônios, refloresce cicatrizes: tinteiro aparentemente seco e melancólico, converte-se em crisol de alquimista, fonte que transforma lágrimas em tinta. Já está no prelo o segundo volume de suas memórias, *Toda uma história*, que será lançado em 2021.

Operação Strangelov: a ecologia e o domínio do mundo, de 1987, e *O chapéu encantado*, publicado em 1992, embora destinados, num primeiro momento, a um leitor infantojuvenil, com as tramas e o cuidado com a narrativa, põem em relevo temas contemporâneos e, cheios de fantasia e aventura, fazem entretecer a fábula inteligente, sagaz, para crianças de todas as idades.

No mesmo diapasão de *O livro de minha mãe*, ela publica em 2016, *Desde longe*, que teve segunda edição em 2020. A memória é, nessa coletânea de poemas, o fio inconsútil que entretetece o passado, o presente e o futuro. Na infância, os vestígios do pai, perdido no tempo, as mãos carinhosas da avó, florista em Belo Horizonte, a âncora e o porto, que era a mãe da escritora; no presente, mesas, pratos, casas vazias; e, no futuro, a escrita do verso lícido, apaixonado e vibrante. Os leitores, acostumados à prosa vigorosa da escritora, irão penetrar em um reino crepuscular da construção do estado lírico-biográfico da matéria, que é a poesia. Se na prosa, o estilo, a dicção e a magistral invenção da autora se aproximam de uma partitura musical, na poesia, muito mais, o verso revela, em sua visibilidade rítmica, em um concerto de vozes, num processamento de sinais, visíveis e invisíveis, o sabor inigualável do verbo.

O romance *Terra incógnita*, de 2019, neste momento, o último de sua lavra, traz para a contemporaneidade duas clássicas imagens: a do marinheiro e a da viagem, como metáfora do leitor e da leitura. “Todo marinheiro carrega o vento na bagagem” (QUEIROZ, 2019, p. 4), afirma o narrador dessa trama envolvente com personagem cativante:

Nem pode ser diferente. Os lobos do mar nunca repousam a cabeça no travesseiro das certezas. Estão habituados a ignorar os dramas do cotidiano, a interpretar o amor como farsa indigesta, a afrontar o risco do imprevisível, se desembarcados, continuam a navegar. E não é só isso: mais que o repouso, desfrutam mesmo, em terra firme, o privilégio da morte adiada. Nesse privilégio, embarcam seus enredos: no cotidiano de cama e mesa, o calendário da temeridade, cujos anos, nos domínios de Netuno, se contam em naufrágios e procelas. (QUEIROZ, 2019, p. 4)

Como se percebe, a literatura de Maria José de Queiroz desafia o tempo e a morte. Entre tantos méritos, destacam-se a densidade da história que está sendo contada, pelo tecido sofisticado de vozes que constroem o texto, pelos vários escritores que habitam sua trama. Por tudo isso mais o exercício alquimista do verbo, ela é uma autora que se distingue no cenário da literatura e da ensaística nacional. Das montanhas e para além delas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- QUEIROZ, Maria José de. *Exercício de levitação*. Coimbra: Atlântida, 1971.
- _____. *Exercício de gravitação*. Coimbra: Atlântida, 1972.
- _____. *Como me contaram*: fábulas historiais. Belo Horizonte: Imprensa/Publicações, 1973.
- _____. *Exercício de fiandeira*. Coimbra: Atlântida, 1974.
- _____. *Ano novo, vida nova*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Invenção a duas vozes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Resgate do real*: amor e morte. Coimbra: Atlântida, 1978.
- _____. *Homem de sete partidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Joaquina, filha do Tiradentes*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- _____. *Operação Strangelov: a ecologia e o domínio do mundo*. Belo Horizonte: Vigília, 1987.
- _____. *A comida e a cozinha*: iniciação à arte de comer. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- _____. *Sobre os rios que vão*. Rio de Janeiro: Atheneu Cultura, 1990.
- _____. *A América*: a nossa e as outras: 500 anos de ficção e realidade (1492-1992). Rio de Janeiro: Agir, 1992.
- _____. *Joaquina, filha do Tiradentes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- _____. *A literatura alucinada*: do êxtase das drogas à vertigem da loucura. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- _____. *A literatura e o gozo impuro da comida*. Rio de Janeiro: Atheneu Cultura, 1994.
- _____. *A América sem nome*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- _____. *Joaquina, filha do Tiradentes*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *Homem de sete partidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- QUEIROZ, Maria José de. *O livro de minha mãe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.
- _____. *Desde longe*. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.
- _____. *Joaquina, filha do Tiradentes*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2017. E-book.
- _____. *Desde longe*. 2. ed. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2020.
- _____. *Toda uma história*. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2021. No prelo.

REFERÊNCIAS

- FRIEIRO, Eduardo. *A ilusão literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1932.
- _____. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1966.
- NAVA, Pedro. Apresentação. In: QUEIROZ, Maria José de. *Homem de sete partidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- QUEIROZ, Maria José de. *A poesia de Juana de Ibarbouro*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1961.
- _____. *Do indianismo ao indigenismo nas letras latino-americanas*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1962.
- _____. *César Vallejo: ser e existência*. Coimbra: Atlântida, 1971a.
- _____. *Presença da literatura hispano-americana*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971b.
- _____. *Exercício de fiandeira*. Coimbra: Atlântida, 1974.
- _____. *A literatura encarcerada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Para que serve um arco-íris?* Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1982.
- _____. *Em nome da pobreza*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.
- _____. *Terra incógnita*. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2019.

OSCAR DIAS CORRÊA

Oscar Corrêa Jr.

Tudo começou em Portugal! Na pequenina Moreira de Cônegos, freguesia de Guimarães, berço da nacionalidade lusitana, uma típica família portuguesa da época, fim do século XIX, resolvera mandar para a ex-colônia, recém-tornada independente, “o novo Portugal”, dois dos filhos varões, em busca de melhores oportunidades de vida.

Isso lhes disse o próprio pai, que cá estivera antes, deixando no Brasil grandes amigos, que lhe acenavam com conquistas e ventura, vários deles prósperos comerciantes no Rio de Janeiro.

Assim, dois jovens de 10 e 11 anos partem do Porto, capital da região, nos navios que faziam o percurso dos descobridores de 1500, em viagem que demorava 30 dias pelo menos.

Não sabemos em que condições vieram, mas imagino as dúvidas, medos e incertezas que lhes acometeram, afastados de todos, mas presentes nos seus pensamentos e na permanente oração dos que ficaram, em intenção especial para N. Sra. da Ajuda, protetora da vila e da família.

Chegaram na capital e, acolhidos na nova morada, buscaram, no apoio do lar do amigo paterno, o carinho dos pais e irmãos distantes.

Lá permaneceram por bom período, no comércio, como era próprio dos seus patrícios, até que um belo dia, Manuel, o mais velho dos dois irmãos, provocado por um dos muitos vendedores que

frequentavam o negócio onde trabalhava, insinua uma mudança para uma cidade que se desenvolvia ainda, em Minas Gerais, mas, que pelo que ele ouvia contar, parecia com sua Moreira de Cônegos.

Manuel não titubeou e, diante de uma nova perspectiva de vida, deixa o irmão no Rio, já lá acomodado, e, começando tudo do princípio, desbravando o interior do país, muda-se para Itaúna, “Pedra Preta”, região de minério de ferro, onde florescia uma indústria de tecelagem, em busca de desafios pessoais e profissionais.

Foi acolhido pela família daquele que lhe indicara o lugar e logo se afeiçãoou à cidade e ao ritmo e trabalho no campo, na lida com a fazenda, e com as atividades urbanas – em especial o comércio – que lhe eram oferecidas.

Foi fazendo suas economias e, já com nome e conceito adquiridos no convívio diário com a comunidade, homem de trato ameno, mas firme de caráter e personalidade, foi apresentado a Maria da Fonseca, Mariquinhas, sobrinha do seu tutor, com quem se casou, constituindo bela família.

Dessa união nasceram cinco filhos: quatro homens (José, Paulo, Oscar e Mário) e uma mulher (Hilda), que davam vida e alegria à casa.

Manuel, já um próspero comerciante local, tinha uma loja de tecidos, livros, utensílios de uso diário, onde todos os filhos trabalhavam, ou diziam fazê-lo, e, por sua autoridade e seu respeito amealhados, logo foi eleito representante da comunidade, atividade pública que desempenhava com gosto e prazer e que o levava a ter enorme interesse pela cultura e pela educação.

Nessa atmosfera familiar é que os cinco filhos foram criados e, uns mais, outros menos, todos se entusiasmavam pelo saber, pelos livros, pelo conhecimento de um modo geral.

Oscar, nascido oficialmente em 1.º de fevereiro de 1921, o quarto na ordem de idade, o terceiro dos homens, logo se encantou pela leitura e, estimulado por Manuel, subia num caixote e lia em voz alta tudo que lhe era dado, em especial aquilo de que seu pai gostava, discursos proferidos nas sessões das Câmaras da República, que saíam publicados nos jornais da época e que chegavam até ele, em Itaúna.

Nascia um orador, corrigido na entonação, na emoção das suas palavras, pelo olhar atento e crítico do pai, que, até parece, via nele um futuro promissor.

Com o tempo e diante das limitações escolares na cidade, Oscar veio logo para Belo Horizonte, capital do Estado, matriculando-se no antigo Ginásio Mineiro, onde fez todo o curso ginásial e médio de então.

Seguia a trajetória que o destino lhe reservara, mas, surpreendido por uma pleurisia, retorna a Itaúna, para a casa dos pais, e lá fica durante meses a fio, isolado, como os médicos recomendaram, e sob rigoroso tratamento e, sem nada para fazer no leito de uma cama, mergulha mais uma vez nos livros e lê de tudo, inclusive em idiomas que não conhecia. Vem daí outra de suas paixões na vida, Dante Alighieri.

Vocacionado para o direito – e sentia isso pelas múltiplas e variadas leituras que fazia –, retorna a BH para fazer o pré-jurídico e logo depois entra na Faculdade de Direito, da hoje chamada Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Surpreendido novamente pela doença da época, a tuberculose, recolheu-se a um sanatório, onde permaneceu por quatro meses, só, sem ninguém, apenas com os médicos e enfermeiras, como ele mesmo disse, ocasião em que, mais uma vez, os livros tornam-se seus únicos companheiros de internação.

Lia-os, relia-os para o tempo passar e chegou até mesmo a copiar de capa a capa, de próprio punho, um dos livros de que precisava, já que não podia comprá-lo e o tempo lhe permitia.

Quanto a esse episódio, considerava-o ele próprio uma das suas maiores provas de perseverança e determinação, como ele mesmo nos contava.

Curado da doença, mas com sequelas permanentes e duradouras, que o tempo e a idade lhe mostrariam, mas que nunca deixou transparecer, retorna a BH e termina seu curso, com distinção e louvor e, como que procurando recuperar o tempo perdido – o que se demonstrou não ser verdade na sua formação –, constitui escritório para advogar, com colegas da faculdade.

Logo depois, com a ajuda de advogado mais experiente e engajado na redemocratização de 1946, inicia sua vida pública como oficial de gabinete do Prof. João Franzen de Lima, seu mestre na Faculdade de Direito, nomeado secretário da Fazenda do governador Milton Campos.

Filiado na UDN, partido político da época, que ele ajudara a fundar logo após o Manifesto dos Mineiros e que era uma das suas maiores

paixões, decide disputar a eleição para deputado estadual e, para surpresa de todos, elege-se constituinte mineiro de 46.

Ao mesmo tempo continua desenvolvendo sua vocação acadêmica e, sem perder de vista as lições aprendidas durante sua convalescência, nos diversos livros que lera, inscreve-se no concurso para professor catedrático de Economia Política da UFMG. Concorrendo com as maiores autoridades na matéria, tidas como quase vencedoras do concurso, surpreende a todos e torna-se o mais novo professor da Faculdade de Direito.

Os jornais da época mostraram que o concurso foi visto por multidão, que, mesmo sem conhecer e saber a fundo as matérias discutidas, entusiasmava-se com as defesas de teses de todos, com a oratória, com a fluência verbal, em especial daquele que acabou ganhando-o.

A política acabou afastando-o da cátedra, mas, vez ou outra, titular da cadeira, voltava para suas aulas e alunos, outra das suas paixões.

Mas Oscar Corrêa estava com sua alma sofredora, porque nessas idas e vindas da vida perdera Manuel e Hilda, pai e irmã, tão importantes na sua formação.

Manuel, por tudo que representou para ele, incentivador maior da sua cultura humanística, exemplo de pai e homem, e Hilda, irmã mais velha e única filha da casa, companheira e parceira de brincadeiras e confidências de criança.

Com isso, Mariquinhas muda-se em definitivo para BH, e Oscar, solteiro, lá fixa-se também, com Mário, estudante de Medicina, que com ela ficou na sua nova casa até o fim da sua vida.

José e Paulo, advogado e médico, partiram para outras plagas, onde também se destacaram como homens e profissionais de sucesso.

Ligados e unidos até a morte constituíram uma bela e unida família, para sempre!

A atividade política exigia de Oscar viagens e visitas constantes às suas bases eleitorais e, por óbvio, Itaúna era sempre a mais lembrada, por sua importância eleitoral, mas também pelos laços afetivos que o uniam à cidade.

Numa das suas visitas à terra natal, onde foi homenageado, conhece Diva Tupynambá Gordilho, filha de Otávio Gordilho e de D. Ismar, ele engenheiro da Rede Mineira da Viação, em Itaúna, figura importante na cidade, de origem das melhores tradições baianas, e ela de família conhecida de Montes Claros. Por ela rapidamente se afeiçoa

e com ela se casa, num casamento que ficou famoso na época, por unir o deputado da cidade e a filha do chefe da estação, tudo como num conto de fadas.

Diva, normalista e pessoa de rara beleza e inteligência, musa e inspiradora de Oscar, foi sua amante e companheira por toda a vida, a Beatriz do poeta e a figura mais marcante na sua vida e existência.

A ela Oscar tudo dedicou: música, poema, flores, amor, carinho, respeito, amizade e admiração. Diva foi também a mãe de seus dois filhos, Oscar Jr. e Ângela, e guardiã da família, em especial na sua ausência, durante a sua vida política parlamentar.

Esteve com ele até o fim da sua vida e, ao seu lado, viu-o descansar para sempre.

Sem uma região eleitoralmente densa que permitisse sua eleição, como acontecia com Rondon Pacheco, seu colega de turma e grande amigo, que saía eleito de Uberlândia, roda o estado todo, sul, norte, leste, oeste, vai ganhando voto aqui, voto ali e sempre fortalecendo seu partido por onde andava. Torna-se um dos mais novos deputados da Assembleia Legislativa mineira, no período do governador Milton Campos.

Na legislatura seguinte, com um grupo de deputados udenistas aguerridos, faz uma ferrenha oposição ao governo JK, o que lhe dá uma enorme projeção em Minas Gerais e facilita sua eleição para a Câmara dos Deputados em 1954.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, capital da República, e logo acercou-se daqueles que com ele constituíram a famosa “banda de música” da UDN – Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Bilac Pinto, entre outros tantos, todos valiosos homens públicos, de cultura ímpar, os quais, como aqui, faziam lá inclemente oposição a Juscelino Kubitschek, agora ocupando o cargo de presidente da República.

Diz o anedotário político, e é verdade, que a amizade entre eles era tão grande que até mesmo na campanha política via-se rastro de Oscar Corrêa na Bahia pedindo voto para Aliomar Baleeiro.

Nas comissões da Câmara dos Deputados ou no plenário da casa, lá estava Oscar Corrêa, “ferrinho de dentista”, não lhe dando tréguas. Repetia-se o que aqui aconteceu, durante quatro longos anos, quando o governador de então era o mesmo JK.

José Sarney, em artigo publicado em homenagem ao seu centenário, agora comemorado, disse “que ele tocava violino na banda”, para

completar dizendo ter ele, Sarney, cometido injustiças, com certeza referindo-se à oposição que fez a JK enquanto presidente da República.

Quanto a isso, não sei ao certo o que pensou Oscar Corrêa, mas sei que um dos seus últimos votos dados foi para Juscelino quando ele se candidatou à Academia de Letras.

Adversário político, sempre; ressentimentos pessoais, nenhuns!

Reelege-se deputado federal, e lembro-me de sentir sua ausência durante o longo tempo da campanha, já que minha mãe, irmã e eu estávamos no Rio, e ele garimpando voto, ainda que fosse um só.

Dizia que não podia correr o risco de empatar com outro candidato, porque, inevitavelmente, perderia no critério de desempate, pela sua pouca idade.

Mas Oscar Corrêa não se esqueceu das letras e da sua vida acadêmica nem as abandonou.

Escreve muito e sobre tudo, livros acadêmicos e de letras, poesias, romance, artigos jurídicos, políticos, sobre ética, moral, direitos humanos, meio ambiente, Amazônia, em português, inglês, francês, italiano e, surgindo a oportunidade, concorre ao cargo de professor da cadeira de Economia Política da Faculdade de Economia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Disputa menos acirrada, é verdade, que a da cadeira da Faculdade de Direito da UFMG, mas nem por isso conquista menos exaltada por ele e seus amigos e colegas. Honrou-o muito fazer parte da Faculdade de Economia, de onde foi também diretor, local que, até o fim de sua carreira no magistério, era frequentado por ele com enorme prazer.

Como homem de poucos recursos financeiros fazia todas as suas campanhas eleitorais sozinho, dirigindo seu carro – Rural ou Jeep, conforme a estrada – e recorrendo vez ou outra a amigos se o transporte possível era outro.

Enquanto viajava, lembro-me bem disso, ficávamos em casa, pegando as cédulas de papel que mandava imprimir com seu nome, envelopando-as e encaminhando-as, pelo correio, para as suas centenas de cabos eleitorais no estado todo.

Acabado o pleito, voltava para o Rio e acompanhava pelo *Diário Oficial* ou pelo *Minas Gerais* os resultados que lá chegavam, já que, sem distrito eleitoral, os votos pingados é que lhe davam a eleição.

Demoravam a aparecer, mas nunca faltaram, e ele confiava nos cálculos que fazia, prevendo com exatidão o resultado final.

Conhecia seus eleitores, e eles o conheciam!

Vem a eleição em 1961 para governador e presidente da República e, convidado por Magalhães Pinto, aceita ser o coordenador de sua campanha, empreitada difícil já que se antecipava publicamente a eleição de Tancredo Neves.

Do mesmo modo assume também a chefia da campanha de Jânio Quadros em Minas Gerais e, na onda da “vassoura”, derrota surpreendentemente o oponente de Magalhães Pinto numa disputa, que, como ele mesmo disse, exauriu ao extremo suas forças, mas muito o recompensou.

Na composição do novo governo estadual é chamado pelo governador recém-eleito, que estava em Petrópolis, na casa de Afonso Arinos, e depois em Cabo Frio, onde se restabelecia da árdua campanha, e, convidado para ocupar uma secretaria no seu governo, recebe como oferta um leque de opções.

Oscar Corrêa pergunta a Magalhães Pinto se tudo que ele prometera iria ser cumprido e, diante da reafirmação dos compromissos feitos em campanha, opta pela Secretaria da Educação, que tinha como um dos seus objetivos a ambiciosa construção de um grupo escolar novo em cada município mineiro. O cargo ocupado foi para ele, por toda sua vida, a realização plena do seu amor à educação e ao magistério, e um dos seus maiores orgulhos.

Com as eleições de 1962 às portas, afasta-se do governo para se reeleger o deputado federal mais votado pela UDN, o que para ele teria, além do prazer de ver reconhecido seu trabalho parlamentar, significado especial, já que essa condição poderia abrir-lhe as portas da legenda para a disputa do cargo de governador, o que acabou não ocorrendo em 1965, por razões políticas, na sucessão de Magalhães Pinto.

Volta à Câmara dos Deputados, sediada agora em Brasília, na nova capital, e com a família muda-se para uma cidade que muito prometia, mas que pouco ainda oferecia.

Continua seu trabalho parlamentar intenso, num período fértil e explosivo da vida política nacional e vai cedo para a Câmara dos Deputados, voltando de madrugada, tantas eram as sessões extraordinárias realizadas para tentar superar a crise institucional instalada.

Discursos a favor e contra, não sabíamos para onde iríamos, e Oscar Corrêa, na oposição, continuava a fazer discursos inflamados e

defender posições que, mesmo não agradando a todos, lhe trouxeram o respeito daqueles que com ele conviveram.

Veio a revolução de 1964 e a eleição de Castelo Branco para a presidência da República e, com ela, o desencanto de Oscar Corrêa, quando aquele chama-o em palácio e lhe diz que vai fazer uma reforma político-partidária, com a extinção dos partidos políticos de então.

Oscar Corrêa prontamente objeta a essa intenção do presidente e lhe diz que esse seria o maior erro da revolução.

De nada adiantou a admoestação e, por um ato institucional, consumou-se a decisão revolucionária e com ela morreu a UDN.

Foi convidado para o novo partido do governo – até função maior lhe ofereceram –, mas ele sentiu que, com a extinção do partido pelo qual se candidatara a vida toda, nada mais havia a fazer na política.

E pronunciou, talvez, o maior discurso da sua atividade parlamentar, justificando por que abandonava a vida pública, pronunciamento que, se feito hoje, se amoldaria como uma luva aos tempos do Brasil atual.

Os anais do Congresso registram essa bela passagem da vida de Oscar Corrêa, exemplo marcante da sua personalidade forte e firme, forjada, com certeza, na sua história familiar, recheada de desafios e conquistas.

Sem mandato, por opção pessoal, retorna ao Rio, para recomeçar sua vida do princípio, na cátedra na Faculdade de Economia e na advocacia, com uma fé inabalável em Deus e um otimismo imbatível, que, por certo, como sempre, dar-lhe-iam forças e capacidade para superar todos os novos obstáculos e dificuldades.

Reencontra-se com muitos de seus amigos da “banda de música”, que aos poucos foram voltando para o Rio de Janeiro, mas que logo o deixariam de novo, de volta a Brasília, em especial para ocuparem a função de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foi assim com Bilac, Adauto e Baleeiro, amigos e companheiros de toda a vida.

Recomeço muito difícil e “contado”, como sempre fora, mas Oscar supera as adversidades, se impõe na advocacia e, agora, a convite de Baleeiro, professor da antiga Faculdade de Direito da UEG (Universidade do Estado da Guanabara) reconquista o seu espaço acadêmico na antiga capital da República, também agora, nessa faculdade, na cadeira de Economia Política.

Nesse período, como advogado, representou o Rio de Janeiro, juntamente com Caio Mário da Silva Pereira, amigo e conterrâneo, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e lá, como sempre na sua vida profissional, polemiza e discute, em especial, teses que, por sua formação liberal e jurídica, ficaram nele arraigadas.

Entrou para a Academia Mineira de Letras, trazido pelas mãos de Vivaldi Moreira, legítimo representante de uma das melhores estirpes literárias de Minas Gerais, e depois para a do Rio de Janeiro, etapas preliminares importantes para uma conquista maior, a Academia Brasileira de Letras (ABL), sonho que acalentava havia muito tempo.

Movido por desafios, que sempre buscava, faltava-lhe, porém, conquistar na sua vida profissional o ápice da carreira de qualquer jurista, o cargo de ministro do STF, inveja sadia que herdara do convívio com seus compadres da “banda de música”, que lá chegaram.

Numa tarde de 1981 recebe o recado de que o ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil do presidente João Figueiredo, lhe telefonara. Liga para ele de volta e este lhe pede para encontrar-se com o presidente no dia seguinte, em Brasília, e lhe adianta que a intenção seria convidá-lo para ocupar a cadeira de Clóvis Ramalhete, recém-aposentado, na corte suprema do Brasil.

Oscar foi, disse ao presidente das suas convicções, “defeitos” e virtudes, conhecidos, aliás, de todos, e, extremamente honrado pelo convite e ciente das suas responsabilidades, talvez, das maiores da sua vida, aceitou-o, mudando-se de novo, com Diva, para Brasília.

Foram quase dez anos na capital da República e muita coisa aconteceu neste período.

No Supremo, Oscar mostrou-se, de pronto, um juiz diligente, objetivo, direto na busca do direito, razão maior de quem distribui a justiça.

Passei boa parte desse tempo morando com ele, deputado federal e constituinte por Minas, assim como ele foi, e, religiosamente, quando chegava à noite da Câmara dos Deputados, sentava-me com ele, à frente da sua mesa de trabalho, e via-o redigindo seus próprios votos, num bloco de papel jornal, usando uma caneta esferográfica.

Passávamos em revista fatos e fofocas do dia, e eram muitos, já que o ser político, parlamentar, nunca dele desaparecera.

Falávamos, também, às vezes, dos casos que mais o intrigavam no Supremo, e ele me dizia que gostava de começar seus votos pelo fim,

reconhecendo ou não o direito do querelante, para que, praticada a justiça, se encontrassem as razões e fundamentos para alicerçá-lo.

Mas Oscar não se contentava com a rotina do Supremo. Ao contrário, fugia dela sempre que podia e, entre um voto e outro, escrevia, como sempre, de tudo, e devorava os livros; os que tinha, lia-os, e lia os novos, que sempre lhe chegavam.

Entrou na Academia Brasiliense de Letras e, quando podia, normalmente nos recessos do Judiciário, em visitas a Minas e ao Rio de Janeiro, dava uma passada na Academia Mineira para ver o Vivaldi e receber suas ordens e na Academia Carioca.

Mirava, de longe, mas cada vez mais de perto, a Academia Brasileira de Letras.

Numa fase dinâmica da vida nacional saiu em defesa do Supremo quando a Assembleia Nacional Constituinte insinuou usurpar-lhe poder e competência e, como Quixote, esgrimiu contra aqueles que em posições extremadas procuravam desfigurá-lo.

Eu a tudo acompanhava, e ele, sem se importar com críticas que lhe eram dirigidas, avisava seus companheiros de corte, que a briga era com ele, e ele adorava isso. Estava em seu campo de batalha!

Vencida essa guerra, assume em seguida a presidência do Tribunal Superior Eleitoral e, às vésperas da eleição presidencial, que se daria através de um colégio eleitoral, preside a sessão em que a corte superior eleitoral do Brasil delibera pelo livre arbítrio do voto dos membros daquele colegiado, decisão que permitiu a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República.

Aliás, um parêntese aqui: o mesmo Tancredo Neves, adversário político de Oscar, fez questão de ser o relator de sua indicação para o Supremo, quando o seu nome vai submetido à aprovação no Senado Federal.

Coisas da vida! Adversários políticos, sim, mas ressentimentos pessoais, não.

E Oscar, como sempre, irrequieto por natureza, buscava sempre desafios novos, diferentes. Sua origem portuguesa e familiar reservava-lhe a conquista de novos objetivos, e não foi surpresa quando, convidado pelo presidente da República José Sarney, aceitou o cargo de ministro da Justiça do seu governo.

Entendia que sua missão no Supremo havia terminado e o apelo em favor da pátria era maior.

Apaixonado pelo Brasil pensava que tudo aqui daria certo e que nem os homens seriam capazes de impedir o país de alcançar o futuro glorioso que lhe é reservado. Envolvam-no com uma bandeira nacional e pronto!

Os tempos eram sombrios, a crise era grande, mas, para Oscar, só mais um desafio difícil a enfrentar! Driblada a morte quando jovem, esse era fácil!

No entanto, mantinha seu olhar para outro lugar e, estimulado e incentivado por amigos e com o beneplácito de Austregésilo de Athayde, candidata-se a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Vencedor na disputa, galga à imortalidade, pelo conjunto da sua obra acadêmica e literária.

Sentiu-se plenamente realizado e era evidente sua alegria e satisfação por mais essa conquista.

Filho de Manuel e Mariquinhas, nunca pensava chegar aonde chegara. Só mesmo a graça e providência divina!

Homem de fé, só podia ser dádiva do Pai!

Mas as convicções de Oscar e sua amizade pelo presidente Sarney recomendaram-lhe afastar-se do Ministério da Justiça e ele volta ao Rio de Janeiro, dez anos depois, ainda com muito mais a conquistar.

Retorna à sua atividade jurídica, concentrando-se mais, agora na elaboração de pareceres, deixando a lide atribulada do direito para quem tivesse mais calma e paciência, a fim de enfrentar as dificuldades do seu dia a dia.

Nessa época, afastado eu também da atividade parlamentar, forma, comigo, escritório de advocacia, aqui, em Belo Horizonte, gesto generoso de um pai que, mais uma vez, estende sua mão para o filho, que reiniciava a prática forense. Vida nova para os dois!

Foram anos muitos férteis e profícuos para a sua vida literária e, apaixonado por Dante – amor que sempre manifestava –, trabalhou em mais uma tradução da obra do mestre italiano e, mesmo doente, traqueostomizado, com uma bomba de oxigênio a tiracolo, falando como se nada tivesse e sentisse – outros daqueles milagres que com ele aconteceram –, rumava para a ABL, fazia palestras, conferências, com o mesmo vigor e coragem que sempre o caracterizaram.

Íamos sempre ao seu encontro, falávamos de tudo, e ele, aquele otimista inveterado, ao lado de Diva, que não o largava um instante sequer, mantinha sua esperança e fé no Brasil e no poder de Deus.

Preparou o lançamento do seu livro, que seria na sede da ABL, em grande estilo, como ele gostaria, mas morreu na véspera, dia 30 de novembro de 2005, dormindo, sem sofrer mais, sem maiores privações.

Deus foi generoso com ele e com todos nós, seus herdeiros, ao permitir que na sua dedicatória, para mim, do livro que se lançaria no dia 1.º de dezembro, preparada antecipadamente, fosse anotada essa data, como que a nos lembrar que sua imortalidade era verdadeira e real.

Esta é a história e a vida de Oscar Dias Corrêa, pai de família e avô exemplar, marido amoroso, ser humano completo e único, além do seu tempo. Homem de bem! Homem Bom!

PATRUS ANANIAS: RAZÃO E FÉ NA CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

Bernardo Novais da Mata-Machado

Patrus Ananias escreve muito. Mas à exceção das 303 páginas de sua dissertação de mestrado, são textos curtos. Explica-se: ele é na essência um político e por isso vive em andanças e pelejas *cívicas, democráticas e populares*. Ainda assim encontra tempo para escrever. A princípio seus textos podem ser classificados como “discursos” e “artigos”. Os primeiros nas campanhas eleitorais (vereador, prefeito, deputado federal, senador e vice-governador), no Poder Legislativo (Câmara Municipal e Câmara dos Deputados), no Poder Executivo (prefeito de Belo Horizonte, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ministro do Desenvolvimento Agrário) e na Academia Mineira de Letras. Os artigos aparecem em jornais e revistas (principalmente no jornal *Estado de Minas*). Os discursos, sejam os de posse nos cargos executivos ou os pronunciados nas tribunas parlamentares, são cuidadosamente preparados. Quando lidos de forma detida, como tive de fazer para preparar este texto, vê-se que tanto artigos quanto discursos são na verdade “microensaios”, reflexivos, críticos e opinativos, onde as ideias do autor são postas de forma lógica, racional e por vezes poética, principalmente quando declara seu amor ao Brasil e ao Cristo. Podem tratar de assuntos da conjuntura, como em geral são os artigos, discursos e crônicas, mas neles há sempre algo de universal e permanente. Alguns foram publicados em coletâneas prefaciadas por amigos. *Em nome da vida* (1994) teve apresentação

de Luiz Dulci, e *Brasil: uma nação em busca de si mesma* (2003), de Juarez Guimarães. Ambos, no curto espaço que tiveram, buscaram sintetizar os textos de Patrus: Dulci diz que “é sempre das possibilidades do amor que ele fala” e Juarez que “é a perspectiva ético-política que os anima”. Fui convidado a prefaciar *Conciliação libertária* (2007), coletânea ainda não publicada, onde destaco a busca da conexão entre liberdade e igualdade, desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Agora, de posse de material mais denso para interpretar, preferi destacar a simbiose entre “razão” e “fé”.

Todas essas interpretações são válidas e complementares. Na introdução da dissertação apresentada em 2001 ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas, *Processo constitucional e devido processo legal na Constituição de 1824*, Patrus compreende o direito como *instrumento possibilitador do convívio social, se não em bases solidárias e amorosas, pelo menos em condições racionais e éticas*. Entre direito e ética encontra vínculos nítidos, quando o primeiro é abordado sob a ótica dos *valores e procedimentos democráticos e dos direitos fundamentais*:

O direito à vida e seus desdobramentos materiais, culturais, políticos e espirituais; a dignidade da pessoa humana; a construção da paz – pelas vias, tantas vezes conflitivas, das lutas dos movimentos sociais –, do desenvolvimento, da justiça social e do bem público, oferecem o território comum de encontro e interação entre os dois temas [...]. Consideremos, assim, a democracia constitucionalizada, na sua dinâmica e expansividade, dentro dos marcos do Estado Democrático de Direito, como o leito acolhedor onde deságuam as duas grandes vertentes dos princípios jurídicos e éticos e suas incidências no tempo e no espaço.

Ainda na introdução, Patrus propõe uma nova perspectiva de análise da história do Brasil: a *visão crítico-amorosa*, situada num ponto intermediário entre a historiografia “oficial”, *que apresenta um país (imaginário) que resolveu seus problemas sem violência*, e o ponto de vista contrário, que entende que o Brasil fracassou. Exemplo dessa nova maneira de compreender é a interpretação dada ao período 1822-1840, notadamente à Constituição de 1824, que, mesmo tendo sido outorgada de forma autoritária por D. Pedro I, manteve dispositivos liberais propostos durante a Constituinte de 1823, incluindo

o devido processo legal, instituto que remonta à Declaração de Direitos da Revolução Gloriosa (1688), baseado no princípio de que ninguém pode ser privado, arbitrariamente, de sua vida, liberdade e propriedade. Outro exemplo da *visão crítico-amorosa* está nas considerações finais da dissertação: a aposta do autor na conciliação entre quatro correntes de pensamento e ação política que confluem na história do Brasil: o liberalismo ético, o nacional-desenvolvimentismo, o comunitarismo cristão e o socialismo democrático. Embora teoricamente instigante essa conjunção, na prática, não é de fácil realização, pois, como reconhece o autor, o Brasil tem travas históricas: uma burguesia apátrida e oportunista, que se adapta a qualquer governo que lhe garanta os lucros, e uma esquerda sem tradição de unidade.

Na dissertação, Patrus revela sua filiação política e filosófica ao comunitarismo cristão ou personalismo comunitário. Mas sua formação intelectual é mais ampla. Remonta a Aristóteles, para quem *no princípio era a comunidade: o homem isolado, fora da polis, ou é um deus ou um monstro*. Prossegue com Santo Tomás de Aquino, *com suas refinadas reflexões sobre o bem comum e a função social da propriedade*. Lê Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, pensadores do “individualismo contratualista”, para os quais *no princípio era o indivíduo, e o Estado surge por meio do pacto social, expressão da vontade dos indivíduos*. As revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, inspiradas no contratualismo, rompem com o vínculo entre Igreja e Estado, mas caberá a Jacques Maritain, *atualizando o pensamento de Santo Tomás, restabelecer, já no século XX, o diálogo entre a tradição cristã e os princípios democráticos, as liberdades públicas e os direitos humanos*. Com Maritain surgem os primeiros delineamentos teóricos do personalismo comunitário cristão, doutrina que distingue “indivíduo” e “pessoa”. O indivíduo existe somente para si, é egoísta; a pessoa existe para si, mas também para o outro, vale dizer, para a comunidade. A consequência política dessa distinção é a seguinte: nem o individualismo possessivo do regime capitalista, que brutaliza a pessoa, nem o coletivismo estatizante do regime comunista, que a todos despersonaliza. Na trajetória do personalismo comunitário destaca-se o pensador Emmanuel Mounier, que, em diálogo com o marxismo e o existencialismo, vincula a *afirmação da pessoa ao social e ao histórico*, situando-a no terreno concreto da *dialética do nós*. A

seguir, Patrus recebe a influência de três encíclicas papais: *Paz na Terra*, de João XXIII, que defende a opção preferencial pelos pobres; *Desenvolvimento dos povos*, de Paulo VI, que ressalta o princípio da função social da propriedade; e *Sollicitudo social*, de João Paulo II, que acrescenta a função social do lucro e *incorpora, entre outras a questão ecológica*.

O personalismo comunitário cristão, ao propor uma alternativa para superar a polarização no pós-guerra, entre capitalismo e comunismo, influenciou a redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e possibilitou que, naquele momento, o mundo chegasse a um consenso, ainda que precário. Russos e norte-americanos assinaram a declaração, que previa na sequência a ratificação de um pacto, detalhando os compromissos e obrigações dos estados-membros da ONU no cumprimento da declaração. Entretanto, após 16 anos de infundáveis e cerradas discussões no ambiente polarizado da Guerra Fria, a solução encontrada foi proclamar dois pactos: o Pacto dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. O primeiro foi assinado pelos Estados Unidos e recusado pela União Soviética e o segundo chancelado pelos russos e rejeitado pelos norte-americanos.

Os ideais da declaração estão presentes no pensamento e na prática política de Patrus Ananias, mas ele prefere falar em “direitos fundamentais”, entendidos como os direitos humanos constitucionalizados e positivados, ou seja, concretizados no ordenamento jurídico. Entre esses direitos, Patrus destaca o DIREITO À VIDA, considerado como *valor e bem supremo*, e o interpreta de forma expandida:

A rigor, deve fundamentar todo ordenamento jurídico comprometido com os valores e procedimentos democráticos e com a afirmação histórica dos direitos humanos. O direito à vida não é uma abstração [...] se concretiza e se enraíza nas realidades concretas da existência e da convivência. Pressupõe os direitos substantivos e instrumentais que asseguram as condições materiais e biológicas a uma sobrevivência digna: direito à alimentação; direito à higiene e ao vestuário; direito de proteção contra as intempéries e condições adversas da natureza; direito à moradia, que se articula hoje, no contexto do fenômeno da urbanização, com o direito à cidade: saneamento básico, transporte coletivo, meio ambiente saudável e qualidade de vida, lazer, seguran-

ça, espaços de convívio, encontros e exercício da cidadania; cuidados preventivos e curativos com a saúde, a integridade e o bem-estar físico, mental, emocional e espiritual.

Para Patrus a dimensão espiritual do ser humano, além de incontestável, é patrimônio de todas as religiões, mas a leitura que ele faz dos filósofos cristãos e das encíclicas é a do exegeta, mais do que a do crente. A fé anima (no sentido de “dar alma ou vida a”), mas pertence ao domínio do mistério e brota do coração. Na vida política Patrus é racional, sobretudo na estratégia de ação, sempre guiada pelas possibilidades concretas do devir histórico. Para Patrus a chave é compreender as *exigências e os limites do tempo*, sabendo avançar quando é possível e recuar quando necessário, mas sem nunca abrir mão dos princípios. Essa estratégia revela-se ao longo de toda a sua carreira política: como vereador, deputado federal, prefeito e ministro de Estado. E explica seu sucesso político-eleitoral e como gestor público, porque na dialética do avanço/recuo a síntese é sempre a mesma: a obtenção de consensos amplos, que aglutinam forças e energias para a ação coletiva.

Na câmara dos vereadores, sua principal tarefa foi a de relator da Lei Orgânica do Município (LOM), a Constituição de Belo Horizonte. Na questão social e na organização política, o texto, aprovado em sua maioria por consenso, foi além da própria Constituição de 1988. Na área da educação, ultrapassou o mínimo de 25% de vinculação orçamentária, estabelecido na Constituição, ampliando-o para 30%. Além disso, tornou obrigação do município o provimento da educação infantil (0 a 6 anos) e garantiu o plano de carreira e o piso salarial dos professores. Também obteve avanços na questão tributária, com a previsão da possibilidade de os impostos municipais serem progressivos, conforme a capacidade de pagamento dos contribuintes. No direito à saúde abriu caminho para políticas intersetoriais quando no artigo sobre o tema relacionou saúde e condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, lazer e saneamento. A conquista mais comemorada foi na área política, com o reforço da democracia participativa. Além do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular de leis, instrumentos de participação direta inscritos na Constituição de 1988, a LOM-BH prevê a participação da população em todas as secretarias e administrações regionais da capital, com poder para

propor, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas, opinando inclusive sobre os orçamentos.

Os dispositivos da LOM abriram o caminho para a reconhecida gestão de Patrus Ananias como prefeito de Belo Horizonte. Dois princípios balizaram a administração: a *inversão de prioridades*, que significa governar principalmente para os pobres e para a periferia da cidade, em vez de atender os ricos e fazer obras vistosas na área central; e a *participação popular* nas decisões públicas. Os conselhos multiplicaram-se e assumiram lugar central na elaboração das políticas, mas o instrumento mais ousado foi o Orçamento Participativo (OP), experiência que marcou a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em várias cidades brasileiras. Em Belo Horizonte a referência geopolítica para a tomada de decisões foram as administrações regionais da prefeitura. Por meio de sucessivas assembleias a população levantava os problemas da região, discutia-os com os gestores e por fim elegia as obras prioritárias e uma comissão para acompanhá-las. Patrus também priorizou a segurança alimentar e nutricional, com programas como ABC (Abastecer), Direto da Roça e Restaurante Popular. Na área cultural destacaram-se a instalação de centros culturais em todas as regiões da cidade (a maioria dos quais aprovados em assembleias populares do OP) e a promoção de festivais internacionais como o FIT (Festival Internacional de Teatro Palco & Rua) e o Festival de Arte Negra (FAN), cuja primeira edição integrou as comemorações do tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995). Descentralização e internacionalização pautaram a política cultural.

Gostaria de deixar aqui um registro pessoal sobre os sentimentos que moviam o prefeito Patrus Ananias. Na condição de secretário adjunto de Cultura, participei de uma reunião do secretariado, convocada com urgência para tratar da recorrente tragédia das chuvas em BH. Patrus acabara de retornar de uma viagem ao exterior, onde fora firmar parcerias e captar recursos para projetos da prefeitura. Ao voltar, soube da morte de um cidadão por causa das chuvas. Pois na reunião levamos, todos os secretários, uma bronca indignada do prefeito. Éramos corresponsáveis pela perda de uma vida. E assim nos sentimos.

Resta falar da principal façanha político-administrativa de Patrus Ananias, dessa vez no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – a gestão do programa Bolsa Família –, que deu

concretude à prioridade máxima do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: zerar a fome no Brasil. Sobre esse programa muito já foi dito e escrito no Brasil e noutras partes do mundo. Está bastante documentado. Em poucos anos, por meio de transferências de renda aos mais pobres e investimentos na agricultura familiar, o país tirou da miséria milhões de pessoas e saiu do Mapa da Fome da Organização para Alimentação e Agricultura da ONU.

Nos limites desse texto, penso que o mais importante a destacar é que, assim como na Prefeitura de Belo Horizonte, no ministério, Patrus mostrou fidelidade aos seus princípios, coerência entre o pensar e o agir e idêntica metodologia de gestão, mas dessa vez no plano maior da União. Superioridade do direito à vida, opção preferencial pelos pobres e busca permanente da justiça social como princípios. Como método, a democracia participativa para obtenção de consensos, ações intersetoriais entre ministérios e descentralização administrativa (entre os entes da Federação).

Sobre a posterior passagem de Patrus pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) há pouco o que dizer, porque, após 17 meses de governo, no seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff, que o convidou para o ministério, sofreu um golpe de estado em tudo semelhante a outros ocorridos na história do Brasil. Com o mesmo e indisfarçável objetivo: suprimir conquistas trabalhistas e sociais dos mais pobres e restaurar o império dos *adoradores do bezerro de ouro*, levando de roldão a soberania nacional.

Certa vez, numa conversa sobre a história e o futuro do Brasil e do mundo, Patrus me disse com certo desalento: “Não contava com o surgimento do neoliberalismo”. Agora, como o repique de uma epidemia, depois de Collor e FHC, o neoliberalismo ressurgiu no Brasil com Temer e Bolsonaro e, desta vez, de forma ainda mais virulenta. Há indícios de que a pobreza vem aumentando e o país periga retornar ao Mapa da Fome.

Patrus, cumprindo o terceiro mandato como deputado federal, continua a mesma PESSOA, agora na luta contra as forças do atraso.

PRESIDENTE PEDRO ALEIXO: VIDA E OBRA²⁰

José Carlos Brandi Aleixo

Prezados amigos, prezadas amigas,

Inicialmente, agradeço ao nosso laborioso e ilustre presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Faria Tavares, o honroso convite para dissertar sobre o presidente Pedro Aleixo.

Pedro Aleixo, filho do comerciante José Caetano Aleixo e de Úrsula Maria Aleixo, nasceu em 1.º de agosto de 1901 no distrito de São Sebastião (hoje Bandeirantes) da cidade de Mariana. Foi ela a primeira vila, cidade, diocese e arquidiocese de Minas Gerais.

Pedro Aleixo fez em Ouro Preto, cidade vizinha, estudos secundários no Colégio Malheiros e no Ginásio Alfredo Baeta e também cursos preparatórios. Estudou Direito em Belo Horizonte e foi premiado com a Medalha Rio Branco, destinada ao melhor aluno de toda a sua turma de Direito.

Para posteriores considerações, é importante apresentar, sumariamente, o itinerário profissional de Pedro Aleixo. Foi ele vereador em Belo Horizonte (1927-1930), constituinte e deputado federal no Rio de Janeiro (1933-1937), constituinte e deputado estadual em Belo

²⁰ Texto baseado na palestra “Presidente Pedro Aleixo: vida e obra” com o acadêmico Padre José Carlos Brandi Aleixo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FugB7odngcU&feature=youtu.be>.

Horizonte (1946-1951) e outra vez deputado federal (1959-1967) inicialmente no Rio de Janeiro e, a partir de 1960, em Brasília. Exerceu a função de ministro da Educação e da Cultura de 7 de janeiro a 30 de junho de 1966.

Merece particular relevo o fato de que o presidente da República Arthur da Costa e Silva e o vice-presidente da República Pedro Aleixo mantiveram esses seus títulos de 15 de março de 1967 a 14 de outubro de 1969. Vale ressaltar que o mandato deles se estenderia até 15 de março de 1971. Surge, naturalmente, a pergunta: por que foram destituídos desses cargos?

Pedro Aleixo foi também professor universitário de Direito Penal. Ocupou o cargo de livre-docente e, mais tarde, foi professor catedrático de Direito na Universidade Federal de Belo Horizonte. Sua tese versou sobre o peculato no direito penal brasileiro. Entende-se melhor sua particular preocupação com a justiça e a utilização dos bens públicos com maior cuidado. Lecionou, também, Direito Internacional Público e Prática Profissional no curso do bacharelado e Sistemas Penitenciários e Criminologia no curso de doutorado. Em 1949, assumiu a cátedra de Direito Penal na Universidade Católica de Minas Gerais.

Vale lembrar que, após a revolução de 1930, o país elegeu uma constituinte, que aprovou a nova Magna Carta de 1934. Dela participou Pedro Aleixo. Em 14 de outubro de 1934, foram eleitos os novos membros do Poder Legislativo, entre os quais Pedro Aleixo. Eles tomaram posse em 3 de março de 1935. Em 4 de maio de 1937, Pedro Aleixo foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. O artigo 52 da Constituição de 1934 assim rezava:

Em caso de vaga no último semestre do quadriênio, assim como nos de impedimento ou falta do Presidente da República, serão chamados, sucessivamente, a exercer o cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, depois o Presidente do Senado, depois o Presidente da Corte Suprema.

Então, Pedro Aleixo era o número dois no país nesses meses em que presidiu a Câmara dos Deputados. Como Getúlio Vargas não adoeceu nem viajou ao exterior, ele, nesse período, não exerceu a função de presidente da República.

De 11 a 14 de abril de 1967, o presidente Costa e Silva participou, na cidade uruguaia de Punta del Este, de encontro de presidentes da América. Na sua ausência, Pedro Aleixo foi presidente da República no Brasil. Assinou vários decretos em consonância com o presidente da República. Em 3 de abril de 1968, Pedro Aleixo exerceu também a presidência da República, quando Costa e Silva foi novamente ao território uruguaio para a inauguração da Ponte da Concórdia.²¹

Pedro Aleixo tinha princípios importantes sobre a arte de governar e de preparar-se para o exercício de funções no mundo político. Falando, em Uberaba, em 2 de fevereiro de 1949, no Congresso de Prefeitos, Pedro Aleixo expressou a relevância do município e das virtudes fundamentais para o exercício da vida pública. Disse ele:

É no município que o cidadão, dando mostra de seu desinteresse individual, aprende que satisfazer o interesse geral é o melhor meio de satisfazer, plena e definitivamente, o interesse próprio. Assim, adquire o cidadão aquelas duas virtudes que Octavio Amadeo, o autor de *Vidas Argentinas*,²² considera substanciais na personalidade do homem público: o serviço e o desinteresse. Tão certo é que é servindo que se governa que o Instituidor do Reino de Deus, ao anunciá-lo aos seus discípulos, começou a servir para começar a governar.²³ “Não vim para ser servido, mas para servir”,²⁴ disse Jesus.

Na inauguração do Abrigo de Menores Afonso de Moraes, disse Pedro Aleixo:

É necessário que o homem de governo saiba sofrer com o povo e seja capaz de mergulhar, verticalmente, nas camadas profundas para delas emergir, não com o sentimento esportivo de alívio, mas com as

21 1) *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1968, p. 2; 2) *Diário de Notícias, Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa*, 1.º a 5 abr. 1968.

22 AMADEO, Octavio R. *Vidas argentinas*. Buenos Aires: Ministério das Relações Exteriores, 1942

23 *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 fev. 1949, p. 3. Ver também: SALGADO, 1997, p. 272-275.

24 “O Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir” (Mateus 20: 28).

apreensões de quem encontrou a verdade e viu que a verdade é triste. É um palácio a menos e um asilo a mais, onde há excessos de palácios e carências de asilos.²⁵

Por muitos anos, integrou a Comissão Diretora da Santa Casa da Misericórdia da capital mineira. Colaborou, ainda, na reforma do sistema penitenciário de Minas Gerais.

Como secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais (1947-1950), Pedro Aleixo tomou várias iniciativas e executou várias obras a favor de menores carentes. Sob sua presidência, criou-se a Associação Mineira de Proteção à Criança, em 2 de agosto de 1947. O periódico *Minas Gerais*, de 12 de agosto seguinte, à página 13, publicou seu estatuto.

Note-se que, menos de três meses após a posse de Juscelino Kubitschek no governo de Minas Gerais, a primeira-dama do estado, a Sra. Sara Kubitschek, visitou, acompanhada pelo Dr. Pedro Aleixo, a Associação Mineira de Proteção à Criança. Acima das divergências políticas, continuava em comum a preocupação com a causa dos menores carentes.²⁶

Outro exemplo, nesse contexto, é o do constante apoio de Pedro Aleixo ao Abrigo do Pequeno Jornaleiro, que surgiu a partir de reunião realizada em 26 de novembro de 1934,²⁷ em Minas Gerais. Como secretário do Interior, visitou-o várias vezes. Na direção da casa, esteve, durante vários anos, seu amigo monsenhor Arthur de Oliveira.

Em 9 de fevereiro de 1941, no escritório de Pedro Aleixo em Belo Horizonte, houve reunião de vários cidadãos com o objetivo de discutir a criação de uma sociedade destinada à proteção de menores abandonados. Em sessão de 10 de março de 1941, foram aprovados, unanimemente, os estatutos da fundação. Recebeu o nome de Fundação São José. Em 24 de março de 1941, foi aprovada a diretoria do conselho. Coube a Pedro Aleixo a presidência e a Juscelino Kubitschek a vice-presidência. Na ata da 2.ª Sessão do Conselho de Administração, Juscelino Kubitschek, que era prefeito de Belo Horizonte, disse: “a

25 *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 1947, p. 3. Ver também: SALGADO, 1997, p. 3.

26 *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 abr. 1951, p. 3.

27 *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 nov. 1934, p. 12.

Prefeitura destinava à Fundação Cr\$ 50.000,00, quantia igual à que fornece às organizações da mesma natureza [...]”. Disse ainda que daria Cr\$ 4.000,00 em nome de sua filha Márcia (SALGADO, 1997, p. 216-217).

ELOGIOS A POLÍTICOS AUSTEROS. EXEMPLO DE RAUL SOARES DE MOURA

Pedro Aleixo enalteceu a probidade, a austeridade, a discrição e o comedimento do presidente (era o nome que se dava ao que chamamos hoje de governador) Raul Soares de Moura (1877-1924). Seu mandato de presidente ia de 1922 a 1926. Acometido por grave enfermidade, ele demandou à estância hidromineral de Caxambu a conta dos honorários médicos. Foi ela superior aos seus recursos pessoais naquele momento. Seu secretário julgou justo saldar a dívida com as sobras da verba de expediente de seu gabinete (gabinete oficial). Sabedor, mais tarde, do fato, Raul Soares enviou ao seu secretário carta acompanhada de um cheque. Não aceitou que fossem, com verbas públicas, pagos serviços que lhe haviam sido prestados como cidadão particular.²⁸

Adiante, há elogios de Pedro Aleixo a João Pinheiro e a Afonso Augusto Moreira Pena.

AMIZADES DE PEDRO ALEIXO

Entre os amigos de Pedro Aleixo, destaca-se Milton Campos. Foram colegas em Belo Horizonte no Curso de Direito nos anos de 1917 a 1922. Ambos trabalharam no escritório do renomado advogado Abílio Machado. Pedro Aleixo foi secretário do Interior e Justiça do governador Milton Campos, de 1947 a 1950. Com frequência, Milton Campos dizia àqueles que desejavam entrevistá-lo: “Falem com Pedro, primeiro”. Daí o uso do cognome Pedro Primeiro para Pedro Aleixo. Uma maneira graciosa de comentar essa forma de falar com o governador e com o seu secretário.

Como senador, Milton Campos escreveu, em 7 de novembro de 1969, notável crítica dos atos institucionais que impediram Pedro

²⁸ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 mar. 1946, p. 4, “Naquele tempo”.

Aleixo de substituir o enfermo presidente Costa e Silva e, depois, em de 14 outubro de 1969, o destituíram da vice-presidência da República (ALEIXO; CHAGAS, 1976, p. 81-85). Ao tomar posse na Academia Mineira de Letras em 11 de maio de 1974, Pedro Aleixo pronunciou primoroso discurso sobre Milton Campos, seu predecessor na Cadeira 29.

Semelhantemente, Pedro Aleixo foi amigo de Assis Chateaubriand.

ELOGIOS A PEDRO ALEIXO

Em 8 de agosto de 1937, os deputados ofereceram ao presidente da Câmara Pedro Aleixo homenagem por ocasião de seu aniversário natalício. Falou em nome de todos eles o deputado opositor João Neves da Fontoura (1889-1963). São palavras suas:

A vossa [de Pedro Aleixo] ascensão na vida política é um modelo de dignidade pessoal. Os que de vós divergiram, divergem ainda ou divergirem amanhã, terão que, respeitosamente, dizer que as vossas convicções, as vossas atitudes são fruto meditado do dever do homem público e do sentimento do homem privado.²⁹

Herbert Levy (1911-2002) foi, por mais de 30 anos, companheiro de Pedro Aleixo em lutas comuns pela justiça. Fez grandes louvores a ele e o chamou de verdadeiro varão de Plutarco, desses que se podem quebrar, mas não dobrar. Pode-se dizer mesmo que Pedro Aleixo, em nossa história política, se constitui em um daqueles poucos homens que, admirado pelos seus contemporâneos, há de ser sempre lembrado pelos pósteros.³⁰

Entrevistei vários daqueles congressistas que conviveram mais tempo com Pedro Aleixo. Um deles foi o combativo e culto deputado do Rio Grande do Norte Djalma Marinho. Perguntei-lhe: “Qual adjetivo melhor caracterizaria o falecido colega mineiro?”. Disse ele: “Pedro lembra-me Robespierre: foi o incorruptível”.

²⁹ *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1937, p. 6. Ver também: *A Gazeta de São Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1937. O breve discurso de posse de Pedro Aleixo na presidência da Câmara dos Deputados ocorreu na sessão de 5 de maio de 1937.

³⁰ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 5 abr. 1975, p. 93.

Em 30 de agosto de 2001, houve sessão plenária no Senado Federal em homenagem ao transcurso do centenário do nascimento de Pedro Aleixo. Declarou o presidente do Senado na época, Edison Lobão:

As homenagens que se possam prestar a Pedro Aleixo, como a tantas outras personalidades brasileiras, são um dever das instituições que têm por missão zelar e aprimorar o sistema democrático em nosso país. A comemoração, iniciativa do Senado Federal, do nascimento desse grande vulto, que honrou as tradições liberais das Minas Gerais do Brasil, é uma dessas oportunidades. Renova, nos mais velhos, a relevância patriótica de uma vida dedicada à liberdade e transmite às novas gerações o exemplo de um ser cultuado daqueles que, com desassombro e movidos por ideais que nunca arrefeceram, inscreveram-se, perenemente, na nossa história. (LOBÃO, 2001, p. 3)

Na citada sessão do Senado, a de 30 de agosto de 2001, fizeram uso da palavra, entre outros, Edison Lobão, Francelino Pereira, Bernardo Cabral, José Alencar (futuro vice-presidente da República de 2003 a 2011), Arlindo Porto, Pedro Simon e Eduardo Suplicy.

Pedro Aleixo mereceu, também, de seus adversários, manifestações de apreço e louvor. É particularmente significativo o exemplo do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, seu compadre e companheiro de tertúlias e obras sociais. Juscelino convidou-o para o receber na Academia Mineira de Letras, mas, como ele faleceu em 3 de março de 1975, a presidência da Academia Mineira de Letras encarregou Juscelino de falar, em nome dela, no velório de Pedro Aleixo. Disse Juscelino:

Militamos em campos opostos no plano da vida política. Mas, a nossa inspiração era a mesma: a de dedicação ao nosso povo, à nossa terra e à nossa pátria. Por isso, embora fôssemos adversários, sempre afetuosamente nos abraçamos. Acima das divergências e dissensões de ordem política, prevalecia em nós o sentimento da estima fraterna, que teria, talvez, o seu mais alto e mais belo ato no discurso com que você iria receber-me na Academia. A morte interrompeu este ato, quase à hora em que ele deveria realizar-se. Não ouvirei, assim, a sua voz amiga, mas não sou eu apenas que lamento seu definitivo silêncio: é todo o Brasil, porque você soube ser, com o seu talento, com a sua cultura, com a sua

bravura cívica, uma expressão nacional das maiores que Minas Gerais tem dado ao Brasil. (KUBITSCHKEK, 1976, p. 59-60)³¹

Em entrevista ocorrida em novembro de 1975 (poucos meses depois), o ex-presidente Juscelino Kubitschek declarou:

O político a quem mais me afeiçoei foi Pedro Aleixo. Embora tenhamos seguido rumos diferentes: ele na UDN e eu no PSD, tornamo-nos amigos de verdade quando fui Deputado em 1935 e ele líder da nossa bancada e, depois, Presidente da Câmara em substituição a Antônio Carlos. A amizade continuou em Belo Horizonte. Sou o padrinho de um de seus filhos, o Sérgio. Ele era um homem de espírito puro. Tinha profunda admiração por ele. Tomando-o como um bom padrão político, ele foi eleito Deputado em 1930 com o meu voto.³²

Em 25 de setembro de 1980, o Senado Federal prestou homenagem a Pedro Aleixo. Em aparte ao discurso do senador Passos Porto, o então senador Tancredo Neves (Partido Popular, Minas Gerais) declarou:

A homenagem que se presta à memória de Pedro Aleixo enaltece a Casa Alta do Senado da República. Durante toda a vida fui seu adversário tradicional [...] Mas, por isso mesmo, estou em condições de poder dar um depoimento da maior isenção. Foi dos homens públicos de sua geração dos mais eminentes, pela sinceridade das suas convicções republicanas, pela elevação do seu espírito público, mas sobretudo e principalmente, pelo seu espírito democrático. Comparecendo ao seu sepultamento, representando o meu antigo partido, o Movimento Democrático Brasileiro, ao vê-lo na sua câmara fúnebre, a imagem que me ocorreu foi a daquele apólogo conhecido e famoso, do velho lenhador, que sentindo uma tempestade da noite, no dia seguinte, indo ao seu trabalho, encontrou prostrado a seus pés um velho carvalho e a expressão que ele teve foi esta: “Nunca pensei que ele fosse tão grande”. É este o sentimento que Minas Gerais tem. (ALEIXO; NÓSSEIS; ALEIXO, 1982, p. 83)

³¹ Nessas páginas, está, na íntegra, o discurso pronunciado por Juscelino Kubitschek no velório de Pedro Aleixo em Belo Horizonte.

³² *Status*, São Paulo, 27 maio 1976, p. 12.

Ao saudar Pedro Aleixo como novo membro da Academia Mineira de Letras, Paulo Pinheiro Chagas, grande escritor, falando de Pedro Aleixo, terminou com as seguintes palavras:

Vosso nome soa ao jeito de um toque de rebate de um convite ao diálogo, de uma luz repentina de liberdade, tudo a mostrar, como no verso do poeta, que tendes sido para o Brasil, em mais de uma oportunidade, o clarim, a clareira e o clarão. (CHAGAS, 1974, n.p.)³³

LEI PRESIDENTE PEDRO ALEIXO

Em 30 de abril de 2010, o Senador Eduardo Azeredo apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei n.º 7.245 com a seguinte emenda: “Incluir o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela nação brasileira com a Suprema Magistratura”. Aprovado o projeto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem votos contrários, foi ele sancionado, em 12 de setembro de 2011, pela Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, nos seguintes termos: “Artigo 1.º O cidadão Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, impedido de exercer a Presidência em 1969, em desrespeito à Constituição Federal então em vigor, figurará na galeria dos que foram ungidos pela nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais”.³⁴ Por feliz coincidência, 12 de setembro é o dia do aniversário de Juscelino Kubitschek.

Em 12 de dezembro de 2018, descerrou-se o retrato de Pedro Aleixo na Galeria dos Presidentes da República, no Palácio do Planalto, em Brasília. Há fotografias em que aparecem autoridades, os filhos Maurício e José Carlos, o neto Pedro e outros parentes, amigos e estudiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ocasião do centenário do nascimento de Pedro Aleixo, D. Luciano Mendes de Almeida escreveu o artigo “Pedro Aleixo: Centenário, 1901-2001”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* de 4 de agosto de 2001:

³³ Ver também: ALEIXO; CHAGAS, 1976, p. 33-42.

³⁴ *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 176, 13 set. 2011, seção 1, p. 7.

A voz abençoada de Pedro Aleixo, discordando do AI-5, permanecerá em nossa história como sinal de coragem e de dignidade para as gerações frustradas. Era a expressão de suas convicções religiosas e democráticas, e do seu incondicional amor à liberdade. Teriam sido outros os rumos do Brasil se, como era de direito, Pedro Aleixo tivesse ocupado a Presidência. Deus permita que a memória desse cristão exemplar e líder político desperte, em nossa juventude, a esperança. O rigor de Pedro Aleixo na administração dos bens públicos ficou tradicional. Ele foi destituído da Vice-Presidência da República em 14 de outubro de 1969. Quando mandaram para ele o pagamento do mês inteiro, ele devolveu ao Governo aquela parte que não correspondia ao tempo em que ele exerceu a Vice-Presidência da República. Isso foi motivo de grande admiração na Câmara e no Senado e foi comentado e louvado e está registrado em diários do país.³⁵

Em 11 de janeiro de 1961, o Deputado Pedro Aleixo discursou sobre o centenário do nascimento de João Pinheiro (1860-1908). Disse então:

A luta contra o privilégio, em que João Pinheiro se empenhou, ainda continua. Cumpra que se faça a libertação do povo. É necessário abolir todas as categorias, todas as ordens de opressão: a opressão econômica, a opressão social, a opressão política [...] só a virtude é o fundamento e deve ser inspiração da República. (ALEIXO, 1960, p. 73)

Sobre Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), outro político também ilustre, escreveu Pedro Aleixo:

Bem é, portanto, que com a continência de nossa vaidade e para sufocação de explosões do nosso orgulho, de quando em quando façamos o que agora estamos fazendo: que evoquemos grandes figuras da história. Recordemos seus pensamentos, estudemos suas obras. Analisemos suas aspirações e vejamos quantas vezes seus sonhos, nobremente ins-

³⁵ Comentou o deputado Pedrosa Horta: “Gestos dessa natureza, raros nos tempos e no mundo em que vivemos, merecem registro porque ele [Pedro Aleixo] envaidece a todos nós parlamentares do Brasil”. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 5 nov. 1969, p. 152.

pirados, converteram-se, por esforços e sacrifícios, em realidade que hoje são patrimônio de todos nós.³⁶

Podemos aplicar à vida e obra de Pedro Aleixo palavras suas sobre grandes personalidades da história do Brasil.

Ele encomiou muitos varões de Plutarco na sua vida. Hoje, nós temos o privilégio de enaltecê-lo na mesma categoria como um deles.

Muito obrigado.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Temos vários livros e fotografias, quadros que falam da vida e obra de Pedro Aleixo. Dispomos do volumoso livro *Perfis parlamentares*, que a Câmara dos Deputados publicou. É um livro que reúne discursos de Pedro Aleixo. Nós possuímos, também, sobre Pedro Aleixo, publicado pelo Senado Federal, os livros *Testemunhos e lições* e *Sua obra política*. São documentos oficiais. Eu mencionei Edison Lobão: ele é organizador de opúsculo com fotografias e palavras dos que falaram em homenagem a Pedro Aleixo.

Outrossim, escrevi um trabalho sobre Pedro Aleixo, intitulado *Pedro Aleixo: itinerário de um liberal*. Pedro Aleixo, Juscelino Barbosa e Álvaro Mendes Pimentel foram cofundadores do renomado jornal Estado de Minas. Essa organização importante publicou dois livros sobre ele: *Pedro Aleixo retratado pelo Estado de Minas* e *Pedro Aleixo: jornalista*. Esses livros podem ser encontrados em boas bibliotecas, como a da Câmara dos Deputados e a do Senado Federal. Gostaria de dizer, também, que temos um filme sobre ele. As últimas palavras de Pedro Aleixo foram estas: “Parto para a liberdade”. Ele lutou, toda a vida, a favor da liberdade, e o cineasta Jesus Chediak fez um filme que teve muito boa aceitação com esse título (*Parto para a liberdade: uma breve história de Pedro Aleixo*). O filme foi projetado em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, em 7 de junho de 2014.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, José Carlos Brandi; CHAGAS, Carlos (org.). *Pedro Aleixo: testemunhos e lições*. Prefácio: Magalhães Pinto, presidente do Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1976.
- _____. Palavras do Padre José Carlos Brandi Aleixo. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Anais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 9, n. 8, p. 140, ago. 2001.
- ALEIXO, Maurício Brandi; NÓSSEIS, Vítor Jorge Abdala; ALEIXO, José Carlos Brandi (org.). *Pedro Aleixo: sua obra política*. Vol. II. Prefácio: José Carlos Brandi Aleixo. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Estudos Políticos Pedro Aleixo (Ibeppa), 1982.
- ALEIXO, Pedro. Reverência à memória de João Pinheiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 7, p. 73-79, 1960.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. Discurso de Recepção do Acadêmico Paulo Pinheiro Chagas na Sessão Solene de 11 de maio de 1974. In: ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. *Sucessão na Cadeira 29*. Belo Horizonte, 1974, última página não numerada.
- KUBITSCHKE, Juscelino. Palavras no sepultamento de Pedro Aleixo. In: ALEIXO, José Carlos Brandi; CHAGAS, Carlos. *Pedro Aleixo: testemunhos e lições*. Prefácio: Magalhães Pinto, presidente do Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1976, p. 59-60.
- LOBÃO, Edison. *Pedro Aleixo: o perfil de um democrata*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SALGADO, Marília de Albuquerque (org.). *Pedro Aleixo: jornalista*. Belo Horizonte: Estado de Minas, 1997.

36 ALEIXO, Pedro *apud* ALEIXO, 2001, p. 140.

UMA TRAJETÓRIA IMPRESSIONANTE: ALGUMAS NOTAS SOBRE A VIDA E A OBRA DO ACADÊMICO RONALDO COSTA COUTO

Rogério Faria Tavares

Em 1955, aos 12 anos, o primeiro emprego: aprendiz e *office boy* no pequenino escritório de contabilidade de Josué Ferreira, na Rua Grande. É o princípio do improvável incessante *rush* para cima que levaria Ronaldo Costa Couto ao topo da formação acadêmica, da arte de pesquisar e escrever e da vida pública brasileira, em que ocupou mais de dezena de cargos relevantes, como os de secretário de Estado em Minas e no Rio de Janeiro, governador de Brasília e titular dos Ministérios do Interior, do Trabalho e da Casa Civil da Presidência da República.

MENINO DE LUZ

Nasceu em Luz, Centro-Oeste de Minas, onde viveu até os 14 anos. É o quinto dos oito filhos de Francisco Olympio do Couto e Maria José Costa Couto. Irmão de Silvério, Vera, Êlcio, João Lúcio, Francisco Assis, Marisa e Olímpia Helena. Estudou no Grupo Escolar Sandoval de Azevedo e no Colégio São Rafael.

Em julho de 1957, a família muda de mala e cuia para Belo Horizonte, então com meio milhão de habitantes. Aos 14 anos, arrancado de seu feliz pequeno mundo de 14 mil almas, triste e apreensivo, o luzense venceu os 180 quilômetros a bordo da veterana jardineira da Empresa Verde, dos irmãos Botinha, amigos de seu pai. Sentiu doida saudade da vida livre e solta, da meninada da escola, das peladas de futebol,

das andanças e travessuras nas ruas e na roça, dos parentes e das primeiras namoradas. “A Vera Lúcia e a Jeanete, lindas, misteriosas, simpáticas, inteligentes!” Mas não demorou a encantar-se com BH. Com firme apoio dos pais e irmãos, adaptou-se rapidamente. Curioso, logo explorou seu primeiro bairro, Santa Tereza, e, pouco a pouco, a cidade inteira. Fez novos amigos e amigas. Mas nunca esqueceu os da infância. Sempre atento ao futuro, estudioso, completou o curso ginásial e o antigo curso científico no prestigioso Colégio Municipal. Conta que teve excelentes professores. Como o inesquecível Cristiano Nogueira Filho, de Língua Portuguesa. Um grandalhão elegante, com o seu tanto boêmio, brilhante, culto, coração mole, poeta bissexto, leitor voraz. É autor do excelente *Aulas de Português*, que Ronaldo consulta até hoje. “Ele me valorizou, motivou e ajudou. Dizia para eu não pensar pequeno, nunca desistir de meus sonhos e sempre tentar ver bem à frente.” Os conselhos concentravam-se na arte da escrita, paixão e vocação a que o moço passaria a dedicar-se profissionalmente muito tempo depois.

Ele me indicava bons autores e boas leituras. Insistia em que escrevesse todos os dias. Que não bastava ter vocação e dom. Era fundamental ler e praticar muito. Treinar, treinar bastante. Enxugar o texto, cortar, cortar. Cortar até ficar limpinho. Às vezes criticava, mas sempre construtivamente. Paciente, corrigia, ensinava, apresentava boas sugestões. Dizia gostar dos meus textos.

ALUNO E PROFESSOR

Ronaldo pensou em cursar Medicina. Mas, depois de teste vocacional, pesquisas, conversas com amigos e consulta aos adorados irmãos Silvério, médico, e Êlcio, economista e principal referência profissional, decidiu-se por Economia. A Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Minas Gerais era – e ainda é – referência importante no país. Aprovado com destaque no vestibular, fez a graduação de 63 a 66. Ainda no primeiro ano, também por concurso, conquistou bolsa de estudos em tempo integral da própria faculdade. Eram quatro horas de aulas pela manhã, com todos os colegas. Almoçava na própria Face e seguia direto para sua sala de bolsista, no 8.º andar, bem junto às dos professores, expoentes da UFMG, como Maria Carmen Carvalho de Souza, Francisco Iglésias,

Paulo Roberto Haddad, Admardo Terra Caldeira, Fábio Lucas, Edson Durão Júdice, Antonio Drummond e outros. Havia ótima biblioteca sempre à disposição, aulas extracurriculares, seminários frequentes, trabalhos de pesquisa, densa carga de estudos, provas escritas e ajuda mensal próxima do salário mínimo.³⁷

Atuou algum tempo na área cultural do diretório acadêmico, ao lado do saudoso amigo de vida inteira Henrique de Souza Filho, o Henfil, então estudante de Sociologia. “Uma alma essencialmente crítica e política. Um gênio do desenho e do humor. Cartunista, caricaturista, jornalista e escritor. Aprendi bastante com ele.” Ainda hoje conserva e cultiva a amizade com os colegas da turma de economistas de 66. “Mantemos contato, agora em seletor grupo de WhatsApp e ao telefone. Compartilhamos informações, lembranças, preocupações e principalmente afeto.”

Workaholic, três noites por semana e nas tardes de sábado o universitário Ronaldo ainda encontrava energia para lecionar no cursinho pré-vestibular mantido pela própria Face e, ainda, em escolas particulares, como a Inconfidência, à Rua Curitiba, no centro da cidade, e a nascente Universidade de Itaúna, a 80 quilômetros de Belo Horizonte. O jornalismo também o seduziu. Foi repórter do breve e marcante *Correio de Minas* e da revista *Três Tempos*, sob a chefia do lendário jornalista Guy de Almeida. A partir de março de 67, lecionou sete anos no curso de Economia – quatro em regime de dedicação exclusiva, três em tempo parcial. Matérias: Introdução à Economia, Teoria Econômica e Programação Econômica. Efetivou-se na carreira, mediante concurso. Foi paraninfo dos formandos de 71 e cinco vezes eleito professor do ano pelos alunos.

CAMINHO DE SANTIAGO

Casou-se aos 26 anos, em janeiro de 69. Seguiu reto e direto para Santiago do Chile, onde fez pós-graduação no Instituto Latino-Americano

³⁷ O sistema de bolsas da Face foi idealizado e implantado pelo saudoso professor e diretor Yvon Leite de Magalhães Pinto no final dos anos 1950. A inovação deu resultados tão formidáveis que o ex-bolsista Claudio de Moura Castro, notável economista e educador, referência nacional, publicou livro sobre ela, intitulado *A mágica do Dr. Yvon* (Belo Horizonte: Benvida Editora, 2010).

de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), ligado à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), agência da Organização das Nações Unidas. Aprendeu bastante com seus grandes economistas, como o gigante Raúl Prebisch, Oswaldo Sunkel, Pedro Paz, Norberto González, Carlos Matus Romo. Ano seguinte, voltou a lecionar na Face e a pesquisar no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, o Cedeplar, instituição que admira, viu nascer e integrou desde a fundação até 74.

NA FAZENDA

Em março de 71, com 28 anos, passou a coordenar o assessoramento econômico ao secretário da Fazenda do governo Rondon Pacheco, o bravo e carismático Fernando Antônio Roquette Reis, um economista talentoso e criativo. Um líder de personalidade fortíssima e franqueza no patamar do sincericídio. Executivo exigente, professor severo.³⁸

Ronaldo: “Rondon Pacheco fez ótimo governo, comparável ao de JK”. A Fazenda era forte polo de poder e de soluções. Um centro de formulação, instrumentalização e coordenação de energética, arrojada e inovadora política estadual de desenvolvimento cuja qualidade e eficácia inspiraram outros estados. Sob a batuta política do governador Rondon, o determinado Fernando conduziu o saneamento e a recuperação das finanças públicas, a modernização administrativa estadual, a valorização e o fortalecimento das instituições de desenvolvimento, o engajamento da Fazenda na promoção de investimentos privados, inclusive mediante novos e eficazes estímulos fiscais e financeiros à instalação e expansão de empresas. Ele prestigiou e apoiou a atuação dos gestores públicos incumbidos da atração de pequenos, médios e grandes investimentos privados. Como, por exemplo, os da Fiat Automóveis S.p.A., de cujas negociações decisivas com os italianos Ronaldo participou intensamente em 73. Grande êxito e marco.

³⁸ Do também economista Antonio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, ex-deputado federal: “O Fernando era uma pessoa a quem você dava uma tarefa e sabia que ia ser cumprida com lealdade e competência. Muito alegre, muito jeitoso. Agora, quando não ia com jeito, ia no porrete. Mas ia!”

Minas conseguiu muito mais. Exemplo? Com base na incorporação de tecnologias e medidas e condições creditícias estimulantes da modernização, o governo Rondon Pacheco viabilizou e executou inovadora e competitiva agricultura de cerrado, o vasto bioma (cerca de 24% do Brasil), até então desvalorizado e pouquíssimo utilizado. Uma nova matriz produtiva, baseada na ciência, tecnologia e inovação. Foco central: aumento da produção de alimentos, alinhado a práticas sustentáveis. Seu principal idealizador, condutor e entusiasta foi o secretário Alysson Paulinelli de Carvalho, comandante do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (1971-1974) do governo Rondon, depois ministro da Agricultura (1974-1979) do governo Geisel. A “revolução verde” mineira é base e modelo do espetacular desenvolvimento, propagação e escalada do agronegócio brasileiro nas décadas seguintes. A agricultura tropical de cerrado foi fundamental para que o Brasil evoluísse de grande importador de alimentos para potência agrícola mundial e grande exportador.³⁹

Tínhamos longas reuniões informais com o secretário Alysson e sua equipe. Sempre na Fazenda, depois do expediente, no Gabinete do urbaníssimo Fernando. Ex-diretor de Crédito Rural do Banco Central, ele adorava conversar sobre desenvolvimento agropecuário. Pautas como aproveitamento do cerrado, pecuária leiteira e de corte, abastecimento. E, claro, dinheiro. Dizíamos: ‘Todos os caminhos levam ao Tesouro estadual’. Às vezes íamos até tarde da noite. Tudo e todos por Minas! Ali brotaram muitas ideias, iniciativas, medidas e ajustes transformados em ações concretas, projetos e programas agropecuários.

Rondon admirava e exaltava a equipe de governo. Orgulhava-se da exuberante recuperação econômico-financeira estadual e da escalada de crescimento e modernização da economia mineira.

39 Ronaldo: “Sempre me impressionou o olhar premonitório de Juscelino Kubitschek, presidente da República, ao intuir e valorizar o potencial do antes tão desprezado cerrado: ‘O Brasil tem o maior deserto fértil do mundo’”. Instituições científicas de 28 países indicaram Paulinelli, 85 anos, ao Prêmio Nobel da Paz de 2021 pela contribuição ao desenvolvimento sustentável da agricultura tropical e à segurança alimentar. Além de bons amigos, Alysson e Costa Couto são primos.

VALE NO RIO

Em março de 74, aos 31 anos, na gestão de Fernando Reis, Ronaldo assumiu a Superintendência Geral do Desenvolvimento da gigantesca Companhia Vale do Rio Doce, então empresa estatal. Cuidou principalmente da coordenação de projetos de diversificação, de programas regionais de desenvolvimento e de assessoramento direto ao presidente. Chefiou, por exemplo, o grupo encarregado de renegociar com os sócios japoneses o contrato que levou à implantação da Cenibra, hoje sólida e modelar empresa de produção e exportação de celulose. Participou, ainda, dos estudos e discussões iniciais visando ao megaprojeto de mineração de Carajás, no Pará. Um sonho quase obsessivo do perseverante Fernando Reis. “Para muitos executivos e técnicos da velha guarda da Vale, talvez a maioria, o projeto era inviável, pura teimosia, erro crasso.” Mas o futuro deu razão ao visionário presidente. Carajás tornou-se verde-amarelo, germinou, cresceu forte, agigantou-se. É hoje empreendimento estratégico da economia e do desenvolvimento nacional. “Fernando e equipe tiveram atuação decisiva na modernização, globalização e diversificação da Vale. Deram a ela nova mentalidade, estrutura e estatura.”

COORDENADOR DA FUSÃO

O ano de 74 também assinalou a volta de Costa Couto ao setor público estadual, agora no Rio de Janeiro. Aos 32 anos, convidado pelo almirante Floriano Peixoto Faria Lima, governador recém-nomeado pelo presidente Ernesto Geisel, assumiu a coordenação geral da enorme e eclética equipe técnica – mais de 800 pessoas – encarregada de preparar a fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio, bem como a criação e implantação do município do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana.⁴⁰

40 No final de setembro de 1974, o governador Faria Lima telefonou à Vale e pediu a cessão de Ronaldo para trabalhar com ele no projeto da fusão. Fernando Reis recusou. Argumentou que tinha equipe pequena e poucas pessoas de confiança pessoal. Dois dias depois, nova solicitação, nova negativa. Semana seguinte, o todo poderoso presidente Geisel, Faria Lima e Reis se encontraram em solenidade no Rio. Geisel disse a Fernando que Faria Lima precisava de um

Via Faria Lima – amigo próximo de Geisel e seu sucessor na Petrobras – como homem lúcido, severo, confiável, pouco paciente com a maioria dos políticos e avesso à politicagem.

Ronaldo conta que foram cinco meses trepidantes, de sufoco mesmo, em tempo integral. Inclusive nos fins de semana. Uma dura luta contra o relógio.

Mas conseguimos realizar tudo que era indispensável. Assim, em 15 de março de 1975, nasceram o atual estado do Rio de Janeiro, o município do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Fui nomeado secretário de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria. Foi honra e privilégio trabalhar com Faria Lima, homem sincero, íntegro, de elevado espírito público, comprometido com a abertura política. Ele governou de modo planejado. Nosso lema: “Planejar para executar, não executar sem planejar”.⁴¹

economista da Vale para ajudar na fusão. Que gostaria muito de vê-lo atendido, porque “a fusão é um projeto essencial para o Brasil”. Chave de galão! Fernando não retrucou, mas ficou revoltado e magoado. Principalmente com Faria Lima, de quem se afastará por quase um ano. “De volta à Vale, me contou tudo. Respondi: ‘Não há problema, porque não vou aceitar’. E ele: ‘Se não quiser, não vá. Mas pense com a cabeça castrense do Geisel. Se você recusar, ele vai achar que foi a meu pedido. E, aí, é bem capaz de cairmos todos’. Dia seguinte, ainda abalado, apresentei-me ao governador no Palácio das Laranjeiras. Ele estava tenso, assustado com o risco, a complexidade e o gigantismo da inadiável tarefa de planejar e preparar a fusão em prazo tão curto. Entregou-me a coordenação geral dos grupos de trabalho. Cedeu-me escritório ao lado do dele no próprio Laranjeiras.”

⁴¹ Dentre as sugestões e conselhos recebidos nessa época, Ronaldo destaca o que ouviu do presidente Juscelino Kubitschek durante jantar no Copacabana Palace Hotel, em torno de Faria Lima e ministros de Geisel, no final de maio de 75. “JK se dava com o governador. Sabia bastante sobre a fusão, acompanhava. Amava o Rio. Dirigia o Banco Denasa. Generoso, chamou-me discretamente de lado, abraçou-me. Primeiro falamos em Minas, claro. Depois, pedi-lhe conselhos e sugestões. Disse, primeiro, que o sonho da democracia era sagrado. Para eu jamais esquecer os objetivos maiores da fusão e não tirar os olhos e a mente do jogo político. Considerar a construção da viabilidade política das ações, medidas e projetos. ‘Não agir como esses tecnocratas de sabedoria seca.’ Buscar máximo crescimento econômico, mas atento às prioridades sociais. Não ficar isolado na Secretaria. Circular, fazer contatos, dialogar com os atores relevantes, inclusive do setor privado. Ouvir bastante e falar só o necessário. Sempre com prudência, não deixar de atender, tratar bem e passar informações à imprensa.”

Daí em diante, durante quatro anos, foi como consertar um avião em pleno voo. Tínhamos de executar o projeto da fusão sem interromper a prestação dos serviços públicos. Educação, saúde, segurança, transportes, tudo. A alternativa era o caos no novo estado, principalmente na capital. Tínhamos de arrumar a nova casa, implantar nossa revolução administrativa, promover o desenvolvimento. Elaboramos o I Plano de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (I Plan-Rio), lançado em 75, executado com sucesso. Avançado, realista, inovador, incluiu até capítulos de política ambiental e de segurança pública, uma novidade. Faria Lima entregou mais de 5 mil obras públicas em todo o estado. De singelas estradas vicinais ao megainvestimento no metrô do Rio de Janeiro. Nos meses finais do governo, faltava-lhe agenda para inaugurações. A economia estadual cresceu, em média, mais de 7,8% reais ao ano durante seu quadriênio de governo. Reforma estrutural, enxugando, modernizando e unificando o setor público fluminense e o carioca, permitiu expressiva redução de gastos, ganhos de escala e melhor desempenho. Faria Lima entregou o estado em boas condições econômico-financeiras e apto a avançar muito mais. Mas aí começa outra história...

De Elio Gaspari, referência do jornalismo brasileiro, que acompanhou tudo de perto: “Deu certo. O governo Faria Lima foi o último bom governo do Rio. Administração só comparável à de grandes governadores como Carlos Lacerda e Negrão de Lima. É verdade, já houve uma época em que o Rio tinha grandes governos”.

BRASÍLIA E III PND

Em março de 79, terminado o governo Faria Lima, Costa Couto mudou-se para Brasília, convencido pelo ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, para coordenar a elaboração do terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND – 1980-1985), documento oficialmente encaminhado ao Congresso Nacional. Durou pouco. Simonsen pediu exoneração em agosto de 1979. Foi sucedido por Antônio Delfim Netto. Ronaldo permaneceu até o mês seguinte e concluiu sua missão. Em seguida, aceitou convite-desafio do ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna, grande nome de Minas, para assumir a secretaria-executiva da Comissão de Concessão

de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Befiex). Ficou mais de três anos. O número de empresas participantes disparou. E o valor total dos compromissos de exportação saltou para mais de US\$ 70 bilhões.

COM MINAS E TANCREDO

Em março de 83, convencido pelo governador Tancredo Neves, o menino de Luz volta ao governo mineiro, agora como secretário de Planejamento e Coordenação Geral.⁴²

Essência do projeto tancrediano: realizar governo democrático, com a recuperação fiscal e financeira, modernização administrativa e relançamento do desenvolvimento econômico e social mineiro.

Além da ação política, urgente e duro trabalho técnico. Planejamento, orçamento, reformas e projetos novos, supervisão de instituições como o BDMG, a Fundação João Pinheiro, a Codevale, o Ceag-MG. Negociação de novos investimentos privados no estado e muito mais. Elaboramos plano estadual de desenvolvimento econômico e social, enviado por Tancredo à Assembleia Legislativa.⁴³

Mais um período de entrega total ao trabalho, com excesso de viagens, muitas vezes acompanhando o também *workaholic* governador. “Não me lembro de companhia mais agradável. Além de inteligente e culto, era altivo e simples, gentil, atencioso, carinhoso, alegre, divertido.” Frase de Tancredo: “O Costa Couto é o mais técnico dos políticos e o mais político dos técnicos”. Muita movimentação política e empresarial, contatos com instituições de desenvolvimento internacionais e

⁴² “Eu tinha 40 anos. Doutor Tancredo era um dos raros políticos em que confiava. Gentil e generoso, exagerou: ‘Minas precisa de você, Ronaldo’. Em nível nacional, a prioridade maior de Tancredo era contribuir para construir e abreviar o reencontro do país com a democracia. Do discurso na sacada do Palácio da Liberdade em 15 de março de 83: ‘Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade’. Seu curto governo, cerca de ano e meio, alcançou bons resultados. Se tivesse fracassado, ele dificilmente disputaria a Presidência da República.”

⁴³ Siglas: BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Codevale: Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha; Ceag-MG: Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais.

internas. Sem falar em um mar de burocracia, agenda sempre sobrecarregada, muita leitura incontornável, elaboração de textos técnicos e de discursos políticos, alguns solicitados pelo governador. Audiências, palestras, debates, entrevistas, centenas de reuniões, como as do Conselho da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mensalmente, em Recife, e muito mais.

DIRETAS JÁ!

No início de 84, participou, sempre ao lado do governador, da iluminada, mas infelizmente frustrada Campanha das Diretas Já, para presidente da República.⁴⁴

Em seguida, envolveu-se de corpo e alma na impecável engenharia política tancrediana, que resultou em sua eleição e reencontro pacífico do país com a democracia.

Transição com os militares, não contra eles. Diálogo, entendimento e conciliação, em vez de hostilidade e violência. Coube-me, por exemplo, parte dos contatos com políticos do Nordeste, inclusive os influentes governadores, quase todos de minha geração, a maioria filiada ao PDS, partido da situação. O relacionamento era ótimo. Muitos haviam se tornado meus amigos. Todos gostavam de Tancredo, admiravam. A atuação deles foi decisiva para a vitória de 15 de janeiro de 85 no Colégio Eleitoral.

⁴⁴ Curiosidade: em 24 de janeiro de 84, antevéspera de viagem com o governador Tancredo para o comício das Diretas Já em Olinda, Pernambuco, Ronaldo foi sequestrado em seu próprio carro, ao sair de casa na Rua Ceará, em Belo Horizonte, por três foragidos das penitenciárias de Neves e de Linhares, responsáveis por dezenas de crimes, inclusive vários assassinatos. Foram sete horas de inferno dentro do próprio carro, revólver na cabeça. Salvou-se, milagrosamente, depois de finalmente conseguir conversar com o chefe do bando. Dois dias depois, Tancredo divertiu-se a bordo do pequeno avião que os levou a Pernambuco para o comício das Diretas em Olinda: “Ronaldo, querido, que susto, hein?! Vi os currículos profissionais de seus novos amigos. Só ph.D. em crime! Você agora pode e deve comemorar aniversário de renascimento todo 24 de janeiro. Mas tem uma coisa boa nesse sequestro: bem contado na televisão, rádio ou palanque vai render muito voto”. O sonho das Diretas Já foi barrado pela Câmara dos Deputados em 25 de abril de 84.

Tancredo recebeu 480 votos; Paulo Maluf, 180. Houve um porre nacional de alegria, certeza de rumos, viva esperança. “Para o doutor Tancredo, depois de mais de 50 anos de vida pública, a vitória era a realização de sonho de vida inteira. Mas ela foi abatida por medonho pesadelo dois meses depois.”

RASTEIRA DA HISTÓRIA

De Afonso Arinos de Melo Franco, amigo e adversário político de Tancredo: “Há homens que dão a vida pelo país. Tancredo deu mais: deu a morte”. Com a partida do estadista, em 21 de abril de 85, depois de longa e penosa hospitalização e sete cirurgias, seu vice, José Sarney, tornou-se titular do cargo. Costa Couto era ministro do Interior e também governador de Brasília:

Coube-me, como governador, em 22 de abril de 85, receber o esquife do presidente Tancredo na Base Aérea de Brasília. Acompanhei o traslado até o Palácio do Planalto. Horas de espanto e sofrimento! Uma rasteira da história no Brasil. Além da dor dilacerante, minhas certezas e expectativas estavam em xeque. Como seria a Nova República sem o idealizador e principal condutor? Sem a liderança, a confiabilidade, os conhecimentos, a genialidade e o enorme capital político do hábil Tancredo? Coração apertado, senti demais, chorei muito por doutor Tancredo e pelo Brasil.

A nação estava perplexa. Feliz frase-síntese do saudoso belo-horizontino Roberto Herbster Gusmão, então ministro da Indústria e do Comércio: “O maestro foi embora e levou a partitura”.

Corte para o centro de São João del-Rei, cemitério adjacente à Igreja de São Francisco de Assis, noite fria de 24 de abril de 1985, sepultamento de Tancredo Neves. Ronaldo ouviu em lágrimas as palavras do presidente José Sarney junto ao túmulo. Trecho: “Nós sabemos honrá-lo. O seu compromisso será o nosso compromisso. A sua promessa será a nossa promessa. O seu sonho será o nosso sonho”. Ronaldo: “Comprometimento público claríssimo, voluntário, solene, comovente, em momento e ambiente sagrados, diante do Brasil inteiro e dos restos mortais de Tancredo Neves. Minha esperança na Nova República renasceu”.

NO VASTO INTERIOR

Sucessor do antes presidenciável Mário Andreazza, Ronaldo permaneceu à frente do poderoso Ministério do Interior até abril de 87:

Uma instituição enorme, que cuidava de planejamento e desenvolvimento regional e supervisionava os territórios federais de Roraima e do Amapá, o arquipélago de Fernando de Noronha, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Projeto Rondon, a Defesa Civil, a Funai, as superintendências de desenvolvimento de quatro macrorregiões (Sudene, Sudeco, Sudesul, Sudam), a Suframa e, ainda, o Dnocs e a Codevasf.⁴⁵

Felizmente, pude contar com equipe de alto nível e lançar dezenas de projetos estratégicos. Como, para citar dois exemplos, o grande e inovador Programa de Irrigação do Nordeste, com apoio bilionário do Banco Mundial, e a modernização administrativa e da gestão da velha Funai, que permitiu maior eficiência e eficácia no apoio aos povos indígenas e avanço acelerado da delimitação e demarcação de suas terras, questão vital para eles.

NO OLHO DO FURACÃO

Em abril de 87, Ronaldo foi alçado a ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, cargo estratégico do governo federal. Além de burocracia mastodôntica, cuidava de tudo, desde a agenda presidencial até a coordenação política com o Congresso Nacional e partidos políticos, de demandas e sugestões de governadores, contatos com senadores, deputados, empresários, jornalistas, embaixadores estrangeiros, do entrosamento com os colegas de Ministério e muito mais. Durante a Assembleia Nacional Constituinte (abril de 87 a outubro de 88), viveu em pressão permanente,

45 Siglas: Funai: Fundação Nacional do Índio; Sudene: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Sudeco: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Sudesul: Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul; Suframa: Superintendência da Zona Franca de Manaus; Dnocs: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Codevasf: Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

resultante do complexo e pesado jogo de poder e interesses. Felizmente, seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães, era seu amigo pessoal.

Foram quase três anos de entrega total ao país. A Constituinte era incontornável, compromisso solene e sublime de Tancredo Neves e da Nova República. Mas dificultou bastante a atuação do governo. Por quê? Porque era um suprapoder. Eu brincava: “A maioria dos constituintes chega aqui de salto 15 ou mais, sentindo-se importantíssimos”.

Seus votos valiam ouro. A Constituinte podia dispor sobre quase tudo: da escolha do sistema de governo à duração do próprio mandato de Sarney e até mesmo à presença de Deus no preâmbulo da Carta.

Minha agenda era uma loucura, tudo urgente. Nem em casa tinha paz. Ela virou escritório. Trabalhava noite afóra. Era frequente encontrar, fora da agenda, o doutor Ulysses, meu vizinho na Península dos Ministros. Sobretudo à noite e nos fins de semana. Certa vez reclamou delicadamente comigo: “Está difícil te localizar nas tardes de domingo”. Grande político e homem público, outro *workaholic* quase inigualável. Eram encontros para trocar informações e impressões, combinar ações. Eu aproveitava para recolher demandas e prestar esclarecimentos. Fazer intrigas do bem e desfazer algumas do mal. Para tentar suavizar o melindroso relacionamento dele com o presidente Sarney. Eram adversários históricos. Sarney, da velha UDN; Ulysses, do velho PSD.

Não eram poucos os que tentavam fomentar a discórdia, envenenar de vez a relação deles. Às vezes, meu alvo eram incêndios políticos potenciais. Tudo pelo bom diálogo do governo com a Constituinte. O admirável parlamentar gaúcho Pedro Simon, homem público do bem, fazia o mesmo do lado de Ulysses, seu amigo íntimo. Às vezes planejávamos juntos. Um exemplo? Os dois estavam estremecidos, precisavam conversar. Falei com Simon, combinamos. Ele disse ao doutor Ulysses que o presidente queria convidá-lo para um café. E eu disse a Sarney que o doutor Ulysses pedira um encontro discreto. Manhã seguinte, os dois conversaram mais de uma hora no Alvorada. Seguiu-se apreciável período de bonança.

PROTAGONISMO

Salta aos olhos que Costa Couto é um protagonista da redemocratização brasileira e de sua consolidação.

EXPLODIR O PLANALTO

Qual foi seu dia mais estressante no Palácio do Planalto? Costa Couto surpreende:

Sem dúvida, 29 de setembro de 1988, data do espetacular sequestro do Boeing 737-300 da Vasp. Belo Horizonte, final da manhã, início do voo 375 para o Rio, cerca de 50 minutos. Um dos passageiros é o maranhense Raimundo Nonato Alves da Conceição, um maluco de 28 anos, baixa estatura, solteiro. Ex-tratorista da empreiteira mineira Mendes Júnior em obra no Iraque, está desempregado. Passa, então, a culpar o conterrâneo José Sarney, presidente da República, por todos os seus problemas e infortúnios. Obsessivo, resolve vingar-se. No início dos procedimentos de pouso, invade à bala a cabine de comando, atira várias vezes, pondo em risco o avião. Mata o copiloto Salvador Evangelista, 34 anos, com tiro na nuca, fere dois outros tripulantes e obriga o comandante Fernando Murilo Lima a desviar o voo para Brasília. Palavra para Murilo: “Quando a cabine se abriu, Raimundo Nonato gritou: ‘Vamos para Brasília. Tenho um acerto com o Sarney!’”. Nesse momento, acionei o *transponder* e forneci o código internacional de sequestro. E ainda avisei bem baixinho que o desejo dele era jogar o avião sobre o Palácio do Planalto”.

De novo Costa Couto:

Coincidência: sem saber, eu estava no coração do alvo. Meu irmão Francisco Assis Couto, engenheiro, dentro do avião: “Eu estava sentado bem na frente, perto do Raimundo. Vi quando ele atirou no copiloto, que caiu sobre o manche. Foi muito assustador”. Assim que soube, Sarney convocou reunião de emergência comigo, o ministro Ivan de Souza Mendes, do SNI, e o general Rubens Bayma Denys, do Gabinete Militar. Emocionado, resumiu a situação e me disse: “Mantenha a calma. Vamos agir, vamos rezar”. Fiquei sem chão.

Seguiram-se quase sete horas de pura angústia. Falamos com o ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, com o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e com o delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal. Grande mobilização, tensão máxima, informações contraditórias, boataria. Pouco depois das 13h00, céu de Goiás, um caça Mirage da FAB acompanha o Boeing. Estaria preparado para abatê-lo? O comandante Murilo, homem ameno, mostra coragem, sangue frio, habilidade e inteligência. Controla-se, dialoga com o sequestrador, que está em pé. Conduz o avião rumo a Goiânia, mas percebe que o louco quer Brasília e não vai permitir a aterrissagem. Decide tentar derrubá-lo, na esperança de que alguém o domine: “Resolvi brigar antes de morrer. As únicas chances que tinha seriam com manobras com o avião, pois eu estava amarrado no assento da cabine”.

Por volta das 13h45, combustível acabando, Murilo desliga o piloto automático e faz duas manobras quase suicidas, inéditas em Boeings: um *tonneau*, que é uma volta completa ao redor do eixo longitudinal, e um parafuso: a aeronave perde sustentação e despenca de bico, girando.

Murilo explica: “Assim que terminei o *tonneau*, vi que Raimundo Nonato ainda continuava de pé. Foi então que decidi partir para o parafuso”. Tinha executado essa manobra quando era aviador militar. “Um dos motores havia parado e eu pensei, ‘como vou morrer mesmo, vou arriscar’. Parti para o tudo ou nada. Já que vou morrer, vou morrer brigando porque, pelo visto, ele não ia me deixar pousar.”

Sorte: concluída a manobra, Raimundo está caído no chão, meio desorientado, mas ainda empunhando a arma. Murilo vê a pista de pouso do Aeroporto Santa Genoveva bem à frente, baixa o trem de pouso e aterrissa. Sorte ou milagre? Hora de negociar.

Ronaldo: “Na sala do presidente Sarney, animadíssimo, ACM surpreende: ‘Vamos lá, Ronaldo, entrar nesse avião, resolver logo isso, salvar seu irmão!’. Atônito, agradece”. Sarney: “Não, Antônio, o assunto está entregue aos militares e especialistas da Polícia Federal. E, mesmo que desse tempo de chegar, vocês só iriam arriscar a vida e complicar as operações”. ACM: “Sim, presidente. Mas, se desse certo, eu já sairia do avião como herói!”

Raimundo aceita embarcar com o comandante Murilo num Bandeirante da Aeronáutica colocado ao lado. Descem a escada do Boeing

e continuam a caminhar. O Bandeirante não tinha escada nem porta. Era uma armadilha.

Murilo:

De repente veio um tiro na nossa direção e quase me pegou. Tinha um atirador de elite escondido na aeronave. Saí correndo em zigue-zague. Na mesma hora, Raimundo começou a atirar em mim. Um tiro pegou na minha perna. Até hoje tenho a marca, mas consegui correr até o Boeing.

Os policiais mandam bala no sequestrador. Acertam três vezes. Operado no Hospital Santa Genoveva, Raimundo morre três dias depois. Os abalados sobreviventes são levados para um hotel. Aliviados, agora carregam um marco sinistro na memória e trajetória de vida.⁴⁶

Costa Couto:

Telefonei para meu irmão. Falou bastante, desabafou um pouco. Ainda tenso, passei a noite praticamente em claro, pensando no que poderia ter acontecido em caso de explosão do Boeing e destruição do Palácio. Com o país, a Nova República – que já perdera tão dolorosamente o presidente Tancredo Neves – e com o presidente Sarney e sua família, comigo e meus filhos – ambos menores – e meu irmão e seus filhos, com todos que estavam conosco no prédio ou no avião. No meu sequestro e quase morte em Belo Horizonte quase cinco anos antes. Pensando na promulgação da Constituição, agendada para

46 Estados Unidos, manhã trágica de 11 de setembro de 2001. Usando ideia idêntica à do sequestrador Raimundo Nonato em 1988, ações coordenadas de 19 terroristas do grupo Al-Qaeda, liderado por Osama bin Laden (1957-2011), sequestram quatro Boeings comerciais em pleno voo para realizar ataques suicidas a alvos icônicos. Arremessados contra o complexo do World Trade Center, em Nova York, dois deles incendeiam e destroem suas imponentes torres gêmeas de 110 andares, matando 2.606 pessoas. O terceiro, lançado contra o Pentágono, sede do Departamento de Defesa, faz estragos físicos consideráveis e 125 mortes. O quarto, abortado por heroica reação de passageiros, desaba na área rural de Shanksville, Pensilvânia. Acredita-se que seu alvo seria o Capitólio ou a Casa Branca. Total de mortos, incluídos os 246 passageiros e os 19 sequestradores: 2.977. Esses acontecimentos impactaram o mundo inteiro e provocaram mudanças importantes e inclusive guerras.

quarta-feira da semana seguinte, 5 de outubro de 1988, projeto em que me envolvera de alma, cabeça e esperança nos últimos 18 meses. Refletindo sobre a força do que tem e do que não tem de acontecer, a sorte, nossa fragilidade e quase infinita insignificância, os perigos da vida, a certeza e imprevisibilidade da morte. Eta mundo velho sem porteira! O doce e valente herói Fernando Murilo Lima partiu em agosto de 2020, aos 76 anos.

VERGONHA NA CARA

Qual seria a melhor constituição para o Brasil? Sorrindo, Costa Couto garante que ainda é a idealizada pelo historiador Capistrano de Abreu (1853-1927): “Artigo 1.º. Todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha na cara. Artigo 2.º. Revogam-se as disposições em contrário”.

PACTO

A partir de outubro de 88, Ronaldo, chamado pela imprensa de curinga do governo, acumulou o comando da Casa Civil com a titularidade do Ministério do Trabalho. Coube-lhe, então, estruturar e coordenar o chamado Pacto Social. Conduziu longos e complexos entendimentos do governo com representantes grados de empresários, de trabalhadores e do Parlamento: “O Pacto Social foi um projeto vitorioso. Contribuiu bastante para acalmar o preocupante ambiente de sinistrose presente no país. Gerou uma espécie de barreira contra a tão temida ameaça de hiperinflação e até de ingovernabilidade”.

DÉCADA PERDIDA?

Há quem considere os anos 1980 uma década perdida pelo país. Costa Couto, que estava no coração do governo:

Absurdo! Basta lembrar que foi a década do reencontro e consolidação da democracia, nossa mais importante conquista na história recente. E, mesmo economicamente, esse período tão difícil foi antes de ajustes que de perdas. As condições internas e sobretudo as internacionais não permitiam a continuidade da disparada de crescimento dos anos 1970. Mesmo assim, a economia brasileira, conforme dados do Banco

Central, cresceu 33,5% reais de 1980 a 1989. Isso não é perder. Apenas avançar menos rapidamente.⁴⁷

CONTAS E CANTOS

Empossado em 15 de dezembro de 89 como conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Ronaldo conseguiu, finalmente, levar um estilo de vida mais reservado e propício à retomada de suas atividades acadêmicas: “Estava extenuado, saturado, até meio enjoado da ambiência, jogos de poder e de interesses. Queria afastar-me da política e da maioria dos políticos”. Seu sonho incluía o retorno ao ofício de economista e aos estudos. Entregar-se à paixão pela história e a literatura. O Tribunal, instituição de reconhecida excelência técnica, ambiente amigável e agradável, passou a proporcionar-lhe trabalho compatível com maior e melhor convivência com a família, amigos e colegas de profissão. E também com a arte de escrever:

É paixão e vocação, imposição da alma e da cabeça. Preciso ler, pesquisar e escrever. Exatamente como o mago Jorge Luis Borges, que espremeu tudo isso em duas negações: “No puedo no escribir”. Ou como Clarice Lispector: “Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever”.

Adora escrever, pesquisar, criar. “Me faz bem, liberta. Não passo de um caçador e contador de histórias”. Na infância e adolescência, curti muitas revistas em quadrinhos e era apaixonado pelas obras de Vicente Guimarães (o Vovô Felício, tio de Guimarães Rosa) e Monteiro Lobato. A leitura é hábito e prazer. Preferências? Pede para citar apenas autores nacionais que já partiram e destaca: Machado de Assis, João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Emílio Moura, Érico Veríssimo, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Nava,

⁴⁷ No quinquênio do governo Sarney (1985-1990), a economia oscilou bastante. Mas, apesar de tudo, em valores reais, o PIB cresceu mais de 24% e a renda *per capita* mais de 12%. A inflação, muito influenciada pela ampla indexação ainda presente na economia, foi da quase estabilidade de preços, em 1986, ao tangenciamento da hiperinflação no final da década.

Fernando Sabino, Jorge Amado, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Antonio Callado, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Antonio Candido, Celso Furtado, Roberto Campos, Carlos Heitor Cony, Millôr Fernandes, Francisco Iglésias, Henfil. Mas avisa que admira vários outros.

DOCTORADO NA SORBONNE

De 1994 a 97, concluiu doutorado em História na Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV), uma das instituições de ensino mais antigas e bem conceituadas do planeta. Defendeu tese em 28 de novembro de 97 na velha Sorbonne (Paris IV), coração do Quartier Latin, diante de cinco renomados historiadores europeus. Tema: a transição do regime autoritário brasileiro para a democracia. Recebeu avaliação máxima. Aspas para sua orientadora, a saudosa historiadora e escritora grego-suíça Katia Mytilineou Mattoso, professora emérita da Sorbonne:

A tese obteve a rara menção “*très honorable*” e, por unanimidade, felicitações do júri e votos de publicação. Todos, sem restrição, vão admirar a perspectiva muito peculiar elaborada a partir do próprio governo militar. Não há dúvida de que a pintura de uma época revela o olhar do pintor. O retrato de uma democratização longamente prometida pelos militares e, de fato, somente efetivada depois de muito tempo, não é fácil de ser pintado. Aqui, no entanto, nosso pintor está muito próximo do objeto do seu estudo. Quando Rembrandt realiza o seu autorretrato ou quando Madame Vigée-Lebrun pinta o dela, junto com sua filha, ficamos admirados ao mesmo tempo pela qualidade do desenho e pela perspicácia do olhar. Contudo, não eram as primeiras obras realizadas por esses artistas, cuja profissão era pintar.⁴⁸

⁴⁸ Conforme a admirável mestra, uma apaixonada pelo país, a maioria dos brasileiros, tanto da população em geral como dos políticos, é mais sensível a seu ambiente próximo do que a circunstâncias ou a pressões internacionais: “Ao lermos Costa Couto, os ditadores do Brasil nada se parecem com o que é convencional de se chamar um ditador sul-americano e seriam péssimos heróis de romance. A ditadura brasileira está mais próxima de um coronelismo de interior, frequentemente patriarcal, abrindo espaço a toda uma vida cultural riquíssima e a uma relativa prosperidade econômica. Agradecemos a Ronaldo Costa Couto, que nos ajudou a compreender melhor os lentos e penosos caminhos pelos quais a democracia brasileira, em transformação, quis enveredar”.

LIVROS PUBLICADOS

Em 95, Ronaldo publicou *Tancredo vivo: casos e acaso* (Rio de Janeiro: Editora Record, 334 páginas), pesquisa profunda e testemunho pessoal da convivência com o gênio político são-joanense e revelações sobre sua vida e feitos, pensamento, sonhos, doença, sofrimento e morte.

Em 98, lançou *História indiscreta da ditadura e da abertura* (Rio de Janeiro: Editora Record, 518 páginas), baseado em sua tese de doutorado. Focado no Brasil de 64 a 85, Costa Couto faz revelações, apresenta depoimentos exclusivos de presidentes da República, parlamentares, militares, empresários, autoridades eclesiais, guerrilheiros e outros atores relevantes desse período histórico. Além de utilizar história oral, recorreu à própria memória e a anotações de sua longa vivência no coração do poder, vasculhou farta documentação e apoiou-se em bons autores para apresentar e analisar o longo período de exceção, seus antecedentes e os avanços políticos que resultaram no reencontro do Brasil com a democracia e advento da Nova República.

Em 99, saiu *Memória viva do regime militar* (Rio de Janeiro: Editora Record, 392 páginas), com síntese histórica do regime autoritário e 26 entrevistas inéditas, gravadas com personagens essenciais do período, como os ex-presidentes da República Geisel, Figueiredo, José Sarney e Lula.

É também de 99 *A história viva do BID e o Brasil*, preparado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, Washington). Relato sintético da criação, trajetória e consolidação dessa instituição preconizada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Fundado em 59, ele se tornou o maior banco regional de desenvolvimento do mundo. Os leitores ganham, também, relevantes e reveladoras entrevistas exclusivas, colhidas pelo autor no Brasil e nos Estados Unidos.

Brasília Kubitschek de Oliveira (Rio de Janeiro: Editora Record, 400 páginas) veio em 2001. Escolhido livro do Centenário de JK (1902-1976) pelo Ministério da Cultura, contém biografia concisa e a saga da idealização, viabilização e construção da nova capital. A obra inspirou e serviu de base para a celebrada minissérie JK (Rede Globo de Televisão, 2006). Foi também premiada pela Academia Mineira de Letras, pelo Governo do Distrito Federal e pela União Brasileira de Escritores. Considerado o principal pesquisador e biógrafo de Kubitschek, o autor publicou novos textos sobre ele.

De 2000 a 2004, Ronaldo enfrentou o desafio de desbravar e contar a rica e fascinante saga do imigrante italiano Francesco Matarazzo, o maior empreendedor do Brasil e da América Latina. São dois volumes: *Matarazzo: a travessia* e *Matarazzo: colosso brasileiro* (São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004). Resultaram de cinco anos de pesquisas, leituras e entrevistas realizadas no Brasil e na Itália. Não é um livro laudatório. Não faz exaltações hagiológicas, não idealiza nem mitifica personagens e fatos. Apresenta, documenta, analisa e contextualiza série de acontecimentos, informações, ideias, revelações, testemunhos e avaliações relevantes, que se encaixam como peças de formidável quebra-cabeça. Em janeiro de 2021, Costa Couto cedeu a consagrado diretor de cinema e televisão os direitos autorais de adaptação de *Matarazzo* para filme de longa metragem e seriado.

Em 2011, na primeira edição conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nasceu *Juscelino Kubitschek: JK*, que integra a série Perfis Parlamentares. Além da biografia de JK, inclui anexo com discursos, depoimentos e documentos importantes sobre ele.

Em 2013, chegou *O essencial de JK: sonho e grandeza, amor e tristeza* (São Paulo: Planeta do Brasil). Biografia resumida do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, homem de visão e protagonista incontornável da democracia e da história do desenvolvimento brasileiro. Abrange sua trajetória, do nascimento à morte brutal em ainda polêmico acidente de carro. Suas origens, família e formação, exercício da medicina, ingresso na vida pública, atuação como prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais, presidente da República responsável por feitos impressionantes, como a construção de Brasília em 42 meses, atuação parlamentar. Vitórias, glórias, amores e também exílio, sofrimento e dor. O autor pesquisou extensa documentação e bibliografia e registrou dezenas de depoimentos históricos inéditos de personagens ligadas à Era JK.

Em 2014, foi a vez do surpreendente *Fernando Coragem Reis* (São Paulo: Mark Press, 407 páginas), a vida extraordinária, feitos e proezas do notável economista, professor e executivo mineiro Fernando Antônio Roquette Reis (1932-1983), principal referência técnica da recuperação da economia e finanças de Minas no governo Rondon Pacheco (1971-1975). E, também, como visto, principal responsável pela nacionalização e viabilização do gigantesco projeto Carajás, no

Pará. Tancredo Neves: “Fernando Reis é um dos principais responsáveis pela revolução econômica de Minas Gerais”.

Em 2017, o autor brindou o público com *A saga da família Klabin-Lafer* (Rio de Janeiro, Editora Chermont, 576 páginas; 2.^a edição, ampliada, em 2020). É fruto de vastos estudos e pesquisas, inclusive mais de 200 depoimentos garimpados pelo autor e pela própria Klabin sobre essa família tão representativa da nata do empreendedorismo brasileiro. Mostra sua forte presença na economia, arte, cultura e política do Brasil. E explica como, a partir de quase nada, construiu seu centenário e poderoso conglomerado de produção integrada de celulose, papel e papelão, referência mundial em desenvolvimento florestal-industrial sustentável.

CINEMA E TELEVISÃO

Costa Couto também colaborou em mais de dezena de obras de destaque para televisão e cinema. Como as minisséries *JK* (2006) e *Um só coração* (2004), da Rede Globo de Televisão. Participou também de filmes-documentários de sucesso, como: *Brasília: a construção de um sonho* (2010), do Discovery Channel; *JK: um cometa no céu do Brasil* (2002) e *101 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek* (2003), da TV Senado; *Tancredo: a travessia* (2011) e *JK: o menino que sonhou um país* (2002), da Caliban Produções Cinematográficas; e, ainda, *JK no exílio* (2010), da Geofilmes e Cinergie Produções.

ESCORREGAR PARA CIMA

Eleito por unanimidade para a Academia Mineira de Letras em 30 de outubro de 2008, na sucessão de José Afrânio Moreira Duarte, tomou posse em 16 de abril de 2009, em pleno centenário da Casa. Dele: “Academia Mineira de Letras: santuário espiritual da mineiridade, Casa de mestres das almas e das letras”. Do acadêmico Fábio Lucas:

Ronaldo Costa Couto encarna adequadamente o engenho mineiro de lidar com as dificuldades e de pulsionar-se para o alto, naquela graciosa lição de Guimarães Rosa, a descrever a habilidade de nossa gente: o mineiro “não tem audácias visíveis. Tem memória longa. Ele escorrega para cima”.

Costa Couto é o sexto ocupante da Cadeira 16, fundada por Diogo de Vasconcellos, de que foram sucessores Mário Mattos, Waldemar dos Anjos, Flávio Neves, Wilson Castelo Branco e o antes citado José Afrânio Moreira Duarte. Espírito gregário, ele integra também a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

É pai de Fabiano, Juliano e João Pedro v. Costa Couto e avô de Felipe, Gustavo, Júlia e Manuela. Vive em Brasília. Orgulha-se de sua terra e raízes, ama: “Minas é paixão vitalícia grudada na alma da gente”.

Sua historinha predileta é a mesma de JK. Dois dedicados operários realizam o mesmo serviço, lado a lado. O mais velho sempre produz mais, ninguém sabe por quê. Certo dia, um menininho pergunta o que estão fazendo. O mais novo: “Assentando tijolos”. O outro: “Construindo uma catedral”.

WANDER MELO MIRANDA, PENSADOR DA TRAVESSIA

Heloisa Murgel Starling

Em agosto de 1987, Wander Miranda retornou, de vez, à Faculdade de Letras da UFMG, após uma temporada de quatro anos na pós-graduação da Universidade de São Paulo. Intitulada *Contra a corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago*,⁴⁹ a rota indicada pela bússola da sua tese de doutorado iria atrair e encantar especialistas nas diversas áreas das ciências humanas e sociais. E continua a abastecer o autor, até hoje, com potência conceitual suficiente para levá-lo a desatar uma multidão de linhas alternativas de análise do objeto literário, algumas convergentes, outras divergentes, mas todas elas dissidentes dos parâmetros tradicionais que regem os campos da literatura comparada e da teoria literária.

O ano de 1987 seria decisivo para a construção da experiência democrática da Terceira República no Brasil (1988-). A Assembleia Constituinte instalou-se em 1.º de fevereiro e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura e o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país e uma

49 MIRANDA, Wander Melo. *Contra a corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. 1987. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportarem crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros – não por acaso foi batizado de Constituição Cidadã.⁵⁰

Contra a corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago retomou o contexto de época; mas, fiel ao título, seguiu a contrapelo. É certo que alguns minutos de leitura são suficientes para entender a intensidade da repressão imposta aos brasileiros durante o governo dos generais. Ou para se dar conta do papel desempenhado pelo relato autobiográfico de jovens militantes, em geral ex-exilados, que atuaram nas organizações de oposição à ditadura militar e passaram a ser reconhecidos, naquela conjuntura de transição política, como o testemunho de uma geração.

O problema começa exatamente aí, analisa Miranda. Sua tese flagra o momento em que o entendimento da modalidade do testemunho passou a ser visto como a principal iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970 e se transformou em recurso privilegiado para reconstituição do passado, durante os anos da ditadura militar brasileira. Essas narrações entraram em circulação para atender apenas a demanda urgente pela história política imediata, explica. São relatos memorialísticos que se esgotam no calor da hora e, com isso, a força questionadora de se repensar a história do país através da exposição da experiência individual e sua reflexão deixam-se enfraquecer.

A inquietação sobre o Brasil atravessa a tese inteira; mas sua pergunta principal transborda o contexto imediato da redemocratização e segue à procura das estruturas de fundação do país. As antenas da literatura não fornecem apenas os argumentos adequados para questionar a construção do discurso histórico. Elas vão mais longe e revelam a existência de um enredo complexo, composto de esquecimentos e lembranças, capaz de produzir uma escrita da história múltipla, onde os brasileiros podem se autorreconhecer sobre um terreno comum, compartilhado e compartilhável. A tese tem como

50 Sobre o ano de 1987, ver: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 (especialmente o Capítulo 18). Sobre a Constituição de 1988, ver: MENEZES FILHO, Naercio; SOUZA, André Portela. *A Carta: para entender a Constituição brasileira*. São Paulo: Todavia, 2019.

pano de fundo essa demanda por um exame em profundidade do funcionamento da memória: enquanto linguagem, leitura e tradução. E seu autor reclama a composição de uma história plural, adequada a um país que estava firmando um sólido compromisso democrático com o futuro.

O argumento que Miranda desenvolveu em sua tese começa pela identificação dos elementos necessários à composição dessa história. Ele retoma o exame das relações de aproximação e colisão entre discurso ficcional, discurso autobiográfico e discurso histórico, ancorado na leitura de duas obras literárias separadas por quase três décadas no tempo – *Memórias do cárcere* e *Em liberdade*. Publicada no final de 1953, alguns meses após a morte do autor, *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, é, até hoje, o mais poderoso e contundente relato da violência desmedida praticada pelo governo de Getúlio Vargas, antes mesmo do golpe de estado que instalou, em 1937, a ditadura do Estado Novo. Já *Em liberdade*, de Silviano Santiago, chegou às livrarias em 1981, com ambição exclusivamente ficcional. Seu trecho é construído a partir da transcrição fingida do pretenso diário íntimo que Graciliano Ramos teria escrito após deixar a prisão, em janeiro de 1937.

A tese de Wander Miranda foi publicada em 1992 e rebatizada *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*.⁵¹ Abrigada em livro, sua análise encontrou um centro de irradiação e a força questionadora do argumento adquiriu maior visibilidade. O caminho da leitura, porém, continuou o mesmo – provocador, inventivo e atual. Memórias são trançadas por várias mãos e esta é sua mais importante característica: elas tornam possível resgatar uma experiência compartilhada em meio a um tempo sombrio. Além disso, a autobiografia, ao contrário do que em geral se supõe, é um ato de discurso literariamente intencionado. O olhar do sujeito se volta para trás, busca a melhor maneira de dar-se a conhecer ao outro e o resultado consegue combinar, ainda que de forma torta, um testemunho verídico e uma forma de arte, a experiência vivida com a representação literária. *Memórias do cárcere* não é a escrita da história, diz Miranda, mas o modo como

51 MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

Graciliano leu as circunstâncias do tempo que lhe foi dado viver. *Em liberdade*, por seu turno, é a maneira como Santiago dramatizou essa experiência de leitura pelo pastiche do discurso autobiográfico.

Já o ponto de cruzamento entre os relatos literários, bem como o exercício constante de aproximação e afastamento entre os dois autores, é produto da reflexão de Wander Miranda. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago* revela ao leitor, na transparência da própria linguagem ficcional, o quanto o sentido de uma obra esconde. “Nosso pequenino fascismo tupinambá”, como Graciliano Ramos definiu a ditadura de Vargas (RAMOS, 2007, p. 34) não foi um simples parêntese da história brasileira, mas a precipitação de tendências já há muito operantes nela e que retornarão no futuro. Aliás, as circunstâncias vividas por ele e retomadas por Silviano Santiago são o ponto de interseção de uma linha temporal que só a ficção tem competência para traçar. Um de seus fios vem do passado e narra o pretense suicídio do poeta Claudio Manuel da Costa, conjurado das Minas, em 1789. Outro fio carrega o futuro e com ele o suicídio forjado pela ditadura militar para esconder a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

As consequências desse trançado temporal fazem pensar o leitor. Ao se conectarem através da experiência pessoal que carregam ou espelham, tanto a autobiografia de *Memórias do cárcere* quanto o pastiche ficcional de *Em liberdade* acabam por expor um retrato do Brasil não coincidente com os pressupostos consagrados por certa história oficial. A inquietante questão que a leitura de *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago* deixou em aberto, ao seu final, passa a ser tão importante quanto desafiadora: as experiências democráticas no país têm se mostrado instáveis em razão de um fundo recessivo em que estão enfiadas as raízes do autoritarismo brasileiro? Convenhamos: a pergunta desse livro soa premonitória na atualidade.

A tópica da memória e suas linguagens se tornaram marcas do pensamento de Wander Miranda e continuam fornecendo rumo para suas pesquisas até hoje. No início da década de 1990, ele já estava completamente envolvido com a criação do Acervo dos Escritores Mineiros, um gesto de memória meio visionário, encetado por um grupo de professores da Faculdade de Letras da UFMG.⁵² O Acervo

52 Sobre o Acervo de Escritores Mineiros, ver: PIMENTA, Márcio Flavio Torres.

dos Escritores Mineiros está instalado no terceiro andar da Biblioteca Universitária, no *campus* da Pampulha, e é, ao mesmo tempo, espaço museográfico, biblioteca e centro de pesquisas. A exposição recria cenograficamente o ambiente de trabalho dos escritores cujas coleções estão lá abrigadas e sua biblioteca contém por volta de 25 mil volumes, incluindo um punhado de obras raras do período modernista brasileiro. Já os acervos literários formam a principal base das investigações desenvolvidas pela equipe do centro de pesquisas e são compostos por fundos documentais de natureza muito variada – cartas, jornais, fotografias, manuscritos, que concentram cerca de 80 mil documentos, devidamente captados, organizados e preservados.

Pensar o próprio arquivo e a construção da memória a partir de um trabalho coletivo é condição para reinventar nossa tradição literária, bem como para confrontar história e ficção ou promover o trânsito entre áreas distintas do conhecimento, escreveu Wander Miranda (MIRANDA, 2005). A tarefa do grupo de professores e estudantes que atua no Acervo dos Escritores Mineiros é a de reunir os textos, comentários e anotações, fazê-los proliferar e alargar suas potencialidades de sentido. Mas não termina aí. O ato de narrar é uma forma de intervenção diferenciada na história e arquivar é, de certa maneira, colecionar, lembra Miranda, retornando a Benjamin (1987):

Entrar nesses arquivos é deparar-se com um universo de lembranças exteriorizadas, resíduo de um saber escritural em ritmo acelerado de apagamento; salvar esses arquivos é fazer do resíduo a ponte para a fixação, sob ótica comparatista, de um *corpus* que possa oferecer respostas mais convincentes à indagação do que é escrever entre nós. (MIRANDA, 2005, p. 80)

A memória é um tema incontornável da reflexão de Wander Miranda – ninguém duvida disso. Só não é o único. Em *Nações literárias*, publicado em 2010, o ponto de mirada do autor tratou de incluir o Brasil e as narrativas que formam o corpo e as identidades nacionais. As histórias da literatura são como monumentos

Arquivos literários, lugares da memória: o caso do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

funerários erigidos pelo acúmulo e empilhamento de figuras cuja atuação histórico-artística, em ordem evolutiva, “pretende retratar a face canônica de uma nação e dar a ela um espelho onde se mirar, embevecida ou orgulhosa de seu amor-próprio e pátrio”, ele anotou (MIRANDA, 2010, p. 15). A comparação com os cenotáfios lhe permitiu retomar a reflexão de Walter Benjamin sobre a percepção de uma historiografia que se anuncia como experiência da morte, da ruína, da catástrofe (BENJAMIN, 1984), para desmontar o entendimento de certa narrativa edulcorada da nação brasileira, fundada sobre as bases de um país harmônico e sem conflitos.

Talvez, então, a metáfora da fronteira seja adequada para nomear um pensamento como o de Wander Miranda, disposto a abordar a literatura em perspectiva comparada. Seus livros projetam sobre as literaturas nacionais da América Latina e do Brasil um referencial teórico inovador para equacionar o estudo e a reflexão sobre o local e suas relações com o global – como, por exemplo, disseminação, suplemento, literatura menor, *différance*. A fronteira é o lugar onde o pensamento se desencontra diante da particular visibilidade assumida por outro sujeito, que não se confunde conosco. De lá se pode refletir sobre como as sociedades se formam, se reproduzem e se desorganizam – e quais são as historicidades que lhe oferecem sentido. Fronteira é espaço de travessia, confirma Miranda (MIRANDA, 1998, p. 14-15);⁵³ ao mesmo tempo, limite e limiar da elaboração da diferença entre literatura e cultura, vida, arte e política.

Aliás, a fronteira também é a localidade adequada para um autor que pretende equacionar respostas em torno de temas caros ao debate contemporâneo sobre a situação de modernidade na América Latina. *Narrativas da modernidade*, livro organizado por Wander Miranda, em 1999, para tratar dos resultados obtidos pelo projeto interdisciplinar Modernidades Tardias no Brasil, conta uma história possível dessas sociedades periféricas.⁵⁴ Dar novo valor ao moderno – ao se acrescentar a ele o qualificativo “tardio”, por exemplo – observou Miranda –, é estabelecer outra temporalidade para sua narrativa.

53 Sobre o conceito de fronteira, ver: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

54 MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Cria-se assim um espaço de significação descentrada, que permite o estabelecimento de novas perspectivas de decifração de temas já consolidados. Por exemplo: arcaico, periferia, civilização, hibridismo, ruínas, transculturação, reciclagem, barbárie. Reescrever a modernidade em nova chave e vê-la como uma globalização local abre uma modalidade de atuação narrativa para que um tema seja retomado não mais como um estigma, e sim como parte da própria condição de possibilidade de toda e qualquer cultura, ele concluiu.

Evidentemente, nós não temos como saber o que se passa na cabeça de um autor; tampouco conhecemos as razões de suas escolhas. Mas, em 2000, Wander Miranda decidiu que não bastava ser escritor – precisava compreender como uma publicação se desenvolve, desde a feitura do original até chegar às mãos do leitor. Aceitou dirigir a Editora da UFMG e alargou um pouco mais a espacialidade da fronteira que tanto o atrai. O cartão de visitas de um editor é o seu catálogo, costumava dizer Jorge Zahar, e ele estava certo (PIRES, 2017). Inquieto com a fragmentação do valor da literatura nesse novo milênio, o novo editor da UFMG empenhou-se na formação de um catálogo atualizado com o que de melhor se poderia publicar nas áreas de ciências humanas, ciências sociais e das artes no Brasil e ficou especialmente de olho nos temas capazes de pautarem determinados debates na atualidade.

Miranda é um editor convicto da urgência de fazer da literatura um direito de todos. No projeto que concebeu para a Editora UFMG, isso queria dizer muita coisa: formar leitores jovens, estimular o público não especializado e levar o livro ao maior número possível de espaços, em feiras, livrarias, eventos literários, além de, é claro, divulgá-lo em resenhas nas páginas dos jornais. Significava, igualmente, investir em projetos gráficos caprichosamente elaborados – da diagramação ao corte do papel e à costura da lombada. Aliás, para ele, tudo começa pela capa: elegante em sua combinação de cores, sem desperdiçar a oportunidade de chamar a atenção do leitor, mas apta a oferecer significações suplementares ao conteúdo do livro.

A fronteira garantiu a Wander Miranda um lugar próprio de reflexão e, possivelmente por essa razão, sua escrita esteja próxima ao ensaio. O gênero não é só inventivo. O ensaio segue contra todas as certezas do lugar-comum, da reflexão padronizada, do hábito mental, das normas consagradas de análise. Ensaio é uma forma de exposição que desconfia do sentido definitivo ou único dos acontecimentos e

das ideias tal como foi apresentado em algum momento pela ciência política ou pela história. Sua escrita reconhece o heterogêneo, o dissonante, ou fragmentário, como um método para interrogar o presente.

É fácil conferir. Em seu livro mais recente, *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*, Miranda se afastou da noção canônica de gênero literário e criou seus próprios protocolos de leitura para expor práticas interpretativas capazes de dar conta de “certas obsessões teóricas e reiterado interesse por autores e temas”, como ele mesmo confessa ao leitor, logo na abertura do volume (MIRANDA, 2019, p. 11). Interrogou o lugar da crítica literária, avaliou as possibilidades da literatura como um campo expandido de conhecimento apto tanto a questionar a relação convencional entre realidade e ficção quanto a dialogar com outras artes e linguagens, gerando textos híbridos e heterogêneos, como os “textos-instalação”, do escritor chileno Roberto Bolaño. Aliás, ler textos canônicos com olhos não canônicos é o outro desafio que Wander Miranda retoma nesse último livro. “Significa tentar novas leituras”, explicou em uma entrevista, “como ‘forçar’ o texto a se abrir para outras leituras, inesperadas, fazê-lo dizer o que ele tem ainda e sempre – se é um grande texto – para dizer” (MIRANDA, 2019, p. 5).

Wander Miranda declarou recentemente que “escrever ensaios é uma forma de resistência diante do retrocesso em que vivemos hoje”. E acrescentou: “Um país não existe como nação sem uma cultura livre, sem um pensamento livre, sem uma arte livre”. É preciso dar-lhe razão; o Brasil está atravessando um tempo de sombras e o presente é o nosso grande desafio projetivo. Mas “não é dessa vez que vamos esmorecer por ações obscurantistas”, ele sempre reafirma. E, para que ninguém duvide, Wander Miranda cuidou de indicar a todos nós o caminho da resistência, adaptando, ao seu modo, a afirmativa do escritor argentino Ricardo Piglia: “A literatura é um manual de sobrevivência em tempos difíceis” (MIRANDA *apud* CASSESSE, 2019).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Walter Benjamin: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

- CASSESSE, Patrícia. Wander Melo Miranda apresenta livro com 14 de seus ensaios. *O Tempo*, Belo Horizonte, 19 out. 2019.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.
- _____. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 4, p. 14-15, 1998.
- _____. (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Memória de papel. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 72-85, jul./dez. 2005.
- _____. *Nações literárias*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.
- _____. A crítica literária como resistência. *Cepe Notícias*, 8 out. 2019, p. 5.
- _____. *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*. Recife: Cepe, 2019.
- PIRES, Paulo Roberto. *A marca do Z: a vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2007. v. 1, p. 34.

“ASSIM EXISTO”: O CANTO POÉTICO DE YEDA PRATES BERNIS

Luciana Pimenta

*A vida se faz
de pequenos pedaços de beleza
e mais o resto.*

YEDA PRATES BERNIS, “ASSIM EXISTO”

O primeiro título que pensei para este ensaio foi “Esse ofício do verso: a poesia de Yeda Prates Bernis”, mas acabei alterando-o, uma experiência que me fez pensar em Clarice Lispector e nos muitos títulos que ela dava aos seus livros. Alguns ficaram multinomeados, outros têm títulos confessadamente alterados, ao longo e como parte do acontecimento que é a escrita. Definitivamente, não é fácil nomear. Há sempre “mais o resto” por trás do corte das palavras. Mas a associação à escrita de Clarice Lispector não é gratuita. O centenário da estrangeira mais brasileira de nossa literatura segue inspirando e fortalecendo o desejo de que escritas femininas sejam mais e mais celebradas entre nós, por tudo o que elas fertilizam no solo literário do Brasil. A escrita poética de Yeda Prates Bernis é, sem dúvida, um dos trabalhos a serem festejados; ela também teceu homenagens a Clarice, em suas *Entressombras*: “[...] estou à tona de brilhante escuridão” (LISPECTOR *apud* BERNIS, 2013, p. 36) como luz que projeta sombra no poema “Exílio”:

Com penumbra
incertezas me habitam
sombras me possuem
trevas me exilam.

Bordo palavras
Neste papel
estrelas, arco-íris, luar
e viajo na luz.
(BERNIS, 2013, p. 37)

Demoremo-nos nesse *exílio*, que, arrisco dizer, é sempre a morada do poema. O poeta está sempre num certo exílio em relação ao mundo. Não me refiro ao sentido gonçalvista da “Canção do exílio”, sustentado em saudosismo e patriotismo, mas antes àquele sentimento de um apátrida em relação à violência dos relógios, das certezas, das aparências, das razões e de todas as pretensas inteirezas. O poeta é um ser habitado de incertezas e imprecisões, vive sempre mais *entressombras* que sob a luz da razão. A luz que o habita vem das estrelas, do arco-íris e do luar. Uma luz que o transporta de uma realidade rasa e aparente para outra, mais densa, mais funda, mais viva: a alma do tempo, que “ignora o relógio / zomba da ampulheta” (BERNIS, 2013, p. 51).

Por isso, Yeda Prates Bernis, poeta lançada aos escuros, destempos e vazios, borda palavras e cria imagens com esse jogo de luz e sombras: as metáforas. Para explicá-las, Borges recorre ao filósofo chinês Zhuangzi. Conta que o filósofo sonhou que era uma borboleta e ao acordar não sabia se era um homem que sonhara ser uma borboleta ou uma borboleta que agora sonhava ser um homem. Essa metáfora – “Borboleta”: “Aérea presença / do pensamento supremo” (BERNIS, 2004, p. 65) –, Borges a considera sutil e habilidosa, “primeiro porque começa com um sonho, e, mais tarde, quando ele [Zhuangzi] acorda, sua vida ainda guarda algo dos sonhos. E segundo porque [...] ele escolheu o animal certo. Tivesse dito: ‘Chuan Tzu [Zhuangzi] sonhou que era um tigre’, não seria nada” (BORGES, 2000, p. 38).

A passagem acima está em *Esse ofício do verso* e explica minha primeira inspiração para o título deste ensaio, seja porque é um ofício, esse de “bordar” palavras, seja porque a poeta reconhece a influência

de Borges em sua escrita,⁵⁵ dedicando-lhe um poema, cujo título leva seu nome – “Borges” – em *Entressombras*:

Em profundo mar noturno
sombrias mergulharam teus olhos
letras escaparam dos livros
para o abismo do nada.

E venceste a escuridão
com a luz do imaginário,
Peleaste con angeles y demonios
espejos y laberintos
e tua luta rende incomparável beleza.
(BERNIS, 2013, p. 59)

O poema “Borges” foi iluminado por uma epígrafe de Stendhal: “o escritor precisa de quase tanta coragem como o guerreiro” (STENDHAL *apud* BERNIS, 2013, p. 58). Escrever é trabalho árduo. Trabalho de tatear as profundezas e a escuridão de um mar noturno com a luz do imaginário. Há sempre alguma cegueira no ofício do poeta. Uma cegueira corajosamente necessária àquele que se desprende da razão e luta com todos os sentidos para tocar e produzir “pedaços de beleza”.

Porque o espaço literário, lembra Blanchot, é o de abertura a uma outra noite: “trabalhar para o dia é encontrar, no final, a noite. É fazer, então, da noite a obra do dia, fazer dela um trabalho, uma morada, é construir a toca – e construir a toca é abrir a noite à *outra* noite” (BLANCHOT, 2011, p. 185, grifo do autor). Yeda dedicou sua vida a esse trabalho. Perguntada, em entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas*, em 1.º de setembro de 2007, sobre o que significava para ela

⁵⁵ À pergunta “Quem, além de Henriqueta Lisboa, foi importante no seu processo de formação como escritora?”, respondeu Yeda Prates Bernis: “Carlos Drummond de Andrade, com que me correspondi muito. [...] Abgar Renault, com cuja poesia sou apaixonada. E ainda Emílio Moura, Murilo Mendes e tantos outros. Também li muito Paulo Leminski, mas isso já foi mais tarde. Ele era ótimo, com aquele seu jeito original de escrever. Jorge Luis Borges também sempre me fascinou” (BERNIS, 2007).

entrar para a Academia Mineira de Letras, respondeu: “é uma coisa muito importante para mim, principalmente por ser um reconhecimento não à minha pessoa, mas ao trabalho poético que venho realizando todos estes anos. Afinal de contas, são 11 livros publicados e uma vida inteira dedicada à literatura” (BERNIS, 2007).

Até ali, no ano de 2007, eram 11 livros. De lá pra cá, dois outros vieram a público, alcançando a marca de 13 livros a obra da poeta, mineira de Belo Horizonte, diplomada em Letras Neolatinas pela PUC Minas, eleita em 2007 para a Academia Mineira de Letras, quando ocupou a Cadeira 6. Em ordem cronológica, a obra poética de Yeda é constituída por *Entre o rosa e o azul* (1967), *Enquanto é noite* (1974), *Palavra ferida* (1979), *Pêndula* (1983), *Grão de arroz* (1986), *O rosto do silêncio* (1992), *À beira de outubro* (1994), *Encostada na paisagem* (1998), *Cantata* (2004), *Viandante* (2006), *Entressombras* (2013) e *Cercanias* (2016). Todas produzidas em edições primorosas, desde o projeto gráfico, passando pelo papel utilizado, até seu ponto de culminância: esse ofício de produzir “pequenos pedaços de beleza”.

Enquanto é noite e *O rosto do silêncio* são títulos que permitem sentir o encontro com o que Blanchot chamou de “a outra noite”: “Aquele que, entrado na primeira noite, intrepidamente busca caminhar para sua intimidade mais profunda, para o essencial, num dado momento ouve a outra noite, ouve-se a si mesmo, ouve o eco eternamente repercutido de sua própria caminhada, caminhada na direção do silêncio” (BLANCHOT, 2011, p. 184). A outra noite, a noite proporcionada pela escrita poética e literária é o encontro do escritor consigo mesmo, sua própria caminhada. Por isso não se pode negar a imbricada relação da escrita com a vida que se faz com e a partir da escrita, como caminhada na direção do silêncio.

Talvez nenhum outro percurso, na poesia, caminhe tanto na direção do silêncio quanto a escrita dos haicais, que, como lembra Oswaldino Marques, no prefácio de *Grão de arroz*, se aproximam da doutrina zen: “Suzuki, por exemplo, diz-nos que o haikai é uma espécie de *satori*, ou inspiração. É o elemento poético que opera, mercê do ‘choque’ zênico, a revelação da experiência integrativa do ‘fora’ e do ‘dentro’” (MARQUES, 1986, p. 12).

Grão de arroz é a revelação dessa experiência, que, dada a fecundidade do traço da autora, ensejou a expressão “haycayedas”. O

livro tem belíssima edição em capa dura, vermelho vivo, sob o planejamento visual de Paulo Bernardo Ferreira Vaz, em papel vergê. O cuidado com a produção de “pequenos pedaços de beleza” aparece em toda parte, em cada um dos livros publicados pela poeta, sendo que os quatro últimos têm projeto editorial próprio. Impressiona a capacidade de Yeda de projetar tanto paisagens quanto a expressão do silêncio em cada um dos 36 haicais que compõem *Grão de arroz*. Escolho uma tríade de verdadeiras pinturas diante dos meus olhos:

Um marcador japonês
no livro de hai-kais
– silencioso conluio.
(BERNIS, 1986a, p. 55)

Cai da folha
a gota d’água. Lá longe,
o oceano aguarda.
(BERNIS, 1986a, p. 89)

No porta-retrato
um tempo respira,
morto.
(BERNIS, 1986a, p. 69)

No primeiro, uma escrita silenciosa como a dos haicais encontra um marcador japonês: um verdadeiro conluio do silêncio. No segundo, a vida jorrada e espacializada é esperada em um outro ponto do universo. E, no terceiro, a sobrevida do tempo, no porta-retrato. *Sobrevivente*, talvez, seja a própria natureza de todo poema, cuja matéria é sempre o que sobra às margens do rio do tempo:

Sobraram-me
estes mesmos ossos,
esta mesma carne,
duas ou três verdades
flutuando entre sargaços,

farrapos de passado sobre a pele,
destroços de destino
recolhidos beira-vida,
este temor de tormenta
este náufrago cansaço,
náufrago cansaço.
(BERNIS, 2004, p. 61)

São sempre pedaços de vida, fragmentos de palavras, cacos do tempo, “destroços de destino / recolhidos à beira-vida”. Não se faz poesia do inteiro porque a existência do poeta oscila entre viver e morrer. Uma existência que nunca é dada a saber por completo: “Jamais posso saber / O momento em que existo / Ou inexisto / [...] / E pelo sonho da beleza vivo” (BERNIS, 2004, p. 57). Tanto “Sobrevivente” quanto “Assim existo”, poema no qual busco a epígrafe este ensaio e os versos sobre a imprecisão da existência, são poemas que integram *Cantata*, antologia publicada em 2004.

Cantata traz maravilhosa fortuna crítica sobre a obra de Yeda, quando se dão a conhecer o olhar e sentir de poetas e escritores como Antônio Cândido, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Henriqueta Lisboa e Manoel de Barros, entre outros, além do belo prefácio de Bartolomeu Campos de Queirós, que confirma a excelência do exercício criativo que Yeda faz com as metáforas:

Possuir a palavra exata em momento certo, sem ignorar a sonoridade que ela guarda, para associá-la a outras, em frases melódicas, garantem a qualidade de sua forma. Yeda Prates Bernis revela e exerce a metáfora, mais do que como figura de estilo mas, por excelência, recorrendo ao seu vigor democrático, capaz de abrir num mesmo poema tantas diferenças. (QUEIRÓS, 2004)

Sim, o trabalho de Yeda é, sobretudo, o trabalho de cantar e bordar imagens, o que eleva sua poesia a esse “vigor democrático”, que abre o poema a tantas e tão diversificadas significações. Sua poesia é, sem dúvida, uma confirmação de que a vida descabe nas palavras, *trans-borda*, carece ser cantada e perseguida em silêncio, na sonoridade dos ritmos que compõem *Cantata*. Eis a receita:

Receita

Um poema
Se faz em contenda
De mente e palavra
(a mente à procura,
a palavra esquiva).
Depois de cativa,
que a palavra trema
de encontro a outra.
Um poema
carece de amor
e do inusitado.
E o sangue convulso
em largas artérias
abraçando o mundo,
inundando a vida.
Um poema
é canto em silêncio.
(BERNIS, 2004, p. 97)

Um poema carece de amor. Talvez seja esse, no âmbito da finitude e de todos os destroços do destino, na dimensão trágica da existência – “neste coice da verdade / nesta foice da maldade / nesta chama da inocência / nesta lama de inconsciência / neste rastro de beleza / neste lastro de incerteza / neste linho de poesia / neste vinho de agonia / nesta palma de mistério / nesta calma de saltério / neste soco do sonhado / neste pouco do amado / me detenho” (BERNIS, 1986b) – o alimento primeiro de toda poesia. E, se é verdade que esse alimento se deixa sentir em toda a obra de Yeda Prates Bernis, dois são os pontos gloriosos de sua consagração: o amor por Henriqueta Lisboa e o amor por seu marido, Ney Octaviani Bernis. Em *Palavra ferida*, 1979, Yeda dedica a Henriqueta “O menino poeta”, lá onde criança e poeta estão no mesmo lugar: a brincar com as palavras “– luta infundável – / na fértil solidão / de tuas horas” (BERNIS, 1979). No mesmo *Palavra ferida* está “Amar”, poema cujo título tem esse verbo que só conjugado com alguma insanidade para “Reinventar a cada instante / Tirar do nada tudo / Recriar o inexistente.” (BERNIS, 1979).

A Ney Octaviani Bernis, seu marido, Yeda dedicou *Viandante*, livro publicado em 2006, com belíssimo projeto gráfico, que acolhe, na imensidão das páginas, poemas em dísticos. A meu sentir, é ali, ainda mais do que nos haicais, que Yeda chega mais próximo do silêncio. Porque o amor é mesmo a experiência mais indizível e a morte do ser amado talvez seja a experiência do vazio mais profundo. “Atravessaste o mistério / E, por amor, te desvendo nele” (BERNIS, 2006, p. 17). Um amor que não cessa de desejar a voz do ser amado – “Teus pés ficaram surpresos ao caminhares sobre tantas estrelas?” (BERNIS, 2006, p. 25) – e que, como na cegueira borgeana, melhor passa a enxergar – “Meus olhos te perderam. / E como te vejo!” (BERNIS, 2006, p. 31) –, além de suplicar, na melhor e mais verdadeira loucura poética – “Abre a janela desse palácio azul. / Procuro ver teu rosto sorrindo” (BERNIS, 2006, p. 35) – e fazer planos: “Não esperaste pelo nascer das rosas tão adivinhadas. Vou te levar o perfume delas” (BERNIS, 2006, p. 23). Enfim, cada palavra da poeta exala a experiência infinita e poeticamente deslocante do amor... expressão *viandante* da existência poética de Yeda Prates Bernis.

NOTA AO LEITOR

Caro leitor, antes de encerrar essa escuta do canto poético de Yeda Prates Bernis, peço que acolha, ou tolere, a direção que tomam, agora, minhas palavras. Eis que chega um momento, no texto, em que são as palavras que nos escrevem, confirmando a po-ética do ato de escrever: o testemunho de sua honestidade. Preciso falar com a poeta.

Querida Yeda,

Meu filho, aos oito anos, perguntou-me qual era a cor do amor. Eu, ingênua, respondi que o vermelho expressava o amor. E ele, para quem eu lera Leminski desde muito cedo, me advertiu: “Não mamãe, se ‘amar é um elo entre o azul e o amarelo’, o amor é verde, mamãe”. Por aqui, desde então, o amor é essa esperança criativa e fazedora das crianças e dos poetas. Como sucede, enfim, na transposição das crenças que nos adoecem:

Eis que, como um feliz verso,
Entra voando,
Asas abertas,
E pousa em meu ombro
a resposta do universo:
uma esperança.
(BERNIS, 2016, p. 65)

Sim, querida Yeda, a poesia é a própria esperança! E são os poetas – crianças-poetas e poetas-crianças – que nos transportam nesse voo que traz às nossas vidas, de asas abertas, a resposta do universo. Obrigada por você, poeta da maior delicadeza e generosidade, em seu destino de cantar, nascida “pássaro e fonte”,⁵⁶ assim existir!

Agradecimento final

A Constância Lima Duarte, pelo incentivo e pela afetuosa partilha de materiais para a pesquisa em literatura de autoria feminina. Sem você, esse olhar nunca seria este olhar.

REFERÊNCIAS

- BERNIS, Yeda Prates. *Entre o rosa e o azul*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- _____. *Palavra ferida*. Belo Horizonte: Imprensa Vega, 1979.
- _____. *Grão de arroz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986a.
- _____. *Pêndula*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986b.
- _____. *Cantata*. Belo Horizonte: Edição da autora, 2004.
- _____. *Viandante*. Belo Horizonte: Edição da autora, 2006.
- _____. Janela para o lirismo. [Entrevista]. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, Caderno Pensar, 1 set. 2007.

⁵⁶ “Meu destino é cantar. / Assim, eu canto, / porque cantar / é, para mim, como estar / em estado de graça, / porque nasci assim / – pássaro e fonte.” (BERNIS, 1967)

- BERNIS, Yeda Prates. *Entressombras*. Belo Horizonte: Edição da autora, 2013.
- _____. *Cercanias*. Belo Horizonte: Edição da autora, 2016.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BORGES, Jorge L. *Esse ofício do verso*. Tradução: José M. Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MARQUES, Oswaldino. Haycayedas. In: BERNIS, Yeda Prates. *Grão de arroz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986a. p. 11-17.
- QUEIRÓS, Bartolomeu C. de. Prefácio. In: BERNIS, Yeda Prates. *Cantata*. Belo Horizonte: Edição da autora, 2004.

- IV -
DOSSIÊ
“27 ESCRITORAS
MINEIRAS”

E A LITERATURA MINEIRA SE AMPLIA

Constância Lima Duarte

*Oferecendo-vos minhas insignificantes produções,
tenho direito à vossa indulgência. Vós a deveis a uma
patrícia que, privada de instrução, e guiada só pela força de sua
inclinação, venceu mil tropeços e dificuldades, mais fáceis
de conceber-se do que de explicar-se, para brindar-vos
com a exposição dos sentimentos mais íntimos de sua alma.*

BEATRIZ BRANDÃO, CANTOS DA MOCIDADE, 1856

Após tantos séculos esquecidas e à margem da história, as mulheres finalmente ocupam o espaço que lhes cabe nas artes, na literatura, na política e na sociedade. Finalmente, repito, vivemos o momento do reconhecimento da autoria feminina, pois, apesar de presente no cenário literário desde o século XVIII, a produção das primeiras escritoras foi sistematicamente deixada de lado pela crítica e pelos historiadores, chegando em muitos casos a desaparecer, como se nunca tivesse um dia existido.

Até as últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do XX, causava comoção uma mulher manifestar o desejo de ter independência financeira, querer votar, fazer um curso superior! E a publicação de uma obra de autoria feminina costumava ser recebida com desconfiança, descaso ou, na melhor das hipóteses, com certa condescendência pelo público leitor masculino. Afinal, era só uma mulher escrevendo, deviam pensar os que pregavam nossa inferioridade mental, moral e física.

A esse apagamento histórico das mulheres chamo “memorocídio” – pois a memória de seus nomes, de suas obras, e também a história de sua/nossa resistência ao patriarcado, foi deliberadamente apagada dos arquivos nacionais, na lógica perversa de uma sociedade em que apenas aos homens era dado o direito de pensar e realizar algo digno de valor.

Em ensaio publicado na revista *Anhembi*, em 1954, intitulado “As mulheres na literatura brasileira”, Lúcia Miguel Pereira recorre

à pesquisa que Sílvio Romero realizou para escrever sua obra mais importante – a *História da literatura brasileira*, de 1882 –, julgando que ali encontraria as antigas escritoras. São suas palavras:

Nessa espécie de “catedral barroca” de nossa literatura onde, ao lado dos santos, se assim se pode dizer, das figuras de primeira plana, de valor incontestado, tiveram entrada carrancas e bonifrates, gente miúda, gente mais – ou menos – que secundária, só foram incluídas sete mulheres: Ângela do Amaral Rangel, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Delfina da Cunha, Nísia Floresta [...], Narcisa Amália, Maria Firmina dos Reis e Jesuína Serra. [...] E é tudo; nada mais achou a dizer a respeito de mulheres o mestre sergipano... (PEREIRA, 1954, p. 18)

Ou seja, nem as contemporâneas – como Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores – nem outras, mais antigas, tiveram vez no arrolamento de Romero. E não foi diferente no *Dicionário bibliográfico brasileiro*, de Sacramento Blake, de 1883, onde – cito Lúcia Miguel mais uma vez –, “pela índole mesma da obra, [que] não teve o menor critério seletivo, abrigando, ao contrário, toda a gente que houvesse publicado fosse o que fosse, ou até que possuísse apenas escritos inéditos, havia pouco mais de cinquenta escritoras, para trezentos anos de literatura” (PEREIRA, 1954, p. 19). É ainda a mesma autora que faz a seguinte reflexão:

Sintomática e tristíssima a situação das mulheres no Brasil colonial e imperial, dos preconceitos que as abafavam, dos quais dão testemunho tanto os romancistas que descreveram os costumes de seu tempo, como os escritores mais objetivos, cronistas, ensaístas, historiadores e, sobretudo, os estrangeiros que nos visitaram. (PEREIRA, 1954, p. 19)

Apenas em meados da década de 1980, quando pesquisadoras de todo o país se empenharam em resgatar as escritoras do passado, teve início um trabalho de arqueologia literária que reacendeu a antiga memória. Foi então realizada uma profunda revisão em nossa história, cujo resultado foi o surgimento de dezenas de nomes de mulheres, autoras de obras tão volumosas e significativas quanto as de muitos dos contemporâneos, depois canonizados... Essas pesquisas não apenas questionaram a cultura hegemônica, como estabeleceram uma nova tradição literária, revelando a mulher como sujeito do discurso e

contribuindo para a construção de uma nova história das letras em nosso país, que, aliás, ainda está por ser escrita.

Daí a importância do dossiê que tenho o prazer de apresentar – fruto de preocupações contemporâneas que não excluem o passado. Os leitores encontrarão um pouco de tudo nas páginas que se seguem: escritoras nunca mencionadas nas histórias literárias, ao lado de outras, que, apesar da calorosa recepção de ilustres leitores de seu tempo, como Machado de Assis e Olavo Bilac, também foram excluídas do cânone por uma historiografia de perspectiva masculina, e, ainda, nomes oriundos do presente século.

Ainda assim, as 27 escritoras que aqui estão – faço questão de observar – representam apenas uma pequena amostra da riqueza da contribuição feminina à nossa literatura: tanto as desconhecidas, ou as já consagradas nacionalmente, como as contemporâneas, que chegam para renovar a palavra escrita.

E a diversidade literária desse conjunto dialoga também com a diversidade das leituras, pois, entre os autores e autoras dos artigos, encontram-se nomes conhecidos e respeitados do meio acadêmico, de professores e professoras universitárias, e também de jovens pesquisadores da literatura. Todos prontamente aceitaram o convite do presidente da Academia Mineira de Letras e vieram para somar na construção deste dossiê.

Percorro agora, ainda que rapidamente, o elenco de escritoras que aqui se encontra. Entre as mais antigas, estão: a precursora do Romantismo nacional, **Beatriz Brandão**, que um dia mereceu o epíteto de “Alorna brasileira”, tal sua afinidade com as escritoras europeias; **Barbara Heliodora**, mais lembrada como mulher de Alvarenga Peixoto, ou “musa” da Inconfidência Mineira; e a folclorista e escritora de literatura infantil, **Alexina de Magalhães Pinto**, que encontrou na professora Rita de Cássia Dionísio uma apaixonada pesquisadora.

Entre os nomes surgidos na primeira metade do século xx, figuram: **Helena Morley**, autora de um diário que recupera, a partir de seu olhar sensível de menina, o cotidiano de uma cidade mineira no final do século XIX; **Maura Lopes Cançado**, que vivenciou uma comvente experiência entre sanidade e loucura, muito bem documentada em sua obra; **Lúcia Miguel Pereira**, ficcionista de vários romances, mas mais citada como crítica literária e biógrafa; **Lúcia Machado de Almeida**, que ainda encanta os jovens leitores com suas histórias recheadas de peripécias inusitadas; e **Maria Lúcia Alvim**, poetisa

de primeiríssima envergadura, recentemente falecida, cujos poemas falam da vida, do amor e também de solidão e morte. A autora do ensaio, Kelen Benfenatti, relata sua emoção ao visitar um dia a escritora em sua residência, no interior de Minas.

O dossiê contempla ainda: **Maria Clara Machado**, que cresceu em um estimulante ambiente cultural e político e se tornou dramaturga de grande sucesso e criadora do grupo de teatro O Tablado; **Maria Julieta Drummond de Andrade**, filha dileta do poeta Carlos Drummond, escritora de ficção, tradutora e colaboradora de importantes jornais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires; **Janete Clair**, mestre do suspense, que ganhou aqui um depoimento emocionado da filha poeta e musicista, Denise Emmer; **Maria Lysia Corrêa de Araújo**, atriz, escritora e crítica literária, irmã das também escritoras Laís Corrêa de Araújo e Zilah Corrêa de Araújo; **Maria Helena Cardoso**, irmã de Lúcio Cardoso, cuja obra se compõe principalmente de livros de memórias; e **Carolina Maria de Jesus**, que, após tantos anos ignorada e mesmo destrutada pela crítica, finalmente tem sua contribuição reconhecida na literatura brasileira.

Dentre as que se destacaram a partir da segunda metade do séc. xx, estão **Laís Corrêa de Araújo**, exímia poeta, ensaísta, cronista, tradutora; **Rachel Jardim**, que construiu uma espécie de genealogia literária feminina em seus romances e contos; **Lina Tâmega Peixoto**, professora, poeta, crítica literária, também recentemente falecida; e **Adélia Prado**, talvez a mais premiada entre as poetisas nacionais, que Rogério Faria Tavares, presidente da AML, homenageou em uma conferência ao tomar posse como sócio correspondente na Academia Carioca de Letras.

Encerro esta enumeração relacionando outras escritoras contemporâneas, que, além de legítimas herdeiras de uma linhagem de escritoras brilhantes, são responsáveis pela renovação da literatura mineira: **Branca Maria de Paula**, fotógrafa, escritora e roteirista, que continua mais produtiva que nunca; **Ana Elisa Ribeiro**, que circula por diferentes gêneros acadêmicos e literários, sempre aliada ao compromisso social de popularização da leitura; **Ana Martins Marques**, poeta das mais premiadas de sua geração; **Ana Maria Gonçalves**, autora de *Um defeito de cor*, romance da escravidão brasileira, que obteve consagração ao receber o Prêmio Casa de las Américas em 2007; **Lúcia Castello Branco**, conhecida escritora e psicanalista, contemplada com substancial artigo da professora Iara Barroca; e **Stella Maris**

Rezende, multifacetada escritora, além de atriz, cantora e desenhista, aqui apresentada pela pesquisadora Cristiane Côrtes.

Ainda integram esse especial o conjunto de escritoras **Cidinha da Silva**, **Madu Costa** e **Conceição Evaristo**. A primeira, desde os contos iniciais, crônicas e ensaios, se impôs com uma escrita vigorosa, que reflete sobre racismo e políticas públicas. A segunda, que também surpreende pela versatilidade e leveza com que transita entre a literatura infantil e a memória negra/afro-brasileira. E a terceira, Conceição Evaristo, que vem sendo considerada pela crítica e pela mídia uma das principais revelações da literatura brasileira contemporânea. Seus romances, contos e poemas colecionam prêmios e estão sendo traduzidos para outros idiomas, como o francês, o inglês, o italiano, o espanhol e o árabe.

As oito escritoras que integram a AML¹ não estão arroladas no dossiê porque fazem parte de outra seção da *Revista*, mas, ainda assim, quero mencionar seus nomes neste momento de reflexão sobre a literatura mineira. As primeiras foram **Alaíde Lisboa**, ilustre escritora e incentivadora da literatura infantil, e sua irmã, **Henriqueta Lisboa**, também importante poeta, ensaísta e tradutora. A elas, seguiram-se: **Lacyr Annunziata Schettino**, pintora, musicista e poeta; **Maria José de Queiroz**, ficcionista premiada, de renome nacional; **Elizabeth Rennó**, ensaísta, poeta e ficcionista aclamada e ainda presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras; **Carmen Schneider Guimarães**, poeta, ensaísta e memorialista; **Yeda Prates Bernis**, que dedica sua vida à literatura, e cujos livros – primorosamente editados – acolhem seus “pequenos pedaços de beleza”, nas palavras de Luciana Pimenta, também poeta e estudiosa da autora; e **Maria Esther Maciel**, professora, escritora, poeta e ensaísta, dona de uma delicada e inconfundível escrita ficcional.

Enfim, eis aqui apenas uma pequena amostra dessa rica e diversificada produção de autoria feminina. Outras mulheres de letras – muitas outras – aguardam novos dossiês.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Lúcia Miguel. As mulheres na literatura brasileira. *Anhemi*, São Paulo, ano 5, n. 49, dez. 1954.

1 Em 12 de julho de 2021, durante a preparação desta revista, foi eleita Antonieta Cunha para a Cadeira 9, vaga desde o falecimento de Márcio Garcia Vilela.

ADÉLIA PRADO, POETA DE CORPO E ALMA

Rogério Faria Tavares

Conhecida entre os mineiros como a Estrela do Oeste, a localidade onde em 1935 nasceu Adélia Luzia Prado de Freitas foi fundada ainda no século XVIII, mais precisamente em 1767, por João Pimenta Pereira, em nome das 50 famílias que viviam em propriedades próximas aos Rios Pará e Itapecerica. Por causa disso, o lugar recebeu o nome de Paragem do Itapecerica. Três anos mais tarde, sua denominação foi alterada para Espírito Santo do Itapecerica. Doze anos depois, era chamado apenas de Espírito Santo. Sob essa inspiração foi batizada, em 1912, como Vila Divinópolis. A elevação a cidade e o nome atual vieram em 1915, quando o presidente do estado era Delfim Moreira.

Relatam os geólogos que a maior parte de suas terras é formada por um solo vermelho e alaranjado, argiloso, profundo e poroso. As estatísticas revelam que Divinópolis conta atualmente com cerca de 230 mil habitantes, figurando na 12.^a posição entre os municípios de maior população no estado, à frente, portanto, da Barbacena de Abgar Renault e da Ituiutaba de Luiz Vilela. Sua economia é vigorosa e se baseia na indústria de confecções e no setor de serviços. As razões do progresso alcançado por Divinópolis, porém, vêm de longe e podem ser desvendadas pela história, mais precisamente pela do século XIX.

A partir de 1870, discutia-se, em São João del-Rei, a necessidade de implantar uma linha férrea que ligasse a cidade ao Rio de Janeiro. Após sete anos, uma linha da Estrada de Ferro Dom Pedro II chegou

ao lugarejo chamado Sítio, a cem quilômetros de São João. Novo avanço ocorreu três anos depois, quando foi concluída a construção do trecho de 49 quilômetros que uniu o Sítio a Barroso. No ano seguinte, finalmente, foi inaugurada a Estrada de Ferro Oeste de Minas, que dispunha de quatro estações: Sítio, Barroso, São João del-Rei e São José del-Rei, hoje Tiradentes. Em quatro anos, a companhia ferroviária obteve a concessão para o prolongamento das linhas, chegando à região de Divinópolis em 1890, quando o presidente de Minas era João Pinheiro da Silva.

João do Prado Filho era ferroviário. Em 1934, casou-se com Ana Clotildes Correa, dona de casa, união da qual nasceu Adélia, a primeira filha, em 13 de dezembro do ano seguinte, em pleno Advento, o tempo de quatro semanas destinado, no calendário litúrgico, à preparação para o Natal.

A proximidade com a Ordem Franciscana marcou os anos de sua formação. Seu irmão, o frei Antônio do Prado, foi o primeiro franciscano de Divinópolis. A própria autora pertenceu à Ordem Terceira. Nas publicações da congregação, assinou diversos artigos, quase todos sob o pseudônimo Franciscana. Nas palavras de Augusto Massi, “o seu destino individual sempre girou na órbita de uma sociabilidade católica”.

A respeito de suas leituras iniciais, o referido crítico menciona, primeiramente, a influência paterna. Homem de terceiro ano primário, João do Prado Filho pedia que a filha recitasse seus poemas prediletos, entre os quais estavam “História de um cão”, do parnasiano Luís Guimarães, e “Morrer... dormir”, do romântico Francisco Otaviano. Olavo Bilac era outra das preferências do pai da autora. Entre os livros que Adélia leu ainda bem jovem, aparecem *Diário de um pároco de aldeia*, de George Bernanos, romances históricos como *Quo vadis?*, de Henryk Sienkiewicz, e *O manto de Cristo*, de Lloyd C. Douglas, além do que Massi chama de romances convencionais, como os escritos por M. Dely, Archibald Joseph Cronin e Somerset Maugham. A descoberta de Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e Clarice Lispector viria em torno dos 20 anos.

Antes disso, a menina ainda estudou no Grupo Escolar Padre Matias Lobato e no Ginásio Nossa Senhora do Sagrado Coração e fez o magistério na Escola Normal Mário Casassanta. O curso de Filosofia foi concluído em 1973, ao lado do marido. Com José Assunção

de Freitas, ou simplesmente o Zé, funcionário do Banco do Brasil, Adélia se casou em 1958 e teve cinco filhos: Eugênio, Rubem, Sarah, Jordano e Ana Beatriz.

A ligação de Adélia Prado com o teatro merece registro. A peça *Lapinha de Jesus*, escrita em parceria com Lázaro Barreto, foi publicada em 1969 pela Editora Vozes. Dez anos depois, a autora escreveu “O clarão”, um auto de Natal que, segundo ela, tinha clara intenção didática, catequética e política, já que o menino Jesus nascia numa fila do INPS. O texto foi encenado em várias igrejas de Divinópolis e das cidades vizinhas. Em 80, à frente do grupo Cara e Coragem, dirigiu uma montagem de *O auto da compadecida*, de Ariano Suassuna. Já o espetáculo *Dona Doida*, estrelado por Fernanda Montenegro em 87, sob direção de Naum Alves de Souza, foi integralmente inspirado na obra poética de Adélia. Outra peça criada a partir de sua produção foi *Dois horas da tarde no Brasil*, que estreou no Teatro Sesiminas, em Belo Horizonte, em 96, tendo no elenco a filha da poeta, a atriz Ana Beatriz Prado.

Até dedicar-se exclusivamente à arte poética, Adélia lecionou por 24 anos em instituições de ensino de Divinópolis. Deu aulas de Educação Religiosa, Educação Moral e Cívica, Filosofia da Educação, Relações Humanas e Introdução à Filosofia. Entre 83 e 88, exerceu o cargo de chefe da Divisão Cultural da Secretaria Municipal de Educação e de Cultura. Em 93, integrou a equipe de orientação pedagógica da mesma secretaria.

A vocação irreversível para a poesia foi assumida quando Adélia completou 40 anos. É bem verdade que os primeiros versos foram escritos por volta de 1950, ano do falecimento de sua mãe. Mas a sua produção só se intensificou a partir de 72, data da morte do pai. Em 76, chegou *Bagagem*, lançado em prestigiada noite de autógrafos, no Rio de Janeiro, na presença de Antônio Houaiss, Nélida Piñon e Juscelino Kubitschek. Pouco tempo antes, em outubro de 75, Drummond publicava, no saudoso *Jornal do Brasil*, crônica dedicada à conterrânea, em que definia: “Adélia é lírica, bíblica, existencial, faz poesia como faz bom tempo: está à lei, não dos homens, mas de Deus”. Apresentado ao trabalho de Adélia por outro mineiro, Affonso Romano de Sant’Anna, o itabirano foi quem deu a sugestão a Pedro Paulo de Senna Madureira, então na Imago Editora, para publicar o primeiro livro da poeta de Divinópolis.

A Bagagem se seguiram *O coração disparado*, *Terra de Santa Cruz*, *O pelicano*, *A faca no peito*, *Oráculos de maio*, *A duração do dia* e *Miserere*. Na prosa, não é menos importante a carreira de Adélia, composta de livros como *Solte os cachorros*, *Cacos para um vitral*, *Os componentes da banda*, *O homem da mão seca*, *Manuscritos de Felipa*, *Filandras*, *Quero minha mãe*, *Quando eu era pequena* e *Carmela vai à escola*, dedicados os dois últimos às crianças.

Concentro-me, agora, apenas na contribuição que dá à poesia brasileira. Aí, o legado adiliano é respeitável: são mais de 300 poemas distribuídos pelos oito títulos editados até o momento. Sua extensa produção ensejou variadas interpretações e uma rica fortuna crítica, que se amplia a cada ano, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua obra se encontra traduzida para vários idiomas, como o inglês, o espanhol, o francês e até o mandarim, como integrante da célebre *Antologia de poesia brasileira*, seleção de Antônio Carlos Secchin, publicada conjuntamente pela Embaixada do Brasil na China, pelo Departamento Nacional do Livro e pela Biblioteca Nacional, em 94.

Ainda que sejam fartos os comentários sobre o seu trabalho, Adélia continua capaz de encantar e surpreender, cativando novas gerações de leitores e confirmando a popularidade que marca a sua trajetória desde o início. Se por alguns estudiosos ela é conhecida apenas como uma poeta católica, ou como a poeta da simplicidade, do dia a dia, da religiosidade e da eroticidade, por outros é tida como quem reflete sobre o ofício do poeta, a condição humana e o lugar da mulher, em particular. Augusto Massi, aqui já referido, situa seu aparecimento na cena literária brasileira como um último desdobramento do modernismo, cujas linhas de força, como ele diz, convergem para a retomada do cotidiano, da oralidade, da cultura popular e para o desejo de encurtar caminho até o leitor, trazendo a linguagem poética para o centro da vida. O também já mencionado Affonso Romano de Sant’Anna escreve que Adélia é a primeira poeta brasileira que tem marido e filhos, que cuida da casa, que tira poeira, traz legumes da horta e tem alucinações eróticas. A respeito dela, opina o escritor Caio Fernando Abreu: “a impressão que a gente tem é que, ao invés de instalar-se numa aristocrática escrivania para ‘caçar’ a poesia (como ela diz), Adélia ronda pela casa de caderno em punho, observando”. O crítico Fábio Lucas, meu confrade na Academia Mineira de Letras, aponta problemas da poética adiliana, que marcaria uma

época literária de descompromisso formal, de franqueza vocabular e de confissão desabrida de aspirações cotidianas. Comenta ele: “Adélia aparenta destruir cânones, ao mesmo tempo que manifesta um fervor litúrgico de sacristia”.

Ouçõ a voz da própria Adélia para compreender melhor o seu universo. Não é difícil encontrá-la, já que concedeu inúmeras entrevistas aos meios de comunicação e proferiu dezenas de palestras país afora. Por muitos anos, Adélia percorreu o Brasil para divulgar seus livros e suas reflexões sobre a vida, não se furtando a debater com o público as questões centrais suscitadas por sua poesia. Experiente professora e catequista, ciente do poder da palavra falada e bem comunicada, é também dotada das habilidades cênicas herdadas da vivência teatral. Presença envolvente e carismática, domina a expressão oral do verbo, gerando sentenças claras, concisas e de grande impacto. Diz Adélia sobre a poesia:

A poesia é um acontecimento cósmico, sem explicação lógica. É a experiência da totalidade, da inserção no eterno. É capaz de nos ligar a um centro de significação e sentido. Por isso, vem de fonte sagrada. Não é à toa que a poesia é a linguagem da mística. Todos os livros fundadores das grandes religiões também são vazados em poesia. Eu posso rezar qualquer tipo de poesia. Assim, é fácil entender por que o poema nos é dado. O poeta é um instrumento de algo que o suplanta. A criação poética é milagrosa porque supera e antecede o artista. Não é invenção dele. Ninguém cria a beleza. Ela vem da terceira margem da alma. Os poetas apenas captam, formalizam. E por caminhos que nem percebem ou compreendem. Agem pela força de um dom do qual são portadores, às vezes, as pessoas mais improváveis. Para penetrar na poesia é preciso despojar-se do orgulho da mente. A poesia não é um fenômeno intelectual nem acadêmico. É feita para a sensibilidade. Por ser divina, ela não recusa nada, não escolhe temas. E resgata tudo: o espírito, a alma, o corpo, as misérias do ser humano, precível e carente, as suas sombras.

E prossegue a autora de *Miserere*: “A poesia é a revelação do real. Ela expressa a sensação de susto e de estranhamento diante da vida. Existir é perturbador, é esquisito. O que dispara a minha criação poética é o assombro e a perplexidade face ao mistério da existência”.

Como leitor de sua obra, sou tocado, especialmente, pelo modo como funde corpo e alma, matéria e espírito, humano e divino, apagando qualquer separação ou distância possível entre eles. Em “Nem um verso em dezembro”, de *O coração disparado*, a poeta confessa: “minha alma quer copular”. Em “Festa do Corpo de Deus”, poema do livro *Terra de Santa Cruz*, Jesus tem um par de nádegas e, suspenso na cruz, sem panos, exposto como um fruto, revela a inocência da carne. De *O pelicano* são os versos de “Deus não rejeita a obra de suas mãos”, em que se pode ler:

O corpo não tem desvãos,
só inocência e beleza,
tanta que Deus nos imita
e quer casar com sua Igreja
e declara que os peitos de sua amada
são como os filhotes gêmeos da gazela.
É inútil o batismo para o corpo.
O que tem suas leis as cumprirá.
Os olhos verão a Deus.

Com o divino, ou Jonathan, como por muitas vezes o chamou, em sua obra, a partir do poema “Tempo”, de *O coração disparado*, a poeta estabelece uma relação de amor sagrado e profano, ao mesmo tempo. Estão em “A batalha”, do livro *O pelicano*, os seguintes versos:

Perdi o medo de mim. Adeus.
Vou às paisagens do frio atrás de Jonathan.
Deve ser assim que se vive,
na embriaguez deste voo
no rumo certo da morte.
Amo Jonathan.
Eis aí o monocórdico, diarreico assunto.
“Ele quer te ver”, alguém disse no sonho.
E desencadearam-se as formas onde Deus se homizia.
Pode-se adorar tufos de grama, areia,
não se descobre donde vêm os oboés.
Jonathan quer me ver.

Pois que veja.
O diabo uiva algemado nas profundezas do inferno,
enquanto eu
tiro o corpo da roupa.

Do livro *A faca no peito* é “O aprendiz de ermitão”:

É muito difícil jejuar.
Com a boca decifro o mundo, proferindo palavras,
beijando os lábios de Jonathan que me chama Primora,
nome de amor inventado.

Do mesmo poema, em outro trecho:

Meu corpo de novo é inocente,
como a pastos sem cerca amo Jonathan,
mesmo que me esqueça.

Como Adélia Prado certa vez declarou que há três temas em que pensa todos os dias – Deus, sexo e morte –, busco entender como a indesejada das gentes aparece em sua poesia. Em alguns momentos, a morte é amiga, como em “Campo-santo”, de *O coração disparado*:

Na minha terra a morte
é minha comadre.
Subo a rua Goiás, atrás de coisas miúdas,
um chinelo, uma travessa, uma bilha nova,
e, à medida que subo, mais chego perto do campo
onde dormem sem sobressaltos
o pai, a mãe, a irmã, a menina que no segundo ano
se chamava Teresinha.
A grande tarefa é morrer.

A morte também é encarada como passagem para a eternidade, como em “Bendito”, de *Bagagem*:

Louvado sejas porque eu quero morrer
mas tenho medo e insisto em esperar o prometido.

Uma vez, quando eu era menino, abri a porta de noite,
a horta estava branca de luar
e acreditei sem nenhum sofrimento.
Louvado sejas!

No mesmo sentido, e do mesmo *Bagagem*, é “O reino do céu”, de que cito pequeno trecho:

Depois da morte
eu quero tudo o que seu vácuo abrupto
fixou na minha alma.
Quero os contornos
desta matéria imóvel de lembrança,
desencantados deste espaço rígido.
Como antes, o jeito próprio
de puxar a camisa pela manga
e limpar o nariz.

Em outros momentos, a morte aterroriza, como em “*De profundis*”, também do livro de estreia:

Quando a noite vier e minh'alma ciclótica
afundar nos desvãos da água sem porto,
salva-me.
Quando a morte vier, salva-me do meu medo,
do meu frio, salva-me,
ó dura mão de Deus com seu chicote,
ó palavra de tábua me ferindo no rosto.

Igualmente vale a pena citar um trecho de “As mortes sucessivas”, de *Bagagem*, poema para o qual a morte produz memória:

Quando minha irmã morreu eu chorei muito
e me consolei depressa. Tinha um vestido novo
e moitas no quintal onde eu ia existir.
Quando minha mãe morreu, me consolei mais lento.
Tinha uma perturbação recém-achada:
meus seios conformavam dois montículos

e eu fiquei muito nua,
cruzando os braços sobre eles é que eu chorava.
Quando meu pai morreu, nunca mais me consolei.

A ilusão e a esperança de derrotar a morte também aparecem. A menina que passou a infância no bairro dos ferroviários, à beira da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas, um dia escreveu em “A carpideira”, poema de *Terra de Santa Cruz*:

Tinha tanto medo de casar com moço
que não fosse da Rede Ferroviária,
queria trastes de ferro
pra nunca mais se acabarem.
Pensava assim:
se a cama for de ferro e as panelas,
o resto Deus provê:
é nuvem, sonho, lembranças.
Ainda mais que não ia morrer, e ainda não vou,
porque sou doida e escapo como as boninas.

Mulher do povo e mãe de filhos, Adélia diz, em “Tabaréu”, de *Bagagem*, que o mais universal a que chega é a recepção de Nossa Senhora de Fátima em Santo Antônio do Monte. Em “Desenredo”, de *O coração disparado*, porém, admite, consciente da condição humana:

Sofrer não é em língua nenhuma.
Sofri e sofro em Minas Gerais e na beira do oceano.
Estarreço de estar viva. Ó luar do sertão,
ó matas que não preciso ver pra me perder,
ó cidades grandes, estados do Brasil que amo como se os
[tivesse inventado.

Mineira e universal, Adélia Prado é, antes de tudo, a filha de João e Ana Clotildes, nascida em Divinópolis, Oeste de Minas, a cidade que um dia se chamou Espírito Santo do Itapecerica e, depois, simplesmente, Espírito Santo. Cito, para finalizar, o poema “Divinópolis”, que está em *A duração do dia*:

As hastes das gramíneas
pesavam de sementes
sob uma luz que,
asseguro-vos,
nascia da luz eterna.
Quis dizê-la e não pude,
ingurgitada de palavras,
minha língua se confundia.
Cantei um hino conhecido
e foi pouco,
disse obrigada, Deus,
e foi nada.
Em meu auxílio
meu estômago doeu um pouco
pelo falso motivo
de que sofrendo
Deus me perdoaria.
Foi quando o trem passou,
uma grande composição
levando óleo inflamável.
Me lembrei de meu pai
corrompendo a palavra
que usava só para trens,
dizendo “cumposição”.
O último vagão na curva
e passa o pobre friorento
de blusa nova ganhada.
Aquiesci gozosa,
a língua muda,
a folha branca,
a mão pousada.

“SEGUIR DE PERTO CADA NARRADOR EM SEU CONTAR”: ALEXINA DE MAGALHÃES PINTO E O VALOR INTELECTUAL DAS HISTÓRIAS

Rita de Cássia Silva Dionísio Santos

*As imaginações primitivas agitam-se, todas ellas, sequiosas
de phantasias, de compreensão, de orientação, de idealização!...*²

ALEXINA DE MAGALHÃES PINTO

A epígrafe que descerra este texto, extraída da “Nota preliminar” do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907), de Alexina de Magalhães Pinto, expõe de forma clara e lúcida a tese que, de forma geral, orienta todo o trabalho da autora e, de modo particular, a organização da referida coletânea, qual seja a de que – em suas palavras – o ser humano possui um anelo de vida interior, de vida em um mundo melhor ou diferente e que essa experiência pode ser alcançada por meio da leitura e/ou escuta de narrativas do folclore dos diferentes povos (PINTO, 1907, p. 3).

Mas qual seria o caráter social de um conto popular? De que forma e em que medida essas narrativas podem colaborar para a formação humana? E qual seria a pertinência de se deparar – neste nosso tempo – com uma coletânea de narrativas populares organizada com base na

² Optamos por manter, em todas as citações deste texto, a grafia original das primeiras e únicas edições dos livros da autora em análise.

perspectiva, avaliação e (re)escrita de uma mulher que nasceu e nutriu-se das efervescências artísticas, culturais e históricas da *belle époque*?

Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*, no prefácio, intitulado “A literatura feminina no Brasil: panorama histórico-crítico”, destaca que a literatura escrita por mulheres vem assumindo importância desde meados do século XX e, sendo essa arte feita com palavras

um verdadeiro sismógrafo a registrar na nascente todos os movimentos de convulsão, revolução, imobilismo [...]. [...] a literatura vem se oferecendo como um dos instrumentos mais fiéis de auscultação e registro do caos de valores em que o mundo mergulhou, pós-naufrágio da razão e do sistema patriarcal herdado, sem que nenhum outro tivesse surgido, deste nosso mágico ciberespaço, para substituí-lo. (COELHO, 2002, p. 17)

Essa afirmativa de Coelho – entre outros aspectos – justifica a quase aflitiva consciência de que é impossível conhecer e interpretar o conjunto das nossas experiências humanas, em diferentes épocas e lugares, sem se considerar a expressão das vozes femininas sobre os eventos, fictícios ou não, tradicionais ou populares, que nos fazer ser. Nesse sentido, em um contexto em que se comemora o tricentenário das Minas Gerais³ e às vésperas de se comemorar o centenário de morte da autora, parece imprescindível repensar o legado de uma personalidade como a de Alexina de Magalhães Pinto, mulher tão necessária à nossa constituição enquanto povo(s) mineiro(s) – e, certamente, enquanto povo(s) brasileiro(s), enquanto seres humanos.

“Figura de educadora de alto espírito intelectual” (COELHO, 2002, p. 34), Alexina de Magalhães Pinto nasceu em 4 de julho de 1870, em São João del-Rei,⁴ Minas Gerais, e faleceu poucos dias após completar

³ Este texto foi preparado exatamente em dezembro do ano de 2020, mês em que, no dia 2, comemoraram-se os 300 anos de Minas Gerais.

⁴ Em seu *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*, publicado em 2002, a pesquisadora Nelly Novaes Coelho indica como local de nascimento da Alexina de Magalhães Pinto a fazenda de Ouro Fino, no município de Além Paraíba (MG). Contudo, em seu *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira* – cuja primeira edição é de 1983, mas que, em 2006, teve uma edição revisada e atualizada pela Companhia Editora Nacional –, Coelho informa a cidade de São João del-Rei como local de nascimento da autora (COELHO, 2006, p. 25).

51 anos de idade, em 17 de julho de 1921, vítima de um atropelamento de trem, em Petrópolis (RJ)⁵ (enquanto fazia mais uma viagem de recolha de tradições folclóricas para a composição de seus livros) – conforme nos noticia Nelly Novaes Coelho.

De família de grande notoriedade e tradição cultural de uma das mais importantes cidades seiscentistas de Minas Gerais, cedo a autora manifestou interesse pela leitura, por desenho, música, literatura e pelo estudo de línguas,⁶ tendo viajado sozinha para a Europa em 1892, onde frequentou cursos em países como Itália e Espanha e, em Paris, especializou-se em estudos de Pedagogia e Didática. De volta ao Brasil em 1895, formou-se na Escola Normal do Rio de Janeiro, onde passou a lecionar.⁷ Além da luta pela criação e ampliação de bibliotecas para crianças e jovens, Alexina de Magalhães elaborou o “Esboço Provisório de uma Biblioteca Infantil”, considerada a primeira relação brasileira de livros recreativos, divididos por faixas etárias, para orientação de pais e professores na escolha das leituras para as crianças (COELHO,

5 Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário* de 2002, cita Correias como local de falecimento da autora; no *Dicionário* de 2006, a pesquisadora indica que o falecimento de Alexina de Magalhães teria ocorrido em Petrópolis. Ao que parece, Correias teria sido uma fazenda (por onde passava a estrada de ferro), que, mais tarde, foi incorporada à cidade de Petrópolis (RJ).

6 No “Appendice” do livro *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil*, Alexina de Magalhães cita alguns dos autores que fundamentaram seus estudos: José de Alencar, Charles Perrault, Teófilo Braga, Almeida Garret, Andrew Lang, Silvio Romero, Alexandre Herculano, etc. A autora faz referência a documentos em línguas estrangeiras (como a *Encyclopedia Britannica*), às narrativas de origem ariana e aos fabulistas árabes, a contos de fadas, romances, lendas e parábolas orientais, etc. (PINTO, 1907, p. 202, 206-208, 210). Essa formação explicita a singular atuação profissional da escritora, folclorista, musicista e professora das Minas Gerais.

7 No *site* do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, encontram-se informações sobre a autora, entre as quais as seguintes: “Tinha uma visão nova da educação, que, entre outras coisas, incluía adotar livros de recreação infantil, música, folclore, contos populares e brincadeiras, que ela mesma escreveu, ao lado de seu trabalho na Escola Normal (hoje Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, Iserj), como aluna e como professora. Foi a criadora do projeto e da coleção Biblioteca Infantil Icks, que dirigiu, assinando alguns livros com o mesmo pseudônimo Icks”. Disponível em: <http://iserj.net/ensinosuperior/index.php/pt/138-professora-alexina-da-escola-normal-precursora-da-literatura-infantil-brasileira>. Acesso em: 22 dez. 2020.

2006, p. 24). Orientada pela natureza nacionalista que marcou os intelectuais do entresséculos XIX/XX, Alexina escreveu vários livros destinados ao público infantil, nos quais a sua “preocupação decidiu a natureza da matéria literária neles contida: reelaboração ou recriação de histórias folclóricas, brincadeiras infantis, cantigas populares ou de roda etc.” (COELHO, 2002, p. 34). Considerada uma das pioneiras em se empenhar na criação de uma literatura nacional para crianças e jovens, o seu projeto⁸ – que, parece-nos, confunde-se com a sua biografia – era pesquisar, recolher e organizar as narrativas e cantigas populares de diversas regiões das Minas Gerais e adjacências em coletâneas que pudessem representar as diversas composições étnicas e identitárias daquele tempo e ser adotadas por escolas brasileiras como método de ensino-aprendizagem (COELHO, 2002, p. 25).

Conforme Coelho, os trabalhos desenvolvidos pela autora, do seu retorno ao Brasil até a ocasião de sua morte, autorizam afirmar que ela teria tido contato com os precursores da escola nova ou escola ativa – perspectiva que, em reação à escola antiga, racionalista e automatizante, solicitava uma escola dinâmica, inventiva e atenta à natureza lúdica da criança:

Os registros sobre a atuação de Alexina, a partir de sua volta ao Brasil, confirmam essa hipótese de contato com tais experiências. Ingressa na carreira docente. [...] inicia a recolha de cantigas de roda, contos populares, adivinhas, provérbios, etc., que fazem parte do jogo, do prazer da convivência, e os elabora a fim de utilizá-los como matéria escolar nos cursos primários. Nessa iniciativa, está clara a influência de uma das mais importantes diretrizes do pensamento científico do século XIX: a valorização das origens de cada povo, a busca de autenticidade nacional ou das peculiaridades que distinguem a identidade de um povo de outro. Dessa pesquisa, resultaram as coletâneas (hoje obras raras) que contribuíram para o conhecimento e novas pesquisas do folclore brasileiro. (COELHO, 2002, p. 34)

Nelly Novaes Coelho menciona, no verbete dedicado a Alexina, que a atividade intelectual e a grande desenvoltura pessoal da escritora

8 Para este trabalho, a autora contou com a colaboração de estudiosos, professores e pesquisadores de diversas partes do país.

renderam-lhe sérios adversários e que, inclusive, a sociedade a recebia com reservas. O seu comportamento avançado para o padrão da época é exemplificado com o seu passear nas ruas de São João del-Rei numa bicicleta que trouxera da Europa, inclusive trajando calças compridas (o figurino apropriado à atividade). Por essa ousadia, a autora teria sido agredida com ofensas e ameaças de excomunhão pelo bispo de Mariana – o que não aconteceu por causa da intervenção de seus parentes ilustres na decisão da Igreja (COELHO, 2002, p. 34).

Em *Literatura infantil brasileira*, Leonardo Arroyo, dissertando sobre o contexto cultural do *fin de siècle* XIX e início do século XX, apresenta as perspectivas históricas para aquele alvorecer de um novo tempo. Conforme Arroyo (2011, p. 251-252), o processo de urbanização e a criação de colégios em todas as regiões do Brasil abriam “novas possibilidades culturais, inclusive para a retomada de consciência da própria nação e seus valores mais legítimos”, sendo

[...] dentro dessa moldura que, em Minas Gerais, a professora Alexina de Magalhães Pinto publica o seu livro *Os nossos brinquedos*, visando ao grande público infantil brasileiro, nesse sentido de reintegrá-lo na verdade da terra e de sua cultura, oriunda da confraternização do português com o índio e com o negro. É esta uma obra fundamental neste vasto quadro de preliminares da história da literatura infantil brasileira. E por duas razões fundamentais: (a) destinava-se ao público infantil; (b) revalorizava os temas de nossa formação nacional.⁹

Arroyo considera impressionantemente brasileiros os temas tratados por Alexina de Magalhães e – afirma – em sua obra, encontra-se o processamento de uma temática que seria, modernamente, uma fonte extremamente explorada pela nossa literatura infantil, qual seja a do folclore e sua imensa variação (ARROYO, 2011, p. 252).

Publicadas por Alexina de Magalhães Pinto a partir do ano de 1907, suas obras compunham o que se nomeava *Bibliotheca Infantil* – como se pode ler no verso da página de rosto do livro *Cantigas das creanças e do povo e dansas populares* (trabalho resultado de sua

⁹ Interessante notar que é exatamente essa perspectiva que parece ter orientado também a ilustração da capa da obra *Cantigas das creanças e do povo e dansas populares* (1917).

pesquisa etnográfica, concluído em 1911, mas somente publicado em 1916, conforme notas explicativas na página 204). Em ordem cronológica, em nossas pesquisas, identificamos as seguintes publicações da autora: *Nossas histórias*¹⁰ (1907), *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*¹¹ (1907), *Os nossos brinquedos* (1909), *Cantigas das creanças e do povo e dansas populares*¹² (1916) e *Proverbios populares, maximas e observações usuas*¹³ (1907)¹⁴ – integrantes da coleção Icks, que, na época, era disponibilizada pela Livraria Francisco Alves, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, além de ser comercializada nas Livrarias Aillaud, em Paris, e Bertrand, em

¹⁰ Apesar de indicadas como duas obras, *Nossas histórias* e *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* são, de fato, uma obra só – isso fica claro na afirmação da “Nota preliminar” de *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, página 4, onde se lê a seguinte afirmativa da autora: “Se trago a lume estas ‘Nossas Histórias’ antes de seus respectivos originaes populares, é que antepoño os interesses directos dos ‘pequeninos’ aos dos ‘grandes’; é que penso sobrelevar a todos os outros deveres do nosso amor pela cultura da piedade e da moralidade fortes alavancas para o esclarecimento das consciências” (PINTO, 1907, p. 4).

¹¹ Encontramos um exemplar desse livro na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) do Rio de Janeiro em 2015. Na época, a FBN encaminhou-nos uma cópia microfilmada do livro; posteriormente, no período em que desenvolvíamos pesquisa de pós-doutoramento vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e intitulada “Narrativas da infância na literatura luso-brasileira de autoria feminina: Ana de Castro Osório e Alexina de Magalhães Pinto” (março de 2017 a fevereiro de 2018), em uma de nossas visitas à FBN, obtivemos autorização especial para manusear a obra, já bastante danificada. O curioso é que, diferentemente do que a cópia microfilmada permitia observar, no livro físico, constatou-se que os textos haviam sido impressos em diferentes cores: azul, marrom, preto, verde-claro, vermelho, cinza. (No acervo da FBN, não foram encontradas as páginas 134 e 135.) Registrem-se os nossos agradecimentos à FBN.

¹² Livro do qual conseguimos adquirir um exemplar em um sebo virtual, em novembro de 2016.

¹³ Também encontramos, na biblioteca da FFLCH/USP, em 2017, um exemplar desse livro, autografado pela autora.

¹⁴ Durante pesquisa nos documentos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em 2016, em Belo Horizonte, encontramos o livro *Liga de Instrução Moral Ingleza*, traduzido do inglês por Alexina de Magalhães Pinto. (LIGA de Instrução Moral Ingleza [com sede em Londres]. Tradução: Alexina de Magalhães Pinto. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.)

Lisboa – o que comprova o dinamismo da autora, como dito por Coelho (2006, p. 25).

Câmara Cascudo, no livro *Contos tradicionais do Brasil*, argumenta que o conto popular revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social, constituindo, portanto, um documento vivo, que transporta e propaga costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos (CASCUDO, 2000, p. 12-13). Esse é, também, o senso revelado por Antonio Candido, no seu ensaio “O direito à literatura”, em que afirma que a literatura tem sido um importante instrumento de instrução e educação e que os

valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 2004, p. 113)

Essas ideias, manifestadas por Cascudo e Candido, eram, decerto, as que já naquele tempo orientaram a intelectual Alexina de Magalhães, como se pode ler, por exemplo, na sua “Nota preliminar”, anteriormente citada, em que afirma que os contos, quer sejam “de fadas, fabulosos ou bíblicos”, encerram um “papel eminentemente educador” (PINTO, 1907, p. 3-4) por sua potência de levar as pessoas à visão clara e à compreensão das mais diversas situações que vivenciam:

[...] nos meus iletrados narradores populares do interior do Brasil, tenho encontrado desenvolvimento intelectual e compreensão moral superiores aos dos possuidores de cursos escolares dos nossos centros mais civilizados... Mas desdenhe-se ou não desse meio de cultura e encare-se somente a felicidade da infância, as suas necessidades espirituais, não será menos verdade que estas e outras histórias populares – por mais em harmonia com o mundo infantil externo e interno, prepararão insensivelmente os jovens cérebros para a compreensão dos catecismos e das Histórias Sagradas, – mesmo essas sem o encanto da música e dos versos. (PINTO, 1907, p. 5)

Alexina de Magalhães argumenta que as narrativas populares possibilitam à infância e à adolescência um trabalho de síntese analítica

fundamental aos novos aprendizados e, ao final de seu prefácio, declara: “Contae, ó mães, contae historiazinhas aos vossos filhos e, quando puderdes, não deixes de ser parte no seu pequenino auditório!” (PINTO, 1907, p. 5)

No prefácio do livro *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil*, Alexina de Magalhães explicita que, em suas pesquisas etnográficas sobre as narrativas do folclore brasileiro que viriam a compor a coletânea, ouviu essas narrativas diretamente da boca do povo, de pessoas grandes e pequeninas – de lábios adoráveis, como “museus vivos das tradições humanas”; registrou-as nesse “livrinho”, “desigual, falho, mas fiel. Fiel na sua essência do nosso lore”. Confessa a autora que a isso se percebeu constrangida pela preocupação com a “maxima fidelidade relativa”, com “o acatamento ao modo de função das faculdades psychicas e primitivas, infantis ou não, e o respeito às tradições patrias e humanas” de elevado valor intelectual que essas histórias encerram, pois – declara essa que, sem dúvida, pode ser nomeada como uma mulher de ontem e de hoje –, não obstante destinar-se o livro à infância, procurou emendar ou suprimir o mínimo possível na transcrição das peças, buscando, entretanto, “seguir de perto cada narrador no seu contar” (PINTO, 1907, p. 3).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editoras, 2002.
- _____. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- PINTO, Alexina de Magalhães. *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907. (Coleção Icks. Série A. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)
- _____. *Cantigas das crianças e do povo e dansas populares*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. (Coleção Icks. Série A)

ANA ELISA RIBEIRO: PELA ESCRITA INVENTA LEITURAS SEM LIMITES

Natália Fontes Oliveira

Ana Elisa Ribeiro: belo-horizontina de nascença, mineira de essência, brasileira de letramento; sua escrita reinventa os espaços, parecendo desconhecer quaisquer limites, navegando com toda proeza entre gêneros acadêmicos e literários, em formato impresso e digital. A autora faz incursão em vários gêneros, incluindo-se a crônica, o conto, o ensaio, a literatura infantojuvenil e, principalmente, a poesia. Apaixonada pela escrita e pela leitura, a autora encanta leitores experientes e iniciantes com seu olhar ao mesmo tempo centralizado e desfocado, objetivo e fluido, breve e sem pressa. Neste artigo propomos uma apresentação da incursão da autora pelo mundo das letras e selecionamos alguns poemas, que ilustram o zelo de Ana Elisa Ribeiro para com a linguagem poética propriamente dita e o modo como o feminismo se faz presente em sua escrita.

A autora descreve sua família como sendo “uma família de vizinhos” (RIBEIRO, 2020b), com vários tios e avós que moravam próximo uns aos outros. Desde nova, fascinada pela leitura e pela escrita, Ana Elisa descia até a casa da avó para ler os livros da coleção Clássicos da Literatura Universal, com autores franceses e russos. Também pegava livros emprestados com a tia, irmã da mãe, poucos anos mais velha, que tinha estantes com obras para adolescentes. A família está muito presente na vida da autora, o que percebemos

em seus poemas e livros, em que aborda relacionamentos familiares, maternidade, gerações na família.

Na escola, a autora teve mais contato com a poesia e procurava por referências literárias nas listas de livros para o vestibular e nos jornais especializados em literatura. Em um momento de tecnologias menos avançadas que as atuais, não nascer em uma família de leitores dificultava a vida de quem quisesse descobrir fontes de leitura. A autora comenta que cresceu na zona Nordeste de Belo Horizonte, então o círculo cultural e intelectual da Savassi e da Rua da Bahia era desconhecido por ela; apesar de a família valorizar o ensino, ela não frequentava livrarias, então tinha que buscar suas fontes com referências literárias (RIBEIRO, 2020b).

Gostava de selecionar seus arremedos de livros, colocar títulos e datilografá-los na máquina do pai, até ganhar da mãe sua própria máquina. Ela conta rindo que gostava de imprimir as poesias na lojinha da esquina e encaderná-las em espiral para ter a sensação da publicação de um livro (RIBEIRO, 2020b). Bem jovem, fez uma de suas primeiras incursões no mundo das publicações quando enviou pelo correio um poema a diversos fanzines e, para sua grande felicidade, conseguiu ser publicada. Percebemos que desde muito nova, Ana Elisa busca seu caminho pelas letras, interessada pela própria escrita e pela publicação. Como a autora gosta de dizer, ela “sempre protegeu a sua escrita”, no sentido de manter um espaço para que a criatividade nela contida não fosse atropelada pela rotina ou abandonada em razão de ossos do ofício.

Álbum, o sétimo livro de poemas de Ana Elisa, foi publicado em 2018 e venceu o prêmio Manaus na categoria “Poesia”. A autora explica que esse foi o primeiro livro que se iniciou como projeto, com o título já definido, e a ideia de valorizar o álbum de fotografias, inspirada nas coleções de sua mãe. Os versos carregam reflexões sobre o ato de fotografar, perpassando temas como a memória, o esquecimento e/ou apagamento, o resgate e a invenção do momento fotografado e do que está além do que é fotografado. Os poemas falam sobre peculiares fotos de família da autora e, ao mesmo tempo, sobre temas universais, que os leitores podem associar com suas próprias fotografias e memórias, às vezes perdidas. Seja pelo tema, seja pelo peso das memórias e desmemórias, o tom da escrita é um pouco mais sério e não estão presentes aqui o humor e a ironia, tão comuns em seus outros livros de poesia.

As capas dos livros de Ana Elisa são sempre muito significativas. Em *Álbum*, a foto que ilustra a capa foi tirada pela própria mãe da autora, e podemos ver uma Ana Elisa ainda criança e a data da foto logo abaixo. Nesse livro, duas mídias se entrelaçam: imagem e texto, ou melhor, fotografia e poesia. Ao trazer à tona o trabalho de seleção e descarte de imagens e palavras, o poema “Do descartável” compara os processos de criação da fotografia e da poesia:

Os movimentos
se embaçam
nas fotos

As fotos embaçadas
são descartadas

As palavras não se embaçam:
se borram

se atropelam se amarfanham
tropeçam umas nas outras
se arranham

Palavras borradas
se aproveitam?
(RIBEIRO, 2018, p. 27)

Por meio da comparação entre os movimentos de embaçar e borrar, o que fica e o que é excluído da lente e do papel, refletimos sobre o processo de criação artística, seja na fotografia ou na poesia. Na poesia, as possibilidades de arranjos e rearranjos de palavras se amplificam e se complicam. A leitura ganha o movimento rítmico dos verbos escolhidos e flui uma breve história sobre o fazer dessas duas artes. Ressaltando as inúmeras possibilidades de arranjos das palavras, o poema deixa o final em aberto, com uma indagação, atribuindo vida às próprias palavras. Haverá prazer nesses “esbarramentos” das letras?

O livro *Dicionário de imprecisões*, lançado em 2019 pela Editora Impressões de Minas, foi finalista do prêmio Jabuti na categoria

“Poesia” e nele também podemos observar um zelo para com a linguagem poética e para com a reflexão sobre o ato de criar uma poesia:

Palimpsesto

a poeta escreve um poema sobre o outro
um verso se apaga sob outro verso
escreve um poema em cima de outro
que, sob o manto de novas palavras,
pode parecer não ter existido.

a poeta descreve um poema sob outro
e pretende não deixar rasto, uma vez que
faz isso empregando uma tecnologia
que finge não deixar vestígios
de um poema arrependido sob outro.
enquanto a poeta escreve um poema novo,
um poema antigo some ou se apaga ou
se inunda ou se desveste ou se desmaterializa
embaixo dos versos de um poema neonato,
ambos se perguntam, como se fossem poetas:
quem será o melhor?

(RIBEIRO, 2020a, p. 97)

Em “Palimpsesto”, a autora faz uma reflexão sobre a escrita de poemas. Cada novo poema muda os antigos, e a escrita poética vai sendo marcada por esse palimpsesto; o poeta tenta escapar inutilmente do emaranhado de suas palavras antigas, mesmo escrevendo um poema novo. Dessa tecnologia que parece não deixar vestígios pode-se inferir que a autora se refere a editores de texto digitais, em que é possível iniciar a qualquer momento um novo documento, como se fosse o único ou o primeiro. Porém, os documentos não desaparecem, mas permanecem no dispositivo eletrônico, às vezes em nuvens, e na própria poeta. Mais uma vez seu poema termina com uma pergunta, instigando o leitor a refletir sobre o processo criativo. A autora levanta a seguinte questão: o novo é melhor? Será que a poesia e a poeta inventora estão melhores hoje do que ontem?

Em seu livro *Dicionário de imprecisões*, na edição impressa, a autora, assim como em outras de suas publicações, traz várias nuances gráficas para aguçar a experiência literária, como, por exemplo, o alto-relevo na capa, a textura, as cores, as ilustrações; tudo isso convida os leitores a sentirem o livro para além da experiência da leitura de um PDF numa tela digital. Muitos leitores apreciam manipular o livro físico, passar a mão por sua capa, carinho que logo os leva a se debruçar sobre suas páginas, convidativas, coloridas e ilustradas.

No livro de poesias *Xadrez*, lançado em 2015, mais uma vez observamos a importância da materialidade, que, desde a capa até os subtítulos, passando pelas cores e pelas imagens, remete o leitor ao jogo. Em um sentido amplo: jogo da vida, jogo das palavras, jogo da voz poética, apostas erradas e certas de leitores e escritores. As reflexões sobre o que é a poesia e o fazer poético estão presentes em seus versos, como em “Poema”: “não dá / em cacho / nem brota / pula ou / espouca. / poesia / não atende / pelo nome. / poesia não pinta / nem pouca” (RIBEIRO, 2015b, p. 62). Esse primeiro trecho mostra como o poema não nasce espontaneamente nem tem uma vida própria, que o faça se lançar sozinho ao papel. A poesia só ganha vida com o trabalho de criação da poeta. A voz poética termina com “poesia / é coisa distraída” (RIBEIRO, 2015b, p. 62), sugerindo que, apesar do zelo necessário para a criação literária, poesia pode ser sobre o dia a dia e não precisa seguir modelos canônicos ou métricas tradicionais e consagradas.

Com poemas sobre amor e desamor, em seu livro *Xadrez*, a autora zela pela linguagem poética e abre portas para uma reflexão acerca dos papéis sociais de homens e mulheres. Podemos observar que em vários poemas a autora aborda a questão da desigualdade de gênero e do papel social concedido às mulheres. O poema “O príncipe e a megera” melhor exemplifica como a sociedade patriarcal é sexista:

O príncipe e a megera

Um príncipe
com casa, carro, filho & pensão
relógio de pulso
perfume importado

quarentão
bem-arranjado
até grisalho

fosse eu
e tudo isso
seria
defeito

(RIBEIRO, 2015b, p. 34)

O título sugere ao leitor uma descrição de duas personagens: o príncipe e a megera. As palavras curtas, as qualificações das poses com rimas fechadas, “relógio de pulso”, “perfume importado”, o charme do “bem-arranjado” e do “até grisalho” pintam um homem moderno, bem-sucedido, um príncipe da modernidade. Na última estrofe esperamos a descrição da segunda personagem, a megera. Mas a voz poética rompe com a expectativa do leitor e nega uma nova construção de personagem, ironicamente mostrando que, se a descrição acima fosse sobre uma mulher, ela não seria uma princesa, e, sim, uma megera. A palavra “quarentão” perderia o *glamour* se mudássemos o gênero para “quarentona”, vista na sociedade como a marginalizada mulher que está ficando velha. O poema termina com um silêncio que grita contra as desigualdades de gênero, fazendo uma crítica contundente à condição feminina em uma sociedade patriarcal.

O feminismo de Ana Elisa Ribeiro também se faz presente em seus minicontos, como no livro *Beijo, boa sorte*, também lançado em 2015. A capa do livro, branca com bolinhas vermelhas, estilo poá, a princípio remete a uma imagem fofa e contida. No verso, vemos, porém, uma mancha grande de sangue escorrendo pela capa, explicitando as diversas formas de violência, principalmente contra a mulher. No miniconto “Incêndio”, a autora denuncia a naturalidade da violência física contra a mulher, narrada pelo personagem: “Não pus fogo no chão por intenção, Doutor. A ideia da vela foi ela quem teve. Acho que viu na televisão a vela em cima da cama. Vê-la carbonizada me lembrou muito aquelas velas votivas gastas” (RIBEIRO, 2015a, p. 24). No início o homem alega inocência, e, por não ter tido a intenção de matar a mulher, então não haveria crime. Ele sugere que foi a mulher quem escolheu ter velas na cama, influenciada pela televisão. A mulher

foi assassinada. O homem alega não ter culpa e contempla a cena da mulher sendo queimada. A escolha da autora em assumir a voz de um personagem masculino visa denunciar vivamente a violência contra a mulher em suas diversas formas, físicas e simbólicas, que podem ser averiguadas em casos em que os homens dominam as narrativas, apropriando-se das vozes das mulheres e perpetuando injustiças do patriarcado. É comum observarmos autores escrevendo do ponto de vista de personagens femininos e Ana Elisa Ribeiro transgride esse paradigma ao assumir uma voz masculina nesse miniconto.

“As meninas brincam de casinha no alpendre. Os meninos vêm correndo e derrubam todas as casinhas. A avó vem logo gritando: ‘Tirem essas casinhas da passagem’” (RIBEIRO, 2015a, p. 59). Em apenas quatro frases, no conto “Corredor”, Ana Elisa Ribeiro ilustra o machismo estrutural, que permeia nossa sociedade. Desde crianças, meninas e meninos recebem tratamentos diferentes. No conto, as meninas estão quietas, brincando de casinha, uma atividade aceita e encorajada, e, quando os meninos passam atrapalhando a brincadeira, a avó, símbolo de tradição e herança familiar, briga com as meninas. Geralmente, em uma sociedade sexista, independentemente dos fatos, a culpa é sempre das mulheres; nesse conto, é das meninas. Essa cultura está enraizada e vem desde a infância, sendo perpetuada pelos nossos familiares, que, muitas vezes, inconscientemente ou não, reproduzem uma ideologia machista. Com um tom despojado e atingindo o âmago da questão, algo característico da linguagem da autora, o conto escancara o machismo estrutural, que ainda hoje muitos insistem em negar que exista.

A violência física contra a mulher também é abordada nos minicontos, como em “Explicação na delegacia de CCM”: “Ontem, saí do primeiro; saí do segundo; o terceiro soco pegou” (RIBEIRO, 2015a, p. 18). O título define a delegacia como ambiente da história e atua como contexto do breve conto que parece ser a narrativa de uma mulher que foi espancada. Sem devaneios, com linguagem direta e coloquial, a narradora não se coloca em posição de vítima. Tentou se safar, mas não conseguiu, como acontece com muitas mulheres.

Assim como sua escrita, Ana Elisa Ribeiro é uma mulher que transcende categorizações rígidas e classificações estreitas. Professora doutora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Cefet-MG, a autora tem um compromisso social com a

popularização da leitura e organizou, ao lado de Bruno Brum, a coleção *Leve um Livro*, que consiste em pequenos livros escritos exclusivamente para integrarem o projeto e distribuídos gratuitamente em Belo Horizonte. Sua pesquisa científica concentra-se na área da linguística aplicada, na qual registra diversas publicações e participações em eventos, e sua escrita criativa contempla a poesia, a crônica, o ensaio, o conto e tantos outros gêneros literários, expandindo-se sem limites, em publicações impressas ou digitais.

Nos últimos meses,¹⁵ a autora escreveu o conto “Dois pontos” para compor o livro *20 contos sobre a pandemia de 2020*, uma coletânea organizada por Rogério Faria Tavares, atual presidente da Academia Mineira de Letras. A coletânea conta com 20 vozes mineiras para registrar esses tempos de coronavírus pelo olhar literário. E, neste mês, ela lançou o livro *O ar de uma teimosia*, que conta com cinco ensaios, em que discute as dificuldades e possibilidades de publicar as obras de três escritoras brasileiras: Clarice Lispector, Lúcia Machado de Almeida e Henriqueta Lisboa. Ana Elisa reflete sobre os múltiplos processos de edição de livros, as redes intelectuais e o modo como se dava a circulação de obras no país, investigando as maiores dificuldades encontradas pelas autoras por serem mulheres habitando um meio majoritariamente masculino.

A riqueza e a pluralidade da escrita de Ana Elisa Ribeiro clamam um espaço vasto para que possamos adentrar esse universo, que em apenas um artigo não é possível abarcar. Neste trabalho propusemos uma breve apresentação de Ana Elisa Ribeiro e da incursão da autora pelo mundo das letras e, além disso, selecionamos alguns poemas que ilustram o zelo que ela tem para com a linguagem poética propriamente dita e o modo como o feminismo se faz presente em sua escrita.

REFERÊNCIAS

- RIBEIRO, Ana Elisa. *Beijo, boa sorte*. Natal: Jovens Escribas, 2015a.
_____. *Xadrez*. Belo Horizonte: Scriptorum, 2015b.
_____. *Álbum*. Belo Horizonte: Relicário, 2018.
_____. *Dicionário de imprecisões*. 2. ed. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020a.

15 A redação original deste artigo data de novembro de 2020. (N. do E.)

RIBEIRO, Ana Elisa. Encontro Marcado com Ana Elisa Ribeiro. [Entrevista cedida a] Maria do Rosário A. Pereira. *Acervo de Escritores Mineiros UFMG*, [s. l.], 11 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1-rqHmFfHc>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ANA MARIA GONÇALVES E AS POSSIBILIDADES DA LITERATURA

Aline Alves Arruda

“Vamos para o pau?”. Essa é a frase final do conto “Negrinha! Negrinha! Negrinha!”, de Ana Maria Gonçalves, releitura do aclamado conto “Negrinha”, de Monteiro Lobato (GONÇALVES, 2017b, p. 115). No texto, a escritora mineira, nascida em 1970, em Ibiá (MG), traz para a escola o cruel racismo infantil. A frase é dita pela mãe de Maria – a protagonista, que sofre atos de racismo das colegas brancas baseados nas torturas de uma órfã descendente de escravizados, narradas por Lobato –, que conclama o marido para lutar pela filha adotiva, processando a escola, que, por sua vez, se omitiu diante da discriminação sofrida pela menina.

A frase é bem emblemática para a obra de Ana Maria Gonçalves. A escritora mineira passou 13 anos de sua vida exercendo a publicidade na agitada metrópole paulistana. Perto dos 30 anos de idade, influenciada por Jorge Amado, mudou-se para a Bahia e mergulhou profundamente na diáspora afro-brasileira e em suas raízes negras. Em Itaparica, escreveu *Ao lado e à margem do que sentes por mim*, romance em que o elemento água já aparecia com toda força:

É essa a sensação que me acomete agora, trinta anos depois, de frente para esse mar: a de nunca ter tirado os pés de dentro da água do lago para o qual me atirei aos dois anos de idade, aproveitando o único momento de descuido de minha mãe. (GONÇALVES, 2002, p. 19-20)

Revelando a escritora que nascia, o livro artesanal, com um girasol feito com colagens na capa, metaforizará o nascimento oficial de uma autora. A sensação impetuosa da infância, mantida na memória, levará Ana Gonçalves ao seu maior feito literário até então: romancear em quase mil páginas a história da escravidão brasileira. *Um defeito de cor*, publicado em 2006, e consagrado com o prêmio Casa de las Américas em 2007, é um dos romances brasileiros mais aclamados deste século. A intensa pesquisa feita pela escritora durante cinco anos nos recorda sua atitude impetuosa de se jogar no lago da infância: o mergulho de Ana Maria Gonçalves na história da violenta travessia negra brasileira rendeu um romance de formação feminino e negro de grande fôlego e intensidade.

Nascido na Alemanha, diante das necessidades burguesas, o gênero *Bildungsroman* constitui uma forma literária muito estudada, na qual se encaixam romances canônicos como *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe, e as clássicas histórias de Robinson Crusó. Sua característica pedagógica parecia preencher a função da literatura no século XIX, tida como instrumento educacional, servindo de exemplo aos leitores das obras. No gênero literário “romance de formação”, entretanto, há pouco espaço para a mulher. Pinto (1990) afirma que o *Bildungsroman* retrata o processo em que o personagem aprende a ser “homem”. A autora confirma esse pensamento valendo-se de várias definições sobre o gênero, em que sempre as personagens são tratadas no masculino. A pesquisadora verificou ainda que, embora existissem romances de aprendizagem com protagonistas que eram mulheres, sua formação enfocava sempre a maternidade e o casamento.

O romance metaficcional de Ana Maria Gonçalves é um bom exemplo disso. A autora desconstrói o romance de formação tradicional, dando a ele contornos paródicos. A protagonista do romance *Um defeito de cor* traça o ciclo proposto pelos estudiosos no conceito do *Bildungsroman*: sai da casa da família, conhece outra realidade, aprende com outras pessoas e volta ao lar, completando sua formação; entretanto, o ciclo dessa personagem é bem diferente daquele dos protagonistas masculinos dos clássicos romances de formação: Kehinde é um sujeito diaspórico, atravessa o Atlântico a bordo de um navio negreiro, arrancada de sua terra natal junto com Taiwo, sua irmã gêmea, e a avó, que se oferece como escrava para seguir as

netas. Ela não sai voluntariamente, portanto, como Wilhelm Meister, personagem do clássico de Goethe, que escolhe viajar pelo mundo para realizar sua formação, seu *Bildung*. E todo o percurso de Kehinde no Brasil e sua volta à África é oposto ao de personagens masculinos como o de Goethe.

A infância da protagonista é muito conturbada e não se assemelha ao passado dos heróis masculinos dos clássicos romances de formação. A menina negra nasceu em Savalu, reino de Daomé, África, e era gêmea da irmã Taiwo. Os gêmeos, na cultura iorubá são chamados de Ibêjis e, como Kehinde foi a segunda a nascer, recebeu esse nome, que quer dizer “o que demorou a sair”. Ainda nas primeiras páginas temos a trágica narração da morte do irmão de Kehinde, Kokumo, e de sua mãe. Eles são mortos pelos guerreiros do rei, que invadem a casa da família. A mãe, antes de ser morta, é estuprada, e a narradora nos conta em detalhes essa cruel cena. Após a morte deles, a avó das gêmeas leva-as para outra cidade, Uidá, onde tentarão reconstruir a vida. A menina Kehinde, apesar da dor da perda, consegue se alegrar ao ver o mar. É nessa cidade que as ibêjis serão capturadas e levadas, junto com a avó, no navio negreiro a caminho do Brasil. A travessia ganha importante espaço no primeiro capítulo e nos subcapítulos “A partida” e “A viagem”, quando Kehinde e sua irmã gêmea Taiwo são capturadas para serem presenteadas a brancos brasileiros, e sua avó, para segui-las, entrega-se aos comandantes do navio. A partida é narrada de forma minuciosa: todos os detalhes do navio negreiro são enfatizados através do ponto de vista de uma menina africana, que, assustada, temia por sua vida, pela vida de sua avó e pela de sua irmã. O porão é descrito como um espaço muito apertado, extremamente pequeno, e, em seguida, ao narrar a viagem, temos um relato assombroso das crueldades sofridas pelos negros escravos:

Durante dois ou três dias, não dava pra saber ao certo, a portinhola no teto não foi aberta, ninguém desceu ao porão e estava quase impossível respirar. Algumas pessoas se queixavam da falta de ar e do calor, mas o que realmente incomodava era o cheiro de urina e de fezes. A Tanisha descobriu que se nos deitássemos de bruços e empurrássemos o corpo um pouco para a frente, poderíamos respirar o cheiro da madeira do casco do tumbeiro. [...]. Quando não conseguíamos mais ficar naquela posição, porque dava dor no pescoço, a minha avó dizia para nos

concentrarmos na lembrança do cheiro, como se, mesmo de longe e fraco, ele fosse o único cheiro a entrar pelo nariz [...]. (GONÇALVES, 2006, p. 48)

A literatura afro-brasileira é repleta de imagens como essas, do navio negreiro como símbolo da história diaspórica africana. É uma marca da memória coletiva, aqui resgatada através da narração da própria Kehinde, um ponto de vista interno, diferente do clássico “O navio negreiro”, de Castro Alves, em que as agruras sofridas no porão das embarcações são narradas “de fora para dentro” pelo poeta condoreiro. Outros escritores como Maria Firmina dos Reis, Solano Trindade e Conceição Evaristo também utilizam a figura do navio como forma de retomar a memória ancestral negra. A travessia pelo Atlântico aponta também para um aspecto importante do *Bildungsroman* feminino e negro de Ana Maria Gonçalves: a viagem. A narradora se desloca muitas vezes durante sua formação. Depois de Savalu e Uidá, na África; da Ilha de Itaparica e de São Salvador, na Bahia, Kehinde percorre o Maranhão, Recôncavo (Cachoeira), Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Campinas, volta a Salvador e, de volta à África, novamente Uidá e, por último, Lagos, assemelhando-se, nesse aspecto a Wilhelm Meister, personagem de Goethe.

“O livro foi escrito comigo tentando entender as minhas origens, uma história que nos foi negada, a história do negro e da escravidão no Brasil e muito mais” (GONÇALVES, 2017b, p. 231). O romance é, portanto, também um romance de formação da autora, “em sentido estrito”, como afirma Miranda (2019, p. 296). Ana Maria declara que não se percebia negra até então:

Eu não me considerava negra, nunca tinha pensado nessa questão de identidade antes. Venho de uma família pobre, minha mãe era costureira, meu pai começou a vida como assistente de pedreiro, foi subindo, trabalhava na Nestlé, estudava; eu lembro que quando eu estava no grupo escolar, meu pai estava terminando o segundo grau, voltou a estudar depois. Minha família é muito misturada, família mestiça, e essa questão nunca tinha passado pela gente, principalmente, porque ao pertencer a uma certa classe social, cultural, isso branqueia a gente. Então, eu acho que eu não era tratada como negra, não me via como negra, me via como mestiça, como misturada. (GONÇALVES, 2017c, p. 231)

Essa “identidade em construção”, que a autora afirma sentir, esse deslocamento é semelhante àquele escrito para Kehinde em *Um defeito de cor*. A mudança de profissão e de vida da escritora é marcada pela sua estreia na literatura e por sua mudança para o estado nordestino, onde a herança africana é muito mais ostensiva que em Minas ou em São Paulo, estados por onde ela passou anteriormente. O encontro de Ana Maria com a história dos malês, com a revolta em Salvador, fato histórico antes muito pouco comentado em nossa sociedade, evidencia sua história também com a escrita afro-brasileira.

E, assim, voltamos à frase inicial deste texto, do conto-releitura de Gonçalves, publicado na coletânea *Uns e outros*,¹⁶ em 2017, o qual traz uma face da escritora já revelada em seus artigos de opinião que “vão para o pau” contra o racismo. Um deles, intitulado “Lobato: não é sobre você que devemos falar”, publicado em 20 de novembro de 2010, perfaz um longo percurso argumentativo e expositivo sobre o polêmico parecer do Conselho Nacional de Educação a respeito da denúncia contra trechos racistas no livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, lido em escolas de todo o país, um clássico da literatura infantil do autor. No artigo publicado, no portal Geledés, no dia da Consciência Negra, Ana Maria Gonçalves desvela o racismo do autor paulista nascido no Vale da Paraíba. Ela vai até o romance *O presidente negro* e às cartas do escritor para seus amigos desvendando aos leitores a crença eugenista de Lobato, revelada nestes textos. Muito didática, em certo momento, a articulista nos cobra empatia e responsabilidade como cidadãos e leitores críticos:

Sei que não deve ser fácil colocar-se sob a pele de uma criança negra, por isso penso em alternativas. Tente se colocar sob a pele de uma criança judia numa sala de aula na Alemanha dos anos 30 e ouça, por exemplo, comentários preconceituosos em relação aos judeus: “.....”, “.....” [...]. Talvez agora você já consiga sentir na pele o que significa ser essa criança negra e perceber a carga histórica dessas palavras sendo arrastada desde séculos

16 Livro elaborado pela Tag – Experiências Literárias em parceria com a editora Dublinense e organizado por Helena Terra e Luiz Ruffato. Dez escritores da língua portuguesa, entre os quais Ana Maria Gonçalves, foram convidados a escrever releituras de contos de escritores consagrados.

passados: “macaca de carvão”, “carne preta” ou “urubu fedorento”, tudo lá, em Caçadas de Pedrinho, onde “negra” também é vocativo. Sim, sei que “não se fala mais assim”, que “os tempos eram outros”. Mas, sim, também sei que as palavras andam cheias de significados, impregnadas das maldades que já cometeram, como lâminas que conservam o corte por estarem sempre ali, arrancando casca sobre casca de uma ferida que nunca acaba de cicatrizar. Fique um pouco de tempo lá, no lugar dessa criança, e tente entender como ela se sente. Herdeira dessa ferida da qual ela vai ter que aprender a tomar conta e passar adiante, como antes tinham feito seus pais, avós, bisavós e tataravós, de quem ela também herdou os lábios grossos, o cabelo crespo, o nariz achatado, a pele escura. (GONÇALVES, 2010)

No longo artigo, a autora ainda defende o parecer do Conselho Nacional de Educação, que pede cautela aos educadores e compreensão aos professores a respeito dos processos históricos que geram o racismo. “Não há censura, boicote ou banimento”, segue Ana Maria, somente “preparo do educador para trabalhar a obra em sala de aula” (GONÇALVES, 2010).

Talvez essa pesquisa sobre Lobato e a revelação explícita do seu racismo tenham motivado a escolha da escritora, para a antologia da Tag, de um conto baseado em outro, desse autor, exatamente “Negrinha”, utilizado por muitos, à época da polêmica sobre sua obra infantil, como argumento para o não racismo do escritor. Na resposta escolhida por Ana Maria Gonçalves, através da literatura, o conto dele chega às crianças na escola através do irmão de uma delas, que o estava lendo para uma disciplina. Alunas de uma escola particular de maioria branca, as colegas da protagonista negra, Maria, veem nela o alvo para seu *bullying* racista e procuram repetir com a colega a tortura de ter de engolir um ovo quente, sofrida pela personagem de Lobato. A escola, através da diretora, tenta suavizar a atitude perante os pais, justificando que Maria tinha comido o ovo e voltado a brincar com as colegas, afirma ainda que a menina disse que nada havia acontecido e que foi apenas “uma brincadeira entre as meninas. Criança faz isso o tempo todo” (GONÇALVES, 2017b, p. 116). Os pais de Maria se dão conta, então, de que haviam se enganado ao evitar conversar com ela, aos 7 anos, sobre racismo: “Não tinham conversado porque acreditavam que morando bem, vestindo-se bem, comportando-se

bem, estudando em boas escolas, aquela linha seria borrada a ponto da menina transitar, sem problemas, nos espaços que conheciam” (GONÇALVES, 2017b, p. 118). Com esse trecho, a autora de *Um defeito de cor* e dos artigos de opinião antirracistas, chama a atenção para a diferença do preconceito de classe e de cor. Em um país em que João Pedro, João Alberto e Ágatha são assassinados, é preciso preparar as crianças pretas para o racismo estrutural e cotidiano.

Para Gonçalves (2017a), “a literatura é o lugar das possibilidades”. Para nossa sorte como leitores, ela adentrou esse lugar e se consolida hoje como uma das mais importantes escritoras e intelectuais em nosso país, possibilitando-nos “exercer a alteridade e repensar privilégios, oportunidades e inclusão, tanto de dentro quanto de fora do ‘sistema’” (GONÇALVES, 2017a).

REFERÊNCIAS

- GONÇALVES, Ana Maria. *Ao lado e à margem do que sentes por mim*. Salvador: Borboletas, 2002.
- _____. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. Lobato: não é sobre você que devemos falar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ana-maria-goncalves-lobato-nao-e-sobre-voce-que-devemos-falar/>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- _____. “A literatura é o lugar das possibilidades”: entrevista com Ana Maria Gonçalves. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 51, maio/ago. 2017a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200249. Acesso em: 22 nov. 2020.
- _____. Negrinha! Negrinha! Negrinha! In: TERRA, Helena; RUFFATO, Luiz. *Uns e outros: contos espelhados*. Porto Alegre: Dublinense, 2017b, p. 115-124.
- _____. “Eu sou negra”: entrevista com Ana Maria Gonçalves. [Entrevista concedida a] Amanda Oliveira, Margarete Hülsendeger e Maria Eunice Moreira. *Navegações: Revista da PUC-RS, Porto Alegre*, v. 10, n. 2, p. 229-236, jul./dez. 2017c.
- MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.
- PINTO, Cristina Ferreira. *O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

DUAS OU TRÊS COISAS QUE SUSPEITO SOBRE A POESIA DE ANA MARTINS MARQUES (OU TALVEZ MENOS)

Renata Moreira

Uma sensação que sempre me guiou desde que iniciei o estudo de literatura foi um profundo desconforto, talvez até mesmo um incômodo, ao ter de falar de poesia. Preferiria não. A percepção que governa tal recusa relaciona-se a algo que a mim soa quase como uma espécie de absurdo: por que falar de poesia, se ela própria já concebe tudo que precisa dizer, sem precisar de intermediários, tradutores, transcritores, que a reduzam a outro tipo de discurso, sugando dela certa substância sem sabor, que a transfigurará em outro tipo de matéria? Nesse sentido, a poesia sempre se bastaria, sem precisar que mais ninguém tentasse dizer com meia dúzia de palavras a mais o que ela já disse antes e, em geral, com menos desperdício. Como diria Marianne Moore (1991, p. 33): “these things are important not because a / high-sounding interpretation can be put upon them”.

Percebo, entretanto, que tal incômodo instaura-se motivado por algo como uma profunda e insuspeitada fé no poético – um sentimento um tanto utópico, que relega a poesia a um lugar inalcançável, fora da ordem do dia, como se dela não adiantasse falar. Um sentimento-inação, duplamente configurado: a amplitude da poesia e sua ausência. Entretanto, ao mesmo tempo, poderia enunciar, ainda com Moore (1991, p. 33): “I, too, dislike it”. E, mais a fundo,

In the meantime, if you demand on one hand,
the raw material of poetry, in
all its rawness, and
that which is on the other hand
genuine, then you are interested in poetry.
(MOORE, 1991, p. 33)¹⁷

Ainda que não possa garantir a abolição do meu sentimento de inadequação quando falo de algo a que atribuo tal potencialidade, resolvi, de todo modo, fazer face ao obstáculo de gerar um discurso, fugindo do sentimento quase religioso de que em poesia não se toca – afinal, a produção recente mais e mais tem trazido o fazer poético para o terra a terra. O mote para esta fala é a obra de Ana Martins Marques,¹⁸ e dialogarei com ela como leitora de seus escritos, mas também a partir de sua fala no Ciclo UFMG, 90: Desafios Contemporâneos (2017), em que reflete sobre poesia.

Há duas ou três informações factuais que podemos enumerar sobre essa premiada poeta. Que é mineira de Belo Horizonte, nascida em 1977, doutora em Estudos Literários pela UFMG. É possível mesmo que conseguisse acumular mais meia dúzia de referências sobre ela – referências que, ao passo que dariam a este texto um tom mais informativo, seriam completamente desnecessárias para o que aqui ensaio dizer. A esse respeito, parece-me emblemática a fala do professor Sérgio Alcides, no citado ciclo de conferências da UFMG, que, ao apresentar AMM, cita apressadamente algumas de suas características para identificá-la, evadindo-se imediatamente para a leitura de um poema inédito em livro e, assim, termina apresentando-a de forma

¹⁷ Esse poema de Marianne Moore, “Poetry”, originalmente, figurou na última edição da revista *Others: A Magazine of the New Verse* (1919), editada em Nova York por Alfred Kreymborg. Entre os artistas publicados, temos nomes como: William Carlos Williams, T. S. Eliot, Marcel Duchamp, Wallace Stevens, entre outros, como a própria Marianne Moore.

¹⁸ Doravante, farei referência a ela como AMM – suas iniciais. A versão primeira desse texto trazia apenas Ana, nome que, embora demarque um lugar do feminino, também o faz de modo a não me deixar completamente à vontade, na medida em que raramente vejo referências a poetas homens pelo prenome – como faríamos se chamássemos Carlos, Manuel, Fabrício a Drummond, Bandeira, Carpinejar, por exemplo.

muito mais efetiva. Falar não sobre ela, mas com ela ou, ainda, deixar que apenas ela fale. O poema em questão, já conhecido dos seguidores da poeta nas redes sociais, chama-se “História”:

Tenho 39 anos.
Meus dentes têm cerca de 7 anos a menos.
Meus seios têm cerca de 12 anos a menos.
Bem mais recentes são meus cabelos
e minhas unhas.
Pela manhã como um pão.
Ele tem uma história de 2 dias.
Ao sair do meu apartamento,
que tem cerca de 40 anos,
vestindo uma calça jeans de 4 anos
e uma camiseta de não mais do que 3,
troco com meu vizinho
palavras
de cerca de 800 anos
e piso sem querer numa poça
com 2 horas de história
desfazendo
uma imagem
que viveu
alguns segundos.

O poema não despropositadamente se chama “História” – assim, com H maiúsculo. Para além da série de inferências possíveis de se fazer, uma questão se cola a esse escrito. História, trajetória, personalidade. É comum que os estudos literários, por mais que nos tenhamos afastado do biografismo, ainda tentem estabelecer individualidades no estudo de escritores, de modo a singularizar uma prática. É a própria AMM quem, durante sua palestra, alerta: “os autores são – eu costumo brincar que eles são – mistificadores por profissão, o que é sempre bom ter em mente, sobretudo num momento em que parece que está sendo reeditado um certo fascínio pela figura do escritor, pela imagem do escritor” (MARQUES, 2017).

A autora, portanto, mostra-se alerta às mistificações, feitas por ela própria – no processo da escrita ou enquanto se mostra como figura

pública – ou por aqueles que recebem a sua obra. No momento mesmo em que se chama alguém de “autor”, certa aura parece se amalgamar à sua imagem e começar a agir para tal mistificação. Ainda que seja impossível se descolar de todo de tal visão do singular – os românticos nem sonhavam que causariam tanto efeito sobre nós, nosso modo de ver e dar valor à produção literária –, penso que perguntar por singularidades deve ser um aceno para enxergar algo funcionando em um todo, em um gesto menos de biografia e mais de trajetória, de indagar-se como tal autor chegou a ser o que é, menos com o intento de individualizá-lo e mais com o de perceber redes, movimentos, ações em conjunto em certo sistema que o fizeram alcançar certas posições. Nesse sentido, a poesia de AMM, junto com sua figura pública, me diz certas coisas, que tentarei deflagrar aqui. Se falarei da poesia ou da mística, é cedo para saber.

A poesia de AMM, em avultado processo de legitimação, encontra-se espriada por pelo menos sete livros: *A vida submarina* (Scriptum, 2009); *Da arte das armadilhas* (Companhia das Letras, 2011); *O livro das semelhanças* (Companhia das Letras, 2015); *Duas janelas*, com Marcos Siscar (Luna Parque Edições, 2016); *Como se fosse a casa*, com Eduardo Jorge (Relicário, 2017); *O livro dos jardins* (Quelônio, 2019), além de *This House: Selected Poems*, com tradução de Elisa Wouk Almino (Scrambler Books, 2017). Vez ou outra, suas redes sociais ou certos periódicos trazem poemas de AMM. Ademais, acabou de ser lançado pela Companhia das Letras o livro *Risque esta palavra* (2021). A editora também está republicando *A vida submarina*, obra de estreia de AMM.¹⁹

Parece tolamente redundante reafirmar que AMM é uma mulher. Todavia, tal redundância ganha sentido quando se percebe que a recente poesia brasileira tem encontrado sua força em uma autoria feminina cada vez mais significativa. Ser mulher e poder dizer, convenhamos, não é algo muito antigo. Nas palavras de Gisèle Sapiro (2019, p. 59),

o mundo das letras é também um lugar de observação das desigualdades entre os sexos e das clivagens de gênero. Se, ao contrário dos ofícios e profissões organizados, a escrita é uma atividade que sempre foi aberta às mulheres dotadas de capital cultural, o acesso à publicação e ainda mais ao reconhecimento literário é um fenômeno relativamente recente.

19 A versão final deste artigo data de julho de 2021. (N. do E.)

Para além do tema do gênero, contudo, outras questões avultam ao falar dessa obra – essa mesma noção também afeita às consubstanciações do poético.

Uma dessas questões tem a ver com a edição. AMM, ainda que escreva poemas desde a infância, começa a ser editada em 2009 pela belo-horizontina Scriptum. Quatro anos depois, migra para a Companhia das Letras, uma de nossas maiores casas editoriais, num movimento que está claramente atrelado à sua consagração como poeta forte. Entretanto, não para sua produção nessa casa, tendo ela lançado, em parceria com outros poetas, livros pela Luna Parque Edições, pela Relicário e, mais recentemente, novamente em voo solo, pela Quelônio – todas essas pequenas editoras surgidas na última década, no dito *boom* do “microcosmo gráfico-independente” (COUTINHO, 2020). Essas editoras, em geral, apostam em uma materialidade pulsante, fazendo do objeto livro, tema caro à poeta e sua poesia – vide a primeira seção de *O livro das semelhanças*, “Livro” –, um artefato mais e mais significativo.

Na citada palestra, AMM comenta: “para se dizer poeta, ao contrário do que deveria valer em outros casos – por exemplo, a presidência da República –, não é necessário ser eleito, nem mesmo democraticamente eleito” (MARQUES, 2017). O ano é 2017. Ainda que fazendo alusão ao processo francamente questionável pelo qual se instalara na presidência Michel Temer, o comentário da autora pondera acerca do recrutamento social dos escritores, em geral um processo pouco regulamentado, ainda que bastante codificado.

É Sapiro (2019, p. 57), ao comentar os critérios para consagração de artistas, quem sopesa: “uma das características do campo literário, que contrasta com sua fraca profissionalização, é a multiplicidade das instâncias de difusão (revistas e casas editoriais) e de consagração”. No caso de AMM, esses processos ocorrem por diversas vias: as premiações, a publicação por uma casa de forte peso no campo literário, os diversos estudos que começam a surgir sobre sua obra. A escritora nota tal jogo de forças, mas esclarece: “para o poeta, trata-se sempre de uma aposta sem garantias” (MARQUES, 2017).

A falta de garantias aparece por vezes em sua poesia como um perigo: “O poema aprende com o mar / a colocar os corpos em perigo” (MARQUES, 2009, p. 27). É recorrente também um forte trabalho de analogia em sua produção, o que parece um olhar que investiga as

coisas estabelecendo relações desbravadoras, próprias do olhar poético – se é que se pode estabelecer qualquer coisa de próprio nesse âmbito. Recorrentes, talvez. Assim, em poemas como o transcrito abaixo, percebemos a junção de duas realidades desconexas, unindo-se em um sentido novo:

E então você chegou
como quem deixa cair
sobre um mapa
esquecido aberto sobre a mesa
um pouco de café
uma gota de mel
cinzas de cigarro
preenchendo
por descuido
um lugar até então
deserto

(MARQUES, 2015, p. 37)

Esse olhar inquiridor para as coisas, que chamei de um procedimento de analogia, ligando realidades instáveis, parece-me essencial para a práxis poética. Da poesia de AMM já se disseram muitas coisas. Que está afeita aos temas do cotidiano, que se debruça sobre os mapas, as cartografias, os objetos, os cômodos, a casa (MEDEIROS, 2017). Que possui subjetividades aprofundadas em linguagem (BENITES, 2018). Que é uma poesia crítica e autocrítica (PIETRANI, 2015). Dizer sobre uma poeta em plena produção é sempre um risco. A sua próxima palavra pode instaurar um movimento que desarticule todo o dito anteriormente, sugerindo-lhe novas leituras. A poesia de AMM indaga novamente as coisas, estranhando-as, evitando o pensamento pré-pensado. Não exatamente a partir de um deslumbramento, mas como se não fosse ela a deixar o apagado dos dias penetrar no cerne da palavra, como quem está permanentemente interrogando a linguagem. Dando visibilidade ao visível, por mais redundante que possa parecer – “(como conversam as coisas / com as coisas?)”, diria ela em *Como se fosse a casa* (MARQUES; JORGE, 2017, p. 13). Como ensaia conceituar: “o poema como um modo de aproximação das coisas e das palavras” (MARQUES, 2017).

Em sua fala no evento de comemoração da UFMG, há uma série de ressalvas, como se fosse mesmo muito difícil afirmar qualquer coisa sobre o poético que não escapasse imediatamente por entre os dedos, sendo as afirmações todas muito precárias. É esse também meu movimento aqui. Em certo momento, AMM afirma que dizer algo sobre a poesia não é bem falar da prática poética, e, sim, falar como leitora. Esse é o último ponto que gostaria de marcar neste texto. A poesia de AMM apresenta-se ao mundo – junto com todas as outras possibilidades já levantadas por seus críticos – como uma poesia de leitora.

É assim, por exemplo, que a encontramos na já citada primeira parte de *O livro das semelhanças*, inquirindo a materialidade do objeto livro. Ou nos poemas finais de *O livro dos jardins*, em que, metaforicamente, planta jardins de palavras para Orídes Fontela, Sylvia Plath, Wislawa Szymborska, Alejandra Pizarnik, Marina Tsvetáieva, Ingeborg Bachmann e Laura Riding – escritoras, mulheres de diferentes tempos e localidades, mas todas habitantes do século XX. É novamente como leitora que ela se apresenta ao público na palestra a que continuamente me refiro aqui. Nela, cita Marianne Moore, Murilo Mendes, Joseph Brodsky, Borges por várias vezes, entre outros.

“Para escrever, então, parece ser necessário tornar-se leitor. Leitor do mundo, leitor de si mesmo” (MARQUES, 2017). É a autora que assim se coloca – como se lendo o mundo e a palavra, lesse também a si mesma. E continua: “Pensar o poema como dispositivo singular que instaura uma determinada relação com a linguagem e também com o tempo ou então que instaura um certo modo de leitura” (MARQUES, 2017). Ainda que seja preciso resistir às interpretações que o escritor dá de si, pistas de leitura são deixadas por toda a obra. Mas há ainda alguma outra coisa, que meu incômodo nunca conseguirá dizer. Talvez esteja aí o poético.

Último poema

Agora deixa o livro
volta os olhos
para a janela
a cidade
a rua

o chão
o corpo mais próximo
tuas próprias mãos:
aí também
se lê
(MARQUES, 2015, p. 29)

REFERÊNCIAS

- BENITES, Paulo. As palavras e as coisas: o inventário poético de Ana Martins Marques. *Revista Estação Literária*. Londrina, v. 20, mar. 2018.
- COUTINHO, S. *Um mercado de peculiaridades: a Banca Tatuí e as estratégias de comércio e legitimação das casas editoriais do microcosmo gráfico-independente*. 2020. Dissertação (Mestrado em Edição, Linguagem e Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Belo Horizonte, 2020.
- MARQUES, Ana Martins. *A vida submarina*. Belo Horizonte: Scriptum, 2009.
- _____. *O livro das semelhanças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. Duas ou três coisas que sei sobre a poesia (que na verdade são quatro). *Ciclo UFMG, 90: Desafios Contemporâneos*. 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JHEetFGLZRM>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- _____; JORGE, Eduardo. *Como se fosse a casa: uma correspondência*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.
- MEDEIROS, Diamila. A poeta e a casa: uma cartografia íntima dos versos de Ana Martins Marques. *Revista Versalete*. Curitiba, v. 5, n. 9, jul./dez. 2017.
- MOORE, Mariane. Poetry. In: *Poemas, Marianne Moore*. Edição bilíngue. Tradução: José Antônio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PIETRANI, Anélia Montechiari. A razão ética e poética nos poemas de Ana Martins Marques. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 45, jan./jun. 2015.
- SAPIRO, Gisèle. As condições sociais de produção das obras. In: *Sociologia da literatura*. Tradução: Juçara Valentino. Belo Horizonte: Moinhos: Contafios, 2019.

BÁRBARA HELIODORA

Cláudia Gomes Pereira

*Neste tormentoso mar
De ondas de contradições,
Ninguém soletre feições
Que soletre feições,
Que sempre se há de enganar,
De caras e corações
Há muitas léguas que andar.*

BÁRBARA HELIODORA

Bárbara Heliodora²⁰ Guilhermina da Silveira, filha de José da Silveira e Sousa e Maria Josefa Bueno da Cunha, nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais, em 3 de dezembro de 1759.²¹ Conhecida como musa da

²⁰ Embora se tenha convencionado usar o nome com “H”, a poetisa assinava “Bárbara Eliodora”.

²¹ “[...] o Suplemento Literário do ‘Minas Gerais’, em edição especial a São João del-Rei, traz sob o título – 1819-1969 – Bárbara Heliodora, nas comemorações dos 150 anos de sua morte – organizado por Rui Mourão e Laís Corrêa de Araújo – a versão do biógrafo João Lúcio Brandão, que relata seu nascimento em 3 de dezembro de 1759, em São João del-Rei: confirmação ratificada por ter sido encontrada sua certidão de nascimento ou batismo (embora não a tenham exibido).” (VILHENA, [20--?])

Inconfidência Mineira, devido ao seu relacionamento amoroso com o poeta Alvarenga Peixoto, ela aparece nos anais da história muito mais relacionada ao movimento da Inconfidência ou Conjuração Mineira que à produção literária do século XIX, ainda que seja considerada, por alguns estudiosos, como a primeira poetisa brasileira.

O enlace amoroso entre Bárbara e Alvarenga teve início por volta de 1778, quando ele fora nomeado ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, depois de ter servido como juiz de fora de Sintra, em Portugal. Um ano depois, nasceu Maria Efigênia, que, bem mais tarde, recebeu dos demais poetas inconfidentes a alcunha de Princesa do Brasil. Bárbara e Alvarenga passaram, então, a morar juntos – o que era bastante incomum entre os membros das tradicionais famílias mineiras do período – e só se casaram, de fato, em 22 de dezembro de 1781, no oratório da casa dos pais dela, por portaria do bispo de Mariana. Dessa união nasceram também José Eleutério, João Damasceno e Tristão Antônio.

Alvarenga abandonou a magistratura para dedicar-se à lavoura e à mineração na região de Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, com o que construiu grande fortuna. Frequentava também Vila Rica, onde além de possuir negócios, se tornou amigo de intelectuais como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, entre outros, que trabalharam na idealização do movimento inconfidente, com o qual Alvarenga também se envolveu. Denunciado como um dos líderes do movimento inconfidente, Alvarenga foi preso na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, e, em portaria expedida pelo governador Visconde de Barbacena, em 9 de setembro de 1789, seus bens foram sequestrados.

Em 13 de outubro de 1789, Bárbara estava com os filhos na sua casa do Arraial de São Gonçalo, em São João del-Rei, quando recebeu a visita do ouvidor-geral e corregedor da Comarca do Rio das Mortes, que lhe exigiu, sob juramento, a declaração dos bens do casal para que se procedesse a apreensão imediata de todos eles. Bárbara então entregou tudo o que tinha, mas dois dias depois fez um requerimento declarando-se casada com “carta de metade”, o que lhe dava direito à meação dos bens do casal. Seu pedido foi aceito e essa medida garantiu seu sustento e o dos filhos por um tempo. Porém, vendo fugir uma parte substancial de tão rico patrimônio, a Justiça recorreu a delações que trataram de envolver o nome de Bárbara

na Conjuração. Muitas foram as lutas que Bárbara travou enquanto aguardava a sentença definitiva de Alvarenga, que ficara preso na Ilha das Cobras por três anos, até que sentenciado ao degredo para Angola, onde morreria, em 1792.

Viúva, pobre e, ao que parece, discriminada pela sociedade, Bárbara sobreviveu com dignidade, dedicando-se aos filhos e à administração da metade dos bens que conseguiu reaver, até que, em 1795, perdeu sua primogênita, vítima de um acidente que sofrera quando cavalgava.

As perdas do marido e da filha, aliadas a um certo romantismo em torno da Inconfidência Mineira e suas relações amorosas, talvez tenham servido de mote para uma versão da história que passou a figurar em alguns livros, descrevendo uma Bárbara que teria terminado a vida como uma mulher louca e apaixonada, a vagar pelas ruas.

Essa suposta demência é desmentida por inúmeros acontecimentos da vida de Bárbara, inclusive o de ela, já viúva, ter vivido mais 25 anos e administrado não apenas a metade dos bens que reouvera, em razão do requerimento que fizera quando do sequestro deles, mas também da metade que cabia a Alvarenga, que ela conseguiu comprar em leilão, com ajuda de seu compadre, o contratador João Rodrigues de Macedo, que se tornara seu sócio e a ajudara na administração de tudo, até a sua morte.

Em 1815, Bárbara foi admitida na Ordem Terceira do Carmo, de São João del-Rei, o que indica que gozava de respeito e prestígio na sociedade, condição demonstrada também no dia de sua morte, em 24 de maio de 1819, quando recebeu todos os sacramentos e teve seu corpo envolto no hábito de Nossa Senhora do Carmo e missa de corpo presente celebrada por nove sacerdotes.

Bárbara foi sempre uma mulher inteligente, determinada e à frente de seu tempo, como demonstra toda a sua trajetória, o que a inclui, sem dúvida, entre as mais importantes mulheres para a história das mulheres neste país, mas, quanto à sua produção literária, até por causa de todas as limitações impostas à condição feminina na sociedade patriarcal, sabe-se apenas que a ela atribui-se um soneto,²²

22 De acordo com Antonio Miranda, esse soneto foi atribuído a Bárbara por Domingos Carvalho da Silva, em artigo publicado em *O Estado de São Paulo*, em 12 de agosto de 1961, sob o título “História de um soneto” (MIRANDA, 2008).

publicado adiante, e o poema “Conselhos aos meus filhos”, publicado pela primeira vez em 1830, com o título de “Conselhos de Alvarenga Peixoto a seus filhos”, no *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil*, organizado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Rumores há que Alvarenga tenha se apropriado do texto da esposa.

A primeira pessoa a atribuir a autoria de “Conselhos a meus filhos” a Bárbara foi o historiador Joaquim Norberto de Sousa Silva, em seu livro *Brasileiras célebres*, de 1862, no qual ele publica nove das 12 sextilhas que compõem o poema. Na mesma obra, Norberto afirma que Bárbara, no início do namoro com Alvarenga, respondia com versos os versos que o namorado lhe dedicava. Diz ainda que, com os afazeres da casa e os cuidados com os filhos, ela deixou de escrever. Entretanto, é o mesmo Norberto quem desenha uma Bárbara a terminar seus dias vagando pelas ruas, com os cabelos desgrenhados, os vestidos dilacerados, delirando, chorando e pronunciando os nomes da filha e do marido (SILVA, 2016).

Em 1865, nova publicação do poema aparece nas *Obras poéticas*, de Inácio José de Alvarenga Peixoto. Não foram encontrados ainda documentos que comprovem, enfim, de que pena se originaram os belos versos em foco, mas Bárbara, de qualquer forma, já conquistou seus leitores e, na maioria das obras contemporâneas dedicadas à história da literatura brasileira, figura como a autora dos mencionados versos.

Bárbara Heliadora é patrona da Cadeira 24 da Academia Mineira de Letras e, pela Lei Estadual n.º 5.265, de 29 de setembro de 1969, tornou-se também patrona do professorado mineiro.

Seguem-se alguns textos a ela atribuídos:

Soneto

Amada filha, é já chegado o dia,
em que a luz da razão, qual tocha acesa,
vem conduzir a simples natureza:
– é hoje que o teu mundo principia.

A mão, que te gerou, teus passos guia;
despreza ofertas de uma vã beleza,

e sacrifica as honras e a riqueza
às santas leis do Filho de Maria.

Estampa na tua alma a Caridade,
que amar a Deus, amar aos semelhantes,
são eternos preceitos da Verdade.

Tudo o mais são ideias delirantes;
procura ser feliz na Eternidade,
que o mundo são brevíssimos instantes.
(HELIODORA *apud* CASTRO, 2018)

Conselhos aos meus filhos

Meninos, eu vou ditar
As regras do bem viver,
Não basta somente ler,
É preciso ponderar,
Que a lição não faz saber,
Quem faz sábios é o pensar.

Neste tormentoso mar
D'ondas de contradições,
Ninguém soletre feições,
Que sempre há de enganar;
Das caras a corações
Há muitas léguas que andar.

Aplicai ao conversar
Todos os cinco sentidos,
Que as paredes têm ouvidos
E também podem falar:
Há bichinhos escondidos,
Que só vivem de estudar.

Quem quer males evitar
Evite-lhe a ocasião
Que os males por si virão,

E antes que ronque o trovão,
Manda a prudência ferrar.

Não vos deixei enganar
Por amigos, nem amigas,
Rapazes e raparigas
Não sabem mais que asneiar;
As conversas e as intrigas
Servem de precipitar.

Sempre que vos deveis guiar
Pelos antigos conselhos,
Quem dizem que os ratos velhos
Não há modo de os caçar;
Não batam ferros vermelhos,
Deixem um pouco esfriar.

Se é tempo de professar
De taful o quarto voto,
Procura capote roto,
Pé de banco de bilhar,
Que seja sábio piloto
Nas regras de calcular.

Se nos mandarem chamar,
Para ver uma função,
Respondei sempre que não,
Que tendes em se cuidar:
Assim se entende o rifão:
Quem está bem deixa-se estar.

Deveis-vos acautelar
Em jogos de paro e topo
Prontos em passar o copo
nas angolinhas do azar:
Tais as fábulas de Esopo,
Que vós deveis estudar.

Quem fala, escreve no ar,
Sem pôr vírgulas nem ponto,
E pode quem conta os contos,
Mil pontos acrescentar;
Fica um rebanho de tontos
Sem nenhum adivinhar.

Com Deus e o rei não brincar,
É servir e obedecer,
Amar por muito temer,
Mas temer por muito amar,
Santo temor de ofender
A quem se deve adorar!

Até aqui pode bastar,
Mas havia que dizer,
Mas eu tenho que fazer,
Não me posso demorar,
E quem sabe discorrer
Pode o resto adivinhar.
(HELIODORA *apud* CASTRO, 2018)

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Carla Pereira de. A religiosidade na poesia de Bárbara Heliodora, a heroína da Inconfidência Mineira. *Letras Escreve*, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2018v8n3.p41-48>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- HELIODORA, Bárbara. Soneto *apud* CASTRO, Carla Pereira de. A religiosidade na poesia de Bárbara Heliodora, a heroína da Inconfidência Mineira. *Letras Escreve*. v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2018v8n3.p41-48>. Acesso em: 10 jun. 2020. Autoria discutível.
- _____. Conselhos aos meus filhos *apud* CASTRO, Carla Pereira de. A religiosidade na poesia de Bárbara Heliodora, a heroína da Inconfidência Mineira. *Letras Escreve*. v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2018v8n3.p41-48>. Acesso em: 10 jun. 2020. Autoria discutível.

- MIRANDA, Antonio. Bárbara Heliodora (1759-1819). *Antonio Miranda*, [s. l.], jun. 2008. Disponível em: antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/barbara_heliadora.html. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SILVA, Joaquim Norberto Sousa e. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.
- VILHENA, Cely. *Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira*: patrono da cadeira número 16. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, [20--?]. Disponível em: <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenu-PaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7594>. Acesso em: 5 jun. 2020.

BEATRIZ BRANDÃO E O APAGAMENTO DAS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA

Mírian Sousa Alves

Tendo como ponto de partida o já comprovado apagamento da participação feminina na construção das principais antologias literárias brasileiras, faz-se necessário elucidar a história de mulheres que, além de ousar viver de forma distinta dos padrões de sua época, viram na prática da produção literária uma forma de emancipação social. Os poucos estudos que se dedicam às escritoras brasileiras dos séculos XVIII e XIX trazem à luz dados que vão pouco a pouco preenchendo a enorme lacuna deixada pelas antologias de nossos autores. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é revisitar a vida e a obra de uma escritora em particular: a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão.

Contemporânea de Bárbara Heliodora e Marília de Dirceu, a poetisa, musicista, educadora e tradutora Beatriz Brandão foi, segundo Cláudia Gomes Pereira, uma das mais produtivas escritoras brasileiras do século XIX. Para Pereira (2011), essa autora, cujos textos apresentam traços estilísticos que nos permitem percebê-la como uma das precursoras do Romantismo na literatura nacional, estava em evidente sintonia com escritores europeus de sua época, o que rendeu à poetisa a alcunha de “Alorna brasileira”. O nome foi dado por Sabino (1996 *apud* PEREIRA, 2011), que, em artigo publicado em 1899, comparou Beatriz Brandão à poetisa e tradutora Marquesa de Alorna, nascida em Lisboa, em 1750. Além das semelhanças estilísticas entre as duas escritoras, a aproximação entre elas, segundo

Pereira (2011), deve-se também à dificuldade enfrentada por ambas de integrar os cânones literários em decorrência das regras vigentes nas sociedades em que viviam.

As poucas publicações que mencionam a obra de Beatriz Brandão trazem muitas vezes dados biográficos contraditórios, o que dificulta o estudo de sua produção poética. Tais contradições podem ser vistas como uma das razões do apagamento de seu nome, já que diversos questionamentos acabam pairando sobre a veracidade dos dados divulgados sobre a autora. Exemplo disso é o fato de a escritora ser mencionada como celibatária ou como cega, informações que não correspondem aos fatos, como bem mostrou Cláudia Gomes Pereira, grande estudiosa da obra da escritora.

O suposto equívoco com relação à cegueira da escritora parece ter ocorrido por interpretações equivocadas de textos que citavam a mineira como próxima à escritora gaúcha Delfina Benigna da Cunha, contemporânea de Beatriz Brandão e grande amiga da poetisa no período em que viveram na Corte, no Rio de Janeiro. Tal equívoco pode ser encontrado no *Dicionário literário brasileiro* (MENEZES, 1978, p. 127) e em diversos outros artigos que mencionam a autora. Os dados sobre o casamento e sobre a separação de Beatriz são também, por vezes, contraditórios; e o fato de ter vivido sem a figura do marido a seu lado durante muitos anos acabou levando alguns escritores a acreditar que ela fosse solteira, já que “ser divorciada” não era algo que se inferisse facilmente das mulheres que não eram casadas no século XIX.

A dificuldade de acesso aos documentos talvez explique as inúmeras contradições que ainda aparecem acerca dessa autora e o consequente apagamento de seu nome de nossa historiografia literária, mas, certamente, há algo de mais arraigado em nossa estrutura social que justifica o desaparecimento desse e de outros nomes de nossas antologias. Cabe aqui um questionamento em torno da constituição dos cânones literários. Como explicita Khote, “o cânone é uma ficcional reconstrução *a posteriori* da história, na qual e pela qual se acaba encontrando no passado exatamente aquilo que nele se quis projetar” (KHOTE *apud* PEREIRA, 2011). Embora apresentada de forma objetiva, essa reconstrução do passado traz claramente o olhar de quem a escreve e explicita os posicionamentos ideológicos dos autores dessas narrativas. Como explica Pereira (2011, p. 50),

se, por um lado, a literatura permite trazer à luz estratos da vida social de épocas anteriores, por outro, permite ocultar o que não interessava à ideologia dominante revelar. Assim, é possível supor que a inexistência de registros de um número expressivo de mulheres nas letras nacionais tenha origem não na improdutividade destas, mas em um desejo de perpetuar a imagem de uma sociedade comandada por sua parcela masculina a quem cabia, entre outras coisas, o direito de determinar o que elas deveriam ler, o que deveriam fazer, e, sobretudo, o que jamais deveriam fazer. E escrever estava, certamente, na lista das tarefas proibidas.

Nascida em uma tradicional e abastada família de Vila Rica, em 1779, lendo às escondidas, Beatriz acabou alcançando uma formação intelectual bastante incomum às mulheres de seu tempo. Como mostra Pereira (2005, p. 45), “driblando a vigilância de sua família, fixou-se como escritora” e teve “reconhecido o seu prestígio intelectual”. Em 1829, o jornal *O Universal*, de Vila Rica, anuncia a intenção da poetisa de abrir uma escola para meninas e, no ano seguinte, há registros que comprovam a fundação da escola da qual Beatriz torna-se diretora. Ela foi uma das primeiras mestras mineiras aprovadas em exame público para a carreira docente.

Aos 34 anos, idade considerada em sua época bastante tardia para o matrimônio, Beatriz Brandão casa-se com o alferes Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga, que, além de ser seis anos mais jovem que a escritora, não pertencia a uma família da nobreza como a família Brandão. Notícias de jornais de Vila Rica do período comprovam que o casamento não correspondia ao desejo da família da escritora, além de reportarem as inúmeras brigas judiciais que se seguiram entre o alferes e a família de Beatriz. Após 26 anos de casamento, dos quais sete a autora viveu afastada do marido, Beatriz teve o seu pedido de divórcio concedido. A partir daí, a autora muda-se para o Rio de Janeiro e posteriormente passa a viver na Corte, o que estreita sua amizade com duas outras escritoras do Rio oitocentista, a gaúcha Delfina da Cunha e a jornalista baiana Violante Atabalipa.

Além de educadora, Beatriz foi regente de coral, musicista, desenhista, poetisa e tradutora de teatro e de poesia italiana e francesa. Compôs o Hino do Fico e possivelmente também o Hino da Independência. Prima de Maria Doroteia, noiva de Tomás Antônio Gonzaga,

Beatriz Brandão tinha 13 anos quando Tiradentes foi enforcado e acompanhou o sofrimento da prima quando Tomás Gonzaga foi preso e degredado para Moçambique (BARBOSA, 1986, p. 97).

Curiosamente, o nome de Maria Doroteia, comumente associado à figura amorosa que passou a viver como uma “sombra recolhida” após o exílio de seu amado, acabou ganhando mais amplitude que o da prima escritora, que aos 60 anos, após divorciar-se, muda-se para o Rio de Janeiro, torna-se amiga de editores e intelectuais da época, associa-se a outras mulheres escritoras e, com o apoio de alguns editores locais, publica boa parte de sua produção poética. Como explica Pereira (2011), o nome de Maria Doroteia provavelmente acabou se popularizando mais em decorrência de sua associação à história da Inconfidência Mineira. Outra contemporânea de Beatriz Brandão que acabou tendo o nome bem mais divulgado que o da escritora é Bárbara Heliadora. A esse respeito, explana Cláudia Pereira:

[...] Bárbara Heliadora é um caso à parte. Curiosamente, a esposa de Alvarenga Peixoto figura, até hoje, nas principais histórias da Literatura brasileira como escritora, embora haja dúvidas em relação à sua obra, composta, ao que se sabe, por dois textos poéticos atribuídos ora a ela, ora a seu marido: “Amada Filha” e “Conselhos”. [...] em 1956, Domingos Carvalho da Silva publica as *Obras Poéticas de Alvarenga Peixoto*, de onde exclui os dois poemas, esclarecendo que basta a leitura deles para que se prove não serem do inconfidente, o que só pode indicar que sejam de sua esposa, Bárbara. [...] Ainda assim, o fato de Bárbara figurar nas antologias literárias com a desenvoltura sonhada pela maioria de suas contemporâneas parece dever-se, se não a um homem, a um movimento político hegemonicamente masculino, a Inconfidência Mineira. (PEREIRA, 2011, p. 62-63)

Como ressalta Pereira (2005, p. 46), “mesmo que variem as antologias, a lista de escritoras do período é sempre a mesma”. Além de Bárbara Heliadora, é possível destacar os nomes de Rita Joana de Souza, Ângela do Amaral, Nísia Floresta, Inês Sabino, Júlia Lopes, Francisca Júlia e Auta de Sousa. Apesar de os textos de algumas dessas autoras não explicitarem as dificuldades por elas encontradas para a produção literária, os dados biográficos disponíveis já são suficientes

para comprovar esses entraves. Para começar, vale destacar o pouco acesso que as mulheres tinham à leitura nesse período. Como mostra Luiz Carlos Villalta,

[...] na colônia, do século XVI ao XIX, as bibliotecas privadas, além de contar poucos títulos, existiam em pequeno número e tinham como proprietários, quase sempre, membros da elite, cujos ofícios exigiam uma educação mais apurada. Havia também os livros considerados proibidos, permitidos apenas aos que o obtinham por concessão régia, geralmente baseada no ofício do postulante. Mesmo assim, os que pudessem possuí-los em casa deveriam armazená-los em estante trancada e protegida por uma rede de arame, evitando que pessoas não autorizadas os lessem. (VILLALTA *apud* PEREIRA, 2005, p. 43)

Se conquistar o direito de acesso ao conhecimento não era tarefa fácil a essas mulheres, a possibilidade de expor tal conhecimento era ainda mais inimaginável. Além de vencer os entraves físicos que impediam o acesso aos livros, as mulheres do Brasil Colônia e, mesmo logo após a independência do país, precisavam encontrar formas de escape que permitissem sua formação fora dos olhares de seus familiares. Como relata Pereira (2005), ao que tudo indica, Beatriz Brandão teria aprendido os idiomas italiano e francês de forma autodidática. É ainda importante ressaltar que o francês, em decorrência de sua associação com os valores de igualdade, liberdade e fraternidade, apregoados pela Revolução Francesa, era visto como “língua maldita” e, portanto, seu aprendizado era ainda menos aceito no caso de uma mulher no interior de Minas ao longo do século XIX.

Em *Cantos da mocidade* (1856), primeiro livro publicado pela autora, Beatriz Brandão pede a seus leitores que considerem tais dificuldades ao julgar criticamente sua produção. A autora também menciona seus “estudos solitários” e destaca as perseguições que perturbaram o que ela denomina como “melhores anos de sua existência”. Beatriz Brandão deixou publicada cerca de 12 obras (PEREIRA, 2005, p. 50).

O livro *Cantos da mocidade* foi publicado pela tipografia de Paula Brito, importante nome do cenário editorial carioca no século XIX. Paula Brito era o responsável pela edição do jornal *Marmota Fluminense*, periódico cuja linha editorial visava a inclusão das mulheres

não só como leitoras, mas também como escritoras, em um claro desafio ao pensamento vigente sobre a função social das mulheres durante o período de circulação do jornal. Ao longo de sua história, esse periódico teve três nomes distintos: surgiu, em 1849, com o título de *A Marmota na Corte*; em 1852, passou a se chamar *Marmota Fluminense*; e, a partir de 1857, simplesmente *A Marmota*.

O jornal, que publicou o primeiro conto de Machado de Assis, intitulado “Ela”, circulou no Rio de Janeiro entre 1849 e 1861 e contou em suas páginas com a presença constante de pelo menos 16 escritoras. Beatriz Brandão publicou com grande regularidade nesse periódico, especialmente em 1855 (PEREIRA, 2005). Sobre o destaque dado pelo *Marmota* às produções femininas e à ligação das mulheres com a literatura, Cláudia Pereira expõe:

A linha editorial do jornal e muitos de seus colaboradores empenhavam-se na tarefa de fazer circular artigos que primavam pela exaltação das qualidades intelectuais da mulher e da abertura de espaços tipográficos que abrigassem as produções literárias femininas. Entre esses, vale ressaltar os intitulados “A Marmota e o belo sexo” e “Nós e o belo sexo”, que tratam especificamente das relações entre o jornal, as leitoras e as escritoras. [...] Opondo-se ao status quo, Brito considerava as senhoras não só a ler o seu periódico, mas a nele escrever. Assim, era comum ver-se em o *Marmota* artigos que, enaltecendo o sexo feminino, discutem as razões do preconceito que leva à exclusão da sociedade intelectual as mulheres, bem como textos poéticos de inúmeras colaboradoras, representadas, principalmente, por Beatriz Brandão, Ana Flora da Silva Maia, Dona Firmina, Joana de Noronha, Méry, Alcipe, Dona Umbelina Gertrudes de Escobar e Aquino e Dona Narcisa de Vilar. (PEREIRA, 2005, p. 65-66)

A partir do exposto, torna-se compreensível o porquê da publicação do primeiro livro de Beatriz Brandão, *Cantos da mocidade*, ter se dado pela tipografia Paula Brito. Poucos eram os espaços que possibilitavam a publicação de textos escritos por mulheres. *Cantos da mocidade* foi editado em Niterói por Cândido Martins Lopes. No livro, Beatriz Brandão afirma ter vencido “mil tropeços e dificuldades” difíceis de serem explicados a fim de poder expressar a seus leitores “os sentimentos mais íntimos de sua alma”. Dentre os temas abordados pela poetisa,

é possível destacar o envelhecimento, o amor, a saudade, a condição feminina e o fazer literário. O acolhimento à publicação parecia se restringir aos poucos periódicos ou editoras que se afiliavam à causa da emancipação feminina. Nesse sentido, também é possível destacar, dentre os primeiros textos publicados pela autora, ainda em Minas Gerais, aqueles que foram editados pelo jornal *O Mentor das Brasileiras*, periódico que se dedicava à formação intelectual das mulheres, como apontado por Pereira (2011).

As traduções publicadas pela autora, *Cartas de Leandro e Hero* (traduzidas do francês) e *Catão*, drama de Metastasio (traduzido do italiano), exibem dados autobiográficos, sugerindo a percepção da autora em relação ao papel da alteridade no processo tradutório. Beatriz Brandão deixou publicados 135 textos, reunidos por Cláudia Gomes Pereira na obra *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. No entanto, o primeiro verbete de dicionário dedicado ao nome da escritora menciona apenas sua primeira publicação, *Cantos da mocidade*. O verbete foi publicado um ano antes da morte de Beatriz e pode ser encontrado no *Dicionário bibliográfico*, de Inocêncio Francisco da Silva (PEREIRA, 2005). Pereira (2005, p. 30) ressalta que “Beatriz morreu sem ver publicada a maior parte de seus poemas e, ainda hoje, no terceiro milênio, continuam ela e seus textos na obscuridade”. O trabalho de resgate e divulgação das escritoras oitocentistas amplia a história de nossa literatura e possibilita uma revisão da participação feminina na construção de nossa historiografia. Como afirma Pereira (2011, p. 18), ao iluminar a história esquecida de nossas escritoras, é como se pudéssemos redimir, “em cada mulher de hoje, uma que a precedera”.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- _____. *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Lisboa: Clepul, 2011.

OS TONS DE BRANCA: A PALETA LITERÁRIA DE BRANCA MARIA DE PAULA

Ozana Aparecida do Sacramento

Branca Maria de Paula, pode-se dizer, é uma escritora de várias tons, uma vez que escapa à monocromia de um único gênero e transita por várias veredas em sua escrita. Mineira de Aimorés, é licenciada em Filosofia pela UFMG e, ao longo de sua carreira, exerceu várias atividades: foi assessora do escritor Murilo Rubião, integrante da comissão de redação do suplemento literário do jornal *Minas Gerais*, repórter fotográfico do mesmo jornal, entre outras.

Fotógrafa, escritora, roteirista, Branca Maria de Paula iniciou sua carreira literária em 1978, quando seu conto “Fundo infinito” foi premiado no 3.º Concurso Nacional de Contos Eróticos da revista *Status*, já extinta. O conto foi censurado e só publicado na íntegra um ano depois, num encarte da mesma revista.

Seu primeiro livro, *A mulher proibida*, foi publicado em 1980. Daí em diante, a autora vem escrevendo e publicando textos de diversos gêneros. E, por seu trabalho, Branca Maria de Paula recebeu vários prêmios, dos quais aqui se destacam os seguintes: o prêmio Jabuti (1987) de Melhor Produção Editorial, por *Truques coloridos*; o Grande Prêmio Minas de Cultura, da Secretaria Estadual da Cultura, por *Um fio de camelo*; e a menção Altamente Recomendável, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, por *Pacífico, o gato*.

Em sua incursão pela sétima arte, produziu alguns roteiros. *Kozmic Blues* foi o primeiro, em parceria com Paulo Augusto Gomes.

Escreveu também *O colecionador de memórias*, em colaboração com José Américo Ribeiro, e *Amor barroco*, longa-metragem de ficção. Em 1994, publica a biografia *Luz del Fuego, a bailarina do povo*, juntamente com Cristina Agostinho e Maria do Carmo Brandão, que, segundo Rocha e Lana (2020, p. 7), é um dos poucos trabalhos de fôlego sobre a famosa artista das décadas de 1950 e 1960.

Em 2017, a autora lança seu primeiro romance – *Luz paralela* – em *e-book* e, em 2020, em versão física. Em entrevista ao jornal *O Tempo*, Branca fala sobre a longa jornada de confecção do romance, que se iniciou em 1990 e lhe exigiu pesquisa: “Foi uma construção demorada, que demandou pesquisa em várias áreas e leituras direcionadas principalmente para o campo da ufologia: a primeira versão no meu computador aparece num documento de 2002” (CASSESE, 2020).

A escritora tem trilhado os caminhos da poesia e o tom delicado e incisivo do fazer poético da escritora pode ser apreciado em “Roteiro para um ano feliz”, publicado no *Suplemento Literário de Minas Gerais*, em 2018. Nesse “conto-folhinha”, como é designado no editorial que abre a publicação, Branca Maria de Paula cria, para cada mês, uma espécie de previsão lírica, calcada em desígnios singelos e esperançosos. Antecede os textos referentes aos meses o poema “Preliminares”, que oferece recomendações para superar as dificuldades vindouras, e a derradeira delas é escutar os sons da natureza.

Preliminares

Chutar aquela pedra do caminho.
Em rua sem saída, dar marcha a ré.
Perder o trem, mas não perder o rebolado.
Apostar no bom humor contra todos os males.
Exercitar a palavra e o silêncio.
Abrir portas secretas.
Reverenciar o mistério.
Escutar conversa de vento, rio, mar, bananeira, passarinho, cachoeira...
(PAULA, 2018, p. 3)

Finalizando esse calendário poético, a escritora nos apresenta, no mês de dezembro, imagens que revelam a simultânea presença/ausência das coisas para falar mais uma vez da esperança, que é o renascimento.

E, se há preliminares, há o desenlace, em que os três verbos no infinitivo – insistir, refazer, recomeçar – indicam ações importantes para o nosso viver, que naturalmente continua seu ciclo no calendário.

Dezembro

O que seria do escuro se não fosse a luz
E do silêncio, o que seria, não fosse o eco?
O sonho se encarnou entre nós, avivando o mundo.
Renascemos.

Desenlace

Insistir. Refazer. Recomeçar.
Viver, ora essa, naturalmente!
(PAULA, 2018, p. 7)

Outra tonalidade literária explorada pela escritora é a das narrativas curtas. Além do conto premiado pela revista *Status*, a autora tem produzido contos para publicações individuais ou coletivas. Entre suas publicações individuais, encontram-se estas: *A mulher proibida* (1980), *Fundo infinito* (2005), também publicado na Itália; *Nanocontos* (2019); e *Flor carnívora & algo mais* (2019). *Carne viva: poesia erótica* (1984), *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras portuguesas e brasileiras* (2005) e *69/2 contos eróticos* (2006) são alguns exemplos de obras coletivas das quais Branca Maria de Paula participou.

Em sua vertente contística, ela cultiva uma mirada esmiuçadora sobre a realidade que ficcionaliza em suas narrativas. Tratando de miudezas tão profundas do cotidiano, das questões relativas à condição feminina, do erotismo, entre outros temas, Branca é precisa no manejo da linguagem, que, não raro, é matizada com ironia. No conto “No meio da palha”, é explícito o diálogo com o clássico de Charles Perrault. Naquela, a narradora, diferentemente da ingênua Chapeuzinho Vermelho do conto infantil, usa de táticas eróticas para seduzir o lobo, agora transformado em cordeirinho:

Fui falando assim, falando e me aproximando e notei que as orelhas dele tremiam, que o rabo murchou de repente e que baixou o focinho

quando parei na frente dele. E também baixou as pálpebras, envergonhado, quando insisti em olhar ele nos olhos. [...]. Então resolvi mudar de tática. Estendi a mão e num gesto rápido arranquei-lhe as patas, as orelhas e o rabo. Comi aquele cordeirinho ali mesmo, no meio da palha, a poucos passos da casa da VOVÓ. (PAULA, 2006, p. 110)

No fragmento acima, observa-se que a perspectiva masculina, tradicionalmente presente em narrativas de cunho erótico, é alterada, pois é a personagem feminina que toma a iniciativa e, ao arrancar a fantasia de lobo, revela um tímido cordeirinho, que é comido por ela. O uso do verbo “comer”, com conotação sexual, é típico do vocabulário masculino e seu emprego pela personagem/narradora revela-nos uma nova perspectiva para a condição feminina.

A escrita de cunho erótico de Branca Maria de Paula não se reduz a temperar as narrativas com sensualidade e jogos sexuais. O trato com a linguagem, o emprego de recursos diversos, como a intertextualidade, ilustrada acima, a estruturação da narrativa, entre outros atributos, conferem aos contos da escritora, eróticos ou não, um cunho singular, uma insubmissão contra certas condições humanas.

Na paleta literária de Branca Maria de Paula, há uma expressiva produção na área infantojuvenil. Já são mais de 15 publicações, entre as quais obras individuais e coletivas. O primeiro livro – *Um livro mágico* –, de 1985, dedicado a crianças de 5 a 8 anos, prima pela sonoridade e pela fantasia. Entre seres mágicos, animais, nuvens, sol e situações extraordinárias, o que se torna efetivamente mágico é a própria leitura musical e encantatória. A magia é o próprio livro.

Em 1985, é também publicado o volume de contos *O desfecho da peça*. No ano seguinte, é a vez do premiado *Truques coloridos*, em que o universo do encanto e da magia permanece. O mágico que magnetiza as crianças e os adultos, fazendo-os rir e chorar e fazendo aflorarem tantos outros sentimentos, é a televisão.

No também premiado *Um fio de camelo* (1992), o simpático animal mencionado no título, desejoso de viver aventuras e fugir à monotonia, quer passar pelo buraco da agulha. Relembrando a conhecidíssima parábola bíblica sobre impossibilidade, a narrativa evoca a superação de desafios, a possibilidade de realização dos sonhos.

Em *Pacífico, o gato* (1999), Branca Maria de Paula se alia ao pintor e ilustrador Aldemir Martins, um dos maiores nomes das artes

plásticas brasileiras. As belas ilustrações de Martins compõem um conjunto imagético em que entram fotografias e desenhos. Nessa narrativa, o felino é mostrado com suas peculiaridades, entre as quais o mistério, a elegância, a agilidade e a independência. De forma lúdica, utilizando-se de uma linguagem simples e rimada, o felino Pacífico é apresentado ao leitor, e este acaba por conhecer um gato de rua que habita a casa e a vida de uma família, vivendo, assim, aventuras felinas.

Quando está com fome, ele mia.

Quando tem sede, bebe água da pia.

Se quer atenção, ele apronta confusão.

Se quer carinho, mia à toa, numa boa.

Para cada coisa que sente,

tem um miado diferente.

O resto do tempo,

ele passeia sozinho

ou dorme aqui e ali,

todo enroladinho.

Pacífico adora dar cambalhotas no ar,
como se fosse trapezista.

Outras vezes, banca o equilibrista:
fica se exibindo nas alturas.

Nem se importa com meus apuros.

(PAULA, 1999)

Em 2002, a autora lança *Janelas de domingo*, em parceria com Ronaldo Simões Coelho, autor de aproximadamente 70 livros infantojuvenis. Nessa obra, o ponto de partida é a navegação. Em frente ao computador, viaja-se com prazer e curiosidade. Assim, as janelas vão se abrindo diante dos olhos dos curiosos internautas num domingo.

Dia azul.

Céu claro.

Sol maior.

E os meninos em volta do computador.

O pai reclama.
A mãe bate a porta, sai de casa.
Mas ninguém escuta.
Os internautas simplesmente viajam.
Quando partem? Mistério.
Quando voltam? Segredo.
(PAULA; COELHO, 2002)

Em *O peixe e a onda* (2009), a narradora conta seu esforço para salvar um peixinho que ficara preso numa poça na praia. A menina busca a ajuda de toda a família para salvar o peixinho. Numa linguagem simples e sensível, a pequena narradora vai contando o seu empenho, o da mãe e o dos irmãos para salvar uma vida e não importa se é apenas um peixe prateado:

Pouco depois, ele começou a abanar a calda e finalmente conseguiu sair do lugar. Mesmo assim nadava torto, só na superfície. De vez em quando cansava, parava e voltava a boiar quieto.
– Acho que não vai ter jeito mesmo – falei.
– Claro que vai. É preciso ter paciência, ele está fraquinho, passou muito apertado – ponderou mamãe.
– É mesmo, hein, mãe? Que sufoco! Mas se a gente quiser de verdade ele pode viver, não é? Não pode, mãe? – Victor perguntou.
Mamãe respondeu que o importante era fazer tudo para ajudá-lo. E que se tivéssemos carinho como ele, ia dar certo, mas precisava ter paciência.
– Acho que sim, ele vai viver – disse com um suspiro. (PAULA, 2009, p. 14)

Nessa pequena amostra da produção infantojuvenil da autora, pode-se notar a disposição em construir narrativas que, por meio de muita fantasia, estimulam a imaginação e a capacidade crítica dos pequenos leitores. Além disso, há um esmerado trabalho com a linguagem, no qual se privilegia a sonoridade e um vocabulário mais próximo da criança.

A obra de Branca Maria de Paula é vária e move-se das cores incandescentes das narrativas eróticas até as mais ternas das histórias infantis. Porém, seja qual for o gênero textual em que os textos se apresentem, sempre presente estará a acurada arquitetura textual e o olho armado para a condição humana.

REFERÊNCIAS

- CASSESE, Patrícia. Branca Maria de Paula lança versão física de 'A Luz Paralela'. *O Tempo*, Belo Horizonte, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/branca-maria-de-paula-lanca-versao-fisica-de-a-luz-paralela-1.2418679>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- PAULA, Branca Maria de. *Pacífico, o gato*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- _____. No meio da palha. In: CLAVER, R. (org.). *69/2 contos eróticos*. Belo Horizonte: Leitura, 2006. p. 109-110.
- _____. *O peixe e a onda*. São Paulo: Larousse Júnior, 2009.
- _____. Roteiro para um ano feliz. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 1.376, jan./fev. 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/index.php/pt-br/suplemento-litelario/edicoes-suplemento-literarios/2018/122--100/file>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- _____; COELHO, Ronaldo Simões. *Janelas de domingo*. São Paulo: Atual, 2002.
- ROCHA, Everardo; LANA, Lígia. Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil. *E-Compós*, v. 23, 8 abr. 2020.

SE AINDA É PRECISO (RE)APRESENTAR CAROLINA MARIA DE JESUS...

“SE ESSE DIÁRIO FOR PUBLICADO VAI MAGOAR MUITA GENTE”: REFLEXÕES SOBRE O CAMPO LITERÁRIO EM *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Luiz Henrique Oliveira

A proposta deste ensaio é refletir sobre os posicionamentos acerca do campo literário, contidos no livro *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Entenderemos “campo” segundo o conceito de Bourdieu (1982), isto é, como espaço de ordem simbólica, pautado por disputas entre agentes, dotado de regras próprias e relativa autonomia em relação à realidade. Carolina, por meio de sua condição “improvável”, discute não apenas aspectos do cotidiano, como boa parte de sua fortuna crítica tem demonstrado. A miséria, a desigualdade, os dilemas étnicos e raciais, o sentido da vida, as relações humanas, entre outros aspectos, de fato se fazem presentes nos textos da autora. Porém, por trás de tais assuntos, há diversas camadas metafóricas que convidam o leitor a refletir sobre dinâmicas inerentes ao campo literário. Entre essas dinâmicas estão:

- a) o acúmulo de capitais necessários à participação do campo;
- b) as particularidades do campo, motivadas por regras próprias e “aceitas” pelos participantes;
- c) as disputas entre os estabelecidos e os recém-chegados.

Diante de um cenário de limitações de inúmeras ordens, Carolina Maria de Jesus tece, em seu referido diário, uma crítica plausível, por meio de sua escrita de “dupla consciência”, para usarmos um termo de Gilroy (2001).

Carolina Maria de Jesus é mineira de Sacramento (MG), nascida em 14 de março de 1914, filha de migrantes que vieram trabalhar na zona rural de nosso estado. Aos nove anos, Carolina teve a chance de se matricular no colégio Allan Kardec, onde estudou por dois anos. Na época, o educandário abrigava crianças pobres, desde que sustentadas por pessoas influentes e abastadas. Maria Leite Monteiro de Barros, para quem a mãe de Carolina trabalhava como lavadeira, foi decisiva para os estudos da autora de que tratamos neste ensaio.

Em 1947, Carolina mudou-se para São Paulo. Naquela década, a cidade já vivia significativo processo de expansão e modernização. Com o acelerado crescimento da cidade, surgiam as favelas. Em uma delas, mais especificamente no Canindé, residiram Carolina e seus três filhos: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima. Para garantir subsistência, Carolina catava materiais reciclados nas ruas da capital paulista. Carolina encontrou livros os mais diversos e se tornou, de modo para muitos improvável, leitora voraz. Como consequência, criou o hábito de escrever, tendo por suporte os materiais que encontrava: cadernos, cadernetas, embalagens, retalhos de papel, entre outros.

Carolina foi “descoberta” pelo jornalista Audálio Dantas na década de 1950. Segundo estudiosos da autora, como Meihy e Levine (1994), por exemplo, Carolina estava em uma praça vizinha à comunidade, quando percebeu que alguns adultos estavam destruindo os brinquedos ali instalados para as crianças. Sem pestanejar, Carolina ameaçou denunciar os infratores fazendo deles personagens de seus escritos. Intrigado com o que presenciara, Audálio foi ter com a escritora e se deparou com inúmeros cadernos, onde ela registrava as suas impressões do cotidiano, suas criações ficcionais e suas reflexões de ordem crítica. “Percebendo, portanto, a potência do material, Dantas de imediato se interessou pelo ‘fenômeno’ que tinha em mãos e se comprometeu em reunir e divulgar o material” (CAROLINA, 2020). Sob organização de Dantas e autoria de Carolina Maria de Jesus surge, em 1960, a obra que se tornaria sucesso editorial da época: *Quarto de despejo* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves). Farias (2018) estima que 30 mil exemplares foram vendidos logo na primeira edição,

chegando ao total de cem mil exemplares vendidos, na segunda e terceira edições do livro. O livro foi traduzido para dezenas de idiomas e distribuído em mais de 40 países.

Carolina publicou três livros em vida: *Casa de alvenaria* (São Paulo: Livraria Francisco Alves/Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1961); *Pedaços de fome* (São Paulo: Águila, 1963); e *Provérbios* (São Paulo: [s. n.], 1963). Em 13 de fevereiro de 1977, a autora faleceu, em um pequeno sítio, na periferia de São Paulo.

Diário de Bitita (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986) foi publicado postumamente. José Carlos Sebe Bom Meihy reuniu um conjunto de poemas inéditos de Carolina sob o título *Antologia pessoal* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996). No mesmo ano, Bom Meihy e Roberto Levine organizaram o volume de memórias *Meu estranho diário* (São Paulo: Xamã, 1996). Mais recentemente, Raffaella Fernandez organizou *Onde estaes felicidade?* (São Paulo: Me Parió Revolução, 2014), volume de contos, memória e estudos críticos. Por fim, Raffaella Fernandez também foi responsável pela compilação de *Meu sonho é escrever* (São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018), que reúne contos até então inéditos e outros escritos da autora mineira.

Gostaria aqui de enfatizar um aspecto: a narrativa de denúncia, tão corrente na década de 1960, ganha em *Quarto de despejo* deslocamento de olhar e perspectiva. A pobreza foi relatada do ponto de vista de quem sofreu para contar. O sofrer aqui, ao nosso ver, traz uma camada de sentido adicional: ao seu modo, com seus recursos e possibilidades, Carolina Maria de Jesus teceu reflexões sobre o campo editorial, espaço tão almejado por ela e, ao mesmo tempo, tão hostil às escritoras negras e aos escritores negros, sobretudo quando pobres. Se, por um lado, os trabalhos da crítica carolinense têm lançado importantes luzes sobre a obra da autora – de Sebe Bom Meihy e Roberto Levine a Tom Farias, passando por Eliana de Moura Castro, Marília Machado, Joel Rufino dos Santos e Raffaella Fernandez, só para citarmos alguns nomes –, por outro lado, não há reflexões sobre os posicionamentos da autora no que diz respeito ao campo literário. Sem a pretensão de realizar aqui ampla e definitiva discussão, queremos chamar a atenção para três aspectos da obra *Quarto de despejo*, entendida como *narrativa metafórica em que Carolina discute o campo literário e suas dinâmicas*. Arriscamos dizer que a escritora não se atém aos elementos de ordem cotidiana e social no referido livro.

A autora insere na narrativa debates sobre três particularidades do campo literário, conforme anunciamos anteriormente, a saber: a) o acúmulo de capitais necessários à participação do campo literário; b) as particularidades do campo literário, motivadas por regras próprias e “aceitas” pelos participantes do campo; c) as disputas entre os estabelecidos e os recém-chegados. Ainda que brevemente, pretendemos explorar nas próximas páginas essas particularidades, por meio da análise de trechos de *Quarto de despejo*.

QUARTO DE DESPEJO E A CRÍTICA AO CAMPO LITERÁRIO

De acordo com Pierre Bourdieu, o campo literário é definido por uma “rede ou configuração de relações entre posições definidas objetivamente nas determinações impostas aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação” (BOURDIEU, 1982, p. 72). A situacionalidade, para o pensador, pauta-se pelo jogo de “legitimações – trocas e transferências de capitais de ordem simbólica” (BOURDIEU, 1982, p. 72-73) capaz de ascender uns à centralidade e outros à periferia do próprio campo. É nesse universo que se localiza Carolina Maria de Jesus. Embora tenha sido responsável por volumosa produção, os seus escritos ainda causam algum incômodo em inúmeros agentes do campo. Prova disso é o constante e insistente debate sobre o estatuto literário da escrita da autora.

Ciente de estar imersa num universo de disputa e em posição nada hegemônica, Carolina não se escusa de debater questões centrais para o estabelecimento dos autores periféricos (e dela mesma) na cena literária. Obviamente, a autora não pode, ao seu tempo, contar com o apoio da educação formal por longos anos, tampouco com os aportes teóricos sobre a arte, como os trabalhos de Pierre Bourdieu, por exemplo. É de se considerar, todavia, que a autora insere em seus cadernos, mais especificamente em *Quarto de despejo*, reflexões que vão além dos aspectos repisados pela crítica. Vejamos.

Carolina sabe que a ascensão social pode passar pela escrita. Aliás, ela tem plena convicção de que não lhe será fácil participar do campo literário, se movida apenas pela denegação dos lucros. Dizemos aqui dos lucros de ordem simbólica e financeira. Se, como explica Bourdieu, o artista abre mão, num primeiro momento, de receber os

resultados econômicos de seu trabalho, porque pretende se estabelecer na centralidade simbólica do campo e abrir mão do capital financeiro – inicialmente, é uma estratégia de legitimação –, essa opção não é possível para Carolina. A autora em questão tem plena consciência de que, ao fazer menção ao dinheiro, parte dos agentes do campo olharão para os escritos dela com certa rejeição.

O sonho-intenção da autora fica expresso no desejo de obtenção dos lucros econômicos de seu trabalho literário, o que é legítimo e urgente, dadas as condições de vida da autora: “eu estou escrevendo um livro para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela” (JESUS, 2000, p. 25).²³

Sugerimos aqui compreender a favela em duas dimensões: num sentido mais imediato, como espaço social, ou seja, aglomerado de barracos e sujeitos, tipo de local onde residia a escritora; e, num sentido metafórico, como periferia do campo literário. Se esse segundo sentido for levado adiante, poderemos, quiçá, vislumbrar que a favela oferece cenas que nutrem a faceta testemunhal de *Quarto de despejo*, mas também nutre a faceta metaforicamente crítica por meio da qual Carolina percebe o campo literário. A favela oferece cenas desagradáveis no que diz respeito à pobreza. Mas as cenas desagradáveis de exclusão também podem ser oferecidas por aqueles que não estão na favela, mas a enxergam com a lente do preconceito. “Vou escrever um livro referente à favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês, com essas cenas desagradáveis, me fornecem os argumentos” (JESUS, 2000, p. 17). Arriscamos dizer que a escritora critica o olhar estigmatizante daqueles que ocupam não “a favela do campo literário”, mas “a zona sul” do campo da criação. Afinal, está em disputa o espaço entre os estabelecidos e os recém-chegados ao campo literário. A chegada ao campo literário de textos como os de Carolina altera o estado de coisas do próprio campo.

²³ Sempre que houver citação direta do texto de Carolina Maria de Jesus, faremos a revisão textual. Em diversas situações, temos nossos textos revisados. É justo fazer o mesmo com o texto da autora. Carolina não “escreve errado”, como muitos insistem em afirmar. O propósito comunicativo é plenamente atingido e os desvios gramaticais são apenas resultado da pouca escolarização formal a que teve acesso a escritora.

Outro aspecto que nos ajuda a sustentar a nossa argumentação é a reflexão de Carolina sobre seu ato criativo. “Procurei um lugar para eu escrever sossegada. Mas aqui na favela não tem esses lugares” (JESUS, 2000, p. 91). Na periferia (social e do campo) não há “sossego”. No primeiro plano, os infortúnios da vida não permitem à autora o tempo e o ócio necessários à criação. Num segundo plano, o sossego não existe para quem deseja participar do campo literário e é constantemente repellido desse campo pelos agentes já estabelecidos nele. Sobra à autora, então, disposição (no sentido bourdieiriano) para resistir à exclusão do campo: “todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2000, p. 19). O esforço constante do recém-chegado ao campo é tentativa de superar as “deficiências” de estabelecimento de redes e trânsito de capitais de ordem simbólica e social.

Um desdobramento da percepção desse lugar é confessado pela autora quando ela relata a um amigo as barreiras que encontra para materializar seu pensamento em forma de produto editorial: “pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprimem o que eu escrevo porque eu sou pobre e não tenho dinheiro para pagar” (JESUS, 2000, p. 117). O relato mostra que a condição socioeconômica da autora foi um dos empecilhos para que ela pudesse publicar sua primeira obra. Aliás, tem sido a condição socioeconômica um empecilho até hoje para muitos produtores de literatura oriundos dos grupos menos abastados. Os recém-chegados ao campo são vistos como apostas por inúmeras casas editoriais, as quais não querem arriscar perder dinheiro com autores não consagrados. Logo, até que reúnam capitais e prestígio no campo, os novatos tendem a arcar com os custos de suas primeiras publicações.

Por fim, *Quarto de despejo* traz em si discussões sobre algumas particularidades do campo literário, o qual, como sabemos, é motivado por regras próprias e “aceitas” pelos participantes. Entre essas particularidades encontra-se a imagem do escritor (se não no campo literário brasileiro, ao menos no senso comum) como sujeito branco e masculino. “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles me respondiam: – É uma pena você ser preta” (JESUS, 2000, p. 58). O racismo sentido na dura experiência da catadora de papel também é experimentado por Carolina-autora no universo artístico. A cor

da pele funciona como “jaula”, como aponta Mbembe (2014), construída no imaginário da branquitude para aprisionamento do corpo e do ser negro a determinadas imagens e lugares. Imagens e lugares, para Mbembe, fazem parte do “ecrã para a apreensão do sujeito, da sua vida e das [suas] condições de produção” (MBEMBE, 2014, p. 30). Se o campo literário é motivado por relativa autonomia e dotado de regras próprias e “aceitas” pelos participantes, parece ser plausível a denúncia da autora de que o campo não é de fácil acesso ao escritor negro. Parece haver uma aceitação tácita de que o escritor brasileiro é “naturalmente branco”.

Carolina adota, então, tom crítico que permanecerá afinando seus escritos testemunhais. Ela tem nos seus irmãos de sofrimento os seus pares e na luta contra a miséria a razão de escrever: “os bons eu enalteço, os maus eu critico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria” (JESUS, 2000, p. 54). Essa tensão entre universos, aliás, faz parte da estratégia criativa da escritora. Podemos, com Gilroy (2001), chamar essa estratégia de “dupla consciência”. Para Gilroy, os textos elaborados por autores que escrevem com base em suas experiências de viagem e exílio (exílio dentro do próprio país ou campo, por que não?), “expressam o poder de uma tradição de escrita na qual a autobiografia se torna um ato ou processo de simultânea autocriação e autoemancipação” (GILROY, 2001, p. 151).

O sujeito negro, na perspectiva de Gilroy, encontra-se dividido entre as afirmações de particularidade racial e o apelo aos universais modernos que transcendem a raça. No seu modelo de análise, a dupla consciência emerge das experiências de deslocamento e reterritorialização das populações negras, que acabam redefinindo o sentimento de pertença. Imersa nessa realidade, Carolina compartilha ao lado de outros escritores negros “a percepção de que o mundo moderno está fragmentado ao longo de eixos constituídos pelo conflito racial” e acomoda “modos de vida social assíncronos e heterogêneos em estreita proximidade” (GILROY, 2001, p. 151). Essas formulações se casam perfeitamente com a preocupação de Carolina Maria de Jesus na formatação de uma textualidade negra que possa relacionar, combinar e unir as experiências dela mesma na realidade social e no campo literário.

“Eu percebo que se esse diário for publicado vai magoar muita gente” (JESUS, 2000, p. 69), escreveu Carolina. Ela sabia que a *publicação*

em livro é um modo de expor a si e as dinâmicas do campo literário. Tal exposição causaria mal-estar nos agentes do campo literário de seu tempo, pois haveria o incômodo em ver uma escritora negra vendendo livro, vale dizer, ocupando espaço social historicamente resguardando aos escritores brancos, herdeiros dos privilégios de cor e classe. Carolina, ao tecer críticas de ordem social, portanto, deixa perceber – por meio de metáforas – críticas ao funcionamento do campo literário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CAROLINA Maria de Jesus. Literafro, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FARIAS, Tom. *Carolina, uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 2000.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CIDINHA DA SILVA: ESPAÇOS DE AUTORIA, ALTERIDADE, INTERDISCURSIVIDADE E RESISTÊNCIA

Maria do Socorro Vieira Coelho

*Chega de nos colocarem em caixinhas que respondem
à percepção rasa do que somos, temos complexidade,
exigimos ferramentas de análise mais sofisticadas.*

CIDINHA DA SILVA

INTRODUÇÃO

Analisar possíveis interações entre obras, com o intuito de abordar a categoria “autoria” na obra literária, é o objetivo deste ensaio, no qual expomos nossas ideias, reflexões e impressões, além de fazer uma avaliação sobre o tema selecionado.

Algumas obras de Cidinha da Silva, excertos de entrevistas escritas e orais e letras de canções utilizadas por ela constituem os *corpora* deste trabalho. Como suporte teórico, tomamos aspectos, conceitos e tópicos apontados por Foucault (2009), para tentar compreender o funcionamento de uma das mais específicas unidades, ou vozes interdiscursivas, o autor, ou seja, procuramos desvendar “a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (FOUCAULT, 2009, p. 267).

Na sequência, fazemos uma síntese sobre a vida da autora e as obras abordadas neste ensaio.

Maria Aparecida da Silva, conhecida como Cidinha da Silva, é escritora belo-horizontina, mas reside em São Paulo “entre idas e voltas, desde setembro de 1991”.²⁴

Conforme Scott (2020), “dentre todas as escritoras e escritores brasileiros contemporâneos, Cidinha tem uma das escritas mais singulares e vigorosas. Seu olhar alcança sutilezas do caos permanente, e da crueldade permanente, que é este nosso país chamado Brasil”. Na obra da referida autora, destacamos tanto sua qualidade quanto seu fazer durante os processos de escrita, de edição e de circulação do seu trabalho. Como bem informam as orelhas de seus livros, Cidinha é prosadora e edita livros pela Kuanza Produções, escreve crônicas, contos, ensaios e peças de dramaturgia, produz conhecimentos, provê insumos sobre africanidades, relações sociais e racismo para a formação de educadores, a elaboração de políticas públicas e a promoção da igualdade de oportunidades na seara dos livros, da leitura, da literatura e das bibliotecas brasileiras. Além disso, ensina e fala do ofício e da arte do escrever em cursos de curta ou longa duração, oficinas, conferências, palestras, *lives*, debates, entrevistas.

Salientamos a sua atuação como formadora de opinião nos espaços já mencionados e em redes sociais e para diferentes públicos. Ressaltamos, ainda, que a autora é blogueira desde 2008 e vem ocupando esses espaços preocupando-se mais com a qualidade do que com a quantidade de seguidores, tentando conectar-se com seu público em geral e estar acessível aos seus seguidores. Em relação ao lugar da sua produção literária, Cidinha da Silva prefere situá-la nos espaços da literatura negra, ou afro-brasileira, ou afrodiaspórica, ou, ainda, literatura de autoria negra (SILVA, 2020b).

DESENVOLVIMENTO

De étimo latino (*auctor, ōris*), “autor” é lexia com significado de “pessoa que produz ou compõe obra literária, artística ou científica” (HOUAISS, 2001, p. 351).

²⁴ Informação fornecida por Cidinha da Silva via Instagram em 1 fev. 2021.

Partindo desse significado, Foucault (2009) afirma ser importante conhecer o conceito da palavra “autor”, tanto para a história das ideias como para as áreas dos conhecimentos, das literaturas, das ciências, entre outras, porquanto precisam ser levados em conta na elaboração da história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia tanto o autor quanto a obra.

Para analisar a relação entre texto e autor e a maneira como aquele aponta para este, considerado como uma “figura exterior e anterior ao texto, pelo menos aparentemente”, Foucault (2009, p. 267-268) recorre a uma definição de Beckett, na qual se lê: “que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”. Com base nessa definição, Foucault salienta que há a questão ética, que precisa ser considerada na escrita contemporânea, e isso não pode ser ignorado, porque, se assim fizermos, se pretermirmos um traço ético, isso não significará apenas desconsiderar um traço característico do falar ou da escrita, mas menosprezar um tipo de norma imanente, usada continuamente. Trata-se de uso pragmático, não de produto que resultou da aplicação de uma regra.

Retomando a definição de Beckett (“que importa quem fala [...]”), suas assertivas, para Foucault (2009), não remetem à interpretação de que não exista autor no texto, mas que, como autor da escrita, ele desaparece empiricamente. Assim sendo, Foucault (2009) recomenda que se detectem e se identifiquem as lacunas deixadas pelo apagamento do autor, que se persigam cuidadosamente espaços e imprecisões e que se atente aos lugares, aos usos consentidos que a desapareição faz surgir.

Diante do exposto, percebemos que a relação do autor com o texto se configura entre Cidinha da Silva e sua escrita, porquanto congruente com o dito da própria autora (SILVA, 2012a): “as africanidades, a África reinventada na Diáspora e a África mítica são mananciais inesgotáveis, nos quais me alimento diuturnamente e os processo em minha vida, numa proporção ainda maior do que em minha literatura”. A título de ilustração, citamos, a seguir, um excerto da crônica “Cenas da Colônia Africana em Porto Alegre: o povo santo”:

Eu? De Batuque? De Nação? Nunca fui. Sempre gostei do tambor, não nego, mas de religião não participei. Eu e minhas primas frequentávamos a casa da *Dona Picurruxa*.

Assim tratávamos a famosa Mãe Apolinária.

A gente brincava no meio das coisas de santo, com as meninas da casa. Elas assustavam a gente, imitavam a gente, imitavam os médiuns incorporados. [...] Contam que a tal Iansã, senhora da cabeça de *Dona Picurruxa*, deu o aviso da morte dois anos antes de acontecer. Quando chegou a data prevista, 5 de junho de 1957, ela se foi num sopro. (SILVA, 2019c, p. 49)

Pois bem, o nome de um autor, além ser considerado um nome próprio, como qualquer outro, seguindo critérios gramaticais e ortográficos da língua portuguesa, assume papéis, funções. Trata-se de uma descrição. Consoante Foucault (2009), há uma interseção entre o “nome próprio e o nome do autor” e “a descrição e a designação”, sem predominância de um ou de outro, sem isomorfias e com algumas complexidades. Por exemplo: há alterações na informação sobre o nome do autor que não afetam a ligação de designação igualmente; há questões complexas relacionadas ao nome do autor que afetam parcialmente o funcionamento do seu nome; e há outras mudanças, profundas, que interferem totalmente no uso do nome de determinado autor.

Portanto, conforme o filósofo francês, o nome do autor se diferencia do nome de uma pessoa que não é autor. Há especificidades que autorizam relacionar o sentido e o funcionamento de uma proposição a um determinado autor e não a outro. Isso esclarece, em um discurso, que o nome de um autor não tenha função unicamente de participante do discurso, como locutor ou interlocutor. Isso, por sua vez, se presta a caracterizar certo modo de ser do discurso; para um discurso ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor” indica que esse discurso não é cotidiano, indiferente, mas sim que deve ser recebido de certa maneira e que, numa determinada cultura, deve receber certo *status* (FOUCAULT, 2009).

Para melhor exemplificar o exposto anteriormente, ilustramos com dados e excertos das obras de Cidinha da Silva. Um leitor desavisado, por exemplo, que atribua a naturalidade da escritora à cidade de São Paulo pelo simples fato de ela residir nessa cidade atualmente, ao ser informado que a autora é de Belo Horizonte (MG), alteraria o que conhece da biografia da autora, mas isso não afetaria a designação do

nome Cidinha da Silva para esse leitor. Citamos, ainda, a construção contínua dos sentidos do significado de alteridade para a escritora Cidinha da Silva.

Ao longo de sua carreira, essa autora fez alterações que requerem de leitores, pesquisadores, entre outros, atualizações, pois, no sintagma “Cidinha da Silva, uma escritora negra”, a descrição da autora foi alterada para “Cidinha da Silva, uma escritora”, mudança através da qual a autora desloca a descrição racial (negra) para a designação da escritora, afirmando-se “uma mulher escritora negra”, e não “uma mulher negra escritora” (SILVA, 2012a). Afirma a autora: “Outro dia conversava com um grande poeta que se define como poeta... e negro. Eu dizia a ele que sou negra... e escritora” (SILVA, 2012a). Percebemos que o movimento do núcleo do sintagma nominal “escritora” fez toda a diferença. A primeira designação jamais voltaria a ser usada por ela em suas obras, configurando-se esse fato, assim, um divisor de águas, tanto na associação do nome descrito no primeiro sintagma como na função designada no segundo. Ou seja, como delineado anteriormente, há certa ligação entre o “nome próprio e o nome do autor” e, também, entre “a descrição e a designação”. Essa alteração relaciona-se ao nome da autora e afeta seu funcionamento, porque, entre a década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000, Cidinha se revelaria militante libertária, como se pode comprovar nos excertos de entrevista a seguir:

Exemplo 1

[Entrevistador:] Em que sentido a literatura pode contribuir para uma expressão mais plena da alteridade?

[Cidinha:] No meu caso, em especial, a literatura é deveras libertadora e vou sentindo isso a cada livro, a cada crônica diária. Meu primeiro livro, o *Tridente*, ainda é de um tempo em que eu me considerava artista. O *Tambor* também tem resquícios, mas melhorei bastante em relação ao primeiro livro. Hoje me sinto cada dia mais livre dos tons militantes e quando os adoto é de maneira muito consciente. Entretanto, não é uma batalha fácil, preciso estar atenta todo o tempo. Bom será o tempo em que as coisas apenas fluírem, em que eu não precise prestar atenção às armadilhas de uma manifestação identitária que aprisione. (SILVA, 2012a)

Exemplo 2

[Entrevistador:] Tem algum texto que você escreveu e publicou e gostaria de reescrever, se tivesse a oportunidade? Em caso afirmativo, do que se trata?

[Cidinha:] Não, de reescrever, não. Mas há muita coisa no *Tridente* que eu não escreveria mais e[,] se tivesse escrito, não publicaria. Não chegam a ser textos ruins, mas são muito militantes, me constroem. (SILVA, 2012b)

Destacamos trechos de suas obras literárias, tomando como base a literatura que revela traços de militância e filosofia ideológica:

Exemplo 3

[...] ele está falando do preconceito racial, de racismo arraigado nas relações com os empregados, com os afilhados, com as mocinhas desamparadas as quais os fazendeiros acudiam para criar, aquelas entregues às madrinhas na certeza de que pelo menos não passariam fome, mas só elas sabem todos os outros abusos a que foram submetidas. (SILVA, 2010, p. 116)

Exemplo 4

A carta, entretanto, evocou-me outra lembrança. A do poeta que[,] ao me encontrar no cinema com um grupo de alunos, perguntou-me se achava O homem que copiava um filme adequado para jovens negros. É lógico que sim, respondi. A seguir discorri sobre o que me parecia ser o cerne da indagação dele. Seria aquele um filme adequado para discutir com estudantes negros a tensão das relações raciais travadas no Brasil? Na trama, um jovem negro, operador de uma máquina de fotocópias se apaixona por uma garota branca, caixa em um supermercado. A história se passa no Rio Grande do Sul, local onde seria pouco provável que aquela relação afetiva não fosse notada como algo fora da norma. É fato, ainda, que o autor escorrega feio ao construir o personagem-pai da mocinha como reacionário, explorador da filha e abusador sexual, mas que, supostamente, não é racista. Afinal é estranho que um homem branco, cujo caráter já foi descrito, não dê

importância ao namoro de sua única filha com um negro pobre e sem futuro. Não combina. Entretanto, esta idiossincrasia mesma constitui um grande mote para discussão, pois é mais um dos milhões de exemplos da invisibilização dos conflitos raciais no Brasil.

Mas o filme tem um mérito inegável, talvez único na produção cinematográfica brasileira. O operador da máquina de fotocópias (o homem que copiava) não é um personagem negro, mas é representado por um talentoso ator negro, Lázaro Ramos. Como o homem que copiava não tinha uma marca racial, o “normal” seria que ele fosse representado por qualquer talentoso ator branco. Jorge Furtado, o diretor, subverteu o limitador pressuposto da dramaturgia nacional, de que atores e atrizes negros (quando conseguem algum espaço) devem representar personagens propriamente negros ou papéis subalternos, nos quais “cabe” um negro.

Então, seu poeta, o filme é adequado para discutir a invisibilidade dos conflitos raciais, sim senhor. (SILVA, 2010, p. 19-20)

Exemplo 5

Observação do mundo é uma coisa que aumenta o balaio de conhecimento da pessoa. Encurta o caminho das dúvidas, amplia o horizonte das possibilidades. Acrescenta tijolos no barracão de sabedoria dos viventes. [...]. Quem fala muito, narra glórias e superações de recordes, às vezes também não passa de propaganda enganosa. Outro dia teve uma que jurava fazer e acontecer, não deixava passar nada nem uma, e também não se apaixonava. Repeti o jargão machista de que mulher não é digna de confiança. Mas, de súbito, passa a mulher amada (ela nunca admitiu ter amado) e aquela que se dizia protegida do amor baixa as orelhas e os faróis, em sinal de deferência e sofrimento. Tem também aquele tipo recém-convertido ao mundo lésbico, que tem por hobby jogar flâmulas e estender tapetes vermelhos de conquista para as sabidamente heterossexuais. O mais bizarro é que são mulheres que elas conhecem desde criancinhas, pelas quais nunca tiveram interesse sexual, mas depois que “virou lésbica” – deu um vento e virou – toda mulher é uma xoxota e é só nisso que ela pensa. Como um macho qualquer, perseguidor de virgens, ela quer desvirginar a homossexualidade latente das heteros. Latência que ela, a mais sensível, percebe. Seu sonho de consumo é bater no peito e dizer: “Eu fui a primeira mulher dela, foi nesse corpinho aqui que ela

descobriu as delícias de Safo”, e patati-patatá, para preencher as lacunas da baixaria que me recuso a reproduzir. No fundo, no fundo, ela foge de mulheres experientes para manter a personagem. (SILVA, 2008, p. 73-74)

Conforme Foucault (2009, p. 273), o nome do autor desempenha uma função no discurso que classifica e agrupa um conjunto de textos com traços semelhantes, delimita, inclui, exclui. Para ele, o nome do autor não se instaura no estado civil da pessoa, na ficção da obra; está localizado “na ruptura que instaura certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (FOUCAULT, 2009, p. 274).

A partir disso, as características concomitantes permitem dizer, por exemplo, que os textos de Cidinha conjugam traços atribuídos tradicionalmente ao seu nome. Indicam que ela é a autora de certo discurso que remete ao seu nome. As características éticas e estéticas do texto das obras, do fazer literário da autora, se salientam em torno de um conjunto de traços que, associados, caracterizam a extensão de sua escrita. Esses feixes de características estão pautados predominantemente por dois pontos, que conduzem a literatura produzida pela autora: a temática das desigualdades raciais, a assimetria das relações raciais no Brasil, consideradas de maior ênfase pela autora; e a área das africanidades, a África reinventada na diáspora e a África mítica, que têm sua base em espiritualidade, intuições, memórias, fatos cotidianos vividos, vivenciados, pesquisados e observados. Como lugar de fala, de emissão de voz, a referida autora declara-se escritora e mulher negra, e não “escritora negra”.

Em igual direção, Silva (2012a) relata:

Minha subjetividade é negra, minha humanidade é negra e minha alma não pode ser outra coisa que não seja negra. E isso é o que tenho de melhor e de mais universal para oferecer às pessoas que me leem. É importante dizer que minha literatura NÃO É DE COMBATE AO RACISMO! É uma literatura de promoção do humano do ponto de vista afrocentrado da mulher negra que sou.

Isso posto, destacamos alguns pontos, que marcam a obra literária da autora como, por exemplo, a espiritualidade, a memória e também alguns recursos literários predominantes nas obras de Cidinha, que consideramos atender a proposta de Foucault.

A espiritualidade, por exemplo, expressa por variantes religiosas, com predominância das africanas transmigradas para o Brasil e adaptadas conforme o espaço permitido para a sobrevivência dos escravizados. Nessa linha de pensamento, transcrevemos, a seguir, um exemplo de narração referente à religião, descrita por um adepto:

Quase ao mesmo tempo chegou aqui em casa o tio Aroni, compadre dos velhos e melhor amigo do vô, acompanhado pelos filhos, Ajagunã e Anauá. Deram boa noite a todos e o João Cândido, muito atencioso, os levou até vô Berna. [...]. Os rapazes tomaram a bênção e abraçaram vô Berna também. Depois dos cumprimentos, o tio pediu licença para preparar o corpo e instruções do local onde deveria fazê-lo. O vô e o tio Aroni pertenciam a uma espécie de irmandade masculina, e quando um integrante morria, havia esse ritual, sempre conduzido pelo tio. A passagem dos três homens deixou um rastro de aguapé, alecrim e alfazema. Uma das folhas de pata-de-vaca e amoreira caíram do saco de pano. Ajagunã e Anauá, os filhos da mata, nomeados pelo espírito das folhas, cobriram o corpo do vô com um tecido branco cheiroso e o tiraram da cadeira de praia para o quarto indicado por vô Berna. João Cândido pediu para acompanhá-los, eles permitiram, mas só até a porta. Tio Aroni, por sua vez, já estava na cozinha, maquinando os segredos dele entre ervas, folhas e água. (SILVA, 2009, p. 20)

Em relação à memória, citamos o seguinte exemplo:

Recolhi meu pescoço curioso. Uma lembrança me alcançou, a da filha de Iansã que ganhou batalha na justiça contra homens poderosos, mas teve a vida virada do avesso pela represália de feiticeiros acionados pelos indiciados. Certa vez essa mulher fazia a travessia da Ilha de Itaparica para o continente. Embriagada pela fumaça do feitiço, uma voz maviosa a chamou para se lançar ao mar. Venha, estou te esperando. Venha ficar comigo. Venha para sua casa. Para se salvar, ela gritou que a amarrassem no barco, senão a sereia a levaria. Do mesmo modo, a voz delicada da mulher dos sapatos tentava me seduzir. (SILVA, 2019b, p. 15)

Em irretocável excerto de uma canção, na sequência, Silva passa pelos recursos linguístico-literários, ao empregar metáforas hábil e esteticamente selecionadas, recurso literário precioso e predominante na

sua escrita: “A vida não foi suave contigo, Simonal. Mas você também errou, meu rei! Sentou-se à mesa de garfo e era dia de sopa! Esqueceu-se de que era um preto reinando entre brancos” (SILVA, 2020c, p. 43).

A breve narrativa é marcada por humor, materializado nos termos “garfo e sopa”, que pode induzir o leitor a reflexões, ensinamentos sobre questões sociais, racismo, homogeneização dos fatos, em um único juízo de valor. Porém, essa reflexão e esse ensinamento ocorrerão somente se o leitor entender o que permeia as figuras de linguagem, e isso requer maturidade linguístico-literária, entre outros conhecimentos.

Comprovemos tal afirmação com este excerto da crônica intitulada “Um passo preto canta numa viagem de ônibus”:

No ônibus vazio, seguia tranquila observando os resultados de três dias consecutivos de chuva de verão [...]. Em uma parada próxima ao final de linha, entra uma voz forte e melodiosa no coletivo, cantando uma composição de Jorge Vercillo em uma interpretação a [sic] Emílio Santiago. [...]. Estiquei o pescoço para ver quem era o cantor e não vi ninguém. Ouvi um barulho de tamancos e olhei para o chão. Então vi um rapaz negro com o tronco muito desenvolvido contrastando com as pernas finíssimas, dobradas, próximas às mãos, que faziam o papel dos pés. O moço cantava como o passo preto da minha infância, só que alegre e livre – *o que é que eu vou fazer com esse fim de tarde, pra onde quer que eu olhe, lembro de você, não sei se fico aqui ou mudo de cidade (...)*. [...]. Enquanto cantava ele tirava a mão calçada com luvas de goleiro do tamanco esquerdo e a estendia a cada pessoa sentada. Tratei logo de pegar minha contribuição para o artista e mereci outro trecho de música. Parecia que ele adivinhava o sentimento da gente: *confesso que chorei, não suportei a dor, é doloroso se perder um grande amor*. Puxa véio, um pico de Jorge Aragão na artéria femoral. Overdose para qualquer coração. Lágrimas à parte, o moço seguia com seu sorriso largo e eu pensava: que diferença daqueles meninos que entram no ônibus em São Paulo com aquela ladainha insuportável – *se-nho-res pas-sa-gei-ros, des-cul-pe in-co-mo-dar a vi-a-gem de vo-cês* e toca a contar a saga da família de dez irmãos, pai desempregado e mãe com câncer, todos passando fome, só ele em condições de pedir, e pedir, como todo mundo sabia, era melhor do que roubar. [...] enquanto girava o corpo sobre as mãos, dirigindo-se à porta da frente para ir

embora, o rapaz cantor reconhece uma amiga e começam a conversar. A voz dela é muito baixa e eu não entendo. Entretanto, ele fala alto, para alegria da minha curiosidade. Ele conta que na semana anterior tinha faltado à faculdade porque havia tido dois coágulos nas pernas e a dor, arretada, não o deixara sair de casa. Naquela semana, todavia, voltaria às aulas e à capoeira (balança o tronco cheio de ginga). Só pode ser angoleiro, concluí segura. Pulando sobre as mãos, ele se despede cantando uma canção do Luís Américo, sucesso nos anos 70: *sou filho da véia, oh, eu não pego nada, a velha tem força, oh, na encruzilhada!* (SILVA, 2010, p. 37-38)

A associação das figuras de linguagem humor e ironia são também recorrentes nos textos de Cidinha. É o que se nota no trecho a seguir.

Eu vi Xangô assentado no pilão, com uma gamela sobre a perna direita, acalentada por sua barriga ao fundo e a mão gorda escorada no joelho, à frente. O corpo pendia para cima da gamela, como se a comida o devorasse. Com o indicador da mão esquerda em riste, ele discursava sobre alguma questão de poder no reino. Era Xangô ou Buda? Era o Buda Nagô! Eu observava sua destreza para comer. Fazia-o como adulto, nem um pouquinho de quiabo escorria pelo braço, ou mesmo pela mão. Xangô me olhou, leu meu pensamento e explicou: “Quem come com a mão e faz lambança é criança, sinal de que ainda não aprendeu a ser grande”. Eu encarava minha sina, pois nunca conseguiria comer comida de caldo com as mãos sem vê-la escorrendo pelo braço. Ele zombava da minha ignorância. (SILVA, 2014, p. 100-101)

A esta altura, descritos e exemplificados os recursos literários, destacamos, também, nos textos de Cidinha, o registro recorrente de processos de neologismo por derivação e composição.

A autora usa elementos da língua portuguesa e de outros sistemas linguísticos, como as línguas africanas e indígenas e a língua inglesa. Nessa linha, citemos alguns exemplos: a) *ebó-fast-food*, palavra formada por composição, constituída por três unidades, sendo uma de língua africana, *ebó*, e duas do inglês, *fast* e *food* (SILVA, 2019a, p. 31); b) *banto-paulista*, palavra formada pelo processo de composição, por duas unidades lexicais, sendo uma de língua africana, *banto*, e outra do português, “paulista” (SILVA, 2020a,

p. 132); c) *baiacúnica*, unidade lexical formada por derivação de “baiacu” (NAVARRO, 2013, p. 79), de origem tupi, *baiaku*, “peixe” (SILVA, 2019c, p. 8); d) *exuzilhar*, unidade lexical na forma nominal infinitiva, criada pela autora a partir da lexia “exu”, encontra-se flexionada em diferentes tempos e modos verbais e é recorrente em seus textos (SILVA, 2019b, p. 25). Ressaltamos que muitas das lexias identificadas nos textos da autora ainda não se encontram registradas nos meios de comunicação de massa brasileiros nem em dicionários.

Por fim, apontamos o predomínio de unidades lexicais relacionadas a um dos dois vetores que impulsionam a literatura produzida pela autora, já mencionado: as africanidades, a África reinventada na diáspora e a África mítica.

Salientamos que a recorrência desse vocabulário merece um estudo lexicológico e semântico-lexical. Vejamos alguns exemplos: Adjá, Asé, Atotô, Bamburucema, Banto, Ebó, Eparrei, Exu, Iansã, Ibá, Ifé, Ilá, Inquice, Iyalorixá, Kissimi, Laroie, Lemba, Maionga, Makota, Mameto, Matamba, Mkisi, Ngoma, Nzázi, Obaluaê, Obasi, Ogum, Ogunjá, Okoyê, Onirê, Orí, Orixá, Oxalá, Oxóssi, Oxum, Oyá, Padê, Patty, Rodante, Tuaregue, Xicarangoma, Xoroquê, Zumbá (SILVA, 2019a, p. 75-79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos neste ensaio literário verificar os possíveis enlaçamentos para pensar a autoria escrita de Cidinha da Silva. Concluímos, com base nas argumentações apresentadas e reflexões feitas, que as marcas singulares da autoria de seus textos preenchem os espaços de sua ausência de autoria, nos moldes apontados por Foucault (2009).

Quanto ao feixe de características que constitui e individualiza a obra da autora e a relaciona ao nome Cidinha da Silva, ele também corrobora a proposição de Foucault (2009) de que essa relação não é isomórfica, visto que o nome Cidinha da Silva não é como todos os outros, porque singulariza um discurso, desempenha um papel e, além disso, classifica e reúne à sua volta, por compartilhar singularidades, elementos que o individualizam.

Finalizando, mas não exaurindo o tema, apresentamos a resposta de Cidinha da Silva a uma pergunta em determinada entrevista:

Nova onda na literatura brasileira contrapondo-se à autoficção urbana e branca?

Olha, nós não estamos nos firmando no lugar de contranarrativa, nós configuramos outras narrativas, nós agenciamos a mudança, no plural, de maneira polissêmica e polifônica. Somos prosadores como Itamar Vieira Junior e Jarid Arraes[,] que também é poeta, como Mailson Furtado. Somos ensaístas como Djamila Ribeiro e é bem importante distinguir o que somos, os gêneros aos quais nos dedicamos, não somos uma maçaroca de autoras e autores pretos, temos alteridade. Nesse jogo novo de alteridades há que se ouvir a voz e estudar detidamente a obra de cada autora ou autor negro da contemporaneidade. *Chega de nos colocarem em caixinhas que respondem à percepção rasa do que somos, temos complexidade, exigimos ferramentas de análise mais sofisticadas.* (SILVA, 2020b, grifo nosso)

Os últimos enunciados da citação anterior remetem à epígrafe no início deste ensaio. As vozes conclamadas por Cidinha da Silva precisam ser ouvidas para designar os autores, consoante Foucault, “na relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (FOUCAULT, 2009, p. 267). Basta de “caixinhas”, rasas.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009. p. 264-298 (Coleção Ditos e Escritos III).
- HOUAISS, Antônio (ed.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013.
- SCOTT, Paulo. [Texto de quarta capa]. In: SILVA, Cidinha da. *Oh, margem! Reiventa os rios!* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020.
- SILVA, Cidinha da. *Você me deixe, viu? Vou bater meu tambor!* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

- SILVA, Cidinha da. *Os nove pentes d'África*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- _____. *Cada tridente em seu lugar e outras crônicas*. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.
- _____. Entrevista de Cidinha da Silva a Marcos Fabrício – Parte I. Blog da Cidinha, [s. l.]. 27 dez. 2012a. Disponível em: <http://cidinhada-silva.blogspot.com/2012/12/entrevista-de-cidinha-da-silva-marcos.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- _____. Entrevista de Cidinha da Silva a Marcos Fabrício – Parte II. Blog da Cidinha, [s. l.]. 27 dez. 2012b. Disponível em: http://cidinhadasilva.blogspot.com/2012/12/entrevista-de-cidinha-da-silva-marcos_30.html. Acesso em: 20 jan. 2021.
- _____. *Baú de miudezas, sol e chuva*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- _____. *Um exu em Nova York*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2019a.
- _____. *Exuzilhar: melhores crônicas de Cidinha da Silva (v. 1)*. São Paulo, Kuanza Produções, 2019b.
- _____. *Kuami*. São Paulo: Póle, 2019c.
- _____. *O homem azul do deserto*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020a.
- _____. Margens moldam o rio da literatura brasileira na prosa de Cidinha da Silva. [Entrevista concedida] a Fred Di Giacomo. *Ecoa*. 5 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/columnas/arte-fora-dos-centros/2020/11/05/margens-moldam-o-rio-da-literatura-brasileira-na-prosa-de-cidinha-da-silva.htm?cmpid=-copiaecola>. Acesso em: 28 de jan. 2021.
- _____. *Oh, margem! Reiventa os rios!* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020c.

CONCEIÇÃO EVARISTO: MEMÓRIA, FICÇÃO, POESIA

Eduardo de Assis Duarte

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade
CONCEIÇÃO EVARISTO*

Ao longo das duas últimas décadas, Conceição Evaristo vem se destacando como uma das maiores escritoras brasileiras da atualidade. Autora prolífica, além de inúmeros textos acadêmicos e críticos, trouxe a público até o momento sete livros, entre os quais romances, novelas, contos e poemas, alguns traduzidos em inglês, francês, espanhol, italiano e árabe. No Brasil, sua obra vem atingindo grandes tiragens, estando perto da marca de meio milhão de exemplares vendidos ao longo destes 15 profícuos anos que separam o aparecimento da primeira edição do romance *Ponciá Vicêncio* (2003) e o da novela *Canção para ninar menino grande* (2018). Ao sucesso de público, agrega-se o reconhecimento da crítica, com dezenas de artigos, teses, dissertações, monografias e outros trabalhos abordando seus escritos, além de premiações de relevo conquistadas dentro e fora do país.

Conceição Evaristo segue a trilha de Firmina dos Reis (1822-1917) e de outras precursoras ao trazer para a construção do texto o que chama de “escrivência” – diálogo constante da literatura com a memória e as lições do vivido. E faz questão de destacar sua escrita como intimamente conectada à “condição de mulher negra na sociedade brasileira”, conforme se constata no poema em epígrafe, que explicita seu projeto literário. Nesse sentido, figura como cidadã comprometida com “seu tempo” e “seu país”, para lembrarmos a síntese centenária do irmão de cor Machado de Assis. Mas, num tempo de subjetividades expostas e “de mãos dadas”, em que “o pessoal é político”, a autora vai além do

“instinto de nacionalidade” para suplementá-lo com a consciência comunitária fundada na interseção entre classe, gênero e etnia.

Nesse contexto, a escrevivência remete a procedimentos contemporâneos de elaboração textual assimilados por produções vindas das margens do sistema, tais como o *testemunho*, a *escrita de si*, a *autoficção* e outras elaborações contemporâneas, empenhadas em se contrapor às narrativas hegemônicas no passado e no presente. Evaristo se coloca na contramão do mito da “democracia racial” e constrói sua literatura como a tecelã que entrelaça a invenção ao documento de época e à crítica social.

Todavia, seu projeto contempla o salto que eleva o literário para além do mero relato de experiência ou da retórica dos movimentos sociais. Se nos versos de *Poemas da recordação e outros movimentos* (EVARISTO, 2008), ela afirma querer “morder a palavra” para sorver o “tutano do verbo” e “versejar o âmago das coisas”, na ficção não faz diferente. Em suas estórias, o poético vislumbrado num cotidiano “de sangue e fome” ilumina e sorve o tutano de uma memória pessoal e coletiva, a construir enredos que enriquecem e impregnam para sempre o repertório de seus leitores.

Que o diga a protagonista de *Ponciá Vicêncio* – herdeira dos horrores do cativo, que marcam sua trajetória a partir mesmo do sobrenome, oriundo dos antigos senhores de seus antepassados –, a viver a favela como atualização da senzala e a trazer para o século XXI a memória de um *passado que não passa*, e que a emudece perante a violência e a desigualdade. Ou a inquieta Maria Nova, de *Becos da memória* (2006), menina-mestra da resistência contra a voracidade capitalista, que passa por sobre barracos e vielas, crianças e velhos, feito trator a refazer a paisagem, removendo a incômoda “gente diferenciada” que prejudica a especulação imobiliária.

Em ambos os romances emerge o espaço da ocupação e da moradia precária como resultado do processo de modernização excludente, já encenado feito nervo exposto nos diários e na ficção de outra precursora – Carolina Maria de Jesus. E em ambos o texto dialoga com o vasto arquivo humano construído em séculos de escravização e de sua mais nefasta consequência, o preconceito de cor: ouve-se a fala e se percebe o ponto de vista do subalterno, na contracorrente das metanarrativas do país tropical, “abençoado por Deus e bonito por natureza”.

Nos contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), do premiado *Olhos d'água* (2014) e de *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), ouvem-se as mesmas “vozes mulheres” a costurar enredos cravados nas falas ansiosas por ouvidos que deem atenção ao drama que começou lá atrás, nos fúnebres porões dos navios negreiros, corretamente nomeados de “tumbeiros”. Vozes como a de Maria ou de Ana Davenga, de *Olhos d'água*, surpreendidas (juntamente com os leitores) pela irrupção da barbárie no cotidiano aparentemente prosaico da metrópole contemporânea. Vozes que remetem a falas ancestrais e que clamam aos “malungos, broders, irmãos” – também eles vítimas, mesmo quando instrumentos da violência – por uma vida diferente, a ser construída na superação.

Desde sua estreia na ficção, em 1991, no número 14 de *CADERNOS NEGROS*, a autora insiste na representação da violência, sobretudo racial e de gênero. Outro recurso recorrente é a nomeação dos contos com os nomes de seus protagonistas: Di Lixão, Maria, Ana Davenga, Lumbiá, Duzu-Querença, entre outros. Ao fazê-lo, traz para o centro da narrativa o universo da exclusão, povoado de mendigos, marginais e favelados, muitos dos quais trabalhadores, mulheres e homens honestos, vítimas da apartação social que recai sobre os desvalidos.

Evaristo segue a tradição da literatura negra da diáspora, que impele os autores a falarem por si e por seus irmãos de cor, historicamente emudecidos por sua condição de remanescentes da escravização. Identifica-se, portanto, com o programa que atravessa a escrita afrodescendente desde Langston Hughes e demais autores da *Renasença do Harlem*, da década de 1920, e que, ao longo do século, se faz presente em Ralph Ellison, Maya Angelou, Richard Wright, Toni Morrison, James Baldwin, Alice Walker e tantos mais, ao norte e ao sul do Equador.

Esse traço de convergência já de início se identifica pela articulação de vozes e falas de uma memória traumática por tanto tempo recalçada, que encontra no texto literário formas diversas de expressão. Memória que remete ao sofrimento e à crueldade tornados sistêmicos pela prática escravista e seu indispensável corolário discursivo – o racismo. Proibido legalmente o cativo, permanecem vivos seus fundamentos ideológicos, que fundamentam a discriminação e perpetuam a invisibilidade social e cultural dos que a ele sobreviveram.

É, pois, nesse contexto de enfrentamento que a escrita dos afrodescendentes surge e se mantém até a contemporaneidade.

Nos textos de Conceição Evaristo, a violência explode sobre a figura frágil de “Di Lixão”, menino de rua, órfão de uma prostituta, que vê o corpo adoecer sem ter como reagir e morre no “quarto-marquise” onde passara a noite. Atinge também o corpo grávido de Ana Davenga, metralhada pela polícia na noite de seu aniversário após o companheiro resistir à ordem de prisão. Chega até Maria – mãe e empregada doméstica a caminho de casa no subúrbio após um dia de trabalho –, linchada pelos ocupantes do ônibus em que viajava após ser poupada no assalto que os vitimara, por ser ex-mulher de um dos bandidos. Componente de um sistema de exploração que se confunde com a própria natureza das coisas, a violência marca ainda a história de Duzu-Querença, migrante prostituída e relegada à mendicância, tanto quanto a de Lumbiá, menino vendedor de rua, atropelado numa tarde chuvosa de 23 de dezembro, após sair em disparada de uma loja com a imagem roubada do menino Jesus embaixo do braço.²⁵

O que diferenciaria então a brutalidade inscrita nos contos de Conceição Evaristo do “brutalismo” presente em Rubem Fonseca, Patrícia Melo ou Ana Paula Maia? Numa palavra: a *forma*, entendida como *linguagem e projeto*. O conto fonssequiano segue a lógica consecutiva da ação muitas vezes espetacular, que visa chocar e prender a atenção pela surpresa e sucessão de gestos o mais possível inusitados. Exemplo evidente é a cena do conto “Feliz Ano Novo” (1975), em que dois homens são mortos apenas porque os assaltantes queriam testar se o projétil da nova carabina de fato conseguiria grudar o corpo da vítima na madeira... Essa cena nos remete, aliás, aos *westerns spaghetti* italianos dos anos 60 e 70 do século xx.

Ao contrário desse império cinematográfico da ação, o conto de Conceição Evaristo, mesmo sem abrir mão de cenas pungentes e de grande impacto, envolve-as numa linguagem marcada por tonalidades poéticas, em que há lugar para o sentimento e para a

²⁵ Os contos “Di Lixão”, “Ana Davenga”, “Maria”, “Lumbiá”, “Duzu-Querença”, “Olhos d’água”, “Quantos filhos Natalina teve”, entre outros, publicados nos *Cadernos Negros* ao longo das décadas de 1990 e 2000, estão reunidos no volume *Olhos d’água* (2014), um dos vencedores do prêmio Jabuti 2015, na categoria “Conto”.

humanidade, tanto das vítimas quanto de seus carrascos. E, juntamente com a poesia e o sentimento, a reflexão em busca do porquê de tudo aquilo. Em “Maria”, enquanto alguns assaltados se dirigem à “negra safada que estava com os ladrões” e gritam “Lincha! Lincha! Lincha!”, outros contestam, argumentam, testemunham a honestidade daquela mãe de família e, em vão, pedem calma aos enfurecidos (EVARISTO, 2014, p. 42).

Já em “Duzu-Querença” o leitor se depara com o tom de desabafo que integra o balanço de vida da protagonista:

Duzu morou ali muitos anos e de lá partiu para outras zonas. Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida. (EVARISTO, 2014, p. 34)

No entanto, é essa mesma personagem que não se entrega, sai da prostituição, cria os filhos e, apesar da indignação, vê a neta “reinventar a vida” ao lutar por um futuro melhor para si e para outros jovens do morro. Mulher que, no momento da “passagem”, tem destacada sua humanidade ao se deparar com os rostos dos entes queridos, que já deixaram o *Ayê* rumo ao mundo invisível do *Orum*. Assim, a frase-verso “acostumar-se à morte como forma de vida” não significa que o texto de Evaristo dê respaldo à crueldade que todos os anos rouba a vida de milhares de jovens negros brasileiros. Embora descartem a retórica panfletária, os contos publicados na série *Cadernos Negros* e nos volumes *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d’água* (2014), assim como seus romances, revelam, ao contrário, o inconformismo da autora diante da “guerra” a que estão submetidos os remanescentes da escravatura, ganhando tons de denúncia pungente, a partir da expressão de um ponto de vista interno às vítimas.

Essa identificação com o Outro embasa a escrevivência da autora e se impõe enquanto diferencial de relevo. A ficção de Conceição Evaristo faz-se afro-brasileira não apenas pela temática do negro ou pela cor da pele da autora, mas, sobretudo, pela perspectiva que embasa suas opções estéticas e, conseqüentemente, a linguagem que utiliza e os encaminhamentos dados aos enredos. A instância da autoria, tão

questionada nas últimas décadas, ganha relevo na escrevivência – texto ancorado na memória individual e coletiva –, e isso desde que os escravizados lançaram suas primeiras reflexões no papel, ainda no século XVIII, a exemplo da poesia de Phillis Wheatley (1753-1784) e da prosa de Olaudah Equiano (1745-1797).

No caso de Evaristo, a narrativa remete de imediato o leitor ao universo feminino e negro ao qual a autora se vincula, postura essa demarcada desde 1990, quando publica o poema-manifesto “Vozes mulheres”, no número 13 de *Cadernos Negros*, em epígrafe. Seus textos explicitam uma voz feminina que se deseja coro irmanado à consciência crítica de muitas outras. E tal afinidade termina por dar um formato específico à representação da violência presente nos textos, aí inclusos os romances. Não se trata de privilegiar a brutalidade ou o erotismo enquanto objetos de consumo de olhos masculinos em busca de entretenimento. A autora vale-se da ficção para dialogar com o feminismo negro contemporâneo, mas também com as demandas de outras gerações de mulheres exploradas e silenciadas num cotidiano de violência. E o faz, todavia, “sem perder a ternura” que marca seu olhar de mãe e de companheira.

Para Duarte (2014, p. 190-197), a escrevivência de Evaristo tem “a força de um soco”, justamente por trazer para o texto um olhar poético sobre a experiência da subalternidade capaz de articular a “ficção-verdade” com uma visada lírica. Para a pesquisadora, os contos “só confirmam a coerência da opção estética da escritora, que, mesmo em cenas de extrema degradação humana não perde o equilíbrio entre a sugestão de estados líricos e a intenção documental”. E prossegue: “escrever a existência” implica o desafio de “transcender o biográfico”, desafio que “está na base” de uma escrita “comprometida com a história coletiva”.

No final de “Quantos filhos Natalina teve”, a jovem estuprada se vinga matando o agressor, ao mesmo tempo que decide ter e criar o resultado dessa que será sua quarta gravidez. A cena é o ponto culminante de uma série de eventos em que a maternidade indesejada, devido à falta de preparo e de informação, revela a violência sistêmica que se abate sobre a mulher negra e/ou pobre. Entretanto, num país em que o senso comum racista faz dela mero objeto de prazer, a personagem de Evaristo mostra-se desde o início como sujeito que enfrenta as situações adversas para superá-las e não titubeia em

descartar os filhos e companheiros indesejados. Ao final, predomina mais uma vez a vontade feminina e a personagem irá então criar aquele filho “concebido nos frágeis limites da vida e da morte”, mas que será só seu (EVARISTO, 2014, p. 50).

Tópicos relativos à maternidade e à paternidade fazem-se presentes em quase todas as narrativas da autora, acontecendo o mesmo com a problematização das relações entre pais, mães, filhas e filhos. Tal recorrência cumpre objetivos desconstrutores implícitos ao projeto da literatura afro-brasileira. E visa ressignificar a imagem da mulher afrodescendente, em geral rebaixada a corpo desejável e disponível para o sexo sem compromissos ou sem consequências para os homens. Desse estereótipo, bem sabemos, deriva a imagem da mulher *sexy* e estéril que habita enredos consagrados na literatura brasileira.²⁶

Publicado em 2011, *Insubmissas lágrimas de mulheres* reúne 13 contos, também intitulados com nomes próprios femininos. E aqui Evaristo volta às histórias de violência e desamparo que se abatem sobre a mulher brasileira situada na base da pirâmide social, especialmente sobre as que trazem na pele os resquícios da desumanização e do trabalho forçado. Empenhada em inscrever suas vozes/mulheres, a autora constrói um foco narrativo uno e, ao mesmo tempo, múltiplo, no qual a condução dos enredos apenas transita pela narradora, pronta a ouvir os relatos das sobreviventes – a quem chama de suas “iguais” –, que logo tomam a palavra. Assim fazendo, a escritora deixa à mostra outro ponto de convergência com as literaturas da diáspora africana nas Américas, ao recuperar pela ficção o papel das antigas *griottes* – mulheres sábias, guardiãs da memória comunitária, que são referência para a autoria negra do passado e do presente.

Em *Insubmissas lágrimas* voltam os dramas brutais, como o do sequestro da pequena Maria do Rosário aos sete anos, que remete a novos métodos de escravização, ainda presentes, mas diluídos no

26 Ver, a propósito, nosso artigo “Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade” (DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. *Literafro*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/149-eduardo-de-assis-duarte-mulheres-marcadas-literatura-genero-etnicidade>. Acesso em: 5 fev. 2021.)

fait divers do noticiário policial contemporâneo. E voltam as várias formas de agressão doméstica, em que despontam maridos ciumentos e agressivos, além do pai estuprador da própria filha, em seguida justificado pela companheira. De Aramides Florença a Regina Anastácia, os contos-mulheres de Conceição Evaristo encenam a crueldade sem, contudo, transformá-la em mercadoria.²⁷

Poder-se-ia argumentar que tais narrativas recaem num novo estereótipo: o da mulher-vítima, porém vitoriosa, que tudo supera. Nessa linha, estaria a autora idealizando heroínas para um público-alvo praticamente desprovido de referências negras na mídia. Os cadáveres de Maria, Ana Davenga e Duzu-Querença apontam noutra direção e polemizam com essa leitura. A resiliência é representada fortemente em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, da mesma forma que em *Histórias de leves enganos e parecenças* e *Canção para ninar menino grande*. Pode-se dizer que está na base de muitas das personagens que sobrevivem para mais tarde contar seus infortúnios. Questionada a respeito, a autora recorre à história da mulher na diáspora africana nas Américas para argumentar que só aquelas fortes o bastante para resistir ao estado de desumanização a que foram submetidas, sobreviveram para narrar a experiência que as transformou em mercadoria. Alude ainda à força da mulher subalterna ontem e hoje, a trabalhar sem descanso para, muitas vezes, abandonada pelo companheiro, construir no dia a dia a própria sobrevivência e a dos filhos. Para Conceição Evaristo, a mulher resiliente é um ser histórico, fruto da diáspora, e não um estereótipo romanesco.²⁸

Eis aqui um pouco dessa autora em ascensão, que certamente nos livra do esquecimento alienado, nos acorda a cada dia para a crueza do mundo que nos cerca e quase não percebemos. Tudo isso, repito, sem perder a ternura jamais.

²⁷ A propósito da “mercadoria da crueldade”, ver CRUZ, Adélcio de Sousa. *Narrativas contemporâneas da violência*: Fernando Bonassi, Paulo Lins, Ferrez. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

²⁸ Tais afirmações resumem a argumentação desenvolvida por Evaristo em debate no IV Encontro Internacional África-Brasil, realizado na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Teresina (PI), entre 18 e 20 de novembro de 2015.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Constância Lima. Marcas da violência no corpo literário de Conceição Evaristo. In: OLIVEIRA, M.; PEREIRA, Maurício M. S. P.; CARRASCOSA, D. (org.). *Cartografias da subalternidade*: diálogos no Eixo Sul-Sul. Salvador: EDFBA, 2014.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

_____. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

UMA (PLENA) VIDA DE MENINA

Antônio Sérgio Bueno

Minha vida de menina é o diário de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, nascida em 1880, na cidade mineira de Diamantina. Essas anotações só foram publicadas em 1942, quando Alice, já avó, organizou a matéria do diário para que suas netas pudessem conhecer, nas palavras da autora, “a existência simples que levávamos naquela época” (“Nota à primeira edição”). O diário chamou a atenção de importantes escritores, como a norte-americana Elizabeth Bishop (que o traduziu para o inglês na década de 1950), o francês Georges Bernanos e os brasileiros Carlos Drummond de Andrade e João Guimarães Rosa.

O diário é uma espécie do gênero narrativo, geralmente voltada não só para a expressão da intimidade de alguém como também para o registro das suas observações sobre seu próprio cotidiano em determinados espaço e tempo vividos. Nem a própria autora podia imaginar que esse diário seria capaz de oferecer não apenas um retrato belo e profundo da vida emocional de uma menina atenta, sensível e perspicaz como também um panorama tão minucioso da vida social de uma cidadezinha provinciana de Minas Gerais, no final do século XIX.

A linguagem do diário é natural e pitoresca, sem idealização, cerimônia, afetação ou pieguice. A narradora-protagonista circula com liberdade e simpatia por todos os estratos sociais de Diamantina.

Na base de sua formação estão os traços liberais britânicos do pai e os signos do catolicismo de origem ibérica da mãe. O início das anotações de Helena deve-se a sugestões de seu professor de português e do próprio pai. Outra incentivadora da escrita da menina é Dona Teodora, sua avó: “Mamãe nunca olha o que escrevo, mas vovó quer que eu leia tudo para ela e também para as pessoas de fora” (“Quarta-feira, 20 de dezembro de 1893”, p. 86).

A primeira entrada, “Quinta-feira, 5 de janeiro de 1893”, mostra que Emídio, crioulinho agregado da chácara da avó, é o encarregado de procurar lenha e carregar a bacia de roupa na cabeça, enquanto Renato e Nhonhô, irmãos de Helena, vão caçar passarinhos e pescar lambaris. Mas Helena e seus irmãos também trabalhavam muito, porque o trabalho era um valor fundamental para o pai de Helena, sempre apoiado pela esposa: “Mamãe não gosta de ter criada porque diz que nós precisamos trabalhar” (“Quarta-feira, 26 de julho de 1893”, p. 49). À medida que a narrativa avança, Helena defende, com mais vigor, as ideias de seu pai, na contramão dos costumes patriarcais dominantes no final do século XIX: “Meus irmãos são criados no trabalho. Meu pai diz que na Inglaterra não há negros e são os brancos que trabalham. Diz que um homem do povo, se for inteligente, trabalhador e direito, pode chegar a ser ministro da Rainha” (“Quarta-feira, 27 de setembro de 1893”, p. 66).

Uma alusão à situação financeira da família revela a decadência econômica daquela região, resultante do esgotamento das minas de diamante: “Que economia seria para mamãe, agora que a lavra não tem dado nem um diamantinho olho de mosquito” (p. 5-6). A menina angustia-se com a difícil situação financeira da própria família: “Tenho tanto medo de meu pai ser obrigado a vender a nossa casa, como ele já anda falando” (“Sábado, 5 de agosto de 1893”, p. 69). Nesse mesmo dia, Helena anota uma ajuda discreta da avó: “Depois vovó me deu, sem Glorinha ver, um papel dobrado para entregar a mamãe. Quando mamãe abriu, era uma nota de cinquenta mil reis” (p. 70).

Outro assunto muito presente no diário é a *culinária regional*: “Mamãe faz o almoço de tutu de feijão com torresmo e arroz” (p. 5). “Dindinha costuma mandar fazer para todos um judeu [ceia] de comidas de angu. Ora é frango com quiabo ou de molho pardo, ora caruru com carne de porco ou tomatada” (“Sábado, 28 de julho de 1894”, p. 136).

Na entrada “Terça-feira, 10 de janeiro de 1893”, Benvinda, uma moça pobre, vem comunicar a Dona Carolina e Seu Alexandre, pais de Helena, o casamento dela com um rapaz que teve a perna amputada; diante da pergunta de Dona Carolina sobre o que o casal faria para viver, Benvinda responde: “Não pensei ainda não, mas viver a gente *veve* [sic] de qualquer jeito. Deus é que ajuda” (p. 6, grifo nosso). Observe-se o registro da fala popular e a fé na providência divina.

Vale ressaltar um comportamento comum a Dona Carolina e às filhas, Helena e Luisinha: o riso frouxo, que “estoura” nas horas mais impróprias e que significa tanto *irreverência* quanto *alegria de viver*. Repreendida pelo pai, a própria Helena criava uma estratégia para controlar o riso frouxo: “Mas numa hora assim, para poder me conter, eu fico pensando numa coisa triste: Mamãe de perna quebrada, Luisinha estendida no caixão, e assim evito de rir” (“Quinta-feira, 20 de setembro de 1894”, p. 148).

Outra marca registrada do modo de ser de Helena é o *hedonismo*, ou seja, a capacidade de aproveitar a vida: “Só estudo as matérias de que gosto” (“Domingo, 17 de novembro de 1895”, p. 252). A observação seguinte confirma essa postura da narradora: “Mamãe é quem tem pena de mim porque diz que eu não vou ser feliz com este gênio de querer aproveitar tudo, que a vida é de sofrimentos. Mas eu é que não serei tola de fazer de uma vida tão boa uma vida de sofrimentos” (“Quinta-feira, 4 de maio de 1893”, p. 33).

Um dos vínculos afetivos mais fortes de Helena é com sua avó materna, Dona Teodora. Na entrada “Sábado, 21 de janeiro de 1893”, lê-se: “Já disse a vovó que ela quase nunca erra quando fala as coisas” (p. 8). A passagem “Domingo, 17 de setembro de 1893” mostra bem a força da relação Helena-Dona Teodora: “Vovó mostra gostar mais de mim que de Luisinha, que é afilhada dela. Desde pequenina me faz uns agrados que mamãe nunca fez e prestava atenção a tudo que eu falava. Ela me diferencia tanto das outras que, sem sentir, fica me parecendo que ela é a mãe e a mãe é avó” (p. 63). A avó é identificada, no plano da linguagem, pela expressão “Forte coisa!”: “Primeiro ela diz: Forte coisa! Depois acrescenta: Mas poderia ser pior!” (“Terça-feira, 30 de maio de 1893”, p. 38).

Em “Sábado, 25 de fevereiro de 1893”, Helena anota com deleite exemplos da *antroponímia* local, os engraçados apelidos de mulheres ajudadas pela avó: “Chichi Bombom, Frutuosa Pau de Sebo, Teresa

Doida, Aninha Tico-Tico, Carlota Pistola, Carlota Bostadanta, Teresa Busca-Pé, Maria Pipoca” (p. 14). Nessa mesma entrada, aparece outro matiz da multifacetada personalidade de Helena, a *curiosidade*: “Vovó, me conte por que é que a senhora está tão espantada. Eu estou curiosa” (p. 41). Essa citação lembra-nos da relação entre a boneca Emília e a Vovó Benta, inesquecíveis personagens de Monteiro Lobato. Helena e Emília tinham uma curiosidade insaciável e contavam com o amor, o interesse e a cumplicidade das avós.

No retrato psicológico de Helena não pode faltar a *alegria*, que tanto atrai as pessoas. Uma de suas maiores alegrias é participar das festas populares, tanto as religiosas quanto as profanas. No “Domingo, 21 de maio de 1893”, a narradora impressiona-se com os *ex-votos* (partes do corpo reproduzidas com cera para agradecer a cura de moléstias a elas ligadas). Nas festas da Igreja do Rosário, Helena passa a compreender as imensas dificuldades dos negros para participar de tais festas: “Agora é que eu vi como fica caro para os pobres dos negros serem reis por um dia” (“Terça-feira, 30 de maio de 1893”, p. 38). Mas, para a menina, a alegria da festa vale o sacrifício feito por eles. Um exemplo de vitória da alegria sobre o luto aparece no registro “Quinta-feira, 19 de julho de 1894”, por ocasião da morte de Tia Neném, que era irmã mais velha do pai de Helena e estava doente havia muito tempo. Mesmo sabendo da morte da tia, Helena e Luisinha foram a uma festa de casamento. Foram criticadas por isso. Helena reage: “Oh, que noite agradável! Apesar da insistência de todos em procurarem toldar minha alegria, não o conseguiram” (p. 133). Pode-se aplicar a Helena a frase de Oswald de Andrade, escritor modernista, no “Manifesto da poesia pau-brasil”: “A alegria é a prova dos nove” (ANDRADE, 1978).²⁹

O riso de Helena não significa sempre apenas a simples alegria; às vezes, traduz um *humor perspicaz e libertário*, que reúne divertimento e crítica aguda. Desde pequena ela já não aceitava explicações ingênuas para certas situações, como o caso de um “ladrão misterioso”, que agia na cidade e que a polícia não conseguia identificar e prender. Dizia-se que o ladrão virava cupim para escapar da polícia. Helena escreve: “Eu fiquei duvidando da história, porque se eles viram que o homem virou cupim, podiam ter trazido o cupim e

29 Original publicado em 1924.

trancado na cadeia e ele havia de virar homem outra vez” (“Terça-feira, 14 de março de 1893,” p. 21).

Em “Terça-feira, 29 de agosto de 1893”, Helena revela um pouco de si na comparação do seu próprio modo de ser com o de sua irmã, Luisinha: “Eu e minha irmã nem parecemos filhas dos mesmos pais. Eu sou impaciente, rebelde, respondona, passeadeira, incapaz de obedecer, e tudo que quiserem que eu seja. Luisinha é um anjo de bondade” (p. 55). Helena tinha suas contradições e, às vezes, chegava até um certo *relativismo moral* para justificar seu desejo de levar vantagem. Nessa mesma sequência que estamos comentando, a narradora confessa ter enganado Luisinha ao não cumprir um trato que haviam feito: “Eu sei que o trato não foi cumprido, mas não tenho remorso, porque preciso mais do que ela. Ela quase não sai de casa, só vai à chácara e eu saio todo dia” (p. 56). Outro exemplo está no “furto” que a menina comete de um broche que a mãe guardava para dar a Helena mais tarde. Como a mãe não tinha dinheiro para comprar um uniforme novo para a filha, ela pega o broche e vende-o para obter o dinheiro. Note-se a astuciosa transferência de responsabilidade pelo ato cometido: “Realizei afinal o tal projeto de tirar o broche e vender. Será isso que se chama furto? Penso que não, pois a ideia me foi dada por Nossa Senhora” (“Terça-feira, 27 de novembro de 1894”, p. 163).

Aos poucos, o leitor vai compondo o retrato moral da protagonista-narradora. A *autonomia* faz parte dessa identidade: “não gosto de cuidado demais comigo” (“Sábado, 23 de setembro de 1893”, p. 65). Poucas linhas adiante, encontra-se uma demonstração de *franqueza*, outro traço da personalidade de Helena: “Dindinha e Iaiá já estão mostrando pela casa a alegria de ficarem livres de nós. E eu mais ainda do que elas” (p. 65).

Não se pode esquecer da poderosa *imaginação* de Helena. Através de suas fantasias, ela escapa da mesmice cotidiana: “Eu tenho às vezes tanta inveja do urubu voar tão alto. Agora que seria se eu virasse urubu? Isso é que seria engraçado. Mas, melhor ainda seria inventar a gente não morrer” (“Quarta-feira, 11 de outubro de 1893”, p. 70). Outro exemplo:

Eu fui, e sendo obrigada a andar duas léguas calada, pois meu tio não tinha conversa, fui *fazendo castelos*. Fiz o castelo de achar um diamante grande e ficar rica, e a coisa foi crescendo tanto pelo caminho que

quando cheguei a Boa Vista eu estava milionária. Eu nem sabia mais que fazer com tanto dinheiro. (“Segunda-feira, 3 de setembro de 1894”, p. 144, grifo nosso)

Helena tem ótima memória e sabe disso. Sobre determinado acontecimento passado ela diz: “Isso tem três ou quatro anos. Foi antes de ele mudar de Diamantina. Mas eu guardei na cabeça. Eu *guardo muito tudo*” (“Terça-feira, 28 de agosto de 1894”, p. 143, grifo nosso). E mais: “Se eu não tivesse a *boa memória* que tenho seria incapaz de fazer um exame no fim do ano, com a vadiação forçada que eu levo o ano todo” (“Domingo, 24 de março de 1895”, p. 188, grifo nosso).

Helena tem *um espírito crítico muito desenvolvido* e, às vezes, formula questões existenciais e metafísicas muito complexas para a idade dela e também se contradiz algumas vezes, como nesta passagem: “Certa hora eu perguntei: Vocês não pensam para que a gente vive? Não era melhor Deus não ter criado o mundo? A vida é só trabalho. A gente trabalha, come, trabalha de novo, dorme e no fim não sabe se ainda vai parar no inferno. Eu não sei mesmo para que se vive” (“Quarta-feira, 10 de janeiro de 1894”, p. 90).

A narradora não tem dificuldade de rever seus conceitos, mas sempre assume posições, *toma partido*: “Nós temos a mania de achar tudo que é de fora melhor do que o nosso. Doutor só tem valor vindo de fora. Rapaz, para as moças ficarem com influência, tem que vir de fora. O que é nosso não presta, só de outras terras é que é bom. *Eu mesma pensava isso. Não vou mais pensar assim*” (“Domingo, 4 de março de 1894”, p. 101, grifo nosso). Há uma passagem em que Helena deixa bem explícita essa faceta de seu modo de estar no mundo: “Eu presto atenção às conversas dos mais velhos e *tomo partido* que eu sei muito bem que não é da minha conta. Mas que hei de fazer se é meu gênio?” (“Quinta-feira, 15 de março de 1894”, p. 104, grifo nosso).

Se, por um lado, Helena é muito crítica, por outro, cativa as pessoas com seu alto senso de *solidariedade*, como se depreende deste comentário, que ela faz de uma história que lhe foi contada, na qual um moço amava uma princesa e, como não era nobre, teve sua entrada no palácio proibida pelo rei:

Uma fada sua madrinha lhe deu uma carapuça que ele punha na cabeça e ficava invisível. Ele então pôde entrar no palácio e acabou casando

com a princesa. Quando eu me deitava, na hora de dormir, ficava fazendo castelo de ter uma carapuça dessas, que me fizesse invisível, para entrar nas casas dos ricos e roubar o seu dinheiro para repartir com os pobres. (“Sexta-feira, 6 de abril de 1894”, p. 108)

Na fantasia da narradora, ela seria uma espécie de reencarnação de Robin Hood, mesmo desconhecendo a história do herói mítico inglês, que teria vivido no século XII, no reinado de Ricardo Coração de Leão.

A solidariedade de Helena chega às raias do mais generoso sentimento de *compaixão*, claríssimo neste trecho:

Na nossa vizinhança morava uma lenheira numa casinha que estava caindo. Ela ia buscar lenha e deixava os dois filhinhos na porta, morrendo de fome e encostados um no outro por causa do frio. De menina eu passava para a Escola e lhes dava da minha merenda, fui me acostumando e gostando dos meninos e já pedia às minhas amigas roupinhas velhas para eles e lhes arranjava livros velhos de pinturas. (“Quarta-feira, 20 de novembro de 1895”, p. 253)

Mesmo reconhecendo que a linguagem usada pela narradora é simples, clara e direta, insistimos no valor literário dessa obra memorialística, devido à força expressiva de suas frases e à capacidade que Helena demonstra de captar os movimentos mais sutis das almas das pessoas, muitas das quais transformadas em verdadeiras personagens literárias. Pensamos que a expressão “Poética da denotação”, aplicada pela crítica literária à poesia de João Cabral de Melo Neto, sirva para definir a escrita de Helena Morley. Citemos apenas uma cena, que é narrada em palavras que não trazem nenhuma ambiguidade, nenhum sentido oculto, mas conseguem passar ao leitor toda a força, a beleza do sentimento de um rapazinho que frequentava a casa de Helena para receber aulas particulares de inglês de Seu Alexandre, que se encanta pela mocinha Helena. Tal encantamento é confidenciado a Helena por Maricas, irmã do enamorado Joviano (esse era o nome do mocinho). A narradora registra tal confidência nestes comoventes termos:

Seu Alexandre ainda não desconfiou que ele [Joviano] gosta mais de ouvir você rir do que das lições. Ele disse lá em casa que gostava de ver

você rir e falar perto dele o dia inteiro. Não se lembra daquela bobagem que você fez no dia que a levamos para casa com aquela chuva? Você estava com umas botinas de elásticos arrebitados e encharcadas e da porta da rua foi sacudindo as pernas e atirando as botinas no corredor. Viano [Joviano] falou na mesa que sabe que vai ficar solteirão porque só se casará com uma moça que faça aquele gesto perto dele e sabe que não encontrará. (“Segunda-feira, 12 de novembro de 1894”, p. 159)

A nosso ver, o mais encantador é o fato de o moço Joviano ter compreendido e amado o jeito de Helena estar no mundo. Foi o jogo espelhado de três sensibilidades (Maricas, Joviano e Helena) que permitiu o milagre de uma revelação tão surpreendente. Criou-se uma *epifania* a partir de uma narrativa tão singela. Poética da denotação!

Quando Helena pede a uma de suas tias, “Tia Agostinha, conte histórias do tempo antigo” (“Quinta-feira, 26 de dezembro de 1895”, p. 267), o leitor atento entende que o que ela pede à tia é exatamente o que ela faz tão bem nesse diário, ensinando-nos não somente as lições do passado, mas encenando diante de nossos olhos fascinados a magia de uma vida, que nos inspira a viver com mais qualidade e paixão nossa própria existência.

REFERÊNCIAS

- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1994.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia pau-brasil. In: NUNES, Benedito (ed.). *Do pau-brasil à antropofagia e às utopias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 3-10. Original publicado em 1924.

DEPOIMENTO SOBRE JANETE CLAIR POR SUA FILHA POETA

Denise Emmer

Minha mãe me contava histórias de sua infância, todas as vezes em que eu a procurava para lhe dizer segredos e o sono custava a chegar. Contava-me que, quando menina, gostava de subir em árvores e, ao atingir o galho mais alto, ficava a observar o andamento das nuvens no céu e a imaginar formas além das que se mostravam. E dizia-me: “As coisas do mundo estão além do real, minha filha. Quando vir uma nuvem em forma de travesseiro é porque há um sonho por trás a ser inventado”. E permanecia sentada no alto galho, por horas e horas, a perceber que as histórias estavam no ar e que se esticasse o braço poderia pegá-las como quem capta um relâmpago no susto.

Eu compreendia bem os seus relatos, pois, se as nuvens trocam de formatos, as histórias haveriam de ter muitos desdobramentos e se desenvolveriam como atos sucessivos. E ela prosseguia: “Se as nuvens são sombrias, carregadas de tempestades, a moverem-se densas e enérgicas, eis a origem do drama. Estão a me dizer alguma narrativa de traições, colisões humanas, amores intempestivos, mortes. Essas são as que o mundo aplaude e não esquece, pois se identificam com as tristezas e os desencantos”. Mas eu, menina, lhe pedia: “Conte-me uma lenda feliz, minha mãe, que termine com um beijo de amor, para que eu durma e não chore nem acorde em pesadelos”. E ela, a afagar meu rosto, lia-me um poema ibérico de cavalaria, em que os amantes se beijam ao luar.

Após a família mudar-se de Conquista, sua cidade natal nas Minas Gerais, para São Paulo, ela, já escritora e a iniciar uma carreira brilhante, creio ter avistado do seu posto de observação o momento em que as nuvens elétricas se chocam furiosamente tresloucadas, pois em uma de suas novelas, a de nome *Anastácia, a mulher sem destino*, soprou um furacão que matou a metade das personagens e destruiu os cenários da cidade. Imagino o que aconteceu com Anastácia, que, se já não tinha destino, deve ter se perdido para sempre.

Sua inspiração veio de menina, filha de Carolina e Salim, meus avós, a italiana e o libanês druso. Ela, costureira; ele, mascate. Meu avô queria lhe dar um nome oriental, Jamile. Mas a batizaram de Janete, por ser romântico e mais simples de articular, pois já não lhe bastava apresentar-se como Janete Stocco Emmer, e ter de repetir várias vezes a quem lhe perguntava: “Como se chama, menina? Por favor, repita, não entendi”.

De mascate a dono de mercado, meu avô se tornou um próspero comerciante em poucos anos de Brasil. Da índole natural de vender bem e guardar muito, ao seu esforço de estrangeiro a desejar fazer a América! E do casal, ele com traços de Xá da Pérsia, e ela uma bela *ragazza* italiana, nasceram quatro belos filhos. Anice, Amilde, Janete e Ricardo. Amilde, com o dom da música, cantora de voz rara, que chegou a ganhar a láurea da voz mais bela de São Paulo, não pôde, entretanto, ao longo de sua vida, vivenciar a profissão desejada, pois pelos desalinhos da existência, obrigaram-na à subserviência familiar. Para servir sem questionar. Para ser aquela que dá e não recebe, a não ser os sobejos de um afeto requentado e secundário.

Ainda na infância, eu observava minha mãe sempre com o ventre arredondado. Era uma mulher esguia, mas que, de repente, crescia-lhe um balão e ela voava. Ficava dois dias fora de casa e quando regressava, o balão já havia murchado. Passava um tempo seca, quando novamente as formas lhe boleavam a cintura fina e ela inchava, inchava, até voar à minha frente, qual uma mãe mágica. Como sempre me contava os seus segredos, e eu lhes revelava os meus, ainda que tão pueris, então perguntei: “Mamãe, o que tem aí em sua barriga? São as nuvens e por isso é que voa?”. Ela me abraçou como a me ninar e me respondeu com a voz das mães ave-marias: “São crianças, filha. São crianças que preferem ser anjos a nascer neste mundo. Em breve, haverei de ter uma que deseje nascer, e você terá um irmãozinho”.

Marcos Plínio Emmer Dias Gomes, o bebê que desejou conhecer o mundo. Ela o trouxe nos braços, enrolado a uma manta amarela da cor dos poentes. Meu pai, um pouco atrás, carregava a maleta e os papéis do registro de seu nascimento. Ao redor do menino no berço, a família brindava sua chegada. Cada qual ao seu jeito. Minha avó paterna, Alice, a providenciar o almoço, meus irmãos Guilherme e Alfredo a olharem o menino sem nada dizer, meu pai a fazer as contas e a guardar as economias na gaveta. E ela a tirar o peito da blusa para amamentá-lo, enquanto que, com a outra mão, escrevia no papel avulso as ideias para o capítulo de uma história. Um romance em capítulos para ser transmitido e visto por muitas pessoas, o que a entusiasmava, decerto.

Sua mente era um redemoinho de ideias para histórias sem freio. E ela as titulava: *Passo dos ventos* (vejo a influência das nuvens de sua infância), *Rosa rebelde*, *Vêu de noiva*. Eram ficções com extensos enredos, situações conflitantes, amores amordaçados, teias que se emolduravam nas telas das televisões de todo o Brasil. Assim como Scheherazade, Simbad e o Sultão, das *Mil e uma noites*, suas personagens hipnotizavam e “causavam”. Ansiava-se pelo capítulo seguinte, como em uma disputa de fatos improváveis. E o povo apostava os desfechos e a aplaudia de pé! Eles já a adoravam como a alquimista de sonhos que os transportava para outros mundos, que não aquele de pobreza e solidões.

Pensei estar perdendo-a para milhares de rostos anônimos. Para os atores e os malabaristas das cenas. Para as televisões ligadas na hora do *show* de enredos. Para a sua máquina de escrever. Para os papéis em branco. Para os papéis escritos.

Então, eu a chamava para assistir ao espetáculo das nuvens ou mesmo o das constelações à noite. “Mamãe, venha ver o céu comigo, há novas histórias passando...” O movimento dos seus dedos no teclado da máquina de escrever era tão veloz que mal distinguia as unhas vermelhas, o anel de ouro, as veias azuladas de suas mãos brancas. Esse movimento era proporcional a sua mente célere na fatura dos enredos. “Não poderei agora, querida. Irei contigo ao terminar o capítulo. Estou no ponto do suspense, do momento maior das intrigas, e tenho ainda diálogos a escrever para *prender* o público até as próximas cenas. Talvez eu mate o vilão.”

Eu a esperei na laje do telhado durante a tarde, enquanto passavam as nuvens. Ela não veio. A noite entrou apresentando as estrelas nos rumos do infinito, enquanto vozes e risadas misturadas chegavam da sala de estar. Eram os atores que a visitavam na ânsia de desvendar seus papéis nas tramas. Brindar o sucesso alcançado e festejar com danças, sorrisos fáceis e abraços frouxos.

“Clair de lune”. Havia um pianista de olhos fundos e cabelos esvoaçados na Rádio Tupi de São Paulo, onde ela, muito moça, trabalhava como radioatriz. Ele a amava de longe, sem lhe falar. Sem ao menos a convidar para um café vespertino. Acompanhava o movimento do seu lenço no pescoço e imaginava desatá-lo para tocar em seu dorso de bailarina. Diante dele, ela dava passos delicados de um bailado discreto, e só. Certa vez, ele abriu a cauda do piano e começou a tocar a música que mais definia o seu rosto, a sua pele alva, as pernas delgadas, os cabelos escuros. O mistério. Sequer precisou ler a partitura de Claude Debussy. Já a tinha de cor nos mecanismos musicais do seu cérebro. Assim, todos os dias, quando ela chegava, ele tocava o “Clair de lune” ininterruptamente até que ela partisse. No dia seguinte, repetia o concerto para uma só mulher, pois, enquanto seus dedos voavam sobre as teclas, ele a via sorrir debruçada sobre o instrumento. Sucessivas récitas diárias para despertar a amada que lhe correspondia somente em seus acordes impressionistas. Contudo, ele adoeceu e faltou por um tempo. No seu lugar, mandou o silêncio. Ela não o buscou, mas aquela música, que já fazia parte do seu ser, procurou-a por todas as salas da rádio. E antes de entrar em cena: “Quero ouvir ‘Clair de lune’ para me enlevar. Por onde anda o pianista? Não há música mais bela no mundo”. Enquanto seus colegas lhe respondiam: “Janete Clair de Lune! Janete de Lune! Janete Clair...”

Mas foi pelo charmoso dramaturgo baiano Alfredo Dias Gomes que ela se apaixonou. Ele chegou a galope, prometendo viagens em cavalos brancos e vermelhas mazurcas de Chopin. Acompanhou-o na aventura de uma disparada que se anunciava para toda a vida. Mas a música, aquela que a desenhou em seus traços mais genuínos e secretos, ela não enjeitou nem sequer esqueceu. Estaria sacramentada em sua certidão de criadora de histórias. Enredos livres. Romantismo sem freio, qual o cavalo em que meu pai a levou. À frente deles, só caminhos estrelados para seguirem.

Minha família prosseguia e folgava em confortável situação econômica. Meus pais trabalhavam diariamente, cada qual com sua fábula. Ela em romances deflagrados; ele com seu teatro de combate. Não obstante possuírem cargos de bons rendimentos, vivíamos a ditadura militar, que obrigava meu pai, para não ser preso, a se esconder em sítios longínquos e camuflados, durante tempos que não sei precisar.

Foi num domingo de verão. Marcos estava com os pulmões congestionados e tossia a não parar mais. “Uma gripe”, diagnosticou o médico. “Ou uma leve bronquite. Nada sério.” Ao fim da tarde, o levamos para o hospital. Ele estava febril e faltava-lhe o ar. Por sabermos não se tratar de nada grave, também fomos eu e Alfredo, imaginando um lanche dominical, após a consulta.

Os enfermeiros e os médicos de plantão o levaram para um labirinto. Um corredor onde não se avistavam os fundos, nem as portas, e onde sequer janelas havia. Nossos pais entraram nesse estranho caminho, que parecia um sumidouro. Um buraco negro na Terra. De lá, não chegavam barulhos de vozes ou pegadas. Só o silêncio das passagens mudas. Permanecemos os dois sentados em um banco estreito para crianças crescidas. Ao derredor tudo era imenso. As paredes brancas, o teto altivo e os corredores extensos a perder de vista. Foi quando meu pai, lívido e cambaleante, surgiu no alto de uma escada. Trazia em seu rosto um fantasma. “Marquinhos morreu. Marquinhos morreu...”

Minha mãe passou um tempo querendo estourar sua cabeça na parede. Para ela, não havia consolos, soluções, santos ou deuses. A saída era ir ao encontro do filho morto. E diziam-lhe os mais próximos: “Janete, reaja. Siga a vida”. E ela olhava para nós, seus três filhos vivos, e chorava. Ao ver um menino de cabelos dourados brincando na calçada, chorava. Ao ver o dia nascendo e a noite chegando, chorava. Ao ver meu pai diante de si a querer uma palavra, chorava. Chorava quando fazia sol e quando chovia e quando um pássaro pousava na janela e ela achava que era o meu irmão cantando, mas não o alcançava. Chorava.

Com o olhar em transe, ela agora arrumava as roupinhas dele na cômoda como se para vesti-lo mais tarde, após o banho. Cantava baixinho. Falava para si algumas palavras inventadas, que deveria ser o idioma dos tristes. A sua mente estava a desacelerar e entrar em um processo outro de anestésias internas. Então, vestiu-se de saias escuras

qual uma mãe em luto, comprou flores e foi ter com seu filho em sua pedra fria. Eu não poderia deixá-la só, então a acompanhei qual um cão que ilumina turvas estradas. Caminhávamos juntas as alamedas geladas, por entre as esquinas dos jazigos, enquanto os lagartos das lajes fugiam de nossos passos lentos e doloridos. Ao ter com ele, antes de enfeitar o seu berço, limpava a superfície pálida do mármore retirando as folhas secas e as poeiras das outras almas. Depois, enfeitava-o com flores brancas, até cobri-lo por inteiro. O ritual repetia-se quase que todos os dias. Eu e ela, abraçadas, como uma única criatura, a buscar o irmão e filho.

Os acontecimentos, no entanto, sucediam-se como os rios de Heráclito, que trasmudam suas águas em novos cenários de variados eventos. Morrer não era a saída. Mas viver. Prosseguir nas correntezas que se revelavam intensas ou brandas. E, ao virar-se para a sua própria vida, ela nos viu. Seus outros filhos, carentes de sua presença e amor. Então, o motivo lá estava para seguir. A razão maior, acima de qualquer episódio ou cartazes vitoriosos.

E se um dia eu achei que a havia perdido para o mundo, agora ela me buscava e aos meus irmãos, para não se perder de si.

A mudança da casa bucólica da Rua Resedá, na Lagoa, para uma residência de alto porte no mesmo bairro foi motivo para entusiasmar toda a família. Em especial, minha mãe, que se animava com especial interesse nos aspectos da decoração e novos *designs*. Uma casa construída nos anos 40 por um alemão não poderia ter outro estilo que não fosse o normando. Situada no alto de uma ladeira de nome Tabatinguera, revelava uma privilegiada visão para a bela Lagoa Rodrigo de Freitas. E o casal de escritores criava suas histórias em escritórios distintos. Ela, no andar elevado, próximo ao meu quarto. Ele, na segunda entrada da residência e ao lado de uma das escadas.

Não há solução para a morte. Contudo, os novos ares, as preocupações com os seus filhos adolescentes e o trabalho diário abrandaram as sombras de sua alma. Assim, seus enredos brotavam como uma floresta esplêndida. No auge de sua solar inventividade, ela surpreendeu ainda mais o seu público ao lhe contar histórias sucessivas, com finais que só os mestres do suspense conceberiam. E foram estas algumas de suas muitas fantasias: *Irmãos Coragem*, *Selva de pedra*, *O semideus*, *Pecado capital*, *O astro*, *Pai herói*, *Coração alado*, entre tantas e tantas outras que não me cabe analisar.

Ainda que a amando acima de tudo, eu já não era aquela menina de quem ela penteava os cabelos em cachos, ou para quem escolhia os vestidos mais adoráveis. De índole livre e arredia, eu preferia subir montanhas, aventurar-me em trilhas espinhosas, a acompanhá-la nos chás elegantes, nos compromissos impostos pela merecida notoriedade. Além do que escrevia poemas aos montes como corredeiras diárias de versos, que vez ou outra lhe mostrava e ao meu pai. “Minha filha, escreva um diálogo de novela. Venha ser a minha sucessora.” Mas meu pai: “Ela é poeta, Janete. Ela é poeta.” E, nesses momentos, eu queria fugir para a montanha mais distante. Dar as costas para aquele mundo. Jamais o da criação, mas o outro, que vinha acoplado. O dos faróis da fama, que nos buscavam incessantemente e me impeliam a esconder-me em lugares inóspitos, tais como o Pico das Agulhas Negras ou a gélida Patagônia.

E ela me chamava para dançarmos o Zorba, nos intervalos das cenas, a buscar talvez uma exótica inspiração, ou para descansar dos dramas dos personagens. Seguíamos na canção grega, que se assemelhava às danças libanesas aprendidas na sua juventude. E bailávamos, as duas, na coreografia vinda dos sonhos de voar.

Poderia ter voado muito mais, não fosse a doença que a assaltou como a dizer que as coisas cessariam por ali, e o ciclo estaria beirando os fins. Agora, acompanhávamos, meu pai e meus irmãos, o seu périplo aos hospitais para intervenções cirúrgicas, que pareciam ainda mais enfraquecê-la. Todas as vezes que chegava de uma operação, empurrada em uma maca, não era ela. Mas um quase fantasma. Uma mulher sem rosto, com os braços esmaecidos como papéis pálidos.

A palavra “câncer” era um título proibido de dizer. O verbo perverso que ela não poderia saber. Se ouvisse, desabaria em sua derradeira fragilidade. “Acaso descubra, não suportará sequer um dia”, falava-nos nosso pai.

Apesar de seus olhos cada vez mais fundos, seu corpo a cada dia mais escasso, sua voz sem cor e as mãos anêmicas, a mente não se deixava acamar tanto quanto a imaginação que viajava além das agônias. Assim, no leito do quarto de hospital, ditava para meu pai a sua derradeira história, *Eu prometo*. E preferiu o destino que a sua própria novela de vida terminasse antes dessa que criara, qual um prolongar etéreo do derradeiro fôlego.

Ela partiu sonhando sem saber para onde iria. Em sua imaginação, abria-se a cortina de um teatro de belezas. Um menino sentado sob o sol a aguardava de braços alados enquanto o arco-íris chovia sobre os estranhos campos.

Na manhã de sua partida, o povo nas ruas acenava lenços brancos para os navios do espaço, ao mesmo tempo que nós, seus órfãos, a buscávamos em uma casa vazia, ou nos desígnios do nunca mais.

Agora sabemos. Ela está na morada das mães eternas, a soprar o vento dos bons caminhos para seus filhos perdidos.

LAÍS CORRÊA DE ARAÚJO: BREVE PERCURSO INTELECTUAL E POÉTICO

Maria do Rosário A. Pereira

Mulher empenhada em discutir e trabalhar poeticamente as questões de seu tempo, Laís Corrêa de Araújo nasceu em Campo Belo (MG), em 1927, e faleceu em Belo Horizonte, em 2006. Apesar de uma infância perpassada pela penúria financeira e pela orfandade – perde a mãe, com um ano de idade, e o pai, aos sete –, numa família de sete irmãos, Laís consegue se formar em Línguas Neolatinas e Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Aos 18 anos, a moça se tornava a mais jovem diplomada de sua turma. Uma carreira no serviço público federal como escriturária no IAPI (hoje INSS), iniciada em 1946, garante-lhe a subsistência – era muito comum, aliás, que os intelectuais recorressem a esse subterfúgio da estabilidade para que pudessem manter, paralelamente, uma carreira intelectual ou mesmo como poetas e ficcionistas, já que essas carreiras costumam demandar tempo e disponibilidade mas, nem sempre, trazem um retorno financeiro. Destaque-se, ainda, que, após 30 anos de serviços prestados, aposentou-se, tendo, em seguida, sido aprovada em primeiro lugar no vestibular para o curso de Filosofia e Teologia da PUC Minas, no qual se graduou em 1978.

É na revista *Vocação* que aparecem os primeiros poemas de Laís, e é também na movimentação, nos bastidores desse periódico e desse movimento – constituído também por Fábio Lucas e Rui Mourão – que ela conhece seu futuro marido e parceiro também de empreitadas

intelectuais, Affonso Ávila. Seu primeiro livro de poemas, publicado em 1951, *Caderno de poesia*, foi uma publicação surpresa, feita pelo próprio Affonso. Em depoimento da escritora, ela asseverou que o livro lhe foi entregue “dentro de uma caixa de orquídeas. Um gesto romântico, com certeza, mas também de confiança estética no caderninho que eu lhe dera, manuscrito” (ARAÚJO *apud* MACIEL, 2002, p. 32). Desse enlace vieram cinco filhos e uma produção e uma trajetória intelectual de fôlego para o casal.

Em *O signo e outros poemas*, publicado a seguir, em 1955, já se denota o apreço que a poeta tem pela metalinguagem, a qual parece ser uma tônica em sua poesia de modo geral: tanto a palavra como a poesia ganham uma dimensão vital, há uma integração entre o eu lírico e a palavra poética. Em “Rito severo”, lê-se: “Palavra, rito severo, / que minha posse recusa, / onde o tropel de lirismo / com que a noite me fecundas? // És testemunha e presença / do meu vazio lembrar / mas só ao vento te entregas / domando intacta o silêncio. [...]” (ARAÚJO, 2004, p. 76). A palavra cumpre, assim, uma função ligada à rememoração, pois é, ao mesmo tempo, “testemunha e presença”, compondo uma espécie de rito, esboçado no título do poema, em que o eu lírico busca quase incansavelmente alcançar a potência máxima que a linguagem pode expressar, ainda que tal busca por vezes se frustre. Isso fica nítido no final do poema: “Palavra, cansa buscar-te, / quero sorver-te integral.” (ARAÚJO, 2004, p. 76).

Autora de uma poesia um tanto quanto multifacetada, Laís publica, em 1967, o livro *Cantochão*, o qual lhe rende o prêmio de poesia Cidade de Belo Horizonte. De acordo com Nelly Novaes Coelho, a obra seria “ponto de convergência” entre dois movimentos simultâneos, que, a partir dos anos de 1960, passariam a guiar a poesia: “a consciência da palavra como nomeadora [...] e o resgate do ontem [...] por meio da redescoberta do homem [...]” (COELHO, 2002, p. 320). Em poemas como “Layout da burguesia” e “Fábula do burguês”, percebe-se uma crítica da poeta às relações capitalistas que regem o mundo, em um tom ora enxuto, ora irônico, ao mesmo tempo que nesses versos Laís trabalha, também, a estética, a arquitetura dos poemas, conferindo-lhes um apelo visual marcante. Também deve-se considerar que a poesia – e a própria arte em geral – é pouco ou nada valorizada em nossa sociedade, cuja máxima se resume à “vida (cofre e cheque)”, à “vida (*up-up*)”

buildings)”, isto é, a um modo de vida cujo único propósito é lucrar. Alcançar de modo imediatista bens materiais é o caminho perseguido, em geral, pelo sujeito:

AGORA, AGORA, AGORA,
o que é meu, meu e meu
por direito de outrora,
laranja
pétala
azuis
montanha
O CÉU
(ARAÚJO, 2004, p. 85)

Julgamos oportuno reproduzir os versos finais desse poema tal como aparecem no original para demonstrar o diálogo estreito que, na poesia de Laís, se estabelece entre a palavra poética e o *design*, o *layout* do poema – expresso no título, inclusive. Durante todo o poema os versos assumem essa forma irregular, por assim dizer, conferindo um sentido também imagético, para além da palavra poética propriamente dita. Também é digno de nota o fato de que algumas palavras, como “ouro, rosa, céu, aço”, são grafadas em caixa-alta no decorrer do poema e recapituladas ao final por meio de associações como “laranja, pétala, azuis, montanha”, em um procedimento formal típico do cultismo barroco, como salienta Sampaio (2019, p. 136), em um processo de “disseminação e escolha” dos vocábulos. Isso traz implicações semânticas ao texto, na medida em que sua forma de apresentação dialoga com o cerne do poema, a saber, a crítica às classes burguesas e ao modo como elas se posicionam e operam no mundo.

Decurso de prazo (1988) e *Pé de página* (1995) foram publicados de modo independente e artesanal. Quanto ao primeiro, foram distribuídos 300 exemplares pela própria Laís. Com uma poética designada por alguns críticos como “cerebral”, como exemplar da “criatividade experimental da poesia mineira” (SAMPAIO, 2019, p. 140) e na qual se percebe uma “dimensão antilírica”, em expressão de Maciel (2002, p. 23), nessa obra Laís inscreve sua poesia também no campo do erotismo, proibido simbolicamente às mulheres. Linguagem e corpo se refletem, reverberam um no outro, como em “Vocabulário”: “[Gosto

de] Certas partes do corpo / que bem que sonorizam: / – púbis, hímen, vagina – / palavras que balizam / a encoberta mina. // E gosto de orgasmo / palavra atravessada / como um espinho agudo / que rascante lateja / um momento de pasmo.” (ARAÚJO, 2004, p. 123). Por meio da sonoridade das palavras, cria-se um clima lascivo no poema, o qual remete à própria experiência, ao gozo advindo da linguagem. Destaque-se ainda o breve “Poesia” – “Um ponto de mira. // E o tiro / pela culatra.” –, que se refere às inúmeras e vãs tentativas da linguagem em dar conformidade ao mundo que nos cerca.

Já em *Pé de página*, publicado em 1995, destaca-se a

elaboração consciente de uma poética na qual aparece um olhar para o próprio universo do ser mulher, por meio de uma escrita que aponta para a construção de uma poesia ético-existencial, de uma identidade, em defesa da autenticidade de uma voz no ponto de vista da mulher como ser autônomo e livre. (SAMPAIO, 2019, p. 147)

Isso implica que, ainda que não haja bandeiras feministas explícitas nos versos da referida autora, as questões que permeiam o universo da mulher, como por exemplo a maternidade, neles aparecem retratadas sob um viés crítico, como se verá a seguir. Dividido em duas partes – I) Patrimônio histórico e II) Ossos do ofício –, *Pé de página* traz, na primeira, um percurso memorialístico da poeta sobre momentos relevantes de sua vida, desde a infância, passando pela adolescência, até chegar à vida adulta, com casamento e filhos. Significativo nessa primeira parte é o poema “Ritos de passagem”: “Minúscula coisa vacilante / Ocioso incêndio de hormônios / Esperma DNA genes efervescentes / Nostalgia da menstruação / Pobre coisa vacilante / à beira de.” (ARAÚJO, 2004, p. 155). São muitas as apreensões e dúvidas que cercam a mulher quando da iminência ou mesmo do contato com a maternidade – e Laís recupera essas questões. A lacuna expressa pelo último verso, “à beira de”, deixa indagações ao leitor: ao passar por essa experiência, estaria a mulher à beira da loucura? Prestes a descobrir-se como ser vivente inteiramente à disposição de outrem?

Clips, publicado em 2000, aponta para um dos aspectos centrais na poesia de Laís Corrêa de Araújo ao longo de sua carreira: o diálogo entre a poesia e outras linguagens. Em espécies de “cápsulas poéticas”, em expressão de Maciel (2002, p. 26), as quais “lembram a forma do

pensamento-frase”, o eu lírico se revela ao leitor – “nada a esconder / no porão cheio de eus” – na abordagem de temas diversos. E em *Geriatrico*, último livro por ela publicado, em 2002, como o título anuncia, trabalha-se a problemática da velhice. Na obra esboça-se uma espécie de avaliação, de balanço das experiências vividas, expresso pela palavra poética.

Conforme se pôde perceber nesta breve apresentação da poesia de Laís Corrêa, os versos da autora são repletos de “desdobramentos e deslocamentos” (SAMPAIO, 2019, p. 14), uma vez que sua poética se debruça sobre a experimentação com as palavras, suas múltiplas possibilidades semânticas, sonoras, táteis. Assim, cada livro afigura-se como único e ao mesmo tempo integrante de uma coleção vária e multifacetada. Tanto é assim que, em 2004, a Editora UFMG reuniu toda sua obra poética em uma antologia intitulada *Inventário (1951-2002)*: lidos cronologicamente, cada livro apresenta para o leitor o *modus operandi* de Laís em um determinado momento de sua carreira, dialogando, também, com seu próprio tempo e com as tendências que ora figuravam no panorama literário nacional.

No que se refere a sua atuação como intelectual, sobretudo na imprensa, destaque-se sua participação na coluna “Roda gigante”, criada por ela no jornal *Estado de Minas*, em 1959, a qual se manteve até fins da década de 1980. Entre 1966 e 1969, período no qual dá uma pausa nas publicações do *Estado de Minas*, manteve coluna de mesmo nome no *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Nessa seção, Laís fazia resenhas e críticas e selecionava textos de escritores, além de reunir entrevistas com intelectuais diversos, em funções de curadoria típicas de editores de periódicos. Tal coluna era responsável, assim, por movimentar a vida cultural mineira ao estreitar o diálogo com escritores e intelectuais do país, auxiliando, ao mesmo tempo, o próprio mercado editorial, ao conferir visibilidade a um conjunto de escritores que nem sempre contava com notoriedade na grande imprensa. Destaque-se, ainda, sua atividade como cronista na revista *O Cruzeiro*, entre 1952 e 1957, revista essa detentora de enorme prestígio à época.

No ensaísmo, é notório o estudo sobre a obra de um dos grandes poetas mineiros, cujo título é o próprio nome do autor – *Murilo Mendes* –, lançado em 1972 pela Editora Vozes na coleção *Poetas Modernos do Brasil*. Tal estudo é considerado, além de pioneiro, fonte até hoje significativa e serve como importante referência para aqueles

que se debruçam sobre a poética de Murilo – tanto é assim que, em 2000, vem à luz nova edição, revista e ampliada, desse ensaio pela editora Perspectiva. Ressalte-se ainda a atuação de Laís como tradutora e como escritora para o público infantojuvenil, com destaque para *O grande blá-blá-blá*, lançado em 1974, com prefácio de Rachel de Queiroz.

Com uma carreira significativa no campo das letras, e sem perder de vista a questão de gênero, merece lembrança um episódio da vida de Laís, que bem reflete o cenário intelectual para a mulher em meados do século xx. Em 1963, destaque-se a participação de Laís como única mulher na Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, realizada em Belo Horizonte – cidade de expressão cultural reduzida àquele momento – com a função de integrar poetas e críticos do concretismo em Belo Horizonte e em São Paulo. De acordo com o próprio Affonso Ávila:

O pensamento progressista da mulher brasileira deu seu tom de destaque à exposição, através de Laís Corrêa de Araújo, essa “mulher forte do Evangelho” que, nos anos sombrios que se seguiam ao vindouro março/abril de 64, simbolizaria de modo quase solitário mas exemplarmente corajoso, na sua poesia e sobretudo na sua temida coluna “Roda Gigante”, a resistência de quase vinte anos da verdadeira mulher mineira, imagem então deturpada caricatamente pelo conúbio místico-festivo com os agentes da truculência obscurantista do regime militar. (ÁVILA, 2011, p. 56 *apud* SAMPAIO, 2019, p. 25)

No que se refere à participação das mulheres no campo cultural àquela época, era de se esperar que a participação de Laís causasse espanto e até descontentamento entre os participantes do evento – como, de fato, aconteceu entre alguns –, uma vez que, às mulheres, era reservado o espaço doméstico, privado, e nunca o espaço público, fosse esse espaço político ou intelectual.

Em síntese, o percurso dessa poeta e intelectual é digno de nota no cenário poético nacional, ainda que sejam poucos os estudos de fôlego sobre ela. Para finalizar, referenda-se a leitura de Sampaio (2019, p. 65), no que concerne à expressividade alcançada pelo trabalho de Laís Corrêa de Araújo, bem como ao modo de execução desse trabalho: “é possível constatar que a modernidade da poesia de Araújo

residiria no recurso de aliar, simultaneamente, consciência crítica e criativa, por meio das quais a poeta constrói uma poesia de rigor, em que o jogo lúdico é também crítico e participante”.

O acervo de Laís encontra-se, hoje, na Universidade Federal de Minas Gerais, mais precisamente no Acervo de Escritores Mineiros – lá está desde 2012, quando da morte de Affonso Ávila. Até o momento, o arquivo encontra-se organizado da seguinte forma: série “Correspondência”; série “Documentos civis”; série “Produção intelectual do titular”; série “Produção intelectual de terceiros”; série “Documentos burocráticos”; série “Iconografia” – todas no Subfundo Arquivístico. Há ainda o Subfundo Bibliográfico (livros, folhetos e periódicos) e o Subfundo Museográfico. Como é possível de imaginar, muito ainda há para ser feito – catalogado, pesquisado, conhecido, enfim. Que novos estudos possam vir à lume, concedendo a Laís Corrêa de Araújo o lugar que lhe é devido na história literária e cultural de Minas Gerais, e também na do país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Laís Corrêa de. *Inventário: 1951-2002*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- MACIEL, Maria Esther (org.). *Laís Corrêa de Araújo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.
- PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Laís Corrêa de Araújo. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Mulheres em letras: antologia de escritoras mineiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.
- SAMPAIO, Renata Maurício. *Escrituras híbridas: pontos de mira e tiros pela culatra: a dicção poética de Laís Corrêa de Araújo e suas confluências*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Belo Horizonte, 2019.

LINA TÂMEGA PEIXOTO: OS SUSTOS DA MEMÓRIA

Ronaldo Werneck

“Arremessada ao pretérito espaço, a varanda é uma trama de talos de madeira algemados com a bainha do muro que a solevanta do capinzal. O arvoredado em cochichos, os cacos de esmeraldas, a curva da chuva que põe no colo a paisagem, o sol-posto do consumado encontro à beira de mim, tudo é florescer do acaso, tudo são sustos da memória. Existo na metade de tudo, na metade de nada, e procuro no outro lado do percurso o jogo ambíguo das palavras. A música vibra o ar que bica e estala as trêmulas rendas da voz. Desembrulho outras palavras e extingo a noite – plana, seca e desesperada. Entreluz como tranças de sol o sibilo dos tons na garganta. Engendro um refrão dourado para recitar, luxuriante, com febre e desmaios, uma frase igual a outra frase. Gêmeas em mim. Crase.”

Até aqui, essa ciranda quem me deu foi Lina. Que não mora nas areias de Itamaracá, mas – olê, olá! – onde a poesia faz da sonoridade o seu estar. Tessitura que entreluz como um refrão dourado, tranças de sol, a poesia de Lina Tâmega Peixoto é susto que nos solevanta, é frase (jamais) igual a outra frase, é música e vibra o ar que bica e estala as trêmulas rendas da voz.

AQUI SONHAMOS. AQUI VAMOS MORRENDO

As teclas travam. O texto entristece. Um nó na garganta. Um peso no coração. Palavras que calam. Dígito com dedos enlutados esse

necrológio para minha grande amiga Lina, morta há três dias. Três dias já e sua voz vinda pelo celular de Brasília há menos de outros 15 – e reverberando em meus ouvidos ainda agora. Sua voz ainda canção e sempre tão clara e delicada: “Boa tarde, Ronaldo. Realmente pneumonia não é uma coisa fácil, não. É uma convalescença muito lenta e gradual. O tempo aqui é uma memória, sabe? Tô tomando antibióticos fortíssimos. Vamos ver. Hoje eu fiz exame de sangue pra ver minha situação... Também espero sair dessa com muita lisura e muita maciez”.

“Aqui sonhamos. Aqui vamos morrendo. / Na verdade, somos tudo o que somos, / ao pé desta árvore artificial / arrancada às florestas do mundo!” – escrevia sua grande amiga Cecília Meireles, no poema “Abajur de Lina” (1951). Na tarde da última terça-feira, 1.º de setembro, a poeta cataguasense Lina Tâmega Peixoto (1931-2020) falecia em Brasília, para onde se mudara ainda antes dos anos 1960 e da própria inauguração da capital. Ela foi uma das nossas maiores vozes na poesia – não só de Cataguases como também de Brasília e do país como um todo. Afóra a poeta maior, Lina era uma *lady*, uma dama como poucas, gentil, sensível, arquétipo de um tempo que remetia a tempos de outrora, tempos de extrema delicadeza. Mais que simples dama – disse um dia o poeta Joaquim Branco –, na verdade Lina foi nossa primeira dama da poesia.

FALA & RESPIRA POESIA

Cataguasense moradora em Brasília desde os primórdios de sua construção, a professora universitária e ensaísta Lina Tâmega Peixoto foi poeta de longo curso, e das grandes. Cidadã do mundo, na verdade nunca se desprende totalmente do mundo-Cataguases, como afirmou certa vez: “Ser mineira de Cataguases é o que não me faz ser estrangeira em Brasília, é o que me faz ser habitante de qualquer rua do mundo e nunca ser traída no meu jeito de viver”.

Sua trajetória literária inicia-se em 1949 ainda em Cataguases, com a edição da revista *Meia-Pataca*, ao lado do poeta Francisco Marcelo Cabral, seu (e meu também) grande amigo. Em 1953, surge o primeiro livro, *Algum dia*. Somente 30 anos depois, o segundo, *Entretempo* (1983). Mais duas décadas sem publicar, quando em 2005 lança *Dialeto do corpo*. E, na sequência, num só ritmo, *Água polida* (2007), *50 poemas escolhidos pelo autor* (2008), *Prefácio de vida* (2008), *Os bichos da vó* (2008) e *Entre desertos* (2014).

Alinhavos do tempo, de 2018, seu último livro, aportou incólume aqui em casa – na Cataguases margeada pelo Rio Pomba, tão caro a mim quanto à minha amiga poeta – e trouxe, como sempre, a sutileza das metáforas que transparecem até mesmo em suas dedicatórias: “Para o querido amigo Ronaldo, os ruídos do coração que alinhavam o abraço de admiração e amizade que leva estas palavras até você, / Lina”. A poesia assoma em cada gesto, em cada um de seus escritos – não só na força, nos muitos *punti luminosi* de seus poemas, motores por excelência da poesia, mas num ensaio, numa carta, num bilhete, numa postagem qualquer. “Qualquer”, palavra errada: tudo nela indica extremo cuidado, emana resplendor, halos impregnados de uma poética de grande intensidade. Lina fala, escreve, respira poesia.

ENVELHECER O PRESENTE

Tão logo pude, registrei por *e-mail* o recebimento de *Alinhavos do tempo*: “o seu livro chegou às minhas mãos já há vários dias, mas ainda não agradei porque queria ler antes, e ler pausadamente, como sempre degustando sua poesia, que me é muito cara”. Assim, ele andou comigo já algumas vezes durante breves e recentes viagens. E eu viajei em suas páginas com grande prazer.

“Que coisa mais perfeita isso que você escreve no ‘pré-prefácio’! Isso: “preciso envelhecer o presente para recriar as coisas que se escondem dentro de mim e que resistem às delicadas sutilezas da imaginação, no fazer-se obra literária”. E, na sequência, a citação do poema: “Piso descalça histórias envelhecidas / no ranger das tábuas”.

Acho que aí está, em perfeita conjugação, uma síntese de todo o seu livro, de toda essa delicada, sutil viagem “para dentro de seu quintal”, de sua casa às margens do Rio Pomba:

A Casa da Rua do Pomba

Curvo-me sobre a noite
e tento encontrar palavras
para dormir comigo.
Talvez invente tudo. Não há ninguém
para perguntar se misturo e confundo
água de rio, barco, morte, solidão,

insônia, luxúria, alegria e menina.
Faço imagens sobre as coisas da casa
para que não morram
como peixes dentro de um copo
ou viço de sombra colhido pelo sol-posto.

A CRIAÇÃO DO MUNDO E SEU NAUFRÁGIO

Aliás, ao falar na casa de sua infância na Rua do Pomba, no quintal que se debruça sobre o rio e na Ponte Velha, surge logo aquela imagem belíssima: “uma carcaça de estrela, tombada do azul que o céu sustenta”. E falar no “seu” quintal me leva (você nos leva) ao impacto da imagem (como se nós a víssemos enquanto lemos) daquelas formigas, cogumelos etc. que se abrigam “para que a água do regador / venha cabisbaixa em sua fúria / e não alveje a criação do mundo e seu naufrágio”. A criação do mundo e seu naufrágio: que força têm essas palavras-imagem no universo daquela menina que apreende o mundo a partir do quintal que é “seu mundo”. Seus poemas respiram poesia a cada página – e nos encantam, como mágica! Sim, que encantamento tamanho salta dessas (suas) palavras que adejam sobre “a clara, linda, alta e fina fala” (que belo e altissonante decassílabo!).

Gotas de asa revoam
no manso curso do rio Pomba
como afluentes do pássaro.

Da janela
veem-se
os peixes mordendo o azul
escorregado no fundo do céu.

Voos de ave esfregam o sol
nas manhãs mais pálidas.

O que se vê
é a metade do mundo

debruçado no peitoril da janela.
A outra metade. Não há.

AQUI TEM COISA

“Aquela escrita de coisa, coração e susto / é o encanto faminto que entra entre falas adentro”. Drummond disse um dia, ao ler um poema de *O centauro*, do então jovem Francisco Marcelo Cabral, o nosso saudoso Cabruca: “Aqui tem coisa”. Não é preciso que eu repita o dizer de Drummond, pois sei que sempre vou encontrar muitas e belas “coisas” (como esses versos) em seus poemas. Mas quando me deparo com uma pedra de toque como “Volteio o corpo / e a saia abre-se em varanda” sinto que a força dessa imagem só pode me levar a dizer que aqui tem não só “coisa”, mas um constructo de muitas e muitas belas coisas.

Ah, sim: não posso me esquecer de mencionar o belo estribilho de “Cantiga IV”: “Vou a cuidar da razão / que do amor cuida o coração / Ai, coitada de mim!”. Pois é, minha amiga, conduzida pelo poema, a literatura assoma de cada palavra que você escreve. Repito: você respira poesia – e da mais alta qualidade.

“Coisas” que “coisificam” à perfeição alguns desses poemas a seguir – esses poemas que saltam do papel e nos envolvem, como se para sempre.

É inútil prosseguir com a poesia
quando se tem dedos apenas para as teclas.
Minha poesia é para mais tarde,
quando o tempo se abrir como as asas de um anjo.

A noite cresce e cresce a dor
e cresce o filho que acalanto.
Nasci para todos e ninguém me vê.
Achava tudo tão perto junto a mim,
que estava longe.

As ilusões – tenho-as ainda.
Por causa delas sou como existia
e meu poema vive como que quisera
ser estrela de uma noite e dormir o dia.

A travessia de Minas

Inauguro o Arraial do Meia-Pataca
e não me importa se é um ninho de gente
a segregar um pedaço de mundo
que há terra adentro alvéolos de poesia
abrasando-se no veio mineral de suas ruas.

Deslizo morro abaixo
Em direção às jabuticabeiras e aos pés de abio
E uma teia maternal apanha as mangas maduras.

O leque de concha

A mão fechada em ovalada folha
molha os sulcos
de água afiada
na cor baça.

A flor que se entreabre
em crepúsculos de estames
preserva a polpa calcária
picada pela cuia das ondas.

A ramagem, endurecida na ostra,
tem as corolas presas
nas coroas à flor da sombra.

O leque agita
castanhas pétalas de rugas
e na tarde que desfolha
veste o vento por dentro da concha.

Permissão do poema

Peço permissão ao poema
para que eu o escreva.
E interrogar, como se faz com as plantas,

o corte, o recuo, o tocar das mãos,
o enleio do medo, os estandartes do corpo.
E recolher no fulgor dolorido da linguagem
a manhã balançando-se em juncos brancos
e a luz mergulhando o rosto na água.
Que o poema permita que eu esteja presente
ao desfalecer de sua beleza
e à cruel louçania da criação.

Preciso de traço e fascínio
para levantar os versos
como os caules entremeiam espaços
para firmar o olhar da rosa.
Que o martírio do silêncio e do mistério
não rascunhe a frente da palavra
mas me conduza a uma escrita
feita de meu próprio sopro.

LÚCIA CASTELLO BRANCO: O FEMININO TRAÇO DAS LETRAS, NAS LETRAS

Iara Christina Silva Barroca

Lúcia Castello Branco nasceu no Rio de Janeiro, em 1955, e, atualmente, vive na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. É professora titular de Estudos Literários na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Fale/UFMG). De coração carioca e de alma mineira, conforme ela mesma relata, Lúcia se define como uma brasileira, “brasileiríssima”, com pés e coração enraizados nesta nossa pátria:

Nasci no Rio de Janeiro, em 1955, cidade que guarda para mim, até hoje, a memória de meu pai, que era paulista, mas me ensinou a amar o sal e o sol sobre o corpo, e também as sombras. Foi por causa de meu pai, também, que vim para Belo Horizonte, ainda adolescente, e fiz, nesta cidade, muitos laços fortes: os amigos, o trabalho, e meus dois filhos, mineiros. Dizem que me amineirei. E eu sorrio, quando escuto isso, porque meu coração é carioca, mas minha alma, creio, sempre foi mineira. Sei que, sobretudo, sou brasileira, brasileiraíssima, embora às vezes me sinta um tanto estrangeira. Por isso, talvez, tenha ensaiado morar, por duas vezes, nos Estados Unidos, e uma vez em Portugal, países onde fiz o mestrado, dois estágios de pós-doutorado e um estágio sênior.

Escritora, ensaísta, tradutora, acadêmica e autora brasileira, publicou várias obras, entre as quais ensaios, críticas, romances, textos literários e literatura para crianças.

Em uma das apresentações de sua biografia, feita no *Livro de cenas fulgor* pelo seu marido, senti-me tocada pela maneira como ele nos apresenta essa escritora, mulher, humana, Lúcia Castello Branco. Uma maneira extremamente sensível, que nos faz pensar em Lúcia mais que por suas habilidades e competências acadêmicas e intelectuais. E é em função da sensível expressividade encontrada nessa descrição que a cito:

[...] mãe de David e Júlia, legente e escrevente apaixonada sob os fulgores da letra e do traço, ri muito das bobagens do mundo, exerce o devaneio como matéria-prima da criação, caminha em várias direções ao mesmo tempo, gosta de flores sempre frescas sobre a mesa, sonha com um tipo de avião mais leve que o ar, solta lágrimas fáceis diante da beleza, sobretudo a beleza do céu de Lisboa, coleciona cartas especiais num baú marrom, nunca sabe como funcionam as máquinas, muito embora seja grande conhecedora dos segredos de luz e sombra de uma persiana. (ASSUNÇÃO, 2000)

Diante desse sensível desenho, deparamo-nos, pois, com a escritora que se divide entre o fazer literário e o fazer crítico-literário. Lúcia publicou vários livros de ensaios na área de teoria literária. Neles apresentou estudos que se destinaram a entrelaçar psicanálise e literatura, com ênfase nos estudos sobre a escrita feminina. Destacamos *O que é erotismo* (1984/1987), *Eros travestido* (1985), *A mulher escrita* (1989), *O que é escrita feminina* (1991), *A traição de Penélope* (1994), *Literaterras: as bordas do corpo literário* (1995), *7 olhares sobre os escritos de Barros e Pessoa* (1995), *A força da letra* (2000), *A branca dor da escrita* (2003) e *A cura da literatura: breve encontro intenso da psicanálise com a obra de Maria Gabriela Llansol* (2013), dentre inúmeros outros que iluminaram as reflexões acerca dos estudos literários, em especial as publicações críticas mais recentes: *Os ínvios caminhos: ler, escrever, psicanalisar* (2019); *Feminino de ninguém: breves ensaios de psicanálise literária* (2019); e *Shoshana Felman e a coisa literária: escrita, loucura, psicanálise* (2020).

Lúcia Castello Branco é, também, uma das mais expressivas pesquisadoras da obra de Maria Gabriela Llansol, sobre quem já publicou vários ensaios crítico-teóricos. Além de nas publicações no cenário acadêmico, Lúcia investe, literariamente, em seu dom e em sua sensibilidade para a escrita, uma vez que se consolida como autora

de romance, conto, poesia e livros infantojuvenis. Dentre suas produções literárias, destacamos os seguintes títulos: *A falta e Desiderare* (1997); *Coisa de louco e Um corpa'screver* (1988); *Nunca mais* (2000); *Livro de cenas fulgor* (2000); *Os absolutamente sós* (2000); *Aletria* (2000); *Contos de amor e não* (2004); *A mendiga* (2005); *O amor não vazará meus olhos* (2006); *Livro de asas: para Maria Gabriela Llansol* (2007); *Cláudia Renault: depoimento* (2009), *Manoel de Barros: Caderno I – Coleção Amorímpar* (2009); *Maria Gabriela Llansol: Caderno II – Coleção Amorímpar* (2009); *Inquérito às quatro confidências (Diários de Llansol)*, *Finita (Diários de Llansol)* e *Um falcão no punho (Diários de Llansol)* (2011); *Preces para a amiga submersa* (2013); e *Nenhum orvalho sobre a cidade* (2016).

Na literatura infantojuvenil, destacamos os seguintes títulos: *Julia-Toda-Azul* (1993); *O fazedor de palavras* (1996); *O homem da lua de abril* (2001); *A menina e a bolsa da menina* (2004); *Nick Cão: o fim* (2007); *O menino e a lágrima de Vênus* (2012); e *Maria Lua da minha escuridão* (2014, 2015).

Diante dessa diversidade de escrita, optei por realçar alguns traços que indicam uma experiência de escrita: experiência que pode ter sido vivida ou, simplesmente, por vezes re-criada no modo de dizer/escrever. Para isso, foram selecionadas duas obras da autora, em nível de recorte, para se trabalhar a questão do estilo literário proposto por Lúcia Castello Branco: *A falta* e *Livro de cenas fulgor*. E, para dar início a essa apresentação, elejo o livro *A falta* para apontar algumas reflexões sobre a escrita de Lúcia Castello Branco.

Não saberia classificar, em nível de gênero de escrita, o livro *A falta*, uma vez que ele se nos apresenta ora como fragmentos de um romance que contemplam a história dispersa e faltosa entre mãe e filha, ora como contos independentes, que abarcam essa mesma tensão. Diante, pois, da impossibilidade de classificação geral, sugiro ao leitor, legente – termo apreciado pela própria autora –, que defina, por si mesmo e por seu envolvimento com o texto, o teor desse tipo de escrita, que se constitui de variações sobre um mesmo tema: a falta. No livro, os fragmentos, as descontinuidades, o indizível, “as discretas infidelidades ao vivido”, compõem um cenário no qual nos rendemos ao precioso exercício de re-invenção das variadas formas de amor e de amar.

Segundo Freud, as mulheres, no trajeto de sua história subjetiva, precisam reencontrar-se com a figura materna para poderem, então,

alcançar a identidade feminina. O livro *A falta* nos oferece, enquanto leitores, essa possibilidade de entrar no íntimo da subjetividade feminina, marcado pela dor e pela melancolia de quem já sentiu, de alguma forma, qualquer rejeição do primeiro amor, o materno. Uma narrativa em que mulheres, especialmente, podem experimentar o exercício constante dos lugares da falta, das lacunas abissais, do permanente estado de incompletude inexorável.

Realçar essa relação entre mãe e filha é, também, possibilidade de reconhecer, nela, o fragmento do ser que experimenta a rejeição, a diferença, a falta de afeto, a aspereza das relações. Por outro lado, é também uma forma de repensar as diversas formas de amar/de amor, as maneiras de desfragmentar barreiras. A necessidade de afeto é o cerne das narrativas, e Lúcia não nos poupa de grandes reflexões. O livro é eminentemente feminino, e, talvez por isso, ao eleger o discurso de suas narradoras, ela nos coloca diante de questões que estão além do dizível, uma vez que o indizível é a essência da escrita feminina – nas palavras da própria autora. Parece ser necessário abandonar todo o saber crítico e entrar em outra dimensão: a dimensão do sentir, que rouba todas as palavras diante de nossas sensações: uma escrita dos afetos, ou, mais que isso, uma escrita súplice de afeto. Para isso, cito:

Lá está nossa mãe, do outro lado do vidro, cá estamos nós, os outros, os outros filhos, eu e meu irmão, meninos. Em vão tentamos ouvir dela alguma coisa que nos apascente, em vão buscamos palavras novas para agradar seu gosto por vocabulários esdrúxulos. Inútil. O vidro entre nós demarca uma superfície, uma película absurda que não conseguimos atravessar. “Mamãe”, eu tive vontade de dizer. “Não vês que morro aos pedaços, se não lançares em direção a nós o teu olhar?” “Não vês que estou condenada à fome e à sede, a pão e água, se não me disseres, pelo menos uma vez, minha filha?” Nossa mãe não responde, porque, afinal, nada lhe foi indagado. Nós, meninos criteriosamente penteados pelas mãos de um pai, jamais invadiremos seu quarto luminoso onde ela pensa luzir, sol negro a cegar nossos olhos. (CASTELLO BRANCO, 1997, p. 61)

Como se pode ver, Lúcia nos coloca diante de questões que realçam a *falta* de ser, a falta do que dizer, as lacunas, as margens. Em uma outra passagem do seu livro, essa angústia da falta, do não ter, da solidão e do pressentir, é intensamente narrada:

Era mais um dia em que eu havia acordado com um vago frio no estômago. Uma velha dor, com a qual já me habituara mas que sempre me trazia estranhas reminiscências e incontroláveis premonições. “Sei que vou sofrer hoje”, eu então pensava. E mesmo que isso não fosse exatamente verdade, mesmo que nada de sobrenatural viesse a me acontecer, aquilo, aquela dor sem explicação, já consistia num absurdo sofrimento. Esse medo, que desde menina eu aprendera a chamar de “dor de medo de ter medo”, me perseguiria então pelo resto da vida. (CASTELLO BRANCO, 1997, p. 37)

Em um outro fragmento, intitulado “Introdução à mãe”, cito a mãe narradora se autoapresentando aos desafetos, à filha:

[...] porque sempre foste uma menina franzina e feia, lembro-me de ter dito a teu pai: esta menina caminhará de costas, nadará contra as correntezas, jamais aceitará um alimento de minha mão ou minha boca, jamais pronunciará palavras toscas que não brilhem como seu nome. Aqui estamos, agora, tu e eu, nesta sarabanda alucinada, como dizem as loucas da ala azul. Lembro-me de uma canção ainda pueril que eu compus com esse nome e que queria dizer do meu amor por Walter e pelos meninos que nunca foram vocês dois. Você nunca coube no azul, minha filha. E no entanto nunca saiu de lá, eu sei. Como te dizer? Eu nunca soube línguas e sempre traduzi músicas em inglês para a revista do rádio. Porque eu sempre soube da música que há nas línguas, e o meu ofício maior, disso não sabes, sempre foi cantar. Por que não cantas também, minha filha? Ao invés, escreves, queres com o traço alguma coisa da ordem do amor maior? No princípio era o verbo, dizem eles, e eu penso que no princípio o verbo era a voz. Mas agora a voz me cala e as palavras morrem na minha boca. Então te escrevo esta introdução: introdução à mãe. Ainda passas geleia de morango nas tuas palavras, ou come-as secas e quebradiças como as minhas? Jamais te perderei não me amares do amor que não te dou, jamais bordarei túnicas para teus filhos que jamais serão meus netos. Ao invés, direi ao doutor que me injete doses de alopático calor nas veias, ou que me ejete e que eu seja lançada como um móbile pelos ares. (CASTELLO BRANCO, 1997, p. 41-42)

Ainda nos outros fragmentos, Lúcia Castello Branco faz alusões a expressivas escritoras, como Virginia Woolf, Hilda Hilst, Gabriela Llansol,

Florbela, Clarice, entre outras, que, de certa forma, também compõem parte desse diálogo legitimador entre grandes mães, mulheres, escritoras.

Ao contrário da densidade das tensões realçadas no livro *A falta*, podemos ver, no *Livro de cenas fulgor*, a leveza com que Lúcia se apropria da poesia para dizer da impossibilidade do tudo dizer, do tudo realçar, numa atitude de sensibilizar, emocionalmente, seus leitores. Segundo Lúcia Castello Branco, esse seu livro nasce da experiência dela, enquanto leitora, com duas grandes escritoras: Sei Shonagon e Maria Gabriela Llansol. A primeira delas nascida no Japão, por volta do ano de 965. A segunda nascida em Portugal, em 1940. Ambas dotadas de obras singulares, de rara poesia, que ao mesmo tempo encanta e atormenta aqueles que as leem, ou seja, os seus “legentes”, como diz Llansol.

Nesse livro, Lúcia Castello Branco enumera, poeticamente, em seu “caderno de contemplações”, as coisas, em suas mais diversas manifestações, como, por exemplo: coisas agradáveis, coisas desagradáveis, coisas más, coisas preciosas, entre várias outras. Vale ressaltar que essa listagem de coisas já povoava o imaginário de Lúcia desde a sua infância. Segundo a autora, de Maria Gabriela Llansol ela roubou a ideia de cenas de fulgor. Para ela, uma cena fulgor pode ser “uma pessoa que realmente existiu”, uma frase, um animal, uma quimera. Assim, Lúcia constrói esse livro com base na lista de cenas de fulgor de coisas, situações, tomadas em sua excelência: frases, desejos, coisas boas ou ruins, sanções, entre outras. Se, por um lado, Maria Gabriela Llansol oferece ao seu leitor como exemplo de cena fulgor o escrito “este é o jardim que o pensamento permite”, por outro, Lúcia Castello Branco, ao oferecer exemplo ao menino, à menina, aos leitores diversos, nos afirma: “esta é a escrita que o fulgor concebeu. O fulgor de minha paixão de legente, o fulgor de minhas experiências do vivido e do sonhado” (CASTELLO BRANCO, 2000). Para compreender isso, leia-se:

I. COISAS QUE FAZEM O CORAÇÃO

BATER MAIS FORTE:

Um planador conduzido segundo a feição do vento

O dorso desnudo de um bebê adormecido

O olhar de um cão, em direção à mãe que amamenta o bebê

O olhar de uma criança, em direção àquilo que
ela não compreende
Tâmaras secas sobre um prato de cristal
Aquele amigo distante que retorna
Deitar-se só, num quarto deliciosamente
perfumado de incenso
O clarão da lua atrás da nuvem

JANEIRO

II. COISAS QUE TRAZEM UMA DOCE LEMBRANÇA DO PASSADO:

Um resto de perfume no lenço em que não
enxugamos aquelas lágrimas
Rosas secas, nas páginas amarelas do livro
Objetos que serviam para a festa das bonecas
O bilhete que um dia escrevemos para nossos
pais
Um dia de chuva, em que nos entediamos
A pena de um falcão que voou rumo a Lisboa
Uma árvore que distribui as folhas pelos
ramos de modo que nenhuma escape do sol

FEVEREIRO

III. COISAS RARAS

Um amigo que suporta nossa alegria com a
mesma firmeza com que suporta nossa dor
Não sujar de tinta o livro em que se copiam
romances, trechos de poesia, pensamentos
Manter a dignidade em uma discussão, mesmo
quando os argumentos parecem nos abandonar
O encontro do amor, dez anos depois, depois
de desvios, desvãos, desencontros

MARÇO

IV. COISAS QUE PARECEM DESPERTAR A MELANCOLIA:

Uma foto amarelecida da mãe, ao fundo da
gaveta
Um resto de leite na xícara velha, em que
bebemos as primeiras palavras
O gotejar da chuva no telhado
A voz do pai, envelhecida e rouca
Uma canção antiga, subitamente lembrada
A névoa sobre os tetos da cidade

ABRIL

V. COISAS DE QUE NÃO NOS ARREPENDEMOS:

A não-resposta exata à agressão gratuita
Aquele objeto inútil, que compramos por
puro deleite
O amor merecido, na hora certa

MAIO

VI. COISAS QUE PERDEM QUANDO SÃO PINTADAS:

A polpa fresca da fruta
As asas de um anjo
As flores da cerejeira
A luz do sol atrás dos ramos
O branco da folha de papel
Qualquer cena fulgor

JUNHO

**VII. COISAS QUE ENCHEM DE
ANGÚSTIA:**

Observar a marcha dos cavalos
Amigos doentes, ou subitamente
transtornados
Uma criança que chora, impedida de falar
Quando uma pessoa que detestamos se
aproxima de nós
Um belo livro, que não acaba nunca

JULHO

**VIII. COISAS EM QUE NÃO SE PODE
CONFIAR:**

No homem que esquece facilmente seus
amores
No poeta ávido por sucesso
Nas pessoas que falam muito alto, tentando
nos convencer
Na amiga que quer ser exatamente como a
outra

AGOSTO

**IX. COISAS QUE SÃO DISTANTES,
AINDA QUE PRÓXIMAS:**

Namorados que não dizem nada sobre a
aparência das namoradas
Relações entre irmãos que não se amam
O intervalo entre o último dia do ano e o
primeiro dia do ano seguinte
Filhos a quem os pais negaram o seu amor

SETEMBRO

**X. COISAS QUE SÃO PRÓXIMAS, AINDA
QUE DISTANTES:**

O paraíso
A rota de um barco
A amiga que vive em Paris
Os olhares trocados entre um homem e uma
mulher

OUTUBRO

XI. COISAS QUE CAEM DO CÉU:

Balões
Papagaios
Manhãs ensolaradas
Chuvas finas
Tempestades
Neve
O título de uma história
A graça divina

NOVEMBRO

XII. COISAS DIFÍCEIS DE DIZER:

Que não queremos mais comer
Que o amor acabou
“Por favor, não me abandone”
Adeus

DEZEMBRO

(CASTELLO BRANCO, 2000)

Nessa perspectiva, observa-se que Lúcia se propõe um “fazer poético-reflexivo” reconhecido para além dos traços unilateralmente determinados por uma escrita de teor teórico-crítico. Transitar com leveza e sensibilidade entre o fazer crítico e o fazer literário é ofício árduo,

que exige muita habilidade. E Lúcia Castello Branco nos presenteia, ao dividir conosco, seus legentes, esse talento, essa leveza, essa sensibilidade presente em seu texto.

Diante disso, se Roland Barthes nos afirma que “o estilo tem sempre algo de bruto: é uma forma sem destinação, o produto de um impulso, não de uma intenção” (BARTHES, 1988, p. 122), podemos dizer que Lúcia Castello Branco, ao oferecer ao menino, à menina e aos leitores diversos seus impulsos, nos apresenta, também, o seu estilo de escrita, concebido pelo fulgor das coisas. Ela afirma: “esta é a escrita que o fulgor concebeu. O fulgor de minha paixão de legente, o fulgor de minhas experiências do vivido e do sonhado” (CASTELLO BRANCO, 2000).

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulinho. [Apresentação]. In: CASTELLO BRANCO, Lúcia.

Livro de cenas fulgor. Belo Horizonte: 2 Luas, 2000.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A falta*. 1. ed. São Paulo: Record, 1997.

_____. *Livro de cenas fulgor*. Belo Horizonte: 2 Luas, 2000.

O PASSADO DE TODOS NÓS: LÚCIA MACHADO DE ALMEIDA E AS CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS

Claudia Maia

*Folheio o álbum, e vejo antepassados cujos nomes
nem mesmo sei. Gostaria de contar-lhes a descoberta
do átomo, falar-lhes dos fantásticos voos interplanetários.
Inútil. Olham-me com seus olhos impassíveis de cartolina,
cada qual guardando consigo – e para sempre – o
segredo de íntimas alegrias e fracassos.*

LÚCIA MACHADO DE ALMEIDA, “ELES, OS MORTOS”

Lúcia Machado de Almeida nasceu em 9 de maio de 1910, na fazenda Nova Granja, hoje pertencente a São José da Lapa, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ali provavelmente a escritora encontrou a semente para muitas de suas histórias, que encantaram e ainda encantam crianças e jovens. De importância reconhecida para nossa literatura infantojuvenil, sua obra e toda a imaginação que ela suscita nos leitores são resultado de seu “espanto” “diante das coisas espantosas que vão acontecendo neste espantoso mundo de espantos” (ALMEIDA, 1984b, p. 3). A natureza – e tudo o que nela há de belo e misterioso – foi o seu grande estímulo e está presente em seus livros em diversos matizes, desde os constantes cenários e espécimes de nossa fauna e flora até os complexos meandros do conhecimento científico da física quântica, por exemplo. Esse maravilhamento com

o mundo natural e o espírito curioso e investigativo da escritora, que acabou por contagiar suas personagens, certamente foram os responsáveis pelo sucesso de sua literatura, imortalizada pela famosa série Vaga-Lume, da editora Ática.

Estórias do fundo do mar foi o primeiro livro publicado pela escritora mineira, em 1943, ao qual se seguiram vários outros, com destaque para *O caso da borboleta Atíria* (1951),³⁰ *O escaravelho do diabo*, publicado primeiramente em fascículos, na revista *O Cruzeiro* (1956), *Aventuras de Xisto* (1957) e *Viagens maravilhosas de Marco Pólo* (1970). No último, a escritora aproxima o leitor brasileiro das instigantes viagens empreendidas pelo mercador veneziano e deixa registrado seu deslumbramento com as belezas e mistérios do extremo oriente, de onde parecem ter vindo seus belos olhos oblíquos. Além dos livros para crianças e jovens, que lhe renderam muitos prêmios, entre os quais o Jabuti, a escritora assinou durante alguns anos a seção feminina na *Folha da Noite* mineira, a coluna “Gente, livros & bichos”, do *Estado de Minas*, e a coluna “Múltiplas”, do *Suplemento Literário de Minas Gerais*, em que apresentava novidades e curiosidades do campo literário e cultural – algumas reveladoras de seu olhar crítico e arguto para as questões artísticas e outras de caráter mais íntimo, que dizem respeito à sua convivência e amizade com personalidades de seu tempo, como esta em que descreve seu encontro com o pintor Alberto da Veiga Guignard:

LEMBRANÇA DE GUIGNARD: Morávamos, então, numa casa com jardim na frente quando, certo dia, vimos chegar um homem corpulento e corado, usando boina e trazendo carta de Aníbal Machado. Era Guignard. Alegre e comunicativo, ele logo nos conquistou. E, naquela mesma tarde, tivemos ocasião de assistir a uma cena simples, mas que nos deu a medida exata da sensibilidade daquele homem que acabávamos de conhecer: andávamos pelo jardim quando ouvimos um piozinho muito fraco vindo de um canteiro. Olhamos e vimos um minúsculo filhote de passarinho, ali jogado como que por acaso. Com cuidado, Guignard tomou-o nas mãos, olhou-o com infinita ternura, fechou os olhos, sorriu e encostou-o no rosto delicadamente. E assim ficou, em

30 Nessa primeira edição, saída pela Melhoramentos, o título era *Atíria, a borboleta*.

silêncio, durante algum tempo. Depois aproximou-se de uma árvore, procurou e encontrou o ninho vazio. Então, sem dizer nada, depositou ali o filhote desgarrado. Dirão que a cena é pueril, um pouco piegas, talvez. Nada disso: foi linda. (ALMEIDA, 1984a, p. 11)

Nesse pequeno e desprezível fragmento de uma coluna de jornal, recuperamos as principais características da escrita de Lúcia Machado de Almeida: o pendor para a narrativa, o talento para a construção e descrição da personagem, a sensibilidade para as delicadezas da natureza e a sinceridade do pensamento. A relação da escritora com o pintor, que viveu em Minas por 18 anos, até sua morte em 1962, vai muito além das amizades entre artistas e intelectuais, que àquela época acabaram por criar importantes redes construtoras e legitimadoras de uma parte da cultura do país. Guignard ficou hospedado na casa de Lúcia Machado e do marido Antônio Joaquim de Almeida por longo tempo e essa ligação afetiva, maternal talvez,³¹ ficou para sempre inscrita nos *Passeios*, que ela escreveu e que foram ilustrados com desenhos de Guignard. *Passeio a Sabará* (1952), *Passeio a Diamantina* (1961) e *Passeio a Ouro Preto* (1970), que formam a trilogia sobre as cidades históricas mineiras,³² eternizaram em livro não só a importante colaboração da escritora para a história e a conservação do patrimônio cultural mineiro,³³ mas também os laços afetivos entre ela e o pintor.

31 Alberto da Veiga Guignard chegou a Minas em 1944, trazido pelas mãos do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que encarregou o pintor da organização de uma exposição de arte moderna e da direção da Escola do Parque. Sobre a relação entre Lúcia Machado e Guignard, conferir a biografia *Lúcia Machado de Almeida: uma vida quase perfeita*, escrita por Regis Gonçalves (GONÇALVES, 2020).

32 Em comemoração do centenário de nascimento de Lúcia Machado de Almeida, cujo acervo se encontra no Acervo de Escritores Mineiros (AEM) da UFMG, a trilogia foi recentemente reeditada pela editora dessa universidade, com novo projeto gráfico, de Márcia Larica, e prefácios de Silviano Santiago, Júnia Ferreira Furtado e Angelo Oswaldo de Araújo Santos.

33 Ao lado de seu marido, Antônio Joaquim de Almeida, museólogo paulista que assumiu cargo no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Belo Horizonte, formou uma dupla entusiasmada e incansável na condução das atividades desse órgão em Minas; ao casal estão vinculadas, por exemplo, a criação do Museu do Ouro em Sabará e também do Museu Casa Guignard, em Ouro Preto.

Nesses “passeios escritos”, a intensa pesquisa feita por Lúcia Machado em documentos e livros sobre a história colonial mineira convive com as lendas e os casos contados de boca em boca sobre personalidades da época, narrativas que acabaram por construir um imaginário que não cessa de produzir mais e mais histórias. O traço leve e poético com que Guignard pintou a paisagem mineira – traço inconfundível, que, segundo a própria Lúcia Machado, teria marcado de tal forma a obra do pintor que “quem lhe conhece bem a obra pode classificá-la *antes de* ou *depois de...*” (ALMEIDA, 1973, p. 10) – se harmoniza com as palavras simples, acertadas e plásticas com que a escritora descreve a arquitetura de Minas. O primeiro, *Passeio a Sabará*, é dedicado à cidade que lhe é mais próxima sentimentalmente, vizinha à fazenda onde passou a infância e onde se encontra o museu que ela ajudou a construir, o Museu do Ouro. Essa proximidade é revelada já na dedicatória: “A meu pai, que muito amou o Rio das Velhas, e a Antônio, que me ajudou a escrever este livro” (ALMEIDA, 2010, p. 5). Como aconteceria com os outros livros da trilogia, o *Passeio* inicia-se com um capítulo que narra a história da cidade, com destaque para o Rio das Velhas, para o qual se dirigiram homens e mais homens, que cobiçavam o ouro que ali se encontrava:

Largo e caudaloso era o velho rio. Tão largo e caudaloso que foi navegável até meio século atrás, quando a mão do homem ainda não havia devastado as matas pelos arredores. Grandes barcos de velas enfunadas subiram e desceram a correnteza... Apitos roucos de navios largando âncora para o Rio São Francisco ecoaram por estes morros. Conta-se que há cinquenta anos houve até um naufrágio... (ALMEIDA, 2010, p. 32)

As águas e terras mineiras padeceram cruelmente da exploração aurífera e de outras que vieram posteriormente, como a do ferro, o que é reiteradamente lembrado pela escritora. Suas palavras reclamam por um rio que não voltará mais; ao contrário, as perspectivas desde quando escreve seu guia de viagem são cada vez mais desalentadoras. As ruas e becos de Sabará são descritos por Lúcia Machado com admiração e sensibilidade para a beleza que o Ciclo do Ouro imprimiu nas construções, sobretudo nas igrejas, mas também com a lúcida consciência de que tudo foi levantado com o trabalho escravizado

dos negros. O desenho que faz Guignard da igreja inacabada de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos antecipa e traduz de forma magistral o aspecto de ruína e de sonho interrompido, que o texto de Lúcia apresenta: “E de suas torres, que seriam robustas e altivas, apenas ficaram duas escadas em caracol. Apenas tentativa de atingir o céu...” (ALMEIDA, 2010, p. 62). Na capelinha que continuou ali à espera de que a igreja maior fosse acabada, os povos negros continuavam pedindo pelo bem maior: a liberdade, “nos olhos de vidro de seus santos pretos, aquela gente lia mensagens de amor e de esperança” (ALMEIDA, 2010, p. 59).

Não falta ao livro de Lúcia Machado o seu típico bom humor. Nele, como nos textos infantojuvenis, o instinto de pesquisadora e detetive se junta à imaginação risonha para lembrar, por exemplo, as personagens portuguesas que se acomodaram de forma meio que desconjuntada à vida simples mineira, quando percorre o segundo pavimento da Casa da Intendência, hoje Museu do Ouro (“O museu foi arranjado de modo a dar ideia de ‘coisa viva’, de casa habitada, e, a todo momento, espera-se encontrar o cidadão português, fiscal do quinto, a assentar a peruca”) (ALMEIDA, 2010, p. 75), ou para dar vida aos animais que vê pintados no painel do teto do mesmo museu:

Vê-se uma Europa mitológica, simplória e gordinha, no ato de ser rapta por um touro malandro, com ares de quem está pensando: “ela não sabe que eu sou de Júpiter...”
No painel alusivo à África, temos uma figura negra aos pés da qual um esquisito leão aparentado com jacaré parece estar contando anedotas inconvenientes a um crocodilo, que ri cheio de dentes e de malícia. Na Ásia, dois cavalheiros de turbante conversam ao lado de um globo. Vê-se que o artista procurou exprimir ali todo o mistério e prestígio do Oriente. Em frente a eles, na América, uma índia sorri para nós, tímida e dengosa. (ALMEIDA, 2010, p. 75-76)

Esse espírito imaginativo reveste de autenticidade os “passeios” da escritora mineira. O segundo livro, *Passeio a Diamantina*, foi publicado quase uma década depois e também conta com desenhos originais do mestre Guignard. A relação homem-cidade, carne-pedra, se adensa em comparação com o primeiro, de modo que as personagens históricas, documentadas ou inventadas do Arraial do Tejuco são

imprescindíveis para que o viajante e o leitor tenham uma verdadeira experiência com o espaço urbano ali narrado. Assim a escritora descreve a cidade:

Estamos chegando a uma das mais românticas cidades do Brasil. Sem ter, por exemplo, a imponência, a grave solenidade de Ouro Preto, Diamantina possui tal “charme”, tal poder de sugestão, que o visitante se sente transportado àquele fantástico e movimentado mundo dos séculos XVIII e XIX. Trata-se de uma cidade essencialmente feminina, diríamos. (Sim, pois também os lugares e as coisas têm sexo.) (ALMEIDA, 2017a, p. 75)

Essa alcunha se deve talvez à mais importante e sedutora de suas personagens: Chica da Silva, que andava pelas ruas do antigo arraial coberta de diamantes, exibindo sua “perigosa feminilidade” (ALMEIDA, 2017a, p. 21). “Terrivelmente mulher” (ALMEIDA, 2017a, p. 45) teria sido ela, segundo descrição contaminada pelas lendas e também pelo estigma de sedução que a mulher carrega desde a Eva bíblica. O passado opulento de Chica contrasta com seu fim triste:

Ai, Chica!... Os que muito falaram de tuas riquezas e tanto se ocuparam de tua mocidade ardente, esqueceram-se de ti em tua desgraça... Não se sabe como Francisca reagiu quando o amante foi para Lisboa, nem como enfrentou tantas reviravoltas nos anos seguintes. A felicidade ou infelicidade de uma pessoa não pode ser medida exclusivamente pelo que lhe acontece de bom ou de ruim, mas também pela sua capacidade de sentir as alegrias e suportar as desgraças. Talvez Chica tenha sorrido irônica e tristemente ao receber a dura lição que a vida lhe impusera. Com os brilhantes e a juventude foram-se os amigos, a adulação, o prestígio.

Melhor não pensar nisso, e evocar seu passinho miúdo e jovem repercutindo no soalho desta casa – o mesmo daquela época – acompanhado pelo eco pesado de rudes botas masculinas. (ALMEIDA, 2017a, p. 107-108)

Também as histórias do Intendente Câmara, do mulato Isidoro, de sua amada Maria, dos vários santos que adornam os altares das igrejas ali erguidas são narradas por Lúcia Machado como se ela tivesse convivido com eles na Diamantina colonial. As Igrejas

do Carmo, de São Francisco de Assis, do Bonfim, o mercado e a famosa Casa do Muxarabiê, como era de se esperar, não escapam à narrativa da escritora e às linhas de Guignard. Também como no livro anterior, o rio que ofereceu toda a opulência à cidade é lembrado como se ele tivesse contado as histórias ao pé do ouvido da escritora, pois das personalidades “o tempo dissolveu-lhes os corpos e diluiu-lhes a memória. Apenas o velho Itambé continua sempre o mesmo. Sábio. Misterioso. Impassível” (ALMEIDA, 2017a, p. 216). E, assim, com a sabedoria das águas, Lúcia vai findando o passeio a Diamantina.

O terceiro e último texto da série, *Passeio a Ouro Preto*, é o único que não foi ilustrado originalmente por Guignard, morto em 1962, antes, portanto, da publicação. De forma a dar continuidade ao projeto da última edição da trilogia, o livro inclui desenhos do pintor publicados no Álbum de Guignard, de 1948, que contempla especialmente o bairro Antônio Dias, onde ele morou. Em meio a trechos poéticos de vários escritores e das informações colhidas pelos viajantes estrangeiros, a Vila Rica setecentista vai se desvelando pela mão de Lúcia Machado com uma escrita límpida e cheia de emoção. A seleção dos monumentos e personagens feita pela escritora para compor o seu guia não surpreende o leitor, pois são os mais conhecidos e visitados, mas ela não deixa de revesti-los de seu toque particular. Ao terminar o trecho sobre a Igreja de São Francisco de Assis, exatamente depois de lembrar que no cemitério anexo a ela repousa o pintor Guignard, por “desejo expresso”, a escritora chama a atenção para a casa que fica no adro em frente:

Ao sair, repare-se na casa térrea que fica no adro em frente à igreja. Foi em sua porta que, em certa noite de fins do século XVIII, mãos misteriosas depositaram, como enjeitado, “o inocente Anacleto, filho de pais desconhecidos”, e que outro não seria senão o sobrinho de Marília de Dirceu [...] e que ela criaria depois como filho adotivo. Pobre Marília... Foste mãe sem teres sido mulher. (ALMEIDA, 2017b, p. 118)

Compadecida da triste história de amor de Marília de Dirceu, a escritora registra um fato que nem é tão conhecido, uma vez que a amada do poeta inconfidente é lembrada, na maioria das vezes, por seus versos de amor. Lúcia Machado de Almeida, que pertencia a uma família

de intelectuais,³⁴ não ousou apenas com os livros infantojuvenis, aventurando-se na literatura policial e na criação de histórias que trazem as descobertas recentes do espaço sideral, mas também chamou a atenção com a sua trilogia sobre as cidades históricas mineiras, confirmando com ela seu desejo de valorizar e proteger o nosso patrimônio. O passado que ela conta nesses livros é, assim como aquele que ela lê no álbum de retratos familiar, um passado de íntimas alegrias e fracassos, como o de todos nós.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcia Machado de. Eles, os mortos. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 3, n. 91, p. 5, maio 1968.
- _____. O íntimo do maravilhoso. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 8, n. 362, p. 10, ago. 1973.
- _____. Múltiplas. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 902, p. 11, jan. 1984a.
- _____. A fantasia é a realidade da criança. [Entrevista concedida a] Maria Antonieta Cunha. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 914, p. 3, abr. 1984b.
- _____. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. *Passeio a Diamantina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017a.
- _____. *Passeio a Ouro Preto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017b.
- DUARTE, Constância Lima. *Mulheres em letras*: antologia de escritoras mineiras. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.
- GONÇALVES, Regis. *Lúcia Machado de Almeida*: uma vida quase perfeita. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2020.
- RIBEIRO, Ana Elisa. *O ar de uma teimosia*: trilhas da publicação em Clarice Lispector, Lúcia Machado de Almeida e Henriqueta Lisboa. Rio de Janeiro: Macabéa, 2020.

34 Lúcia Machado era irmã do escritor Aníbal Machado e do político Cristiano Machado, prima de Murilo Mendes e cunhada do poeta Guilherme de Almeida.

LÚCIA MIGUEL PEREIRA, CRÍTICA E FICCIONISTA

Edwirgens A. Ribeiro Lopes de Almeida

Lúcia Miguel Pereira foi uma das mais representativas figuras do pensamento crítico no Brasil, na primeira metade do século XX, tornando-se referência obrigatória do ensaísmo feminino.

CONSTÂNCIA LIMA DUARTE

Com uma intensa atividade no campo das letras, Lúcia Miguel Pereira principia sua militância na crítica e na imprensa literárias no começo da década de 1930, quando também inclina-se para o plano da ficção, produzindo quatro romances e quatro contos infantis.

Sob o pressuposto de que a literatura se alimenta da realidade, Lúcia Miguel Pereira publica suas quatro narrativas, intituladas *Maria Luísa* (1933), *Em surdina* (1933), *Amanhecer* (1938) e *Cabra-cega* (1954), numa autoria comprometida com a verdade sobre a vida humana, com as inquietações que figuravam na imaginação feminina e, sobretudo, com a degradação de valores em meio ao processo de modernização caótica do país. Mas ela também se enveredou pelo universo mágico do mundo infantil, quando escreveu, entre 1939 e 1943, *A fada menina*, *Na floresta mágica*, *Maria e seus bonecos* e *A filha do Rio Verde*.

Nesse acervo, somado a sua atuação ininterrupta na crítica literária dos anos 1930 até a sua morte, em um acidente aéreo, ao lado de seu marido, o historiador Octávio Tarquínio de Sousa, em 1959, no Rio de Janeiro, Lúcia Miguel coloca em relevo a concepção da arte literária, bem como a condição social da mulher. No plano da arte, tanto naquela escrita para os adultos quanto naquela destinada aos pequenos leitores, deparamo-nos com uma escrita sintonizada com as problemáticas de seu tempo.

Porém, Lúcia Miguel Pereira figura como referência por seu trabalho de crítica e historiadora da literatura, enquanto sua produção como ficcionista ficou “deslocada para um discretíssimo pano de fundo”, como afirma Patrícia da Silva Cardoso (2006, p. 500). Lúcia Miguel, além de romancista e jornalista consagrada, foi pioneira na crítica literária, um reduto até então exclusivamente masculino. É especialmente como biógrafa de Machado de Assis e de Gonçalves Dias que essa autora teve reconhecido papel na escrita literária brasileira, além de atuar na crítica literária empreendendo a produção de um largo acervo de textos destinados aos principais periódicos de meados do século XX. Sua colaboração para a *Revista do Brasil*, o *Boletim de Ariel*, *A Ordem*, a *Lanterna Verde*, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã* e o suplemento literário de *O Estado de São Paulo*, entre os anos 40 e 50, apresenta uma abordagem considerada mais madura e menos impressionista que aqueles primeiros registros escritos e publicados nos anos 1930.

Materializando sua leitura sobre o ofício e o universo das letras, os textos a que ora nos referimos versam sobre aspectos variados da história e da crítica literária nacional e internacional. São registros sobre a maturidade da literatura brasileira e a atuação de Machado de Assis e a relação dele com a literatura infantil e com outros escritores, seus contemporâneos, além de leituras críticas sobre escritores dos séculos XIX e XX, como Manuel de Oliveira Paiva, Inglês de Sousa, José de Alencar, Lima Barreto e outros. Os textos também versam sobre a relação da literatura brasileira com outras literaturas, como a francesa e a portuguesa, além de destacarem a presença do negro na literatura e o espaço dado à literatura e à vida social.

Contudo, o destaque recebido pela crítica empreendida pela autora ofuscou o legado ficcional, que não teve grande receptividade na época de sua publicação e, ainda atualmente, continua renegado,

certamente, por uma tradição que, sob o argumento de ser ele uma produção inferior em relação ao perfil de obras modelares, isto é, à literatura social daqueles tempos, e de ter em vista um discurso psicológico e intimista.

Tal modelo norteou a escrita dos anos 30 em literatura proletária e social e literatura intimista. A primeira, consagrada por escritores regionalistas, deixou em segundo plano a literatura voltada para o psicológico e a “tensão interiorizada”, como observa Bosi (1985). Nessa última vertente, encontramos escritores como os mineiros³⁵ Lúcio Cardoso e Lúcia Miguel Pereira, que foram, durante algumas décadas, criticados pela falta de ação de seus escritos.

Dando forma a uma arte que coloca em cena mulheres que refletem e provocam reflexões sobre sua atuação e seu lugar numa sociedade machista, também no plano crítico, a autora reconhece a relação da vida psicológica com as experiências sociais. É ela mesma quem constata: “conhece-te a ti mesmo. Porque a verdade é que, malgrado todo o sociologismo objetivo que se vem insinuando no romance, tudo gira em arte, em torno do eu e das suas relações com o mundo exterior” (PEREIRA, 1992, p. XIV). Transformando vivências, sonhos e experiências em matéria poética, as narrativas de Lúcia Miguel conduzem a mulher leitora, contemporânea da década de 30 e dos anos 50, por meandros muitas vezes não encontrados no universo da literatura.

Ao lado da romancista Rachel de Queiroz e da poetisa Adalgisa Nery, Lúcia Miguel Pereira torna possível o conhecimento da intimidade psicológica e social das mulheres em tempos em que era evidente o controle das escolhas, das ideologias e das práticas femininas pelo provedor, o pai ou o marido. Como suas contemporâneas, Lúcia Miguel Pereira apropria-se da observação e da imaginação para dar vida às vozes femininas que emergem de seus textos. Mesmo que a autora se distancie das características mais evidentes do romance de

³⁵ Nascida em Barbacena (MG), Lúcia Miguel Pereira, em suas biografias, entre as quais a que consta do recente *Dicionário biobibliográfico*, lançado por Constância Lima Duarte (2010), é apontada como escritora mineira. Sobre a questão, no ensaio intitulado “Lúcia”, o crítico Antonio Candido acha oportuno fazer o seguinte esclarecimento: “Lúcia nasceu em Barbacena pode dizer-se que por acaso, não sendo portanto exato qualificá-la como ‘escritora mineira’ (segundo já tenho visto), pois viveu sempre no Rio e era profundamente carioca” (CANDIDO, 2004, p. 128).

30, como a denúncia social e o regionalismo, ela carrega a ficção de intensas problemáticas, sobretudo as psíquicas, vividas pela mulher desse tempo.

Na base dessa questão, o crítico e sociólogo Antonio Candido relata que Lúcia “se preocupava muito com os problemas do espírito e da conduta em relação ao seu tempo” (CANDIDO, 2004, p. 127). Ao invés da observação do exterior, como fizeram alguns dos regionalistas, preferiu olhar para dentro do seio familiar, examinando as inquietações femininas nutridas pelas transformações pelas quais passava a época. Na trilha dessa investigação, Luís Bueno, estudando algumas produções dos anos 30, adverte que “ao invés de psicologia e regionalismo, Lúcia Miguel operou com o binômio imaginação e realidade – mais um dos muitos usados para separar em dois grupos os romancistas brasileiros de 30” (BUENO, 2006, p. 414).

Transformando realidade em matéria poética, a ficcionista constrói suas personagens e, sobretudo, as personalidades de suas criações inspirada no contexto da época. Ainda nesse tempo, apesar de se verificar a presença ativa da mulher brasileira em alguns setores, nas primeiras décadas do século xx, era ainda algo novo esse papel social feminino. Em geral, a mulher do século xix tinha suas atividades restritas ao espaço da casa e da família e aos problemas que o envolvia. Apesar de a autora negar qualquer vinculação a partido político ou a credo religioso, sua ficção também revela pensamentos escritos por ela para a revista *A Ordem*. Nesse ínterim, Lúcia imprime tais valores políticos e religiosos, ao mesmo tempo que os põe em questionamento, tanto em seus artigos quanto em seu legado ficcional, com que mantém intenso diálogo.

Se o envolvimento com as questões sociais, de gênero e do universo das letras emanam dos romances e dos textos críticos, também nas narrativas curtas, voltadas para um público infantil e juvenil (*A filha do Rio Verde*, *Na floresta mágica*, *Maria e seus bonecos* e *A fada menina*), Lúcia Miguel contempla discussões que coadunam com sua preocupação central com o papel social da mulher e, sobretudo, com a educação e a ocupação das crianças nos embates de gêneros.

Para materializar aquilo que impõe sob o olhar crítico, Lúcia Miguel Pereira, nessa contística para os pequenos, materializa aspectos da tradição literária infantil, ao aproximar elementos da religiosidade, do folclore e do conto popular. Nessa direção, é comum nos depararmos,

nesses contos, com diálogos e interações dos humanos com animais, bonecas e brinquedos diversos, bem como nos depararmos com situações mágicas e com intertextualidade com os clássicos contos de fadas. As mesmas situações ainda oferecem, por meio da encenação das personagens, vários comportamentos instigantes, que podem ser abordados com a criança, como os padrões da educação tradicional, o altruísmo, a maternidade, o zelo pela natureza, a inocência e, inclusive, o preconceito racial, questões que também podem ser entrevistas nos textos de Lobato e, de modo geral, na tradição literária infantil. Tendo em vista que Lúcia Miguel Pereira, ainda que negasse qualquer crença religiosa, contribuiu durante anos para a revista *A Ordem*, órgão difusor do pensamento católico na década de 1930, o leitor se deparará com intensa recorrência à religiosidade como elemento capaz de manter a ordem e orientar a educação das crianças, sobretudo em se tratando das meninas, em *A fada menina*, *Maria e seus bonecos* e *A filha do Rio Verde*.

Com todo o legado deixado por Lúcia Miguel Pereira no campo das letras, vê-se certa reprodução da estratégia do patriarcalismo, que, ao longo do século xx, omitiu grande parte da produção feminina, aí incluída aquela concebida pela própria Lúcia Miguel Pereira. São poucos os estudos mais alentados acerca da ficção dessa escritora. Na edição de 1938 do romance *Amanhecer*, encontramos algumas observações de ordem impressionista, como a de Manuel Bandeira sobre o nascimento da obra *Maria Luísa*. Para Bandeira, com essa publicação, Lúcia, “revela uma romancista, não revela a escritora, porque essa já nos era familiar”. Sem maiores esclarecimentos, Plínio Barreto (1938) aponta, no jornal *O Estado de São Paulo*, que a escritora possuía um senso crítico, uma agudeza de percepção e um acume psicológico fora do comum.

Gotlib (2002), traçando um breve panorama da escrita feminina no Brasil, destaca tanto a ficção quanto a crítica de Lúcia Miguel Pereira como relevante acervo, que problematiza a questão da mulher no Brasil do século xx. A própria Lúcia escreve para a revista *Anhembi*, em 1954, um artigo intitulado “As mulheres na literatura brasileira”, em que descreve a condição feminina na vida social e nas artes no Brasil. Candido (2004) nos explica, no artigo intitulado “Lúcia”, que, quando morreu, a escritora preparava um livro com uma perspectiva histórica sobre as mulheres.

Wanderley (1999), priorizando o estudo da crítica produzida por Lúcia, estuda como ela transita bem entre o conservadorismo, sobretudo em seus primeiros registros ficcionais e críticos, e o liberalismo, evidenciado em seus últimos escritos. Sobre a autora, Temístocles Linhares, reafirmando a relevância dessa escritora, constata que Lúcia Miguel Pereira alcançou nível bastante alto, que só o romance psicológico dos grandes autores tem conseguido atingir (LINHARES *apud* CARDOSO, 2006). Acrescenta ainda o autor que, com ela, a mulher já surgia no mesmo plano do homem, num movimento de compreensão nascido de uma melhor consciência de sua natureza, de suas vivências e experiências. Se, por um lado, temos, nos quatro romances dessa autora, uma relevante representação intimista da reação feminina contra a dominação e a exclusão, que marcaram a trajetória da mulher no Brasil, por outro, constatamos ainda os anseios e as ambições femininas, sem perder de vista certo conservadorismo. Tomando de empréstimo o termo de Harding (1993), algumas personagens de Lúcia Miguel demonstram certa “consciência domesticada”, emanada das prescrições patriarcais em que se viram formadas, à qual se sobrepõe o medo, a preocupação de não lesar os direitos já conquistados pela mulher.

Enfim, suas narrativas são, exclusivamente, protagonizadas por mulheres que buscam a realização pessoal, refletindo sobre o seu lugar, tanto numa perspectiva tradicional quanto numa moderna. Procedendo dessa forma, essa reflexão existencial das personagens acarreta certa angústia feminina diante de algumas transformações no cotidiano da mulher, aspectos que as levam a, de certo modo, negociar com seus parceiros ou com a sociedade de modo geral a sua liberdade, a sua realização pessoal. Reconhecendo que o momento de concepção da obra de Lúcia Miguel Pereira é marcado pela supremacia do discurso masculino e que a atuação das mulheres na vida pública é bastante restrita, Cardoso (2006) esclarece que o discurso contraditório da autora surpreende por transpor e evidenciar barreiras, sobretudo as ideológicas. Sobre a presença de escritoras como Lúcia e Rachel no animado e intenso convívio da intelectualidade dos anos 30, na Livraria José Olympio, escreve Cardoso (2006, p. 499):

não é apenas uma barreira física que as moças transpõem, já que sua presença no José Olympio não se deve a suas graças femininas e elas

não estão ali para suavizar a dureza das discussões e polêmicas travadas pelos rapazes. Entre todos aqueles homens, caberá a elas opinar sobre “assuntos de homens”.

Em suas narrativas, tanto nos romances quanto nos contos, a romancista constrói o cenário em que imaginação e realidade ficcional revelam a tênue ligação entre a tradição literária, a teoria, a crítica e a história social, aspectos que são recorrentes nos seus textos para jornais e revistas.

Diante desses pressupostos, é mister ressaltar que, de certo modo, os textos de ficção de Lúcia Miguel Pereira refletem os pensamentos que são expostos também em seus artigos e nos textos críticos. Sobre essa questão, acreditamos ser relevante o diálogo que Lúcia Miguel estabeleceu no campo da crítica, porque o conhecimento da totalidade de sua produção modifica a leitura do seu conteúdo ficcional, fazendo com que, tanto por seu aspecto feminino quanto por seu teor crítico, seu legado se torne leitura essencial para se conhecerem a mulher e o ensaísmo feminino no século xx.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. Lúcia. In: *O albatroz e o chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 127-132.
- CARDOSO, Patrícia da Silva. Os nomes e o nome da mulher. In: PEREIRA, Lúcia Miguel. *Ficção reunida*. Curitiba: Editora UFPR, 2006. p. 497-507.
- DUARTE, Constância Lima (org.). *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GOTLIB, Nádya Batella. A literatura feita por mulheres no Brasil. *Boletim do GT Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll)*, Florianópolis, v. 9, 2002, p. 102-139.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, 1993,

p. 7-31. PEREIRA, Lúcia Miguel. *A leitora e seus personagens*: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943) e em livros. Prefácio: Bernardo de Mendonça. Pesquisa bibliográfica, seleção e notas: Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Grafia Editorial, 1992.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. Lúcia Miguel Pereira: do conservadorismo ao liberalismo. In: RAMALHO, Christina (org.). *Literatura e feminismo*: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1999. p. 73-84.

MADU COSTA E A IMAGINAÇÃO (EN)CANTADA/PERFORMADA

Adélcio de Sousa Cruz

A professora, escritora, contadora de histórias e *performer* Madu Costa, nascida na década de 1950, em Belo Horizonte (MG), surpreende seu público pela versatilidade e leveza com que transita entre a literatura infantil e a memória negra/afro-brasileira. Numa de suas entrevistas a respeito do ato de contar histórias, ao ser indagada sobre o papel de contadora de histórias, ela declara: “Eu sempre ouço frases que guardo pra mim. E uma que ficou é que o contador de histórias conta pra fazer criança dormir. Mas, na verdade, a gente conta pra fazer adulto acordar” (MADU, 2019). A escritora/contadora de histórias ainda chama a atenção para a importância de elementos e/ou atmosfera lúdico(a)s estrategicamente alocados no enredo, pois tais componentes poderiam “despertar” a “criança” adormecida dentro de nós, adultos, bem como nos permitir imaginar de forma livre e leve. E tais recursos encontram-se tanto nos livros impressos, com a luxuosa parceria firmada entre a palavra e as imagens de ilustradores como Josias Marinho e Rubem Filho, quanto nas *performances* ao vivo – seguindo a tradição da narrativa oral, na qual voz e corpo daquela pessoa que narra/conta uma história atuam de modo a capturar/despertar a imaginação de seu público, seja ele formado por crianças, seja por jovens e/ou adultos.

A *performance* com a qual embala suas histórias vem somada às vozes geradas na tradição oral negra/afro-brasileira. E agrega ainda

uma das técnicas utilizadas pela poesia, mencionada na entrevista já referida, quando afirma que, ao contar histórias, “é preciso deixar espaço entre a palavra e o silêncio, para que o ouvinte crie a imagem do que você tá dizendo” (MADU, 2019). Dois modos distintos de tocar a imaginação: enquanto na leitura solitária, proporcionada pelo livro impresso, ficamos mergulhados ou à deriva, ao ouvirmos e presenciarmos a história performada, interagimos em meio a tantos espectadores, em meio a essa deriva acompanhada.

Gostaria de compartilhar, aqui, com o público leitor, uma das *expertises* de Madu Costa: a *performance* para contar histórias. Não me refiro somente àquelas publicadas em livros; trago para a cena a contadora de histórias, bem ali, no calor do raro contato ao vivo em tempos pandêmicos. Descobri um desses presentes na página pessoal da autora no Instagram, num saboroso vídeo dos *stories*, em que nos faz viajar pela história de Zumbi dos Palmares, ao ritmo do cordel mesclado com o que Silva (2006) denominou “*performance* cidadã”, ao analisar o modo de criação/apresentação dos *rappers*. A mineira Madu Costa também possui esta característica: tratar suas apresentações/contações de histórias sob a forma de uma *performance* que propõe refletir simultaneamente sobre comunidade, memória e cidadania. Assistir/ouvir aquela *performance* ressignificou os versos de Ventura (1982, p. 15) que chamavam a “montar guarda na porta do quilombo”. A própria história narrada/contada é o quilombo veiculando informação, memória, consciência e cidadania.

Arrisco dizer que a sua “*performance* cidadã” tem outro precioso elemento: o período de experiência como educadora/professora no ensino fundamental. A contação de histórias presente na tradição das várias identidades que compõem Minas Gerais se tornou “ingrediente” quase obrigatório nos processos de letramento, tanto o literário quanto o linguístico, apontando para além da prova avaliativa como modo de finalizar o aprendizado. Contar e ouvir histórias, perceber o desenvolvimento/envolvimento nos próprios percursos de letramento de cada estudante deve ter sido, ao mesmo tempo, estimulante e desafiador, tanto para a educadora quanto para seu público. E a ludicidade crítica se tornou companheira do aprendizado, provavelmente para todas as pessoas envolvidas.

No ano de 2014, Madu Costa teve a oportunidade ímpar de viajar a Moçambique e viver intensamente, durante duas semanas, a

experiência de reencontrar parte de suas raízes e, ainda, a de ser editada/publicada no país africano que dialoga com nossa identidade afro-mineira e afro-brasileira, apontando sempre para a pluralidade de nossa negritude. O caminho de volta se torna também começo... Nova jornada no mapa de tantas diásporas... *Cabelos de Maila e outros contos* (2017) veio fazer parte de outras narrativas cidadãs, reconstituindo/rememorando/revelando a beleza ocultada pelos caminhos, tantas vezes tortuosos, da diáspora africana no Brasil e nas Américas. Seus livros, *Meninas negras* (2006), seguido de *Koumba e o tambor diambê* (2009), *Zumbi dos Palmares em cordel* (2013) e *Outra vez Mariana* (2017), agora cruzaram, de alguma forma, o Atlântico... Outras tantas histórias os aguardam, para entrelaçar enredos, segredos e alegrias em cada possível descoberta.

Pensar a “*performance* cidadã”, proposta por Silva (2006) para analisar a contação de histórias de Madu Costa, é também, de algum modo, ousar aproximar essa prática da “*escrevivência*” de Conceição Evaristo e – quem sabe? – dos escritos de Carolina Maria de Jesus, traduzidos em modo lúdico-crítico (pensado aqui à guisa de reflexão sobre as próprias trajetórias de “leituras” e criações narrativas).

Encantar... Mais uma característica utilizada como elemento estratégico das contadoras de histórias. Nossa percepção desse uso é justamente na maneira de propor ao público, seja leitor, seja plateia presencial/virtual, os jogos de adentrar enredos e espaços lúdico-ficcionais. Podemos apontar ainda para a perspectiva rítmico-musical do modo Madu Costa de performar sua contação de histórias. Ouvir a narrativa de Zumbi dos Palmares em cordel é perceber que a história vem temperada ao sabor/saber de cravo da cozinha narrativa afro-mineira. Vem ler, vem ver, vem ouvir e encantar-se com a *performance* na letra impressa e/ou na contação ao vivo, em modos lúdicos de afrocidadania e *escrevivências*.

REFERÊNCIAS

- MADU Costa – Especial Autores – Ep. 1. Belo Horizonte: Rede Minas, 31 out. 2019. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Conversações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c6q6JuYyImE>. Acesso em: 20 dez. 2020.

- SILVA, Anízio Viana da. *Rappers: poesia, oralidade e performance*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.
- VENTURA, Adão. Eu, pássaro preto. *In: COLINA, Paulo (org.). Axé: antologia contemporânea da poesia negra brasileira*. São Paulo: Global, 1982. p. 15.

MARIA CLARA MACHADO: CONTEMPORANEIDADE, LETRAMENTO LITERÁRIO E LEGADO

Juliana Borges Oliveira de Moraes

Maria Clara Machado nasce em Belo Horizonte, no dia 3 de abril de 1921. É segunda filha de Aracy Jacob Machado e de Aníbal Machado e convive desde criança com um fervilhante meio literário. Seu pai, escritor, professor e ensaísta, recebia em sua casa figuras emblemáticas, como Albert Camus e Pablo Neruda, além de ser próximo a Carlos Drummond de Andrade. A tia de Maria Clara, Lúcia Machado de Almeida, também escritora, é autora do sucesso infantojuvenil *O escarvalho do diabo* (1956), muito conhecido em suas edições na coleção Vaga-Lume, a partir dos anos 70.

Maria Clara cresce em um agitado ambiente cultural e político. Ela é sobrinha de Cristiano Machado, ex-prefeito de Belo Horizonte. Enquanto prefeito, ele funda o Mercado Central. Posteriormente, é candidato à presidência em 1950, perdendo para Getúlio Vargas. De acordo com Paulo Augusto Machado, primo de segundo grau de Maria Clara, se Cristiano e Getúlio eram rivais na política, na esfera pessoal tinham grande afinidade. Ao se decidir por concorrer às eleições presidenciais, Getúlio foi pessoalmente à propriedade de Paulo Monteiro Machado, irmão de Cristiano, para comunicar a toda a família que seria concorrente do amigo. A notícia teria sido dada enquanto Getúlio e Paulo Monteiro Machado pescavam, calmamente, em um lago na propriedade (MACHADO; MACHADO, 2020).

Além da ascendência notória, Maria Clara Machado é também prima do escritor, médico, professor e entomólogo Ângelo Machado, que viria a ocupar, em 2013, a Cadeira 26 da Academia Mineira de Letras, cujo patrono é Evaristo da Veiga. Em 2020 foi lançado um curta-metragem sobre Ângelo Machado, intitulado *Ângelo*, idealizado e produzido por sua neta, a cineasta Mariana Machado. É notável a participação da família Machado no espaço cultural brasileiro, de forma tão contundente, em diferentes gerações.

Quanto ao teatro na trajetória de Maria Clara Machado, é no final dos anos 40 que ela inicia suas primeiras atividades profissionais, mas muito antes disso ela já se nutria do universo literário, na propriedade do avô paterno, coronel Virgílio Machado, onde ouvia histórias contadas por sua tia Lúcia Machado de Almeida, além de conviver muito proximamente com a natureza. Desses primeiros anos, segundo Lilian Ramos, teria vindo o gosto de Maria Clara pela simplicidade e pela informalidade, que viriam a dar a tônica também, anos depois, da sua escrita (RAMOS, 2002, p. 777).

Ainda criança, Maria Clara vai para o Rio de Janeiro, juntamente com a família. Reuniões realizadas em sua casa eram prestigiadas por grandes nomes das artes, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Di Cavalcanti (DUARTE, 2010). Nesses espaços ela já propõe apresentações e brincadeiras, fazendo suas primeiras experimentações com o teatro, de maneira informal. Ramos (2002, p. 778) afirma, contudo, que um despertar consciente de Maria Clara pelo teatro ocorre no Movimento Bandeirante, aos 15 anos: “Além do contato com a natureza nos acampamentos, que de certa forma lhe traziam de volta cenas de sua infância, era à noite, ao redor as fogueiras dos conselhos, que as meninas e moças dançavam, contavam histórias e representavam”.

Pouco tempo depois, ela se interessa pelo teatro de bonecos e faz um curso na Sociedade Pestalozzi. Lá, aprende a pintar cenários e começa a escrever pequenas peças (RAMOS, 2002, p. 778). A partir daí, seu olhar para a cena, para a produção, passa a ocupar um lugar de maior destaque em sua vida. Nos anos 40, inicia, então, sua trajetória profissional, recriando formas estabelecidas de espetáculos populares “através da animação de ‘bonecos’ (os ‘mamulengos’ do nordeste). Dessa recriação, resulta a fundação do Teatro de Bonecos (RJ), que ela dirigiu durante cinco anos” (COELHO, 1983, p. 605).

Já na década de 50, aos 19 anos, Maria Clara vai estudar na Europa, após ganhar uma bolsa de estudos para se aprimorar na arte do teatro em Paris e em Londres (DUARTE, 2010, p. 260). Em 1952, frequenta o curso de mímica de Etienne Decroux, em Paris, e em 1953, voltando ao Brasil, funda O Tablado, juntamente com Aníbal Machado e algumas outras pessoas (O TABLADO, [20--]). Segundo Nelly Coelho, O Tablado, idealizado como um teatro de amadores destinado ao público infantojuvenil, ganha outras nuances com o decorrer do tempo, se transformando “em um verdadeiro laboratório de experimentação, de onde saíram muitos artistas que hoje estão [estiveram] em nossos palcos” (COELHO, 1983, p. 606), como Cláudio Corrêa e Castro, Louise Cardoso, Miguel Falabella, André Mattos, Malu Mader, Selton Mello (VIANNA, 2012). O Tablado se torna, “sobretudo, uma escola de teatro, com cerca de 700 alunos e mais de 20 professores, atuante na formação de cidadãos de todo o Brasil” (O TABLADO, [20--]). É também considerado patrimônio cultural do Rio de Janeiro, sendo tombado seu espaço físico. Ele, portanto, rende frutos que seus fundadores jamais poderiam ter imaginado (O TABLADO, [20--]), sendo o ano de 1953 um marco na sua história.

Nesse ano, Maria Clara pede à amiga Luiza Barreto Leite a indicação de uma peça que ela pudesse produzir para o Natal e recebe a seguinte resposta: “Não tenho ideia nenhuma tão boa quanto aquela que você será capaz de escrever” (LEITE, 1965, p. 74). Assim, encorajada pela amiga, Maria Clara escreve sua primeira peça infantil, *O boi e o burro no caminho de Belém*. Posteriormente, mais de 30 peças seriam escritas, “entre inéditas e adaptações de clássicos, que contribuíram de forma definitiva para o reconhecimento do valor dramático do teatro infantil” (DUARTE, 2010, p. 260). Algumas delas são: *O boi e o burro no caminho de Belém* (1953); *O rapto das cebolinhas* (1954); *Pluft, o fantasma* (1955); *O Chapeuzinho Vermelho* (1956); *A bruxinha que era boa* (1958); *O cavalinho azul* (1960); *A menina e o vento* (1963); *Maria Minhoca* (1968); *Os cigarras e os formigas* (1979); *João e Maria* (1979); *A coruja Sofia* (1994); *Jonas e a baleia* (2000).

É importante registrar que Maria Clara Machado concebe o teatro como uma tarefa de grande responsabilidade, para muito além de um entreter descompromissado. Ela não dissocia o teatro de seu elemento educador, vendo no gênero dramático uma oportunidade e ferramenta importante de construção de sentidos de mundo, de si e

também de formação de valores. A escritora, produtora, atriz e educadora defende que o Estado deveria, exatamente por isso, ter um papel ativo em tornar o teatro mais acessível, fazer parcerias com grupos. Maria Clara considera o teatro infantil “fundamental na formação, tanto literária quanto psicológica da criança” (LEITE, 1965, p. 7). O Tablado distribuía entradas a alunos de escolas públicas regularmente (HELIODORA, 2007, p. 278), demonstrando essa visão de sua fundadora.

Maria Clara Machado, de uma forma muito contemporânea, já se preocupava com um processo que hoje conhecemos como “letramento literário” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 68). Segundo Paulino e Cosson (2009, p. 68), o letramento literário diz respeito à apropriação da literatura “não somente como um conjunto de textos, consagrados ou não, mas como um repertório cultural”. A experiência da literatura permite, segundo eles, “que o sujeito viva o outro na linguagem, incorpore a experiência do outro pela palavra, tornando-se um espaço privilegiado de construção de sua identidade e de sua comunidade” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 69). Paulino e Cosson (2009, p. 69) enfatizam que “somos construídos tanto pelos muitos textos que atravessam culturalmente nossos corpos quanto pelo que vivemos”.

Ainda em relação ao letramento literário, Cosson explica que ele não se limita ao campo da escola, ainda que intimamente atrelado a ele, e tampouco à escrita, pois essa não seria senão um meio “pelo qual a linguagem literária se presentifica, o que leva tanto à verificação do letramento literário em novos meios e mecanismos de expressão e interação social quanto à recuperação da palavra falada como veículo igualmente legítimo da literatura” (COSSON, 2015, p. 182). O letramento literário implicaria, portanto, “negociar, reformar, construir, transformar e transmitir o repertório que recebemos de nossa comunidade como literário” (COSSON, 2015, p. 182).

Maria Clara Machado tem em perspectiva a dimensão de formação da literatura, do texto dramático, que vai ao encontro do conceito de letramento literário. Ao escrever releituras de histórias amplamente conhecidas, por exemplo, ela convida leitores(as) e plateia a revisitarem seus repertórios literários e também a problematizarem conceitos e valores em uma perspectiva crítica, contextualizada.

Quanto a releituras, na peça *João e Maria* (2009), por exemplo, produzida pela primeira vez em 1980, a escritora e educadora incorpora ao conto de fadas vários elementos da cultura brasileira. Na

cena quatro, há três sapos que cantam “Sapo jururu na beira do rio” (MACHADO, 2009, pos. 254), uma cantiga de roda popular, e, na cena final, tem-se o ditado popular “Cresça e apareça” (MACHADO, 2009, pos. 701). Ele é dito por pássaros, que são, em si, um recurso meta-teatral, pois chamam a atenção para elementos tradicionais do próprio teatro. No caso, fazem referência ao coro na tradição clássica do gênero dramático. Há aí, portanto, uma releitura também de um “operador” do próprio texto dramático.

Ao inserir nuances culturais locais nos contos tradicionais, além de proporcionar ao público uma riqueza de viés comparatista, Maria Clara promove uma maior proximidade do público brasileiro com o texto por intermédio da identificação na experiência do teatro. Uma criança que se identifica de alguma forma com a obra que assiste e lê tem nela aflorados sentimentos de comunidade, de pertencimento e de acolhida. Essa proximidade é, além de formadora em si, um fator importante de estímulo à busca posterior pelo teatro, pela literatura e pelas artes em geral.

Além de revisitações aos considerados clássicos, Maria Clara Machado convida seu público a observar sistemas de valores e estereótipos por meio de personagens excêntricos (afastados do centro, do padrão) em suas peças. Ela chama a atenção também para alteridades, para a singularidade de cada indivíduo, além de apontar para a pluralidade que existe em uma sociedade. Pode-se perceber esse convite, por exemplo, na bruxinha que, a despeito de uma função social preestabelecida, era boa; ou no fantasma que tinha medo de pessoas. Nas duas peças, *A bruxinha que era boa* (2009) e *Pluft, o fantasma* (2009), os personagens citados, mesmo sendo contestados por seus pares, adquirem uma graça especial nos enredos, um elemento que os distingue positivamente.

É possível afirmar que há, nos textos de Maria Clara, uma proposta de olhar crítico sobre o que se consome em sociedade, assim como a criação de oportunidades para que seu público se aproprie da literatura “enquanto construção literária de sentidos” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 67), que seria a própria definição de letramento literário. Há, em Maria Clara Machado, portanto, um projeto, de uma forma bastante contemporânea, de letramento literário.

Em um evento para o qual ela foi convidada, em 1964, no Teatro de Arena da Guanabara, no Largo da Carioca, para falar sobre teatro

para crianças, essa preocupação com a formação de seu público fica evidenciada. Maria Clara Machado acentua, nesse debate, que o teatro para crianças “é um instrumento da maior significação na formação cultural e artística do indivíduo, e é preciso que o teatro apresentado às crianças seja da melhor qualidade possível para que não se comprometa de forma permanente o critério de qualidade que está em formação” (HELIODORA, 2007, p. 277). Segundo Barbara Heliodora, em um determinado momento do mesmo evento,

Maria Clara Machado pede a todos que façam um exame de consciência para verificar até que ponto não adotam normalmente em suas vidas a premissa de que “criança gosta de qualquer coisa”. A par dessa posição vem a outra, ainda mais grave, a do adulto que ao constatar que alguma coisa não lhe agrada diz logo “é muito chato; é bom para criança”. (HELIODORA, 2007, p. 277).

Percebe-se, portanto, uma preocupação com o teatro em função de sua contribuição na formação crítica: como um elemento educador. Nesse viés, ela deixa um questionamento para os pais presentes no debate, convidando-os a fazer “um exame de consciência para saber quantas vezes levam os filhos ao teatro na busca de uma atividade de contribuição positiva na formação da criança como indivíduo” (HELIODORA, 2007, p. 278), e não apenas para preencher uma tarde ociosa de sábado ou domingo. Maria Clara acreditava que, se os pais tivessem uma motivação mais consciente, ajudariam não somente seus filhos e filhas, mas também estariam colaborando para que as peças produzidas para crianças tivessem cada vez mais qualidade.

Por fim, Maria Clara Machado deixa um legado incrível, que continua em movimento de diversas formas em nossa sociedade: nas leituras de suas peças, que encantam gerações, nas produções, na formação de artistas por meio do Tablado e, curiosamente, também na produção de peças com eventuais licenças criativas, que, acredito eu, em muito agradariam à sua autora. Em uma produção, por exemplo, realizada em dezembro de 2004, em Belo Horizonte, de *A bruxinha que era boa*, o diretor de grupo de teatro amador Cenarium, de Belo Horizonte e formado por pais e familiares de alunos de uma escola particular, tinha entre suas atrizes Selma Kalil (avó de uma aluna), que havia recentemente sofrido um AVC. Ela, àquela

altura, não tinha recuperado a fala e, portanto, não poderia assumir o papel de nenhuma bruxinha da peça. O diretor, Vavá Sena, então, com uma sensibilidade um tanto quanto parecida com a da própria bruxinha Ângela, teve a ideia de incluir D. Selma no espetáculo como “A bruxinha estagiária” – que, por ser aprendiz, não podia falar nada. A estagiária ficava em cena o tempo todo “sem dar um pio, que era para não aborrecer Sua Ruindade Suprema” (KALIL, 2021). As crianças e familiares, que conheciam a atriz de outros espetáculos do grupo, ficaram radiantes com a presença dela no palco e com essa simpática releitura da peça.

Em suma, Maria Clara Machado nos presenteia com um projeto literário e educacional robusto, trazendo enorme contribuição para a nossa viva tradição literária. Ela continua a promover olhares críticos e a nutrir a sensibilidade pelo outro, por meio de suas obras. Talvez esse legado é que tenha inspirado e encorajado o diretor Vavá Sena, citado anteriormente, a pedir licença, em uma peça já tão parte do nosso repertório cultural, para a inclusão de uma bruxinha estagiária. *A bruxinha que era boa* é relida, portanto, com um olhar crítico que interpreta a si mesmo e o mundo. Vivam o legado e a contemporaneidade de Maria Clara Machado!

REFERÊNCIAS

- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira (1882-1982)*. São Paulo: Edições Quiron, 1983.
- COSSON, Rildo. *Letramento literário: uma localização necessária*. *Letras & Letras*, v. 31, n. 3, p. 173-187, 29 jun. 2015.
- DUARTE, Constância (org.). *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- HELIODORA, Barbara. Debate de teatro para crianças. In: BRAGA, Cláudia (org.). *Barbara Heliodora: escritos sobre teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 277-279.
- KALIL, Selma. [Entrevista concedida a] Juliana Borges Oliveira de Moraes. WhatsApp. 25 jan. 2021.
- LEITE, Luiza Barreto. *A mulher no teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Espetáculo, 1965.
- MACHADO, Maria Clara. João e Maria. In: *Os cigarras e os formigas e outras peças*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. *E-book*.

- MACHADO, Paulo Augusto Ribeiro; MACHADO, Ana Cristina Balsemão da Fonseca Machado. [Entrevista concedida a] Juliana Borges Oliveira de Moraes. WhatsApp. 16 nov. 2020.
- O TABLADO. História. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://otablado.com.br/texto/1/historia>. Acesso em: 24 dez. 2020.
- PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (org.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009. p. 61-79.
- RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. Maria Clara Machado. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002. p. 777-784.
- VIANNA, Luiz Fernando. Nova versão de 'A menina e o vento' celebra 60 anos do Tablado. *Extra*, [s. l.], 17 jun. 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/nova-versao-de-menina-o-vento-celebra-60-anos-do-tablado-5228375.html>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MARIA HELENA CARDOSO: MELODIAS DE UM CORAÇÃO ANDARILHO

Andréa de Paula Xavier Vilela

Escrever é uma forma de viver de novo o que não é mais.

MARIA HELENA CARDOSO

“Reflexões de uma velha dama digna”: assim Maria Helena Cardoso escreveu na capa da pasta rosa em que guardava alguns dos originais de seu último livro de memórias, a publicar. A pasta teria abrigado anteriormente os originais do seu último romance, *Sonata perdida* que traz como subtítulo “Anotações de uma velha dama digna”? Seria essa anotação uma chave a abrir a porta do lugar onde reside sua obra e teria a autora de *Por onde andou meu coração*, *Vida/Vida* e *Sonata perdida* a intenção de, com esse título, publicar seu último livro de memórias, uma indicação de que toda a sua obra, ao final, seria uma coisa só, composta pela mesma matéria, o amor, a saudade, a memória e suas intermitências? Talvez. Como saber?

Entre os originais constam várias cópias e rearranjos desses últimos escritos. Numa pasta contendo folhas datilografadas por uma amiga que se propôs a ajudar a organizar o livro, uma ordem inicial para as anotações parece estar proposta. Nela identifica-se o que, provavelmente, deveria ser a página que abriria suas derradeiras memórias. A pergunta inaugural é aquela que provavelmente se faz todo aquele que

se lança à escrita ou mesmo a qualquer outra expressão de linguagem: “Por que escrevo isto?”. Assim Maria Helena abre, com sinceridade, seu último livro de memórias:

Ao começar este livro, indago de mim mesma, por que o escrevo?
Para fechar o ciclo de minha vida, começado com “Por onde andou meu coração”, como pensei?
Não, não é verdade. Escrevo por medo. Medo de ficar só com meus pensamentos de morte, de solidão e angústia, que me assaltam no momento em que desperto. [...]
Escrevo para não esquecer quem sou. O que importa somente a mim, mas importa. [...]
Escrevo para não me esquecer de tudo e de todos, como me ameaça o tempo, até mesmo de que sou viva ainda. Escrevo para reter mais fortemente dentro de mim o amor pelos que amo, amei e ainda possa vir a amar. Escrevo por amor à vida.
Escrever é uma forma de viver de novo tudo que não é mais [...]
E, sobretudo, porque tenho medo.
Medo da morte.

“Escrevo para não esquecer quem sou”, revela a mineira, nascida em Diamantina, no dia 24 de maio de 1903, filha de Joaquim Lúcio Cardoso, um belo homem, aventureiro, empreendedor e sonhador, originário de Valença, no Vale do Paraíba fluminense, e de Maria Wenceslina Netto Cardoso, mineira de Curvelo, mulher do sertão, tenaz e inteligente, que educou os filhos com coragem e determinação. O casal teve seis filhos: Zizina – Regina Cardoso de Paula Xavier (nome de casada); Fausto – o médico Fausto Cardoso, um dos fundadores do Hospital Samaritano no Rio de Janeiro; Lelena – a escritora Maria Helena Cardoso; Dauto – o advogado e político Adauto Lúcio Cardoso, que foi deputado federal pela extinta UDN e ministro do Supremo Tribunal Federal; Dida – Lourdes Cardoso de Barros (nome de casada); e Nonô – Joaquim Lúcio Cardoso Filho, o grande escritor Lúcio Cardoso, autor do romance *Crônica da casa assassinada*, considerado um dos mais importantes romances da literatura brasileira.

Maria Helena passou a infância em Curvelo, onde ela e os irmãos cresceram aos cuidados da família da mãe. Quando a mais velha dos filhos completou 12 anos de idade, os pais de Maria Helena decidiram

transferir a família para Belo Horizonte, onde os filhos teriam melhores oportunidades para completar os estudos. Em Belo Horizonte concluiu os estudos e ingressou na Escola de Farmácia, que era contígua à Escola de Medicina. Jamais exerceu a profissão. Logo depois, em 1923 a família se transferiu para o Rio de Janeiro, capital federal à época, e lá permaneceu. No Rio empregou-se na companhia de seguros fundada pelo irmão mais novo de sua mãe, Oscar Netto, trabalhou no escritório do Hospital Samaritano, fundado por seu irmão Fausto, e, após sua venda, transferiu-se para o Grupo Atlântica de Seguros, onde trabalhou até se aposentar, em 1967.

As mulheres da família exerceram um papel de grande importância na vida dos filhos de Dona Nhanhá. Enquanto o pai passava longos períodos fora de casa, envolvido com negócios que oscilavam entre o sucesso e o fracasso, a mãe se juntava à avó e às tias no ofício da costura para garantir o sustento da família e suprir suas necessidades durante os longos períodos de ausência do pai. O trabalho da costura, esse entrelaçar de partes unidas por alinhavos e furos tão presente no cotidiano familiar, metaforicamente pode ser comparado ao trabalho da escrita. Enquanto as mulheres da família de Maria Helena sustentaram a casa por meio desse ofício, a autora, como herdeira dessas costureiras, irá dar voz e corpo aos seus alinhavando, emendando e costurando o tecido de suas memórias.

Os escritos da memória podem ser pensados como aqueles que se constroem com a matéria da saudade e das lembranças. Por ser a memória lacunar e implicar o esquecimento, a escrita a ela relacionada é costurada a partir do alinhavar de vivências e sensações garimpadas em meio ao emaranhado que constitui a memória de uma pessoa, de uma família ou de um povo, para formar o corpo que por meio da memória se intenta configurar. Da mesma forma que a memória está intimamente vinculada ao esquecimento, escrever sobre vida é falar também da morte. Ao escrever suas memórias e falar sobre o vivido, Maria Helena dribla a morte dos seus e a sua própria morte.

A saudade e o desejo de preservar do esquecimento tudo o que amou um dia foi o que motivou Maria Helena a escrever o seu primeiro livro, *Por onde andou meu coração*. Foi o escritor Waldir Ayala que, numa tarde, em 1960, durante um passeio no Jardim Botânico, a incentivou a escrever as histórias que contava “com sua inimitável alegria” (AYALA, 2007). Eram “coisas de sua infância, as

primeiras descobertas, os livros, a música, o mundo familiar povoado de mulheres místicas e heroicas e de homens aventureiros” (AYALA, 2007). Embora, a princípio, tenha dito a ele que não era uma escritora, acabou concordando em escrever dizendo: “Só para os amigos, para preservar do nada tudo isto que amei e que não volta mais” (AYALA, 2007). Walmir relata:

Não era para ser publicado. Passaram por nossas mãos aquelas centenas de folhas que se foram acumulando, com a vertigem e o calor de um testemunho necessário. Eram as mil e uma noites de um novo oriente que desabrochavam diante de nossos olhos, para que nos esquecêssemos de tudo o mais que não fosse generosidade e graça. (AYALA, 2007)

Por onde andou meu coração foi publicado em 1967 e recebeu o prêmio Fernando Chinaglia, da União Brasileira de Escritores, e o prêmio Jabuti de literatura na categoria “Autor revelação”. O livro apresenta uma escrita desvinculada de uma sequência cronológica, semelhante ao funcionamento da própria memória, que se constrói num descontínuo de idas e vindas. Essa descontinuidade na narrativa muitas vezes se apresenta como falhas evidenciadas em fatos ou nomes esquecidos – “Não me lembro mais da volta, nem tenho ideia se jamais revi D. Isabel” (CARDOSO, 2007, p. 300) –, ou a própria Maria Helena deliberadamente oculta algo, como quando substitui nomes pela letra inicial, ou quando deixa, em aberto, informações nas entrelinhas do texto.

Nomes de lugares e pessoas ecoam docemente de suas páginas. Os apelidos que designaram os familiares por toda a existência são apresentados na intimidade da vida de Helena: Tidoce; Sanore e Dazinha, tias queridas; Vó Dina; papai; mamãe, a Dona Nhanhá; os irmãos Zizina, Fausto, Dauto, Dida, Nonô; outros tios e primos, Pedro, Leopoldo, Oscar, Babita. A esses nomes seguem-se tantos outros, que soam doces como o sabor de uma fruta cujo gosto reside inigualável na lembrança: Vito, Hans... Também acompanhamos seu amor à música e seu entusiasmo a cada nova melodia revelada, suas descobertas e seu amadurecimento na literatura, suas preferências e influências. Por meio do seu olhar amoroso, as vivências reunidas de uma vida, do poético ao prosaico e cotidiano, são convertidas em matéria sublime.

O livro, porém, não é somente o relato de uma vida isolada, fechada em pequenas experiências pessoais; é também a memória de um povo e de um tempo. Na escrita de Maria Helena, a história de Curvelo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e tantos outros lugares por onde passou é resgatada e preservada. Suas memórias não só delineiam o corpo dessas cidades, mas nos trazem o retrato de uma época, seus costumes e atmosfera. Juntamente com a família simples da autora, percorremos as ruas da pequena cidade mineira de Curvelo, no início do século XX, seu povo, sua história, sua cultura. Pisamos as ruas perfumadas de magnólia de uma Belo Horizonte há pouco constituída como capital do estado e de um Rio de Janeiro lírico, que, embora centro político e capital da Federação, conservava ainda a possibilidade da convivência humana, quase provinciana. Testemunhamos os costumes e a atmosfera daquela época, assim como os reflexos dos acontecimentos históricos e políticos, sob a ótica da gente comum que vivenciou aqueles acontecimentos. Sobre esse livro, Carlos Drummond de Andrade escreveu: “Como foi que você conseguiu isso: fazer um livro que não está escrito está vivido, abrindo suas pétalas como uma flor que a natureza plantasse, longe dos jardins cultivados? O ar que se respira nele é o ar de um passado sem mofo” (ANDRADE, 1974).

Em 1973, Maria Helena publica outro livro de memórias: *Vida/Vida*. O livro é apresentado num formato que ora lembra o de um diário íntimo, ora o de anotações e reflexões pessoais e que, por vezes, parece ser uma carta endereçada a alguém, que pode ser a pessoa que voluntariamente adentra suas páginas e passa, assim, a compartilhar dos sofrimentos, esperanças e alegrias nelas contidos. Amor e esperança são a matéria de que esse livro é feito. Nele nos deparamos com reflexões da autora em sua maturidade e testemunhamos sua dor no dia a dia ao acompanhar o calvário vivido pelo irmão Lúcio Cardoso desde o acidente vascular que o deixou afásico e hemiplégico até sua morte.

Na abertura do livro há uma crônica de Clarice Lispector, publicada no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano de sua publicação. Nela Clarice fala de suas saudades de Lúcio e da dor causada por sua ausência. No último parágrafo faz um pedido:

Helena Cardoso, você que é uma escritora fina e que sabe pegar numa asa de borboleta sem quebrá-la, você que é irmã do Lúcio para todo o

sempre, por que não escreve um livro sobre Lúcio? Você contaria dos seus anseios e alegrias, de suas angústias profundas, de sua luta com Deus, de suas fugas para o humano, para os caminhos do Bem e do Mal. Você, Helena, sofreu com Lúcio e por isso mesmo mais o amou. (LISPECTOR *apud* CARDOSO, 1973, p. x)

Clarice parece adivinhar o texto pungente que havia sido concebido.

Em *Vida/Vida* testemunhamos a dor pela qual passaram nos primeiros dias após o derrame, a luta do irmão pela vida, sua esperança de voltar um dia a escrever, a possibilidade de expressão por ele alcançada por meio da pintura, as pequenas evoluções até o derrame definitivo. Por meio da escrita preservou consigo o irmão a quem tanto amou e admirou e a quem se dedicou inteiramente tanto em vida quanto após sua morte, mantendo sua lembrança sempre viva, nos objetos que lhe pertenceram conservados com carinho e nas páginas de amor derramado nesse livro.

Após a publicação de dois livros de memória, Maria Helena escreve e publica em 1979 um romance ficcional: *Sonata perdida: anotações de uma velha dama digna*. Embora seja, aparentemente, uma obra de ficção, o romance denuncia elementos do vivido em sua composição. Quem leu seus outros livros é capaz de identificar esses elementos a dar vida a personagens, lugares e situações. O próprio nome do romance mal disfarça sua relação com a vida da autora, que era uma amante da música, tendo uma especial predileção pelos românticos, como Schumann, Schubert e Brahms. *Sonata perdida: anotações de uma velha dama digna* alude à música, sua grande paixão, e a ela própria, uma velha dama digna a emprestar generosamente suas vivências aos personagens reinventados e renomeados sobre o papel.

Em seu último livro, que ela morreu sem publicar, Maria Helena traz uma mistura de memórias e reflexões sobre a vida, a velhice e a morte que se aproxima. Nas primeiras páginas declara seu amor aos seus, à vida e à música. Em dado momento confessa:

Se eu pudesse escrever música! Como seria feliz. Tenho certeza de que só escrevo porque não sei compor. [...]. Quando escrevo, estou sempre querendo fazer música. E, entretanto, nem ao menos faço poesia, uma outra forma de música. Não queria escrever, mas compor sonatas, duos,

trios, quartetos, quintetos, toda espécie de música de câmara que eu adoro: concertos, sinfonias, enfim todo esse mundo maravilhoso que me arrebatava.

Estaria aqui a “Sonata perdida”? Nos livros que foram escritos devido à impossibilidade de compor? Ambos, escrita e música, porém, são obras que se dão a revelar e a apreciar no tempo. O tempo de leitura e o tempo de audição. Adiante, ainda nas primeiras páginas, comenta: “Não tenho certeza se estou escrevendo um diário, continuando minhas memórias ou fazendo outro gênero qualquer”. Talvez as três coisas. Em seguida declara: “Quero registrar aqui apenas o que me alegra ou aflige nestes últimos anos e rememorar alguma coisa esquecida, distante”.

A escrita de Maria Helena principia por causa da morte – para não deixar morrer – e só irá cessar no momento em que a morte a interrompe. A partir de sua obra, Maria Helena assume o ofício das costureiras de quem é descendente e passa a tecer sua própria vida, a dos seus familiares e a de todas as pessoas e lugares que amou e que lhe foram caros, preservando do nada a eles e a si mesma. Nos seus livros, partes da vida da autora são costuradas umas às outras pelo amor aos seus, aos lugares, à vida. Suas páginas não deixam de ser, também, a partitura da sonata que sempre quis compor e que soa como suave melodia, composta e anotada na pauta do tempo. Música para curar a alma. Melodia que permanece vibrando no ar. Na sua escrita interrompida pela morte, a vida permanece fiada e urdida, na constituição de uma obra que nem a morte é capaz de interromper.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Orelha do livro]. In: CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.
- AYALA, Waldir. [Orelha do livro]. In: CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARDOSO, Maria Helena. *Vida/Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. *Sonata perdida: anotações de uma velha dama digna*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

- CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LISPECTOR, Clarice *apud* CARDOSO, Maria Helena. *Vida/Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- VILELA, Andréa de Paula Xavier. *Lúcio Cardoso: o traçado de uma vida*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.

**MARIA JULIETA
DRUMMOND DE ANDRADE,
UMA ILUSTRE INTELLECTUAL MINEIRA**

Maria Lúcia Barbosa

*O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção.
Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado? Não existem,
nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres
que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe
um encontro marcado entre as gerações passadas e a nossa.*

WALTER BENJAMIN

Maria Julieta Drummond de Andrade nasceu em Belo Horizonte (MG) em 4 de março de 1928; filha do poeta Carlos Drummond de Andrade e Dolores Moraes Drummond de Andrade, ainda criança, aos seis anos de idade, juntamente com a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se deu a sua formação básica e a acadêmica, diplomando-se em Línguas Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica dessa cidade. Foi lá que Maria Julieta residiu até 1949, quando se casou com o argentino Manuel Graña Etcheverry, escritor e advogado, com quem teve três filhos: Pedro Augusto Graña Drummond, Carlos Manuel Graña Drummond e Luís Maurício Graña Drummond. Nesse mesmo ano, nova mudança fez-se necessária; dessa vez para a capital da Argentina, onde foi professora na Universidade de Buenos Aires (UBA) e, sem perder os vínculos com seu país de origem, dedicou-se a

divulgar a língua portuguesa e a literatura brasileira, ministrando cursos na Faculdade de Filosofia e Letras no Centro de Estudos Brasileiros. Entre as muitas atividades em que esteve envolvida, foi presidente do Centro de Estudos Brasileiros, onde realizava palestras, seminários, programas radiofônicos e televisivos, para revelar autores brasileiros e hispânicos, e ainda colaborava em jornais do Brasil e da Argentina. Fez também tradução, para o castelhano, de obras de autores brasileiros e, para o português, de obras de escritores de língua hispânica. Esse trabalho de divulgação e aproximação cultural valeu-lhe, em 1980, o prêmio dessa categoria conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, em São Paulo.

Sua estreia literária aconteceu muito precocemente, aos 17 anos de idade, com a novela *A busca*, publicada em 1946 pela Livraria José Olympio Editora e cujo enredo é a história de uma adolescência turbulenta e delicada, em que, de acordo com a narradora, essa adolescente padecia as indecisões, os questionamentos e os conflitos de uma jovem que observa com apreensão o que está à sua volta, bem como suas próprias transformações. No transcorrer da narrativa, é possível observar que a jovem se embriaga do sentimento de existir e das urgências em relação às vicissitudes próprias da idade, descobrindo-se, portanto, uma menina cheia de dúvidas. Tal característica se alinha à da escritora, no momento inaugural da sua carreira literária:

A busca foi escrita por uma menina de dezessete anos, numa época em que os jovens nada sabiam de tóxicos, de subversão, de liberdade sexual. Desconhecendo a televisão, ouviam rádio, colecionavam fotografias de artistas e *Garotas do Alceu* recortadas das revistas, andavam de bicicletas, assistiam em lágrimas aos *happy-ends* dos filmes americanos e dançavam ao som de *foxes* lentos, sob o implacável controle materno. Mas nesse ambiente de rigor e sossego, viver não era simples e a inquietação e as dúvidas existenciais dilaceravam os seres sensíveis. Só na superfície a vida corria com placidez, pois o fundo do poço era povoado de fantasmas, inseguranças, tumulto.

Quando começou o livrinho, a menina-moça não tinha noção do que estava fazendo. Um ímpeto quase incontrolável a levou de repente a passar para o papel algumas frases que a perseguiram e que seriam

o começo de seu aflito desabafo. A partir de então e durante três semanas, escreveu de maneira obstinada, no meio das aulas do curso clássico, nos recreios, à noite, insone. As personagens se insinuavam, criavam corpo, moviam-se, e ela se limitava a copiar o que lhe era confusamente ditado por essas criaturas independentes. [...]. Com a mesma urgência dolorosa com que redigira o resto, escreveu as últimas linhas e entregou o rascunho à mãe, que era boa datilógrafa. Só quando voltou do acampamento pôde reler os originais e comprovar que o que acabara de compor formava uma espécie de todo. Mostrou a pequena obra ao pai, que a levou à Editora José Olympio, onde Raquel de Queiroz, consultada, aconselhou a publicação. (ANDRADE, 1982a, p. 9)

Prefaciado pelo escritor Aníbal M. Machado, esse despertar literário “mereceu artigos e notas dos mais conceituados críticos do momento, e a edição se esgotou depressa” (ANDRADE, 1982a, p. 10); só para citar alguns: Guilhermino César, Sérgio Milliet, Aires da Mata Machado Filho e Álvaro Lins, que em sua apreciação escreveu: “Uma novela admirável, rica de conteúdo humano e marcada pela originalidade, com tantas características superiores que poucos romancistas consagrados seriam capazes de escrevê-la” (LINS, 1980). Vale destacar também o parecer da influente crítica literária, biógrafa, ensaísta e tradutora mineira Lúcia Miguel Pereira, que afirmou:

Conhecemos mal, muito mal, a primeira fase da existência, levados como somos a valorizar e poetizar o passado, só guardando as imagens agradáveis, as que coincidem com o que desejamos ter sido. É raro alguém possuir, como Graciliano Ramos, ou como essa jovem escritora, a coragem de dizer tudo, de mostrar que, desde o início, a criatura humana é feita de contradições, boa e má, generosa e mesquinha, possuída pelo desejo de afirmar-se, ainda a custo do sacrifício dos outros. (PEREIRA, 1980)

Vivendo entre Buenos Aires, onde residia, e a capital carioca, onde passava férias, Maria Julieta exerceu também a atividade periodística colaborando em jornais e revistas do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, *O Cruzeiro*) e, a partir de 1977, passou a assinar no segundo caderno do jornal *O Globo*

uma coluna semanal, aos sábados, cuja principal característica era a liberdade que ela tinha de fazer, ora uma crônica, ora uma narrativa de viagem, ora um conto, num exercício lúdico de possibilidades expressivas da linguagem, além de observações extremamente finas sobre o comportamento dos animais, e evocações deliciosas da vida familiar brasileira em décadas passadas. ([ORELHA], 1980)

Essa atividade, que durou, aproximadamente seis anos, resultou em duas publicações. A primeira, *Um buquê de alcachofras*, foi lançada em novembro de 1980 pela Livraria José Olympio Editora e consistia numa coletânea de crônicas escolhidas entre as publicadas no período de 1978 a 1980, no jornal *O Globo*.

A repercussão obtida com esse lançamento pode ser comprovada pelo envio de cartas e comentários dos leitores, que, além de se identificarem com a autora, ao ponto de lhe confiarem certas idiossincrasias, se sentiam à vontade também para criticar o que liam e opinar a esse respeito, da mesma forma que apreciavam sua sensibilidade sempre alerta, seu poder de observação e de síntese e a mescla de humor e gravidade, elementos espalhados no que a cronista escrevia. Como exemplo de algumas dessas manifestações, destacam-se fragmentos de cartas que fazem parte da crônica “O ofício de escrever”:

Querida Amiga:

Permita-me chamá-la assim, embora não tenhamos tido ainda o ensejo de conhecer-nos pessoalmente. Em todo caso, da minha parte, é como se a conhecesse de longo tempo. Leio-a todas as semanas e apesar da diferença de idade (tenho 28 anos, sou solteira e adoro escrever, embora sinta muito pudor em mostrar o que faço), é como se fôssemos amigas desde sempre, desde que nasci. Para mim você não é mãe nem irmã, como se diz por aí quando se encontra alguém por quem sentimos afinidade: é amiga somente, e sobretudo. Que bom sentir que você, quando não assume jeito de repórter, consegue expressar tudo o que penso e que gostaria de dizer.

Para que possa ver como somos parecidas, estou lhe enviando o original de um conto que escrevi há alguns meses, e que tem ar de coisa sua. Não é para publicar (já disse que sou tímida), é só para você ler. Não precisa nem mandar dizer se gostou ou não.

Obrigada querida amiga. Até sempre. Da gêmea mais moça

PATRICIA MARIA CLARK
(CLARK *apud* ANDRADE, 1980, p. 53)

De Lucy, outra leitora:

Meu Anjo:

Adoro tuas crônicas, você é uma graça escrevendo. Sinto o maior orgulho quando abro o segundo caderno do *Globo*, aos sábados, e vejo o teu nome ali, todo bonitinho. “Que barato – fico pensando –, essa aí foi minha colega de colégio.” Só que às vezes você se trumbica um pouco. Francamente, flor, que negócio é esse de chamar hostorinha [*sic*] de amor uma história que nada tem de amor? Para mim amor é Amor mesmo, assim com A maiúsculo, que não sou de brincar com as coisas sérias [...]. (LUCY *apud* ANDRADE, 1980, p. 53).

Evidencia-se ainda um fato curioso, desencadeado por esse livro, pois, seus leitores, estimulados pelos registros semanais lidos naquele periódico, manifestaram o desejo de conhecer a novela *A busca*, que estava praticamente desaparecida, ou seja, indisponível desde que se esgotara, apesar de ter sido proposta à autora, pela mesma editora, uma reedição. Contudo, Maria Julieta, sempre que consultada, posicionava-se resistente a essa proposta, até que, conta ela:

[...] um dos meus filhos, recém-saído de uma adolescência cheia de cactos, mostrou-se interessado em conhecê-la. Emprestei-lhe, com receio, um velho exemplar, que fora dos meus avós. Na manhã seguinte, ele me confessou, comovido:

– Mãe, *A Busca* sou eu.

Mandei encadernar o livrinho e dediquei-o a esse jovem que, tantos anos depois, se sentira refletido nele. Percebi nitidamente que a crise da adolescência é atemporal e nada tem a ver com a permissividade dos costumes, que pode agravá-la, mas não a provoca: é inerente ao homem de qualquer tempo.

.....
É por isso que aceitei agora esta segunda edição de *A busca*, sugerida por José Olympio, amigo da vida inteira, que acreditou em mim

quando eu mal saíra da infância e continua a acreditar em plena maturidade. (ANDRADE, 1982a, p. 10-11)

A outra publicação, fruto também das suas colaborações nos periódicos brasileiros, se deu em 1982. *O valor da vida*, lançado pela Editora Nova Fronteira, um livro de crônicas, também retiradas das colunas jornalísticas assinadas por Maria Julieta e selecionadas entre as publicadas de janeiro de 1980 a março de 1982. São textos que

embora escritos ao sabor da fantasia, revelam com frequência gostos e tendências de quem os escreveu. Reunidos em nove grupos, conforme o tratem: “Memória”, de pessoas e costumes de antes; “Plantas e bichos”, da observação da natureza; “Palavras”, do exercício de linguagem, em prosa e verso; “Uma história qualquer”, de flagrantes quotidianos e imaginários; “Fantasias”, “Pequenos prazeres” e “A angústia domada”, das alegrias e dificuldades de viver; “A tradição nas cidades”, de gente e coisas de Buenos Aires e no último grupo denominado “Variações”, figuram os que não se enquadram nesse esboço de classificação. ([NOTA], 1982b, p. 9)

No que se refere às considerações acima (da editora), sobre os escritos que compõem essa obra, e partindo da leitura de sua produção cronística e literária, é possível afirmar que a autora herdou do pai o gosto pela palavra, bem como sua sensibilidade literária.

Acreditando que a crônica é sempre o barômetro de uma sociedade, além de estar igualmente circunscrita a um espaço e a uma cultura, evidenciamos dois trechos da belíssima crônica intitulada “Meu pai”, que podem ser considerados como traços ou tons que ajudam a compor o perfil de Maria Julieta, assim como compreender tal herança; o primeiro é a justificativa para elaborar o texto:

Hesitei, antes de me decidir a escrever estas linhas sobre meu pai. Não sendo crítica literária, nem tenho suficiente isenção para examinar-lhe a obra, e conhecendo seu jeito esquivo e reservado, temi que ele pudesse julgar uma espécie de traição eu aceitar uma incumbência assim. Depois refleti: se há poucos meses ele publicou, sem consultar-me, meu diário de garota, e, ao contrário do que receou, me deu com isso uma emoção delicadíssima, por que haveria de se aborrecer agora, se

eu me pusesse a lembrar episódios antigos? Só espero que ele sinta, lendo esse depoimento, a mesma alegria que estou tendo ao evocar cenas quase perdidas. (ANDRADE, 1980, p. 163)

E o segundo é a exposição de alguns episódios do cotidiano familiar e das relações afetivas e culturais, principalmente aquelas entre pai e filha, que, como ela mesma declarou, influenciaram sobremaneira na sua formação e trajetória intelectual e, certamente, contribuíram para que a escritora trilhasse os mesmos caminhos do pai, Carlos Drummond de Andrade, um dos nomes mais importantes da literatura brasileira:

Muita gente há de imaginar que ser filha de poeta deve ser um destino glorioso; outros, que o fardo será pesado. Para mim, sempre foi natural ter o pai que tenho. Lá em casa, como em qualquer outra, havia problemas, mas a lembrança fundamental que conservo é a de um clima especial, sério e chaplinesco a um tempo [...].

.....
[...] criávamos palavras, num código impenetrável para os de fora. Quando os frios do restaurante alemão eram excepcionalmente gostosos, ou estávamos felizes, só um termo era capaz de exprimir a sensação de prazer: *otimamenterriguantemebonte*. Se estranhávamos alguma coisa, três adjetivos esdrúxulos resumiam admiravelmente a situação: “Isto está muito peristáltico, analgésico e parabólico”.

.....
A melhor parte, porém, eram as histórias que papai lia em voz alta, eu deitada no sofá da sala, onde muitas vezes adormeci. As primeiras foram as do *Coração*, quando eu não estava ainda alfabetizada; depois vieram as de Monteiro Lobato, as do *Tesouro da juventude* (cujos dezoito volumes recebi dele quando tinha dois anos) e finalmente as de uma coleção de contos universais, encadernada em pano verde, que ele próprio, sendo criança, ganhara de meu avô. Quase tudo que conheço em matéria de literatura vem principalmente daí. (ANDRADE, 1980, p. 163-165)

Partindo dessa exposição e refletindo sobre os objetivos da crônica, é possível afirmar, assim, que ela se torna, também, um instrumento revelador dos bastidores de uma cultura e de uma sociedade.

Em 1983 Maria Julieta voltou a residir no Rio de Janeiro; em 1985 tornou-se membro do Conselho Federal da Cultura e publicou um livro memorialista, intitulado *Diário de uma garota*. Nos dois anos seguintes foram publicados mais dois trabalhos, *Loló e o computador*, em 1986 e, postumamente, em 1987, *Gatos e pombos*. Enfim, assim como esses, toda a produção intelectual de Julieta é marcada por uma aguda visão da vida e dos seres, notadamente de gente simples, plantas e bichos, tudo tecido com a graça de uma expressão moderna e feminina, assinalada, sobretudo, por um fundo sentimento humanístico. Maria Julieta Drummond de Andrade faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1987.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *Um buquê de alcachofras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
- _____. *A busca*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982a.
- _____. *O valor da vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982b.
- LINS, Álvaro. [Quarta capa do livro]. In: ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *Um buquê de alcachofras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
- [NOTA da editora]. In: ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *O valor da vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982b.
- [ORELHA do livro]. In: ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *Um buquê de alcachofras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. [Orelha do livro]. In: ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. *Um buquê de alcachofras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

MARIA LÚCIA ALVIM E SUA “ÚLTIMA ENSEADA”, A MEMÓRIA

Kelen Benfenatti

*À força de guardar-te
Evaporaste.*

MARIA LÚCIA ALVIM

Bati à porta. Veio me atender uma senhora rodeada de gatos e com um livro na mão. Depois de dirigir quilômetros até a pequena cidade de Volta Grande, ali estava eu, leitora da poesia de Maria Lúcia Alvim, uma escritora mineira nascida em Araxá, em 24 de outubro de 1932, na região do Barreiro, famosa por suas águas termais. Estava ansiosa por conhecer a autora daqueles versos que falavam do envelhecer, da vida, do amor, da infância, da memória, do medo, da solidão, da loucura, da morte.

Marcamos uma entrevista para mais tarde na pousada próxima à sua casa. Passamos ali uma tarde em uma conversa que ficou muito distante da ideia inicial de uma entrevista. Fui logo indagada por qual motivo tinha viajado de longe para ir encontrar uma escritora que estava longe do círculo editorial, da vida literária, quieta com seus gatos e com o que ela chamou de sua “dama de companhia”, a literatura. De súbito respondi “seus versos”, e ela sorriu. Queria escrever sobre ela, na antologia que estávamos preparando no grupo de

pesquisa Mulheres em Letras, um trabalho de “arqueologia literária”, cujo objetivo era dar voz a autoras pouco conhecidas do público atual.

Um certo encantamento, confesso, por estar diante da autora de versos que eu admirava, mas também um desejo de ouvir aquela mulher que me pareceu ter o dom de envelhecer novas amizades. Enquanto ouvia, me senti transportada para a fazenda de seu avô, sua “mina de paixões”, onde ela corria e experimentava o vento nos cabelos, o contato com os bichos, o cheiro da terra. Presenciei, por meio da conversa, a dor da perda da irmã Maria Ângela Alvim, que, aos 33 anos, pôs fim à sua vida, e tornou-se patente a referência constante ao irmão, Francisco Alvim, e a saudade do tempo em que conviveu com Zé Pavão, homem do campo e poeta por natureza. Vislumbrei, ainda, naquela tarde, a leitora de Drummond, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Guimarães Rosa, Clarice, Ferreira Gullar, Sá de Miranda, Mário de Sá-Carneiro, Mallarmé, Valéry, Flaubert e tantos outros autores que compõem seu acervo literário.

Saí dali com a sensação de que a memória era fundamental para o processo criativo de Maria Lúcia Alvim, quer nos ecos de suas leituras, percebidos em sua obra, quer na conversa de horas, em que a evocação do passado ganhou a cena em uma interessante narrativa autobiográfica que se intercalava também de uma espécie de construção consciente e lúcida da “biografia” de seus livros. Livros esses que nasceram artesanais e seguiram para a editoração, permanecendo, contudo, como artefatos no arquivo pessoal da escritora.

Reencontro hoje, 11 anos depois desse encontro, em *Batendo pasto*, livro recém-publicado (2020) de Maria Lúcia Alvim, aquela mesma voz melancólica daquela tarde em Volta Grande, carregada de lembranças, em que falava sobre sua obra e sobre os inéditos guardados, *Batendo pasto*, *Rabo de olho*, *Sala de branco*, além da antologia *Lati-fúndio*, que reunia versos seus e de seus irmãos, indícios de que outros inéditos poderão se seguir à publicação do novo livro.

Com a publicação de *Batendo pasto*, Guilherme Gontijo Flores e Ricardo Domeneck proporcionaram aos leitores de Maria Lúcia a possibilidade do reencontro com sua poesia. O livro foi escrito em 1982, mas se encontrava inédito e havia sido confiado ao poeta Paulo Henriques Britto, seu amigo, para que o publicasse após sua morte. Cabe ressaltar a importância desse resgate no que se refere a apresentar aos leitores uma produção que se encontrava nos bastidores do arquivo

literário, guardada por anos pela escritora e sem previsão imediata de vir a público, uma vez que ela há tempos se encontrava afastada da chamada vida literária, fosse na pequena Volta Grande, fosse em Juiz de Fora, onde vivia desde 2011. Nos últimos tempos, morava em uma casa terapêutica para idosos e, no dia 3 de fevereiro de 2021, a poeta, que acabara de voltar à cena literária com a publicação de *Batendo pasto*, faleceu, vítima da covid-19.

A recente publicação foi um presente de despedida e vem se somar a sua produção – *xx Sonetos* (1959), *Coração incólume* (1968), *Pose* (1968), *Romanceiro de Dona Beja* (1979), *A rosa malvada* (1980) e *Vivenda* (1989), livro que reuniu sua obra poética, com inclusão de inéditos, e foi publicado pela editora Duas Cidades na conhecida coleção Claro Enigma. A falta da devida atenção à sua obra se dá por motivos diversos, entre os quais não se incluem a qualidade de sua produção literária. Há poucos estudos sobre ela. Entre eles, há a dissertação de mestrado de Juliana Veloso Mendes de Freitas sobre *O romanceiro de Dona Beja*, textos breves assinados por Brito Broca, Sylvio da Cunha, Bertha Waldman e Paulo Henriques Britto e inseridos nas orelhas de seus livros, prefácios de Ivo Barbieri, Alphonsus de Guimaraens Filho e José Geraldo Nogueira Moutinho, textos de Ricardo Domeneck, Guilherme Gontijo Flores e Paulo Henriques Britto, inseridos em sua última publicação, e notícias sobre o lançamento do livro, além de textos sobre sua obra, entre os quais lembro o de Pablo Simpson, o de Sandra Araújo Lima e os de minha autoria.

Em sua poesia, Maria Lúcia transita entre formas variadas, poemas curtos e longos, com e sem rimas e sonetos. Aborda uma temática diversa e visita a tradição e o moderno em sua criação literária. Não se filia a uma escola literária nem segue as tendências de seu tempo. Cria um projeto autônomo com base em sua vivência, em suas experiências de leitura, em sua memória. Uma poesia marcada pela introspecção, por uma escrita de si que ao mesmo tempo aponta para a coletividade humana e marcada ainda pela elaboração da linguagem em um jogo que mescla línguas (português, francês, inglês), palavras, sentidos e sonoridades. Aborda inquietudes diante da vida, do tempo, da velhice e da morte. Assim escreve em “Amurada”: “Subitamente / fecha-se o tempo: / velhice / rosa dos ventos” (ALVIM, 1989, p. 250). São seus ainda os versos: “– Nada está mais próximo / unido um ao outro / que a morte / ao corpo – / assim como a água / à sua transparência” (ALVIM,

1989, p. 253). “Saber morrer / plasticamente / Dura lição” (ALVIM, 1989, p. 271), escreve ela sobre uma das questões filosóficas fundamentais para o homem. A morte, tanto quanto a vida, é algo que gera no eu lírico inquietação.

Em seus versos, trata do amor com o mesmo incômodo com que trata da morte:

Alguém bate à porta
Se acaso for
A morte
Abrirei – se amor,
Não –
Pois nunca se lembra
De trazer à lapela
A flor
Vermelha
Que meu coração
Exige.
(ALVIM, 1989, p. 229)

O amor se inscreve em sua poética como impossibilidade, mesmo quando acontece a concretização carnal do encontro, e é tratado sob a égide de sua fina ironia, como em “Amor cortês”: “Uma vida é pouca / para tantos joelhos” (ALVIM, 1989, p. 51).

Cabe ressaltar aqui um pormenor importante sobre sua trajetória: sua ligação com as artes plásticas, a pintura, o desenho e a colagem. Maria Lúcia estudou e viveu parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde realizou a exposição de colagem *A moda*, na Galeria Divulgação e Pesquisa, com Marco Paulo Alvim, em 1978, e a mostra *Retratos e colagens*, em 1980, na Petite Galerie, local em que trabalhou por algum tempo.

Vale lembrar sua atuação no campo das artes plásticas, pois sua íntima relação com as artes da colagem, da pintura, do desenho faz parte de seu processo criativo também quando o assunto é poesia. Sua íntima relação com a plasticidade da imagem invade sua criação poética e não são poucos os momentos de sua poesia em que as imagens poéticas criadas por ela se projetam diante dos olhos do leitor com a nitidez de uma tela pintada, como no poema “Regata”: “A lagoa está toda de branco.” (ALVIM, 1989, p. 37).

A arte da colagem, sua paixão confessa, se expande também pela composição dos versos na página em branco. Em “Colagem”, poema publicado em *A rosa malvada*, ela escreve:

A vida é um todo
Fragmentar esse todo é meu grande deleite
tesoura **papel**
obedecem a lógica inexorável
fazem de mim
simples brinquedo
(ALVIM, 1989, p. 21)

A plasticidade figura também nos desenhos e pinturas que fez: a capacidade de transportar seu leitor-espectador para “outros mundos” por meio de sua arte. É o que ela faz também ao inserir um desenho seu no verso da página inicial de *Vivenda*. Trata-se do desenho de touros em preto e branco, fragmentados, desenho dividido em três quadros. Se pensarmos nessa imagem como uma espécie de epígrafe fora das convenções na obra reunida, parece muito significativa e não está ali por acaso, principalmente se considerarmos a relação da escritora com as artes plásticas e seu fascínio pela técnica de composição da colagem.

A imagem do touro em *Vivenda* intriga-me. Por quais motivos estaria estampada ali? Por que na abertura do livro? Por que não traz uma legenda, um título que dê pistas ao leitor? Isso talvez se deva a uma marca presente na produção de Maria Lúcia Alvim: uma arte provocativa que não se rende ao óbvio nem à leitura apressada.

A imagem dos touros pode ser pensada como metonímia da presença do campo na poética da autora, elemento que nos chama a atenção para um pormenor de sua vida ligado ao passado que invade sua escrita. Sua relação com a terra e com a memória que a constitui como sujeito é, em certa medida, o que alimenta sua escrita. A paisagem da fazenda, o gado, a vida simples, o contato com a terra, com as pessoas que ali trabalhavam é essencial para que o sujeito da escrita se reinvente diante do leitor. As evidências da infância na fazenda do avô e a de tempos depois, em que, já mulher feita, vai viver na fazenda e conviver com Zé Pavão, deixaram marcas no sujeito biográfico, empírico, histórico, mas ultrapassaram o limite do vivido e habitaram a ficção dessa poeta.

Em *Coração incólume*, a presença da imagem do animal já havia sido construída no poema “Touro”:

Negra é a sorte
meigo bisonte.
Segue a morte
tão informal

vem surpreender-te
na solidão.
(Saber morrer
Plasticamente,

Dura lição).
Ajazado
Ornamental

Teu vivo sangue
O velo insone
Cobre. Final
(ALVIM, 1989, p. 271)

Em *Batendo pasto*, desde o título, que é expressão conhecida no meio rural para identificar a prática de baixar o capim, retirando as ervas indesejáveis, até o universo do campo, em que todo o livro se constrói, Maria Lúcia vai desenhando diante dos olhos do leitor a vida simples do campo, mas com a elaboração já conhecida de sua linguagem poética. Seria o pasto a própria poesia? Seria o bisonte o homem e a poesia seu alimento? E o trabalho do poeta: “bater pasto”? Talvez possamos nos arriscar a dizer que sim. Escreve a poeta: “o capim é minha grande reserva interior” (ALVIM, 2020a, p. 43). Se é possível, essa leitura parece significativa também para pensarmos na imagem fragmentada do touro, na fragmentação do sujeito na pós-modernidade, na impossibilidade do bisonte/homem de resistir à inevitável morte.

Sua relação com as “coisas da terra” não se restringe ao tempo em que viveu no campo na infância ou a quando, mais tarde, parte do Rio para o interior de Minas, mas é parte de sua criação. São vários os momentos em que ela se refere ao ato de escrever como análogo aos

de semear, brotar e colher em um estado de total comunhão com a terra e com a água. As imagens frequentes da terra sendo germinada e da água irão perpassar sua produção. Nesse sentido, a ligação com a natureza é muito mais que um mote para a poesia, é essência que a liga, por meio da memória, a um processo de autoconhecimento e de convívio e estranhamento com o mundo por meio da poesia. “A terra é o chão. Eu me sinto segura no chão dos matos, da natureza, não no chão das cidades”, declara Maria Lúcia Alvim em entrevista recente à Tribuna de Minas (ALVIM, 2020b). Talvez tal declaração também se deva aos 88 anos, à intrínseca ligação da velhice com a memória, à evocação com um toque de idealização e nostalgia do passado vivido e da representação de um tempo de felicidades. A memória é para ela “última enseada”, é seu acesso à terra alagadiça, encharcada, capaz de produzir vida. Foi dessa memória que a poeta se alimentou para germinar seus versos: “Vinde meu verso. Só eu vos assisto / e cresço em vosso balo e me adormeço / e faço da memória sem começo / a última enseada em que persisto.” (ALVIM, 1989, p. 295). Também seria a “última enseada” possível para que a vida germinasse no presente.

Na referida entrevista, a escritora afirmou que atualmente não escrevia mais, nem lia, vivia o ritmo de vida “de uma cigana, absolutamente livre, completamente desfeita de programações sérias de vida” (ALVIM, 2020b). O interessante dessa comparação é que historicamente a mais característica marca da vida cigana é o nomadismo, as andanças dos ciganos de cidade em cidade com suas tendas e com todas as dificuldades, que vão desde as condições climáticas e econômicas até os preconceitos sociais que dessa prática cultural advêm. Na vida cigana de Maria Lúcia, as andanças ocorrem no chão de memórias.

A memória, desde sua estreia na literatura, se constitui como matéria-prima para sua criação e as relações familiares são evocadas pela memória afetiva na composição dos versos ao homenagear a irmã Maria Ângela Alvim, também poeta:

És no tempo o que passa mas flutuas
Noutro tempo mais livre e permanente
Onde ausente serias tu somente
A ser e demorar nas coisas tuas,
Novos espaços te cercam – recua

Também aquela ausência – consciente
Projetas o teu gosto transparente
Que vai além de ti e continua
Se viver não te basta nem situa
A forma de teu mundo inexistente
fizeste mais alheia a espera tua
neste andar pela vida descontente,
perduras incontida e insinuas
a vontade de ser em ti presente.
(ALVIM, 1989, p. 318)

Ou ao se referir ao irmão Francisco Alvim no poema “Diplomata”, em *A rosa malvada*: “Tenho o maior prazer / De vê-lo quando possível” (ALVIM, 1989, p. 47). Ou, ainda, ao dedicar a ele, também poeta, o poema “XIX”:

Em teu alheio remanso
o azul flutua no espaço
(meu arlequim de Picasso
esboça teu ar esconso)
venho colher este manso
e vago sentir de abraço
enquanto um sonho perfaço
de vogar em teu descanso.
O tempo fez-se promessa
em ledor brotar – o dia
a vida que se arremessa
onde dantes nada havia
assim chegaste; não cessa
querença por mais tardia.
(ALVIM, 1989, p. 320)

Maria Lúcia Alvim faz, algumas vezes, da forma do verso uma possibilidade de inscrição de suas memórias. Registra os laços familiares, a infância, a fazenda, a relação com a terra natal e sua história. Mesmo quando o projeto literário diz respeito à relação entre literatura e história, há uma busca de si mesma, uma reflexão, via memória, de sua própria existência. Em *Romanceiro de Dona Beja* recria poeticamente acontecimentos e figuras históricas e lendárias, canta em versos a

colonização do Sertão da Farinha Podre, a chegada dos pioneiros “à procura do ouro e das pedras coradas” (ALVIM, 1989, p. 86), a fundação dos Arraiais do Tabuleiro, das Abelhas e de São Domingos dos Araxás, a dizimação dos índios, a escravidão dos negros. Sobre esse empreendimento intelectual e poético, a autora declara, em entrevista, que fez de D. Beja uma figura simbólica de sua própria existência, de seu desejo de retorno às suas origens, uma busca de si mesma:

D. Beja é o pretexto que usei, porque eu queria falar da minha terra. Essa figura da D. Beja para mim é um mito, um símbolo, que não está vinculada à personalidade lendária ou verídica, tal como é vista pelo folclore. O lado histórico desse Romanceiro está mais vinculado ao lado afetivo da minha vivência no sertão grande. (ALVIM *apud* FREITAS, 2015, p. 19)

Talvez se possa dizer que esta é uma marca que perpassa sua criação literária: uma escrita de si que ora se mostra com mais evidência, ora se esconde nas entrelinhas de sua produção. Contudo, o caráter autobiográfico não reduz sua poesia ao âmbito do vivido, afinal, na busca de si mesma, ao entrar por sua “última enseada” – a memória –, ela apresenta ao leitor inquietações que são da ordem do humano e, por isso mesmo, atemporais e coletivas.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Maria Lúcia. *Vivenda (1959-1989)*. São Paulo: Duas Cidades, 1989. (Coleção Claro Enigma).
- _____. *Batendo pasto*. Belo Horizonte: Relicário, 2020a.
- _____. “Nunca negocie coisa alguma”: o retorno da poeta Maria Lúcia Alvim. [Entrevista concedida a] Mauro Morais. *Tribuna de Minas*. 23 ago. 2020b. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/23-08-2020/nunca-negociei-coisa-alguma-o-retorno-da-poeta-maria-lucia-alvim.html>. Acesso em: 3 jan. 2021.
- FREITAS, Juliana Veloso Mendes de. *A narrativa histórica na poesia de Maria Lúcia Alvim: “Romanceiro de Dona Beja”*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARIA LYSIA DE ARAÚJO: SUA BIBLIOTECA, EUS QUE SE APRESENTAM

Eliana Tolentino

– Como é, o garoto sarou da melancolia?
Os pais contaram: – “Doutor, ele agora pôe a
melancolia no papel... ele é poeta!”

MARIA LYSIA CORRÊA DE ARAÚJO, 1987

É com esse diálogo do livro *O carneirinho diferente*, de Maria Lysia Corrêa de Araújo, que se inicia aqui um caminho para pensar numa biografia dessa mulher que foi atriz, contista, poeta, pianista, romancista, nadadora, leitora, arquivista, mulher que se escreveu nos livros que leu, que se escreveu também nos livros que escreveu. Enfim, uma pessoa intrigante e multifacetada.

Numa perspectiva dos estudos da memória, podemos identificar algumas de suas facetas, pois passeando por vários gêneros literários ela escreveu contos, romance, poemas, livros infantojuvenis e mais: dialogou intimamente com os livros que leu. Nesse sentido, a cada obra sua, percebemos um eu que se apresenta e aos poucos vai construindo a sua biografia.

Maria Lysia Corrêa de Araújo nasceu em Campo Belo (MG), em 4 de setembro de 1921 e faleceu em 15 de janeiro de 2012, em Belo Horizonte. Teve na infância e início da adolescência passagem pela

cidade mineira de São João del-Rei, estudou teatro e atuou como atriz em Belo Horizonte, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2002).

O *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros* (2010), organizado por Constância Lima Duarte, além de indicar sua trajetória como atriz, também informa sobre sua atuação literária, que se inicia em jornais e revistas como *O Cruzeiro*, *A Cigarra* e *Ficção* e em jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, *Última Hora*, *Academus*, *Estado de Minas* e *Suplemento Literário do Minas Gerais* (DUARTE, 2010, p. 271).

Segundo depoimento de sua sobrinha, a professora Myriam Ávila, no texto de abertura do IV Colóquio Mulheres em Letras, realizado na UFMG em 2012, e informações constantes no *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros*, Maria Lysia é a quinta filha do casal Lafayette Corrêa de Araújo e de Josephina Rios Corrêa de Araújo, D. Finica. Ela mineira, professora primária, e ele pernambucano, advogado, articulista, professor e poeta. O ambiente familiar, segundo Myriam Ávila, propiciou desde cedo o contato da intelectual com as artes e com a literatura mais intimamente (ÁVILA, 2012; DUARTE, 2010).

Já em Belo Horizonte, iniciou o curso de Letras Anglo-Germânicas e na capital iniciou sua incursão pelo teatro. Trabalhou em montagens de Italo Mudado e João Ceschiatti e, com o papel de Medeia, ganhou notoriedade nos idos de 1951.

Em São Paulo, Lysia de Araújo – seu nome como atriz –, além de participar de peças teatrais como *As cadeiras*, de Ionesco, *Os pequenos burgueses*, de Gorki, foi dirigida por Henriette Morineau, Augusto Boal e José Celso Martinez. Esteve em convívio com atores como Paulo Autran, Maria della Costa, Cacilda Becker, Sérgio Cardoso, Tônia Carrero e Aracy Balabanian. Atuou com Walmor Chagas e Otelo Zeloni no filme *São Paulo Sociedade Anônima*, com direção de Luís Sérgio Person.

Após sua morte, em 2012, a crítica literária volta-se para o estudo das suas obras literárias, como bem pontua a professora Myriam Ávila (2012). A sua atuação como atriz foi objeto de estudo de Heleniara Amorim Moura na pós-graduação em Letras (Estudos Literários) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Com a tese de doutorado intitulada *Passagens da memória: ensaio biográfico sobre a artista Lysia de Araújo* e sob a orientação do professor Reinaldo Martiniano Marques, defendida em 2015, a pesquisadora focou em seu trabalho a atriz bem como a escritora.

Essa breve explanação sobre Maria Lysia Corrêa de Araújo apenas apresenta a escritora por meio daquilo que talvez escape à mulher multifacetada, intelectual e escritora que foi. A partir de um desejo seu, como relata sua sobrinha, Myriam Ávila (2012), grande parte de seu acervo pessoal encontra-se hoje na UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei). Como uma volta à cidade da infância, a construção de sua biblioteca está hoje na cidade que lhe marcou o início de vida – infância e adolescência. Esse seu desejo expresso de retornar metonimicamente pelos objetos-memória que teve durante toda a vida revela também um desejo de permanência, um desejo de reencontro.

E este pequeno texto sobre Maria Lysia parte dessa viagem aos livros de sua biblioteca. A visada biográfica que se tem aqui é aquela que acompanha a constituição de sua biblioteca e da leitura que a escritora fez de seus livros, das marcas que neles deixou. Cada livro que adquiriu, ou que lhe foi presenteado tem em si fragmentos de sua biografia, biografemas, no sentido que aponta Roland Barthes. Um livro vem sempre acompanhado de afetos, desejos, interesses, razões de existência. Compra-se um livro porque se interessa pela capa, pelo autor, pela história, por necessidade de realizar um trabalho, porque se foi a um lançamento, entre tantos motivos. Ganha-se livro porque a pessoa que presenteia lembrou por alguma razão da pessoa presenteada. Enfim, são várias as razões para que um livro ocupe um lugar na estante dos escritores. Consciente da biografia dos livros, Lysia Corrêa deixou neles marcas, escreveu nas contracapas algumas informações sobre eles. E fez mais: escreveu-se também nos livros, nas margens das páginas. A cada espaço das páginas há a inserção manuscrita da escritora em diálogo aberto com o texto. Chegou mesmo a escrever poemas a partir dos textos que lia.

E é a partir dessas marcas, desses rastros que a escritora foi deixando em seus livros, que vamos aqui tentar traçar a sua biografia. Não só as marcas, os rastros, os fragmentos que são as suas inscrições manuscritas nos livros, mas também os recortes de jornais, os bilhetes, os cartões, as fotografias que colocou dentro deles. Quando se abre um livro, outros elementos ali presentes remetem para muitas histórias. Portanto, a partir do espólio de Maria Lysia presente em seus livros, em sua biblioteca, esses biografemas, no

sentido barthesiano, é que se podem então construir esboços biográficos da escritora.

O termo “biografema” aparece em obras de Roland Barthes, como *Sollers escritor* (1982), *Sade, Fourier, Loyola* (2005), *Roland Barthes por Roland Barthes* (2003) e em *A câmara clara* (1984). Biografema, como um “traço biográfico”, aponta formas outras de construção de uma biografia, composta por diversos signos, diversos traços significantes para os quais o leitor é jogado, especialmente em se tratando da leitura e percurso que se faz numa biblioteca, num legado de uma escritora. O biografema está voltado para a minúcia, para o traço, para o detalhe.

Cabe assim ao leitor, portanto, entrar nessa biblioteca lysiana e escolher a estrada ou as várias estradas e caminhos para uma viagem. O leitor pode iniciar pelos dicionários, em grande número, e muito assinalados, sublinhados, pelos romances, pelos livros de poemas. Enfim, há uma liberdade de começos e todos eles levam à construção biográfica da escritora. Mas num processo rizomático, que é mesmo o processo de pesquisa num acervo, deve-se prezar a liberdade, cruzar caminhos, esquinas e becos, afinal os livros se comunicam e Maria Lysia fez com que eles dialogassem entre si. Se há no acervo um número significativo de dicionários, tal fato reafirma o modo como a escritora lidou com a palavra de maneira íntima. E, para confirmar o cruzamento de ruas, as esquinas, encontramos nos livros que leu correções ortográficas e, em alguns manuscritos que aparecem nas margens das páginas, manifestações de Maria Lysia.

No livro *A chave do enigma*, de Fernando Sabino, acima do trecho “– Que minha arte! Se eu começar com esta história de ‘minha arte’, acabo perdendo também a minha paz” (SABINO, 2001, p. 111), a leitora-escritora, em diálogo com o texto, manuscreeve: “isso sou eu... F.S. me copiou...”

No volume de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, em edição da editora Livraria José Olympio, de 1963, cuidadosamente encadernado em vermelho, certamente trabalho encomendado a um profissional pela dona do volume, há palavras e expressões sublinhadas de uso não muito comum na língua portuguesa. Era um hábito da escritora sublinhar palavras, expressões, períodos e parágrafos nos livros que lia, pois o lidar com a palavra era algo que fazia parte da sua vida cotidiana. Na maioria dos livros que compõem sua biblioteca o

diálogo que empreende com o texto que leu aparece de várias maneiras, principalmente naquilo que sublinha, marca com traços, interrogações, nas margens, correções gramaticais etc.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. *De cada vivimento que eu real tive*, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. (ROSA, 1963, p. 95, grifo de Maria Lysia Corrêa de Araújo)

O livro *Os cavalinhos de Platiplanto*, de J. J. Veiga, em edição de 1974, da editora Civilização Brasileira, entrou na biblioteca da escritora em Belo Horizonte em setembro de 1974, conforme consta manuscrito na contracapa do livro. Destaco desse livro uma frase do conto “A ilha dos gatos pingados”, sublinhada: “Eu acho que tem certas coisas que a gente não deve esquecer, é como uma obrigação” (VEIGA, 1974, p. 9). Aí tem-se uma pequena amostra do que pensava a escritora, da sua concordância com o que está ali escrito.

Nos livros de Fernando Sabino com que o sobrinho Carlos Ávila a presenteou aparecem inscrições nas contracapas, como a completar os títulos. Em *A chave do enigma*, livro presenteado em 2006, aparece manuscrito “me deu o Carlinhos” e, em *A companheira de viagem*, livro presenteado em 2010, após o título, há uma vírgula e em seguida Maria Lysia acrescenta: “presente do Carlinhos no ‘Dia das Mães’ (?) Uai... Brigada”. Esses traços nos dizem da relação estreita e amorosa que a escritora tinha com os sobrinhos, com a família, relação essa destacada por Myriam Ávila (2012).

O contato de Maria Lysia com escritores é bastante marcado nos livros que leu, adquiriu ou ganhou. A poeta mineira Yeda Prates Bernis é um exemplo de que a admiração e a amizade literárias, mediada pelos livros, foram se concretizando à medida que o tempo passava. O percurso inicia-se em 1979, com *Palavra ferida*, terceira coleção de poemas de Yeda Prates, passando por *Pêndula*, seu quarto livro, publicado em 1983, *Grão de arroz* (1986), *O rosto do silêncio* (1992), *Cantata* (2004) e *Viandante* (2006). Nas dedicatórias percorre-se o

crescer da amizade. Em *Palavra ferida*, por exemplo, em uma delas, datada de 27 de junho de 1979, se lê:

Maria Lysia
A alegria de vê-la, no meu lançamento, foi enorme.
Iniciemos, aqui, nossa amizade.

E, em *Cantata*, em 9 de novembro de 2004, lê-se:

Maria Lysia querida
Você é das pessoas mais extraordinárias que conheço.
Conhecer você e ser sua amiga me faz mais rica.

Mas é sem dúvida em *Viandante* que vemos que a amizade literária se estreitou de tal forma que, no entorno dos versos das páginas do livro, Maria Lysia escreve um outro poema, ou o escreve a quatro mãos por meio do diálogo com o livro de Yeda Prates. O livro é dedicado ao marido da poeta, Ney Octaviani Bernis, e Maria Lysia manuscreeve logo abaixo: “A P.A. também”. A partir do poema que Maria Lysia escreve remetemo-nos para o seu casamento com Pedro Aguinaldo Fulgêncio. O amor entre os dois escreve-se nas páginas de *Viandante* e na eterna lembrança que a acompanha. Na página 91 do livro, Maria Lysia manuscreeve:

Ficamos unidos 22
Anos-perfeito.

Não, não
ELE está em mim, presente
Como sentir vazio se ficamos impregnados – um dentro do outro – através dos tempos?...

Pedro Aguinaldo Fulgêncio, diretor dos Diários Associados, casou-se com Maria Lysia em 1976. Viveram juntos por 22 anos. Ele faleceu em 1992. O livro de memórias *Sob a sombra da noite* (2002), do jornalista Roberto Elísio de Castro e Silva, narra, entre outros, fatos ocorridos na imprensa mineira. As páginas 161 a 164 são dedicadas ao diretor dos Diários Associados e, em “Pedro, ameno e honrado”, na página

164, ao lado e abaixo do último parágrafo, que narra o falecimento de Pedro Aguinaldo, a escritora manuscreeve:

Morreu com 78

Saiu de casa p^a o João 23

(saímos) de ambulância

Essa inscrição remete para a eterna lembrança do lindo amor que o casal viveu. De acordo com Moura (2015, p. 86), o intenso amor do casal colaborou para que a literatura florescesse: “Quando o amor estabeleceu um relacionamento duradouro em sua vida, Maria Lysia floresceu em sua literatura. A quietude do casamento permitiu-lhe produzir, enfim, outros textos e consolidar sua escrita literária”.

Dessa quietude surgiram na sua literatura estes livros: *Aprendiz de barroco* (2002), em que, como que a confirmar sua passagem pelo interior do estado, o barroco das cidades mineiras está presente. Temas como racismo encontram-se problematizados em *O círculo* (1985), e *O carneirinho diferente* (1987) trata de inclusão. *Acorda, Luiz!* (1991) destaca o esforço e a dedicação quando se deseja atingir um objetivo. Também esse livro aponta para uma de suas paixões, que era a natação. *O bairro feliz* (1982) traz as relações de classe. *Em silêncio* (1978), sua primeira publicação, é um livro de contos, e *Um tempo* (1985), romance que aborda a opressão da mulher no casamento. Há, ainda, segundo Maria do Rosário A. Pereira (2012), *Os 4 lagartos brancos*, livro inédito.

É Compagnon (2007, p. 17) que nos alerta para a relação do leitor com seus livros: “[...] o livro lido não é um objeto realmente distinto de mim mesmo, com o qual teria uma verdadeira relação de objeto: ele é eu e não-eu, uma *not-me possession*”. Dessa forma, no percurso que se pode empreender na biblioteca de Maria Lysia Corrêa de Araújo, percebe-se como a leitora se faz em seus livros, como seus livros são ela e não o são, mas apontam para biografemas que, como mosaico, montam pontos esparsos de sua biografia.

Numa perspectiva rizomática nesse percurso na biblioteca lysiana deparamo-nos com caminhos que, solitários e individuais, remetem para um círculo em que convergem dizeres diversos e também apontam para outros dizeres. Num processo sempre rizomático, sua biblioteca é infinita, seja pelos livros que nela se encontram, seja pelas

inscrições nesses livros ou pelos cartões que se somam aos textos desses livros quando colocados entre suas páginas para efetivar um diálogo da escritora com o texto lido e remeter para diálogos futuros.

Uma biografia escreve-se para o futuro, e para o futuro Maria Lysia colocou nas páginas de seus livros ensaios críticos, cartões, informações, diálogos. Cabe, portanto, ao seu leitor empreender um diálogo com várias vozes, sempre regido pelo caminho traçado pela escritora, mas cabe ao leitor também desviar-se dele e procurar outros porque as estradas são múltiplas afinal.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Laís Corrêa de. Depoimento. In: MACIEL, Maria Esther (org.). *Laís Corrêa de Araújo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.
- ÁVILA, Myriam. Lembrando Maria Lysia. Texto de abertura do IV Colóquio Mulheres em Letras, UFMG, 2012. In: *Anais Mulheres em Letras: Memória, transgressão, linguagem*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2012, p. 128-132.
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho de citação*. Tradução: Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora FALE-UFMG, 2007.
- DUARTE, Constância Lima (org.). *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MOURA, Heleniara Amorim. *Passagens da memória: ensaio biográfico sobre a artista Lysia de Araújo*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura Comparada e Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- PEREIRA, Maria do Rosário A. Palavras de inquietude: a literatura de Maria Lysia Corrêa de Araújo. In: ARRUDA, A. A. et al. (org.). *Anais Mulheres em Letras: memória, transgressão, linguagem*. Belo Horizonte, 2015, p. 25-53.
- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- SABINO, Fernando. *A chave do enigma*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VEIGA, José J. *Os cavalinhos de Platiplanto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

“BEIRABISMO”: A ESCRITA DE MAURA LOPES CANÇADO

Imaculada Nascimento

Inteligente, complexa, contraditória e escritora genial, Maura Lopes Cançado tem sido redescoberta nestas duas últimas décadas, adquirindo, aos poucos, destaque nas bibliotecas e academias de letras. Sua obra tem inspirado mestrados e doutorados, discussões sobre gêneros textuais, sobre a loucura, sobre a escrita feminina e sobre o feminismo e, além disso, ganhou espaço na representação teatral, na imprensa e na escrita de um romance baseado em sua vida.

As confissões no livro *Hospício é deus: Diário 1* (1965), apresentam-se como um paradoxo que desnuda meandros da realidade e da imaginação de uma mulher que vivia em estado de “beirabismo” – caracterizado pelo trânsito entre a lucidez e a loucura. Talvez esse seja um fator que tenha dificultado a sua divulgação. Acostumados que somos a leituras lineares – começo, meio e final (quase sempre) feliz, é em um lugar de desconforto que nos deparamos com a leitura dessa obra inquietante. Sempre prestes a perder-se no silêncio, Maura fez do hospício o cenário de um estranho lar materno – *Unheimlich* –, ao qual sempre retornava, segundo dizia, em busca de proteção. Em sonhos, deparava-se com o seu duplo – uma mulher loira e bonita, vista de perfil em um casaco de lã –, do qual se via separada por uma espessa parede de vidro. Essa parede não a separava de si mesma, entretanto, mas dos outros, dos familiares, dos amigos, fazendo com que ela se sentisse à margem e ao mesmo

tempo exposta – uma barreira associada ao sentimento de solidão. Ela conta, em seu primeiro livro, *Hospício é deus: Diário 1*, que desde criança essa parede de vidro a assombrava.

Debruçando-se na escrita a partir dessa e de outras fortes lembranças do passado – talvez apenas tangenciado –, Maura conseguiu driblar, de certa maneira, as mazelas de suas várias internações, diagnosticada como esquizofrênica e submetida a cruéis sessões de eletrochoques, reclusão em “quartos-fortes” (também conhecidos como “solitárias”) e outros tipos de terapias usuais no contexto histórico das instituições psiquiátricas da época. A narrativa sofisticada desse diário de Maura engendra seus sentimentos de inadequação a um mundo que considerava tão insano e incoerente quanto o cotidiano vivido nessas instituições. Vítima de abuso sexual na infância, epilética e com uma complicada relação familiar, Maura se manteve estranhamente lúcida, por meio de sua paixão pela escrita, o que aparece em muitos trechos de sua narrativa, em entrevistas e expressões, como neste excerto, em que define:

A diferença entre um surto e um porre, explicava nossa protagonista, era que no surto dava para sentir a mudança de estado mental: “Quando você vai entrando em estado crepuscular, outra pessoa aparece e assume, aos poucos, a sua identidade, fazendo coisas que você mesmo não concordaria”. (MEIRELES, 2016, p. 219)

Filha predileta e mimada de José Lopes Cançado – que lhe proibiu o corte dos cabelos desde pequena –, Maura Lopes Cançado usou, até os sete anos de idade, apenas as cores de Nossa Senhora (azul e branco), como promessa feita por sua mãe, D. Affonsina Alves da Silva, para que melhorasse a saúde frágil com a qual viera ao mundo. Esse tipo de promessa era comum na época e a menina, nascida em São Gonçalo do Abaeté – na região do Alto Paranaíba –, em 27/01/1929, a nona entre 11 filhos, teve seu primeiro ataque epilético exatamente aos sete anos de idade.

De família influente na política mineira e nacional, Maura tinha, por parte da mãe, ascendência em D. Joaquina de Pompeu, importante personagem da história de Minas Gerais. O pai, José Lopes Cançado, era um bem-sucedido fazendeiro da região e, em sua árvore genealógica, floresciam políticos importantes e grandes donos de terras.

Passou a infância em sua cidade natal, estudou no tradicional Colégio Sacré-Coeur de Marie, em Belo Horizonte, e, desde cedo, manifestou muita criatividade, inventando histórias sobre si mesma, causando admiração em quem com ela convivia. Aos 14 anos, conheceu um rapaz – no aeroclube que frequentava com intenção de tirar o brevê de aviadora –, filho do comandante da polícia militar da cidade, com quem casou-se um ano depois e teve um único filho, Cesarion Cançado Praxedes (1945-2003), que se tornou escritor e jornalista. Aos 16 anos, tirou o brevê de piloto e ganhou da mãe um avião, que foi destruído por um amigo em uma aterrissagem de emergência.

Aprendeu a ler sozinha aos cinco anos e aos 18 já havia lido todos os autores normalmente lidos nessa idade, conforme ela disse em uma entrevista à revista *Leitura* (dezembro de 1968), além de Dostoiévski, Cervantes, Shakespeare, Camões, Tolstói, Goethe e muitos outros. Nessa entrevista, ela também disse que sua iniciação literária se fez desordenadamente porque sempre dispensou mentores, já que possuía sua própria noção de ordem.

Separou-se do marido pouco depois do nascimento do filho e internou-se voluntariamente, em 1949, aos 18 anos, na Casa de Saúde Santa Maria, em Belo Horizonte. A respeito, ela disse, em seu primeiro livro, que ninguém entendeu essa internação, a não ser ela mesma, cuja justificativa era a de que necessitava desesperadamente de amor e proteção. O sanatório parecia-lhe romântico e belo. Imaginava, nesse ambiente, um certo mistério, que a atraía. Desse exílio voluntário ela fez sua estranha navegação entre a realidade e a irrealidade – o real do seu cotidiano e a ficção a que o leitor é obrigado a também navegar ao ler *Hospício é deus* (1965), um diário sobre sua internação no Hospital Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro, entre o fim de 1959 e o início de 1960. A respeito, ela disse:

Aqui estou de novo nesta “cidade triste”, é daqui que escrevo. Não sei se rasgarei estas páginas, se as darei ao médico, se as guardarei para serem lidas mais tarde. Não sei se têm algum valor. Ignoro se tenho algum valor, ainda no sofrimento. Sou uma que veio voluntariamente para esta cidade – talvez seja a única diferença. [...]. Não é, absolutamente, um diário íntimo, mas tão apenas o diário de uma hospiciada, sem

sentir-se com direito a escrever as enormidades do que pensa, suas belezas, suas verdades. Seria verdadeiramente escandaloso meu diário íntimo. (CANÇADO, 2016a, p. 30-31)

Nesse primeiro livro, Maura se encontrava já em sua segunda internação e estava com 31 anos de idade. O leitor depara-se com a escrita de uma mulher estranhamente consciente de suas limitações, que desentranha sua capacidade de arrebatamento no manuseio das palavras por meio da ambígua narrativa de quem tem a singularidade de se assumir psicopata. Nesse discurso, visivelmente se instala um paradoxo sobre os limites entre a ficção e a realidade. Uma tênue linha – que não pode ser denominada de uma fronteira, pois que sempre ameaçada de dissipar-se – separa/une a vida e a criação imaginária.

Maura condensa vida e ficção de modo genuinamente semelhante ao que Lacan conceitua como “Real” e que, no senso comum, é denominado “real”. O primeiro termo relaciona-se com o indizível, com o improvável de ser simbolizado – situado, portanto, à margem da linguagem; algo que a autora tenta dizer por meio da ficção. Cada pessoa tenta expressar esse Real a seu modo porque é de cada um de nós a particularidade, a singularidade da experiência que não conseguimos simbolizar. De certa maneira, é isso que diferencia a noção de “Real” da de “real”, que concerne à objetividade dos acontecimentos do cotidiano e que pode ser comum a vários indivíduos. Nesse sentido é que se pode pensar a confluência dessas duas instâncias na obra de Maura Lopes Cançado, que se pode vislumbrar em seu diário, a exemplo do seguinte excerto:

Estou de novo aqui, e isto é ——— Por que não dizer? Dói. Será por isto que venho? – Estou no Hospício, deus. E hospício é este branco sem fim, onde nos arrancam o coração a cada instante, trazem-no de volta, e o recebemos: trêmulo, exangue – e sempre outro. Hospício são as flores frias que se colam em nossas cabeças perdidas em escadarias de mármore antigo, subitamente futuro – como o que não se pode ainda compreender. São mãos longas levando-nos para não sei onde – paradas bruscas, corpos sacudidos se elevando incomensuráveis: Hospício é não se sabe o quê, porque Hospício é deus. (CANÇADO, 2016a, p. 26)

Da ordem da inquietude, o trecho é marcado por longas pausas, que sugerem algo como cortes no pensamento, revelando estado de alerta no momento da escrita. O excerto mostra o quanto Maura tenta compreender a semelhança/diferença entre sanidade e loucura, num local onde ela se vê às voltas com questões relacionadas às mulheres internadas, aos médicos, enfermeiras e funcionárias, aos tratamentos e aos maus-tratos. A escrita foi o modo que encontrou para sentir-se viva e o suporte para sua sobrevivência naquele ambiente opressivo, cujo cotidiano foi descrito com lucidez, embora tenha sido considerada uma naufraga entre a razão e a loucura. Em sua “nau da loucura” – referência à obra de Michel Foucault (2005) – ela tentava aportar em um caminho de compreensão, ciente de que a escrita seria sua tábua de salvação para fincar âncoras na razão.

Por outro viés, sua narrativa revela um caráter documental por meio de um potente discurso histórico e literário que colaborou, também, com a luta antimanicomial ao questionar o porquê dos pátios dos hospícios totalmente ocultos – escondidos da sociedade –, dos maus-tratos, do abandono, das injeções para dormir, dos eletrochoques, das humilhações físicas e morais e ao questionar também sobre o que fazer para que isso se tornasse público. Seus questionamentos funcionaram, de certa maneira, como uma denúncia sobre os direitos humanos fundamentais, negados pela exclusão social de pessoas que necessitavam/necessitam da família e dos amigos por perto para reintegração. Essas instituições e seus métodos muito contribuíam para o sofrimento mental, para a perda dos laços afetivos, do vínculo com o próprio lar e/ou com o trabalho, denunciado em vários trechos de *Hospício é deus*, a exemplo deste:

Se me tornar escritora, até mesmo jornalista, contarei honestamente o que é um hospital de alienados. Propalam uma série de mentiras sobre estes hospitais: que o tratamento é bom, tudo se tem feito para minorar o sofrimento dos doentes. E eu digo: É MENTIRA. Os médicos permanecem apenas algumas horas por dia nos hospitais, e dentro dos consultórios. Jamais visitam os refeitórios. Jamais visitam os pátios. O médico aceita, por princípio, o que qualquer guarda afirma. Se é fácil desmentir um psicopata, torna-se difícil provar que ele tem razão. (CANÇADO, 2016a, p. 49)

Após a primeira internação, sem perspectivas, sentindo-se doente, magra, nervosa e com insônias, ela mudou-se para o Rio de Janeiro, onde contribuiu em jornais de prestígio, tais como o *Jornal do Brasil* (em seu caderno cultural mais importante do período, o “Suplemento Dominical – SDJB”) e o *Correio da Manhã*, escreveu contos e poesias, conviveu com intelectuais e escritores renomados, tais como Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Assis Brasil, José Louzeiro, Carlos Heitor Cony. Esse foi o time que revelou à autora o mundo das letras. Nessa época, sofreu sucessivas internações, sendo que boa parte delas foi voluntária.

O segundo livro, *O sofredor do ver* (1968), contém 12 contos e, também, é fortemente marcado pelas suas experiências como paciente em hospitais psiquiátricos, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Assim como no diário, a função do corpo é ser um elemento constitutivo do discurso, no qual a construção da memória se faz a partir do corpo feminino de Maura, que invade a cena da escrita dos dois livros em diversos trechos, a exemplo deste: “Acho-me jovem e bonita, chamo a atenção de todos para mim, exponho as pernas – bronzeadas pelo sol da praia – solto os cabelos e rio alto” (CANÇADO, 2016a, p. 54). Não apenas o seu mas também o corpo das outras internas e das funcionárias fazem parte das narrativas quase como personagens – ainda que secundárias algumas vezes. Em “Espiral ascendente”, a personagem conta uma sua coreografia quando ameaçava atirar-se de uma cachoeira. A cena é estranha e inquietante, como em inúmeras outras cenas com mulheres nos dois livros:

Resolvi despir-me. Antes imaginei a cena: caras retorcidas. Atirei as calças compridas, perdi a blusa na correnteza. Não me senti envergonhada. Vi-me bonita. Branca, respingada de lama. Desafiava-os em minha nudez. Selvagem! Insolente! Inocentemente nua.

Um passo a mais e poderia morrer. Escureceu aumentando o frio. Pensei: andar nas sombras é descansar o dia de presenças. E saí mitologicamente das águas. Plena. (CANÇADO, 2016b, p. 12).

No livro de contos, a escrita também se apresenta com o mesmo toque de singularidade do diário, na criação do real e do imaginário com experiências nos hospícios, sempre mediada pela imagem do corpo. Cada um dos 12 contos é dedicado a alguém (a um corpo nomeado);

um deles é dedicado “aos habitantes de lá” e é intitulado “São Gonçalo do Abaeté” (CANÇADO, 2016b, p. 67), cidade onde Maura nasceu; outro, intitulado “Introdução a Alda” (CANÇADO, 2016b, p. 21), é dedicado a uma senhora catatônica – Alda –, por quem desenvolveu afeto quando esteve internada no hospício do Engenho de Dentro. Esse conto é mencionado pela autora do diário no dia 27/10/1959. Numa das seções de psicoterapia, ela encontrou o médico com seu prontuário em mãos e o conto, sobre o qual perguntou a Maura: “– [...]. A senhora não se esconde por trás dessa Alda?”. Ao que ela respondeu, pensativa: “– Eu?” (CANÇADO, 2016a, p. 40). Nessa mesma época, ela disse ter começado a escrever um conto do qual estava gostando muito: “O sofredor do ver”.³⁶ (CANÇADO, 2016a, p. 36).

Após a escrita dos dois livros, Maura não mais publicou, embora circule, nos bastidores, uma história de que ela teria escrito o “Diário II”, porém o manuscrito teria se perdido de alguma maneira incompreensível. Alguém afirmou que o editor perdeu os originais – esquecido em um táxi – e a própria Maura revelou à imprensa, em 1977, que os originais desse livro – no qual ela “daria nomes aos bois” – desapareceram na Penitenciária Lemos Brito. O diretor do presídio negou as acusações, afirmando que o diário nunca existiu (MEIRELES, 2016, p. 226-227).

Em relação a outras publicações, em 2007, Flávio Moreira da Costa organizou uma coletânea intitulada *Os melhores contos de loucura* (2007), na qual Maura Lopes Cançado é a única escritora participante. O livro *O sofredor do ver* só foi reeditado integralmente em 2011, pela Confraria dos Bibliófilos do Brasil, em edição limitada a apenas 500 exemplares, destinados aos sócios. Após esgotado por duas décadas, *Hospício é deus: Diário I* (1965), junto com *O sofredor do ver* (1968), foi reeditado em uma caixa especial pela Editora Autêntica em 2016.

Enfim, há ainda muito o que fazer no sentido de dar relevância a essa obra, que apresenta, simultaneamente, caráter de memória, de denúncia, de resistência à degradação e registra o exercício de a escritora olhar para dentro de si mesma, de existir “desmesuradamente, como janela aberta para o sol”. Maura Lopes Cançado caminha pela escrita, temerária, anarquizante, subterrânea, movendo-se

às vezes cautelosa, outras expondo-se ao beirabismo constituinte da violência, da repressão, da dor, da solidão, da morte.

Em seu enterro, compareceram poucas pessoas – todas amigas do filho Cesarion e da nora.

REFERÊNCIAS

- CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é deus: Diário I*. 5. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016a.
- _____. *O sofredor do ver*. 2. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016b.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MEIRELES, Maurício. Perfil biográfico. In: CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é deus*. 5. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 203-227.

³⁶ O conto “O sofredor do ver” inicia-se na página 31 do livro com o mesmo título na edição referenciada neste trabalho.

RACHEL JARDIM, TECELÃ DE HISTÓRIAS

Angélica Amâncio

Havia no texto algo de envolvente que acaba tornando a leitura irresistível. O cotidiano de todos os seres humanos estava ali, havia uma trilha traçada e sempre retomada. Existia uma história contada, havia até várias histórias, que acabavam sendo uma só, a mesma que comecei a contar desde o primeiro livro.

RACHEL JARDIM, O *PENHOAR CHINÊS*, 1984

Rachel (Carvalho) Jardim nasceu em 19 de setembro de 1926, em Juiz de Fora (MG), onde viveu até a adolescência. Em 1942, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, cidade que sempre a atraiu pela beleza e pela efervescência cultural. Graduiu-se em Direito pela PUC-RJ e trabalhou na área administrativa como funcionária pública. Passou temporadas em diversos locais da Europa, realizando cursos de especialização em Administração Municipal, e em Nova York, onde fez estágio de estudos em museus. Ao retornar ao Brasil, assumiu a direção do Patrimônio Cultural e Artístico do Rio de Janeiro e se associou a diversas entidades culturais. Atuou também na imprensa, colaborando para o *Jornal do Brasil* (RJ), o *Suplemento Literário de Minas Gerais* e o *Correio do Povo* (RS) (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Entre suas obras mais conhecidas, estão os romances *Os anos 40* (1973), *Vazio pleno: relatório do cotidiano* (1976), *Inventário das cinzas* (1980), *O penhoar chinês* (1984), além dos livros de contos *Cheiros e ruídos* (1975) e *A cristaleira invisível* (1982). Sua publicação mais recente – *Num reino à beira do rio: um caderno poético de Murilo Mendes*, em coautoria com Alexei Bueno – data de 2004. Ao ser questionada sobre o motivo de uma pausa tão demorada, a autora foi incisiva: “Tenho preguiça de escrever, gosto mais é de ler. Não gosto de conviver com escritores. Eles são, em geral, obcecados por si mesmos, só falam deles próprios, dos seus próprios livros. Dá para entender, mas não para suportar” (JARDIM, 2006). Para essa regra, porém, ela abriu certas exceções, ao menos em sentido figurado: Machado de Assis, Thomas Mann, Henry James, T. S. Eliot, Carlos Drummond de Andrade, Camões, Cecília Meireles, Virginia Woolf, Katherine Mansfield, Manuel Puig e Italo Svevo são alguns dos escritores que a acompanharam em sua trajetória pessoal e literária. Seu preferido, no entanto, é Marcel Proust, com quem compartilha a matéria-prima do discurso: as lembranças.

O elemento autobiográfico ocupa, portanto, lugar de destaque na obra da autora. Em seus dois primeiros romances, por exemplo, narrados em primeira pessoa, as protagonistas, como Jardim, são de origem mineira, moram no Rio de Janeiro, são funcionárias públicas, formadas em Direito e têm dois filhos. Além disso, são escritoras que leem Proust, privilegiam a abstração da experiência literária em detrimento das descobertas empíricas, escrevem sobre a morte, a angústia e a solidão (ALMEIDA, 2011, p. 43). Para Fernando Furtado, a recorrência da temática autobiográfica nos textos da autora, em que “os mesmos acontecimentos, lugares e personagens se espelham e se desdobram”, funciona como um modo de problematização do suposto caráter documental do registro memorialístico: “neste jogo especular, as diferentes modulações e variantes narrativas nada mais fazem do que colocar sob suspeição o caráter documental do registro memorialístico e, ao mesmo tempo, rasurar as fronteiras da ficção” (FURTADO, 2006, p. 144).

Nesse arranjo autobiográfico – autoficcional, talvez –, é fácil situar grande parte das narrativas da escritora. Como ocorre em *Os anos 40*, seu romance de estreia, várias de suas histórias se desenrolam no cenário mineiro, sobretudo na cidade de Juiz de Fora. A autora é, então, associada a certos conterrâneos seus, também marcados pela escrita das lembranças, como Pedro Nava, Belmiro Braga e Murilo

Mendes. Jardim representa, desse modo, uma das poucas vozes femininas a obter destaque nesse coro fundamentalmente masculino de memorialistas mineiros.

Outro traço que se sobressai na prosa da escritora juiz-forana é o intimismo. De acordo com Raquel Almeida, mesmo os elementos geográficos, centrais em sua obra, são sempre abordados pelo viés das sensações que despertam nas narradoras (ALMEIDA, 2011, p. 19). Logo, no âmbito da historiografia literária nacional, a autoria poderia situar-se na vertente do “romance de cunho psicológico” – em oposição à “prosa regionalista” –, segundo a classificação proposta por Alfredo Bosi para a ficção brasileira de meados do século xx. A seu lado, figurariam escritores como Clarice Lispector, Maria Alice Barroso e Osman Lins (ALMEIDA, 2011, p. 38).

A obra de Rachel Jardim combina, como se vê, o suposto realismo da experiência vivenciada à abstração da reminiscência, que passa pelo véu da psicologia, da intimidade e da ficção. Como salienta Caio Fernando Abreu, no trabalho da escritora mineira, “a distância que separa autor e personagem é esmeradamente tênue, como tênues são os limites entre ficção e realidade, evocação memorialista e alquimia ficcional, farsa gentil e vida crua” (ABREU, 1982). No artigo em que afirma isso, intitulado “Este belo horror de estar vivo”, Abreu descreve os textos da autora como “contos de horror (gentilmente horríveis)”. Ainda que aparentemente paradoxal, a definição é deveras pertinente. De fato, sua escrita é por vezes dura, aterrorizante, sobretudo quanto ao que evoca da realidade. Ao erguer sua voz feminina num cenário dominado por homens, a escritora mineira revela uma estrutura patriarcal e conservadora, em que as mulheres sofrem diferentes formas de opressão e censura (PEREIRA; ROCHA, 2009, p. 135): “Vocês perderam o senso?”, dizia tio Mário. ‘O importante não é só ser direita, é parecer direita...’ Parecer direita. Era a frase-chave. Todas aquelas vidas plasmadas por ela. Nossas vidas plasmadas por ela. No fundo, o ser não importava muito” (JARDIM, 2003),³⁷ lê-se em *Os anos 40*.

Ao mesmo tempo, há também muita gentileza na escrita de Jardim. Isso se percebe pelo resgate que faz da realidade, ao narrar por um viés pouco tradicional, que ilumina personagens apenas discretamente presentes no quadro social de sua época. Em análise de *O penhoar*

chinês, Lélia Almeida associa Rachel Jardim a uma linhagem de autoras como Margaret Atwood e Laura Esquivel, que realizam, em seus textos, uma espécie de genealogia feminina. Tal genealogia passaria por uma concepção específica do tempo, relacionada ao processo de construção de uma trama (colcha, manta, *patchwork* ou, em Rachel Jardim, um penhoar). O paralelo com a Penélope de Homero, ainda que inevitável, não seria totalmente oportuno, nesse caso. Na *Odisseia*, Penélope tece por dois motivos: para enganar seus pretendentes e para se distrair enquanto espera o retorno de Ulisses.

Essa imagem tradicional de feminilidade, de quem aguarda pacientemente a volta do marido, amado ou não, está muito distante do romance de Jardim. Nele, o tecido que se borda é o “cordão umbilical” que une mãe e filha, ambas batizadas com o nome da bisavó desta, Elisa. “O que mãe e filha bordam conjuntamente? O que, diferentemente de Penélope, tecem elas? Tecem uma genealogia feminina, uma identidade de mulheres” (ALMEIDA, 2003, p. 15). Esse fenômeno, como destaca Almeida, citando autoras como Adrienne Rich e Bárbara Ozieblo, é raríssimo na literatura. Muitas são as narrativas que apresentam a bela relação de amor familiar entre pai e filho, mãe e filho, irmãos e irmãs. No entanto, poucas são aquelas centradas no vínculo entre as mulheres de uma mesma família. Quando existem, contam, em geral, a história de filhas que veem suas mães como símbolos de desvalor e submissão. E, pensando estar lutando contra isso, essas filhas acabam estabelecendo com suas genitoras uma relação de competição e hostilidade, sem compreender que assim só fazem repetir o processo de depreciação machista já sofrido por essas mulheres.

Por isso, *O penhoar chinês* é um livro tão importante. Nele, mãe e filha são valorizadas em sua união e aparecem como cúmplices, no centro do relato. Rejeita-se, assim, o que a poeta Lynn Sukenick chamou de “matrofobia” (SUKENICK *apud* ALMEIDA, 2003, p. 18). Como ressalta Clara Araújo (2002), a problemática da participação e da representação deve ser analisada quando se pensam estratégias políticas feministas. Juntos, esses dois conceitos tendem a desembocar em uma maior presença feminina em esferas sociais nas quais o poder sempre fora claramente delimitado e concentrado. Desse modo, ao recriar as formas de representação das mulheres em sua escrita, Rachel Jardim opera uma ação afirmativa, que desencadeia, pela estética, um processo fundamental de ruptura.

37 Original publicado em 1973.

É impossível, aliás, negligenciar a questão estética ao estudar a produção da escritora mineira:

Olhava minha mãe obliquamente do outro lado do sofá. Que corrente secreta percorria os nossos pensamentos ao preenchermos o risco que ela mesma traçara sobre o pano azul, que pressentimentos, que sensações, que fantasias? Éramos unas naquele momento, nossas mãos aprisionadas no círculo traçado pelos bastidores, e nosso sangue familiar também percorria as veias azuis riscadas na fazenda fina. Oh, mãe, tantos anos são passados, consegui retomar o bordado, e tudo mais se transforma num imenso vazio, que como esse traçado na fazenda, vou preenchendo com as figurações por tanto tempo armazenadas na memória, quase esquecidas, agora despertas e refeitas uma a uma, com a mesma precisão com que recomponho esse trabalho. (JARDIM, 1984, p. 4)

Vê-se no excerto um exemplo da prosa poética da autora. A própria evocação da figura materna se dá por meio de uma apóstrofe (“Oh, mãe”). Nota-se também que o bordado, símbolo de companheirismo entre mãe e filha, resvala por diferentes sentidos: o tátil e o visual. A descrição do gesto é sinestésica, em sua mescla de cores e sensações, como o azul das veias sob a pele, que é também a cor do pano ou do traço deixado no passado pela mão materna. Ao preenchê-lo, a personagem busca também completar as lacunas da própria memória. Há, portanto, uma bonita comparação entre a arte têxtil e a arte narrativa, seja esta concretizada pelo fazer literário ou pelo ato de rememoração. À medida que borda, a narradora se recorda de suas antecessoras, das lições que aprendeu com a avó, das semelhanças que guarda com a mãe. Ela vai, assim, confeccionando a genealogia feminina mencionada.

Paralelamente a essa trama familiar, a narradora tece também comentários sobre um tema muito caro a Rachel Jardim: o tempo. A dolorosa consciência de sua passagem pode ser sentida em vários de seus textos, como no conto “A viagem de trem”. Nele, a protagonista, que realiza o sonho de visitar Florença, tem um encontro amoroso com um desconhecido no meio de transporte referido no título. Ele tenta convencê-la a se reencontrarem; ela se recusa, a princípio. Porém, ao vê-lo partir, arrepende-se: “Acenou pela janela e sentou na

poltrona. O coração batia violentamente. Teve vontade de parar o trem, precipitar-se pela porta, voltar. O trem, grande devorador, já transformara em tempo o espaço percorrido. Estava livre e só na manhã de verão” (JARDIM *apud* NOGUEIRA JÚNIOR, 2006). O trem, elemento tão presente no léxico mineiro, cheio de lembranças de uma infância percorrida sobre ferrovias, transforma, assim, o espaço em tempo e, impiedoso como a morte, o devora. Poucos são os escritores capazes de expressar, com tanta destreza, essa inevitável verdade.

Já em *O penhoar chinês*, o tempo é entendido na perspectiva da circularidade:

Habituar-me, como todo o mundo, a contar o tempo como se fosse uma linha reta na qual caminhávamos para frente, o passado ficando para trás, como uma perda irrecuperável. Não descobrira ainda que o tempo é composto de círculos interligados dentro dos quais giramos, que não nos foi dada faculdade de perder nada, de abandonar nada, e que isso pode ser tanto uma vitória, quanto uma maldição. Eu me agarrava insanamente ao passado sem saber que, na verdade, ele nunca me abandonaria e que nem estaria em mim poder me libertar dele. (JARDIM, 1984, p. 55)

Essa circularidade se justifica, segundo Lélia Almeida (2003), pela maneira feminina de mensurar o tempo: em ciclos menstruais ou pelos nove meses de uma gestação, por exemplo. Tal medição se oporia à dos homens, que, para medir a passagem do tempo, usam guerras e revoluções como régua. No método feminino, é possível fazer como a protagonista do romance e revisitar, em cada uma dessas voltas, um espaço já frequentado, uma época, certas pessoas, observadas agora com um olhar renovado.

Assim é também a literatura de Rachel Jardim: embora em seus escritos, determinados temas se repitam, assim como cenários e vozes narrativas, a leitura é sempre nova, e cada texto, sempre único. Nessa escrita de gentileza e realismo, o desafio está em ligar os pontos, fazer dialogarem as narrativas, como a agulha que percorre, a princípio, o mesmo traçado, mas com outra cor de linha, na feitura de um desenho que transborde as molduras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. Este belo horror de estar vivo. *Folha de São Paulo*, 17 jan. 1982.
- ALMEIDA, Lélia. Genealogias femininas em “O penhoar chinês”, de Raquel Jardim. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 44, p. 7-30, jan./jun. 2003.
- ALMEIDA, Raquel Laurino. *Um mosaico intimista em “Vazio pleno” e “Inventário das cinzas”, de Raquel Jardim*. 2011. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. Repetição e memória na obra de Rachel Jardim. In: *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, n. 2, p. 141-148, jan./jun., jul./dez. 2006.
- JARDIM, Rachel. *O penhoar chinês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- _____. *Os anos 40: a ficção e o real de uma época*. 5. ed. Juiz de Fora: Funalfa Edições; Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2003. Original publicado em 1973.
- _____. A viagem de trem *apud* NOGUEIRA JÚNIOR, Arnaldo. *Releituras*, [s. l.], 7 jan. 2006. Disponível em: http://www.releituras.com/racheljardim_menu.asp. Acesso em: 3 jul. 2020.
- _____. [Entrevista concedida a] Chico Lopes. Rachel Jardim fala de sua vida literária: “sou um duende mineiro”. *Verdes Trigos*. [s. l.], 15 jun. 2006. Disponível em: http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=982. Acesso em: 2 jul. 2020.
- NOGUEIRA JÚNIOR, Arnaldo. *Releituras*, [s. l.], 7 jan. 2006. Disponível em: http://www.releituras.com/racheljardim_menu.asp. Acesso em: 3 jul. 2020.
- PEREIRA, Édimo de Almeida; ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. A memorialística feminina no romance “Os anos 40”, de Raquel Jardim. In: *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135-145, jul./dez. 2009.

STELLA MARIS REZENDE: ORALIDADE, POESIA E FICÇÃO

Cristiane Côrtes

Stella Maris Rezende nasceu na cidade mineira de Dores do Indaiá, em 1950, morou em Belo Horizonte durante a infância, em 1962, mudou-se para Brasília e reside no Rio de Janeiro desde 2007. Com talentos múltiplos, além de escritora, atriz, desenhista e cantora, Rezende publicou livros de contos, crônicas, poemas e romances para o público adulto e infantojuvenil. Segundo as informações que constam no *site* da autora (REZENDE, [20--]), atualmente, além de escrever, Stella Maris ministra a oficina Letras Mágicas, que incentiva a leitura e a escrita entre crianças, jovens e adultos. Sua carreira é permeada por distinções importantes: Prêmio Nacional de Literatura João-de-Barro (1986, 2001 e 2008), Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira (1988), menções honrosas da Câmara Brasileira do Livro (1987 e 1988), prêmios Redescoberta da Literatura Brasileira, da revista *Cult*, na categoria “Conto” (2002), Barco a Vapor (Fundação SM) (2010), Jabuti (2012), Melhor Livro Juvenil e Melhor Livro Infantojuvenil de 2013 (Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA) e, em 2014, Prêmio Brasília de Literatura.

Stella Maris é mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília, e sua vasta obra reflete um trabalho com a linguagem em que se percebe a musicalidade advinda das narrativas orais, fruto de uma infância cercada de histórias do interior de Minas Gerais, e também a densidade de temas relativos a gênero, a questões existenciais e à

complexidade humana num trabalho estético bem-acabado e complexo. Stella Maris é uma autora muito presente nas redes sociais, o que a torna acessível e próxima a seu público. Seu primeiro livro de contos, publicado pela Editora Horizonte, *Dentro das lamparinas*, já carregava um estilo singular, com ilustrações da própria autora. Com mais 40 livros publicados, entre os quais há narrativas juvenis e adultas e coletâneas de contos e poesia, a autora demonstra sua grande contribuição para o cenário nacional no que tange à produção literária. Destacamos na coletânea *Narrativas juvenis: literatura sem fronteiras* (2014), organizada por Ceccantini e Valente, um artigo sobre *O espelho da alma*, de Stella Maris. Nele, a autora, Fernanda Buzzon Fernandes, afirma que a obra de Rezende não se rende às armadilhas do didatismo ou aos discursos moralizantes, típicos de alguns textos do gênero. A autora foge de fórmulas literárias tradicionais e contribui efetivamente para a formação dos leitores por produzir obras que convidam ao prazer estético, em vez de servir como um manual de condutas. A pesquisadora também reconhece a complexidade da obra, que exige participação ativa do leitor, pois o narrador sugere mais do que diz e deixa para o jovem reflexões sobre os variados temas abordados sem interferir nas possibilidades de desdobramento dos temas. Outro aspecto importante tratado por Fernandes é a preferência de Stella Maris por personagens femininas, que lhe permite dar vazão aos seus sentimentos sem o peso de uma sociedade machista e conservadora, o que podemos verificar em todo o conjunto de sua obra (FERNANDES, 2014).

O *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*, de Nelly Novaes, também cita Stella Maris como uma ficcionista que estreou em 1979 (COELHO, 2006) e destaca os seguintes livros, organizados cronologicamente: *Temporã* (1986), *O demônio do rio* (1986), *O último dia de brincar* (1987), *João-Chama-Chuva* (1987), *O sonho selvagem* (1988), *Atrás de todas as portas* (1988), *A herança e o mistério* (1981), *Alegria pura* (1988), *O túnel do amor* (1989), *Vera mentirosa* (1989), *Apixonante coração* (1990) e *Sem medo de amar* (1990). O Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (Iphan), em 2014, lançou *Patrimônio e leitura: catálogo temático da literatura infanto-juvenil*, organizado por Maria Beatriz Rezende. Nesse catálogo, *A menina Luzia*, de Stella Maris Rezende, é escolhida para representar as temáticas “Patrimônio rural”, “Diversidade linguística”, “Culinária” e

“Trabalho artesanal”. O catálogo faz menção à versatilidade da autora e também menciona alguns livros e premiações (REZENDE, 2014).

“Estrela-do-mar”, como se autodeclara em sua página virtual, ela carrega o existencialismo de grandes autores mineiros, como Bartolomeu Campos de Queirós e Guimarães Rosa. A pesquisadora Ângela Leite (2015), ao resenhar *A mocinha do Mercado Central* afirma que

Stella faz, desde o começo de sua carreira, textos experimentais, baseados no estratagema de uma linguagem ora interiorana, um muito próprio “mineirês” (a escritora nasceu em Dolores do Indaiá), ora sofisticada e cheia de referências culturais. Mas não se pense que tal resultado brota de puro talento: ela obedece a uma disciplina diária, as mãos percutindo o teclado chova ou faça sol. E não foi à toa que a dupla premiação veio somente coroar uma lista já longa de láureas importantes. (LEITE, 2015, p. 130)

O premiado romance nos chega com certa delicadeza. A fantasia e a dura realidade se encontram no espaço da ficção. Para Leite, a maestria da autora está em tecer um enredo caleidoscópico em que o sonho e a vida real se mesclam e traços autobiográficos podem ser vislumbrados. O início da narrativa já demonstra a engenhosidade da autora ao apresentar as personagens ligadas à “magia” e à “imaginação”, fornecendo pistas para a revelação final da obra. A narrativa se aproxima da obra de Campos de Queirós exatamente por abarcar conhecimentos e crenças que não se restringem ao público adolescente e carrega um tom mais reflexivo e contemplativo diante de questões humanas, abordadas numa perspectiva filosófica.

Alguns aspectos da obra de Rezende são celebrados em *A mocinha do Mercado Central*, mas seu trabalho com as palavras pode ser encontrado no conjunto de sua obra. A autora apresenta um traço estético peculiar, bem consolidado ao longo do tempo em seus 40 livros publicados. Um deles é a discussão sobre as questões de gênero. A pesquisadora Angelina Cristina de Moraes aborda a questão do gênero, presente na obra de Rezende, inclusive como proposta de educação literária. Para ela, a autora cria uma visão que foge dos estereótipos ligados ao gênero feminino. No caso de *A mocinha do Mercado Central*, a protagonista é uma jovem mulher que tem voz e opinião própria e não sofre dominação masculina, mas, em vez disso,

se sujeita apenas aos seus variados sonhos e desejos. Ela rompe com os sentidos que até as mulheres escritoras carregam em suas produções, as marcas ideológicas do patriarcado, as dicotomias hierarquizadas do gênero, como mulher-objeto × homem-sujeito, silêncio × voz, dominação × submissão (MORAES, 2018, p. 15-16). A protagonista do premiado romance tem a sua trajetória marcada por relações que extrapolam o convívio familiar.

A professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UnB), discute a ausência das mulheres no campo literário contemporâneo (DALCASTAGNÈ, 2012), seja como personagens, seja como autoras ou produtoras. Em sua pesquisa, a autora apresenta dados de uma ampla pesquisa de mapeamento das personagens na literatura brasileira contemporânea, publicada pela Editora Horizonte em um livro intitulado *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. A pesquisa indica que o juízo de valor que constitui e define o que é ou não legítimo ou digno de pertencer a um cânone é historicamente variável e mantém uma estreita relação com as ideologias sociais, pois reflete não apenas as preferências de um grupo particular, mas também os pressupostos por meio dos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros. A pesquisa demonstrou, em números, a predominância de escritores e personagens masculinos, brancos e de classe média e uma carência de diversidade de pontos de vista. Além do número de personagens, a pesquisa também permite perceber diferenças entre a representação de personagens mulheres e homens. As mulheres retratadas estão, em sua maioria, na juventude (33,8%) e na idade adulta (43,3%), enquanto os homens são adultos (49,4%) e maduros (29,8%). Em relação à sua ocupação, as personagens femininas são retratadas principalmente no espaço doméstico, sendo 25,1% das personagens donas de casa. Também são 9,6% sem ocupação, o que significa que não têm e não estão à procura de emprego. As demais estão divididas entre algumas outras poucas categorias, como empregada doméstica, estudante, professora etc. Em relação às personagens masculinas, há uma variedade maior de categorias, como escritores, marginalizados, religiosos, policiais, entre outras, sendo apenas 4,4% sem ocupação. No que diz respeito à estrutura narrativa, foram encontrados 206 protagonistas e 107 narradores homens brancos, enquanto são apenas três protagonistas mulheres e uma narradora mulher negra. Assim, a pesquisa constata que o perfil

predominante do personagem no romance brasileiro contemporâneo é masculino e branco.

Os dados da pesquisa evidenciam a importância da obra de Stella Maris Rezende na cena literária brasileira quando se apresentam em suas obras personagens que estão fora do que Dalcastagnè afirma ser um grande incômodo ao desenvolver sua pesquisa: a ausência de mulheres no romance contemporâneo. A maioria de suas personagens não corresponde ao espaço doméstico e são constituídas a partir de um outro paradigma. Rezende traz criticamente situações intimamente ligadas ao universo feminino, como maternidade, emancipação e estupro. Maria, em *A mocinha do Mercado Central*, revela não ter receio algum de sair da sua cidade de origem e da casa da mãe, viajar para lugares diferentes e adotar outros nomes e estilos de vida. A protagonista vive dilemas próprios de quem aceita uma viagem em busca da própria identidade, enfrenta desafios e demandas que fazem parte do amadurecimento e da construção da sua individualidade, numa narrativa, segundo Moraes, livre de estereótipos. Daniela Aparecida Francisco, em tese que discute a literatura infantojuvenil de Stella Maris, acredita que a ficcionista “denuncia como a cultura do patriarcalismo multifacetou as identidades femininas, utilizando-se do protagonismo da figura feminina e problematizando o papel da mulher de diferentes gerações” (FRANCISCO, 2019, p. 99). A visibilidade que a autora ganha com o prêmio Jabuti também contribui para a mudança do quadro que Dalcastagnè nos apresenta. A reportagem de Marcos Barcellos, intitulada “Mulheres lideram premiação do Jabuti 2012” denuncia que somente na 54.ª edição do prêmio Jabuti encontramos duas mulheres que ganharam as premiações máximas da noite: Miriam Leitão e Stella Maris Rezende (BARCELLOS, 2013).

A pesquisa de Daniela Francisco ainda revela um dado importante, que dialoga diretamente com as estatísticas apontadas por Dalcastagnè. Em diversas tramas o homem/garoto ocupa o lugar de antagonista da trama. Francisco tabula as personagens da obra de Stella Maris e constata que o protagonismo majoritário é das mulheres e a representação do sexo masculino está longe da tradicional caracterização do homem como o “sexo forte”. Por exemplo,

o tio Zé-Nosso, personagem de *João-chama-chuva* é o responsável por espalhar boatos sobre a irmã Sinhana, assim como Antônio, de *Alegria*

pura, é a razão utilizada por Maurícia para enganar as amigas-inimigas. Talico, de *Depende dos sonhos*, é descrito como um menino não muito inteligente, enquanto Hugo, de *Vera mentirosa*[,] é lembrado com amargura. (FRANCISCO, 2019, p. 120)

Há também uma estatística curiosa que indica que várias das personagens masculinas secundárias se configuram como homens que abandonaram e decepcionaram pessoas próximas. Dessa forma, a pesquisa de Francisco aponta para uma quebra da estereotipia masculina como jovens/homens viris, espertos e superiores.

As análises da fortuna crítica revelam uma construção narrativa capaz de propiciar um espaço para as questões do universo feminino, além de colaborar para a superação de representações identitárias redutoras ou estereotipadas do ser humano na literatura, principalmente as da mulher. Suas construções estão longe da representação simplista e maniqueísta; pelo contrário, possuem uma complexidade na qual o leitor não pode se furtar de mergulhar no universo da composição de palavras e representações que dialogam com sua realidade e o fazem refletir.

Na dissertação intitulada *Espaço e identidade em “A mocinha do Mercado Central” de Stella Maris Rezende*, Lilian Rosa Aires Carneiro afirma que “a obra de Stella Maris Rezende se enquadra na literatura híbrida, parte do real e introduz o imaginário, anulando ou até mesmo tornando tênues, quase invisíveis, os limites entre um e outro” (CARNEIRO, 2015, p. 9). Tal aspecto, somado a um trabalho com uma linguagem também híbrida, regional e culta, permite-nos aproximar Rezende de Guimarães Rosa. Quanto a isso, Daniela Francisco afirma que

a utilização da linguagem regionalista talvez tenha sido inspirada no também mineiro Guimarães Rosa, que, além de ser um dos maiores escritores do país, se valia em seus escritos tanto de vocábulos típicos de certas regiões mineiras quanto de palavras e expressões inventadas, atitude frequente utilizada por Rezende, que também cria palavras em suas obras, como *passopreto* e *estranhumana*. (FRANCISCO, 2019, p. 138)

A leitura de vários de seus textos nos direciona, por meio de uma linguagem poética, para um universo em que devemos enxergar a

simplicidade do cotidiano com um certo deslumbramento. O coloquialismo é um recurso que nos insere em um cotidiano fantástico, composto pelas tramas. O regionalismo também revela não somente um traço da linguagem, mas todo um universo mineiro, com sua cultura e costumes:

O João-Chama-Chuva deve de existir. Ele chama a chuva. Ele faz o corngo transbordar. Aí os meninos são levados pela correnteza. Tem dessas coisas. Mas não devia de ser a tia Sinhana que mandava ele fazer isso, o tio Zé-Nosso dizia que era ela, tinha tanto pé de araticum, os passopretos cantavam sô finca que eu ranco, o brejo, a cerca, o monte de cupim, as goiabas, o mingau de fubá esfriando na panela de ferro.

Então a gente um dia fica velha. E vira um estorvo. E todo mundo inventa moda pra fugir da gente. (REZENDE, 1987, p. 28)

As expressões linguísticas ganham dimensão filosófica através de personagens que contam “causos”, constatarem verdades e dão conselhos.

Outro recurso estilístico identificado nas narrativas de Rezende pela fortuna crítica são as metáforas. Isso permite que o leitor entre em contato com a atmosfera poética da obra e com uma linguagem refinada. Se pensarmos que grande parte da obra de Rezende é voltada para o público jovem, esse recurso é um importante aspecto para a formação do leitor e, sem o apelo da literatura pedagógica, possibilita uma vivência de leitura que o coloca em contato com aspectos estéticos de uma linguagem complexa e exigente, como em *Alegria pura*, exemplificada no trecho “Maurícia para de andar, fica para trás, desgobernada de tudo. As cinco vão caminhando na frente. A noite sendo, dentro de Maurícia, a noite” (REZENDE, 1988, p. 39). A linguagem metafórica surge sofisticada, mas acessível, bela, poética.

É importante ainda ressaltar que é preciso destacar a beleza presente nas imagens que as narrativas constroem a partir do jogo de palavras, como Valentina Vitória, que via tudo como uma mágica e tinha uma mãe que iniciava toda conversa com “Imagina”, em *A mocinha do Mercado Central*, ou ainda em *Vera mentirosa*, que nos apresenta uma garota muito perspicaz, apesar da pouca idade, que deixa o leitor intrigado se é vera ou mentirosa, num jogo entre o nome da protagonista e o título do livro.

O trabalho estético produzido por Stella Maris Rezende é grandioso e merece toda a visibilidade das grandes obras. Essa linguagem híbrida, em que fantasia, cotidiano e tradição se juntam no universo da literatura oral, convida o leitor a penetrar num mundo fantástico, acessível e delicado, num gesto em que a leitura ultrapassa os limites do livro, cria asas e deseja seguir adiante.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Marcos. Mulheres lideram premiação do Jabuti 2012. *Blog Marcos Barcellos*. 1 fev. 2013. Disponível em: <http://blogclientesa.clientesa.com.br/clubedolivro/?artID=4079>. Acesso em: 3 set. 2020.
- CARNEIRO, Lilian Rosa Aires. *Espaço e identidade: em a mocinha do Mercado Central de Stella Maris Rezende*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5730/5/Dissertac%c3%a3o%20-%20Lilian%20Rosa%20Aires%20Carneiro%20-%202015.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- FERNANDES, Fernanda Buzzon. Paleta de muitos matizes: “O espelho da alma” (1992) – Stella Maris Rezende. In: CECCANTINI, João Luís; VALENTE, Thiago Alves. *Narrativas juvenis: literatura sem fronteiras*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis, SP: Anep, 2014, p. 175-186.
- FRANCISCO, Daniela Aparecida. *A literatura juvenil de Stella Maris Rezende: muito além do gênero*. 2019. Tese (Doutorado em Letras – Literatura e Vida Social) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181075/francisco_da_dr_assis_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 26 set. 2020.
- LEITE, Ângela. A literatura infantojuvenil e seus Oscars. *Revista Sentidos da Cultura*, ano 2, n. 2, p. 130-133, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/article/view/590>. Acesso em: 6 nov. 2020.
- MORAES, Angelita Cristina de. *A representação feminina na obra “A mocinha do Mercado Central”, de Stella Maris Rezende (2011): uma proposta para a educação literária*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual do Norte do Paraná (Unep), 2018. Disponível em: <https://uenp.edu.br/profletras-produtos-educacionais/profletras-t3/10892-profletras-produtos-angelita-cristina-de-moraes-2018/file>. Acesso em: 26 set. 2020.
- REZENDE, Maria Beatriz (coord.). *Patrimônio e leitura: catálogo temático da literatura infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc; Niterói: Proale/UPF, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei4_CatalogoComentado_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatLei4_CatalogoComentado_m(2).pdf). Acesso em: 15 set. 2020.
- REZENDE, Stella Maris. *João-Chama-Chuva*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- _____. *O sonho selvagem*. Ilustrações: Rogério Borges. São Paulo: Moderna, 1988.
- _____. [Stella Maris Rezende], [20--]. Página pessoal da autora. Disponível em: www.stellamarisrezende.com.br. Acesso em: 22 jun. 2021.

Sobre os autores

ADÉLCIO DE SOUSA CRUZ

Leciona no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e no Departamento de Letras da mesma universidade (DLA). Fez doutorado em Literatura Comparada (2009), tendo defendido a tese *Narrativas contemporâneas da violência*, publicada em 2012 pela editora 7Letras. Suas pesquisas se desenvolvem nas áreas de literatura comparada, literatura afro-brasileira, literatura brasileira, literaturas de língua inglesa, literatura e outras artes (música, teatro e *performance*), memória cultural e estudos culturais.

ALINE ALVES ARRUDA

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *Campus* Betim. Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

AMANDA RIBEIRO BARBOSA

Formada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais e mestranda em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). É pesquisadora da área de edição, linguagem e tecnologia, com foco no mercado editorial de literatura infantil. Leciona para crianças e adolescentes na rede particular de ensino de Belo Horizonte e ministra cursos e oficinas sobre formação de leitores literários e videopoesia. Em 2018, publicou o livro de poemas *Livre é abelha* pela editora Impressões de Minas.

ANDRÉA DE PAULA XAVIER VILELA

Bacharel em Artes pela Escola de Belas Artes da UFMG (EBA/UFMG), desenvolveu suas pesquisas de mestrado e doutorado na Faculdade de Letras da mesma universidade, com a dissertação *Olhar sobre uma casa escrita: a poética de Lúcio Cardoso no romance “Crônica da casa assassinada”* e a tese *Lúcio Cardoso: olhar sobre uma vida escrita*, respectivamente. Tem uma trajetória eclética, que inclui trabalhos como artista, ilustradora e pesquisadora de temas como desenho, ilustração,

memória e processo criativo. Atualmente é professora do curso de Artes Visuais da EBA/UFMG.

ANELITO DE OLIVEIRA

Pós-doutor em Teoria Literária pela Unicamp, doutor em Literatura Brasileira pela USP e mestre em Estudos Literários pela UFMG. Realizou estágios de pesquisa pós-doutoral nas Universidades Clássica e Nova de Lisboa e nas Universidades do Porto, do Minho e de Salamanca. Poeta, crítico, ficcionista, ensaísta, jornalista e editor com três décadas de intensa atuação. Editou o *Suplemento Literário de Minas Gerais* de 1999 a 2003 e criou e editou a *Revista Orobó* e o jornal *Não*. Colaborou em inúmeras publicações jornalísticas, literárias, culturais e acadêmicas no país e no exterior. Publicou 11 livros como autor solo, entre poesia, ficção e ensaio, e participou de dezenas de outros livros como coautor. Suas últimas publicações, como autor solo, são *A menina chinesa* (relatos, Páginas Editora), *O iludido* (narrativas, Páginas Editora), *Traços* (poemas, Patuá), *Os acampamentos insustentáveis* (registros, Kotter Editorial) e *Degredo* (poema, Sangre Editorial). Atualmente, está à frente, como *publisher*, da revista *Sphera*. Atua na Unimontes na implementação de um programa de mestrado em Literatura Brasileira e preside a ONG Daghobé.

ANGELA MARIA RODRIGUES LAGUARDIA

Doutora em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa, mestre em Teoria da Literatura pela UFMG, especialista em Literatura Brasileira (Prepes) pela PUC Minas e graduada em Letras pela Universidade Presidente Antônio Carlos, de Barbacena, onde também atuou como professora de Teoria da Literatura nos cursos de Letras e Língua Portuguesa, Comunicação Social, Ciência da Computação e Administração. É autora das obras *Fazes-me falta*, *de Inês Pedrosa: uma alegoria contemporânea da saudade* (2012) e *Aproximações: Clarice Lispector e Inês Pedrosa* (2017), publicada em Lisboa. Tem diversos artigos publicados em antologias, periódicos, revistas e sites acadêmicos do Brasil e de Portugal, com ênfase na literatura de autoria feminina. Atualmente, é investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (Clepul) da Faculdade de

Letras da Universidade de Lisboa. Pertence aos grupos de pesquisa Letras de Minas/Mulheres em Letras da Fale/UFMG e Mulheres na Edição (Cefet). É membro efetivo da Academia Barbacenense de Letras, ocupando a Cadeira 1.

ANGÉLICA AMÂNCIO

Doutora em Literatura Comparada pela UFMG, em cotutela com a Université Paris 7. É pós-doutora em Literatura Francesa pela USP e em Literatura Lusófona pela Université Sorbonne Nouvelle. Atualmente, é professora no Departamento de Estudos Lusófonos da Université Lyon 3. Suas pesquisas são voltadas, sobretudo, para as relações entre literatura e outras artes e mídias. É também poeta e autora do livro *“Adagio ma non troppo” e outras canções sem palavras* (2015).

ANTONIO ANASTASIA

Graduado em Direito e mestre em Direito Administrativo pela UFMG, de cuja Faculdade de Direito é professor. Exerceu os cargos públicos de secretário de Estado de Planejamento e Gestão, de Defesa Social, de Administração e Recursos Humanos e da Cultura, todos em Minas Gerais. Na esfera federal, exerceu os cargos de secretário executivo dos Ministérios do Trabalho e da Justiça. Foi vice-governador e governador do estado de Minas Gerais. Atualmente é senador da República por Minas Gerais. Publicou o livro *Regime Jurídico Único dos servidores públicos*, além de inúmeros artigos técnicos sobre os temas de sua especialidade.

ANTÔNIO SÉRGIO BUENO

Mestre em Literatura Brasileira e doutor em Literatura Comparada pela UFMG. Publicou *O Modernismo em Belo Horizonte: década de vinte* (1982) e organizou o volume *Affonso Ávila* (1993) e a obra *Vísceras da memória: uma leitura da obra de Pedro Nava* (1997). Tem o ensaio “A subversão barroca e outras subversões nas memórias de Pedro Nava” publicado no livro *Literatura mineira: trezentos anos*, editado pelo BDMG Cultural em 2019. É professor aposentado da UFMG.

BERNARDO NOVAIS DA MATA-MACHADO

Historiador e cientista político (UFMG), ator e diretor de teatro. Entre suas publicações destacam-se os artigos “Poder político em Minas Gerais” (1987) e “Os direitos culturais na Constituição brasileira” (2011), o relatório de pesquisa “História do café das Matas de Minas – 1808-2015” (2018) e os livros *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais – 1690-1930* (Prêmio Diogo de Vasconcelos, 1989), *Do transitório ao permanente: Teatro Francisco Nunes – 1950-2000* (2002). Destacou-se como ator na interpretação de Eduardo Marciano, personagem de *O encontro marcado*, romance de Fernando Sabino (Prêmio de Melhor Ator, 1982), e como diretor em *Fando e Lis*, de Fernando Arrabal (1975). Foi pesquisador da Fundação João Pinheiro (1977-2018), secretário municipal adjunto da Cultura (Belo Horizonte, 1993-1996) e coordenador, diretor e secretário nacional substituto na Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (2009-2014).

CELINA F. LAGE

Celina Figueiredo Lage é professora do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES/Uemg) e dos cursos de graduação da Escola Guignard (Uemg). Atuou de 2009 a 2012 no Programa de Pós-Graduação em Artes Aplicadas da Universidade Helênica Aberta (Grécia). Doutora em Literatura Comparada, mestre em Teoria da Literatura e licenciada em Letras, com habilitação em Grego e Latim. Fez pós-doutorado na National & Kapodistrian University of Athens (Grécia) e na Athens School of Fine Arts (Grécia). Ex-bolsista da Fundação Alexander Onassis, do State Scholarships Foundation (Grécia), da Fapemig e do CNPq. Membro do Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte. Vice-presidente do Comitê Brasileiro para Reunificação das Esculturas do Partenon.

CLÁUDIA GOMES PEREIRA

Pós-doutora em Letras pela Universidade de Lisboa e doutora e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Professora, escritora e pesquisadora, atua também nas áreas de ensino, educação e patrimônio, cultura e literatura.

CLAUDIA MAIA

Graduada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei, mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Literatura Comparada pela mesma universidade. Professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), com atuação nos cursos técnicos, na graduação em Letras e na pós-graduação em Estudos de Linguagens.

CONSTÂNCIA LIMA DUARTE

Pesquisadora do CNPq, doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre suas publicações, destacam-se *Nísia Floresta: vida e obra* (1995, 2009), *Mulheres de Minas: lutas e conquistas* (2008), *Escritoras do Rio Grande do Norte* (2013), *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário ilustrado* (2016), *Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2016) e *#Nisia Floresta presente* (2019).

CRISTIANE CÔRTEZ

Graduada em Letras, mestre em Teoria da Literatura e doutora em Literatura Comparada pela UFMG. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (Neia), da UFMG, dos grupos Trabalho, Cultura e Materialismo e Estudo Remoto, Mídias e Educação, do Cefet-MG, todos ligados ao CNPq. É professora efetiva de Literatura e Redação do Cefet-MG, *Campus IX*. Coorganizadora dos volumes críticos *Mulheres em letras: diáspora, memória e resistência* (Viçosa: Gráfica Universidade de Viçosa, 2019), *Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (Belo Horizonte: Idea, 2016) e *Literatura afro-brasileira: abordagens na sala de aula* (Rio de Janeiro: Pallas, 2014). Atualmente, dedica-se

também à pesquisa sobre literatura de autoria feminina e teoria da literatura aplicada à formação do professor de ensino médio.

DENISE EMMER

Bacharela em Física e Música (Violoncelo). Compositora, com vários CDs gravados, também integra, como violoncelista, orquestras e grupos de câmara. A essência de sua criação é a poesia. Escreveu, com o poeta luso-brasileiro Álvaro Alves de Faria, *O secreto silêncio do amor* (Ed. Penalux, 2021). Fez bacharelado e licenciatura em Física (Fahupe) e publicou 22 livros, dos quais 18 de poesia, três romances e um de contos. Ganhou importantes prêmios literários, entre os quais o Prêmio ABL de Poesia (Academia Brasileira de Letras), o Prêmio Associação Paulista dos Críticos de Arte (Apca), o Prêmio José Martí (Unesco – conjunto de obra), o Prêmio PEN Clube do Brasil de Poesia, o Prêmio PEN Clube do Brasil de Romance e o Prêmio Olavo Bilac (ABL). Participou de relevantes antologias da poesia brasileira, entre as quais destacam-se *41 poetas do Rio* (org. Moacyr Félix, Ministério da Cultura), *Antologia da nova poesia brasileira* (org. Olga Savary, Ed. Hipocampo), *Poesia sempre* (Fundação Biblioteca Nacional), *O signo e a sibila – ensaios* (Ivan Junqueira, Ed. Topbooks) e *Ponte poética* (Rio-São Paulo, Ed. 7letras), e das seguintes revistas: *California College of the Arts Eleven Eleven* (EUA), *Newspaper Surreal Poets* (EUA), *Revista da Poesia*, *Metin Cengiz* (Turquia) e *Revista Crear in Salamanca* (Espanha), traduzida pelo poeta Alfredo Pérez Alencart.

EDUARDO DE ASSIS DUARTE

Doutor em Letras, integra o Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos Literários) da UFMG. Autor de *Jorge Amado, romance em tempo de utopia* (1996) e *Literatura, política, identidades* (2005) e organizador, entre outros, de *Machado de Assis afrodescendente* (3.^a ed., 2020), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (4 vol., 2.^a ed., 2014), *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI* (2.^a ed., 2019) e *Literatura afro-brasileira: abordagens na sala de aula* (2.^a ed., 2019). Coordena o **literafro**: Portal da Literatura Afro-Brasileira, disponível no endereço letras.ufmg.br/literafro.

EDWIRGENS A. RIBEIRO LOPES DE ALMEIDA

Pós-doutorado em Literatura Brasileira pela UFMG. Doutorado em Literatura pela UnB. Doutorado em Literatura Espanhola e Hispano-Americana pela USP. Mestrado em Literatura Brasileira pela UFMG. Professora do Departamento de Comunicação e Letras e do mestrado em Letras (Estudos Literários) da Unimontes. Autora dos livros *Crítica, poética e relações de gênero: uma releitura de “Memórias de um sargento de milícias”*, *O legado ficcional de Lúcia Miguel Pereira: escritos da tradição* e *Por trás do véu e da espada: o disfarce subjacente à representação das personagens cervantinas*, entre outros.

ELIANA DE FREITAS DUTRA

Doutora em História Social pela USP, professora titular da UFMG (onde atua no Programa de Pós-Graduação em História) e vice-presidente do International Committee of Historical Sciences. Autora dos livros *Rebeldes literários na República* (Ed. UFMG, 2005) e *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930* (Ed. UFMG, 2. ed., 2012), coorganizadora de *Política, nação e edição: o papel dos impressos na construção da vida política* (Annablume, 2006), entre outros livros, capítulos de livros e artigos, publicados no Brasil e no exterior.

ELIANA TOLENTINO

Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, atual Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestre em Estudos Literários (Literatura Brasileira) e doutora em Letras (Estudos Literários: Literatura Comparada) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP. Participou de várias coletâneas, tais como *Mulheres em letras: diáspora, memória, resistência* (2019), *Corpo, arte e tecnologia* (2015), *As letras da política* (2015), *Sobrevivência e devir da leitura* (2014) e *O futuro do presente: arquivo, gênero e discurso* (2012). É professora na UFSJ. Atua na graduação e na pós-graduação do curso de Letras. Foi coordenadora do mestrado em Letras da UFSJ no período de 2008 a 2012.

FAL AZEVEDO

Graduada em Letras, pós-graduada em Educação Sexual, professora há 30 anos, tradutora há 20 anos, dona do *blog* Drops da Fal (dropsdafal.com.br) há 19 anos e livreira há dois anos na Drops Editora. Publicou *Minúsculos assassinatos e alguns copos de leite* e *Sonhei que a neve fervia* pela Editora Rocco e *Todo mundo adora Saturno, Faço chá de hortelã e espero que fique tudo bem* e *Como ensinar um idiota a dançar* pela Drops Editora.

FERNANDO ARMANDO RIBEIRO

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley – EUA), professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desembargador-presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. É membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas (Cadeira 34) e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Obras publicadas: *A fascinação das asas* (Quixote-Do, 2019, romance), *Colheita* (Editora Letramento, 2017, poesia), *Constitucionalismo e teoria do direito* (Del Rey, 2013), *Espectros poéticos da justiça* (Del Rey, 2019), *Shakespeare e Cervantes: diálogos entre direito e literatura* (Letramento, 2016).

FLÁVIA DE QUEIROZ

Graduada em Sociologia e Política pela PUC Rio e pós-graduada em Gestão Pública pela FJP, consultora organizacional e compositora. Tem publicados os livros de poemas *Círculo de giz* (1983), *Arrumar as gavetas* (2012) e *Sobre viver* (2019). Atua na gestão de projetos da AML.

HELOISA MURGEL STARLING

Professora titular livre de História do Brasil da UFMG. Vice-reitora da UFMG (gestão 2006-2021). Coordenadora do grupo de pesquisa Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG. Pesquisadora 1 do CNPq e pesquisadora mineira da Fapemig. Publicou,

entre outros, *Brasil, uma biografia*, com Lília Schwarcz (Companhia das Letras, 2015), *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida* (Companhia das Letras, 2018), *Campus UFMG* (Conceito, 2019), *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, com Lília Schwarcz (Companhia das Letras, 2020), *Hannah Arendt: ação e a busca da felicidade* (organização e notas, Bazar do Tempo, 2018).

IARA CHRISTINA SILVA BARROCA

Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *Campus Florestal*. Doutorado na área de línguas e literaturas de língua portuguesa. Pós-doutorado na Univeristé Paris Ouest Nanterre La Défense (2016, Paris, França) e pós-doutorado na University of Central Florida (UCF) (Flórida, Estados Unidos). Chefe do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do *Campus Florestal* (2012-2015/2019-2020). É autora dos livros *Um olhar sobre a constituição do universo ficcional em “As parceiras”, de Lya Luft* (2009) e *Figurações e ambiguidades do trágico na obra de Lya Luft* (2014) e coautora na organização dos livros *Arquivos femininos: literatura, valores e sentidos* (2014) e *Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus* (2016). Desde janeiro de 2021, ocupa o cargo de assistente especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (Nepi) na Setec/MEC.

IDA ALVES

Professora titular de Literatura Portuguesa (Letras/UFF, Niterói/RJ). Docente permanente do PPG Estudos de Literatura UFF. Doutora em Letras (Literatura Portuguesa, 2000) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2005), sob supervisão da professora doutora Lélia Parreira Duarte, e pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, com supervisão do professor doutor Michel Collot (2011-2012, apoio Capes – Brasil). Colidera os grupos de pesquisa Estudos de Paisagem nas Literaturas de Língua Portuguesa e Poesia e Contemporaneidade. Pesquisadora do CNPq desde 2008. Integra o Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras, sediado no Real Gabinete Português de Leitura. Faz parte do programa Cientista do Nosso Estado – Faperj, período 2018-2021.

Organizou diversos livros e é autora de capítulos de livros e artigos sobre poesia portuguesa contemporânea e estudos de paisagem nas literaturas de língua portuguesa.

IMACULADA NASCIMENTO

Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada e mestre em Literatura Brasileira. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Mulheres em Letras (Fale/UFMG), Núcleo de Estudos Atlas – Análises Transdisciplinares entre Literatura, Artes e Sociedade (Cefet-MG), Escritoras Brasileiras no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiras (UFMG-Universidade de Lisboa) e Arquivo de Laís Correia de Araújo (Acervo de Escritores Mineiros da UFMG).

IVAN DOMINGUES

Graduado e mestre em Filosofia pela UFMG. Fez doutorado na Sorbonne, Paris 1, concluído em 1989. Realizou estágios pós-doutorais na França (École Nationale Fontenay-Saint-Cloud), na Inglaterra (University of Oxford) e nos Estados Unidos (University of Notre Dame). Foi um dos fundadores e diretor-presidente do Ieat-UFMG, membro de comitês de várias agências de fomento à pesquisa (Capes, CNPq e Fapemig) e assessor do reitor da UFMG. É autor de vários livros, entre os quais *Le fil et la trame : Réflexions sur le temps e l'histoire* (1996), traduzido para o francês. Publicou recentemente *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas* (2017) e *Foucault, a arqueologia e "As palavras e as coisas": cinquenta anos depois* (2020). Ganhou o Prêmio Fundep em 2005. Atualmente é professor titular de Filosofia da UFMG.

JACQUES FUX

Escritor, matemático, mestre em Computação, doutor e pós-doutor em Literatura. Foi pesquisador na Universidade de Harvard (2012-2014). Autor dos romances *Antiterapias* (Scriptum, 2012 – Prêmio São Paulo, 2013), *Brochadas* (Rocco, 2015 – Prêmio Nacional Cidade de BH), *Meshugá: um romance sobre a loucura* (José Olympio, 2016 – Prêmio Manaus de Literatura) e *Nobel* (José Olympio, 2018). Autor dos

ensaios *Literatura e matemática* (Perspectiva, 2016 – Prêmio Capes de Melhor Tese de Letras e Linguística e finalista do Prêmio APCA), *Georges Perec: a psicanálise nos jogos e traumas de uma criança de guerra* (Relicário, 2019) e *Ménage literário* (Relicário, 2020). Publicou ainda *O enigma do infinito* (Positivo, 2019 – finalista do Prêmio Barco a Vapor, selo Altamente Recomendado FNLIJ e finalista do Jabuti). Seus livros foram traduzidos para o italiano, o espanhol e o hebraico. Professor da Escola de Engenharia (Emge).

JOSÉ ANCHIETA DA SILVA

Mestre em Direito Comercial pela UFMG, doutorando em Ciências Jurídico-Empresariais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-professor concursado de Direito Comercial da UFMG e ex-professor na Faculdade de Direito Milton Campos. Exerceu o cargo de secretário geral da Escola de Advocacia da OAB/MG e presidiu o Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Atuou ainda como delegado da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no Mercosul. É membro do IHGMG e das Academias Municipalista e Marianense de Letras. Atua como árbitro da Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ), de que é presidente, e é titular da José Anchieta da Silva Advocacia, além de atual presidente da AC Minas. Tem 21 obras publicadas, entre livros e participações. É presidente da Associação de Amigos da Academia Mineira de Letras (Amigos).

JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

Doutor em Ciência Política (Georgetown University). Licenciado em Letras Clássicas e em Filosofia (PUC Rio) e em Teologia (Pontifícia Universidade de Comillas). Membro do IHGB e do IHG-DF e das Academias Marianense de Letras, Brasiliense de Letras e Mineira de Letras. Ex-professor do Instituto Rio Branco. Recebeu condecorações em sete países. Mais de 400 publicações em 20 países. Cidadão honorário de Brasília e professor emérito da UnB. Livros: *A integração latino-americana*, *O Brasil e a América Central*, *Pedro Aleixo*, *Relações entre Brasil e Filipinas* e *El Congreso Anfictiónico de Panamá de 1826*.

JULIANA BORGES OLIVEIRA DE MORAIS

Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e bacharel em Medicina Veterinária pela mesma universidade (1999). Mestre em Letras (Estudos Literários), na área de literaturas de expressão inglesa (2010), e doutora em Letras, nas áreas de teoria da literatura e literatura comparada (2014), também pela UFMG. É professora adjunta do Departamento de Letras, Artes e Cultura da UFSJ, nas áreas de teoria da literatura e literaturas em língua inglesa. Pesquisadora dos grupos Mulheres e Ficção (UFV) e Letramentos, Gênero e Ensino (UFSJ) e do Núcleo de Estudos em Literaturas de Língua Inglesa (UFMG). Autora do livro *Representation of Home: Cartographies of Belonging in Loida Maritza Pérez's Geographies of Home* (2010) e uma das organizadoras do livro *Mulheres em letras: diáspora, memória, resistência* (2019). Colaborou com ensaios nas obras *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2016), *Poéticas do feminino* (2018) e *Prospero and Caliban Revisited: Brazilian Critical Perspectives on World Literature in English* (2020). No campo da escrita literária, publicou um poema na obra *Mulher e literatura: da poesia ao poder* (2020) e uma crônica em *Letras da quarentena: escrita de mulheres* (2020). Áreas de interesse: literaturas escritas por mulheres, literaturas contemporâneas da diáspora e letramento literário.

KELEN BENFENATTI

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Literatura Brasileira e Literatura Espanhola do IF Sudeste-MG, *Campus* São João del-Rei. Pesquisadora do Grupo Mulheres em Letras e membro da equipe de pesquisadores do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. Desenvolve trabalhos sobre autoria feminina e arquivos literários.

LAURO MOREIRA

Licenciado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Ingressou no serviço diplomático em 1965, tendo nesse mesmo ano integrado o Grupo de Coordenação com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste), na qualidade de secretário

executivo adjunto. Serviu em postos diplomáticos em Buenos Aires, Genebra, Washington, Barcelona e Marrocos, além de chefiar a Divisão de Difusão Cultural e, mais tarde, o Departamento Cultural do Itamaraty. Além de exercer suas atividades profissionais como diplomata de carreira, sempre militou na área cultural e artística, dedicando-se às artes cênicas, ao cinema e à fotografia. Em todos os postos diplomáticos por onde passou, dedicou-se à promoção das artes e da cultura brasileiras, sobretudo da música e da poesia em língua portuguesa, proferindo palestras, publicando textos e organizando recitais.

LUCIANA PIMENTA

Professora da PUC Minas, doutora em Direito pela mesma universidade e mestre em Filosofia Social e Política pela UFMG. Colíder do grupo de pesquisa Direito e Literatura: Um Olhar para as Questões Humanas e Sociais a partir da Literatura (PUC Minas/CNPq), pesquisadora do grupo Mulheres em Letras (Fale-UFMG/CNPq), membro da Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Poeta. Autora de *Aprendizagem no espelho* (2000), *Heranças* (2016) e *Morada* (2017).

LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA

Doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela UFMG, onde também concluiu o pós-doutorado. Foi diretor da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte e chefe do Departamento de Planejamento da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da graduação em Letras e do ensino médio do Cefet-MG. Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Campo Editorial (Giece). Membro do comitê gestor do portal **literafro**. Autor de *Poéticas negras* (2010) e *Negrismo* (2014).

LYSLEI NASCIMENTO

Doutora em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-doutora pela Universidade de Buenos Aires (Argentina) e pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na Faculdade de

Letras da UFMG, onde é coordenadora do Núcleo de Estudos Judaicos e editora da *Arquivo Maaravi: revista digital de estudos judaicos da UFMG*. Atualmente, é coordenadora do grupo de trabalho Literaturas Estrangeiras da Anpoll e pesquisadora do CNPq, do grupo de pesquisa Isaac de Castro Tartas (USP) e do Centro de Estudos Judaicos da USP. Vencedora do 2015-2016 Travel Award for Latin American Jewish Research, na Universidade do Texas (Austin), pelo Schusterman Center for Jewish Studies. Foi *university affiliate visiting scholar/visiting researcher* (2015) na Universidade do Texas (Austin). É autora de, entre outros títulos, *Borges e outros rabinos* (2009), *Despertar para a noite e outros ensaios sobre a Shoah* (2018) e *Num quadro de Chagall* (2019).

MARIA AMÉLIA BRACKS DUARTE

Formada em Direito pela UFMG, advogada trabalhista da Cemig e chefe do departamento jurídico da mesma empresa e procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, onde foi procuradora-chefe em Minas Gerais. Participa nacionalmente de inúmeras coletâneas de contos e crônicas. Foi premiada pela revista *Status*, em 1981, como uma das 25 mulheres escritoras de contos eróticos e foi premiada também em vários outros concursos de contos. Publicou o livro de crônicas *Todas as possibilidades* (2008).

MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO

Doutora em Estudos Literários (Literatura Comparada), mestre em Ciência da Informação e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professora adjunta na graduação e na pós-graduação do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo e da Escola de Ciência da Informação da UFMG, onde se aposentou como professora associada. Como professora e pesquisadora, tem se dedicado, sobretudo, à história do livro e das bibliotecas, à mediação da leitura e formação do leitor, aos arquivos literários e à epistolografia. Atualmente é pesquisadora na Academia Mineira de Letras e trabalha no inventário da correspondência do escritor e acadêmico Eduardo Frieiro, sobre o qual defendeu sua tese de doutorado.

MARIA DO ROSÁRIO A. PEREIRA

Doutora em Literatura Brasileira pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Edição no Cefet-MG e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Publicações: *Entre a lembrança e o esquecimento: a memória nos contos de Lygia Fagundes Telles* (2018) e *Linhas cruzadas: literatura, arte, gênero e etnicidade* (em coautoria com Maria Inês de Moraes Marreco, 2011). Coorganizadora de *A escritura no feminino: aproximações* (2011) e *Escrivivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2016, 2018).

MARIA DO SOCORRO VIEIRA COELHO

Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Montes Claros desde 1995. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Língua Portuguesa e Linguística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pós-doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015) e pela Universidade de São Paulo (2018). Suas linhas de pesquisa têm sido em Linguística e Língua Portuguesa (Diacronia e Sincronia), Língua Portuguesa e Ensino e Literatura de Autoria Feminina.

MARIA INÊS DE MORAES MARRECO

Graduada em Letras (Português/Inglês), com especialização em Inglês. Mestre e doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Arcádia de Minas Gerais e presidente da Academia Municipalista de Minas Gerais. Publicou *A errância infatigável da palavra* (2008), *Linhas cruzadas: literatura, arte, gênero e etnicidade* (2012), *Visões caleidoscópicas da memória em Lygia Fagundes Telles e Nélide Piñon* (2013) e *Para aplacar uma grande saudade* (2015), além de vários capítulos em periódicos e antologias. Diretora da Idea Casa de Cultura (Belo Horizonte).

MARIA LÚCIA BARBOSA

Doutora e mestre em Estudos Literários pela UFMG, pós-graduada em Literaturas de Língua Portuguesa pelo Prepes (PUC Minas), graduada em Letras (Português e Inglês) pelo UNI-BH. É membro do grupo de pesquisa O Arquivo de Laís Corrêa de Araújo: Um Legado Intelectual (CNPQ) – Acervo de Escritores Mineiros, da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como pesquisadora no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (Clepul) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARINA CAMISASCA

Doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista Capes, com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. Atuou como historiadora no Arquivo Público Mineiro de 2005 a 2008 e no Escritório de História de 2010 a 2016, trabalhando com pesquisa, redação e editoração de livros, organização de arquivos públicos e privados, centros de memória e exposições. Em 2017, foi pesquisadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais e integrou o grupo que investigou as violações de direitos humanos no campo. Já publicou diversas biografias e livros de história empresarial, entre os quais se destacam *Memórias da vida de João Carlos Bello Lisboa* (2012), *AçoBrasil: uma viagem pela indústria do aço* (2013) e *30 anos Sicoob Central Crediminas* (2018). Os dois últimos livros foram escritos em parceria com o sociólogo e escritor Osias Ribeiro Neves.

MÁRIO VINÍCIUS RIBEIRO GONÇALVES

Designer (tipo)gráfico e pesquisador. É mestre em *Design Gráfico Multimídia* pela École Supérieure d'Art des Pyrénées (Esap-Pau) e pós-graduado (*post-master*) em Pesquisa Tipográfica no Atelier National de Recherche Typographique (ANRT). Atualmente, é doutorando em Estudos de Linguagens do Cefet-MG. É autor, com Wagner Moreira, do livro *Terralegria* (Impressões de Minas, 2020) e organizador, com Ana Elisa Ribeiro, de *Minas GeoGráfica* (DEDC/LED/Impressões de Minas, 2019), além de editor gráfico da revista *Chama*

e diretor de *Domesticando o Indomesticável*, projeto internacional de oficinas de *design* de tipos.

MÍRIAN SOUSA ALVES

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Artes Visuais, com habilitação em Cinema e Vídeo, pela Universidade York (Canadá) e doutora em Estudos Literários pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. É professora efetiva no Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling) do Cefet-MG.

NAPOLEÃO VALADARES

Natural de Arinos (MG). Formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Assistente jurídico da União, diretor de secretaria da Justiça Federal, assessor de juiz do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, advogado da União. Autor de *Urucuia* (romance), *Remanso* (romance), *Campos Gerais* (contos), *Do sertão* (contos), *Passagens da minha aldeia* (crônicas), *Chuvisco* (haicais), *Estesia* (triolés), *Fantasia* (poemas), entre outros.

NATÁLIA FONTES OLIVEIRA

Formada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e pós-doutora pela mesma instituição. É ph.D. pela Purdue University e tem pós-doutorado da Stanford University, nos Estados Unidos. É professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFV. Publicou o livro *Three Traveling Women Writers: Cross-Cultural Perspectives of Brazil, Patagonia, and the U.S., from the Nineteenth Century* pela Routledge, em 2018. Atua nas áreas de literatura comparada e literaturas de língua inglesa, pesquisando principalmente os seguintes assuntos: literatura produzida por mulheres, escrita de viagem, literatura afro-americana, distopias e estudos de gênero.

OSCAR CORRÊA JR.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1972). Assessor do governador Rondon Pacheco (1971-1973). Diretor do Banco Bandeirantes (1975-1976). Deputado estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1979-1983). Deputado federal por Minas Gerais (1983-1987; 1987-1991). Membro da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte (1988). Presidente do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (IBDT) entre 1993 e 1996. Juiz eleitoral, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (2001, 2003, 2005 e 2006). Professor de Direito Eleitoral na pós-graduação do UNI-BH.

OZANA APARECIDA DO SACRAMENTO

Graduada em Letras, mestre em Literatura Brasileira (UFMG) e doutora em Literatura Comparada (UFMG). Professora de Língua Portuguesa e Literatura da rede pública estadual de ensino (MG), professora de Língua Portuguesa e Literatura da Epcar, professora de literatura do curso de Letras do IF Sudeste MG e ex-coordenadora desse curso. Obras publicadas: artigos na revista *Mulheres em Letras* (“O calendário de Clarice”), na Jornada de Letras e Educação do IF Sudeste MG (Felis-femina: leitura dos poemas “Gata”, de Emiliano Pernet, e “Felina”, de Gilka Machado) e na revista *Miguilin* (“O amor incondicional no conto ‘A caolha’, de Júlia Lopes de Almeida”), entre outros. Professora de Literatura do curso de Letras do IF Sudeste MG.

REINALDO MARQUES

Doutor em Literatura Comparada e professor associado da Faculdade de Letras da UFMG. Integra a equipe de pesquisadores do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG, sob a responsabilidade do Centro de Estudos Literários e Culturais, do qual foi diretor nos períodos de 1997-2001 e 2008-2012. Pesquisador do CNPq, foi presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic) no biênio 2000-2002. Publicou o livro *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios* (2015) e participou como coautor da obra coletiva *Indiccionário do*

contemporâneo (2018). Coorganizou a edição de *Henriqueta Lisboa: obra completa – poesia, poesia traduzida e prosa* (Peirópolis, 2020). Também coorganizou as obras *Limiares críticos: ensaios de literatura comparada* (1998), *Valores: arte, mercado, política* (2002) e *Modernidades alternativas na América Latina* (2009).

RENATA MOREIRA

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais, com tese sobre o ensaísmo de Paulo Leminski (2011). Atualmente, é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Linha 4 – Edição, Linguagem e Tecnologia), do Bacharelado em Letras (Tecnologias da Edição) e do ensino médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Pesquisadora do grupo Mulheres na Edição (Cefet-MG) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita (UFMG). Tem estudado a edição da produção literária juvenil de mulheres negras.

RITA DE CÁSSIA SILVA DIONÍSIO SANTOS

Pós-doutora pela Universidade de São Paulo (2018), doutora em Literatura (UnB/2011), mestre em Letras/Estudos Literários (UFMG/2005). Membro do grupo de trabalho Vertentes do Insólito Ficcional (Anpoll). Membro da equipe de Coordenação Pedagógica do PNLD Literário 2018 e do PNLD 2020 Literário (FNDE/SEB/MEC). Coordenadora Institucional Pibid/Capes/Edital 7/2018-Unimontes. Colaborou com a organização dos livros *O mal na narrativa para crianças e jovens: olhares da literatura e do ensino* (Dialogarts, 2020), *E agora, José?* (Pangeia, 2019) e *Tramas e sentidos na literatura infantil e juvenil* (Dialogarts, 2019). Atua como professora na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) desde 2005.

ROGÉRIO FARIA TAVARES

Graduado em Direito e Comunicação Social (Jornalismo). É pós-graduado em *Marketing* e em *Gestão de Negócios* (MBA Executivo) pela Fundação Dom Cabral. Mestre em Direito, tem o diploma de Estudos Avançados em Direito Internacional e Relações Internacionais da

Universidade Autônoma de Madri. Doutor em Literatura, está no segundo mandato como presidente da Academia Mineira de Letras. Foi secretário adjunto de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, supervisor de Relações Públicas da Fiat Chrysler para a América Latina e presidente do BDMG Cultural. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados Brasileiros e do PEN Clube do Brasil. Entre seus livros, estão: *A noite dos mascarados*, *Reflexões sobre o direito e a vida* (organizador), *Entre el poder y el derecho: el Consejo de Seguridad y la Corte Penal Internacional en la situación del Sudán*, *Contribuições para a história do Instituto dos Advogados de Minas Gerais*, *Contribuições para a história do Instituto dos Advogados Brasileiros*, *Contribuições para a história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e 20 contos sobre a pandemia de 2020* (organizador).

RONALDO WERNECK

Mineiro de Cataguases, o poeta é também cronista e ensaísta e tem uma longa trajetória literária, que remonta aos anos 1960. Jornalista, trabalhou em vários veículos da imprensa nos mais de 30 anos em que morou no Rio de Janeiro, além de editar suplementos literários em Minas. Publicou vários livros, de crônicas, de ensaios e, principalmente, de poemas desde a década de 1970. Entre os mais recentes, *Sob o signo do imprevisto*, sobre o romancista Rosário Fusco, e *Momento vivo* (Editora Tipografia Musical, São Paulo, 2019). O poeta é membro do PEN Clube do Brasil e da União Brasileira de Escritores (RJ).

RUI ALMEIDA

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, trabalhou como assessor jurídico na companhia de seguros Bonança (1986-1989) e na ANA (1989-1999), empresa gestora dos aeroportos portugueses. Está no serviço diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros – desde 1999. Desde então, já atuou como inspetor diplomático e consular e chefe de divisão da África Ocidental e Central, na África Subsaariana. Também já atuou nas embaixadas de Lima (Peru), Liubiana (Eslovênia), Riade (Arábia Saudita) e Tunes (Tunísia). É o cônsul de Portugal em Belo Horizonte desde setembro de 2018.

SORAIA LARA

Bibliotecária e mestre em Ciência da Informação pela UFMG com experiência na área de organização e uso da informação. Atuou como docente no curso de Auxiliar de Biblioteca oferecido pela UFMG e prestou consultoria para idealização da biblioteca da Escola Americana de Belo Horizonte. Coordenou o projeto de criação da biblioteca do Centro Cultural 104 e, desde novembro de 2017, atua como coordenadora do Núcleo de Acervo da Academia Mineira de Letras, desenvolvendo o projeto de organização do acervo bibliográfico e documental da instituição.

WANDER MELO MIRANDA

Doutor em Literatura Brasileira pela USP (1987), professor emérito da Faculdade de Letras da UFMG, diretor da Editora UFMG (2000-2015), professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Uneb, pesquisador 1A do CNPq, membro da Academia Mineira de Letras, autor de *Corpos escritos* (1992), *Nações literárias* (2010) e *“Os olhos de Diadorim” e outros ensaios* (2019), entre outros livros.

*Academia
Mineira de Letras:
Cadeiras*

CADEIRA 1

| PATRONO | FUNDADOR |
|-----------------------------|----------------------------|
| <i>Visconde de Araxá</i> | Albino Esteves (1884-1943) |
| <i>(Domiciano Leite</i> | 1.º SUCESSOR |
| <i>Ribeiro) (1812-1881)</i> | Cyro dos Anjos (1906-1994) |
| | 2.º SUCESSOR |
| | Danilo Gomes (1932) |

CADEIRA 2

| PATRONO | FUNDADOR |
|----------------------|-------------------------------------|
| <i>Arthur França</i> | Aldo Delphino dos Santos |
| <i>(1881-1902)</i> | Ferreira Lobo (1872-1945) |
| | 1.º SUCESSOR |
| | José Oswaldo de Araújo (1887-1975) |
| | 2.º SUCESSOR |
| | Oswaldo Soares da Cunha (1921-2013) |
| | 3.º SUCESSOR |
| | Benito Barreto (1929) |

CADEIRA 3

PATRONO FUNDADOR
Aureliano José Lessa Alphonsus de Guimaraens (Affonso da
(1828-1861) Costa Guimarães) (1870-1921)
1.º SUCESSOR
Moacyr Lafayette de Macedo Chagas
(1894-1940)
2.º SUCESSOR
Agripa Ulysses Vasconcellos (1896-1969)
3.º SUCESSOR
Oscar Dias Corrêa (1921-2005)
4.º SUCESSOR
Angelo Oswaldo de Araújo Santos (1947)

CADEIRA 4

PATRONO FUNDADOR
Frei José Marianno Alvaro Astolpho da Silveira (1867-1945)
da Conceição **1.º SUCESSOR**
Velloso (1742-1811) Alphonsus de Guimaraens Filho
(1918-2008)
2.º SUCESSOR
Amílcar Vianna Martins Filho (1949)

CADEIRA 5

PATRONO FUNDADOR
José Maria Teixeira Amanajós de Araújo (1880-1938)
de Azevedo Júnior **1.º SUCESSOR**
(1865-1909) Zoroastro Passos (1887-1945)
2.º SUCESSOR
Christiano Martins (1912-1981)
3.º SUCESSOR
Francisco Magalhães Gomes (1906-1990)
4.º SUCESSOR
Miguel Augusto Gonçalves de Souza
(1926-2010)
5.º SUCESSOR
Carmen Schneider Guimarães (1926-2001)
6.º SUCESSOR
Humberto Werneck (1945)

CADEIRA 6

PATRONO FUNDADOR
Bernardo de Arduíno Bolivar (1873-1952)
Vasconcellos **1.º SUCESSOR**
(1795-1850) Salomão de Vasconcellos (1877-1965)
2.º SUCESSOR
Mello Cançado (1912-1981)
3.º SUCESSOR
José Carlos Lisboa (1902-1994)
4.º SUCESSOR
Alaíde Lisboa (1904-2007)
5.º SUCESSOR
Yeda Prates Bernis (1926)

CADEIRA 7

PATRONO FUNDADOR
Luiz Cassiano Avelino Fóscolo (1864-1944)
(1868-1903) **1.º SUCESSOR**
Eduardo Frieiro (1889-1982)
2.º SUCESSOR
Austen Amaro (1901-1991)
3.º SUCESSOR
Wilson Bastos (1915-1997)
4.º SUCESSOR
João Bosco Murta Lages (1937-2004)
5.º SUCESSOR
Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza
(1937-2019)
6.º SUCESSOR
Wander Melo Miranda (1952)

CADEIRA 8

PATRONO FUNDADOR
Batista Martins Belmiro Braga (1872-1937)
(1868-1906) **1.º SUCESSOR**
Wellington Brandão (1894-1965)
2.º SUCESSOR
Edison Moreira (1919-1989)
3.º SUCESSOR
Milton Reis (1929-2016)
4.º SUCESSOR
Rogério Faria Tavares (1971)

CADEIRA 9

PATRONO FUNDADOR
Josaphat Bello Bento Ernesto (1866-1943)
(1870-1907) **1.º SUCESSOR**
João Alphonsus (1901-1944)
2.º SUCESSOR
Djalma Andrade (1891-1975)
3.º SUCESSOR
Ildeu Brandão (1913-1994)
4.º SUCESSOR
Márcio Garcia Vilela (1939-2021)
5.º SUCESSOR
Antonieta Cunha (1939)

CADEIRA 10

PATRONO FUNDADOR
Cláudio Manuel da Brant Horta (1876-1959)
Costa (1729-1789) **1.º SUCESSOR**
João Etienne Filho (1918-1997)
2.º SUCESSOR
Fábio Proença Doyle (1928-2021)
3.º SUCESSOR
J. D. Vital (1947)

CADEIRA 11

PATRONO FUNDADOR
Santa Rita Durão Carlos Góes (1881-1934)
(1722-1784) **1.º SUCESSOR**
Lúcio dos Santos (1875-1944)
2.º SUCESSOR
Bueno de Serqueira (1895-1979)
3.º SUCESSOR
D. João Resende Costa (1910-2007)
4.º SUCESSOR
D. Walmor Oliveira de Azevedo (1954)

CADEIRA 12

PATRONO FUNDADOR
Alvarenga Peixoto Carlindo Lellis (1879-1945)
(1744-1793) **1.º SUCESSOR**
João Dornas Filho (1902-1962)
2.º SUCESSOR
Alberto Deodato (1896-1978)
3.º SUCESSOR
Tancredo Neves (1910-1985)
4.º SUCESSOR
Olavo Drumond (1925-2006)
5.º SUCESSOR
Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho
(1933)

CADEIRA 13

PATRONO FUNDADOR
Xavier da Veiga Carmo Gama (1860-1937)
(1846-1900) **1.º SUCESSOR**
Godofredo Rangel (1884-1951)
2.º SUCESSOR
Antônio Moraes (1904-1984)
3.º SUCESSOR
João Franzen de Lima (1897-1994)
4.º SUCESSOR
Paulo Tarso Flecha de Lima (1933-2021)
5.º SUCESSOR
Silviano Santiago (1936)

CADEIRA 14

PATRONO FUNDADOR
José Senna Costa Senna (1852-1919)
(1847-1901) **1.º SUCESSOR**
Almeida Magalhães (1893-1982)
2.º SUCESSOR
João Valle Maurício (1922-2000)
3.º SUCESSOR
Antenor Pimenta Madeira (1960)

CADEIRA 15

PATRONO FUNDADOR

Bernardo Dilermando Cruz (1879-1935)

Guimarães **1.º SUCESSOR**

(1827-1884) Moacyr Andrade (1897-1935)

2.º SUCESSOR

Odair de Oliveira (1917-1982)

3.º SUCESSOR

Armond Werneck (1916-1991)

4.º SUCESSOR

Bonifácio José Tamm de Andrada
(1930-2021)

5.º SUCESSOR

Maria Esther Maciel (1963)

CADEIRA 16

PATRONO FUNDADOR

Paulo Cândido Diogo de Vasconcellos (1843-1927)

(1805-1864) **1.º SUCESSOR**

Mário Mattos (1899-1966)

2.º SUCESSOR

Waldemar dos Anjos (1901-1980)

3.º SUCESSOR

Flávio Neves (1908-1984)

4.º SUCESSOR

Wilson Castello Branco (1918-1986)

5.º SUCESSOR

José Afrânio Moreira Duarte (1931-2008)

6.º SUCESSOR

Ronaldo Costa Couto (1942)

CADEIRA 17

PATRONO FUNDADOR

Conde de Prados Eduardo de Menezes (1857-1923)

(*Dr. Camilo* **1.º SUCESSOR**

Armond) José Antônio Nogueira (1892-1947)

(1815-1882) **2.º SUCESSOR**

Abgar Renault (1901-1995)

3.º SUCESSOR

Aluísio Pimenta (1923-2016)

4.º SUCESSOR

Ibrahim Abi-Ackel (1927)

CADEIRA 18

PATRONO FUNDADOR

Silva Alvarenga Estevam Oliveira (1853-1926)

(1749-1814) **1.º SUCESSOR**

Abílio Barreto (1883-1959)

2.º SUCESSOR

Arthur Versiani Velloso (1906-1986)

3.º SUCESSOR

José Henrique Santos (1934)

CADEIRA 19

PATRONO FUNDADOR
Corrêa de Almeida Francisco Lins (1866-1933)
(1820-1905) **1.º SUCESSOR**
Mário Mendes Campos (1894-1989)
2.º SUCESSOR
Pe. José Carlos Brandi Aleixo (1932)

CADEIRA 20

PATRONO FUNDADOR
Arthur Lobo Franklin de Almeida Magalhães
(1879-1901) (1902-1971)
1.º SUCESSOR
Emílio Guimarães de Moura (1902-1971)
2.º SUCESSOR
Wilson de Mello da Silva (1911-1994)
3.º SUCESSOR
Ariosvaldo de Campos Pires (1934-2004)
4.º SUCESSOR
Hindemburgo Chateaubriand
Pereira-Diniz (1932)

CADEIRA 21

PATRONO FUNDADOR
Fernando de Alencar Gilberto de Alencar (1887-1961)
(1857-1910) **1.º SUCESSOR**
Nelson de Faria (1902-1968)
2.º SUCESSOR
Oscar Negrão de Lima (1895-1971)
3.º SUCESSOR
Hilton Rocha (1911-1993)
4.º SUCESSOR
Caio Mário (1913-2004)
5.º SUCESSOR
Elisabeth Fernandes Rennó de Castro
Santos (1930)

CADEIRA 22

PATRONO FUNDADOR
Júlio Ribeiro Heitor Guimarães (1868-1937)
(1845-1890) **1.º SUCESSOR**
Paulo Rehfeld (1902-1960)
2.º SUCESSOR
Fábio Lucas (1931)

CADEIRA 23

PATRONO FUNDADOR
Joaquim Felício Joaquim Silvério (1859-1933)
(1828-1895) **1.º SUCESSOR**
Martins de Oliveira (1896-1975)
2.º SUCESSOR
Victor Nunes Leal (1914-1985)
3.º SUCESSOR
Raul Machado Horta (1923-2005)
4.º SUCESSOR
Manoel Hygino dos Santos (1930)

CADEIRA 24

PATRONO FUNDADOR
Bárbara Eliodora João Lúcio (1875-1948)
(1758-1819) **1.º SUCESSOR**
Cláudio Brandão (1894-1965)
2.º SUCESSOR
Henrique de Resende (1899-1973)
3.º SUCESSOR
Sylvio Miraglia (1900-1994)
4.º SUCESSOR
Eduardo Almeida Reis (1937)

CADEIRA 25

PATRONO FUNDADOR
Augusto Franco João Massena (1865-1957)
(1877-1909) **1.º SUCESSOR**
Paulo Pinheiro Chagas (1906-1983)
2.º SUCESSOR
Aureliano Chaves (1929-2003)
3.º SUCESSOR
Francelino Pereira dos Santos (1921-2017)
4.º SUCESSOR
Jacyntho Lins Brandão (1952)

CADEIRA 26

PATRONO FUNDADOR
Evaristo da Veiga José Eduardo da Fonseca (1883-1934)
(1799-1837) **1.º SUCESSOR**
Mário Casasanta (1898-1963)
2.º SUCESSOR
Henriqueta Lisboa (1901-1986)
3.º SUCESSOR
Lacyr Annunziata Schettino (1914-1986)
4.º SUCESSOR
Pe. João Batista Megale (1934-2008)
5.º SUCESSOR
Bartolomeu Campos de Queirós
(1944-2012)
6.º SUCESSOR
Ângelo Machado (1934-2020)
7.º SUCESSOR
Jota Dangelo (1932)

CADEIRA 27

PATRONO FUNDADOR
Corrêa de Azevedo José Paixão (1868-1949)
(1856-1904) 1.º SUCESSOR
Augusto de Lima Júnior (1889-1970)
2.º SUCESSOR
Cardeal Vasconcelos Motta (1890-1982)
3.º SUCESSOR
D. Oscar de Oliveira (1912-1997)
4.º SUCESSOR
Pe. Paschoal Rangel (1922-2010)
5.º SUCESSOR
Afonso Henriques de Guimaraens Neto
(1944)

CADEIRA 28

PATRONO FUNDADOR
Américo Lobo José Rangel (1868-1940)
(1893-1903) 1.º SUCESSOR
Guilhermino César (1908-1993)
2.º SUCESSOR
José Bento Teixeira de Salles (1922-2013)
3.º SUCESSOR
Márcio Sampaio (1941)

CADEIRA 29

PATRONO FUNDADOR
Aureliano Pimentel Lindolpho Gomes (1875-1953)
(1830-1908) 1.º SUCESSOR
Milton Campos (1900-1972)
2.º SUCESSOR
Pedro Aleixo (1901-1975)
3.º SUCESSOR
Gustavo Capanema (1900-1985)
4.º SUCESSOR
Murilo Paulino Badaró (1931-2010)
5.º SUCESSOR
Afonso Arinos de Mello Franco
(1930-2020)
6.º SUCESSOR
José Fernandes Filho (1929)

CADEIRA 30

PATRONO FUNDADOR
Oscar da Gama Luiz de Oliveira (1874-1960)
(1870-1900) 1.º SUCESSOR
Oíliam José (1921-2017)
2.º SUCESSOR
Caio César Boschi (1947)

CADEIRA 31

PATRONO FUNDADOR
Lucindo Filho Machado Sobrinho (1872-1938)
(1847-1896) **1.º SUCESSOR**
Salles Oliveira (1900-1968)
2.º SUCESSOR
Manoel Casasanta (1902-1973)
3.º SUCESSOR
Waldemar Pequeno (1892-1988)
4.º SUCESSOR
Luís Carlos de Portilho (1910-2008)
5.º SUCESSOR
Rui Mourão (1929)

CADEIRA 32

PATRONO FUNDADOR
Marquês de Sapucaí Mário Lima (1886-1936)
(1793-1875) **1.º SUCESSOR**
Heli Menegale (1903-1993)
2.º SUCESSOR
Almir de Oliveira (1916-2015)
3.º SUCESSOR
Carlos Bracher (1940)

CADEIRA 33

PATRONO FUNDADOR
Edgar Matta Mário Magalhães (1885-1937)
(1878-1907) **1.º SUCESSOR**
Aires da Mata Machado Filho (1909-1985)
2.º SUCESSOR
Nansen Araújo (1901-1996)
3.º SUCESSOR
José Crux Rodrigues Vieira (1920-2016)
4.º SUCESSOR
Luís Ângelo da Silva Giffoni (1949)

CADEIRA 34

PATRONO FUNDADOR
Thomaz Gonzaga Mendes de Oliveira (1879-1918)
(1744-1810) **1.º SUCESSOR**
Noraldino Lima (1885-1951)
2.º SUCESSOR
Nilo Aparecida (1914-1974)
3.º SUCESSOR
Juscelino Kubitschek (1902-1976)
4.º SUCESSOR
Affonso Arinos (1905-1990)
5.º SUCESSOR
Gerson de Britto Boson (1914-2001)
6.º SUCESSOR
Orlando Vaz Filho (1935)

CADEIRA 35

PATRONO FUNDADOR
João Pinheiro Navantino Santos (1885-1946)
(1860-1908) **1.º SUCESSOR**
Eugênio Rubião (1884-1949)
2.º SUCESSOR
Silva Guimarães (1876-1955)
3.º SUCESSOR
Orlando Carvalho (1910-1998)
4.º SUCESSOR
Carlos Mário da Silva Velloso (1936)

CADEIRA 36

PATRONO FUNDADOR
Eloy Ottoni Nelson Senna (1876-1952)
(1764-1851) **1.º SUCESSOR**
Oscar Mendes (1902-1983)
2.º SUCESSOR
Wilton Cardoso (1916-1999)
3.º SUCESSOR
Aloísio Teixeira Garcia (1944)

CADEIRA 37

PATRONO FUNDADOR
Manoel Basílio Olympio Rodrigues de Araújo (1860-1923)
Furtado **1.º SUCESSOR**
(1826-1903) Aníbal Mattos (1886-1969)
2.º SUCESSOR
Edgard de Vasconcellos Barros
(1914-2004)
3.º SUCESSOR
Olavo Celso Romano (1938)

CADEIRA 38

PATRONO FUNDADOR
Beatriz Brandão Paulo Brandão (1883-1928)
(1779-1868) **1.º SUCESSOR**
Honório Armond (1891-1958)
2.º SUCESSOR
Vivaldi Moreira (1912-2001)
3.º SUCESSOR
Pedro Rogério Couto Moreira (1946)

CADEIRA 39

PATRONO FUNDADOR
Basílio da Gama Plínio Motta (1876-1953)
(1740-1795) **1.º SUCESSOR**
João Camillo (1915-1973)
2.º SUCESSOR
Edgar Mata Machado (1914-1995)
3.º SUCESSOR
Patrus Ananias de Souza (1952)

CADEIRA 40

PATRONO FUNDADOR
Visconde de Caeté Pinto de Moura (1865-1924)
(José Teixeira **1.º SUCESSOR**
da Fonseca Affonso Penna Júnior (1879-1968)
Vasconcelos) **2.º SUCESSOR**
(1766-1838) Maria José de Queiroz (1936)

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
ISSN 1982-6680 | Publicação anual

Organização do dossiê temático
Constância Lima Duarte
Rogério Faria Tavares

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Leonardo Mordente

Imagem da capa
Carta de amor para Eliana (1966), de Márcio Sampaio
Desenho, ecoline s/ papel
(Fotografia: Miguel Aun)

Preparação de originais
Leonardo Mordente

Revisão de provas
Cláudio Nunes de Moraes

Impressão
Formato

COPATROCÍNIO



PATROCÍNIO



Patrocínio viabilizado pelo incentivo de pessoas físicas



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE
ESTADO
EFICIENTE.

REALIZAÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA MINISTÉRIO DO TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

